



APROVA O ATO ADICIONAL QUE  
INSTITUIU O PARLAMENTARISMO?

SIM

NÃO



# CAPÍTULOS DE HISTÓRIA POLÍTICA

Dimensões Conceituais e Temáticas

Charles Sidarta Machado Domingos | Alessandro Batistella

Letícia Sabina Wermeier Krilow | Diego Orgel Dal Bosco Almeida | Diorge Alceno Konrad  
(Organizadores)



© 2023, Dos Autores

Os autores são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

### **Editoração e Capa**

Alex Antônio Vanin

### **Projeto Gráfico**

Acervus Editora

### **Conselho Editorial**

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

C244 Capítulos de história política [recurso eletrônico] :  
dimensões conceituais e temáticas / Charles Sidarta  
Machado Domingos [et al.] (Orgs.). – Passo Fundo :  
Acervus, 2023.  
1 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.

Demais organizadores: Alessandro Batistella, Leticia  
Sabina Wermeier Krilow, Diego Orgel Dal Bosco Almeida  
e Diorge Alcenio Konrad.  
ISBN: 978-65-81266-80-6.

1. História - Brasil. 2. História e política. 3. Eleições.  
4. Partidos políticos. I. Domingos, Charles Sidarta  
Machado, org.

CDU: 981

---

Biblioteca responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

### **ACERVUS EDITORA**

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

# CAPÍTULOS DE HISTÓRIA POLÍTICA

Dimensões Conceituais e Temáticas

Charles Sidarta Machado Domingos | Alessandro Batistella  
Letícia Sabina Wermeier Krilow | Diego Orgel Dal Bosco Almeida  
Diorge Alceno Konrad (Organizadores)



### **Imagens da 1ª Capa**

O presidente João Belchior Marques Goulart (1962-1963) no Exterior, recebendo as chaves da cidade na porta da Blair House, Washington, Estados Unidos, 1962. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

Reprodução de cédula para plebiscito sobre o Ato Adicional do parlamentarismo, em 1962. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

Alberto Pasqualini (ao centro), senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, e deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Rio Grande do Sul em audiência com o presidente da República. Palácio do Catete, Rio de Janeiro/RJ, 1954. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

Luís Carlos Prestes em discurso na instalação da Assembleia Constituinte de 1946 na Câmara dos Deputados. Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, RJ. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

Presidente Getúlio Dornelles Vargas em visita ao estado do Rio Grande do Sul e o interventor do estado, Osvaldo Cordeiro de Farias, s/d [1939-1943]. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

Desfile de operários em solidariedade ao presidente Getúlio Dornelles Vargas e apoio ao Brasil na Segunda Guerra Mundial. Palácio do Catete, Rio de Janeiro/RJ, em 1942. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

### **Imagem da 4ª Capa e Orelhas**

Demonstrações populares em sinal de protesto contra o afundamento dos navios brasileiros, Rio de Janeiro/RJ, em 1942. Fundo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

O presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960) no Palácio do Catete: preside solenidade comemorativa do 10º aniversário da Constituição, Rio de Janeiro, RJ.

Solenidade comemorativa da Intentona Comunista de 1935, Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro/GB, 1962.



# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO** 9

## **PARTE I**

### **CONCEITOS E METODOLOGIAS EM HISTÓRIA POLÍTICA**

---

I. LENDO OS CÓDIGOS DO PODER: 17  
uma introdução à História Política

*Douglas Souza Angeli*

II. RESSURGÊNCIAS DA EXTREMA-DIREITA DE INSPIRAÇÃO 41  
FASCISTA NA AMÉRICA LATINA:  
o negacionismo histórico

*Carla Brandalise | Fábio Chang de Almeida*

III. EDUCAÇÃO CLANDESTINA: 65  
da história da educação à história política e vice-versa

*Diego Orgel Dal Bosco Almeida*

IV. ANÁLISE DE DISCURSO E IMPRENSA: 85  
esboço para uma metodologia de análise do pensamento  
político/doutrinário dos jornais brasileiros

*Luís Carlos dos Passos Martins | Letícia Sabina Wermeier Krilow*

V. HUM 03109: 109  
História, Mídia e Poder

*Luiz Alberto Grijó*

## **PARTE II**

### **ELEIÇÕES E PARTIDOS: RIO GRANDE DO SUL EM FOCO**

---

- VI. A DEMOCRATIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL EM 1947: 137  
os projetos de Constituição para o estado

*Diego dos Santos*

- VII. O PARTIDO LIBERTADOR (PL) E OS PLEITOS 161  
SUL-RIO-GRANDENSES DE 1947 E 1950

*Anderson Vargas Torres*

- VIII. OS CAMINHOS DA OPOSIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: 187  
a constituição do MDB e a candidatura de Cirne Lima em 1966

*Gustavo Henrique Kunsler Guimarães*

- IX. A GÊNESE E OS ANOS INICIAIS DO 209  
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)  
NO RIO GRANDE DO SUL (1965-1970)

*Alessandro Batistella*

## **PARTE III**

### **POLÍTICA NACIONAL: CAMPO DE DEBATES**

---

- X. HISTÓRIA E ESTÓRIAS DO IMPÉRIO DO FAZ-DE-CONTA 247  
E DO PRÍNCIPE DO CORAÇÃO QUE VAI-E-VOLTA

*Cesar Augusto Barcellos Guazzelli*

- XI. FEDERALISMO E REVOLUÇÃO NA PROPOSTA DE GASPAR SILVEIRA 289  
MARTINS PARA O BRASIL

*Monica Rossato*

- XII. A BANCADA GAÚCHA: 309  
uma análise da composição da bancada do Rio Grande do Sul na Câmara dos  
Deputados durante a Primeira República

*Paula Vanessa Paz Ribeiro*

XIII. UM PASSEIO HISTÓRICO-HISTORIOGRÁFICO SOBRE O TENENTISMO	333
<i>Diorge Alceno Konrad</i>	
XIV. A TEMPESTADE SE APROXIMA: Brasil, Cuba e Estados Unidos às vésperas da Crise dos Mísseis	357
<i>Charles Sidarta Machado Domingos</i>	
<b>SOBRE OS AUTORES E AUTORAS</b>	<b>383</b>



## APRESENTAÇÃO

O Grupo de Trabalho História Política, da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), um dos mais tradicionais GT's dessa seção estadual, vem, ao longo dos últimos anos, promovendo encontros bianuais para promover reflexões acerca dos estudos de História Política. Nesses encontros, intitulados “Seminário do GT História Política”, são desenvolvidos e debatidos trabalhos apresentados por historiadoras e historiadores que têm no político seu objeto de pesquisa.

Do segundo “Seminário do GT História Política” que foi realizado na Universidade de Passo Fundo (UPF) entre 26 e 28 de abril de 2017, resultou a publicação de *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*, livro que logo se mostrou importante referencial para as discussões historiográficas sobre o fazer da História Política.

O terceiro “Seminário do GT História Política”, dessa vez realizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) de 15 a 17 de outubro de 2019, também deu frutos a outra obra: *Capítulos de História Política: problemas e estudos*, consolidando o trabalho desenvolvidos pelas historiadoras e historiadores vinculados ao GT História Política.

Previsto para ocorrer em outubro de 2021, o quarto “Seminário do GT História Política”, em razão da pandemia Covid-19, aconteceu entre 28 e 30 de

setembro de 2022 nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E, como produto das discussões centradas naquela ocasião, é que agora temos disponível esse novo trabalho: *Capítulos de História Política: Dimensões Conceituais e Temáticas*.

Esse terceiro volume dos *Capítulos de História Política* está organizado em três partes: I – Conceitos e Metodologias em História Política; II – Eleições e Partidos: Rio Grande do Sul em Foco e III – Política nacional: campo de debates.

A primeira parte inicia com o capítulo *Lendo os códigos do poder: uma introdução à História Política* de autoria de Douglas Souza Angeli. Em um texto primoroso, o professor Douglas Angeli constrói um verdadeiro mapa das dimensões conceituais e temáticas que se fazem presentes na lida profissional das historiadoras e dos historiadores que escolhem o político como campo de trabalho historiográfico.

No segundo capítulo dessa seção, intitulado *Ressurgências da extrema-direita de inspiração fascista na América Latina: o negacionismo histórico*, Carla Brandalise e Fábio Chang de Almeida, analisam, nos finais do século XX e inícios do século XXI, as manifestações inspiradas no nazifascismo histórico europeu, evidenciando uma primeira fase de expansão nesse continente do fenômeno denominado neofascista. Segundo os autores tais manifestações desenvolvem-se à margem do campo político institucional através do uso intensivo de novas tecnologias como as redes de informação via internet, que também possibilitam o anonimato. Dessa forma, para atingirem o maior número de leitores, esses grupos utilizam o “revisonismo histórico” em especial, sua vertente conhecida como negacionismo histórico, assim, temas recorrentes aos extremismos neofascistas europeus são plenamente incorporados pelos grupos latino-americanos.

Na sequência, encontra-se o texto de Diego Orgel Dal Bosco Almeida. Com o título *Educação clandestina: da história da educação à história política e vice-versa* o autor articula a cultura política, clandestinidade e educação para construir o conceito de educação clandestina. Partindo de René Rémond compreende que o político não se define apenas por ele mesmo, mas pelas relações que estabelece, assim efetua uma reflexão sobre suas experiências de pesquisa que articulam história política e história da educação, para evidenciar que um tema da história da educação pode se converter em uma temática privilegiada da histó-

ria política e vice-versa. Destarte, as subcategorias que constituem o conceito de educação clandestina perfazem um conjunto que não deixou de estar associado à história política.

A partir de investigações e debates realizados durante uma década no Grupo de Pesquisa em História e Mídia do Programa de Pós-graduação em História da PUC-RS, Luis Carlos dos Passos Martins e Letícia Sabina Wermeier Krilow procuraram refletir, no capítulo *Análise de discurso e imprensa: esboço para uma metodologia de análise do pensamento político/doutrinário dos jornais brasileiros* os enfrentamentos teórico-metodológicos de seus percursos de estudos. É possível falar em pensamento(s) político(s)/doutrinário(s) dos jornais? Se for, como se pode desvendá-los? Com essas duas questões, e a partir de um marco teórico da Análise de Discurso Crítico, Martins e Krilow compreendem que há alternativas interessantes que, do ponto de vista metodológico, merecem melhor esboço. Defendem a importância da investigação do pensamento político-doutrinário dos jornais comerciais. Enfrentam, desse modo, duas das maiores restrições que se apresentam a quem se dispõe percorrer essa tipologia de pesquisa: a) a de que os jornais não podem ser considerados como autores de ideias políticas; b) a de que os jornais não possuem consistência e coerência suficientes para serem vistos como autores. Para Martins e Krilow, ainda que o tema exija outras incursões, a Análise de Discurso Crítico oferece balizas para a compreensão dos jornais como importantes agentes coletivos, participantes ativos no debate público. O uso do conceito de “ethos discursivo”, por exemplo, foi uma ferramenta importante para a compreensão do trabalho de representação de si dos jornais, tendo como foco, principalmente, os seus textos editoriais, os quais, na visão de Martins e Krilow, constituem a sua autoridade “institucional”.

Para encerrar essa seção, temos o texto *HUM 03109 - História, Mídia e Poder* de Luiz Alberto Grijó, no qual o autor registra sua experiência docente em uma das disciplinas mais prestigiadas oferecida pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir de uma abordagem que compreende as relações de poder político em uma perspectiva de história social, Grijó traz a trajetória da disciplina, homônima ao título do texto, que discute as relações entre história, os meios de comunicação sociais - “mídia” -, e as várias formas de configuração e exercício do poder, em especial o poder



político. Nesse registro, faz ainda uma linda homenagem a Loiva Otero Felix, além de pontuar alguns desdobramentos da disciplina, especialmente a união entre docência e pesquisa em prol do avanço do conhecimento.

Abrindo a segunda parte do livro, Diego dos Santos analisa em *A democratização no Rio Grande do Sul em 1947: os projetos de Constituição para o estado* o processo de abertura política e de organização dos partidos políticos após o fim do Estado Novo, enfatizando os principais embates e debates ocorridos na Assembleia Constituinte estadual de 1947 no Rio Grande do Sul.

A seguir, Anderson Vargas Torres, no capítulo *O Partido Libertador (PL) e os pleitos sul-rio-grandenses de 1947 e 1950*, estuda a participação do Partido Libertador nas eleições sul-rio-grandenses de 1947 e 1950, sobretudo como os libertadores articularam as suas alianças políticas no Rio Grande do Sul, então caracterizado pelas rivalidades políticas entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).

No terceiro capítulo da seção, intitulado *Os caminhos da oposição no Rio Grande do Sul: A constituição do MDB e a candidatura de Cirne Lima em 1966*, Gustavo Henrique Kunsler Guimarães aborda a implantação do bipartidarismo imposto pela ditadura militar em 1965, por meio do AI-2, e o processo de formação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Rio Grande do Sul, que aglutinará os ex-trabalhistas e opositores do regime, que articularam o lançamento da candidatura de Cirne Lima nas eleições indiretas ao governo do estado em 1966.

Encerrando a segunda parte do livro, temos o capítulo de Alessandro Batistella com o título *A gênese e os anos iniciais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Rio Grande do Sul (1965-1970)*. Analisando os primeiros anos da ditadura que se seguiu à deposição do presidente João Goulart, Alessandro Batistella descortina as novas correlações do poder político-partidário dentro dos quadros do bipartidarismo imposto de forma autoritária pelos militares. Na sequência do capítulo, seu foco passa a ser o estado do Rio Grande do Sul e a organização do MDB em seu território, passando pelas eleições 1966, pela decretação do AI-5 no final de 1968 até sua reorganização e participação na eleição de 1970.

A terceira parte do livro tem início com o capítulo escrito pelo Professor

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli com o título *Histórias e Estórias do Império do Faz-de-Conta e do Príncipe do Coração que vai-e-volta*. Nesse texto, o Professor Guazzelli nos brinda com uma análise bastante erudita, como é de seu costume, sobre as comemorações do bicentenário da Independência do Brasil.

Ao longo da formação dos Estados Nacionais na América, o federalismo esteve presente nas reivindicações dos grupos que buscavam manter as autonomias locais diante dos processos de institucionalização de um poder nacional. Historicamente, o federalismo, como uma ideia, projeto ou visão de sociedade atendia às demandas das elites locais que almejavam o controle dos espaços regionais (sociais, políticos, econômicos, familiares), via de regra formados antes da constituição dos Estados Nacionais. Esse é o cenário no qual se inserem as reflexões propostas no capítulo *Federalismo e revolução na proposta de Gaspar Silveira Martins para o Brasil* de Monica Rossato. Tendo como foco a região fronteira platina, a pesquisadora faz uso de marcadores conceituais ligados à História Regional, contrapondo-se à ideia de região como uma unidade cultural monolítica. Com esses marcadores, Rossato afirma que o sul o Brasil pode ser considerado um exemplo de resistência aos poderes centralizadores, principalmente em períodos de redefinições dos arranjos de poder político. Dessa maneira, compreender o federalismo de Gaspar Silveira Martins na Revolução Federalista, implica, segundo Monica Rossato, ir além dos limites do Estado Nacional Brasileiro, tendo em vista que a região fronteira platina trata-se de um espaço transnacional. A pesquisadora defende a tese de que, a partir do estudo da própria trajetória de Gaspar Silveira Martins, torna-se possível perceber como suas ações estiveram associadas a uma cultura política específica da região. Assim, o separatismo de Silveira Martins abriu-se para a possibilidade de um alinhamento político com o Uruguai e também com a Argentina.

Em *A bancada gaúcha: uma análise da composição da bancada do Rio Grande do Sul*, Paula Vanessa Paz Ribeiro analisa, no período da Primeira República, a composição da bancada gaúcha da 22<sup>a</sup> até a 35<sup>a</sup> Legislatura da Câmara. Sua análise se dá a partir da identificação dos eleitos e da análise das taxas de conservação e renovação parlamentar. Seu estudo buscou verificar se os resultados colaboraram para o fato da bancada do Rio Grande do Sul ser considerada uma das mais estáveis da federação. Ribeiro parte de um relativo consenso da histo-

riografia e da ciência política sobre a estabilidade da bancada gaúcha comparada as de outros estados. Contudo, a autora demonstra que esse consenso merece melhor explicação. A estabilidade teve como pano de fundo o quadro de disputas e competição entre situacionistas e oposicionistas. A pesquisadora elegeu algumas fontes tais como jornais, diários, os Anais da Câmara dos Deputados e o Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República. Por meio de um cruzamento de dados e informações, Paula Vanessa Paz Ribeiro realizou uma radiografia da bancada gaúcha. Seu intuito principal foi o de identificar quem eram os políticos que exerceram mandato, quantas legislaturas permaneceram na Câmara, além dos fatores que explicam a permanência e a saída desses parlamentares entre 1891 e 1930. Assim, é necessário considerar que, além do vínculo partidário ao PRR, a maior parte dos deputados que atuaram entre 1894 e 1930 possuía experiência política prévia. A habilidade política e a unidade interna eram condições essenciais para que houvesse consenso nas votações internas, inclusão dos parlamentares na Mesa Diretora da Câmara e nas Comissões Permanentes. Para evitar competição na apresentação das candidaturas, o PRR aplicava a estratégia da rotatividade parlamentar, a partir da abertura de vagas para estreantes e a recondução de políticos experientes no Legislativo Federal. Assim, recomensava os diretórios locais indicando representantes. Já os candidatos avulsos, classificados como independentes, afirma Paula Vanessa Paz Ribeiro, eram, em sua maioria, estreantes na eleição federal e concorriam à deputação federal sob o patrocínio do PRR.

Em *Um passeio Histórico-Historiográfico sobre o Tenentismo*, Diorge Alceno Konrad procurou demonstrar parte da participação militar na história política brasileira no período republicano. Assim, “passeando” pela bibliografia específica sobre o tema, Konrad busca compreender o surgimento do movimento tenentista, os seus principais desdobramentos, assim como o seu protagonismo no Movimento de 1930. O pesquisador situa as origens do tenentismo no cenário das contradições políticas da Primeira República, momento no qual ocorreu o fortalecimento da “esquerda militar”. O tenentismo, para Konrad, insere-se no conjunto dos segmentos sociais e movimentos que resistiram contra a exploração de classe e a opressão, seja no que se relaciona às guerras camponesas (Contestado e Canudos, por exemplo), seja no que toca os movimentos marcados pelo

simbólico ano de 1922 (Modernismo), bem como a formação do PCB (Partido Comunista do Brasil). No que se refere ao Movimento de 1930, Konrad o avalia como uma solução incompleta e ambígua aos problemas que vinham da Primeira República. Os tenentes com perspectivas industrializantes, nacionalismo exaltado e um vago anti-imperialismo, no cenário que se formou no Movimento de 1930, tiveram uma atuação marcada por seu caráter moralista, apresentavam propostas políticas autoritárias e desprezo pelas formas da democracia liberal.

Para fechar a seção III e o livro, tem-se o texto de Charles Sidarta Machado Domingos, intitulado *A tempestade se aproxima: Brasil, Cuba e Estados Unidos às vésperas da Crise dos Mísseis* no qual o autor gerou um olhar mais aprofundado sobre as vésperas de um dos episódios de maior tensão da Guerra Fria, e, assim trouxe novos personagens para aquele cenário, alguns deles localizados no Brasil. Para tanto, abordou o papel desempenhado pela Política Externa Independente na ONU e as discussões sobre os possíveis posicionamentos que a Delegação Brasileira junto à OEA deveria tomar na abertura da XVII Assembleia Geral da ONU e na posterior Reunião Informal de Chanceleres, concluindo que as instruções passadas pelo primeiro-ministro brasileiro representavam “mais do que a realização de um cálculo político eleitoral, significava exercer a soberania nacional na relação com os Estados Unidos”.

Como mencionamos no início, o GT História Política tem longa tradição na ANPUH-RS. E isso se deve muito àquelas precursoras que viram na História Política uma forma adequada de compreender e explicar a realidade ao longo do tempo. Nos referimos em especial às professoras Helga Iracema Landgraf Piccolo e Loiva Otero Félix. Ambas nos deixaram recentemente e foram e continuam sendo exemplos e referências para todas e todos que se dedicam à História Política no Rio Grande do Sul e no Brasil, tanto enquanto magníficas professoras e orientadoras que formaram centenas de historiadoras e historiadores, quanto como as pesquisadoras inovadoras que, entre outras e outros poucos, lançaram as bases de nossa área de estudo em nosso estado. Esse livro é uma singela homenagem a elas. Muito obrigado, Helga, muito obrigado, Loiva!

*Os Organizadores*



# I

## LENDO OS CÓDIGOS DO PODER: *uma introdução à História Política*

DOUGLAS SOUZA ANGELI

O chamado “retorno” da História Política não é mais uma novidade. O objetivo deste texto é retomar um pouco das linhas de raciocínio da renovação da História Política e suas principais tendências nas últimas décadas, servindo de introdução a quem deseja se aventurar pelos caminhos dos estudos políticos na História. Na primeira seção há uma breve discussão sobre a História Política do “eclipse” gerado pelo paradigma dos *Annales* ao “retorno” nas últimas décadas do século XX. Na sequência, uma apresentação de premissas teóricas de duas das principais abordagens: a Cultura Política e a História Social da Política, sendo que esta última é complementada por uma discussão sobre a profissão política e seus códigos, que encerra o texto. É válido ressaltar que essas opções de delimitação do capítulo resultam na exclusão de outras abordagens e vertentes que fazem parte desse campo de estudos. Escrever é escolher caminhos.

### *Caminhos da História Política*

Durante o século XIX o campo da história vivenciou dois processos intimamente relacionados: por um lado, a disciplina arrogava a si o estatuto científico e,

por outro, a predominância do político contemplava o eixo central desta cientificidade ao concentrar seu método na narrativa dos fatos políticos amparada em documentos oficiais. Nas palavras do historiador René Rémond, “se refletia nesse tipo de História o brilho que emanava do Estado”<sup>1</sup>

A primeira geração da chamada Escola dos *Annales* buscou contrariar o modo como esta dimensão era trabalhada pelos historiadores: a História Política estivera ligada às monarquias e à formação dos Estados Nacionais, dominando os estudos históricos no século XIX e no início do século XX, no momento de construção e consolidação dos Estados Nacionais – que utilizaram a História para legitimar seu poder<sup>2</sup>. É esse modelo que, um século mais tarde, será apontado por Rémond como “uma história elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia”<sup>3</sup>.

A narrativa dos fatos políticos era o paradigma ainda com grande prestígio no início do século XX e ao qual a Escola dos *Annales* vai se contrapor. Na crítica à Escola Metódica francesa, os *Annales* transformaram a História Política na síntese de todos os defeitos, como afirma Rémond: “Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes da conjuntura”<sup>4</sup>

É preciso ressaltar, no entanto, que os historiadores da Escola Metódica não eram, nas palavras de François Dosse “os ingênuos por que foram tomados”<sup>5</sup>. Essa ressalva já foi apresentada por Antoine Prost: “Sua história não era estritamente política; raramente se referiam ao detalhe dos acontecimentos, preferindo resumir a significação global e respectivas consequências”<sup>6</sup>. Nas décadas de 1920 e 1930, entretanto, “o retraimento e a decrepitude da história universitária acarretaram um verdadeiro conservadorismo”<sup>7</sup>.

<sup>1</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2013a, p. 15.

<sup>2</sup> D’ALESSIO, Marcia Mansor. A política no fazer e no saber históricos. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoleti. *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 2008, p. 39.

<sup>3</sup> RÉMOND, op. cit., p. 18.

<sup>4</sup> Ibid., p. 16.

<sup>5</sup> DOSSE, François. *A História*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 35.

<sup>6</sup> PROST, Antoine. *Doze lições sobre História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 24.

<sup>7</sup> Ibid., p. 37.



Foi contra esse conservadorismo que a primeira geração dos *Annales* se contrapôs: “Rejeitam a história política factual que, nessa época, era predominante em uma Sorbonne [...] corroída pelo imobilismo. [...] Para opor-lhe uma história amplamente aberta, uma história total”<sup>8</sup> Eclipsada pela História Econômica e Social, especialmente a partir do paradigma dos *Annales*, a História Política passou por uma renovação nas últimas décadas do século XX, rejeitando esse suposto caráter elitista, factual, anedótico e individualista da narrativa tradicional dos acontecimentos políticos.<sup>9</sup>

Sobre essa mudança de perspectiva, Peter Burke chamou a atenção para a superação de uma oposição entre os historiadores políticos e não políticos, a medida em que a historiografia passa a ter como objeto de análise tanto o elemento social na política quanto o elemento político na sociedade. Nas últimas décadas do século XX os historiadores políticos não mais se restringem à alta política, aos líderes, às elites, discutindo a geografia e a sociologia das eleições, as culturas políticas, as suposições sobre política que fazem parte da vida cotidiana.<sup>10</sup> Essa historiografia impactou em larga medida os historiadores brasileiros que se dedicavam aos estudos políticos.

Entre as instituições francesas que despontaram na renovação da História Política, destacou-se a *Fondation Nationale des Sciences Politiques*, seguindo as diretrizes já estabelecidas nos anos 1930 por André Siegfried: nela surgiu um paradigma preocupado com a história contemporânea e aberto à Sociologia Política, abrangendo nomes como René Rémond e Serge Berstein.<sup>11</sup> Na direção da *Fondation* e na Universidade de Paris X (Nanterre), René Rémond obteve sucesso com a História Política contemporânea, inaugurando, juntamente com Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux e a “história cultural do político”, a então chamada “Nova História Política”.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> Ibid., p. 39.

<sup>9</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996; RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 13-36.

<sup>10</sup> BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 7-38.

<sup>11</sup> CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 140.

<sup>12</sup> Ibid., p. 141.

Sobre essa renovação, René Rémond salientou: “A virada de sorte da História Política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação. [...] Na verdade, ela não é mais a mesma História Política”.<sup>13</sup> Em contato com as novas perspectivas trazidas pela História Social e pela História Cultural a partir da década de 1970, ela buscou a incorporação de novos atores em seu escopo de análise, considerando também a pluralidade temporal (da curta duração dos golpes à longa duração das ideologias, passando pela média duração dos regimes por exemplo) e a diversificação das fontes históricas<sup>14</sup>.

Esse novo paradigma fez com que a História Política se retirasse do isolamento disciplinar e aceitasse as críticas ao modelo tradicional. Foi nesse sentido que a renovação foi recebida e compreendida pela historiografia brasileira. Seu eixo central estaria no grande intercâmbio da História com a Ciência Política, permitindo que o tema da participação na vida política ocupasse um espaço fundamental na História e levando os historiadores aos estudos sobre processos eleitorais, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais, enquanto contatos com a Sociologia, a Linguística e a Antropologia impactaram trabalhos sobre a sociabilidade e análises de discurso.<sup>15</sup>

Angela de Castro Gomes destacou as premissas da renovação da História Política: a) não só não é redutível a um reflexo superestrutural de um determinante qualquer de outra natureza (seja econômico ou não), como goza de autonomia ampla; b) deve ser pensada como um campo mutável através do tempo e do espaço, podendo expandir-se ou contrair-se, incorporando ou eliminando temas; c) tem fronteiras fluidas com outros campos da realidade social, como questões culturais; d) privilegia o acontecimento, que não pode ser superestimado nem banalizado, mas sim investido de um valor próprio que lhe é em grande parte atribuído/vivenciado pelos seus contemporâneos; e) sofre, de forma ainda mais radical, uma demanda social pela incorporação do tempo presente; f) também sofre o impacto da absorção de novos objetos e metodologias, como a história oral, por exemplo, mais ainda quando associada à história cultural.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> RÉMOND, op. cit., p. 26.

<sup>14</sup> Ibid., p. 33-34.

<sup>15</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992, p.267.

<sup>16</sup> GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.

Na historiografia francesa, a terceira geração dos *Annales* ajudou a impulsionar o renascimento da História Política, também como uma reação ao determinismo marxista e estendendo-se, sob influência de Michel Foucault, em direção à micropolítica, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas.<sup>17</sup> Ao escrever sobre as prisões, loucura e sexualidade, Foucault substituiu a ideia de poder enquanto conjunto de instituições e aparelhos de Estado pelo conceito de relações de poder, que estão em toda a parte. O poder não poderia ser compreendido como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros ou de uma classe sobre a outra. Dessa forma, não está nas mãos de alguns, mas se exerce numa rede onde os indivíduos circulam e estão sempre em posição de se submeterem ao poder e também de exercê-lo.<sup>18</sup>

Para Foucault, na sociedade há milhares de relações de poder, de pequenos enfrentamentos, micro lutas, pequenas relações de força, o que nos leva à compreensão do poder em suas extremidades, “onde ele se torna capilar”.<sup>19</sup> Engana-se, porém, quem pensa que com isso, Foucault negou o poder do Estado. É o próprio Foucault quem afirma:

Se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes do Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder.<sup>20</sup>

Ao refletir sobre as revisões historiográficas propiciadas pelas novas perspectivas da História Política, Angela de Castro Gomes ressaltou a relativização

---

9, n. 17, p. 59-84, 1996.

<sup>17</sup> BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2010, p. 116.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 - 1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 34-35.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber (Ditos e escritos IV)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 235.

dos alinhamentos automáticos entre dominados e dominantes, proporcionando o surgimento de um cenário de dinâmicas sociais e políticas muito mais complexo e sofisticado. A autora adverte, no entanto, que não se trata de eliminar ou minimizar as tensões e oposições existentes nas relações de dominação, mas sim de ampliar seu escopo:

Até para evidenciar que, em certas circunstâncias, pode haver convergência de interesse entre dominantes e dominados, pode haver negociação [...]. O poder, nessa perspectiva teórica, não é um monopólio do dominante, existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade (muitas vezes radical) entre eles.<sup>21</sup>

Se a política for entendida como a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder, o político tem uma relação direta com o Estado, mas não se reduz a isso: não há setor ou atividade humana que não tenha relação com o político e, como ressalta Rémond, nada seria mais contrário à sua compreensão que representá-lo como um domínio isolado.<sup>22</sup> Ao mesmo tempo, ele não é reflexo ou máscara de outras realidades dominantes: o político existe por si mesmo, possui autonomia suficiente para ser entendido como uma realidade distinta. Sendo assim, a História Política passa a ser inscrita numa “perspectiva global em que o político é um ponto de condensação”.<sup>23</sup> Mas como se define a política e o político? Para Pierre Rosanvallon:

Ao falar substancialmente do político, qualifico desse modo tanto uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política. Referir-se ao político e não à política, é falar do poder da lei, do Estado, e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade, da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo

<sup>21</sup> GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005, p. 26.

<sup>22</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2013b, p. 444.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 445.

aquilo que constitui a *polis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições.<sup>24</sup>

“A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata de História Política”, afirmou René Rémond.<sup>25</sup> Seguindo-se às discussões apresentadas por Rémond, Pierre Rosanvallon, deu forma a uma história filosófica do político e a uma história conceitual do político. Na esteira da história das mentalidades, essa perspectiva se preocupou com a incorporação de todos os elementos que produzem o objeto complexo da cultura política.<sup>26</sup>

A partir do final da década de 1980, tendo como marco a publicação da obra organizada por René Rémond, *Por uma história política*, este subcampo da História se destaca como primordialmente diferente da História Política que se fazia no passado, como podemos apreender das palavras de Rémond: ao estudar o fenômeno político, o historiador deve estar atento às relações que se estabelecem entre o indivíduo e a “sociedade global política”, com o estudo de comportamentos, escolhas, convicções, lembranças, memória, cultura, pois “o político toca a muitas coisas”.<sup>27</sup>

### *Cultura Política*

Uma das vertentes mais férteis da História Política nas últimas décadas tem relação com o uso do conceito de cultura política. Desenvolvido no século XX, trata-se na origem de um conceito hierarquizante: alguns povos possuiriam uma cultura política mais avançada do que outros. Os povos que não tinham desenvolvido uma cultura política avançada precisavam desenvolvê-la, portanto cultivar a cultura política.<sup>28</sup>

<sup>24</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p.72.

<sup>25</sup> RÉMOND, 2013a, p. 22.

<sup>26</sup> ROSANVALLON, op. cit., p. 45.

<sup>27</sup> RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 51-61, p. 58.

<sup>28</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiogra-

As democracias estáveis necessitariam de cidadãos com valores e atitudes políticas internalizadas? Essa é uma das questões sobre as quais a Ciência Política Comparada de Gabriel Almond e Sidney Verba, autores de *The civic culture*, se debruçaram na década de 1950. A compreensão das ações políticas demandava entender a influência de valores, sentimentos e tradições, numa clara influência da Psicologia Social. Os cinco países estudados pelos autores estadunidenses foram: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México. Democracias com história política e características diferentes.

Existe uma cultura política democrática? Uma pauta de atitudes políticas que fomente a estabilidade democrática, que em certo sentido se mostre apropriada ao sistema político democrático? Almond e Verba constituíram uma explicação que considerava a existência de diferentes níveis, tipos “puros”, de cultura política: a) a cultura política paroquial seria própria das sociedades simples, tradicionais, com ausência de instituições políticas, onde há pouca diferença entre esferas política, social, religiosa etc. Nela, predomina um baixo nível de participação política; b) na cultura política de sujeição, o foco dos sujeitos está nas instituições responsáveis por atender demandas. Esse tipo é marcado pela passividade e pelo autoritarismo; c) na cultura política cívica, os cidadãos têm poder ativo, opinam, são bem informados e influentes. Esta seria própria dos sistemas democráticos.<sup>29</sup>

É importante salientar que a cultura cívica seria uma cultura política mista, pois nela há muitos indivíduos ativos na política, mas também há muitos outros que desempenham o papel mais passivo de súditos. E mesmo entre aqueles que desempenham o papel político ativo não estão totalmente suprimidos os papéis de sujeição e de cultura paroquial. O papel participativo foi acrescentado aos papéis de sujeitado e paroquial, pois o cidadão ativo mantém seus vínculos tradicionais, não políticos:

São grupos particulares que revelam um aumento da atividade política enquanto o restante dos cidadãos permanece inativo, fazem-

---

fia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Novo Traço, 2014, p. 15.

<sup>29</sup> ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *La cultura cívica*. Estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones. Madrid: 1963.

do com que a quantidade da atividade cívica em um determinado momento não seja tão grande a ponto de causar danos ao sistema. [...] Dentro da cultura cívica, o indivíduo não é necessariamente o cidadão racional e ativo, e seu padrão de atividade é mais complexo e atenuado. Dessa forma, é possível combinar alguma medida de competência, compromisso e atividade com passividade e não-envolvimento. Além disso sua relação com o governo não é puramente racional, pois inclui a adesão à crença na capacidade cidadã.<sup>30</sup>

Na década de 1980 surgem críticas ao modelo, tido como etnocêntrico. Na Ciência Política, três abordagens enfatizam diferentes valores de massa como mais importantes para a democracia. A abordagem da legitimidade (ou de apoio ao sistema) destaca que o apoio de massa à democracia como sistema de governança e a confiança de massa nas instituições públicas proporcionam às democracias a legitimidade necessária. As outras duas abordagens, a comunitária (ou do capital social) e a do desenvolvimento humano (ou da emancipação) seguem a tradição da cultura cívica, argumentando que a democracia é um sistema de governos cujos princípios envolvem os cidadãos – que vivem e praticam normas democráticas em sua vida diária.<sup>31</sup>

Na década de 1980, com a renovação da História Política, a cultura política ganha espaço na História. Historiadores franceses, influenciados pela Antropologia Cultural, tomam por base as críticas ao conceito originalmente formulado pelas Ciências Sociais: rejeição ao aspecto etnocêntrico e da perspectiva nacional. O foco passa a ser a pluralidade de culturas políticas dentro do mesmo espaço nacional. O foco dos historiadores se dirige aos projetos de sociedade e de Estado, às leituras partilhadas do passado comum, às ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulários.<sup>32</sup>

Um marco do uso do conceito de cultura política na História foi a obra de Lynn Hunt lançada em 1984, *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. No prefácio à edição comemorativa de 20 anos, a autora ressaltou o foco na análise

<sup>30</sup> Ibid., p. 543-544.

<sup>31</sup> INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.

<sup>32</sup> GOMES, op. cit., 2005.



se dos padrões sociais e nas suposições culturais que teriam moldado a política revolucionária.<sup>33</sup> Sua atenção estava voltada para as regras do comportamento político, valores em comum, expectativas compartilhadas que moldaram a ação coletiva, ou seja, na cultura política que forneceu a “lógica da ação política revolucionária”.<sup>34</sup>

Lynn Hunt busca compreender como a cultura política se expressou em práticas simbólicas, linguagem, imagens e gestos. Estes formavam a moldura cultural das novas formas de autoridade:

Muitos antropólogos e sociólogos asseveram que toda a moldura cultural possui um centro com status sagrado. O centro sagrado possibilita uma espécie de mapeamento social e político, dando aos membros da sociedade sua noção de posição. [...] A autoridade política francesa durante o Antigo Regime enquadrava-se bem nesse modelo; sob a monarquia, o rei era o centro sagrado, e a moldura cultural de sua autoridade era firmemente assentada sobre antigas concepções acerca de uma ordem hierárquica católica. [...] Quando a Revolução Francesa contestou a autoridade política do Antigo Regime, também questionou sua moldura cultural.<sup>35</sup>

Dentre as questões colocadas por Lynn Hunt ao analisar os símbolos revolucionários, destacamos aquela apresentada na continuidade do excerto acima citado: Onde estava o novo centro da sociedade, e como ele poderia ser representado? Conforme a autora, essa nova autoridade requeria uma “nova ficção mestra”.<sup>36</sup>

Em raciocínio similar, José Murilo de Carvalho estudou a construção de um imaginário republicano no Brasil. Conforme o autor, a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, sendo estes momentos de definição de identidades coletivas. Tanto a construção da imagem de Tiradentes como herói quanto à representação feminina da República analisadas por Carvalho tiveram que lidar com uma comunida-

<sup>33</sup> HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>35</sup> HUNT, *op.cit.*, p. 113-114.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 114-115.

de de imaginação que as precedia e que, em larga medida, determinava a eficácia dos símbolos na busca por legitimar o novo regime.<sup>37</sup>

A hegemonia do paradigma culturalista nas décadas de 1990 e 2000 permitiu uma abordagem cultural dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder.<sup>38</sup> Tomou forma uma História Cultural da Política tendo como conceito central o de representações: indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio de representações sobre a realidade; Estas são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, possuem força integradora, coesiva e explicativa do real.<sup>39</sup> Disso resultou uma releitura do político na qual, conforme Sandra Pesavento, ganharam destaque o imaginário, as representações, os símbolos, imagens, mitos e crenças que pautam “a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social”.<sup>40</sup> A política passa a ser entendida como rede de sentidos e o campo político passa a ser entendido por meio dos significados atribuídos às representações e práticas sociais.<sup>41</sup>

A partir da década de 1990, os historiadores passam a buscar uma definição para cultura política. Para Serge Berstein, a cultura política se insere no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, de seu passado e de seu futuro.<sup>42</sup> Jean-François Sirinelli, por sua vez, definiu cultura política como um conjunto de representações que une um grupo humano no plano político, uma visão de mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção do futuro vivida em conjunto.<sup>43</sup> Angela de Castro Gomes destacou a incorporação, no conceito de cultura política, de uma

<sup>37</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>38</sup> MOTTA, op. cit., p. 14.

<sup>39</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand; Difel, 1990.

<sup>40</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 75.

<sup>41</sup> PACHECO, Ricardo de Aguiar. Cultura política: as mediações simbólicas do poder. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 172.

<sup>42</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

<sup>43</sup> SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 409-418.

leitura do passado que é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva.<sup>44</sup>

Rodrigo Patto Sá Motta buscou sintetizar o conceito como um conjunto partilhado por determinado grupo e composto de valores, tradições, práticas e representações políticas que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado e inspiração para projetos políticos.<sup>45</sup> O autor apresenta pontos importantes quando se pensa a operacionalidade do conceito de cultura política na História: a) diz respeito a média ou longa duração, não ao efêmero; b) revela como certos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo; c) não se pode restringir às representações, pois compreender as ações e práticas enriquece a abordagem. Para sua permanência no tempo, são necessárias práticas que a reiteram, repetem, ritualizam; d) não se pode resumir as culturas políticas às formações partidárias; e) nem toda a história cultural do político implica o uso da categoria cultura política; f) no sentido de um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos, ideologia seria compatível com cultura política, mas a cultura política transcende a ideologia.<sup>46</sup>

A definição de cultura política apresentada é bastante ampla. Como exemplo do amplo uso do conceito, Rodrigo Patto Sá Motta destaca o caso brasileiro: “Culturas políticas frágeis no país, pouco enraizadas e com adesão superficial. [...] Esse pode ser um traço da cultura política brasileira: frágil cidadania, pouco envolvimento da população com a coisa pública”.<sup>47</sup> Porém, a fragilidade dos laços entre sociedade e política se explicaria por uma adesão superficial a uma ou outra cultura política, ou seria uma característica da própria cultura política? A cultura política não precederia a adesão a modelos de cidadania, ideologias ou tradições políticas?

Considerando a perspectiva de Serge Berstein, no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados. Se em dado momento essa área de

<sup>44</sup> GOMES, op. cit., 2005, p. 32.

<sup>45</sup> MOTTA, op. cit., p. 21.

<sup>46</sup> Ibid., p. 22-25.

<sup>47</sup> MOTA, op. cit., p. 35.

valores compartilhados se mostra bastante ampla, temos uma cultura política dominante. Isso leva a necessidade da compreensão das motivações que levam os sujeitos à adoção de um comportamento político e ao entendimento acerca de um sistema de valores e crenças partilhadas.<sup>48</sup> Com diferenças, a premissa básica é a de que valores culturais partilhados orientam os sujeitos em seu comportamento político.

### *História Social da Política*

Pode-se dizer que a perspectiva da História Social emerge na crítica da chamada Escola dos *Annales* à História Política tradicional. Preocupada com a organização social, com as relações sociais e os processos de transformação na sociedade<sup>49</sup>, essa vertente, conforme Antoine Prost, leva em consideração “universo das práticas sociais concretas e o das representações simbólicas, rituais, costumes e atitudes diante da vida e do mundo”.<sup>50</sup> Ao discutir a importância das abordagens centradas no mundo da experiência comum por parte da História Social e o estudo do cotidiano, Peter Burke chamou atenção para a análise da relação entre as estruturas do cotidiano e a mudança social, relacionando, assim, a vida cotidiana aos chamados “grandes acontecimentos”.<sup>51</sup>

A oposição entre História Política e História Social, no entanto, já não faz sentido nas tendências recentes entre os historiadores, preocupados com o “elemento social na política e com o elemento político na sociedade”.<sup>52</sup> Além de passar a se interessar por todos os atores sociais, o “povo”, as “massas”, a História Política passou a ser entendida como uma modalidade da prática social, vinculando-se a outros aspectos da vida coletiva.<sup>53</sup>

<sup>48</sup> BERSTEIN, op. cit.

<sup>49</sup> BARROS, José D'Assunção. A história social: seus significados e seus caminhos. *LPH - Revista de História da UFOP*, n. 15, 2005.

<sup>50</sup> PROST, op. cit., p. 206.

<sup>51</sup> BURKE, op. cit., 1992.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>53</sup> RÉMOND, op. cit., 2013a, p. 35.

Uma História Social da Política se ocupa do estudo desses laços entre a política e as práticas da vida coletiva, os vínculos entre a vida política e as relações sociais, os grupos sociais e os espaços de sociabilidade. Dentro desta perspectiva, Luiz Alberto Grijó estudou as trajetórias dos componentes da chamada “geração de 1907” no Rio Grande do Sul, entre eles Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, com enfoque nas classes sociais, nos recursos e predisposições incorporados e herdados, nos percursos escolares, profissionais e políticos, nas práticas às quais se dedicaram a fim de ocupar os espaços de liderança político-institucional e os recursos válidos para ingressar no jogo político, bem como as regras desse mesmo jogo.<sup>54</sup>

Observando o caráter operatório dos laços sociais no universo político, Leticia Bicalho Canêdo analisou a trajetória de 22 políticos de Minas Gerais e de São Paulo que obtiveram sucesso em suas carreiras entre as décadas de 1940 e 1960. Nesse estudo, a autora compreende a família como uma categoria da prática política que exerce, inclusive, um papel importante de socialização política.<sup>55</sup> Similar ao que salientou Jonas Moreira Vargas sobre seus estudos da política no Rio Grande do Sul no Segundo Império:

Cada deputado que subia à tribuna estava imerso em uma rede de relações sociais e amparado por famílias de elite que bancavam suas candidaturas, sem os controlar, como se fosse um mero fantoche. Contudo, qualquer análise que examine somente uma das pontas dessas longas cadeias pode estar sendo incompleta na compreensão de como o sistema político funcionava.<sup>56</sup>

Neste tipo de abordagem está presente a influência de Pierre Bourdieu, especialmente no que concerne aos conceitos de capital social e capital político. O capital social é um conjunto de recursos ligados à posse de uma rede durável de

<sup>54</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações: Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República*. Porto Alegre: Homo plasticus, 2017a.

<sup>55</sup> CANÊDO, Leticia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. *Pro-Posições*, Campinas, v. 13, n. 39, p. 169-198, 2002.

<sup>56</sup> VARGAS, Jonas Moreira. A política rio-grandense no Segundo Império: um balanço historiográfico. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (orgs). *Capítulos de História Política: fontes, objetos, abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 35.

relações sociais na qual existe um reconhecimento dos laços em comum e de sua utilidade.<sup>57</sup> O capital político uma forma de capital simbólico, de crédito firmado na crença e no reconhecimento, sendo que aqueles agentes socialmente reconhecidos como políticos tiram a sua força da confiança que os grupos depositam neles. Trata-se de um capital de valor fiduciário que depende da representação, da opinião, da crença, da *fides*, como demonstra Bourdieu: “O homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo que ameaça a crença, a confiança”.<sup>58</sup> Dito de outra forma, o capital político é o que proporciona a eficácia de um agente ou de um grupo de agentes em uma configuração política determinada.<sup>59</sup>

Michel Offerlé questiona a longa história da profissionalização política, a aparição de uma categoria de agentes especializados na conquista e no exercício do poder político. Como foram inventados os papéis profissionalizados da política? A especialização (exercício de uma atividade específica de gestão das relações políticas) e a profissionalização (viver dessa atividade como vocação) são fenômenos recentes das democracias ocidentais que inventam esses papéis no momento de constituição do campo político.<sup>60</sup>

Para Pierre Bourdieu, o campo é um espaço relativamente autônomo que obedece a leis sociais mais ou menos específicas, sendo também um campo de forças e um campo de lutas para conservá-lo ou transformá-lo. É importante compreender os agentes engajados em um campo considerando a posição que eles ocupam nesse campo e as relações objetivas entre os agentes que fazem parte de um mesmo campo.<sup>61</sup> O campo político é o campo dos profissionais da política, onde “produção das formas de percepção e expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto, sujeita aos cons-

<sup>57</sup> BOURDIEU, Pierre. Le capital social. Notes provisoires. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980.

<sup>58</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012, p. 188-189.

<sup>59</sup> OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. *PolHis*, ano 4, n. 7, p. 84-99, 2011a.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>61</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 22-23.

trangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político”.<sup>62</sup>  
Como afirmou Céli Pinto:

A luta política é a luta simbólica por excelência, pois seu principal objetivo é converter, é o fazer crer que sua proposta é a melhor para todos: transformar os interesses localizados de grupo, isto é, de classe ou de fração de classe, em interesses gerais. Bourdieu define as lutas simbólicas entre as classes ou frações como aquelas que têm como objetivo imporem a definição mais conforme com seus interesses<sup>63</sup>.

Isso nos indica a importância do conceito de campo político para o estudo das eleições, sendo que este objeto possui um papel central na História Política conforme destacado por René Rémond: as eleições como objeto de pesquisa propiciam a investigação sobre o equilíbrio de forças, as relações entre maioria e oposição e a composição dos governos, servindo como indicador do “espírito público”, vestígio da opinião pública e de seus movimentos, correntes e tendências na geografia eleitoral.<sup>64</sup> Os registros de sufrágios e de campanhas eleitorais representam, enquanto fontes históricas, a possibilidade de se aproximar não só das preocupações dos eleitores ou dos programas dos candidatos e partidos, mas também da entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião.<sup>65</sup>

Por sua vez, Michel Offerlé chama atenção para a construção de agentes interessados na competição eleitoral: para que haja eleições é necessário haver eleitores e candidatos. Conforme o autor, o ato de votar faz aparecer objetos, produtos e conceitos novos, da urna aos eleitorados, dos cartazes aos comentários.<sup>66</sup> Estes são objetos de análise importantes em uma perspectiva de História Social da Política, pois dizem respeito à emergência e à constituição dos sujeitos da vida política, como os políticos profissionais e os eleitores.

<sup>62</sup> BOURDIEU, op. cit., 2012, p. 166.

<sup>63</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas*. Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 221-227. 1996, p. 225.

<sup>64</sup> RÉMOND, op. cit., 2013c, p. 34-40.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 49-50.

<sup>66</sup> OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político*: contribuciones a una sócio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011b, p. 178.



Há também o foco nas práticas: se evidencia um trabalho de invenção de técnicas de conquista de votos, de criação de organizações políticas, de construção do eleitor e de “uma esfera própria do político desvinculada do social, mas que reinveste as relações sociais instituídas segundo outras regras”.<sup>67</sup> A sócio-história proposta por Offerlé repousa em um estranhamento diante das instituições, das rotinas e dos objetos com os quais estamos familiarizados no presente.<sup>68</sup> Como salienta Letícia Bicalho Canêdo, para compreender a história do voto é fundamental observar que os conceitos e técnicas que configuram o que hoje entendemos como uma eleição e a elaboração prática de seus rituais foram introduzidos em um processo lento e descontínuo de socialização.<sup>69</sup>

Outro aspecto relativo às práticas nos leva a uma história material do voto, da profissão política, da construção de eleitorados, a criação de papéis sociais e sua transformação ao longo do tempo, a aparição de dispositivos que incitam certos modos de fazer e o modo como os atores se apropriam destas práticas de modo contextual.<sup>70</sup> Dentro desta perspectiva, uma História Social da Política deve considerar entre seus objetos de estudo aquilo que a historiadora Hilda Sabato chamou de “práticas eleitorais”: “mecanismos concretos do fato eleitoral, desde a definição das candidaturas até a efetiva mobilização de eleitores”.<sup>71</sup>

Para o caso argentino, estudado por Sabato, o direito ao sufrágio na segunda metade do século XIX era relativamente amplo, mas poucos cidadãos se mobilizam para votar. Percebendo as relações sociais que embasavam as práticas eleitorais, salienta que a participação eleitoral estava associada diretamente ao pertencimento a redes concretas de clientelismo e militância e que o voto não era um ato individual, mas coletivo, que envolvia uma parcela pequena da população – enquadrada e preparada para a ocasião pelas facções em disputa.<sup>72</sup>

<sup>67</sup> OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 356.

<sup>68</sup> GENÉ, Mariana; VOMMARO, Gabriel. Por uma sociologia de lo político. In: OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político*. Contribuciones a una socio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011, p. 15.

<sup>69</sup> CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 520.

<sup>70</sup> GENÉ; VOMMARO, op. cit., p. 15.

<sup>71</sup> SABATO, Hilda. *Povo e política: a construção de uma república*. Porto Alegre: PUCRS, 2011, p. 30.

<sup>72</sup> SABATO, op. cit., p. 42; SABATO, Hilda. *La política en las calles*. Entre el voto y lamovilización. Buenos

Quanto aos partidos políticos, outro objeto central nos estudos políticos, Serge Berstein sugere a observação de determinados elementos: a) eles possuem duração no tempo, pois avançam para além da geração de seus fundadores, buscando responder a uma tendência profunda da sociedade; b) possuem extensão no espaço, com hierarquias, rede de relações nacionais e locais; c) têm aspiração ao controle do aparato estatal, com um projeto de governo; d) têm a vontade de buscar o apoio popular, razão pela qual põem em funcionamento práticas como o recrutamento e a busca do voto.<sup>73</sup>

Nessa perspectiva, os partidos respondem a uma situação do momento de sua criação e, devido ao que chama de “inércia do político”, a formação partidária perdura mesmo quando já não se adapta a situações novas, gerando um atraso dos partidos em relação às situações geradoras – o que revela em certa medida a autonomia do fenômeno político.<sup>74</sup> Outro aspecto importante é o da ideologia, considerada a coluna vertebral das opiniões da massa componente dos partidos, mas, na maioria das vezes, se expressando por meio de referências implícitas, expressando-se em lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais, símbolos, bandeiras, comemorações, vocabulário decodificado, gestos e ritos.<sup>75</sup>

### *Os códigos da política*

Analisando os conflitos armados ocorridos no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1932, Luiz Alberto Grijó salientou um processo pelo qual as práticas fratricidas e as visões de mundo que as embasaram, em especial no conflito de 1893, passaram a ser deslegitimadas: se a violência física não foi totalmente descartada como instrumento político legítimo, ela foi gradualmente sendo restringida em favor de formas mais polidas e formalizadas de ação no jogo político.<sup>76</sup>

---

Aires: Sudamérica, 1998, p. 171-172.

<sup>73</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 57-94.

<sup>74</sup> BERSTEIN, op. cit, 2013, p. 69-70.

<sup>75</sup> Ibid., p. 88-90.

<sup>76</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In:

Em sua tese sobre a relação entre a Faculdade de Direito de Porto Alegre e a política (1900-1937), Grijó destaca o papel civilizatório da instituição, responsável por parte da formação da elite política rio-grandense, na superação de “antigos hábitos e práticas antes dominantes na resolução de conflitos político-partidários”.<sup>77</sup> Nas palavras do autor: “Cada vez mais os procedimentos eufemizados e formalistas, ancorados mais ou menos nas próprias regras legais, foram sendo tidos como os mais legítimos no jogo político”.<sup>78</sup>

Conforme Norbert Elias, ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados onde as formas de violência não-físicas, antes misturadas ou fundidas à força física, separam-se desta última, persistindo nas sociedades mais pacificadas de uma forma diferente. Nesses casos, salienta o autor, ocorre uma “mudança civilizadora do comportamento” relacionada ao controle dos sentimentos: a monopolização da violência física sob uma única autoridade acaba forçando “os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão”.<sup>79</sup> Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole.<sup>80</sup>

Elias ressalta que a formação das grandes Cortes em torno dos monopólios de tributação e força física é uma chave para compreensão dos processos interdependentes que envolvem o processo civilizador, pois nelas, uma “nobreza belicosa” (guerreiros) foi gradualmente substituída por uma “nobreza domada” (cortesãos), com “emoções abrandadas”.<sup>81</sup> Isso não significou o fim das disputas, mas sim sua modificação para formas menos violentas, disputas simbólicas cada vez mais regidas pelo autocontrole: no refinamento da Corte a vida não era pacífica, sendo muito intensa a competição por prestígio e pelo favor real.<sup>82</sup>

---

NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs). *O continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 182-183; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Os nomes de poder: a Faculdade de Direito de Porto Alegre, o ensino jurídico e a política no Brasil (1900-1937)*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2017b, p. 276.

<sup>77</sup> GRIJÓ, op. cit., 2017b, p.317.

<sup>78</sup> Ibid., p. 292.

<sup>79</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 198.

<sup>80</sup> Ibid., p. 201.

<sup>81</sup> Ibid., p. 216.

<sup>82</sup> Ibid., p. 225.

Na sociedade de Corte, tomar parte nas formalidades, nos rituais, na etiqueta, nos gestos, possuía um valor de prestígio hierárquico e cumpria um papel importante na definição da posição de força relativa de cada partícipe.<sup>83</sup> O que Elias chama de “racionalidade cortês” (diferente das racionalidades científica e burguesa) diz respeito a uma planificação do comportamento individual visando a assegurar, na competição cortesã, ganhos de estatutos e de prestígio por meio de um comportamento adequado.<sup>84</sup> Destaca-se ainda que, com o processo civilizador, os conflitos passam a exigir qualidades diferentes daquelas necessárias aos conflitos armados: “A reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno [...] onde agia o indivíduo, tornaram-se precondições cada vez mais indispensáveis para o sucesso social”<sup>85</sup>

Na conferência *A política como vocação*, proferida originalmente em 1919, Max Weber formula três fundamentos de legitimidade da dominação política: a) a autoridade do “passado eterno”, que seria a dos costumes, do poder tradicional como dos patriarcas e senhores de terras; b) a autoridade fundada no carisma e que leva à devoção e confiança no profeta, no dirigente guerreiro, no soberano eleito, no chefe do partido; c) a autoridade que se impõe em razão de uma competência positiva, fundada em regras racionais e legais, própria do “servidor do Estado”.<sup>86</sup>

Argumentando sobre como as forças políticas dominantes afirmam sua autoridade, e sobre a natureza dos meios de que dispõem os “homens políticos”, Max Weber trata do desenvolvimento do Estado moderno, com atenção para o processo de expropriação dos poderes privados independentes que concorriam com o poder do Príncipe. É nesse processo de expropriação dos meios de gestão dos “funcionários” que os detinham por direito próprio que surge uma nova categoria: os políticos profissionais, que não tendo aspirações senhoriais ou carismáticas, se colocavam à disposição do Príncipe na gestão política e exerceriam atividade política não de forma ocasional ou temporária.<sup>87</sup>

<sup>83</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 60.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>85</sup> ELIAS, op. cit., 1993, p. 226.

<sup>86</sup> WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011, p. 68.

<sup>87</sup> WEBER, op. cit., p. 75.

Na esteira dessa discussão, Weber destaca duas maneiras de fazer política: ou se vive *para* a política ou se vive *da* política, ou seja, a atividade política pode ser exercida honorificamente – e assim o recrutamento segue um critério plutocrático – ou de forma remunerada – na qual o recrutamento é não plutocrático.<sup>88</sup> Sobre os políticos profissionais, destaca algo interessante para pensar as competências necessárias à atividade política: as camadas sociais politicamente disponíveis nas quais o Príncipe foi buscar seu apoio, sendo clérigos, letrados de formação humanística, nobreza da Corte, juristas, patriciado (*gentry*) no caso inglês. Destaca-se o caso dos advogados como políticos:

Em medida cada vez maior, a política se faz, hoje, em público, e se faz, portanto, com a utilização desses instrumentos que são a palavra falada e escrita. Pois bem, pesar o efeito das palavras é algo que se põe como parte relevante da atividade do advogado, mas não como parte da atividade de um funcionário especializado.<sup>89</sup>

Se para Max Weber o Estado Moderno é um agrupamento de dominação que obteve êxito no monopólio da violência física legítima como instrumento de domínio e que “reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão”<sup>90</sup>, Pierre Bourdieu avança no seguinte sentido: o Estado reivindica com sucesso o uso legítimo da violência física e simbólica.<sup>91</sup> Para o autor, o Estado é “resultado de um processo de concentração de capital” que inclui a força física (exército, polícia), mas também capital econômico, cultural (de informação), simbólico, e esta concentração o constitui como detentor de um “capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital”<sup>92</sup>

Conforme Bourdieu, excetuando as situações de crise, “a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio

<sup>88</sup> Ibid., p. 80-81.

<sup>89</sup> Ibid., p. 96.

<sup>90</sup> Ibid., p. 74.

<sup>91</sup> BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papirus, 1996, p. 97.

<sup>92</sup> BOURDIEU, op. cit., 2012, p. 99.

dos profissionais e se acha sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político”.<sup>93</sup> Existe um desapossamento que garante este monopólio, relacionado especialmente ao tempo livre e ao capital cultural: “A concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto, tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação política estão os simples aderentes”. Temos assim os *profissionais* e os *profanos*.<sup>94</sup>

A preparação destes profissionais está ligada a uma aprendizagem de saberes específicos, tais como conceitos, teorias e dados econômicos, e de capacidades mais gerais, tais como o domínio de uma determinada linguagem e retórica. Quanto a este último aspecto, Bourdieu destaca duas competências básicas: a do *tribuno*, necessária nas relações com os profanos, e a do *debater*, necessária na relação entre os pares. Mais do que isso, o autor salienta o papel de uma espécie de iniciação:

Com suas provas e ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica inerente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido.<sup>95</sup>

Bourdieu destaca a existência de uma *cultura esotérica* fruto da lógica relacional dos partidos políticos, em que as ações estão relacionadas às tomadas de posição dos concorrentes no seio do campo. Dito de outro modo, não somente há problemas, conceitos e discursos totalmente estranhos aos *profanos*, mas sutilezas que podem passar despercebidas pelos não iniciados e cumprem um papel nas relações de conflito e de concorrência no jogo político. Para o autor, tais aspectos são inacessíveis à maioria das pessoas menos pela complexidade da linguagem e mais pela complexidade das relações sociais que constituem o campo político: “Não podem compreender que este ou aquele *distinguo* entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, [...] dê lugar a tais

<sup>93</sup> Ibid., p. 166.

<sup>94</sup> Ibid., p. 164.

<sup>95</sup> Ibid., p. 170.

debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses *distinguos*.<sup>96</sup>

Mais do que propiciar inteligibilidade ao jogo político, as formas e sutilezas do embate retórico possibilitam lances, avanços e recuos naquilo que Bourdieu chamou de “jogo político”.<sup>97</sup> Estão inclusas, portanto, naquelas capacidades cujo aprendizado é necessário aos que pretendem participar do jogo político *profissionalmente*. Desse modo, a constituição do *métier* político moderno está associado a um processo gradual de substituição das formas violentas de conflito por formas simbólicas, formalizadas, civilizadas, eufemizadas, regradas e incorporadas ao embate político reconhecido como legítimo, chamado por Norbert Elias de *processo civilizador*, e seus protagonistas operam por meio de competências, de um capital segundo Pierre Bourdieu.

As formas de embate político que se ancoram em recursos simbólicos precisam ser suficientemente civilizadas de modo a manter o conflito no plano não físico e, ao mesmo tempo, compostas por regras reconhecidas por todos os competidores a fim de que o embate possibilite uma competição real entre as elites políticas e não uma mera encenação. Todo esse *métier* se expressa e dialoga com práticas sociais e valores culturais que os precedem. Cabe à História Política a leitura desses códigos do poder.

<sup>96</sup> BOURDIEU, op. cit., 2012, p. 179.

<sup>97</sup> Ibid., p. 172.





# II

## RESSURGÊNCIAS DA EXTREMA-DIREITA DE INSPIRAÇÃO FASCISTA NA AMÉRICA LATINA:

*o negacionismo histórico*

CARLA BRANDALISE  
FÁBIO CHANG DE ALMEIDA

Na América Latina é possível observar duas ondas mais significativas de manifestações inspiradas no nazifascismo histórico europeu, sendo as mesmas dotadas de menor ou maior espectro de ação ou inserção. Uma delas se reporta aos próprios anos de 1930; a outra, mais recente, se faz presente, em especial, a partir de meados da década de 1990. A primeira fase obedeceu a padrões mais clássicos de organização, quais sejam, tentativas de composição primeira em sistemas político-partidários constituídos, agrupamento manifesto e legalizado de militantes, respeito relativo às instâncias institucionais do poder estatal, inobstante a intenção posterior ser, em geral, a reversão destes meios políticos. Já a segunda fase, que é objeto central de análise deste capítulo, mostra-se, até por força de legislações coibitivas, à margem do campo político institucional. Suas particularidades têm sido, desde o princípio, o uso intensivo de novas tecnologias, como as redes de informação via internet, para manter seus tentáculos atuantes, bem como a sua capacidade de ocultar-se, tornando-se escorregadia mediante a utilização destes mesmos recursos. A investigação a propósito do proselitismo, da interorganização e das releituras subvertidas do passado efetuadas por grupelhos de inspiração fascista na internet mostram a ampla e surpreendente extensão do fenômeno. Alguns domínios são particularmente caros a maior parte destas or-

ganizações, como o relativismo e o negacionismo históricos, e o antissemitismo. Observa-se que, em função dos dados coletados até o momento a propósito da América Latina, essa análise restringir-se-á aos finais do século XX e inícios do século XXI. Ou seja, mostrará uma primeira fase de expansão nesse continente do fenômeno que se pode denominar de neofascista<sup>1</sup>, dado o alumbramento e a reivindicação francamente assumidos com o fascismo histórico, em suas descabidas afirmações e ilações, em suas representações e simbolismos, em sua busca de agitações violentas.

## I

Em meados de 1920 e, sobretudo, nos anos de 1930, ou seja, no período coincidente com os movimentos fascistas originais europeus, também no subcontinente latino-americano surge uma série de movimentos de inspiração naquelas manifestações ideológicas. Exemplos encontram-se no Movimento Nacional-Socialista Chileno, na União Nacional Sinarquista no México, no Nacionalismo Argentino de Direita e na Ação Integralista Brasileira, sendo esta última a mais bem sucedida.

Em abril de 1932 surgia no Chile o Movimento Nacional-Socialista Chileno (MNS) fundado por Jorge González Von Marées. O *Nacismo*, como era chamado por seus membros, apresentava-se como a única esperança possível de realização dos interesses nacionais. Imbuído desta ‘missão’, pretendia criar uma força popular interna abrangendo todas as classes e origens sociais. Dizendo-se dedicada à construção de um grande Chile, defendia o nacionalismo, através da constituição de um aparato administrativo fortemente centralizado e hierarquizado. Posicionava-se contra os ‘colonizadores’ externos imperialistas (no caso, norte-americano e inglês), contra o liberalismo e o ‘capitalismo selvagem’. A atuação política de um novo líder atingiria a vontade coletiva mediante a mobilização do ‘anônimo de massa’, evidenciando seu caráter recrutador. Seu modelo

<sup>1</sup> Movimentos contemporâneos que pretendem reviver diretamente em mimetismo o projeto e as ideias da extrema direita fascista europeia do entre guerras. O neofascismo designa os movimentos que foram criados após a queda do regime fascista e que visavam reviver, possivelmente de diferentes formas, ou mesmo prolongar a experiência do fascismo.

de funcionamento aparentava-se com o nacional-socialismo alemão, porém com tonalidades bastante ligadas ao contexto chileno da época.<sup>2</sup>

No México, em maio de 1937, é fundada a União Nacional Sinarquista (UNS), a qual conceituava-se enquanto movimento nacional e não como partido político, o que contribuiu momentaneamente para que angariasse significativo contingente de simpatizantes. Sua intenção seria ‘salvar’ o país das assim consideradas ameaças à estabilidade do mesmo, quais sejam, a Revolução de 1910, os comunistas, os norte-americanos, os franco-maçons, os protestantes, os judeus. A União elabora um programa de cunho religioso e social, baseado na fé católica, nas tradições hispânicas, na família tradicional, na vida em aldeias, na ‘economia do bem-comum’. Para tanto, exaltava discursivamente a coragem, o sacrifício, o ascetismo e a disciplina. A propaganda era feita, em especial, em áreas onde a política de reforma agrária obtivera pouco sucesso e onde uma corrupção administrativa vigorava.<sup>3</sup>

Já na Argentina, um agrupamento político conhecido como ‘Nacionalismo Argentino de Direita’ apresentava um mosaico ideológico um tanto mimético ao fascismo europeu. Contra a política do presidente Irigoyen, reuniu-se um pequeno grupo de intelectuais que, ao longo da década de 1920, transformou-se em um movimento militante de protesto. Apesar da sua falta de organicidade, os ‘nacionalistas’ apresentavam como bandeira comum a proposta de desmantelar a democracia argentina através de um golpe militar. Condenavam as idéias liberais ‘importadas’ da França e da Inglaterra, às quais atribuíam os males do país. Convergiam ainda quanto ao repúdio ao parlamentarismo e aos sistemas político-partidários, bem como à proposição de uma organização hierárquica mediante uma representação corporativa e um vínculo entre Estado e Igreja.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Ver: Potashnik, Michael. *Nacismo: National Socialism in Chile: 1932-1938*. Univ. of California Press, 1974; Klein, M. The Chilean Movimiento Nacional Socialista, the German-Chilean Community, and the Third Reich, 1932–1939: Myth and Reality. *The Americas*, 60(4), 2004, pp. 589-616; Sznajder, Mario. “A Case of Non-European Fascism: Chilean National Socialism,” *Journal of Contemporary History* 28:2 (April 1993), pp. 269–296

<sup>3</sup> Ver: MEYER, Jean. *Le Sinarquisme: un fascisme mexicain? 1937-1947*. Paris: Hachette, 1977; Young, J. (2022). Fascists, Nazis, or Something Else?: Mexico’s Unión Nacional Sinarquista in the US Media, 1937–1945. *The Americas*, 79(2), 229-261; GONZALEZ FLORES, José Gustavo. The reasons for the sinarquista: The organization and ideology of the National Union Synarchists. *Culturales* [online]. 2015, vol.3, n.1, pp.49-76.

<sup>4</sup> GERASSI, Marysa. *Los Nacionalistas*. BA: Jorge Alvares, 1968; DEUTSCH, Sandra. *Counter-Revolu-*

Por sua vez, a estilização fascista na América Latina teve seu maior expoente na Ação Integralista Brasileira (AIB). Fundada em 1932, pelo jornalista e romancista Plínio Salgado, caracterizou-se como o primeiro fenômeno de massas do país. A crise de transição modernizadora que atravessou o Brasil durante as décadas de 1920 e 1930 constituiu o pano de fundo à maturação de uma organização deste gênero, sendo determinante a pressão dos setores médios por participação política. Houve espaço para o despertar de correntes de pensamento nos moldes de um hiper nacionalismo antiliberal e populista. A centralidade ideológica encontrava-se na construção mítica de um ‘Brasil real’, em oposição ao ‘Brasil oficial’ artificializado pela importação de modelos institucionais estrangeiros. A via de solução às dificuldades nacionais passava pela construção de um Estado forte, pela recusa do sistema liberal-democrático com seu ‘desmoralizado’ parlamentarismo multipartidário calcado em valores humanistas-iluministas trazidos de fora, responsável maior pela ‘situação caótica de desagregação nacional’.<sup>5</sup>

Com o fim desta primeira fase de organizações de inspiração fascista, este viés ideológico praticamente desaparece da América Latina até seu ressurgimento nos anos de 1990. Desta vez, o caráter mimético das manifestações é muito mais evidente. Temas recorrentes aos extremismos neofascistas europeus são plenamente incorporados pelos grupos latino-americanos, como no caso do ‘revisionismo’<sup>6</sup> histórico.

---

*tion in Argentina, 1900-1932.* Lincoln-London, 1986; DEUTSCH, Sandra. *Las derechas: la extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile, 1890-1939.* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005; LVOVICH, Daniel. *El nacionalismo de derecha.* Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006;

<sup>5</sup> TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o Fascismo Brasileiro na década de 30.* SP: Difel, 2ed., 1979; MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil. 1930-1945.* RJ: FGV, 1978; ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *A cor da esperança: totalitarismo e revolução no Integralismo de Plínio Salgado.* CPDOC/FGV, 1984; BRANDALISE, Carla. *Dimensões do Fascismo: a Ação Integralista Brasileira.* 1. ed. Curitiba: CRV, 2021. BRANDALISE, Carla. *A Itália sob o Fascismo e a Latinidade das Américas.* 1. ed. Jundiaí: Paco, 2020.

<sup>6</sup> O termo refere-se à ação de reconsiderar, ou mesmo questionar completamente, um fato ou teoria comumente aceito. Poderia designar teoricamente uma ação positiva, já que em qualquer campo uma nova informação pode impor um reexame. Mas, na realidade de seu uso, o que se revela são desserviços negativos cumulativos, com contorcionismo históricos, quando não meras negações de circunstâncias evidentes. Desta forma, o adjetivo revisionista se torna sinônimo de malversação dos fatos. Neste trabalho, o termo remete-se especificamente tanto para designar a negação da existência das câmaras de gás quanto, mais amplamente, referenciar-se a qualquer contestação ou minimização do extermínio dos judeus pelos nazistas. Ver: VIDAL-NAQUET, Pierre. *Thèses sur le révisionnisme.* In : *Les assassins de la mémoire.* Paris : Seuil, 1995.

## II

Manifestações políticas que recorriam diretamente à imagética, ao ideário ou a referências ao fascismo original passaram a freqüentar os noticiários de maneira cada vez mais recorrente a partir, em especial, da década de 1990, persistindo em suas ocorrências desde então.<sup>7</sup> Várias pesquisas e estudos atestaram que o número de incidentes violentos relacionados à extrema-direita vinha crescendo, não só na Europa<sup>8</sup>, como também nas Américas.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Foram consideradas “neofascistas” as fontes que continham conteúdo inspirado ou referente ao fascismo italiano, ao nazismo alemão e/ou suas derivações. Foram utilizadas apenas fontes primárias latino-americanas, essencialmente oriundas da internet, cujo conteúdo principal fosse composto de material de apologia ideológica ou política, ou ainda referente ao revisionismo histórico. Evitou-se a utilização do termo “neonazismo”, dando-se preferência à expressão mais genérica “neofascismo” em função da precedência cronológica do fascismo italiano.

<sup>8</sup> Tomando-se como exemplo, a primeira década do século XXI, o *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* registrou entre 2000 e 2006 um crescimento na taxa de crimes com motivação racial nos seguintes países europeus: Alemanha, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Polônia, Portugal, Eslováquia, Finlândia e Reino Unido. (*European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia – Annual Report on Racism and Xenophobia in the Member States of the EU - 2007*, pp. 118-124. Disponível em <<http://www.eumc.at>>. Acesso em setembro de 2007). Alemanha e França possuem registros específicos sobre crimes cometidos por grupos de extrema-direita, ou indivíduos motivados por valores de extrema-direita. Entre 2001 e 2006, a Alemanha assinalou um aumento de 12,2% nesta categoria de crimes. Entre 2000 e 2006, a França obteve um aumento de 23,1% na quantidade de crimes de extrema-direita. (*Ibid*, p. 125). Outra organização, o Instituto Stephen Roth da Universidade de Tel Aviv, também atesta o crescimento da violência na Alemanha. Segundo o Instituto, em 1997 foram registrados 825 incidentes antisemitas no país. No ano seguinte, o número aumentou para 991 e em 2005 foram 958. Entre 2004 e 2005, o número de crimes de extrema-direita cresceu 25%, passando de 12.051 em 2004 para 15.361 em 2005. De acordo com as organizações que tratam das vítimas da violência racista na Alemanha, o número de casos não registrados é considerado muito mais elevado. Em Berlim, os incidentes violentos da extrema-direita quase dobraram em 2005 com relação ao ano anterior. (*Stephen Roth Institut for the Study of Contemporary* – Relatório de 2005 sobre antisemitismo e racismo na Alemanha, disponível em: <<http://www.tau.ac.il/Anti-Semitism/asw2005/germany.htm>>. Acesso em maio de 2007).

<sup>9</sup> Na América Latina faltam estatísticas mais específicas sobre o tema. Os números disponíveis, referentes ao antisemitismo, fornecem uma ideia relativa acerca do crescimento da extrema-direita, visto que não é só esse viés político que pratica o antisemitismo. Por outro lado, o antisemitismo é uma vertente da violência de extrema-direita, mas não a única. Seriam necessários levantamentos sobre os incidentes relativos à xenofobia, ao racismo e à “guerra” entre *punks* e *skinheads* para desenhar um quadro mais completo a respeito do tema. Feitas essas ressalvas, percebe-se que no Chile, após um período de estabilidade, registrou-se um aumento de 410% no número de incidentes antisemitas entre os anos de 2004 e 2006. (*Stephen Roth Institut for the Study of Contemporary* – Relatório de 2006 sobre antisemitismo e racismo no Chile, disponível em: <<http://www.tau.ac.il/Anti-Semitism/asw2006/chile.htm>>. Acesso em outubro de 2007). No Brasil, grupos de inspiração neofascista estão envolvidos em diversos episódios violentos, cujos relatos já se tornaram comuns na imprensa. Na Argentina, constatou-se uma média de 230 incidentes antisemitas por ano, entre 1998 e 2006. Entre 2004 e 2006, houve um aumento de 242,7%, com o número de incidentes chegando a 586 em 2006. (*Informe sobre antisemitismo en la Argentina 2006. Centro de Estudios Sociales - Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas*. Disponível em: <[www.daia.org.ar](http://www.daia.org.ar)>. Acesso em maio de 2007). Neste país, também são muitos os casos de violência envolvendo a extrema-direita, registrados pela imprensa.

De maneira concomitante à sua ‘estreia’ nos anos 1990, os grupos de inspiração neofascista ganharam uma importante ferramenta de divulgação com a popularização da internet. A partir daqueles anos, a rede mundial de computadores passa a se configurar como o principal meio de comunicação deste viés da extrema-direita.<sup>10</sup> A produção textual disponível nas páginas de conteúdo neofascista da internet revelava desde então um diversificado e persistente conjunto de temas. São tratados assuntos relativos à espiritualidade, panorama político internacional, nacionalismo, racismo, xenofobia, entre outros.<sup>11</sup>

Contudo, é através do ‘revisonismo histórico’ que estes grupos atingem o maior número de leitores. Isso acontece porque, muitas vezes, os simpatizantes do revisionismo não são necessariamente militantes neofascistas, nem mesmo simpatizantes da extrema-direita. Podem ser indivíduos que, a princípio, não se movem por alguma manifestação ideológica. Trata-se da sedução de uma história “oculta”, o fascínio pela possibilidade de uma “verdade além do aparente”, fora da influência dos “vencedores da guerra” ou dos envolvidos na “grande conspiração”.<sup>12</sup>

Dentro do ‘revisonismo’, esse movimento pseudo-acadêmico, inscreve-se a relativização de determinados elementos históricos do fascismo. Como será visto mais adiante, em sua vertente mais extremista ele nega o caráter genocida do nazismo. Um ponto decisivo acerca da validação do ‘revisonismo’ ocorre na Alemanha em meados dos anos de 1980 em um debate envolvendo por um lado os historiadores Ernst Nolte (1923-2016), Klaus Hildebrand (1941) e Andreas Fritz Hillgruber (1925-1989), por outro o filósofo e sociólogo Jürgen Habermas (1929). Tal discussão referendava o “revisonismo clássico” ou “relativismo”. Na maioria dos casos, o revisionismo clássico caracterizava-se por uma tentativa

<sup>10</sup> Ver: ALMEIDA, Fábio Chang de. A serpente na rede: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: 2008.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> São recorrentes nas fontes estudadas referências à teoria de uma “conspiração sionista internacional”. Algumas vezes o termo pode ser “conspiração judaica”, “conspiração judeu-maçônica”, ou “conspiração judeu-marxista”, mas o princípio parece ser sempre o mesmo. No imaginário neofascista, trata-se de uma complexa coalizão envolvendo judeus, maçons e comunistas com o objetivo secreto de dominar o mundo e subjugar a “raça ariana”. A suposta manipulação da história pode ser compreendida pelos simpatizantes do revisionismo como um dos elementos dessa conspiração.

de relativização ou minimização do fascismo, mergulhando-o em um contexto maior e justificativo. Com esta orientação, procurava-se mitigar o caso alemão, não diferenciando os crimes da extrema-direita dos crimes da extrema-esquerda, quando não responsabilizar essa última pelos crimes da primeira.

Em 06 de junho de 1986, historiador conservador, nascido em Berlim, Ernst Nolte, ex-aluno e discípulo de Heidegger, publicava em um jornal de centro-direita, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, um artigo intitulado “O passado que não quer desaparecer”<sup>13</sup>, onde Auschwitz era apresentada como uma reação ao Goulag soviético e à participação dos judeus nesse processo. A Revolução Russa e seus desdobramentos constituiriam aos olhos dos nazistas uma “ameaça existencial”, provocando essa reação extremada do holocausto.

O que provocou a reação imediata de Habermas, desencadeando a “quere-la dos historiadores” sobre a questão.<sup>14</sup> Esse prontamente refuta esse viés interpretativo de Nolte, o acusando de ‘revisonismo’ e mostrando que essa manobra serviria para banalizar o nazismo. Ao contrário, afirma Habermas, a responsabilidade alemã sobre o holocausto não pode se extinguir ou se relativizar, “ninguém pode subtrair-se desse meio histórico porque nossa identidade enquanto indivíduos, mas também como alemães, está irremediavelmente ligada.”<sup>15</sup> Mergulhava, assim, as causas da “solução final” em ideias e sentimentos antissemitas anteriormente presentes em amplo espectro da sociedade alemã. A culpabilidade e a responsabilidade deviam ser reportadas à nação alemã, imiscuída que era em um racismo crônico e vingativo. Essa nação tudo deveria fazer para evitar o ressurgimento de qualquer nacionalismo homicida e revanchista.

Klaus Hildebrand, se associando ao debate, vinha reforçar Ernst Nolte, deliberando que “ao não fazermos certas perguntas, estamos praticando a auto-

<sup>13</sup> « Vergangenheit, die nicht vergehen will ». Em tradução livre dos autores.

<sup>14</sup> Segundo Daniel Acke, “em 1980, o historiador alemão Ernst Nolte fez uma nova leitura dos crimes nazistas, interpretados como uma reação aos horrores cometidos pela União Soviética. Segundo Nolte e alguns outros historiadores alemães, em suma, os crimes nazistas não teriam sido muito diferentes das outras atrocidades perpetradas durante a Segunda Guerra Mundial. Logo depois, o filósofo Jürgen Habermas protestou contra Nolte, acusando-o de “revisonismo”, desencadeando assim a Historikerstreit (“briga dos historiadores”) na Alemanha. ACKE, Daniel. Révisionnisme et négationnisme. Témoiner. Entre histoire et mémoire, 122 | 2016, p. 53

<sup>15</sup> Apud BLOUVIART, Claire. La Nation et le Mal radical. Notes sur un débat allemand d’un point de vue français. In: Raison présente, n°86, 2e trimestre 1988, p. 39.

censura: isso nos impedindo de comparar a capacidade de extermínio do comunismo e do nacional-socialismo, ou de procurar na história vestígios de modelos de “genocídio judeu”. »<sup>16</sup> Habermas enfatiza, nesse ponto que “se é preciso impedir a todo custo que a culpa alemã desapareça, não é só porque a banalização do nazismo é intolerável, mas também porque essa culpa é a única chance de a Alemanha erradicar seu principal demônio. »<sup>17</sup>

Dito isso, Andreas Hillgruber insistia na defesa de Nolte. Mesmo enfatizando a singularidade do regime nazista, afirmava que todos os regimes, todos os períodos e todos os eventos da história são igualmente únicos. Porém, raciocinava, na história qualquer evento é comparável a outro, como a Rússia bolchevique e a Alemanha nazista. Ao que delibera:

“O assassinato em massa dos kulaks no início dos anos trinta, dos quadros do Exército Vermelho em 1937-1938, dos oficiais e nobres poloneses que caíram nas mãos dos soviéticos em 1939, não é qualitativamente diferente do genocídio do Terceiro Reich. Em ambos os casos, uma simples distinção entre os homens com base na raça ou ideologia de classe resultou em seu assassinato”.<sup>18</sup>

Enquadrando-se ainda nessa vertente revisionista o historiador, professor honorário da Universidade de Heidelberg, jornalista e político conservador alemão, Joachim Fest (1926-2006). Esse mantinha a tese de que não haveria diferença qualitativa entre as câmaras de gás nazistas e os fuzilamentos em massa promovidos pelo NKVD soviético.<sup>19</sup> Da mesma forma que os demais, Fest viveu e narrou a história contemporânea alemã, sendo filho de um pai professor e católico fervoroso perseguido pelos nazistas, o qual foi demitido de seu posto dado ao não alinhamento. O historiador dedicou-se preferencialmente ao jornalismo e à redação da história recente alemã, tendo escrito uma biografia de Hitler, publicada em 1973.

<sup>16</sup> HILDEBRAND, Klaus. In: *Devant l’histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l’extermination des Juifs par le régime nazi*. Cerf: Paris, 1988. p.71.

<sup>17</sup> Apud FERRY, Luc. Préface. In : *Devant l’histoire*. Cerf : Paris, 1988. p. XIV.

<sup>18</sup> HILLGRUBER, Andreas. In : *Devant l’histoire*. Cerf : Paris, 1988. p. 196

<sup>19</sup> TRAVERSO, Enzo. La singularidad de Auschwitz - hipótesis, problemas y derivaciones de la investigación histórica. Buenos Aires: Revista Nuestra Memoria, n. 22, 2003.



Essa obra gerará igualmente polêmica, tendo sido acusada de promover uma estilização<sup>20</sup> do facínora enquanto grande personalidade mundial. Em mais, nas concepções de Fest, como para seus colegas revisionistas dessa fase, não se tratava de negar as evidentes dos crimes nazistas, em especial o holocausto, o “mal radical”, mas de o tratar como um mal em si, imanente à natureza humana, um tipo de pecado capital, mas que encontra reproduções de tempos em tempos na história. Em Fest, o “mal radical nazista” é sim um episódio singular na história alemã, mas trata-se de uma “culpabilidade ultrapassada”, que deve ser superada. O “mal nazista” deveria e poderia ser minimizado, relativizado e contextualizado em outros episódios de “mal radical”, a outras tragédias históricas, atingindo outros povos, outras nações, outros dirigentes.<sup>21</sup>

Voltando para a América Latina, na web neofascista é possível perceber um relativismo semelhante.<sup>22</sup> No site brasileiro *Valhalla*<sup>23</sup>, por exemplo, foi publicado um comunicado que fazia uma série de questionamentos nesse sentido:

Não queremos ser os donos da verdade, queremos mostrar nosso lado da história, que tão somente é contada pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial! (...) Vamos supor que realmente tenham morrido 6 milhões de judeus sionistas durante a 2ª Guerra Mundial. (...) Mas então porque, por exemplo, poucas pessoas conhecem os assassinatos de Mao Tse-Tung e Josef Stalin, que juntos mataram mais de 100 milhões de pessoas!!!??? E quanto a Churchill, este assassino execrável, que junto com Roosevelt mandou

<sup>20</sup> Essa estilização, ou até mesmo banalização, pode ser percebida neste trecho em que o autor descreve o deslocamento e a chegada de Hitler na cervejaria de, por ocasião do Putsch de Munique em 1923.

“Trajado com uma longa casaca negra, a cruz-de-ferro pregada ao peito, Hitler tomou lugar na Mercedes vermelha comprada havia pouco. (...) Com aquele gosto peculiar por cenas exageradas e teatrais, brandiu um copo de cerveja e, enquanto uma pesada metralhadora era posta em bateria ao seu lado, engoliu dramaticamente um último gole, arremessando em seguida com estrondo o copo aos pés”. Nesta obra, Fest retrata Hitler com essa noção já superada, porque reducionista, de um líder carismático, sedutor e emblemática capaz de incendiar as massas até então amorfas. FEST, Joachim. Hitler. São Paulo: Nova Fronteira, p.

<sup>21</sup> BLOUVIART, Claire. La Nation et le Mal radical. Notes sur un débat allemand d’un point de vue français. In: Raison présente, n°86, 2e trimestre 1988, pp. 37-41.

<sup>22</sup> Os textos, levantados em uma amostragem oriunda da Internet, foram reproduzidos em forma de citação, conservando eventuais erros ortográficos, gírias e neologismos presentes nos textos originais. Evitou-se a utilização do “sic”, para facilitar a leitura.

<sup>23</sup> Juntamente com outros cinco sites, o *Valhalla* foi retirado do servidor *Libre Opinión* em 2005, após um pedido formal do Ministério Público Federal de São Paulo, mas voltou à rede em outro domínio. Atualmente está fora do ar.

liquidar a cidade alemã de Dresden, deixando 500 mil mortos, sendo que a cidade nem ao menos tinha alvos militares, você os condena por isso?<sup>24</sup>

Outra vertente revisionista a figurar nos *sites* latino-americanos de extrema-direita é ainda mais tendenciosa, corroborando fraudes históricas. Trata-se de um discurso impregnado com uma pesada carga ideológica conhecido como negacionismo<sup>25</sup>, que se desenvolveu principalmente na França, Alemanha, Estados Unidos logo após o final da Segunda Guerra. Essa subdivisão do revisionismo procura reescrever a história negando o holocausto judeu.

Tomando o caso da França, já em 1948, o professor e crítico literário francês, especialista em literatura do século XIX, Maurice Bardèche (1907-1998) publicava em Paris a obra *Nüremberg où la Terre Promise*, onde corroborava a noção de que os crimes nazistas eram uma farsa. Bardèche é um entusiasta de primeira hora da Falange Espanhola de José Antonio Primo de Rivera e declarava, sem rodeios, suas convicções fascistas e antisemitas na década de 1930, revelando seu fascínio pelas performances ocorridas por ocasião dos congressos anuais do Partido Nazista na cidade de Nuremberg.<sup>26</sup>

Em sua obra, Bardèche alega um erro de tradução na leitura da documentação que os Aliados, entre eles os franceses, estariam utilizando como prova condenatória aos alemães envolvidos no holocausto. Se bem interpretada a língua e a escrita alemã ver-se-ia que as câmaras de gás serviam apenas para “desinfecção”, e não para o “extermínio”. A leitura equivocada evidenciaria o mal juízo a priori feito em relação aos nacional-socialistas da Alemanha, que, através do encarceramento dos judeus, “apenas” pretendiam evitar maiores interferências dessa comunidade em seu país, dado o peso econômico e político anterior da mesma em meio à gestão da nação. Não haveria, portanto, nenhuma prova definitiva a evidenciar qualquer política de extermínio. Nas palavras de Bardèche:

<sup>24</sup> “Comunicado aos Camaradas Nacional-Socialistas do Brasil”. Site Valhalla. Disponível em: <<http://www.valhalla88.com/nazistassulinos/mensagemiro88.html>>. Acesso em julho de 2006.

<sup>25</sup> A palavra negacionismo foi formalizada pelo historiador francês Henri Rousso em 1987, ao invés da palavra revisionismo, que se revelou por demais elíptica. Hoje, a palavra revisionismo refere-se a teses tendentes a minimizar a extensão do Holocausto sem negar sua realidade. ROUSSO, Henri. *Le syndrome de Vichy*. Paris: Seuil, 2e édition 1990. pp. 176-183

<sup>26</sup> MILZA, Pierre. *L'Europe en chemise noire*. Paris : Flammarion, 2004. pp. 160-161

“Se a delegação francesa encontra faturas de gás nocivo, comete um erro de tradução e cita uma frase onde se pode ler que este gás era para ‘extermínio’, quando o texto alemão diz mesmo que era para ‘saneamento’, ou seja, a destruição dos piolhos de que todos os internados se queixavam (...) e não temos o direito de concluir disso que o nacional-socialismo necessariamente engendraria o extermínio dos judeus: apenas há a proposição de que os judeus não deveriam mais interferir na vida política e econômica do país, e esse resultado poderia ser obtido por métodos razoáveis e moderados”.<sup>27</sup>

Apesar do pioneirismo da obra, o livro tenderá a ser ignorado pelos negacionistas posteriores, devido ao alto comprometimento ideológico de seu autor, com sua postura fascista militante.<sup>28</sup> Todavia, o desenvolvimento do negacionismo viria a ganhar novos impulsos na França em inícios dos anos de 1980, com a editora francesa *La Vieille Taupe*, fundada por Pierre Guillaume em 1965. Inicialmente de orientação trotskista, a editora fecha suas portas em 1972 e reaparece entre os anos de 1979 a 1991, evidenciando uma ruptura com o comunismo e uma mudança radical em sua orientação. Tornou-se uma importante fonte de publicações negacionistas, sob influência de uma das obras fundadoras do negacionismo, *Le Mensonge d’Ulysse* de Paul Rassinier<sup>29</sup>, a qual será tratada mais adiante.

Observa-se que, desde então, os negacionistas esforçam-se em construir um discurso que atribui uma aura de heroísmo ao seu trabalho. Muitas vezes o negacionismo assume caráter de “ciência perseguida”, e seus agentes enfatizam as restrições impostas em muitos países às suas publicações. A enciclopédia *online* de extrema-direita *Metapedia*<sup>30</sup> define assim o verbete “Revisionismo Histórico”:

El Revisionismo Histórico se ocupa de la revisión de sucesos “historicamente aceptados” por la “historia oficial” basándose en documentación que fue ocultada por los gobiernos y nuevas

<sup>27</sup> BARDECHE, Maurice. Nuremberg ou La Terre promise. Paris : Les sept couleurs editions, 1948. p.133.

<sup>28</sup> VIDAL, César. La revisión del holocausto. Madri: Anaya & Mario Muchnik, 1994. p. 17

<sup>29</sup> IGOUNET, Valérie. Histoire du négationnisme en France. Paris : Seuil, 2000. p. 184.

<sup>30</sup> Enciclopédia eletrônica com orientação ideológica voltada à extrema-direita. Usa formato semelhante ao inaugurado pela Wikipedia, onde os usuários podem editar o conteúdo dos verbetes.

evidencias descubiertas. El término es especialmente usado para describir la revisión de la historia en Europa en los días del Nacional-socialismo alemán incluyendo el tan mentado Holocausto judío. La discusión de este tema está totalmente prohibido en varios países europeos que se declaran democráticos y existen penas severas para quienes nieguen el Holocausto.<sup>31</sup>

De forma semelhante ao verbete da Metapedia, o site chileno *Era Hitleriana*<sup>32</sup> enfatiza a suposta perseguição da qual os ativistas revisionistas seriam vítimas. Esta perseguição se efetivaria tanto no âmbito acadêmico quanto pessoal:

Murieron realmente seis millones? Esta es la pregunta mas facil pero mas peligrosa de contestar en el mundo de hoy, pues se refiere, logicamente, a la archipublicitada matanza de judios durante la Segunda Guerra Mundial en camaras de gases y hornos crematorios. Atreverse a denunciar esta mentira monstruosa significa perder su trabajo y hasta sus titulos a prestigiosos catedraticos de diversas nacionalidades, su acceso a publicaciones y editoriales para historiadores honestos, y hasta la salud o la vida a ellos y otros revisionistas.<sup>33</sup>

Grande parte das teses colocadas em prática nos sites neofascistas latino-americanos produzem um discurso que mistura negacionismo e relativismo revisionista. Um texto publicado no site brasileiro *Valhalla* exemplifica este sincretismo que enfatiza aspectos considerados positivos e dinâmicos do nazismo, trazendo as supostas benevolência e presteza sagas de Hitler, ao mesmo tempo que denuncia o Tratado de Versalhes, elaborado com o fim da Primeira Guerra Mundial, como uma perversa maquinação judaica. Aponta ainda os judeus como os verdadeiros responsáveis pela eclosão e condução do conflito, guerra para a qual a Alemanha havia sido arrastada contra a sua vontade. De acordo com o texto, o regime nazista:

<sup>31</sup> Verbetes "Revisionismo Histórico" na enciclopédia Metapedia. Disponível em: <<http://es.metapedia.org>>. Acesso em abril de 2008.

<sup>32</sup> Site chileno de inspiração nazista hospedado no servidor argentino Ciudad Libre Opinión. Atualmente está desativado.

<sup>33</sup> Las Pruebas de que el Holocausto Judio es una Fantasia. Site Era Hitleriana. Disponível em: <<http://www.libreopinion.com/erahitleriana>>. Acesso em setembro de 2002.

[...] recuperou a Agricultura e o Campesinato para alimentar a todo o Reich e ante o crescimento gigantesco das colheitas, voluntários das diversas profissões, indústria e comércio foram trabalhar lado a lado com os camponeses. Levantou o nível do operário, que pela primeira vez começou a ser respeitado por toda a Comunidade, com o que milhões de comunistas, ao viverem a realidade Nazi e compararem-na com as eternas promessas e falsidades do Marxismo, se converteram espontaneamente ao Nazismo. Eliminou as divisões do povo alemão, a vertical em classes alta-média-baixa e a horizontal em direita-centro-esquerda. Recuperou o orgulho de um povo abatido e humilhado, remoçando sua educação e forjando uma juventude olímpica, cuidando da mãe antes do parto, otimizando a atenção médica, assegurando uma lactância adequada e primeiros anos sãos e bem alimentados, ademais fortaleceu o corpo dos infantes, crianças e adolescentes, entregou-lhes conhecimentos úteis e práticos sem enciclopedismo estéril, injetou neles o amor a seu sangue, seu solo, sua história, seu espírito Nacional, deu-lhes mística. Eliminou a inflação (...). Construiu milhares de quilômetros de autopistas modernas, amplas, sólidas, com sentido ecológico autêntico, pelas quais correu o “automóvel do povo”, o Volkswagen concebido por Hitler (...) Construiu e fez construir centenas e centenas de milhares de moradias mais que dignas para os trabalhadores, cada uma com sua horta, que a família trabalhava com suas próprias mãos. (...) Recuperou territórios roubados impunemente pela judiaria de Versalhes. Formou e equipou um exército congruente com um Reich de mais de 70 milhões de habitantes, o qual foi capaz de resistir a 8 países lacaios do judaísmo durante larguíssimos e duros seis anos de guerra desigual, guerra que nem começou nem desejava...<sup>34</sup>

Torna-se evidente que o texto do site Valhalla se preocupa em recuperar a imagem de Adolf Hitler, caracterizando-o como o grande líder a promover o reerguer alemão das cinzas do pós- Primeira Guerra. A estratégia argumentativa procura, em um primeiro momento, caracterizar um panorama de caos na Alemanha do imediato pré-Hitler. Logo em seguida, o texto enfatiza as presumidas mudanças empreendidas no período hitleriano:

<sup>34</sup> Por que NS? Site Valhalla. Disponível em: <<http://valhalla88.com>>. Acesso em julho de 2006.

Não somente Adolf Hitler construiu o mais abrangente movimento político na história mundial - sob as mais desfavoráveis condições imagináveis - mas ele criou também a mais forte economia na Europa. Quando o Führer tomou posse em 30 de janeiro de 1933, a economia alemã estava calcinada, como um navio em chamas. O desemprego estava acima de 25%. O marco alemão estava sem valor. O comércio internacional era impossível devido à depressão judaica mundial e à recusa da Grã-Bretanha em permitir o acesso da Alemanha aos mercados mundiais. Até mesmo uma união aduaneira com a Áustria foi privada e cercada por uma muralha de protecionismo por parte de nações hostis. A Alemanha havia de permanecer como escrava econômica para todos os tempos. (...) Milhões de homens retornaram ao trabalho, as famílias puderam recomeçar. Um verdadeiro espírito de esperança permeou todos os tecidos da vida alemã. Por volta de 1938, a economia germânica era a mais forte da Europa. (...) Italianos, poloneses e franceses emigraram em massa para a Alemanha, no intuito de alimentar suas famílias.<sup>35</sup>

Sob este cenário histórico convenientemente construído, os textos neofascistas podem lançar mão dos argumentos negacionistas. Os mais comuns são a desqualificação das provas do holocausto (especialmente os depoimentos de sobreviventes), a negação da existência das câmaras de gás e a atribuição das mortes de judeus a doenças e às condições insalubres dos campos. Neste ponto se procura isentar os nazistas de culpa, uma vez que “os transportes por estradas e ferrovias haviam sido inutilizados pelos Aliados”:

Que provas existem de que os nazistas mataram seis milhões de judeus? Nenhuma. Tudo o que temos é o testemunho pós-guerra, em sua maioria de “sobreviventes” individuais. Seu testemunho é contraditório e poucos dizem que realmente viram algum “gaseamento”. Não existem documentos convincentes e nenhuma grande evidência: nenhum monte de cinzas, nem crematórios capazes de destruir milhões de corpos, nem “sopa humana”, nem abajures feitos de pele humana, e nenhuma estatística demográfica credível. (...) Quantos judeus morreram em campos de concentração? Estimativas competentes vão de 300.000 a 500.000. Como eles

<sup>35</sup> Quem foi Adolf Hitler? Site Valhalla, op. cit.

morreram? Em sua maioria, de diversas epidemias de tifo que castigaram a Europa em guerra, bem como fome e falta de cuidados médicos nos últimos meses de guerra, quando virtualmente todos os transportes por estradas e ferrovias haviam sido inutilizados pelos Aliados. (...) Esta doença sempre aparece quando muitas pessoas são colocadas juntas em condições insalubres. É carregada por piolhos que infestam o cabelo e as roupas. Ironicamente, se os alemães tivessem utilizado mais Zyklon B, maior número de judeus poderia ter sobrevivido aos campos.<sup>36</sup>

Na França, ainda voltando a esse país como exemplo, dado que os elementos e os atores na formação das teorias gerais do negacionismo aí apresentaram significativo destaque em relação a outras nações, encontra-se o professor Paul Rassinier (1906-1967), o qual retomando Robert Brasillach e Maurice Bardèche, se colocará no bojo da popularização desta vertente. Rassinier fora um socialista, pacifista e resistente durante a Ocupação, que, inclusive, por essa última ação, é deportado durante a Segunda Guerra aos campos de concentração de Buchenwald e de Dora-Mittelbau.<sup>37</sup>

Mesmo assim, após a guerra, ele se aproxima dos meios de extrema direita, tornando-se um expoente do negacionismo, ao colocar em dúvida a existência de câmaras de gás homicidas e qualquer deliberação de extermínio de judeus, reduzindo esse fato a “rumores”. Convencido de que a denúncia dos crimes nazis poderia produzir o risco de uma nova guerra, se propõe a desacreditar os relatos dos ex-deportados sobreviventes dos campos de concentração. Da mesma forma, se apropria de um dos grandes discursos do antissemitismo nazista, que seriam são os judeus os grandes responsáveis pela guerra. Com o que Rassinier passa a referendar que o Holocausto é um mito destinado a servir aos interesses dos judeus e do recém-criado Estado de Israel.<sup>38</sup>

Suas ideias tomam forma já no imediato pós-guerra, com a publicação em 1950, de *Le Mensonge d'Ulysse. Regard sur la littérature concentrationnaire*. Nessa obra, Rassinier pretende uma ‘revisão’ da “literatura” formada a partir dos

<sup>36</sup> 66 Perguntas e respostas sobre o holocausto. Site Valhalla, op. cit.

<sup>37</sup> BRAYARD, Florent. *Comment l'idée vint à M. Rassinier*. Naissance du révisionnisme. Paris, Fayard, 1996. pp. 22-26.

<sup>38</sup> ROUSSO, Henry. *Les racines du négacionisme en France*. Cités, vol. 36, no. 4, 2008, pp. 53-54.

testemunhos dos campos, com a metáfora do “retorno de Ulisses” em sua arte da mentira, em “seus relatos fantasiosos”, fabricados pelos sobreviventes em seus exageros. Eis seu raciocínio falacioso, sem chegar ao extremo de tudo desmentir:

“Há muita verdade em tudo o que se diz sobre os horrores de que são teatro [os campos de concentração], mas também há muito exagero. Temos que contar com o complexo de mentira de Ulisses, que é típico de todos os homens, conseqüentemente de todos os internados. A humanidade precisa do maravilhoso tanto no mau como no bom, no feio como no belo. Todos esperam e desejam sair da aventura com a auréola do santo, do herói ou do mártir, e cada um acrescenta a sua própria odisseia, sem perceber que a realidade já se basta em grande parte.”<sup>39</sup>

Em 1964, Rassinier volta a carga, com a publicação do livro *Le Drame des Juifs européens*, no qual permanece com as mesmas afirmações:

“Quanto às câmaras de gás: a procissão virtualmente interminável de falsos testemunhos e documentos falsificados [...] provam apenas uma coisa: que as autoridades responsáveis do Terceiro Reich nunca pretenderam exterminar os judeus de forma alguma. Esse extermínio ocorreu sem que a ordem tenha sido dada? Esta questão tem me incomodado por quinze anos.”<sup>40</sup>

Por fim, Paul Rassinier tornou-se um dos principais referenciais negacionistas presentes nos discursos da extrema-direita latino-americana. Alejandro Biondini,<sup>41</sup> presidente do Partido Nuevo Triunfo (Argentina), definia-se, em inícios dos anos 2000, como um “*amante do revisionismo histórico*”.<sup>42</sup> Citando Rassinier,

<sup>39</sup> RASSINIER, Paul. *Le Mensonge d'Ulysse*. Paris : La France libre, 1998, p. 28.

<sup>40</sup> RASSINIER, Paul. *Le Drame des Juifs européens*. 2<sup>o</sup> édition. Paris : La Vieille Taupe, 1984. p.06.

<sup>41</sup> Alejandro Carlos Biondini vinha a ser o presidente do PNT desde sua fundação e também o criador da *Ciudad Libertad de Opinión*, portal e servidor de Internet, maior responsável pela hospedagem de sites neofascistas e negacionistas na América Latina, o que revela a dimensão do movimento.

<sup>42</sup> BIONDINI, Alejandro Carlos. Entrevista à revista ultranacionalista “Acción Chilena”, do dia 13 de janeiro de 2003.

Disponível em <[http://www.accionchilena.cl/Internacional/reportaje\\_a\\_alejandro\\_biondini.htm](http://www.accionchilena.cl/Internacional/reportaje_a_alejandro_biondini.htm)>. Acesso em março de 2007.



Biondini afirma que as câmaras de gás nunca existiram e repete a justificativa negacionista clássica, segundo a qual “a história é escrita pelos vencedores”:

Yo simplemente lo que reitero es un concepto universal, que es que la historia la escriben los que ganan. La historia sobre la Segunda Guerra Mundial, la escribieron los que ganaron. Indudablemente, hay cosas que yo no comparto de lo que fue la experiencia del Nacional-socialismo en Alemania, y hay otras muchas cosas que fueron deformadas. Por ejemplo, hoy en el mundo hay un enorme movimiento revisionista que empezó con Paul Rassinier, que fue un prisionero de los campos de detención alemanes (...) Cuando se empezó a difundir, después de la Segunda Guerra, el tema de las cámaras de gas, del Zyklon B, un héroe de la Resistencia Francesa como fue Paul Rassinier escribió “La Mentira de Ulises” para decir: “Señores, eso es propaganda de guerra, eso nunca existió (las cámaras de gas)”<sup>43</sup>

Com a morte de Rassinier em 1967, desponta como expoente do negacionismo na França o professor da Universidade de Lyon, especialista em literatura do século XX, Robert Faurisson (1919-2018). Torna-se o mais mediatizado e conhecido mundialmente negacionista francês, suscitando amplo debate em meio nacional, a partir da publicação de suas opiniões no jornal de grande circulação, *Le Monde*, em 29 de dezembro 1978. Fato esse que veio a dar suporte “quase involuntário”, “ao nascimento de um negacionista francês.”<sup>44</sup> Ao buscar contextualizar as influências de Faurisson, a jornalista Ariane Chemin escreve:

“Nesse final da década de 1970, o escritor fascista Maurice Bardèche havia a muito empreendido a reescritura da história, em suas explicações de que o genocídio teria sido uma “invenção judaica” para justificar a criação de Israel. Após, um ex-deportado político, Paul Rassinier, dissera, por sua vez, que não existira, “como muitos acreditam”, as câmaras de gás, nem, “como muitos dizem”, judeus exterminados.”<sup>45</sup>

<sup>43</sup> BIONDINI, Alejandro Carlos. Entrevista à Rede de Televisão CableVisión Noticias (CVN), no dia 11 de junho de 2002. Disponível em <<http://pnt.libreopinion.com>>. Acesso em setembro de 2006.

<sup>44</sup> CHEMIN, Ariane. Le jour où «Le Monde» a publié la tribune de Faurisson. *Le Monde*, 20 août 2012. Disponível em [https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2012/08/20/le-jour-ou-le-monde-a-publie-la-tribune-de-faurisson\\_1747809\\_3236.html](https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2012/08/20/le-jour-ou-le-monde-a-publie-la-tribune-de-faurisson_1747809_3236.html). Acesso em abril de 2023.

<sup>45</sup> CHEMIN, Ariane. Le jour où «Le Monde» a publié la tribune de Faurisson. *Le Monde*, 20 de agosto de

Em nome da “liberdade de expressão”, o jornal concedera espaço a Faurisson ao publicar seu texto intitulado, *Le problème des chambres à gaz ou la rumeur d'Auschwitz*. Le Monde pretendia questionar, em seguida, suas negações ao extermínio deliberado de judeus pelos nazistas. Péssima opção. Faurisson alcançara, com isso, uma tributa de peso, em especial entre um público mais jovem. Eis alguns de seus argumentos. Ele admite os fornos crematórios, mas esses seriam usados para incinerar os mortos de causas naturais. Em mais, prossegue, as pessoas responsabilizadas por tais crimes teriam sido forçadas, pelos Aliados vitoriosos, a confessar algo que jamais ocorreu em franco discurso propagandístico dos vencedores da guerra:

“Ninguém contesta o uso de crematórios em certos campos alemães. A própria frequência das epidemias, em toda a Europa em guerra, obrigava à cremação, por exemplo, dos cadáveres de tifo. É a existência das “câmaras de gás”, verdadeiros matadouros humanos, que se contesta. Desde 1945, essa contestação vem crescendo (...) diante dos aparatos judiciais ingleses ou franceses, os responsáveis de Ravensbrück (Suren, Schwartzhuber, Treite) confessaram a existência de uma “câmara de gás” da qual chegaram a descrever, de forma vaga, a operação. Após a morte dos culpados, descobriu-se que esses gaseamentos nunca existiram. Fragilidades de testemunhos e confissões!”<sup>46</sup>

Faurisson ainda sugere culpabilidades aos próprios judeus em relação à perseguição sistemática que esses sofriam em diversos países citando como uma “fonte legítima” os “Protocolos dos Sábios do Sião”<sup>47</sup> e os supostos planos sionis-

---

2012. Disponível em [https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2012/08/20/le-jour-ou-le-monde-a-publie-la-tribune-de-faurisson\\_1747809\\_3236.html](https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2012/08/20/le-jour-ou-le-monde-a-publie-la-tribune-de-faurisson_1747809_3236.html). Acesso em abril de 2023.

<sup>46</sup> FAURISSON, Robert. *Le problème des chambres à gaz* (1) « ou « la rumeur d'Auschwitz ». Le Monde, 29 de dezembro de 1978. Disponível em [https://www.lemonde.fr/archives/article/1978/12/29/le-probleme-des-chambres-a-gaz-1-ou-la-rumeur-d-auschwitz\\_2984666\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1978/12/29/le-probleme-des-chambres-a-gaz-1-ou-la-rumeur-d-auschwitz_2984666_1819218.html). Acesso em maio de 2023.

<sup>47</sup> “Protocolos dos Sábios do Sião” constituem o mais famoso texto sobre uma suposta conspiração sionista. Os Protocolos seriam a transcrição da Ata de um congresso sionista realizado na Basiléia, em 1807. Nele teriam sido traçados os planos judaicos para o domínio do mundo. A primeira publicação dos Protocolos foi realizada na Rússia, em 1903. Desde então, o texto foi traduzido para diversos idiomas e publicado em praticamente todo o mundo. Em 1921, o jornal inglês *The Times* já publicara um artigo onde revelava a fraude dos Protocolos. O documento fora forjado por um agente da Okhrana, (a polícia secreta da Rússia czarista), no final do século XIX. A intenção da farsa era culpabilizar os judeus pela instabilidade da monarquia russa. A falsificação foi realizada com base em um texto de 1864 do francês Maurice Joly: “O diálogo

tas de dominação mundial. Diante de uma forte reação contrária ao negacionismo, em 1980 o linguista Noam Chomsky prefaciou o livro *Memoire en defense contre ceux qui m'accusent de falsifier l'histoire*, de Faurisson, defendendo o direito desse autor de publicar suas ideias, em “nome das liberdades civis”. Embora nunca tenha defendido as teorias negacionistas, apenas o direito de que fossem publicadas<sup>48</sup>, a polêmica envolvendo Chomsky serviu para que Faurisson e outros negacionistas obtivessem visibilidade.

Dentro do revisionismo, muitas vezes há uma tentativa de mascarar a motivação político-ideológica. Uma das estratégias para isso consiste em difundir a noção de que há revisionistas não vinculados à extrema-direita. Nesse sentido, e voltando à América Latina, no ideário negacionista do argentino, presidente do Partido Nuevo Triunfo, Alejandro Biondini, é possível identificar a apropriação e deformação do discurso de Noam Chomsky. Biondini sustenta que “importantes personalidades judias” concordariam com as teorias negacionistas, e para tanto é citado justamente o nome de Chomsky:

No, porque, mire, en este momento, las grandes figuras del Revisionismo a nivel mundial no solamente no tienen nada que ver, pero absolutamente nada que ver con el Nacionalsocialismo, sino que, aunque a Ud. le parezca increíble, y esto es documentado, hay importantes personalidades judías a nivel internacional que niegan las cámaras de gas y el holocausto. Y le doy un caso: el importante científico internacional Noam Chomsky, que ha prologado todos los libros de Robert Faurisson, el revisionista francés. (...) Es decir, no es un tema de algún grupo de nacionalsocialistas o de nostálgicos del Tercer Reich, hay una enorme corriente mundial con científicos y con importantes personalidades judías, que dicen que la historia que nos han contado no es cierta. Pero de última, si queremos hoy ir a ver campos de concentración, campos de detención, torturas, detenidos, tenemos que ir al Estado de Israel. Yo me

---

no inferno entre Maquiavel e Montesquieu”. Em 1999, após pesquisar em arquivos recentemente abertos pela ex-União Soviética, o historiador russo Mikhail Lepekhine confirmou a fraude e revelou o nome do falsificador: Mathieu Golovinski, um ex-agente da Okhrana que viria a trabalhar para os bolcheviques após 1917. Golovinski utilizou o texto de Joly para dar forma a um documento que, supostamente, comprovaria uma série de antigos mitos antisemitas.

<sup>48</sup> EATWELL, Roger. The holocaust denial: a study in propaganda technique. In: CHELES, Luciano; FERGUSON, Ronnie; VAUGHAN, Michalina (orgs.). *Neo-Fascism in Europe*. Londres e Nova York: Longman, 1991. p. 121.

pregunto por qué las cámaras de televisión del mundo o por qué el periodismo del mundo no va a ver los miles de palestinos que hoy están en las cárceles del estado israelí.<sup>49</sup>

Alguns discursos negacionistas são revestidos de termos técnicos, com a intenção de lhes atribuir certa “aura científica”. É o caso do texto abaixo:

Una muestra de control fue retirada de la instalación de desinfección en Birkenau. Se postuló que debido a alto contenido en hierro de los materiales del edificio, en estos campos la presencia de ácido cianhídrico resultaría en la formación de un compuesto ferrocianuro férrico, como se evidencia por el azul prústico en las paredes de las instalaciones de desinfección. Un análisis detallado de las treinta y dos muestras tomadas en los complejos de Auschwitz-Birkenau mostraron 1,050 mg/Kg de cianuro y 6,710 mg/kg de hierro. Resultados mayores fueron encontrados en las supuestas cámaras de gas pero ninguna huella significativa de cianuro. Esto sería imposible si estos sitios estuvieron expuestos la gas del ácido cianhídrico, porque las supuestas cámaras de gas fueron supuestamente expuestas a cantidades mucho mayores de gas que la instalación de desinfección. Sin embargo, el análisis químico apoya el hecho de que estas instalaciones nunca fueron utilizadas como instalaciones de ejecución por gas.<sup>50</sup>

Publicado no site *Tsunami Político*<sup>51</sup>, é uma tradução do artigo *Inside the Auschwitz gas chambers*, que constitui uma introdução ao polêmico relatório produzido em 1988 pelo estadunidense Fred Leuchter. Naquele ano, Leuchter foi contratado pelo negacionista alemão Ernst Zündel para que viajasse à Polônia, com a intenção de procurar provas indicativas de que as câmaras de gás nunca existiram. Zündel estava respondendo a um processo no Canadá por publicação de material discriminatório, e a contratação de um “especialista” fazia parte da estratégia de sua defesa. O resultado da viagem ficou conhecido como Relatório Leuchter e concluía que “nunca” houvera uma execução por gás nos

<sup>49</sup> BIONDINI, 2002, entrevista à Rede de Televisão CVN, op. cit.

<sup>50</sup> LEUCHTER, Fred. *En las camaras de gas de Auschwitz*. Texto publicado no site Tsunami Político. Disponível em: <<http://www.tsunamipolitico.com>>. Acesso em março de 2008.

<sup>51</sup> Site ultranacionalista argentino. Apresenta links para a enciclopédia *Metapedia* e para a *Ciudad Libre Opinión*.

três campos de concentração pesquisados (Auschwitz, Birkenau e Lublin-Majdanek). As câmaras de gás não passariam de um mito.

Autoproclamado como um especialista em tecnologias de execução, na realidade Leuchter não possuía formação específica no assunto. Por esse motivo, a Justiça canadense rejeitou a anexação de seu relatório como prova no processo contra Zündel.<sup>52</sup> O Relatório Leuchter, cuja pretensão de cientificidade já fora derrubada antes mesmo de sua publicação, é na verdade um panfleto propagandístico repleto de erros. Muitos autores já refutaram os argumentos fundamentais do documento.<sup>53</sup>

Apesar da refutação, o relatório passou a ser um documento central nos discursos negacionistas. Diversas obras citam Leuchter como documentação confiável, e os erros contidos no relatório são disseminados pela internet como se fossem dados científicos. Além dos equívocos técnicos já dimensionados, o documento contém distorções históricas grosseiras, que funcionam como suporte de desinformação para as conclusões de Leuchter. Ernst Zundel e Fred Leuchter constituem referenciais importantes nos discursos negacionistas analisados. Em entrevista para a rede de televisão CVN, o líder do Partido Nuevo Triunfo se esforça em tentar demonstrar que o negacionismo utilizaria documentação histórica, e cita os dois autores:

[...] estoy hablando son de cosas que pueden estar documentadas a nivel internacional. Se hizo un juicio muy importante en Canadá: Zundel. Justamente él manifestaba que no habían existido cámaras de gas en Auschwitz; trajo a un experto norteamericano, Leuchter, y se compararon fotos aéreas; le quiero expresar en lo que se basa el movimiento revisionista (...). Es decir: hubo una historia fabricada. Es muy difícil, yo sé que es muy difícil creer que nos han engañado de una manera tal vil, pero no nos olvidemos de lo que dije al principio.<sup>54</sup>

<sup>52</sup> GOTTFRIED, Ted. *Deniers of holocaust: who they are, what they do, why they do*. Brookfield: Twenty-First Century Books, 2001, pp. 50-51.

<sup>53</sup> Ver: GOTTFRIED, 2001, op. cit., pp. 50-53; e STAUBER, Roni. *Leuchter Report*. In: LEVY, Richard S. (org). *Antisemitism: a historical encyclopedia of prejudice and persecution*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2005, pp. 419-420. Conforme Ted Gottfried, o Relatório Leuchter é um documento “baseado em evidências questionáveis e interpretação incompetente. O seu autor não possui a formação nem o treinamento necessário para lidar com o assunto.” (Ibid, p. 51).

<sup>54</sup> BIONDINI, 2002, entrevista à Rede de Televisão CVN, op. cit.

Convenientemente, Biondini “esquece” de mencionar que o testemunho de Leuchter foi desqualificado pelo tribunal e que Zündel acabou devidamente condenado. Também o site *Era Hitleriana* cita o “extraordinário informe Leuchter”, afirmando que:

Las llamadas “camaras de gas” eran, en realidad duchas, e incluso tenían canales de desagüe en el piso que llegaban al alcantarillado exterior (en otros casos, las pretendidas camaras de gas corresponden también a las dependencias necrológicas, existentes en todas las grandes cárceles del mundo). Esto se verifica además en el registro de las llaves de las puertas de Auschwitz, todas ellas etiquetadas con el nombre de las salas que abrían y en las que las llaves de las supuestas camaras de gas aparecen con nombres de otras dependencias normales.<sup>55</sup>

Em outros momentos, a linguagem pseudocientífica é deixada de lado, e o discurso negacionista é revestido de elementos irônicos. A palavra “holocausto” pode ser substituída pelas expressões “holocuento”, “holoconto” ou “holohoax”, e aqueles que não crêem nas teorias revisionistas são chamados de “holocaustófilos”. No fórum argentino *El Nacionalista*<sup>56</sup>, em abril de 2005, foi criado o tópico “Afirmaciones sobre el holocuento”. Nele foi publicado um texto onde fica clara a estratégia de tentar ridicularizar o holocausto, transformando-o em uma “mentira absurda”. O mesmo texto ainda faz uma crítica aos historiadores:

Una gran cantidad de las afirmaciones de los holocaustófilos sobre los “horrores” que habrían tenido lugar en los “Campos de la Muerte”, resultan desde el principio tan descabelladas y absurdas que no puede evitarse emitir una pequeña sonrisa al leerlas, ya que la incredulidad fluye por sí sola. La existencia de miles de afirmaciones ridículas sobre las supuestas atrocidades del Holocuento se explica por el hecho de que cada “historiador” dice y escribe lo que quiera (al menos hasta antes de que el Revisionismo cobrara la fuerza de hoy), como quien arroja una piedra a un túmulo para formar entre todos una montaña, muchas veces elaborando tremendos tratados en base a las fantásticas declaraciones de “testi-

<sup>55</sup> Las Pruebas de que el Holocausto Judío es una Fantasía. Site *Era Hitleriana*, op. cit.

<sup>56</sup> Fórum de discussão argentino voltado para assuntos nacionalistas.

gos” que, en realidad, nunca estuvieron en los campos y no tienen ni la cultura ni el criterio para medir la lógica de sus aseveraciones. Es producto, además, del entusiasmo por escribir el mayor número de atrocidades holocáusticas posibles, sin reparar en medir lo razonable o creíble que pueda ser cada una de ellas. Los argumentos que se han usado para comprobar el Holocausto son los mismos que se han presentado para comprobar la existencia de ovnis o del Monstruo del Lago Ness, o sea fotografías y testimonios, pudiendo ver el lector la diferencia de criterios que se ha tenido para aceptar un tema y negar otros por “fantásticos”. Casualmente, entre los holocaustófilos también abundan los testimonios comprobadamente falsos y las fotografías trucadas tan comunes en esos temas “fantásticos”.<sup>57</sup>

No site brasileiro W.P.S.P.<sup>58</sup>, a crítica aos historiadores é redirecionada. Enquanto no texto do *El Nacionalista* a narrativa diz respeito a um suposto relativismo historiográfico, afinal de contas “cada historiador dice y escribe lo que quiera” e os argumentos usados para comprovar o holocausto “son los mismos que se han presentado para comprobar la existencia de ovnis o del Monstruo del Lago Ness”, no W.P.S.P. os historiadores são acusados de “tratar a História como uma ciência exata”:

Historiadores, muitas vezes tendenciosos e incompetentes, utilizam os mesmos argumentos que os seus professores e antecessores - com base apenas em propaganda de ódio e mentiras - sem ao menos questionar ou investigar o que já foi escrito, e assim, trabalham como verdadeiras máquinas de propaganda. Tratam a História como uma ciência exata sem permitir ao menos uma resposta ou defesa dos acusados, e quando esta ocorre, não são divulgadas por medo do lobby Sionista.<sup>59</sup>

Logo, a retórica revisionista pode variar da linguagem pseudocientífica ao escárnio total, seus argumentos podem transitar entre a relativização e a nega-

<sup>57</sup> “Afirmaciones sobre el holocausto”. Tópico criado no fórum El Nacionalista, em 29 de abril de 2005. Disponível em: <<http://elnacionalista.mforos.com>>. Acesso em abril de 2008.

<sup>58</sup> Site brasileiro de orientação White Power e clara inspiração nazista.

<sup>59</sup> O que é e o que não é nacional-socialismo. Site White Power São Paulo (W.P.S.P.). Disponível em: <<http://free.volkermord.com/free/wpsp2>>. Acesso em julho de 2006.

ção. Com frequência, essas variações podem produzir discursos contraditórios. Por exemplo: qual seria o sentido da comparação entre o número de assassinatos cometidos por nazistas e soviéticos, para quem acredita que o holocausto é uma invenção? A presença dessas contradições é uma característica das fontes revisionistas latino-americanas analisadas. Observando a amostragem de discursos citados neste trabalho como a manifestação de uma ideologia revisionista mais ampla, percebe-se o esforço em reunir a maior quantidade possível de “aliados”, mesmo que falte coerência entre eles.

De maneira geral, os principais argumentos do revisionismo latino-americano não diferem dos argumentos europeus e norte-americanos. Trata-se de uma adaptação – e às vezes uma simples tradução – de textos estrangeiros. Tendo fracassado na maior parte do mundo a tentativa de se construir uma categoria acadêmica de “especialistas”<sup>60</sup>, atualmente a estratégia do negacionismo é buscar inserção entre as “pessoas comuns”. A intenção é disseminar a dúvida e fomentar a insegurança. A circulação restrita – muitas vezes clandestina – de livros e as aparições esporádicas na mídia tradicional (jornal, rádio e televisão) são complementadas por uma propaganda massiva através da internet.

<sup>60</sup> O Institute for Historical Review (IHR), criado em 1978 nos EUA, talvez possa ser considerado a experiência acadêmica mais efetiva do revisionismo. Ver: VIDAL, César, 1994, op. cit., pp. 109-125.



# III

## EDUCAÇÃO CLANDESTINA:

*da história da educação à história política e vice-versa*

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

“Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também o político mais que político”<sup>1</sup>. Nesta afirmação segue, talvez, todo um itinerário de pesquisas acerca da história do político. Em como, afinal, se escreve a história do político e suas relações com os outros campos da história, bem como com outras disciplinas ou também áreas do conhecimento. O político não se define apenas por ele mesmo, mas pelas relações que estabelece. Poderíamos sintetizar dessa maneira as palavras do historiador francês René Rémond, reconhecida referência no campo da história política. Sua assertiva nos serve aqui para a realização de um exercício de reflexão, de um sobrevoo, de um olhar panorâmico sobre nossas experiências de pesquisa a partir de percursos de investigação que analisaram relações entre clandestinidade política e educação, caminhos que podem ser compreendidos a partir de um cruzamento entre a história política e a história da educação<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 36.

<sup>2</sup> A opção por escrever no pessoal plural (“nós”) se dá porque embora as reflexões apresentadas neste capítulo sejam associadas ao meu percurso individual de estudos de pós-doutorado em educação, entre 2019 e 2022, parte significativa das discussões que deram origem tanto a esse quanto a outros resultados de pesquisa, possuem uma dimensão propriamente coletiva, que se liga diretamente ao trabalho desenvolvido junto ao

Nas relações entre cultura política, clandestinidade e educação, percorremos, há alguns anos, um itinerário que fez surgir uma proposição conceitual, a de *educação clandestina* que:

[...] consiste em um conjunto de práticas sociais heterogêneas de formação, de resistência e de exclusão, resultantes e produtoras de culturas políticas menos ou mais abertas à democracia. Por estratégia ou imposição, são práticas marcadas pelo silêncio, por regimes de clandestinidade – distintos, complementares ou sobrepostos – definidos na dialética tensão entre liberdade e opressão, sendo, portanto, práticas constituídas a partir de experiências individuais e coletivas da (in) visibilidade, da (i)legalidade, e da (des)igualdade<sup>3</sup>.

Nossa proposição neste capítulo é a de, a partir de um sobrevoos em nossos percursos investigativos, inferir alguns elementos sobre a educação como objeto da história política, ou, de como um tema da história da educação pode se converter em uma temática privilegiada da história política e vice-versa. Trabalhamos com a ideia de que as fronteiras entre os campos da história não possuem contornos tão rígidos e que, tendo em vista a própria mobilização de alguns conceitos e categorias que se aproximam, os campos da política e da educação quase se confundem.

O desafio que nos propomos surge da estimulante discussão da mesa “História política e educação: passados e presentes” realizada durante o V Seminário do GT História Política (ANPUH-RS) presencialmente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no campus de Erechim. Contando com uma

---

Grupo de Pesquisa *Currículo, Memórias e Narrativas em Educação*, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e dos projetos de pesquisa que integrei nessa ocasião, liderados pelo supervisor de meu estágio pós-doutoral, professor Éder da Silva Silveira. Atualmente, procuro refletir sobre esses e outros temas correlatos da clandestinidade na educação como professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) atuando também no Grupo de Pesquisa *Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas*. Aproveito a oportunidade para agradecer aos(às) meus(minhas) orientandos(as), fonte inesgotável de reflexões cotidianas que têm me permitido fazer dialogar história e educação e aos colegas pesquisadores da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), para os quais dirijo minha admiração.

<sup>3</sup> SILVEIRA, Éder da Silva; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação clandestina: a proposição de um conceito. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, 2021, p. 15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bF95Nz3shvY7hy6nPqcHdjb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 abr. 2023.

plateia muito atenta, os pesquisadores e as pesquisadoras que compunham a mesa procuraram estabelecer alguns pontos de convergência da educação com a história política. No nosso caso, buscamos interpelar um caminho já percorrido de pesquisas que levaram à construção do conceito de *educação clandestina*, por compreendermos que se trata do resultado de uma ligação entre a história política e a história da educação<sup>4</sup>.

Ao observar a própria definição do conceito de *educação clandestina*, passados pouco mais de dois anos da publicação do artigo que, de certa maneira, materializou a proposição<sup>5</sup>, nos parece bastante clara a ligação entre política e educação. Conceitos e categorias como cultura política, democracia, ilegalidade, resistência, entre outros, integraram a conceituação que, naquela ocasião, elaboramos. São, como não poderíamos deixar de destacar, conceitos muito caros ao campo da história política, mas que são mobilizados a partir de estudos em história da educação.

Assim, ao olhar para esse conceito a partir da história da educação, estimulados pelos debates trazidos pela mesa que ocorreu durante o V Seminário do GT História Política, nos propomos, enfim, a entender o que caracteriza esse “entre-lugar” de nosso tema de pesquisa e do próprio conceito de *educação clandestina*, compreendendo-o tanto como um conceito da história da educação quanto também da história política. Partimos dos pressupostos de René Rémond, para quem as fronteiras do político admitem pontos de contato não apenas como outros campos da história, mas também com outras disciplinas: “o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais<sup>6</sup>.”

<sup>4</sup> A referida mesa foi composta pelos pesquisadores Alan Kardek Pereira (Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS), Renan Santos Matos (Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS), Diego Orgel Dal Bosco Almeida (Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó), Cristina Dalla Nora (Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS) e Isabel Gritti (Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS). Agradeço às pesquisadoras e aos pesquisadores pela interlocução e estímulo ao debate.

<sup>5</sup> SILVEIRA; ALMEIDA, *op. cit.*

<sup>6</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 442.

Embora René Rémond não tenha apresentado, na época da publicação de *Por uma história política*, uma interlocução mais clara e precisa com a educação, compreendemos que, em nossos percursos investigativos, essa relação se estabeleceu<sup>7</sup>. Isto é, mesmo que nosso objeto estivesse propriamente na educação, especificamente na história da educação, como já dissemos, as subcategorias que constituem o conceito de *educação clandestina* perfazem um conjunto que não deixou de estar associado à história política. Essas fronteiras tênues entre os diferentes campos da história, no caso da história política, já nos foi adiantada por Rémond, a quem recorremos para esse exercício de reflexão sobre o movimento dos objetos de estudo em história política a partir das “lentes” da educação. Ou seja, a educação também como tema e objeto da história política<sup>8</sup>.

Convém ainda lembrar que é o próprio René Rémond que nos diz que a história política é uma história presente. Entendemos que o historiador francês quis destacar que, sendo a história um estudo sobre as transformações, sobre as mudanças, não poderia ela, como uma ciência, uma disciplina, escapar das ações do tempo, estar alheia às transformações e mudanças. Ou seja, não deixamos de considerar que existem determinadas “oscilações” entre “a realidade observada e o olhar que a observa”<sup>9</sup>. Considerar, pois, que a história, como interesse, como explicação ou narrativa parte do tempo que chamamos de presente e cuja pergunta se projeta nas fontes que restam do(s) passado(s). Reconhecer, enfim, que a história política se modificou porque também se transformaram as sociedades.

Para o caso da história da educação, essa consideração é ainda mais profunda e talvez tenha a ver com uma epistemologia que, embora se aproxime da história política, guarda suas especificidades. Assim, podemos dizer que o campo da história da educação é tanto parte da produção historiográfica em geral

<sup>7</sup> Embora não tenhamos efetivamente trabalhado todos os temas levantados por René Rémond no que diz respeito às múltiplas interlocuções do político, entendemos que seriam bons acessos do político pelas “lentes” da educação especialmente os capítulos acerca dos intelectuais, de autoria de Jean François Sirinelli (p. 231-270), o que se refere às ideias políticas, cujo autor é Michel Winock (p. 271-294) e o de Antoine Proust intitulado “As palavras” (p. 295-330). A seleção, é claro, tem algum grau de arbitrariedade, na medida em que se relaciona com nosso percurso de investigação. Trata-se de uma sugestão, portanto, e não, necessariamente, a proposição de um único guia de leitura. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

<sup>8</sup> RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 14.

quanto integra a área de educação. Um lugar híbrido que a coloca, a nosso ver, em um espaço privilegiado que articula diferentes temporalidades, talvez com menos receio do que haveria na história política. A história da educação permite pensar não apenas o passado que se projeta nas fontes de pesquisa, mas a possibilidade de pensar suas continuidades e mudanças no tempo. Recorremos, nesse quesito, a António Nóvoa, que nos informa: “não há história da educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica”, mas também “não há história da educação sem um pensamento e um olhar específicos sobre a realidade educativa e pedagógica”. Podemos dizer, a par dessa consideração, que a história da educação também não deixa de ser uma história do presente<sup>10</sup>.

Assim, procurando entrever um objeto da história da educação a partir das “lentes” da história política (ou vice-versa), dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira, a partir de um olhar mais voltado à história política, apresentamos a interlocução que realizamos da educação com conceitos como cultura política e clandestinidade. Na segunda, com os olhares voltados ao campo da história da educação, procuramos apresentar quais os desdobramentos das investigações realizadas até o momento em que chegamos à elaboração do conceito de *educação clandestina*<sup>11</sup>.

Entendemos, como já dissemos, que esses objetos de estudo da educação, aos quais nos detivemos, podem integrar também o campo da história política na medida em que dialogam com conceitos e subcategorias operacionais que são fundamentais tanto na educação quanto nas pesquisas sobre o político. Ao mesmo tempo, entendemos que a história da educação pode fornecer subsídios para refletir sobre práticas educativas do presente, incluindo aí a própria proposição de conceitos, como no caso da *educação clandestina*.

<sup>10</sup> NÓVOA, António. Apresentação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil – Século XX*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. v. 3 p. 9.

<sup>11</sup> SILVEIRA; ALMEIDA, 2021.

*Do político à educação e vice-versa: notas sobre os percursos de construção do conceito de educação clandestina*

[...] ‘a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas.’ É, dessa forma, ‘impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar’<sup>12</sup>.

Ao situarmos, nesta seção, algumas notas dos percursos investigativos da proposição do conceito operacional de *educação clandestina*<sup>13</sup>, buscamos apresentar quais foram nossos objetivos primordiais em relação à temática e objeto, além das questões que fomos construindo ao longo do percurso, bem como os conceitos que passaram a integrar nossas incursões e diálogos. Nosso contato com outras disciplinas e campos da história se constituiu por meio de interlocuções. Mais diretamente, a partir dos conceitos de “cultura política”<sup>14</sup> e “clandestinidade”<sup>15</sup>.

Assim, procuramos apresentar algumas possibilidades que interligam esses conceitos na história política e na história da educação tendo como foco a nossa experiência de pesquisa. Buscamos, como já dissemos na introdução deste texto, criar possibilidades, a partir da experiência com nossos percursos investigativos, para compreender a educação como um tema privilegiado também da história política, na medida em que estabelecemos diálogo com o campo de estudos da história da educação.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos em nossos Grupos de Pesquisa em

<sup>12</sup> RÉMOND, 2003. p. 29.

<sup>13</sup> SILVEIRA; ALMEIDA, 2021.

<sup>14</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013. p. 15-38; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 13-38. (Novos Estudos).

<sup>15</sup> LACERDA FILHO, Mozart. *A experiência da clandestinidade política: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista em Franca, Franca, 2011. SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. *Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

torno desse objeto e temática visavam explicar quais foram e como ocorriam as práticas de educação de comunistas brasileiros na clandestinidade no contexto que interliga fins dos anos 1940 e toda a década de 1950 ao período da ditadura militar (1964-1985). Como já dissemos antes, nesta seção, nos debruçamos sobre “cultura política” e “clandestinidade” como conceitos utilizados na história política, sem deixar de considerar, contudo, devido ao seu caráter multidisciplinar, outras possibilidades de interlocução, como, por exemplo, com a história da educação, o eixo a partir do qual se realizou nossa pesquisa.

Leandro Piquet Carneiro e Karina Kuschnir, entendem cultura política como um conceito que se constitui em diferentes áreas do conhecimento, dentre as quais: antropologia, psicologia, sociologia, ciência política e história, um conceito cujo caráter segue por uma linha multidisciplinar, portanto<sup>16</sup>. Surgido nos Estados Unidos, especificamente na obra “The Civic Culture”, seus autores, Gabriel Almond e Sidney Verba<sup>17</sup> foram os primeiros que fizeram uso do termo com o objetivo de estudos mais sistemáticos. Inicialmente associado ao modelo culturalista norte-americano, seu objetivo foi o de estabelecer relações entre aspectos da cultura e estrutura política.

Se, em parte, o termo cultura política nascia a partir dos modelos de interpretação que consideravam a superioridade dos Estados Unidos e de sua cultura cívica em relação a outras, de outros países, com o passar do tempo, foi-se incorporando críticas que vinham das diversas áreas, neutralizando essa concepção inicial. Em síntese, os estudos sobre cultura política, desde os primeiros momentos de sua trajetória, rejeitavam explicações que não considerassem os valores, “da percepção e avaliação subjetivados pelos indivíduos a respeito dos fenômenos”. Assim, para os estudos de cultura política, os indivíduos participavam de diferentes “tipos de instituição (família, classe, associação, partidos políticos, sistema educacional etc.), [estando] expostos a distintas formas de socialização que [poderiam] ser congruentes ou não entre si”<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100/1239>. Acesso em: 14 abr. 2023.

<sup>17</sup> ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

<sup>18</sup> KUSCHNIR; CARNEIRO, *op. cit.*, p. 229-242.

A historiografia, de modo geral, veio, ao longo das décadas seguintes, se apropriando do conceito de cultura política, como informa Rodrigo Patto Sá Motta. Ao investigar a trajetória do conceito, Motta nos diz que foi Bernard Bailyn, em seu livro “As origens ideológicas da Revolução Americana” (1967), quem procurou defender a tese de que “uma cultura política anglo-americana” teria sido a motivadora de uma rebeldia política dos colonos que “construíram a nova nação”<sup>19</sup> Essa visão, impregnada de uma boa dose de nacionalismo, seria alvo de profundas críticas de historiadores franceses, quando se apropriaram do termo a partir das décadas de 1980 e 1990. A historiografia francesa, assim, rejeitou explicações derivadas de superioridade cultural democrática, principalmente na comparação entre Estados Unidos e Europa. A produção historiográfica francesa rechaçou a “perspectiva nacional”, compreendendo-a como “generalista ao atribuir a todo um povo as características de uma mesma cultura política”<sup>20</sup>. Um exemplo mais claro dessa apreensão do conceito de cultura política na historiografia francesa pode ser encontrado em “A cultura política”, capítulo escrito por Serge Berstein no livro então organizado por Jean François Sirinelli e Jean Pierre Rioux, cuja primeira edição na França foi em 1988. Não será demais destacar que a apropriação do conceito de cultura política na produção historiográfica francesa materializou-se em uma obra publicada exatamente no mesmo ano em que também foi publicada a coletânea organizada por René Rémond para a qual o próprio Serge Berstein também contribuiu no capítulo intitulado “Os partidos”<sup>21</sup>.

No Brasil, país no qual a historiografia foi profundamente influenciada pelos modelos da academia francesa, o conceito de cultura política tem se mostrado, desde os anos 1990, como nos diz Motta<sup>22</sup>, bastante fértil para pensar contextos políticos sob o ponto de vista da “força dos sentimentos [...], fidelidade a tradições [...] e a adesão a valores”. Para os fins propostos em nossos percursos de pesquisa, consideramos o conceito de cultura política de modo amplo e o de

<sup>19</sup> MOTTA, 2014, p. 17.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>21</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-364.

<sup>22</sup> MOTTA, 2014, p. 29.



cultura política comunista de maneira mais específica. No que diz respeito aos comunistas, tendo por base o que nos informa Motta<sup>23</sup> a educação, ou melhor, as práticas educativas, tanto faziam parte dessa cultura política comunista quanto também foram importantes para sua manutenção. A educação integrava, assim, um conjunto de valores e ações que, compartilhados, constituíam os comunistas como um grupo, a despeito da ilegalidade dos partidos comunistas no Brasil.

A ilegalidade do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) durante praticamente toda a segunda metade do século XX guarda relação com o contexto da Guerra Fria no plano internacional e da ditadura militar no plano nacional. Porém, a despeito da ilegalidade, o partido não deixaria de atuar politicamente através de outros canais. Consideramos que um deles foi o da educação, principalmente no que se refere à formação de sua militância.

Essas práticas de educação que se davam entre os comunistas no período que interliga o contexto inicial da Guerra Fria na década de 1950 ao cenário da ditadura militar brasileira entre os anos 1960 e 1980, chamamos de *educação clandestina*. Foram, desse modo, práticas educativas cujos mecanismos, formas e funções operacionalizavam-se através de diferentes ou sobrepostos regimes de clandestinidade. O conceito de “clandestinidade”<sup>24</sup>, assim, também ganhou uma centralidade em nossas discussões e, sem deixar de considerar a cultura política, entendemos que a situação de clandestinidade se deu a partir dessa cultura e também para a sua manutenção.

Mozart Lacerda Filho elaborou algumas considerações sobre a experiência da clandestinidade relacionada a trajetórias de militantes de esquerda na ditadura militar brasileira: refletir a clandestinidade exige, a partir do que nos informa Lacerda Filho, “uma interpretação polifônica”, a partir da qual se torna necessário, inclusive, atender a “conceitos psicanalíticos” como “trauma, sublimação, resistência”. Assim, a clandestinidade representava uma complexa conjugação duplamente alicerçada, na qual “projeto e imposição” compunham as experiências subjetivas dos militantes<sup>25</sup>.

<sup>23</sup> *Id.*, 2013.

<sup>24</sup> LACERDA FILHO, 2011; SCARPELLI, 2009.

<sup>25</sup> LACERDA FILHO, 2011, p. 9.

Assim, a “clandestinidade”, ou a situação de “clandestino”, estava além da ilegalidade do partido, vista apenas a partir de uma perspectiva institucional. Viver na clandestinidade não representou “[...] uma ruptura completa com a sociedade”, foialém disso, se configurou como um “isolamento relativo”, como uma “[...] situação onde duas condições antagônicas convivem simultaneamente: a visibilidade e a invisibilidade”<sup>26</sup>.

A clandestinidade, como conceito, não esteve, no caso dos comunistas, ligada apenas à situação de ilegalidade dos partidos. A clandestinidade foi, sem dúvida, desencadeada pela ilegalidade. Porém, ela carrega outras dimensões constitutivas como a experiência, a memória e a subjetividade. Por exemplo, nos estudos desenvolvidos pela historiadora Carolina Scarpelli, que analisou as marcas da clandestinidade nas memórias de militantes comunistas que tiveram suas vidas marcadas pela situação de clandestinos durante a ditadura militar brasileira, verificamos que a clandestinidade “interferiu e ainda interfere na subjetividade dos indivíduos que a vivenciaram”. Que se trata, por conseguinte, de uma experiência caracterizada como “[...] muito heterogênea, vivida em função de uma série de singularidades, que vão desde traços de personalidade de cada indivíduo até às circunstâncias específicas da época”<sup>27</sup>. Portanto, pesquisar sobre ou a partir da clandestinidade, conforme as observações de Carolina Scarpelli, pode contribuir para inserir os múltiplos sujeitos de uma memória social, de um contexto marcado pela ditadura, desvelando e problematizando os silêncios e os esquecimentos que a constituem. A clandestinidade, embora inicialmente ligada à ilegalidade imposta aos partidos comunistas brasileiros, não esteve, dessa maneira, restrita apenas a essa noção. Na nossa compreensão, podemos dizer que o conceito de clandestinidade é relacionado às necessidades de experiências individuais e coletivas vinculadas à partilha de identidades de grupo e à busca de projetos coletivos de futuro, onde a própria educação comunista se colocava, então, não apenas como resistência, mas como projeto e vetor de mobilização e produção de sentido da própria cultura política.

Além da relação entre clandestinidade e cultura política, conceitos que,

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>27</sup> SCARPELLI, 2009, p. 9.

como vimos, possuem trajetórias multifacetadas tendo um caráter polissêmico, também necessitamos, ao localizar nosso tema e objeto na educação, especificamente na história da educação, procurar por interlocuções com o conceito de educação. O que adiantamos em nossos percursos, com o intuito de dar conta dos nossos objetivos e foco, foi a busca por conceitos de educação capazes de ultrapassar o espaço escolar, indo além, inclusive, das noções de educação não-formal, a qual inicialmente acreditamos estar diretamente associada à *educação clandestina*.

Compreendemos que não existe “uma forma única ou um único modelo de educação” e a “escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor”. O “ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”<sup>28</sup>. Como um “poliedro de muitas faces”, a educação pode expressar significados muitos distintos e variados<sup>29</sup>. Então, partimos das seguintes premissas principais: I) que a educação é uma prática social que atua em duas direções principais: “no desenvolvimento de suas forças produtivas e no desenvolvimento de seus valores culturais”<sup>30</sup>; II) que “a educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual, implícita ou explicitamente, se baseia em uma filosofia de vida, e em uma concepção de homem (sic) e de sociedade”; III) que “numa realidade social concreta o processo educacional se dá através de instituições específicas que se tornam porta-vozes dessa doutrina”<sup>31</sup>.

Ao longo do caminho de nossa pesquisa, fomos percebendo que dimensões clandestinas da educação não dependiam, como achávamos inicialmente, de seu caráter não formal ou não escolarizado. Ainda que as práticas educativas de comunistas na clandestinidade pudessem ser compreendidas a partir da associação à ideia de uma educação não formal, até porque não eram práticas educativas escolares, mas práticas ligadas a grupos políticos, os desdobramentos das análises e das investigações da clandestinidade na educação nos levaram a perceber que a *educação clandestina* dependia mais de aspectos ligados à cultura política do

<sup>28</sup> BRANDÃO, Carlos. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 2002.p. 9.

<sup>29</sup> CABANAS, José María. *Teoria da Educação*. Concepção antinômica da educação. Lisboa: ASA, 2002. p. 52.

<sup>30</sup> BRANDÃO, *op. cit.*, p. 75

<sup>31</sup> FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Livraria Editora, 1986. p. 13.

que seu caráter formal ou não formal. Isto é, a força motriz de uma educação que pudesse ser chamada de clandestina residia mais nos aspectos vinculados às práticas que dela derivam e à função que cumprem em diferentes culturas políticas do que no seu caráter formal ou não formal. Para o caso analisado, dos comunistas, ligava-se à condição de clandestinidade e se dava em função de um contexto de forte repressão que influenciava a cultura política comunista. Essas práticas educativas eram, então, um vetor de mobilização e de sustentação de sua cultura política. Dessa forma, mesmo que um determinado modelo de educação não formal se constitua a contrapelo daquilo que é considerado oficial em termos educacionais, ela não será, necessariamente, uma *educação clandestina* sem que antes se considere aspectos ligados à cultura política com a qual estabelece relações.

### *História da educação, assim como a história política, uma história presente*

Retomando o que já dissemos na introdução a partir das considerações de António Nóvoa, a história da educação pode ser vista como uma história presente, na medida em que está em um “entre-lugar” da história e da educação. Aprofundamento um pouco mais essa premissa, é possível afirmar também, recorrendo a Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos que a história da educação pode ser entendida “[...] como uma construção que tem lugar não num passado homogêneo, mas em um tempo saturado de agoras”<sup>32</sup>. Nossos estudos em torno da *educação clandestina* ampliaram-se. Além dos debates acerca das práticas educativas clandestinas, realizadas nos grupos de oposição à ditadura militar (dos comunistas, especialmente), os debates e discussões de alguns de nossos interlocutores dirigiram-se a outras dimensões da clandestinidade, seja na educação formal ou não formal.

Podemos dizer que as discussões que acompanharam o nosso percurso investigativo se desdobraram do passado projetado nas fontes de pesquisa para a reflexão sobre as realidades educativas e pedagógicas do presente. Nos desdo-

<sup>32</sup> NÓVOA, 2011, p. 15.

bramentos, retomamos aqui neste capítulo três exemplos que, de nossa perspectiva, sintetizaram essas articulações da história da educação entre reflexão e formação. O primeiro deles guarda relação com o que se poderia denominar de *revival* de uma cultura política autoritária no país nos últimos anos, que desencadeou, senão uma repressão na forma da lei, ou seja, de institucionalidade que seria repressora juridicamente, um significativo conjunto de práticas cerceadoras, principalmente em relação ao currículo e às práticas pedagógicas. O segundo exemplo deriva da articulação da escola com a discriminação. O terceiro exemplo tem relação com a atenção ética e estética às narrativas do cotidiano e seus contextos, desde a ocupação das escolas secundárias entre 2015 e 2016, até discussões sobre os marcadores de gênero no caso de professoras trans, até o papel educativo desempenhado por merendeiras e outros profissionais que atuam nas escolas. Em todos os casos selecionados, o elemento do clandestino e da clandestinidade, origem e foco dos nossos estudos, são articulados a realidades educativas e pedagógicas do presente e da escola, não restringindo, dessa forma, a *educação clandestina* apenas a práticas educativas não escolarizadas. Por outro lado, nesses exemplos que selecionamos, o que os pesquisadores ressaltaram foi a dimensão propriamente política dos contextos nos quais são analisados o currículo e as práticas pedagógicas. Ou seja, os pesquisadores têm compreendido a escola como um locus da vida social e, portanto, parte importante de contextos políticos diversos. Assim, a *educação clandestina*, ou propriamente as dimensões da clandestinidade na educação, admitem uma concepção política de educação em termos epistemológicos, ligadas às práticas sociais e, portanto, às dimensões coletivas da vida.

Os temas relacionados à clandestinidade, mobilizados por interlocutores nos percursos investigativos por nós trilhados, guardam relação com contextos sociais e políticos do presente: dimensões do autoritarismo e da democracia, questões relacionadas aos marcadores de gênero e sexualidade, ao contexto da imigração na Europa e em outros lugares do mundo, bem como no que diz respeito à politização do espaço escolar que se verifica nos últimos anos.

O primeiro exemplo está na abordagem de Fernando Seffner em um texto de sua autoria intitulado *Não há dois sem três: regimes de clandestinidade e processos educativos*. O artigo fez parte do primeiro volume da obra “Educação Clan-

destina” e colocou em interlocução os conceitos de educação e clandestinidade, inserindo a noção de “regimes de clandestinidade”. Problematizando as trajetórias educativas e escolares de homens e mulheres portadores do vírus HIV, Fernando Seffner considera que “[...] clandestino é, neste caso, alguém silencioso, que não consegue dialogar com os demais acerca daquela marca que o empurra para a clandestinidade”<sup>33</sup>.

As noções aplicadas à ideia de “regimes de clandestinidade” permitem problematizar suas relações com a temporalidade, por exemplo, admitindo, desse modo, as possibilidades da coexistência de experiências distintas de clandestinidade. Ao se referir ao termo clandestino, Seffner também observa que é comum pensar em “[...] algo que se apresenta fora da legalidade, com propensão a ser feito ‘às escondidas’”. Contudo, destaca também que “nem sempre aquilo que é clandestino é exatamente ilegítimo”<sup>34</sup>. Assim, ao problematizar a trajetória de estudantes e professores portadores de HIV, Seffner remete-se ao contexto atual brasileiro no qual a AIDS voltou a ser “[...] objeto de processos de estigma e discriminação” que ocorre por uma “derivação do pânico moral” disseminado e vivido por alguns setores “sociedade brasileira nos temas de gênero e sexualidade, dos quais são exemplos movimentos como a ‘Escola sem Partido’ e aqueles dos que lutam pela retirada de temas de gênero e sexualidade dos currículos”<sup>35</sup>. Aqui parece haver uma articulação importante: Fernando Seffner observa que a cultura política do país, atualmente, volta-se à discriminação devido a instauração de um “pânico moral” presente na sociedade brasileira. Com isso, temos um contexto no qual o pluralismo democrático, referente a temáticas como o HIV e às questões de gênero e sexualidade, é intencionalmente restringido. Essas temáticas, que poderiam ou não se fazer presentes no currículo, não são exatamente proibidas na forma de uma lei, mas são cerceadas por um ambiente político que se instalou no país especialmente ao longo dos últimos anos. Quanto maiores são os cerceamentos, maiores também serão as áreas de clandestinidade na educação:

<sup>33</sup> SEFFNER, Fernando. Não há dois sem três: regimes de clandestinidade e processos educativos. In: SILVEIRA, Éder da Silva Silveira; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela (org.). *Educação clandestina*. Educação e clandestinidade. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2019. v. 1, p. 38. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/ivro/1275/> Acesso em: 11 abr. 2023

<sup>34</sup> SEFFNER, 2019, p. 38.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 38 – 39.

Claro está que a amplitude maior ou menor das áreas de clandestinidade está relacionada ao regime político do país ou da região. Em um regime fortemente autoritário, uma ditadura, por exemplo, muitas atividades serão “empurradas” para a clandestinidade, bem como opiniões políticas, modos de expressão, filiação a ideias políticas, autores e livros, valores culturais, códigos morais e éticos, etc. Em um regime de amplo pluralismo democrático, podemos ter maior expressão pública da diversidade cultural, política, religiosa, moral, e a área de clandestinidade fica então reduzida<sup>36</sup>.

A dimensão política torna-se uma consideração importante na constituição do que foi denominado como *educação clandestina*. Primeiro porque é vetor das intencionalidades que condicionam as possibilidades de ser do humano e da sociedade e, segundo, porque resulta de uma relação entre prática educativa e clandestinidade que se dá em culturas e regimes políticos específicos, nos quais a experiência da democracia é que condiciona a ampliação ou mesmo a diminuição dos múltiplos “regimes de clandestinidade”. Esse contexto não necessariamente é compreendido no cenário de fechamento ou repressão de uma ditadura, por exemplo, mas da sobrevivência de certas características autoritárias que se fazem presentes mesmo em contextos democráticos.

É possível, nesse sentido, estabelecer relações entre o que foi analisado por Fernando Seffner<sup>37</sup> e a cultura política. Ou seja, a própria “cultura escolar”<sup>38</sup> poderá refletir aspectos do contexto social e político e a escola poderá não estabelecer contrapontos a esse mesmo contexto. A escola poderá, então, como no caso analisado por Fernando Seffner, não ser um “[...] local acolhedor para o debate de doenças de transmissão sexual, dos modos de viver a vida afetiva e sexual, a descoberta das possibilidades eróticas do corpo, todos esses processos que marcam a fase juvenil da vida”<sup>39</sup>. A interdição das discussões sobre gênero e sexualidade no currículo e nas práticas educativas escolares empurra esses temas para uma

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>37</sup> SEFFNER, 2019.

<sup>38</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, jan-jun. 2001, p. 9-43. Disponível em: [https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod\\_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf](https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf) Acesso em: 22 jun. 2023.

<sup>39</sup> SEFFNER, 2019, p. 54.

zona de clandestinidade, na medida em que os torna, se não invisíveis, ao menos invisibilizados. Essa interdição tem a ver com o contexto político e social do país nos últimos anos e, portanto, não deixa de se relacionar com aspectos inerentes à história política mais recente.

François Dubet, outro importante interlocutor de nossos estudos, ao analisar a escola em relação à pedagogia, procurou ressaltar a discriminação como uma das intersecções da clandestinidade. Também na sua análise, assim como no exemplo anterior, clandestinidade não se restringe apenas a algo que se associa à educação não escolarizada, mas a dimensões do clandestino que se fazem presentes, embora nem sempre visíveis, no cotidiano da escola e na pedagogia. A discriminação como uma “passageira clandestina” da pedagogia<sup>40</sup>. Assim, para o sociólogo francês, haveria uma espécie de “discriminação dissimulada” operando, na escola, a partir de uma dimensão não-oficial e, portanto, clandestina:

Em princípio, a escola não poderia discriminar alunos que se diferenciam em função somente do desempenho escolar. Ela também não deveria discriminá-los porque a laicidade escolar exige que os professores não diferenciem alunos e sejam “cegos” em relação às suas origens, religião e cultura, a fim de tratá-los como iguais. Admitiremos prontamente que os professores aderem com convicção a esses dois princípios como mostra o comprometimento de muitos deles com movimentos de esquerda e associações de auxílio a estudantes estrangeiros. No entanto, a escola é vista como discriminatória por um grande número de estudantes de minorias culturais “pós coloniais” e de adultos que entrevistamos<sup>41</sup>.

Para Dubet, ainda que o sistema educativo francês não discrimine, de maneira deliberada, as minorias étnicas, centrais no cenário da imigração na Europa e, principalmente, na França, seria o próprio sistema escolar, em suas atuais condições, que demonstra hostilidade, sobretudo em relação aos alunos que já

<sup>40</sup> DUBET, François. Discriminação: a passageira clandestina da pedagogia. In: SILVEIRA, Éder da Silva Silveira; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela (org.). *Educação clandestina*. Educação e clandestinidade. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2019. v. 1, p. 17. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/livro/1275/> Acesso em: 11 abr. 2023.

<sup>41</sup> DUBET, 2019, p. 18.



estariam “familiarizados com o desprezo”<sup>42</sup>. Ou seja, no que diz respeito às “minorias” (étnicas, de gênero, de cor ou raça), o sistema educacional pode reforçar alguns dos estigmas sociais relacionados a esses e outros marcadores sociais ligados à identidade cultural:

O fato de ser difícil demonstrar a existência sólida de uma discriminação proveniente de preconceitos hostis contra meninas e estudantes oriundos de minorias e de o papel das desigualdades sociais e da segregação urbana ser muito mais forte não significa que essas discriminações não existem. Em todo caso, para os alunos em questão, a resposta não deixa dúvidas, eles sentem que são vítimas de injustiças relacionadas ao seu gênero e à sua identidade cultural [...] Para muitos não há dúvidas: não somente a escola discrimina, como também faz isso deliberadamente. Esse é o seu propósito e não é necessário que os professores sejam racistas ou façam comentários hostis, basta observar o funcionamento da seleção escolar [...] Todos os alunos que fracassam estão de certa forma familiarizados com o desprezo, mas os advindos de minorias podem, além disso, acreditar que o fracasso é o seu destino.<sup>43</sup>

Assim, para François Dubet, o sistema escolar francês, mesmo que não admita de maneira consciente a discriminação, ao impor a todos os estudantes, incluindo as minorias advindas do contexto da imigração, por exemplo, um sistema de seleção já existente nas escolas de maneira geral, acaba por reforçar a discriminação que opera no nível social e cultural. Então, considerando que há uma dimensão política do currículo e do sistema educativo que se realiza nas escolas, operacionaliza-se, pelo mesmo caminho, uma dimensão clandestina da pedagogia associada à discriminação, aos contextos sociais e políticos mais amplos, portanto.

Outra temática correlata de nosso percurso investigativo tem relação com a noção de “pedagogia do subterrâneo”. Assim, nos casos analisados por Éder Rodrigues Proença, o “subterrâneo” pode integrar uma postura do professor através da qual tornar-se-ia permitido nas escolas “[...] perceber seus acontecimentos,

<sup>42</sup> Ibid., 2019.

<sup>43</sup> DUBET, op. cit., p. 23.

apontar possibilidades de vislumbrar pequenos lampejos políticos, éticos e estéticos”<sup>44</sup>. O “subterrâneo” emergiria em um espaço clandestino, na medida em que se torna possibilidade de força e de contraponto, de resistência que nasce de imposições, de cerceamentos, mas também de luta. Proença analisa, então, algumas narrativas que se relacionam com a escola nos últimos anos, desde as ocupações secundaristas entre os anos de 2015 e 2016, passando pela trajetória individual de uma professora trans até a experiência do que se poderia denominar como “corpos subalternos” que se fazem presentes nas instituições escolares, mas são pouco considerados nos processos de ensino e aprendizagem. Merendeiras e auxiliares de limpeza que “numa festa da escola, se tornam personagens de encanto poético e estético”. Personagens protagonistas que a partir de suas “[...] narrativas dimensionam a subversão e a clandestinidade [para] traçar, minimamente, as ideias de uma pedagogia subterrânea” que se contrapõe “às macropolíticas estabelecidas nos gabinetes governamentais”<sup>45</sup>. Dessa maneira, é somente a partir das narrativas do cotidiano escolar que se poderia captar diferentes dimensões da clandestinidade, ou seja, de uma “pedagogia do subterrâneo”:

Um diretor que não está aberto ao diálogo com os vários grupos que compõem o cotidiano escolar e acredita que apenas suas ideias, sua compreensão de escola e educação devem ser respeitadas e postas em prática, vive no anacronismo histórico e das discussões mais recentes sobre democracia e gestão participativa. Essa grande reviravolta na episteme de quem governa e de quem é governado abre uma série de possibilidades para os enfrentamentos futuros num cenário em que, dia a dia, crescem os fascismos, os conservadorismos e a mercantilização de todas as esferas da vida.<sup>46</sup>

A clandestinidade e suas múltiplas dimensões se apresentam no espaço escolar no tempo presente. Como vimos, os desdobramentos dos debates que iniciamos a partir do olhar dirigido aos contextos que interligam a década de

<sup>44</sup> PROENÇA, Éder Rodrigues. Por uma pedagogia do subterrâneo. In: SILVEIRA, Éder da Silva; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; PEREIRA, Marcos Villela (org). *Educação clandestina: dimensões conceituais e novas interlocuções*. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 166.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> Ibid., 2021, p. 169.

1950, do cenário da Guerra Fria, à ditadura militar brasileira dos anos seguintes, são exemplos do manancial fornecido pelas experiências educativas analisadas em relação ao que denominamos de *educação clandestina*. Assim, se podemos afirmar a história política como uma história do presente, seguindo René Rémond<sup>47</sup>, pela mesma via, podemos relacionar a história da educação como um campo que pode elaborar “propostas teóricas e metodológicas que rompem com concepções tradicionais da investigação histórica em educação avançando pelos caminhos abertos pela história social e pela nova história cultural”<sup>48</sup>.

Compreendemos, dessa maneira, o papel desempenhado pela história da educação em seu potencial reflexivo sobre práticas educativas e pedagógicas do presente. Ao mesmo tempo em que compreendemos que o “novo” na então denominada “história política renovada” não se trata exatamente de um conjunto de temas, fontes, métodos ou teorias específicas, que são colocados no lugar da “tradicional” história política. O “novo” é a própria capacidade de se “renovar”. Ou seja, de, gradativamente, ir integrando novos temas a partir dos problemas que se colocam no presente.

Assim, ao colocar a educação como assunto da história política, a partir do conceito de *educação clandestina*, compreendemos que os contextos que cruzam cultura política e cultura escolar, além das discriminações de toda ordem em relação às minorias étnicas de identidades culturais e os marcadores de gênero, classe e raça, bem como também das dimensões sociais e propriamente políticas de práticas pedagógicas e do currículo, tornam-se possibilidades para incrementos outros do campo da história política. Isto é, a educação pode ser assunto político na medida em que os contextos presentes nos convocam e nos mobilizam a essas discussões, a esse debate.

### *Considerações finais*

Se, por um lado, a constituição do conceito de *educação clandestina* teve relação com um vocabulário que se associa ao campo da história política, também coloca

<sup>47</sup> RÉMOND, 2003.

<sup>48</sup> NÓVOA, 2005, p. 13.

em interlocução as principais características do campo de estudos da história da educação. Assim, ao discutir as perspectivas que conduziram os caminhos de nossa investigação, nesse espaço que poderíamos denominar de “entre-lugar”, chamamos atenção para as possibilidades de incrementar temas do presente articulados à história política. Levamos em consideração o que foi apontado por René Rémond, no que tem relação com os significados do “novo” e da “renovação” do campo da história política. Comprendemos que não se trata tão somente de colocar métodos, temas ou conceitos “novos” no lugar dos “tradicionais”, mas ter em conta que a própria abertura de “renovação” foi reconhecida pelo historiador francês em suas considerações como parte do processo de modificação das diretrizes da história política.

Desse modo, a partir da história da educação, e do que ela nos ensina em termos de reflexão sobre o presente pedagógico e educativo, podemos considerar que a história política pode operacionalizar direcionamentos epistemológicos e, também, como não poderia deixar de ser, vetores políticos na articulação entre presente(s) e passado(s). Dessa forma, a implicação do presente do historiador, do político ou da educação, não se traduz apenas em compromissos sociais, mas em enlaces de caráter epistemológico, quando consideramos as temporalidades e a própria complexidade do que nós chamamos de presente e passado.

Discriminação, cruzamentos entre cultura política e cultura escolar, um olhar para os marcadores de gênero e raça, bem como para o contexto de imigração na Europa e em outros países, além dos muitos “subterrâneos” clandestinos permitem que voltemos nossos olhares ao passado de modos diferentes, incrementando a abertura para o “novo” já reconhecida em *Por uma história política*. Nos trabalhos apresentados, especialmente ao longo da segunda parte deste capítulo, tanto se interrogou quanto também se dialogou com a clandestinidade a partir da premissa de que a escola se caracteriza como um *locus* da nossa vida social e, por que não dizer, também, da nossa vida política.

# IV

## ANÁLISE DE DISCURSO E IMPRENSA:

### *esboço para uma metodologia de análise do pensamento político/doutrinário dos jornais brasileiros*

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS  
LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW

As reflexões que iremos desenvolver neste texto são baseadas nas investigações e debates do Grupo de Pesquisa em História e Mídia do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, que, há cerca de 10 anos, tem se dedicado - embora não exclusivamente - ao estudo do pensamento político e/ou doutrinário defendido pelos jornais brasileiros, especialmente no período de 1950 a 1960. Nesse período, a imprensa foi considerada por vários autores<sup>1</sup> como um agente ativo e significativo no contexto político e no desenrolar do mesmo até o Golpe Civil-Militar de 1964.

No entanto, neste texto, não nos propomos a apresentar os resultados dessas investigações. Em vez disso, pretendemos levantar algumas considerações teórico-metodológicas que temos enfrentado ao longo dessa pesquisa. Para en-

<sup>1</sup> Sobre essa enxurrada de acusações a Getúlio, podemos consultar: ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954*. In: GOMES, Ângela (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro :Relume-Dumará, 1994, RODRIGUES. Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1999 (mimeo), SILVA, Hélio. *1954: Um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, FERREIRA, Jorge. *De volta ao Catete: democracia, nacionalismo e crise política no governo Vargas (1951-1954)*. In: BAUM, Ana (org.). *Vargas, agosto de 1954: a história contada pelas ondas do rádio*. Rio de Janeiro :Garamond, 2004 e SODRÉ, 1983.

contrar algumas respostas, recorreremos à chamada Análise de Discurso Crítico ou Francesa, que, na nossa opinião, oferece alternativas importantes para superar muitos dos obstáculos que temos encontrado.

Durante a nossa trajetória de pesquisa sobre a imprensa dos anos 1950/60, duas questões têm sido frequentemente levantadas: é legítimo falar em pensamento(s) político(s)/doutrinário(s) dos jornais? E, se for legítimo, como podemos desvendá-los? Em outras palavras, temos uma pergunta fundamental que questiona a validade do objeto de pesquisa e outra que se concentra nas condições metodológicas para abordá-lo.

A primeira pergunta é fundamental para nossas investigações, pois nos dedicamos principalmente à pesquisa de jornais “comerciais” ou “empresariais”<sup>2</sup> que geralmente se apresentam como apartidários ou “imparciais”, independentemente de seguirem esses princípios ou não. Ao contrário dos jornais abertamente partidários ou vinculados a sindicatos ou movimentos sociais, os jornais ditos comerciais, mesmo quando expressam opiniões no debate público, procuram não se vincular abertamente a partidos políticos ou grupos cujas doutrinas e programas possam estar alinhados com os seus, ou mesmo serem deliberadamente defendidos por eles. Em alguns casos, eles evitam até mesmo expressar opiniões abertamente, utilizando o subterfúgio de conduzir parcialmente a cobertura de um determinado tema, mas sempre defendendo que estão apenas “retratando a realidade”. Essa prática é relativamente comum em jornais que adotaram, ao menos retoricamente, os princípios discursivos do jornalismo anglo-saxão de “objetividade” e “neutralidade” no Brasil.<sup>3</sup> Como resultado disso, embora se descarte a ideia de que o jornalismo empresarial, por se concentrar na “venda de informações”, não toma posição em assuntos públicos, essa tomada de posição - e as doutrinas que a embasam - nem sempre são fáceis de serem identificadas.

<sup>2</sup> Entende-se aqui por imprensa comercial os periódicos voltados para o mercado, de circulação diária regular e que atingiam as maiores tiragens no período. Como vimos, na década de 1950, esta tiragem oscilava entre 50 e 100 mil exemplares/dia, conforme informações do *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Rio de Janeiro, PN, 1950-1957. Estes critérios restritivos excluem periódicos como o **Jornal de Debates** e outras publicações ligadas a entidades sindicais ou partidárias, com baixa circulação, periodicidade irregular e não organizadas como empresas. Também exclui a **Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda, cuja tiragem era baixa, com média de 5 mil exemplares/dia.

<sup>3</sup> Em hipótese nenhuma se trata de defender ou afirmar aplicação efetiva destes princípios na imprensa brasileira, mas de apenas considerar os limites e possibilidades discursivas que esta adoção implica.

É importante salientar que não estamos centrando nossa pesquisa na tradicional abordagem criticamente denominada por Albuquerque como “paradigma da manipulação da notícia”, segundo a qual a condução da cobertura dos jornais seria majoritariamente condicionada para atender a interesses claros e conscientes.<sup>4</sup>Nossa intenção é destacar que a defesa de determinados pontos de vista é inerente a qualquer forma de jornalismo ou mesmo de atividade cultural humana, independentemente da consciência que os agentes tenham disso. Em outras palavras, aquilo que um determinado agente social considera como sendo a “imparcialidade do outro” geralmente é resultado do contraste entre seus esquemas sociais e profissionais de compreensão da realidade e aqueles que orientam seus interlocutores e adversários.<sup>5</sup>

Quando iniciamos nossas investigações, no entanto, não chegamos a abordar a questão devidamente, considerando resolvido o que descobriríamos, posteriormente, ser necessário destrinchar. No entanto, em nossa defesa, podemos dizer que os pesquisadores raramente questionam a existência de seu próprio objeto de estudo, presumindo a sua relevância como algo dado. O questionamento sobre isso geralmente surge ao longo da pesquisa, quando o investigador começa a ser interrogado e/ou questiona se realmente tem um “objeto” de pesquisa diante de si. Além disso, como bem destacado por Bourdieu<sup>6</sup>, os objetos de pesquisa emergem e ganham forma a partir de um constante diálogo entre teoria e pesquisa empírica, e cada momento desse trabalho é um espaço de reflexão teórico-metodológica sobre o tema, necessariamente parcial e incompleto, uma vez que ainda não incorpora as contribuições posteriores. Apesar dessas ponderações iniciais, é importante reconhecer que a consideração do pensamento político e/ou doutrinário dos jornais ainda apresenta uma série de desafios a serem enfrentados. Vamos examinar isso de forma mais detalhada.

<sup>4</sup> ALBUQUERQUE, Afonso. *Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política*. In: RUBIM; BENTZ; PINTO (org.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 1998, p. 9. Um exemplo clássico de emprego desse pressuposto pode ser encontrado no trabalho de CAPELATO, onde se define diretamente a imprensa como “instrumento de manipulação de interesse” (ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920 – 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 12).

<sup>5</sup> BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In.: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papirus, 1996, pp: 13-34.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208 p

O primeiro obstáculo a ser superado está na constatação de que os jornais não são propriamente “autores”, no sentido clássico do termo, ou seja, não possuem uma identidade intelectual própria nem uma propriedade individual sobre os textos que publicam. Pelo contrário, o que geralmente é entendido como posição política e/ou opinião do jornal é um texto coletivo, frequentemente redigido por uma equipe de redatores e que ocupa um espaço específico na publicação, como uma coluna ou página de opinião. É comum esse texto ser denominado como “editorial”, mas isso não é obrigatório, uma vez que o editorial é um “gênero jornalístico” com uma origem específica na imprensa norte-americana e nem sempre foi adotado em outros países ou por outros “estilos de jornalismo”.<sup>7</sup>

O segundo ponto a ser considerado é que, como não é um “autor” individual, o jornal não seria capaz ou não teria a pretensão de manter uma coerência teórico-intelectual ao longo de sua existência. Essa existência muitas vezes ultrapassa a vida útil de um ser humano e, além disso, os proprietários, editores e redatores dos jornais mudam ao longo da história da publicação, o que afeta tanto os temas quanto os conceitos e doutrinas, bem como o próprio estilo de escrita presente no jornal e, conseqüentemente, todos os sentidos explícitos e implícitos que ele carrega. Em relação a isso, também pode-se ponderar que um jornal deve se posicionar diante de uma variedade muito grande de assuntos quase que diariamente, muitos dos quais são impostos como temas obrigatórios, o que deixa pouca margem de escolha para os jornais.

Além disso, os jornais já teriam uma liberdade de escolha limitada, pois o texto de opinião ou a tomada de posição de uma publicação é frequentemente o resultado de uma série de pressões, normalmente dispersas e até contraditórias: há interferência por parte dos poderes públicos sobre a imprensa (licenças para transmissão, licenças de importação de materiais e equipamentos, propaganda oficial, mudanças na legislação, etc.); fortes demandas por parte das fontes de financiamento (investidores, acionistas, anunciantes) e expectativas por parte do público leitor. Isso levaria à conclusão - amplamente aceita - de que a imprensa não passaria de um veículo para o “discurso alheio”, ou seja, ao se posicionar no

<sup>7</sup> O gênero editorial surgiu no Tribune, de Nova York, nos anos de 1850-60, quando o seu proprietário e editor, Horace Greeley, começou a publicar uma página na qual tomava posição em relação as diversas bandeiras que defendia, como a abolição da escravidão



debate público, não assume “sua própria posição”, mas sim a de “outros”: políticos, financiadores, anunciantes e/ou leitores. Da mesma forma, os conceitos, ideias e teorias utilizados como argumentos nessa tomada de posição seriam importações de outras áreas, sem que a imprensa tenha qualquer tipo de protagonismo ou mesmo posicionamento ativo nessa questão.

Enfim, existe uma série de argumentos que procuram desacreditar a condição dos jornais como portadores de opinião política e/ou doutrinária, ou colocar tantos obstáculos para investigar esse caso a ponto de desencorajar a pesquisa. No entanto, para aqueles que persistem na investigação proposta aqui, tais obstáculos devem ser considerados como desafios a serem superados metodologicamente, e não como impedimentos intransponíveis. Neste texto que agora publicamos, não pretendemos resolver todas essas questões, mas sim iniciar nosso argumento abordando dois desses temas: a condição do jornal como “autor” e a questão da necessidade de coerência doutrinária.

*Condição do jornal como “autor”:  
o ethos discursivo como perspectiva metodológica*

Para começar, abordaremos uma questão preliminar: qual a importância de analisar a imprensa ao discutir o pensamento político de uma sociedade? Sobre isso, vale a pena considerar as sugestões de Pierre Rosanvallon. Esse pesquisador, mesmo não desconsiderando a relevância dos “grandes autores”, defende que os “pequenos textos” - ou seja, aqueles produzidos e disseminados diariamente no corpo social (panfletos, jornais, etc.) - são o lugar mais adequado para encontrar as ideias que efetivamente circulam em uma sociedade e que têm potencial para se tornarem “conceitos políticos mobilizadores”.<sup>8</sup> Consequentemente, o estudo da imprensa, inclusive a comercial, torna-se um recurso extremamente interessante para os pesquisadores interessados em estudar os temas e conceitos que permearam e mobilizaram o corpo social durante a luta política em um determinado momento de uma sociedade.

<sup>8</sup> ROSANVALLON, Pierre. (2010), [2002]. “Por Uma História Conceitual do Político”, in P. Rosanvallon. Por uma História do Político. São Paulo, Alameda, pp. 65-101.

Em textos anteriores, já abordamos esse tema, especialmente quando buscamos investigar a importância da história conceitual do político na análise das ideias políticas presentes nos jornais, utilizando referências de pesquisadores como Skinner e Pocock.<sup>9</sup> Ambos realizaram avanços significativos nessa área ao deslocarem os estudos das ideias políticas da ênfase nos grandes autores para as disputas e diálogos contemporâneos à produção dos textos analisados, em uma abordagem conhecida como contextualismo linguístico.

Essa postura foi extremamente produtiva para a renovação dos estudos nessa área. No entanto, em nossa visão, ela enfrenta alguns problemas, como a centralização da análise na busca pela “intenção” dos autores por trás de suas posições públicas (Skinner)<sup>10</sup> ou ao pressupor um pensador como um falante de uma “gramática política” em relação à qual ele teria uma grande autonomia de escolha interativa (Pocock)<sup>11</sup>. Nesse sentido, essa proposta, ao mesmo tempo em que supera alguns limites da história intelectual tradicional, também apresenta novos desafios. Por exemplo: é essencial, para compreender o significado de um texto político em seu contexto original, buscar a intenção original do autor? E, se for relevante, qual seria o caminho seguro para alcançá-la? Além disso, podemos realmente considerar um “falante” da linguagem política como tendo tanta liberdade de escolha como propõe Pocock? Esse falante não estaria sujeito a condicionantes estruturais da disputa intelectual e da própria “linguagem política” que está em jogo?

Estudos na área da linguagem e da interpretação textual, como a Análise de Discurso e a hermenêutica<sup>12</sup>, têm apontado para essas questões.<sup>13</sup> De fato, encontrar a intenção dos autores por trás de suas obras é uma tarefa difícil e,

---

<sup>9</sup> MARTINS, L.C.P. História dos Conceitos e Conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto na História dos Conceitos Políticos In: *Capítulos de História Política*. 1 ed. São Leopoldo: OIKOS, 2018, v.1, p. 53-74.

<sup>10</sup> SKINNER, Q. *Meaning and understanding in the history of ideas*. History and Theory, 1969, v. 8, n. 1, pp. 3-53.

<sup>11</sup> POCKOCK, John Greville Agard; MICELI, Sergio (org.). *Linguagens do Ideário Político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: E duap, 2003,

<sup>12</sup> GRONDIN, Jean. *Hermenêutica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

<sup>13</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013 e MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP: Pontes, 1997.

muitas vezes, desnecessária. Isso se deve às inúmeras dificuldades envolvidas, especialmente em pesquisas históricas, quando os agentes analisados estão distantes temporal e espacialmente do pesquisador. Ao ler e interpretar um texto, o que acessamos é sua “materialidade” e, em alguns casos, as circunstâncias em que foi escrito, publicado ou distribuído, mas não temos acesso direto à “mente do enunciador”. Por outro lado, se o objetivo é identificar os possíveis sentidos de um texto, a intenção do autor se torna, muitas vezes, irrelevante, pois não guia o processo de interpretação/apropriação. Esse processo ocorre na leitura, e cabe ao pesquisador explorar os sentidos possíveis do texto em seus contextos de produção/recepção, que podem incluir o contexto do autor, mas que sempre vão além dele.

Essas considerações são relevantes para o tema de pesquisa em questão, pois permitem reconsiderar a análise do pensamento político-doutrinário sustentado pelos jornais como um objeto legítimo de investigação. Estudos nessa área proporcionam acesso a ideias que tiveram uma circulação mais ampla na sociedade. Além disso, esta abordagem coloca o texto em uma rede discursiva que amplia suas potencialidades de sentido é compatível com a proposta de estudar as linhas de pensamento sustentadas pela imprensa. Isso coloca os tradicionais produtores de ideias políticas e econômicas diante das mesmas “dificuldades” que eram apontadas para desqualificar a imprensa. Em outras palavras, percebe-se, por meio dos argumentos apresentados, que abordar o pensamento doutrinário presente nos jornais, embora seja um desafio, é um aspecto essencial para qualquer pesquisador interessado na análise das ideias circulantes e pertinentes em uma sociedade.

A Análise de Discurso Crítica (ADC) adotou uma estratégia metodológica que quase abandona o conceito de “autor” como um operador de análise. Isso ocorre porque o termo, originalmente, está carregado de significados ligados à “filosofia da consciência”, na qual a intenção e a liberdade do autor são pressupostos básicos da investigação. Essa rejeição se deve não apenas à dificuldade de desvendar a intenção do autor, mas principalmente porque a ADC trabalha dentro de uma perspectiva estruturalista, na qual o autor age constrangido por limites das estruturas linguísticas e ideológicas que precedem sua fala e são independentes de sua consciência.

Além disso, a apropriação da fala pelo agente ocorre em um segundo nível estrutural, ou seja, aquele construído pelos textos anteriores ou simultâneos ao discurso estudado. A apropriação da linguagem não ocorre apenas dentro dos limites estruturais da linguagem em si, mas também em um contexto de textos, temas que se impõem, alianças a serem feitas e opositores a serem combatidos.

Portanto, não é surpreendente que a ADC recorra ao conceito de intertextualidade. Para essa abordagem, a produção de um texto e suas constelações de sentido dependem dos usos da linguagem como uma construção coletiva e constante, que se baseia nas construções anteriores promovidas por outros “falantes”, ao mesmo tempo que as ultrapassa e supera. Então, não causa espanto que a ADC adota em grande parte o conceito de formação discursiva de Michel Foucault. Esse conceito busca dar conta das regras de dispersão e agregação de enunciados que regem a legitimidade das falas em momentos históricos específicos, indo além da apropriação individual de um falante em particular. Portanto, a ADC considera que o autor não é o centro de análise, mas sim o contexto discursivo mais amplo no qual a produção de sentido ocorre, levando em conta as influências e as relações com outros discursos presentes na sociedade.<sup>14</sup>

Na perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), o foco não está mais em “quem é o autor”, mas sim em como o autor se revela na superfície textual. Nesse sentido, a ADC atribui importância ao conceito retórico de *ethos* discursivo, que se refere à maneira como o enunciador se constrói por meio do texto ou discurso em relação aos seus leitores ou ouvintes. O conceito de *ethos* discursivo foi desenvolvido por Aristóteles na Retórica e tem sido explorado por uma ampla tradição acadêmica, abrangendo estudos em retórica, literatura, política e mídia. Originalmente, esse conceito buscava descrever o “caráter” de um orador diante do público ao qual ele se dirige. Partia-se do pressuposto de que boa parte da credibilidade atribuída à fala do orador derivava do “crédito” ou da reputação que ele tinha ou obtinha junto à plateia. Os estudiosos contemporâneos da ADC costumam dividir essa credibilidade em ordens possíveis: o *ethos* pré-discursivo,

<sup>14</sup> Sobre este conceito, consultar as obras *As Palavras e as Coisas* e a aula inaugural do Collège de France publicado com o nome sugestivo de *A Ordem do Discurso*. Sobre isso, consultar: MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1989. Cap. I – p. 29 a 75 e PIOVEZANI, C.: CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org). *Presença de Foucault na Análise de Discurso*. EDUFSCAR : São Carlos, 2014 – Cap. 1 e 2.

que se refere ao prestígio que o autor já possui antes do ato da enunciação, e o *ethos* discursivo, que é construído durante ou a partir desse ato de enunciação.

Dessa forma, na análise do discurso pela ADC, é relevante investigar como o autor se posiciona, como constrói sua imagem, sua credibilidade e sua persuasão por meio do texto ou discurso. A forma como o enunciador se apresenta e se relaciona com seu público influencia a recepção e a interpretação do discurso, e essas estratégias retóricas são cruciais para a compreensão do impacto do discurso político, por exemplo, na formação de opiniões e na mobilização da sociedade.<sup>15</sup>

Para o nosso propósito, porém, não consideramos a distinção entre *ethos* discursivo e pré-discursivo muito relevante. Segundo alguns autores,<sup>16</sup> o próprio Aristóteles não levou às últimas consequências esta divisão e, ao nosso ver, ela apresenta um problema de origem. Com efeito, se o *ethos* pré-discursivo se refere ao crédito anteriormente adquirido pelo enunciador do discurso, como pensar que este crédito não tenha sido construído também pelo discurso? Desta forma, consideramos útil a ideia de um crédito previamente construído por parte do “autor” que interfere no processo de creditação de um texto, mas achamos preferível nomear este crédito como o *ethos* anterior à enunciação discursiva que desejamos abordar e não ao discurso considerado como um todo. De qualquer maneira, o importante é que, ao analisarmos as falas do enunciador, podemos encontrar os diferentes sentidos com os quais ele se apresenta ao público, com base nas escolhas dos temas a serem abordados (mais “sérios”, mais “jocosos”, etc.), na linguagem com que são tratados (culto, popular, etc.), nos conceitos empregados e nos estilos linguísticos, etc.

Diante disso, a abordagem a partir da noção de *ethos* discursivo é extremamente relevante para os estudos que estamos propondo realizar. É evidente que um jornal pode se beneficiar do prestígio previamente construído por seus jornalistas e articulistas, especialmente quando estes assinam os textos que escre-

<sup>15</sup> Sobre isso, consultar MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso [recurso eletrônico] / Dominique Maingueneau; tradução Sírio Possenti. - 1. ed. - São Paulo: Parábola, 2020 e AMOSSY, Ruth (Org.). Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>16</sup> AMOSSY, Ruth. A Argumentação no Discurso. Trad. Eduardo Lopes Pires, Moisés Olímpio-Ferreira et al. São Paulo: Editora Contexto, 2018 e PLANTIN, Christian. A Argumentação - História, Teorias, Perspectivas. São Paulo : Parábola Editorial, 2008.

vem. Além disso, é comum que um jornal adote a estratégia de dar espaço a articulistas que defendem doutrinas diferentes das suas, a fim de transmitir a ideia de neutralidade ou de que constitui um “fórum” de discussão. Mesmo que tenham pontos de vista a defender, eles enfatizam que o fazem a partir do confronto e do embate de ideias, evitando uma abordagem monológica. Todavia, como ressaltam alguns autores,<sup>17</sup> quando se trata da imagem institucional da imprensa, esta se consolida ao longo de uma série histórica de tomadas de posição, que podem permitir ao jornal se associar a esta ou aquela “bandeira”. E essa construção é essencialmente discursiva. Em outras palavras, o jornal é um “autor” coletivo cujo *ethos* discursivo - ou seja, as representações imaginárias que lhe conferem legitimidade para falar na esfera pública - é fundamentalmente um atributo do discurso, do seu próprio discurso. Além disso, como autor coletivo, a associação com individualidades externas e anteriores aos seus atos enunciativos serve muito mais para deslegitimar sua fala, a partir da qual pretendem se pronunciar como “instituição”.

Essa perspectiva do *ethos* parece ser extremamente relevante para nossos propósitos de investigação. A imprensa comercial não possui uma legitimidade prévia para se posicionar na discussão pública de forma autorizada, como fazem os representantes eleitos (parlamentares, executivos) ou os membros da burocracia oficial (como os do Judiciário, por exemplo). Da mesma forma, ela não detém uma posição assegurada pelo domínio exclusivo de algum tipo de conhecimento (medicina, economia, etc.) ou pela consagração oficial de uma entidade religiosa que lhe permita falar em nome de seus seguidores na esfera de debates.

Então, questionamos: como investigar essa autorrepresentação dos jornais? Em nossa experiência de pesquisa, pelo menos no que diz respeito aos jornais das décadas de 1950, observamos que ela pode aparecer em diversos gêneros discursivos dentro de um periódico, desde espaços de opinião até o informativo. No entanto, também constatamos que são os editoriais, os textos que expressam a “posição oficial” da empresa jornalística, que melhor revelam essa questão. É importante mencionar que enfrentamos uma dificuldade aqui, uma vez que o *ethos*

<sup>17</sup> RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004 e BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 - 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

discursivo era originalmente um conceito desenvolvido para analisar a representação do “caráter” com o qual um orador se apresenta ao público, e o jornal - especialmente o editorial - é um texto coletivo ou, no mínimo, não individualiza o autor. No entanto, enxergamos isso como uma oportunidade e não um problema,<sup>18</sup> pois, o próprio fato de não ser um texto individual e de pretender falar em nome da empresa já é um elemento fundamental para a construção da imprensa como “instituição” com direito à fala pública. E neste ponto, provavelmente, a questão mais relevante seja o que chamamos de discurso autorreferencial dos jornais, ou seja, as falas nas quais eles nomeiam a si mesmo na sua inserção no debate público. Vamos a um exemplo.

Nas investigações que temos realizado sobre os jornais mais atuantes no período do pós-guerra, observamos a relevância da autoconstrução desses jornais para compreendermos a forma como eles pretendem se apresentar aos leitores, independentemente dos vínculos políticos que possam estabelecer. Um exemplo notável é o *Jornal do Brasil*, que em seus editoriais enfatiza seu compromisso com a causa pública e sua posição política em defesa dos leitores, em vez de interesses particulares. O jornal descreve a si mesmo como um “órgão desapassionado, independente, e que procura refletir os anseios nacionais”. Durante a fase inicial de sua reformulação no final dos anos 1950, o *JB* lançou um editorial afirmando que essa transformação visava ao “serviço público”, por meio da informação e da opinião. O jornal se comprometia a cumprir essa missão sem envolvimento com partidos políticos ou grupos econômicos, colocando o jornalismo como sua principal responsabilidade.<sup>19</sup> Em termos de filiações ideológicas, o *JB* é bem explícito ao afirmar “que é conservador, mas não reacionário”<sup>20</sup>. Em outras palavras, parece que temos um modelo híbrido de inserção da mídia na esfera de debates, ou seja, um jornal doutrinário, mas não partidário. Seria a regra?

Em comemoração ao seu trigésimo aniversário, *O Globo* também se constrói enquanto “jornal de opinião e informação com autoridade e prestígio incontestáveis e projeção internacional”, e que “tem sabido ser fiel às suas belas

<sup>18</sup> Sobre as possibilidades de análise de um ethos coletivo na mídia, ver MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o ethos*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

<sup>19</sup> “Renovação”, *Jornal do Brasil*, 22/05/1958, editorial, 1º Caderno, p.3.

<sup>20</sup> “Visão da América”, *Jornal do Brasil*, 22/06/1960, editorial, 1º Caderno, p.3.

tradições”<sup>21</sup>. Este jornal ainda procura se auto representar como “forçavigilante e ativa a serviço do povo e da Nação”, retratando-se como um jornal “que não se deixa cegar por paixões de partido”<sup>22</sup>. Atuaria, ao contrário, como “órgão de opinião pública” e, por isso, “não tem senão o partido do Brasil, e do bem-estar do povo”<sup>23</sup>. Sob o aspecto ideológico se concebe enquanto um “jornal que prima pelo espírito conservador, embora progressista”<sup>24</sup>.

O jornal *Correio da Manhã*, por sua vez, desde a sua fundação, procura se construir no debate público como um impresso que “não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos”, e que defende “no jornalismo a causa do direito e das liberdades populares” e, por isso, “não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião e, neste sentido, uma folha política”<sup>25</sup>. Esta autoconstrução do *Correio* enquanto um jornal de opinião, mas sem vínculos político-partidários e que visa as liberdades civis acompanha a folha ao longo de sua trajetória e serve de legitimidade discursiva para as suas tomadas de posições nos anos de 1950/60. No ínterim democrático de 1945 – 1964, o jornal ainda reforçou esta perspectiva, difundindo ser “da tradição deste jornal o *fair-play* em todos os aspectos”<sup>26</sup>, pois “a nossa luta se faz dentro dos quadros normais do regime”<sup>27</sup>, bem como, seria um jornal “que nunca transigiu na defesa das liberdades civis”<sup>28</sup>.

Não se trata aqui de defender o discurso autorreferencial desses jornais como folhas neutras e isentas de ligações partidárias, mas de identificar como eles pretendem construir sua inserção legítima no debate público por meio desse discurso editorial. Por meio desse discurso, podemos perceber que a imprensa do período busca se representar publicamente como jornais não partidários, mas não necessariamente sem uma doutrinação específica. Eles se retratam como jor-

<sup>21</sup> “30º aniversário de ‘O Globo’”, *O Globo*, 28/07/1955, editorial, 1º Caderno, p.1.

<sup>22</sup> “Perspectivas para 3 de outubro”, *O Globo*, 06/09/1955, editorial, 1º Caderno, p.1.

<sup>23</sup> “A revolução jurídica do Sr. Bernardes Filho, seus perigos e consequências”, *O Globo*, 04/07/1956, editorial, 1º Caderno, p.1.

<sup>24</sup> “Três anos de governo”, *O Globo*, 31/12/1958, editorial, 1º Caderno, p.1.

<sup>25</sup> “Correio da Manhã”, *Correio da Manhã*, 15/06/1901, editorial, 1º Caderno, p. 1.

<sup>26</sup> “O outro golpe”, *Correio da Manhã*, 22/05/1955, editorial, 1º Caderno, p.6.

<sup>27</sup> “O ‘processo’ dos desmemoriados”, *Correio da Manhã*, 08/02/1956, editorial, 1º Caderno, p.6.

<sup>28</sup> “Insônia”, *Correio da Manhã*, 15/06/1958, editorial, 1º Caderno, p.6.



nais “políticos” no sentido de defender os direitos civis, a democracia e fiscalizar os órgãos públicos em nome de seus leitores/eleitores. No entanto, eles não pretendem exercer essa função no modelo típico do jornalismo anglo-saxão de neutralidade ideológica, mas sim como formadores de opinião. Em outras palavras, eles defendem doutrinas ou um conjunto específico de valores, especialmente o que chamam de “conservador”.<sup>29</sup>

Essa adesão dos jornais a princípios doutrinários não impediu que eles se esforçassem para se posicionar como uma instância intermediária que questionava e pressionava os agentes públicos em defesa dos leitores/eleitores, supostamente respaldados pela linha de ação de cada jornal. Fica evidente, para nós, a maneira como os jornais buscam compelir os agentes políticos a agir, utilizando uma linguagem exortativa típica daqueles que têm a autoridade legal para determinar uma ordem de ação incontestável.

Sobre isso, vale o recurso a um exemplo particular, mas que consideramos ilustrativo. É o caso do *Correio da Manhã* no seu posicionamento durante o processo de criação da Petrobrás (1951 a 1953). O *Correio*, desde a apresentação do projeto, defendeu a criação da empresa de economia mista proposta por Vargas, que, em sua opinião, equilibraria a atração de capital privado – notadamente estrangeiro – e a garantia dos interesses da Nação brasileira, pela presença de uma empresa pública como reguladora dos “trustes internacionais”. Esta posição era muito coerente com a sua postura maior de defesa do que podemos chamar, nos termos empregados por Ricardo Bielschowsky, de desenvolvimento não nacionalista<sup>30</sup>. Quando o projeto foi à votação na Câmara em primeiro turno (no primeiro semestre de 1952), porém, os deputados, inclusive os udenistas, incluíram no programa de governo o monopólio estatal do petróleo, algo que o próprio Vargas evitara. Assim, quando este programa foi para avaliação do Senado, o jornal fez forte campanha para que esta situação fosse revertida, passando a pressionar o Senado para modificar a Petrobrás em direção àquilo que considerava o melhor para o país: o retorno ao modelo original de

<sup>29</sup> Ainda não temos maiores elementos para definir o que estes jornais entendem como “conservador”, o que nos exige uma investigação específica para isso.

<sup>30</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Vargas. Para tanto, adota a linguagem exortativa<sup>31</sup> para incitar os parlamentares a assumir suas responsabilidades institucionais. Ainda no início da tramitação do projeto na Câmara Alta, o *Correio* já alerta para as obrigações dos senadores, ao recordar que

o fato de a Câmara ter discutido os aspectos político-econômicos da Petrobrás **não dispensa o Senado de também fazê-lo**. Seria ocioso reiterarmos, a este ensejo, quanto temos dito **sobre a especial função que compete ao Senado, em nosso sistema parlamentar**.<sup>32</sup>

Essa chamada à ordem do universo político em função do que o jornal definia como o bem comum não ficou restrita ao Senado, mas abarcou todas as instâncias políticas pertinentes ao tema:

Inicialmente, **é preciso que o bloco da maioria sustente**, na Câmara, a emenda do Senado. Em seguida, **é necessário que o governo entre em entendimento** com as empresas estrangeiras, de sorte a estabelecer condições contratuais capazes de interessá-las, dentro dos limites de nossas conveniências econômicas e políticas.<sup>33</sup> (CM-29/05/53-1/4-E).

Entretanto, deve-se salientar que esta exortação à ação, esse chamado dos homens públicos à ordem, não é feito em nome do próprio jornal, mas sim da coletividade cujos interesses o *Correio* também pretende se construir como representante na esfera de debate:

**O que todos os cidadãos conscientes esperam do Senado** é uma reforma radical do projeto. Uma reforma que converta numa empresa eficiente o que atualmente é um cartório para fiscalizar seus próprios acionistas, e faça, desse símbolo do ressentimento nacional, um instrumento de colaboração com a iniciativa privada e o

<sup>31</sup> 'LONGACRE, R. The discourse strategy of an appeals letter, in W. C. Mann; S. A. Thompson (eds.) — *Discourse Descriptions: Diverse Linguistic Analyses of a Fund-Raising Text: 109-130*, Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins)

<sup>32</sup> Editorial, *Correio da Manhã*, 18 de novembro de 1952, Caderno 1, página 4.

<sup>33</sup> Editorial, *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1953, Caderno 1, página 4.

capital estrangeiro, dentro de uma política objetiva e corajosa de enriquecimento.<sup>34</sup>

...

Pensem nisto especialmente aqueles senadores que, competentes e inteligentes, têm a fraqueza de pender para a solução estatal pura e simples. **Os que estão neste caso, como o sr. Pasqualini, assumirão uma responsabilidade enorme perante seu eleitorado e o país em geral** – e isso porque, como eles sabem muito bem, se o país ainda levar outros vinte anos a queimar óleo importado, terá falido.

Nota-se aqui como o jornal procura se colocar como um porta-voz da coletividade frente aos agentes políticos dos quais discorda, empregando, para tanto, a linguagem exortativa típica de quem tem autoridade para emitir uma ordem incontornável. Como vimos em outros casos, como a imprensa não detém prerrogativa legal de ser a própria origem desta exortação,<sup>35</sup> ela normalmente emprega esta forma de “chamada dos agentes públicos a ação” quando se trata de apelar para deveres legais que os mesmos deveriam cumprir, não acrescentando nada de “novo” em seus enunciados<sup>36</sup>.

No caso em questão, a exortação realizada pelos jornais não se baseia apenas no cumprimento de medidas legais, mas também na expectativa de que os agentes políticos se adequem ao conteúdo de políticas públicas que o próprio jornal considera mais apropriadas para o país. Isso leva a imprensa não apenas a se posicionar na discussão de programas, mas também a elogiar os agentes políticos cujas ações estejam alinhadas ao que o jornal define como sendo o interesse geral.<sup>37</sup> É importante observar que a postura exortativa dos jornais, ao buscar im-

<sup>34</sup> Editorial, *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

<sup>35</sup> MARTINS, LUIS CARLOS DOS PASSOS. A imprensa Como Construção imaginária: a pretensão a uma “função institucional” no discurso editorial da Folha e do Estadão (1993). In: Charles Sidarta Machado Domingos; Alessandro Batistella; Douglas Souza Angeli; Luiz Alberto Grijó; Jonas Moreira Vargas. (Org.). *Capítulos de História Política: Problemas e estudos*. 1ed. Passo Fundo: Acervus Editora, 2020, v. 1, p. 83-110.

<sup>36</sup> Como podemos verificar em enunciados do tipo: “cumpra-se a lei”, “respeite-se a constituição”, etc.

<sup>37</sup> Como podemos verificar nestes exemplos: “Recebendo da Câmara um projeto carregado das mais esdrúxulas exigências, todas supostamente motivadas em princípios ideológicos, **o Senado está demonstrando sua intenção de expurgar o diploma constitutivo da Petrobrás de tudo que constitua embaraço para a eficiente exploração do Petróleo**” (Editorial, *Correio da Manhã*, 05 de março de 1953, Caderno 1, página 4). Postura semelhante encontramos quando o jornal comenta o relatório da Comissão de Viação e Obras

por suas perspectivas e políticas como obrigatórias, pode ser vista como autoritária, uma vez que assume como incontestável aquilo que é objeto de controvérsia e para o qual nem sempre existe uma verdade única e definitiva.

### *Coerência doutrinária dos jornais?: dinâmica das discussões públicas*

Em relação ao segundo ponto que levantamos, ou seja, à preocupação com a falta de “coerência” doutrinária na tomada de posição dos jornais, os mais recentes estudos em Análises de Discurso voltados para a disputa política trazem nova luz à questão. Inspirados na teoria da argumentação,<sup>38</sup> em especial nos estudos da Nova Retórica, autores como Marc Angenot<sup>39</sup> e Ruth Amossy<sup>40</sup> têm se preocupados com a dinâmica das discussões públicas e seus efeitos sobre a identidade ideológica dos debatedores.

Neste sentido, os trabalhos de Angenot respeito do debate doutrinário na França do fim do século XIX podem nos trazer pontos instigantes. De um lado, adotando o termo aristotélico de *topoi* – que podemos traduzir, aqui, por “lugares comuns” -, Angenot mostra como, por trás de toda a disputa político-ideológica, há uma base comum de temas e de argumentos que são inevitáveis a qualquer dos debatedores envolvidos em uma contenda pública. Em outras palavras, a disputa política parte de um mínimo de consenso sobre temas e argumentos frente aos quais os contendores não podem se furtar ou deixar de incorporar em seus discursos. Para ele, isto oferece uma certa homogeneidade no debate político em cada período histórico.

De outra parte, porém, embora seja identificável certa homogeneidade, Angenot defende – no que se aproxima de Ruth Amossy – que os contentores

Públicas que introduziu medidas liberalizantes no projeto, o qual foi considerado “um extraordinário progresso no caminho da objetividade. Já agora, parece, se alcançará, em matéria de petróleo, pelo menos um grande resultado: a volta do texto original no projeto da Petrobrás (Correio da Manhã, 18 de abril de 1953, Reportagem, Caderno 1, Contra Capa).

<sup>38</sup> Sobre isso, consultar PLATIN (2008).

<sup>39</sup> ANGENOT, Marc. *Discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir*. São Carlos: EDIFUSCAR, 2015 e ANGENOT, Marc. *Dialogues de Sourds: Traité de Rhétorique Antilogique*. Paris: Mille et une Nuits, 2008.

<sup>40</sup> AMOSSY (2018) e AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

não entram na disputa para serem convencidos. Muito ao contrário, os arguidores participam das querelas ideológicas com o objetivo de vencer o debate e, para isso, vão construindo e empregando argumentos conforme a tomada de posição dos demais contendores, do que resulta que a identidade ideológica de cada um se constrói durante a querela, não sendo fixa e nem estando determinada desde o início da disputa pública.

Mais do que isso, o resultado da discussão é a ampliação das desavenças e mesmo da confusão, e não o esclarecimento do tema ou a chegada a um consenso. Um dos momentos em que estas questões mais se evidenciam é quando os debatedores, praticamente obrigados a discutir determinado tema, envolvem-se em disputas intermináveis quer seja para impor os termos mais pertinentes à sua posição ao tratar de um assunto, quer seja para disputar a definição mais legítima de um termo que se tornou incontornável. Consideramos estas observações muito adequadas para compreender a dinâmica da tomada de posição dos jornais no debate público, convergindo com a afirmação de Pierre Bourdieu, segundo o qual as tomadas de posição dos envolvidos em um debate não podem ser entendidas de forma isolada, mas sempre em relação ao conjunto das tomadas de posições dos demais debatedores.<sup>41</sup>

Vamos ver um exemplo de aplicação dessas considerações no nosso objeto de pesquisa, retornando ao tema da tomada de posição de alguns jornais cariocas no processo de criação da Petrobrás. Dos diferentes jornais que estudamos, o *Correio da Manhã* foi aquele que apresentou uma linha de ação mais coerente. Ele elogiou a proposta inicial do governo de criar uma empresa de economia mista que garantia, por lei, o controle acionário da União sobre a nova companhia, mas que permitia a entrada de capital privado, inclusive estrangeiro, na condição de acionista majoritário. Em um primeiro momento, o *Correio* elogiou a iniciativa de Getúlio, afirmando: “Decidido a enfrentar, em termos definitivos, o problema do petróleo, o governo enviou ao Congresso dois projetos” e considerou positivo o programa de Vargas. Para o jornal, ao propor uma empresa de economia mista e não uma estatal, o governo “procurou situar-se naquilo que lhe pareceu ser o ponto ótimo entre a eficácia e a garantia dos interesses nacionais”,

<sup>41</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Perspectiva, 1989, em especial os capítulos VII e VIII.

ou seja, “um nacionalismo acentuado – mais de 70 % do capital serão (sic) controlados por órgãos públicos e cidadãos brasileiros – e um estatismo moderado”, já que reduziu o peso da União a apenas 51 % do capital ordinário, permitindo aos acionistas particulares a participação na administração. Mas também não deixou de criticar a proposta no que seria, para o impresso, um ponto chave, a saber: a garantia da colaboração da técnica estrangeira necessária ao empreendimento, já que “os trustes do petróleo, interessados em conservar seus monopólios, obstem a vinda de técnicos, que dependem destes trustes e não ousaram contrariá-los.”<sup>42</sup>

O jornal manteve a posição ao longo de todo o debate, criticando pesadamente a própria União Democrática Nacional (UDN) que, para se contrapor a Vargas, abandonou teses liberalizantes para o setor e propôs a criação de uma outra empresa (ENAPE – Empresa Nacional do Petróleo), através da qual se implementaria o monopólio integral do petróleo no Brasil, incluindo até a estatização de refinarias privadas. E, quando Vargas cedeu à pressão da “ala nacionalista da Câmara” e incluiu na proposta o monopólio parcial – ficava de fora o setor de distribuição e as refinarias já existentes -, o *Correio* passou a criticar Getúlio por não ter se comprometido com o seu próprio programa. Como podemos ver neste elogio que faz ao Senado, quando a Câmara Alta começa a liberalizar o projeto e reaproximá-lo do original:

Mais uma vez demonstra o Senado, no curso dos debates sobre a Petrobrás, a compreensão de seu papel legislativo. O projeto chegara da Câmara enredado em toda a sorte de compromissos. E o governo, que traíra suas próprias convicções para se beneficiar do que se lhe afigurava ser uma posição mais popular, exercia forte pressão no sentido de o Senado aprovar, sem maior exame, o texto elaborado na Câmara.<sup>43</sup>

Em princípio, analisando à distância esta posição do *Correio*, poderíamos ser levados a concluir que o jornal estaria sendo incoerente com sua postura liberal em termos de economia. Todavia, quando analisamos as posições deste jornal

<sup>42</sup> Editorial, *Correio da Manhã*, 08 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 4.

<sup>43</sup> Editorial, *Correio da Manhã*, 25 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

na conjuntura em questão sobre temas como industrialização e desenvolvimento econômico, percebemos que o *Correio* é um “advogado” incisivo daquilo que Bielschowsky conceitua como desenvolvimentismo não nacionalista, fazendo inclusive a defesa do planejamento econômico.<sup>44</sup>

Outro periódico influente do período, o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, teve uma linha de ação bem diferente. Folha abertamente antivarguista e que foi consolidando uma posição nacional-desenvolvimentista ao longo do período em estudo, o *Diário* vai oscilar de posição em relação à criação da Petrobrás. Inicialmente, quando o programa foi lançado, o periódico criticou o projeto governamental exatamente por ele, supostamente, dar margem “velada” à entrada do capital estrangeiro através da proposta de uma empresa de economia mista. Em suas primeiras abordagens, os editoriais do *Diário* instigaram Vargas a tomar uma atitude clara a respeito da questão. “Revelando”, com isso, a manobra de Vargas de não admitir que considerou indispensável a colaboração estrangeira, tentando passar o seu projeto como *nacionalista*, o jornal exortou-o a tomar uma posição:

se o governo pretende uma solução realmente nacionalista explique os pontos obscuros e afaste as brechas por onde o seu projeto se desfigura. Caso não o queira ou não possa fazer, é melhor dizer, desde logo, que o Brasil aceitou a técnica e o capital estrangeiro e vai procurar ajustá-los, com seriedade e energia, à solução do problema do petróleo.<sup>45</sup>

Todavia, depois que o governo mudou o projeto e incorporou oficialmente o monopólio estatal na Petrobrás, o *Diário* mudou de posição: isentou-se de fazer qualquer avaliação da proposta em editoriais durante o processo de análise da empresa na Câmara e no Senado Federal, mas criticou o projeto aprovado com o monopólio estatal incluso porque ele fugia da “solução ideal”:

Essa solução seria aquela, **já formulada por inúmeros patriotas** de responsabilidade, que assegurasse à União, as autarquias ou em-

<sup>44</sup> BIELSCHOWSKY, 2000.

<sup>45</sup> Editorial, *Diário de Notícias*, 12 de dezembro de 1951, Caderno 1, página 4.

presas paraestatais, a maioria de ações na sociedade de economia mista a se constituir, atendendo a que o capital particular nacional ou alienígena pudesse igualmente subscrever ações até o limite previsto em lei, assegurando aos acionistas direito que a legislação já concede de voto em assembleias da sociedade.

Não há exemplo em nosso país, de qualquer grande empreendimento que demande capitais vultosos como se dá com o petróleo sem o concurso do capital privado.

E necessário que a iniciativa particular não seja desprezada no Brasil, país jovem, tão precário de espíritos pioneiros que dele deve se socorrer inelutavelmente para a conquista do progresso.<sup>46</sup>

Nota-se que, neste texto, o jornal procura advogar em favor de uma proposta diferente da que sustentara no início do processo e que iria defender nos anos seguintes, embora não tenha desistido de ainda tentar associar esta posição mais liberal ao “nacionalismo”, ao salientar que ela tinha sido “formulada por inúmeros patriotas”. No caso do *Diário*, entretanto, ao contrário do *Correio*, o elemento chave para entender a sua oscilação de postura é a sua condição reativa a Vargas: crítico contumaz do presidente da República, o *Diário* se movimenta acompanhando, por oposição, a movimentação do governo federal.

Esta tentativa de relacionar as mais diferentes propostas ao “nacionalismo” não foi, porém, estratégia apenas do *Diário*. O próprio *Correio da Manhã*, muito embora não fosse um apologista da expressão, entrou na querela pela classificação do projeto original de Vargas como nacionalista, combatendo aqueles que o acusavam de “entreguismo”.

A posição originariamente sustentada pelo governo definia-se a si própria como representando um **nacionalismo moderado**. Advogava-se o nacionalismo como meio de defesa contra a pressão dos trustes. Mas todos o desejavam moderado, a fim de não privar a iniciativa do capital estrangeiro minoritário.<sup>47</sup>

Ou seja, diante do avanço da crítica da proposta de Vargas como entreguista, o jornal, igualmente acusado de “entreguista” pelos grupos políticos mais à es-

<sup>46</sup> Editorial, Diário de Notícias, 24 de abril de 1953, Caderno 1, página 4

<sup>47</sup> Editorial, Correio da Manhã, 21 de novembro de 1952, Caderno 1, página 4.



querda, defende o “nacionalismo” do projeto de Getúlio, embora o predicando com um adjetivo mais palatável aos leitores elitista da publicação.

Situação semelhante, mas com soluções diferentes, foi enfrentada pelos jornais que, nesta conjuntura, apoiavam o governo Vargas. No caso do *Última Hora*, o jornal procurou uma saída apostando na flexibilidade semântica dos termos nacional e nacionalismo. Seguindo a linha de distinguir entre estatismo e nacionalismo, o editorial que anuncia o acordo na Câmara de Deputados buscou definir a nova configuração da Petrobrás como monopólio sim, mas um “monopólio nacional” e não um “monopólio estatal”.

A aprovação do projeto da “Petrobrás”, já com a eliminação do parágrafo que permitia, embora em escala ínfima, a contribuição de capital estrangeiro para a sua formação, equivale pois à **instituição integral de um monopólio nacional** para o petróleo, isto é, **um monopólio em que não apenas o Estado, mas toda a nação** participará, tornando dessa maneira inteiramente inviável a infiltração dos “trusts” internacionais em nossa estrutura petrolífera.<sup>48</sup>

Na coluna *Barômetro Econômico*, que, em alguns casos, substituiu o editorial do jornal na tarefa de emitir opiniões,<sup>49</sup> também frisou o nacionalismo do projeto, defendendo que a empresa de economia mista seria a solução do problema do petróleo “em bases nacionalistas”, sendo que as demais alternativas, burocráticas e proteladoras, não podem ser nacionalistas - só podem consistir em um “falso nacionalismo”. Isso igualmente apareceu no editorial que abordou o discurso de Vargas em Candeias, na Bahia:

Não há, por isso mesmo, como deixar-se impressionar, depois do discurso de Candeias, pela algaravia dos argumentos e razões que, nascida de interesses, inspirações ou ambições inconfessáveis,

<sup>48</sup> Editorial, *Última Hora*, 19 de maio de 1952, Caderno 1, página 1.

<sup>49</sup> A coluna *Barômetro Econômico* era especializada em economia e não era assinada. De acordo com alguns autores, como LAURENZA, os textos da coluna eram de autoria do jornalista Otávio Malta, companheiro de Wainer desde o tempo da revista *Diretrizes*, no Estado Novo, constituindo o principal espaço para a abordagem dos assuntos econômicos mais polêmicos, substituindo, muitas vezes, o texto editorial que era pouco comum no jornal (LAURENZA, Ana M. A. Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano. 2 ed., São Paulo: Ed. SENAC, 1998, p. 79).

afivela a máscara de um **falso nacionalismo**. Erguendo a suposta bandeira da independência econômica nacional, o que desejam os **jacobinos** e **xenófobos** ‘ad hoc’ é apenas tumultuar e confundir.<sup>50</sup>

*O Jornal*, folha pertencente à rede dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, embora apoiasse Vargas no início de seu governo, tinha uma forte tradição na defesa do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país. Entretanto, nesta conjuntura, evitava fazer uma crítica direta ao “nacionalismo”. Muito pelo contrário, relativizando bastante o sentido da expressão, tentou associar semanticamente o nacionalismo ao capital privado norte-americano. Para tanto, apresenta uma leitura bastante particular do “nacionalismo”:

Somos **nacionalistas**, mas **o nacionalismo tem graduações e matizes**. (...) [Nosso] **nacionalismo não rejeita a colaboração com o estrangeiro**, antes reconhece e proclama a sua necessidade e faz, mesmo dessa cooperação inteligente e segura, uma das bases do desenvolvimento da nossa economia e um dos meios de alcançar mais rapidamente a grandeza que os nossos recursos materiais nos prometem.

**O nacionalismo inteligente da maioria dos brasileiros** nada tem a ver com o **chauvinismo** de muitos e muito menos com os slogans do **comunismo**, lançados para perturbar os espíritos e realizar em favor da Rússia uma política de ódio aos Estados Unidos.<sup>51</sup>

Vemos como, neste editorial, *O Jornal* procura afastar da sua posição favorável ao capital estrangeiro o anátema do “entreguismo” com o qual esta postura era classificada pela esquerda política. No mesmo movimento, procura deslegitimar o emprego que estes grupos mais “à esquerda” fazem da expressão, associando a mesma à limitação, quando não proibição, da entrada deste capital estrangeiro no país, em especial no setor energético. Para isso, alarga o leque de sentidos possíveis do termo “nacionalismo”, defendendo que este apresenta “graduações e matizes”, sendo o “nacionalismo” sustentado pelo jornal (apoio à entrada de capital estrangeiro) adjetivado como “inteligente” e da “maioria dos brasileiros”

<sup>50</sup> Reportagem, *Última Hora*, 26 de junho de 1952, Caderno 1, página 1.

<sup>51</sup> “Cooperação indispensável”, *O Jornal*, 2 julho de 1952, Caderno 1, página 4.

e o nacionalismo dos adversários classificado como “chauvinismo” e mesmo “comunismo”. Vemos, assim, um bom exemplo das disputas político-ideológicas que acabam se centrando em torno de uma luta por imposição de palavras ou do significado mais legítimo das mesmas. E, acrescente-se, só era possível relacionar positivamente “nacionalismo” com entrada de capital estrangeiro, porque, no debate político do pós-guerra, produzir internamente energia e ter um parque industrial robusto eram considerados, pela maioria dos contendores, como condições indispensáveis para a soberania de um país. Se essas condições deveriam ser adquiridas apenas com capital nacional ou se poderiam ser obtidas com o concurso de capital estrangeiro era o que estava na discussão.

Percebe-se, assim, que nesta conjuntura do pós-guerra, na qual a ideia de uma “nação forte” associada à autonomia energética e à industrialização se impõe, certos temas e mesmo certos termos se tornam obrigatórios aos debatedores. Os jornais, como interlocutores interessados em interpelar um grande contingente de leitores, obrigam-se a tratar desses temas e com estes termos, mesmo que, originalmente, não estivessem muito confortáveis com eles. A defesa do “interesse” ou da “soberania” nacionais torna-se incontornável e uma palavra como “nacionalismo” alcança a condição de marca obrigatória de qualquer discurso que se pretenda hegemônico, mesmo que, para isso, os jornais se vejam obrigados a estender ao máximo possível a flexibilidade semântica do mesmo. Em outras palavras, diferente do que seria permitido a um economista acadêmico, o discurso jornalístico sobre um tema de economia exigia a incorporação desses elementos, exteriores às teorias econômicas, mas fundamentais na persuasão e na construção da legitimidade dos jornais perante o público leitor.

### *Conclusão*

Com estas reflexões, pretendemos trazer alguma luz à discussão do tema central de nossa pesquisa. No entanto, isso é apenas o início de uma reflexão que pretendemos estender para outros tópicos. No caso em estudo, além de defender a importância da investigação do pensamento político-doutrinário dos jornais comerciais, procuramos lidar com duas das maiores restrições apresentadas a essa

pesquisa. A primeira restrição é a de que os jornais não podem ser considerados como “autores” de ideias políticas. A segunda restrição é a de que os jornais não possuem consistência e coerência suficientes para serem vistos como autores legítimos.

Embora o tema ainda exija novas investigações, consideramos que a ADC oferece algumas alternativas para entendermos a condição dos jornais como agentes coletivos participantes e ativos no debate público. O uso do conceito de *ethos* discursivo nos permitiu uma importante ferramenta para lidarmos como o trabalho de representação de si que os jornais se dedicam, nos seus textos editoriais, a fim de construir (imaginariamente) a sua autoridade “institucional” como interlocutor pretensamente legítimo na esfera de debates, como impressos dedicados a defender o interesse dos leitores-eleitores frente aos representantes eleitos. Ao mesmo tempo, percebemos como esta posição é tomada sem que estes impressos abandonem a pretensão de conduzir ideologicamente o debate, ou seja, procuram se colocar como defensores do interesse público, mas a partir de um ponto de vista doutrinário particular, o que acaba dotando de um aspecto autoritário a sua fala exortativa, na medida em que instigam o homem público a ações que dizem obrigatórias, mas que são originárias de opções programáticas que não são, em si mesma, inevitáveis.

De outra parte, quando entram diretamente na discussão, percebemos que suas tomadas de posição raramente podem seguir uma linha rígida de argumentação, como se fossem intelectuais que escrevessem no silêncio de seus gabinetes na “torre de marfim”. Os jornais, assim como outros debatedores da cena política, obrigam-se a discutir aberta e diariamente com os seus interlocutores, são forçados a tratar de certos temas e com certos termos que se tornaram incontornáveis e mesmo irrefutáveis na disputa política. Para isso, normalmente agem tomando posição de forma flexível, adaptando-se aos movimentos dos adversários, tentando deslegitimar seus pontos de vistas e criando novos argumentos para vencer a discussão, mesmo que, para isso, tenham que forçar ao máximo a elasticidade semântica de certas palavras, cuja abordagem e adesão se tornam, em certas conjunturas, inevitáveis.

# V

HUM 03109:

*História, Mídia e Poder*

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Desde 2007 desenvolvo um plano de ensino em uma disciplina que trata das relações entre história, os meios de comunicação sociais, mais conhecidos como “mídia”, e as várias formas de configuração e exercício do poder, em especial o poder político. Em 2011 veio a ser denominada HUM 03109 - História, Mídia e Poder, e é oferecida regularmente, ao menos uma vez por ano, pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em anos normais de ensino presencial, costumo disponibilizar 45 vagas por turma, até duas por semestre, dependendo das outras tarefas docentes, vagas essas ampliáveis, de acordo com o espaço físico disponível, para em torno de 50 alunos. Desde que foi oferecida pela primeira vez, a procura tem sido muito grande. No segundo semestre de 2020, que se cumpriu em 2021 em função da pandemia de Covid 19, ofereci duas turmas com 30 vagas cada, devido ao ensino remoto emergencial (ERE). As vagas foram todas preenchidas e a professora Clarice Speranza, chefe substituta do Departamento de História de então, me escreveu solicitando ampliação do número de vagas, pois além dos 60 matriculados, havia uma lista de espera de 169 alunos e alunas.

Uma outra experiência pioneira para mim na área da docência e relacio-

nada com a essa disciplina se deu em 2015. Concorri em um edital de Ensino à Distância (EAD) lançado pela Secretaria de Ensino à Distância (SEAD) da UFRGS. O projeto foi contemplado e previu o oferecimento da disciplina no formato referido. A motivação para tal surgiu de minha então orientanda de mestrado, professora Maria Karina Ferraretto, que me convenceu de que meu ponto de vista anterior, completamente contrário ao ensino à distância, era extremo demais.

Ainda bem que Karina conseguiu me convencer. Juntos elaboramos um projeto que mesclava atividades *on-line* com atividades presenciais, tarefas semanais e trabalhos de conclusão, usando as ferramentas EAD disponibilizadas pela UFRGS, tais como o Moodle e editores de conteúdo coletivos. Foi a primeira disciplina do Departamento de História, ou mesmo do IFCH, oferecida neste modelo. Karina tornou-se bolsista e coordenadora substituta no projeto. Contamos também com a monitoria de um aluno de graduação.

A experiência me ajudou muito nos tempos seguintes de pandemia e de ERE, que não é nem de perto um ensino EAD. O ERE, as aulas desenvolvidas em plataformas digitais, como o próprio nome diz, é uma mera adaptação, é “emergencial”. Porém, eu já tinha familiaridade com as ferramentas virtuais e isso me facilitou enormemente a vida.

Pensei ser oportuno, neste espaço, deixar registrada essa experiência docente que julgo relativamente bem-sucedida a fim de, eventualmente, inspirar iniciativas semelhantes em outros departamentos e instituições, ou não inspirar nada, “no problem”, como diria o temível crononauta Terminator.

\*\*\*\*\*

Depois que defendi minha tese de doutorado em 2004, retornei do afastamento e retomei as atividades docentes no Departamento de História da UFRGS. Estava acometido pela ameaçadora ressaca pós-tese. Pretendia dar um tempo nas pesquisas sobre o final do XIX e inícios dos XX, nas quais trabalhei com elites políticas e intelectuais desde os anos 1990, e voltei a atenção para um tema que sempre me agradou, história da mídia. Ainda na graduação, quando eu pesquisava como bolsista de Iniciação Científica da professora Loiva Otero Félix

no jornal *A Federação* sobre a chamada Revolução de 1893, tomei “gosto pela coisa”, então pelo uso e as potencialidades da imprensa como fonte de pesquisa.

E, aqui, um parêntesis que é por uma dívida eterna de gratidão. Enquanto escrevo este texto, março de 2023, faz pouco mais de uma semana, Loiva faleceu. Não sou muito bom com as palavras nestes momentos, mas quero deixar marcado a admiração, o respeito e a gratidão que tenho para com ela.

Loiva foi uma das grandes e desbravadoras historiadoras, pesquisadoras e professoras da área de história política aqui no Rio Grande do Sul, tendo sido inclusive uma das fundadoras do nosso GT de História Política da ANPUH/RS, um dos mais antigos ainda em atividade da associação. Dedicou sua vida, além do amor, cuidado e zelo para com a família e amigos, ao ensino e à pesquisa, dividida entre suas duas áreas de preferência ou paixão: história antiga e história política do Rio Grande do Sul na I República. Na segunda foi uma das primeiras pesquisadoras a aprofundar o estudo das formas como se davam as relações de poder no período castilhistaborgista, mostrando que, a despeito da literatura então corrente que ressaltava as supostas diferenças significativas entre os casos do Rio Grande do Sul e do Brasil, as coisas por aqui não eram assim tão diferentes, sendo que as relações clientelísticas de tipo coronelista também marcaram decisivamente as estruturas de poder por estes pagos<sup>1</sup>. Na história antiga, Loiva foi fundamental no impulso ao seu ensino e à sua pesquisa no estado. Foi seu bolsista também de Iniciação Científica em um projeto sobre o drama trágico e a política na Grécia Antiga, lá na segunda metade dos anos 1980, projeto esse pioneiro no Departamento de História da UFRGS no que diz respeito ao seu tema e objeto<sup>2</sup>.

Em outra oportunidade, fiz uma pequena homenagem a ela e a outro professor orientador fulcral que tive em minha história acadêmica e pessoal, Odaci Luiz Coradini:

<sup>1</sup> Sem mais, a tese de Loiva é um marco na historiografia sobre o Rio Grande do Sul da I República: FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. Há também a edição de 1996 publicada pela Editora da UFRGS.

<sup>2</sup> CERQUEIRA, Fábio Vergara; FÉLIX, Loiva Otero; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Percepção das relações de poder na pólis clássica através do drama trágico*. Relatório final de pesquisa – CNPq. Porto Alegre, março de 1990.

Desde a minha graduação em história nos anos 1980 que me interessei por questões políticas. De início comecei a pesquisar e estudar a Grécia antiga, muito por influência da minha querida professora e orientadora no curso de história da UFRGS: Loiva Otero Félix. Loiva é daquelas pessoas-chave na vida da gente. Eu tive a sorte e a honra de trabalhar com ela na década de 1980 enquanto me graduava. [...] Loiva é grande especialista, pesquisadora e conhecedora das coisas do Rio Grande do Sul da época do castilhismo e do borgismo, sua tese de doutorado é um marco nas pesquisas em história política do período. Incentivadora, impulsionadora, amiga, expansiva, agitada, emotiva, ela é um exemplo do que a universidade pública pode produzir de melhor. [...] Faço esse desvio porque se estou aqui hoje e se este livro pode vir a ser é por causa da Loiva e do Coradini. Mesmo agora, com 54 anos de idade em 2019, continuo dizendo que quero ser um deles, na verdade uma mistura dos dois, quando crescer.<sup>3</sup>

Encerrando este parêntesis, uma pequena história sobre a Loiva. Lá pelo final dos anos 1980 ou início dos 1990 estávamos conversando na antiga sala dos professores do Departamento de História. Ficava no prédio onde hoje é o Instituto de Letras. Pelas tantas, Loiva me perguntou o que eu achava dela se candidatar à chefia do Departamento. Sim, ela gostaria da opinião de um recém graduado sobre uma decisão profissional bem importante. Ao mesmo tempo honrado e inseguro, lhe disse que achava que deveria “pegar mais leve”, pois estava sempre cheia de afazeres e compromissos, que pensasse bem. Modestamente e pensando nela, desaconselhei que se lançasse a mais uma trabalhosa empreitada. Claro que acabou sendo chefe do Departamento, função que desempenhou magnificamente como tudo o que fazia. Era impressionante a sua capacidade de trabalho e dedicação. Obrigado, querida Loiva.

Pois, como referi acima, foi pelo trabalho com a imprensa escrita como bolsista da professora Loiva, em especial com o jornal *A Federação*, que comecei a me interessar pelo tema e, durante as pesquisas para o mestrado em Ciência Política na UFRGS, novamente trabalhei com outro periódico como fonte, o

<sup>3</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido*. Porto Alegre, Telha, 2020, p. 88-9.



jornal O Debate. Por outro lado, ainda no curso de mestrado, autores<sup>4</sup>consultados nas disciplinas também começaram a me chamar a atenção e o interesse pelo tema da mídia: Patrick Champagne<sup>5</sup>, Pierre Bourdieu<sup>6</sup>, Dominique Wolton<sup>7</sup>, Jürgen Habermas<sup>8</sup> e outros tantos. Nesse ponto foi muito importante a disciplina ministrada pela professora Céli Regina Jardim Pinto, cujo tema era política e marketing político, que, entre outros assuntos, se deteve na questão da opinião pública, da mídia e sua história.

Foi assim que, mais tarde, terminado o doutorado e querendo mudar um pouco meus temas de pesquisa, embora, é importante ressaltar, sempre tendo em vista as relações de poder político em uma perspectiva de história social, achei oportuno desenvolver um projeto de pesquisa que contemplasse os meios de comunicação social, a mídia. Enquanto me aprofundava nas leituras, juntava bibliografia, amadurecia e escrevia o projeto, ofereci uma disciplina optativa, um seminário livre de história da cultura, no segundo semestre de 2007. A súmula:

“Estudo de diferentes aspectos relativos aos meios de comunicação social e sua posição no mundo moderno e o modo como tais meios foram sendo retratados pelo cinema. Serão analisados e discutimos temas e conceitos como *opinião pública; pesquisas de opinião; campo jornalístico; mídia e poder.*”<sup>9</sup>

A disciplina propunha um diálogo entre a produção midiática “cinema” sobre a mídia em geral, a história da mídia e as disputas e relações de poder. Além

<sup>4</sup> À época, metade dos anos 1990, a maior parte da bibliografia não estava disponível em português, pelo que foram consultadas cópias dos textos originais em francês. Adiante, cito as edições em português (até porque nem tenho mais à mão a maioria dos “xerox” de então), que, felizmente, apareceram no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

<sup>5</sup> CHAMPAGNE, Patrick. A visão midiática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003, pp. 63-79; CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, Vozes, 1998.

<sup>6</sup> Em especial: BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997; BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos, táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo, Polis, 1987, p. 137-151.

<sup>7</sup> WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo, Ática, 2006.

<sup>8</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 2003.

<sup>9</sup> Plano de Ensino. Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Departamento de História. HUM 03027 – Seminário Temático de História da Cultura I; Semestre 2007/2.

da bibliografia mais teórica acima citada, agreguei, entre outras, contribuições da área de história<sup>10</sup>, filosofia política<sup>11</sup> e de comunicação<sup>12</sup>.

Em 2009 repeti o oferecimento pela última vez como um seminário livre. Já que o curso teve uma relativamente boa procura, achei que tinha futuro e, no ano seguinte, solicitei ao Departamento de História a criação da disciplina optativa com o nome de História, Mídia e Poder<sup>13</sup>, o que foi aceito. Desde o início, pensei que a cadeira não deveria ficar restrita aos cursos de História e entrei em contato com as Comissões de Graduação dos demais cursos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), quais sejam, Filosofia, Políticas Públicas e Ciências Sociais; com as de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO); e de Serviço Social do Instituto de Psicologia. Todas aceitaram incluir a disciplina no rol das optativas para os respectivos cursos, o que foi feito pelo Departamento de História e, desde então, há vagas oferecidas regularmente para todos eles.

O oferecimento ampliado, não restrito aos cursos de História, se deve a que, para enriquecer os debates e os pontos de vista sobre os problemas tratados, os quais são de natureza eminentemente transdisciplinar, pensei que seria interessante e importante contar com uma interlocução variada. História, Mídia e Poder não é uma cadeira de história da mídia, embora algo nesse sentido seja trabalhado, mas de análise, sob o ponto de vista de historiador, de uma dimensão essencial do tempo presente que é a das mídias e suas relações com os poderes político-sociais e com as lutas de representações e pelo poder, em especial o poder sobre o poder político. No início, o enfoque primordial era nos grandes empreendimentos midiáticos institucionalizados, a chamada “grande mídia”, que reinavam hegemônicos e oligopólicos naquela primeira década do século XXI. Porém, logo acentuou-se a crise, ainda em desenvolvimento, nesta área devido à ocorrência e concorrência das chamadas novas mídias, como as redes sociais

<sup>10</sup> BRIGGS, Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

<sup>11</sup> CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

<sup>12</sup> THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Vozes, 1998.

<sup>13</sup> Ao final deste artigo, em anexo, reproduzo o Plano de Ensino do último oferecimento da disciplina no segundo semestre de 2022, o qual, em função da pandemia de Covid-19, se encerrou em 19 de abril de 2023.

e aplicativos de comunicação amplamente acessíveis, por meio da massificação dos smartphones.

Como não poderia deixar de ser, esses novos meios foram incorporados à apreciação e discussão, sempre dialogando com a questão da política e das relações de poder em geral.

Atualmente, a súmula é: “Estudo dos meios de comunicação social, sua história e importância na contemporaneidade e suas relações com concepções de história e configurações de poder.”<sup>14</sup> Os conteúdos programáticos estão divididos em:

“01 – Introdução: apresentação e reflexões iniciais; 02 – Do que se trata?; 03 – Opinião, ciência e mídia; 04 – Mundo cão; 05 – Alguns fundamentos; 06 – Jogo de espelhos; 07 – De golpe em golpe, a mídia; 08 – Admirável mundo novo: princípios; 09 – Admirável mundo novo: precipícios; 10 – Crise das mediações.”<sup>15</sup>

O curso é organizado como um misto de seminário, aulas expositivo-dialogadas e tarefas programadas. Na unidade 1, combino e esclareço as atividades de avaliação e a organização geral do semestre. Normalmente elejo e proponho a leitura, para incentivar a discussão, de um artigo que enfoque alguma questão recente envolvendo as mídias e a política.<sup>16</sup> Na segunda unidade, “do que se trata”, abordo minha própria produção sobre o tema. O objetivo é que os alunos se familiarizem com a forma como trabalha e pensa o professor e, inclusive, caso não se identifiquem com isso, possam se desligar do curso em seu início, abrindo oportunidade para que outros alunos possam conseguir vaga. A unidade 3 é dedicada à questão da opinião pública e sua relação com o conhecimento e o poder, para a qual indico a leitura de um texto clássico de Bourdieu.<sup>17</sup>

<sup>14</sup> Plano de Ensino. Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Departamento de História. HUM 03109 – História, Mídia e Poder; Semestre 2022/02. Ver Anexo.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Apesar da desertificação e homogeneização dos conteúdos na grande imprensa de modo geral, aqui e ali surgem alguns artigos interessantes na Folha de São Paulo, no *Le Monde Diplomatique*-BR, na BBC-BR, na *Deutsche Welle*-BR, no *The Intercept*-BR, GGN, ou outro órgão da mídia alternativa, hoje em dia albergada quase que exclusivamente na internet.

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 1987.

Na quarta unidade, “mundo cão”, assistimos ao filme *O Quarto Poder* (*Mad City*), dirigido por Costa Gavras e lançado em 1997, junto com a leitura de um artigo de Patrick Champagne<sup>18</sup> e de um texto sobre análise fílmica em história.<sup>19</sup> Aqui discutimos como os meios de comunicação se comportam frente ao mundo, em especial no sentido de que o que passa midiaticamente como acontecimento retratado jamais pode ser pensado sem a interveniência da própria mídia em sua produção enquanto tal. Por mais que os meios digam apenas relatar e descrever o que acontece à sua revelia, na verdade uma vez intervindo, o que o acontecimento pode vir a ser é indissociável da participação ou apropriação midiática. Lembramos aqui casos como o da menina Eloá e da cidade de Alvorada.

Na unidade 5 procuro discutir e refinar alguns instrumentos de análise das mídias, em especial da televisão, discutindo as teorias de Pierre Bourdieu: a noção de campo e os conceitos de habitus e ethos a partir do seu livro *Sobre a Televisão*.<sup>20</sup> Para incentivar ainda mais a discussão, proponho que seja assistido o documentário inglês de 1993 *Muito Além do Cidadão Kane* (*Beyond Citizen Kane*), dirigido por Simon Hartog e praticamente banido do Brasil pelo poder da Rede Globo e de seu então proprietário Roberto Marinho, a quem o cidadão Kane do título faz referência. Hoje circulam apenas cópias muito ruins na internet.

Na sexta unidade, “jogo de espelhos”, discutimos a questão da mídia como produtora de simulacros e controladora da agenda pública. Aqui o livro de Marilena Chauí<sup>21</sup> é a referência fundamental. A sétima, “de golpe em golpe, a mídia”, divido em duas partes. Com o filme norte-americano de 1998 *O Show de Truman* (*The Truman Show*), dirigido por Peter Weir e mais a leitura do “mito da caverna” de Platão, conversamos sobre a questão do conhecimento e do reconhecimento, bem como da mídia como criadora de realidades ou simulacros de realidades. Sem indicar a leitura propriamente dita do texto, faço pontes com a chamada “dialética do mestre e do escravo” que Hegel desenvolve na *Fenome-*

<sup>18</sup> CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003, p. 63-79.

<sup>19</sup> SANTIAGO JR., Francisco das Chagas. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). *História da Historiografia*, Ouro Preto, Número 8, abril, 2012, p. 151-173. In: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/270>, acessado em 12 de novembro de 2020.

<sup>20</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 1997.

<sup>21</sup> CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

nologia do Espírito.<sup>22</sup> Em um segundo momento, enfatizo a história de golpes de estado no Brasil e a situação atual desde o golpe de 2016 e a interveniência das novas mídias no jogo político, em especial de 2013 em diante.<sup>23</sup> Também assistimos ao documentário de 2010 chamado *Arquitetos do Poder*, dirigido por Vicente Ferraz e Alessandra Aldé, justamente para refletirmos sobre o contexto que o filme enfoca, o até recente reinado do marketing político associado ao primado das grandes mídias empresariais, em relação com a situação desde então, desde o avanço das chamadas novas mídias e a guerra híbrida, a “pós-verdade”, as *fake News*, por si só uma contradição em termos.

A oitava unidade é dedicada ao estudo da situação histórica mais geral, sobre o atual estágio do capitalismo e o triunfo neoliberal, enfim, é dedicada ao estudo dos princípios que lastreiam este “admirável mundo novo” do tempo curto, do trabalho uberizado, do consumo insaciável e da busca pelo gozo imediato entre postagens e clics. Aqui Wendy Brown<sup>24</sup> é chamada a contribuir. Na unidade seguinte a reflexão sobre os princípios do novo mundo é substituída pela discussão dos precipícios que se vislumbram. Com o filme norte-americano *Obrigado por Fumar* (*Thank You For Smoking*), de 2005, dirigido por Jason Reitman, e com um texto que reflete sobre as condições do avanço das chamadas novas direitas no mundo pelos casos da Hungria, Estados Unidos e Brasil<sup>25</sup>, discutimos de que modo a antiga posição de controladores da agenda, de *gatekeepers*, da mídia empresarial entrou em crise, embora ainda ocupe uma posição importante, sendo que hoje se estabelece uma profusão de lugares aparentemente dispersos de produção de conteúdos e buscas por likes onde antes haveria uma maior concentração da produção e busca por telespectadores, radiouvintes ou leitores. Buscamos

<sup>22</sup> HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis/Bragança Paulista, Vozes/Universidade São Francisco, 2003.

<sup>23</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. O fim da opinião pública e as novas condições do jogo político no Brasil de Bolsonaro. In: MARTINS, Luís Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica (Orgs.). *História e Mídia: Leituras do Brasil* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, Editora Fi, 2021, p. 264-304.

<sup>24</sup> BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Política, 2019.

<sup>25</sup> BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; COSTA, Andressa Liegi Vieira. Populismo e fake news na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil. *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 28, p. 385-412, jan./jun, 2020. In: <http://doi.org/10.47284/2359-2419.2020.28.385412>, acessado em 17 de março de 2023.

analisar o conjunto das novas condições do aparecimento público de pautas e discursos e como estas afetam os contornos do novo jogo político e do avanço das extremas direitas criptofascistas, filofascistas, ou abertamente neofascistas.

Aqui cabe um novo parêntesis. Como pesquisador e profissional me sinto bastante seguro, tanto pelas leituras feitas quanto pela vivência em meus já 58 outonos, em refletir sobre o mundo marcado pela presença da mídia empresarial. Aliás, a minha é a primeira “geração da televisão”, pois desde que nascemos convivemos com esse meio cotidianamente, ainda que fosse no início um gigantesco e pesado eletrodoméstico na sala de estar das casas de classe média, lá nos anos 1960, e depois em quase todas as casas, a partir dos anos 1970 e sua massificação. Lembro de uma historinha dessas que reacionários da época gostavam de repetir, equivalente um pouco ao atual “esquerdistas de iPhone”. Diziam dos “pobres”: “mal têm comida, mas qualquer barraco sempre tem uma antena de tevê”. Hoje, evidentemente, sei me virar na internet e mesmo nas redes sociais, porém, sem a desenvoltura do pessoal nos seus 18 ou 20 e poucos anos que já foram alfabetizados na linguagem e no mundo digitais, incluindo os smartphones. Assim, embora eu leia e estude sobre o assunto, os alunos e alunas sempre vêm com contribuições de suas próprias experiências e expertises no mundo digital das quais eu nunca ouvira falar ou sequer tivera antes conhecimento. Essa troca é absolutamente fantástica, muito especial e mesmo fundamental para os objetivos da disciplina e para mim enquanto pessoa e pesquisador. Fecho este parêntesis agradecendo a todas, todos e todes que foram e são alunos do curso pela oportunidade de poder estar sempre sendo atualizado, na medida do possível, e descobrindo coisas novas sobre algo que, enfim, é meu objeto de estudo, mas também de estranhamento. Por exemplo, há algumas semanas, ao se tornar tema de reportagens pela sua mais nova e “eficiente” versão, o pessoal me explicou o que é o tal ChatGPT, como funciona, o que faz, o que pode vir a fazer. Pelas indicações do pessoal fui estudar e ler sobre o assunto. O mesmo ocorreu quando das manifestações recentes do sujeito do Campari, quando o pessoal me indicou os caminhos para me aprofundar no estudo dos grupos Incels, Redpills e afins, seus coaches, seus recrutas, seus eventuais crimes, incluindo assassinatos.

A décima unidade, “crise das mediações”, encerra o programa do curso. Nela discutimos a questão expressa no título não somente com respeito aos

meios de comunicação empresariais, mas também da universidade, dos cientistas e da ciência, dos sindicatos, dos partidos políticos e outras instâncias e instituições. A crise é, com efeito, das instâncias e agentes mediadores com os quais a segunda metade do século XX foi constituindo e se aclimatando como mais ou menos legítimos ou corriqueiros. Hoje, novos agentes e instituições têm operado como tais, desbancando ou pondo em xeque os anteriores. Com Judith Butler<sup>26</sup>, nos debruçamos em especial sobre a questão das universidades, tanto com respeito aos discursos que visam deslegitimá-las como lugares de produção de conhecimento (negacionismos, por exemplo), como com respeito às tentativas de controle sobre elas por governos extremistas de direita ou por poderes privados ideologizados, ou seja, pelo poder econômico. Por fim, proponho um seminário de discussão sobre meu livro *A Dança das Bolinhas: Notas Sobre um Brasil Interrompido*<sup>27</sup>, no qual refletimos sobre essa crise no Brasil, desde o fim da ditadura até a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 e o primeiro ano de seu governo.

Quanto a demais atividades, no início do semestre divido a turma em 10 grupos, os quais se responsabilizam por duas tarefas. A primeira, é a apresentação, na segunda metade das aulas, um grupo por vez, de algum assunto ou aspecto que tenha sido abordado por qualquer meio de comunicação durante os dias anteriores e que dialogue com o texto ou tema da aula previstos no plano de ensino. O objetivo é provocar um debate lastreado na bibliografia ou na temática da unidade que estiver sendo estudada. Assim, cada encontro é dividido em duas partes. Na primeira, costumo falar sobre o tema e a bibliografia indicada da respectiva unidade. No segundo momento, o grupo responsável apresenta o assunto escolhido e depois se segue ampla discussão entre todos os presentes. Não poucas vezes extrapolamos o horário de fim da aula.

A segunda tarefa dos grupos é a realização do trabalho final. Ele consiste no seguinte: cada grupo escolhe um filme que verse sobre algum aspecto relacionado a meios de comunicação social e/ou novas mídias, profissionais da área,

<sup>26</sup> BUTLER, Judith. A Criminalização do Conhecimento. *SPW*. 4 de junho de 2018. In: <http://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>, acessado em 06 de junho de 2018.

<sup>27</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido*. Rio de Janeiro, Telha, 2020.

atividades afins (um veículo, um profissional, uma temática, uma biografia, um “caso”, etc.) e dele fazem uma análise. Ela deve dialogar com a bibliografia da disciplina e conter bibliografia de apoio resultante da pesquisa realizada pelo grupo. O trabalho tem duas partes: a) elaboração de um roteiro escrito com uma página digitada com o plano da apresentação que o grupo planeja, contendo a bibliografia e as fontes utilizadas e b) a apresentação oral dos resultados em 20 minutos para os colegas e o professor em sala de aula. O roteiro é enviado com dois dias de antecedência do dia da apresentação em pdf para o professor e para os colegas por e-mail.

Os resultados têm sido muito bons. Os grupos escolhem o filme e costumam realizar análises e até elocubrações muito interessantes e instigantes. Depois das apresentações a turma discute os trabalhos em conjunto.

Enfim, esta é a disciplina sob o ponto de vista de sua organização, estrutura e tarefas. Ao longo destes anos, também aconteceram coisas muito interessantes em momentos-chaves pelos quais o país passou. Desde os respingos do midiaticamente dito “escândalo do mensalão”, até a vitória recente de Lula em 2022, passando pelas manifestações de junho de 2013, lava-jato, golpe de 2016, eleição de Bolsonaro.

Desde a primeira turma, ainda quando era um seminário livre lá em 2007, eu sempre perguntei à turma, quando da apresentação da disciplina no primeiro dia de aula, quem dos presentes lia com regularidade algum periódico impresso da mídia institucionalizada, ou seja, jornais ou revistas semanais. Poderia ser o *Correio do Povo*, a *Veja*, a *Folha de São Paulo* ou *Carta Capital*, não importa. Em 2007 mais da metade das pessoas levantavam a mão. O que era de se esperar, ainda mais entre alunos de cursos da área de humanas. Da última vez que perguntei, neste semestre que ainda está em andamento, o segundo de 2022 que se cumpre agora em função dos atrasos no calendário devido à pandemia, ninguém, sim, absolutamente ninguém levantou a mão, inclusive o professor, algo que já tem ocorrido há alguns anos. Eu insisti ainda se não liam jornais ou revistas em suas edições digitais, nada, apenas liam um ou outro “conteúdo” de acordo com o interesse pontual. Enfim, desde 2007, ano a ano, vinha diminuindo a quantidade de mãos levantadas. Numa das últimas vezes em que isso aconteceu apenas duas pessoas levantaram a mão, eu e um aluno que tem mais ou menos



a minha idade, ambos porque assinavam a Zero Hora quase por uma inércia ancestral (meu pai sempre assinara algum jornal diário, antes o velho Correio do Povo, depois a Zero Hora, a qual relutou muito em aceitar, desde o formato tabloide até as notícias e matérias rápidas cheias de fotos coloridas). Enfim, para nós o jornal diário na porta da casa era tão corriqueiro quanto escovar os dentes e tomar o café da manhã.

Isso abre uma série de questões. Antes de mais nada, o esgotamento do modelo bicentenário das mídias impressas. A menos que algo muito fora da curva aconteça, é um modelo moribundo. Provavelmente mantém um certo vigor porque pessoas com mais de 40 anos ainda têm apego ao suporte papel e assinam algum jornal ou revista semanal. Até a compra avulsa é uma epopeia, pois as antigamente onipresentes bancas de jornais (nas grandes avenidas havia no mínimo uma a cada duas ou três quadras, sendo que hoje algumas pouquíssimas até sobrevivem, mas vendendo capinhas de celular e uma série de outras bugigangas) praticamente desapareceram, sobrando alguns pontos de venda em supermercados e lojas de conveniência. Por outro lado, as outrora poupudas edições diárias dos “jornalões” com vários cadernos, sem falar nas dominicais, com os classificados, hoje se resumem a umas poucas páginas com cada vez menor diversidade e, sintoma incontornável da crise do modelo, menos anúncios publicitários. Por outro lado, como é o caso de uma sala de aula de cursos de graduação, se entre pessoas no início da vida adulta, em seus 20 e poucos anos, praticamente ninguém lê ou sequer manipula um jornal ou uma revista em papel (até mesmo aquele exemplar de três meses atrás da revista *Caras* no consultório do dentista fica órfão, pois há muito que escarafunchar no smartphome), provavelmente nunca o fará ao longo da vida. Enfim, o público dos periódicos impressos tende a fisicamente se extinguir.

Uma outra questão, um pouco relacionada com a anterior, favorita em uma leitura retrógrada, saudosista e mesmo reacionária<sup>28</sup>, é atribuir às novas gerações a pecha de ignorantes e despreparadas. Nada mais equivocado. Não se trata de uma questão de graduação ou qualidade do conhecimento ou do preparo, trata-

<sup>28</sup> Note-se que não se trata necessariamente de uma leitura conservadora no sentido político, ou seja, de direita, pelo contrário, não são poucos esquerdistas que costumam atribuir os “males do mundo atual” ao suposto ignorante desinteresse das novas gerações “cada vez mais alienadas”.

-se de adequação e reprodução das desigualdades às novas condições histórico-sociais sob novas formas. Se há 50 anos era importante para manter ou almejar posições de elite ou de esclarecimento<sup>29</sup> a informação pelos impressos e a leitura de livros, hoje há outras formas de se ler e informar que incluem uma circulação por mídias até então separadas ou inacessíveis, como as imagens instantâneas, ou ler um livro pelo smartphone ao mesmo tempo em que se consulta, por exemplo via metalinks, informações sobre um eventual filme nele baseado, sobre o autor ou sobre as adaptações e versões, isso junto ao recurso imediato aos dicionários<sup>30</sup> eletrônicos se for preciso. Antes o foco era mais direcionado e dividido em tempos mais ou menos estanques e escalonados: tempo da leitura do livro, tempo de assistir ao filme adaptado, tempo de buscar informações correlatas. Era também diferente o tempo do preparo para a profissão de vida toda, para a carreira em etapas, para a realização de tarefas em sequências ordenadas, para o momento do laser separado do momento do trabalho fordista, mesmo o intelectual.

As condições mudaram enormemente com o mundo neoliberal e a possibilidade de existir no mundo uberizado exige outras formas de relacionamento com a cultura e a informação. Não vou aqui entrar em detalhes<sup>31</sup>, apenas apontar que o que acontece hoje e que é muitas vezes incompreensível para outras cronografias não é melhor nem pior do que o que havia, é apenas diferente. O fordismo era uma forma de alienação especialmente sincronizada com o estágio anterior do capitalismo, função que a uberização cumpre hoje no mundo neoliberal.

De minha parte, não consigo assistir um vídeo ou ouvir uma transmissão de áudio e ler um livro ao mesmo tempo, é tipo assobiar e chupar cana. Esses dias

<sup>29</sup> Uso o termo no sentido do Iluminismo mesmo.

<sup>30</sup> O outrora indispensável “pai dos burros” ou “amansa burro” parece ser outro item em extinção, uma vez que os dicionários e ferramentas de pesquisa na internet têm ocupado esse espaço pedagógico que um dia fora para nós tão caro, nos dois sentidos, pois um bom dicionário sempre foi também muito dispendioso monetariamente.

<sup>31</sup> Há extensa e variada bibliografia sobre o neoliberalismo. Vou citar apenas alguns textos que julgo importantes: DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016; HARVEY, David. *O Neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo, Loyola, 2014; FISHER, Mark. *Realismo capitalista*: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo, Autonomia Literária, 2020; BROW, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo – a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo, Politéia, 2019; LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo, Elefante, 2020.

conversávamos sobre isso em sala de aula e boa parte do pessoal disse que era costume estar navegando no smartphone e prestando atenção na aula ao mesmo tempo. No início da massificação dos celulares eu me irritava profundamente com as pessoas imersas em suas telas enquanto eu estava lá na frente divagando sobre coisas essenciais e altamente abstratas do conhecimento avançado que obviamente mereciam toda e integral a atenção. Me parecia desrespeito, inclusive. Hoje nem ligo mais e até faço graça quando reparo em alguém mais absorto e alheio. Também não consigo ler nem um livro verdadeiro em um ônibus porque sacode demais, mas me deparei com a narrativa de um aluno que dizia ter lido um livro inteiro no smartphone em duas ou três viagens de ônibus.

Enfim, o pessoal hoje em dia não é pior nem mais preparado e nem mais ou menos ignorante ou alienado do que éramos ou fomos em outras gerações, é apenas diferente. Ao fim e ao cabo, o que persiste são as possibilidades desiguais de acesso aos equipamentos (os aparelhos tecnológicos) e às habilidades necessárias para operá-los em função das distintas oportunidades que continuam, como há 50, 100 ou 200 anos, a ser distribuídas desigualmente de acordo com as origens sociais de cada um. O admirável mundo novo neoliberal permanece uma sociedade de classes cuja distância em termos de renda entre elas está cada vez mais acentuada. Isso sim importa e continua fazendo as diferenças reais.

Outra história interessante sobre a disciplina ocorreu em 2013. Em junho daquele ano muitos dos alunos e alunas que estavam na aula militavam no movimento estudantil e fizeram parte dos coletivos que desencadearam os protestos contra o aumento no preço das passagens do transporte coletivo. Porto Alegre teve algum protagonismo naqueles eventos, se destacando o Movimento Passe Livre (MPL). Quando em meados do mês, as manifestações até então restritas a grupos de esquerda, ganhou a adesão de milhares de jovens com outras pautas, totalmente estranhas ao movimento original, e o mote “corrupção” ganhou força e extraordinário apoio midiático, evidentemente que virou assunto em nossos encontros em sala de aula.

Depois de uma das grandes manifestações pelo centro de Porto Alegre, eu perguntei aos alunos o que estavam achando daquilo. Uma aluna respondeu com uma espontaneidade que lembro até hoje: “professor, a gente não sabe muito bem de onde veio essa gente toda”.

Outra história foi relativa às Putinhas Abortadeiras. Esse era o nome de um grupo musical de meninas feministas estudantes da UFRGS, tipo uma banda funk, parte delas do curso de História, sendo que algumas delas foram alunas da disciplina de História, Mídia e Poder. Em abril de 2014 se apresentaram no programa Radar da TVE<sup>32</sup> (Televisão Educativa, ligada ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, à época dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, governo Tarso Genro). Com letras contundentes e visando divulgar a Marcha das Vadias que ocorreria dias depois, denunciavam a hipocrisia patriarcal e faziam refletir sobre o controle dos corpos e a questão da legalização do aborto. Alguns funcionários da TV divulgaram o programa em uma plataforma online na internet. Foi o suficiente para o reacionarismo local, representado em especial pela vereadora ultradireitista Mônica Leal<sup>33</sup> e por vários agentes da mídia dominante, e para o oportunismo puro e simples, em especial do então ainda incipiente MBL (Movimento Brasil Livre), passaram a perseguir as meninas com insinuações moralistas típicas dessa gente, pois as canções afrontariam as crenças, valores e bons costumes dos cidadãos de bem, o que depois viria a ser parte do *modus operandi* dos partidários do governo federal extinto em 2022. Os funcionários da TVE foram postos para a rua. Combinei com elas e algumas participaram de uma das aulas da disciplina contanto seu lado da história e conversando comigo e os colegas. Foi uma grande experiência.

Por outro lado, como salientei acima, essa experiência andou lado a lado com a elaboração de um projeto de pesquisa que nomeei História, Mídia e Poder no Rio Grande do Sul do Período Republicano. Trata-se de um projeto guarda-chuva que serve de balizamento para o desenvolvimento de uma gama de projetos ou subprojetos afins que tratam das relações entre os conceitos propostos em uma perspectiva histórica. A ideia inicial era tentar traçar ao longo do tempo como se foram desenvolvendo no Rio Grande do Sul os meios de comunicação sociais desde o início do período, quando a imprensa escrita reinava soberana, se alinhava com os partidos políticos e era mesmo patrocinada diretamente por eles, até os dias atuais, quando imperam os grandes grupos empresariais mul-

<sup>32</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=zOWEJLrBdQo>, acesso em 20 de março de 2023.

<sup>33</sup> <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/05/apos-publicacao-de-video-de-funk-na-internet-tve-demite-funcionarios.html>, acesso em 20 de março de 2013.

timídia e a internet. Com o tempo o escopo restrito ao Rio Grande do Sul foi alargado, a pesquisa se voltou para o Brasil de modo mais geral.

Enquanto tema para a pesquisa histórica propriamente dita, enfocar a mídia, sua história e sua relação com a história e o poder, é tentar responder a questões muito presentes que dizem respeito à natureza e características da dominação social moderna e das formas que assumem as lutas sociais e políticas, objetivo não só do projeto de pesquisa como da disciplina.

Ou seja, o título do projeto de pesquisa foi inspirado no título da disciplina e desde então ambos se alimentam mutuamente. Em termos de produção resultante, posso dizer que nestas alturas é já vasta e variada<sup>34</sup>, tendo contado com muitos estudantes bolsistas de Iniciação Científica ao longo dos anos, sendo sua própria produção apresentada nos Salões de Iniciação Científica da UFRGS.

\*\*\*\*\*

<sup>34</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto; SANTOS, Irineia Franco dos. Apresentação do dossiê Mídia e Poder em Perspectiva Histórica. *Revista Crítica Histórica*, v. 20, p. 4-9, 2019; GRIJÓ, Luiz Alberto. A “legalidade” na imprensa. In: NOLL, Maria Izabel et al. *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre, Webprint, 2011, p. 29-59; GRIJÓ, Luiz Alberto. *A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido*. Rio de Janeiro, Telha, 2020; GRIJÓ, Luiz Alberto. *A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual*. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, julho de 2016, pp. 67-92; GRIJÓ, Luiz Alberto. A grande mídia empresarial brasileira, os governos do PT e o golpe de Estado de 2016. In: FÉLIX, Loiva Otero; SILVEIRA, Daniela Oliveira. *Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2019, p. 29-61; GRIJÓ, Luiz Alberto. A imprensa do Rio Grande do Sul na “Campanha da legalidade”. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo, Óikos/UNISINOS, 2017, p. 230-264; GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, p. 279-298; GRIJÓ, Luiz Alberto. Fascismo? Que fascismo? In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza; GRIJÓ, Luiz Alberto; VARGAS, Jonas Moreira. *Capítulos de história política: problemas e estudos*. Passo Fundo, Acervus, 2020, p. 467-486; GRIJÓ, Luiz Alberto. O fim da opinião pública e as novas condições do jogo político no Brasil de Bolsonaro. In: MARTINS, Luís Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica (Orgs.). *História e Mídia: Leituras do Brasil* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, Editora Fi, 2021, pp. 264-304; GRIJÓ, Luiz Alberto. O golpe invisível: mídia, política, história e a universidade em tempos incertos. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. [E-book] (orgs.). São Leopoldo, Oikos, 2018. pp. 441-462; GRIJÓ, Luiz Alberto. Para ver Cristina: a mídia brasileira, a Argentina e o “efeito Orloff”. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs.). *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. [e-book] Porto Alegre, Editora Fi, 2017b, p. 165-187; GRIJÓ, Luiz Alberto. Prefácio. In: SANTOS, Irineia Franco dos. *Imprensa católica na Primeira República: uma história social do hebdomadário A Fé Christã* (Penedo, Alagoas). Maceió, Edufal, 2019, p. 15-19.

Deixei para o final a referência mais específica ao projeto de pesquisa porque, afinal o objetivo aqui não foi tratar dele, mas da disciplina homônima. Não obstante, me parece fundamental a oportunidade que a universidade pública proporciona de permitir uma experiência desse tipo, que une a docência e a pesquisa ou vice-versa de modo que ambas se alimentem mutuamente na perspectiva do avanço do conhecimento e da transmissão e discussão dele.

Por fim, não há exatamente algo a ser concluído, até porque a disciplina e as pesquisas continuam vivas e em desenvolvimento, mas sim há a esperança de ter contribuído um pouco com a UFRGS e com a sociedade de modo geral pela produção de resultados e pela formação de pessoas.

Quanto à disciplina propriamente dita, só há a agradecer mais uma vez e em especial aos alunos, alunas e alunes que participaram da atividade ao longo de todos estes anos.

*Anexo*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**HUM 03109 – HISTÓRIA, MÍDIA E PODER – TURMA U (4134) –  
2022/02 – Sala 204**

**PROFESSOR: Luiz Alberto Grijó**

## **PLANO DE ENSINO**

### **I. Súmula**

Estudo dos meios de comunicação social, sua história e importância na contemporaneidade e suas relações com concepções de história e configurações de poder.

### **II. Objetivos**

1. Proporcionar ao aluno o domínio dos conteúdos programáticos da disciplina;
2. Incentivar a reflexão crítica sobre os temas e conteúdos trabalhados.

### **III. Conteúdos programáticos**

1. Introdução: apresentação e reflexões iniciais.
2. Do que se trata?
3. Opinião, ciência e mídia.
4. Mundo cão.
5. Alguns fundamentos.

6. Jogo de espelhos.
7. De golpe em golpe, a mídia.
8. Admirável mundo novo: princípios
9. Admirável mundo novo: precipícios.
10. Crise das mediações.

#### **IV. Modos operacionais**

O conteúdo programático será desenvolvido através de aulas expositivas dialogadas, seminários, elaboração e apresentação de trabalhos individuais e/ou em grupos, audiovisuais.

#### **V. Avaliação**

A avaliação final resultará da ponderação do desempenho do/a aluno/a nos seguintes quesitos: comprometimento com as atividades desenvolvidas em sala de aula, participação nas discussões, realização das leituras e tarefas indicadas e um trabalho. Aproveitamento mínimo para aprovação = 60%. Mais de 4 (quatro) aulas ausente = “FF” (reprovação por falta de frequência). Poderão realizar atividade de recuperação aqueles/as que não lograrem alcançar o aproveitamento de 60%, ou seja, obtiverem o conceito “D”, podendo assim alcançar a aprovação com o conceito máximo “C” desde que com 50% ou mais de aproveitamento.

#### **VI. Considerações adicionais importantes**

Não deixe acumular leituras, isso é fundamental para o bom andamento das aulas e para o seu bom desempenho em termos de participação nas atividades em geral e nas avaliações. Trata-se de uma disciplina eletiva que pode ser definida como um seminário interativo, cuja proposta é a ampla participação de todos e todas nas tarefas e discussões propostas.



## VII. Tarefas, apresentações e Trabalho Final

7.1 - É necessário que sejam assistidos dois documentários e três filmes. Nos dias marcados no cronograma, será realizada a discussão dos mesmos em sala de aula. Mesmo quem já assistiu a algum deles, é essencial que o faça de novo. Os documentários e filmes são os seguintes:

- a) Documentário: *Muito além do cidadão Kane* (*Beyond Citizen Kane*). ING, 1993, direção: Simon Hartog. <https://www.youtube.com/watch?v=049U7TjOjSA>.
- b) Documentário: *Arquitetos do Poder*. BRA, 2010, direção: Vicente Ferraz e Alessandra Aldé. <https://www.youtube.com/watch?v=FlyLwc2q-4GQ>.
- c) Filme: *O quarto poder* (*Mad city*). EUA, 1997, direção: Costa Gavras.
- d) Filme: *O show de Truman* (*The Truman Show*). EUA, 1998, direção: Peter Weir.
- e) Filme: *Obrigado por fumar* (*Thank you for smoking*). EUA, 2005, direção: Jason Reitman.

7.2 - A turma será dividida em 10 grupos com aproximadamente 4 componentes cada. Os grupos realizarão duas tarefas:

7.2.1 - **Primeira:** nas aulas indicadas será reservado tempo para que se responsabilizem em apresentar algum assunto ou aspecto que tenha sido abordado por qualquer meio de comunicação durante os dias anteriores e que dialogue com o texto ou tema da aula. O objetivo é provocar um debate lastreado na bibliografia/temática que estiver sendo estudada.

7.2.2 - **Segunda:** o trabalho final. Cada grupo escolherá um filme que verse sobre algum aspecto relacionado com meios de comunicação social e/ou novas mídias, profissionais da área, atividades afins (um veículo, um profissional, uma temática, uma biografia, um “caso”, etc.) e dele fará uma análise. Necessariamente deve dialogar com a bibliografia da disciplina e conter bibliografia de apoio resultante da pesquisa realizada pelo grupo.

O tema deve ser apresentado antecipadamente ao professor para acerto e concordância até a data que consta no cronograma. O trabalho terá duas partes: 1) a apresentação dos resultados em 20 minutos para os colegas e o professor; 2) o roteiro escrito que deverá ter **no máximo 01 página** digitada em caracteres *times new roman*, espaço 1,5, folha A4, com margens 2,5 cm com o plano da apresentação que o grupo fará, não esquecendo a bibliografia e as fontes utilizadas. O roteiro deverá ser enviado com dois dias de antecedência do dia da apresentação em pdf para o professor e para os colegas por e-mail (sala de aula virtual). Também fará parte da nota individual a presença, pontualidade e participação nas duas aulas de apresentações dos trabalhos, não somente na da apresentação do próprio grupo.

### VIII. Cronograma

N	Dia	Mês	Un	Atividade	Grupo
1	23	11	01.	1- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre. <i>Revista Sociedade e Estado</i> , Volume 37, Número 2, maio/agosto 2022, p. 551-573.	
2	30	11	02.	2- GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. <i>Anos 90</i> , Porto Alegre, v. 23, n. 43, julho de 2016, p. 67-92.	Grupo 1
3	07	12	03.	3- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. <i>Crítica metodológica, investigação social &amp; enquête operária</i> . São Paulo, Pólis, 1987, p. 137-151.	Grupo 2
4	14	12	04.	4- CHAMPAGNE, Patrick. A visão midiática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). <i>A miséria do mundo</i> . Petrópolis, Vozes, 2003, p. 63-79.	Grupo 3

N	Dia	Mês	Un	Atividade	Grupo
5	21	12	04.	5- SANTIAGO Jr., Francisco das Chagas. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). <i>História da Historiografia</i> , Ouro Preto, Número 8, abril, 2012, p. 151-173.  - Discussão de <i>O quarto poder</i> .	
6	18	01	05.	6- BOURDIEU, Pierre. <i>Sobre a televisão</i> . Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997. Documentário sugerido: <i>Muito além do cidadão Kane (Beyond Citizen Kane)</i> . ING, 1993, direção: Simon Hartog.	Grupo 4
7	25	01	06.	7- CHAUÍ, Marilena. <i>Simulacro e poder</i> – uma análise da mídia. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 5-78.	Grupo 5
8	01	02	07.	- Discussão de <i>O show de Truman</i> .	
9	08	02	07.	8- GRIJÓ, Luiz Alberto. O fim da opinião pública e as novas condições do jogo político no Brasil de Bolsonaro. In: MARTINS, Luís Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica (Orgs.). <i>História e Mídia: Leituras do Brasil</i> [recurso eletrônico]. Porto Alegre, Editora Fi, 2021, p. 264-304. Documentário sugerido: <i>Arquitetos do Poder</i> . BRA, 2010, direção: Vicente Ferraz e Alessandra Aldé.	Grupo 6
10	15	02	08.	- Prazo final para os grupos combinarem o tema do trabalho final com o professor.  9- BROWN, Wendy. <i>Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente</i> . São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019, p. 33-66.	Grupo 7

N	Dia	Mês	Un	Atividade	Grupo
11	01	03	09.	10- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; COSTA, Andressa Liegi Vieira. Populismo e fake news na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil. Rev. Cadernos de Campo, Araraquara, n. 28, p. 385-412, jan./jun, 2020.	Grupo 8
12	08	03	09.	- Discussão de <i>Obrigado por fumar</i> .	
13	15	03	10.	11- BUTLER, Judith. A Criminalização do Conhecimento. <i>SPW</i> . 4 de junho de 2018.	Grupo 9
14	22	03	10.	12- GRIJÓ, Luiz Alberto. <i>A dança das bolinhas</i> : notas sobre o Brasil interrompido. Rio de Janeiro, Telha, 2020.	Grupo 10
15	29	03		- Apresentação dos trabalhos, grupos de 1 a 5.	
16	05	04		- Apresentação dos trabalhos, grupos de 6 a 10.	
17	12	04		- Atividades de recuperação.	
18	19	04		- Data Reserva.	

## IX. Referências

- ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida (org.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 37, Número 2, maio/agosto 2022, p. 551-573. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/F7575JWYKBMXzhLxWjhMywh/?lang=pt#>, acesso em 12/11/2022.
- BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula (orgs.). *Comunicação e história – partilhas teóricas*. Florianópolis, Insular, 2011.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; COSTA, Andressa Liegi Vieira. Populismo e fake news na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil. *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 28, p. 385-412, jan./jun, 2020. In: <http://doi.org/10.47284/2359-2419.2020.28.385412>.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. São Paulo, Pólis, 1987, p. 137-151.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos, táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.
- BRIGGS, Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- BUTLER, Judith. A Criminalização do Conhecimento. *SPW*. 4 de junho de 2018. In: <http://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>, acessado em 06 de junho de 2018.
- CANCLINI, Néstor García. *La globalización imaginada*. Buenos Aires, Paidós, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003, pp. 63-79.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder – uma análise da mídia*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2006.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016, 321-376.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; MOREIRA, Uallace. Sobre o caráter da burguesia brasileira. *Le Monde Diplomatique-BR*. 01 de fevereiro de 2018. In: <https://diplomatique.org.br/sobre-o-carater-da-burguesia-brasileira/>, acessado em 27 de março de 2018.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido*. Rio de Janeiro, Telha, 2020.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, julho de 2016, pp. 67-92.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A grande mídia empresarial brasileira, os governos do PT e o golpe de Estado de 2016. In: FÉLIX, Loiva Otero; SILVEIRA, Daniela Oliveira. *Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2019, p. 29-61.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A história ao pé da página: a biografia “Roberto Marinho”. In: SILVEIRA, Helder Gordim; ITURRALDE, Micaela (org.). *Imprensa, comunicação e ditaduras na Argentina e no Brasil: narrativas de um presente sombrio e lutas por memórias públicas*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2019, p. 231-263.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, p. 279-298.

GRIJÓ, Luiz Alberto. O fim da opinião pública e as novas condições do jogo político no Brasil de Bolsonaro. In: MARTINS, Luís Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica (Orgs.). *História e Mídia: Leituras do Brasil [recurso eletrônico]*. Porto Alegre, Editora Fi, 2021, pp. 264-304.

GRIJÓ, Luiz Alberto. O golpe invisível: mídia, política, história e a universidade em tempos incertos. In: BATISTELLA, Alessandro; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; ANGELI, Douglas Souza (orgs.). *Capítulos da História Política*. São Leopoldo, Oikos, 2018, pp. 441-462.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Para ver Cristina: a mídia brasileira, a Argentina e o “efeito Orloff”. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs.). *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. [e-book] Porto Alegre, Editora Fi, 2017, p. 165-187.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Um “conteúdo inferior”: a luta pelo regional do e no Rio Grande do Sul. In: NOVALES, Ana Frega, et al. (org.). *História, regiões e fronteiras*. Santa Maria, FACOS-UFSM, 2012, pp. 61-74. GRIJÓ, Luiz Alberto. O fim da opinião pública e as novas condições do jogo político no Brasil de Bolsonaro. In: MARTINS, Luís Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK, Mônica (Orgs.). *História e Mídia: Leituras do Brasil* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, Editora Fi, 2021, pp. 264-304.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 2003.

HABERMAS, Jürgen. O valor da notícia. In.: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais. São Paulo, domingo, 27 de maio de 2007. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2705200707.html>. Acessado em 19 de agosto de 2007.

KLEIN, Naomi. O pior da agenda tóxica de Donald Trump só será desencadeado com uma grande crise nos EUA. *The Intercept-BR*. 10 de junho de 2017. In: <https://theintercept.com/2017/06/10/o-pior-da-agenda-toxica-de-donald-trump-so-sera-desencadeado-com-uma-grande-crise-nos-eua/>, acessado em 12 de junho de 2017.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo, Paulus, 2005.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está terminando. *IHU*. 24 de janeiro de 2017. In: <http://www.ihu.unisinos.br/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>, acessado em 07 de agosto de 2017.

MELLO, Patrícia Campos. Muito pouco do que acontece na internet hoje é espontâneo, diz estrategista. Entrevista com P. W. Singer. In: *Folha de São Paulo*. 19 de novembro de 2018. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/muito-pouco-do-que-acontece-na-internet-hoje-e-espontaneo-diz-estrategista.shtml>. Acessado em 20 de novembro de 2018.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa*. Porto Alegre, Edipucrs, 2003.

MORAES, Dênis de. *Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro, Mauad X/Faperj, 2011.

MORAES, Reginaldo. Um fantasma assombra o mundo. Mas... qual é mesmo sua identidade? *Dossiê pós-verdade*. 9 de março de 2017. In: <http://www.comciencia>.

br/um-fantasma-assombra-o-mundo-mas-qual-e-mesmo-sua-identidade/, acessado em 13 de março de 2017.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *O mercado da cultura em tempos pós-modernos*. Santa Maria, Editora da UFSM, 2000.

PRIOLLI, Gabriel. A era da pós-verdade. *Carta Capital*. 13 de janeiro de 2017. In: [http://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade...f&utm\\_medium=social&utm\\_source=twitter.com&utm\\_campaign=buffer](http://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade...f&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer), acessado em 15 de janeiro de 2017.

RIBEIRO, Ana Paula G., SACRAMENTO, Igor, ROXO, Marco. *História da televisão no Brasil – do início aos dias atuais*. São Paulo, Contexto, 2010.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público – a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro, e-papers, 2004.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis, Insular, 2007.

RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e teoria crítica da sociedade: Adorno e a escola de Frankfurt*. Porto Alegre, Edipucrs, 1999.

SANTIAGO Jr., Francisco das Chagas. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). *História da Historiografia*, Ouro Preto, Número 8, abril, 2012, p. 151-173. In: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/270>, acessado em 12 de novembro de 2020.

SCHMIDT, Sarah. Notícias falsas: a pós-verdade e as redes sociais. *Dossiê pós-verdade*. 9 de março de 2017. In: <http://www.comciencia.br/noticias-falsas-a-pos-verdade-e-as-redes-sociais/>, acessado em 13 de março de 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.



# VI

## A DEMOCRATIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL EM 1947: *os projetos de Constituição para o estado*<sup>1</sup>

DIEGO DOS SANTOS

Após a Segunda Guerra Mundial, diversos países retomaram o movimento constitucionalista com o objetivo de coibir o ressurgimento de governos ditatoriais e as violações dos direitos humanos. Essa iniciativa resultou em Constituições que estabeleceram Estados democráticos de direito, preocupados com a legalidade, a separação dos poderes, os direitos e garantias individuais, incluindo a dignidade da pessoa humana, a isonomia e o pluralismo político.<sup>2</sup>No Brasil, após o fim do regime ditatorial do presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), novas eleições foram convocadas. Os eleitos para a Câmara dos Deputados e para o Senado se reuniram a partir de fevereiro de 1946 em Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Carta Constitucional para o país.

Logo nos primeiros meses de 1945, surgiram movimentos de oposição ao governo de Vargas, que buscando uma transição segura criou o Ato Adicional de nº 9 à Constituição de 1937, estabelecendo o prazo de 90 dias para a realização de eleições para presidente, governadores, senadores e deputados. Com o objeti-

<sup>1</sup> Esse texto, com algumas modificações, é parte da dissertação intitulada “O parlamentarismo na Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947”. Cf. SANTOS, 2022.

<sup>2</sup> GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria geral do Estado e ciência política. São Paulo: Atlas, 2019, p. 292.

vo de regular as eleições, foi criada a Lei Agamenon, decreto-lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945, que estabeleceu a criação de órgãos responsáveis pelos serviços eleitorais, como um Tribunal Superior em Brasília, um Tribunal Regional em cada estado e juízes eleitorais nas capitais, comarcas, termos e distritos. A legislação também estabeleceu as regras para a formação de partidos políticos, exigindo o registro em pelo menos cinco estados da federação, o que levou à formação de partidos nacionais. Neste contexto, formaram-se agremiações de nível nacional como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além destes, outros partidos de influência mais regional foram fundados ou reorganizados, como é o caso do Partido Libertador (PL), do Partido Republicano (PR), do Partido Social Progressista (PSP), do Partido de Representação Popular (PRP), do Partido Democrata Cristão (PDC), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros. Finalmente em 2 de dezembro foram realizadas eleições que também tiveram a finalidade de eleger os representantes estaduais para a Assembleia Constituinte.

A Assembleia Constituinte foi instalada em 2 de fevereiro de 1946 no Palácio Tiradentes, edifício da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro. O parlamento bicameral foi composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que se reuniram temporariamente em plenário para a formação de uma Assembleia Constituinte responsável pela elaboração de uma nova Constituição. O novo texto substituiria a Carta Constitucional de 1937, que foi outorgada por Getúlio Vargas e adotou uma política centralizadora e autoritária, de inspiração polonesa.

A Assembleia Constituinte, de acordo com Jaqueline Coutinho Saiter<sup>3</sup>, trabalhou de forma livre, no sentido de elaborar e aprovar um projeto feito unicamente pelas comissões parlamentares, não havendo nenhuma vinculação da Assembleia às determinações governamentais. Contudo, a Constituição de 1946 recebeu influência direta dos preceitos da Constituição de 1934, adotadas algumas inovações.

<sup>3</sup> SAITER, Jaqueline Coutinho. DEMOCRACIA E CONSTITUIÇÃO: A evolução das dimensões da democracia nas Constituições brasileiras. Mestrado – Direitos Constitucionais Fundamentais (Direito Constitucional). Faculdade de Direito de Vitória. 2005, p. 187-188.

Resultado da deliberação popular, a nova Constituição brasileira foi promulgada em 18 de setembro de 1946, marcando o início de uma nova fase do processo democrático, no qual a democracia passou a ser entendida como direito fundamental e não somente como regime político.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e decrescente das tendências autoritárias, a Constituição de 1946 buscou retomar o norte democrático perdido pela última Carta [1937] e visou conciliar a livre iniciativa com a justiça social. Nesse sentido, estabeleceu eleições diretas para Presidente, trouxe os Partidos Políticos para dentro do texto constitucional, baniu a pena de morte, trouxe o direito de greve e, ainda, colocou o controle da constitucionalidade com o Poder Judiciário, sem qualquer possibilidade de interferência do Executivo, tal como previa a Polaca.<sup>4</sup>

Para Jaqueline Saiter,<sup>5</sup> a adoção da democracia como regime político pode ser vislumbrada ainda no artigo 1º da Constituição, que estabeleceu a “manutenção da república e da federação sob o regime representativo. [...] que prima pela participação do povo por meio dos representantes políticos eleitos pelo voto popular”. Seguindo a interpretação do significado da Constituição de 1946, José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil*, pontua que o período iniciado em 1946 representou a “primeira experiência democrática propriamente dita em toda a história do país”.<sup>6</sup> Isso se deveu à crescente participação popular, que passou a ter peso importante no processo eleitoral graças à sua crescente extensão e à maior transparência do processo.

Sergio Abranches<sup>7</sup> defende que os constituintes de 1946 redesenharam o modelo político para adequá-lo a seus interesses e aos novos tempos. O Legislativo manteve papel político estratégico como representante das forças do-

<sup>4</sup> GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria geral do Estado e ciência política. São Paulo: Atlas, 2019, p. 201.

<sup>5</sup> SAITER, Jaqueline Coutinho. DEMOCRACIA E CONSTITUIÇÃO: A evolução das dimensões da democracia nas Constituições brasileiras. Mestrado – Direitos Constitucionais Fundamentais (Direito Constitucional). Faculdade de Direito de Vitória. 2005, p. 192.

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 87-88.

<sup>7</sup> ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 39-40.

minantes nos estados e conduto institucional, via orçamento público e cargos federais, para o atendimento de suas clientelas. No entanto, o presidente deixou de ser um síndico sem poder, adquirindo poderes próprios herdados do governo varguista e da Constituição de 1934. Para Abranches, a Constituição de 1946 implantou uma democracia representativa limitada, que deu representação a novos setores da sociedade, principalmente assalariados civis formais alfabetizados, junto ao direito de voto às mulheres: “O eleitorado, que representava 7% da população em 1934, passou a 16% em 1945 e 22% em 1950. Uma expansão significativa que, todavia, deixava a esmagadora maioria do povo fora do processo eleitoral”.<sup>8</sup>

Quanto ao funcionamento do sistema político, Abranches<sup>9</sup> explica que a Constituição inseriu limitações ao controle presidencial sobre o conteúdo e o ritmo da agenda legislativa. Complementarmente, a Constituição conferiu ao Legislativo papel decisivo no processo orçamentário. O presidente sem poderes absolutos sobre a agenda parlamentar mais relevante, necessitava negociar uma coalizão interpartidária, que representasse o interesse mediano do Congresso. Durante esse período, outra característica importante foi a eleição do presidente por voto popular em todo o país, refletindo o crescente peso dos setores populares e médios urbanos e do novo empresariado industrial na política brasileira. Como resultado, os presidentes eleitos representavam projetos reformistas que os aproximavam desses setores em ascensão, cuja importância social, econômica e política aumentava no Brasil. Todavia, o Congresso, eleito preponderantemente através de votos influenciados pelos chefes políticos locais, continuava a dar voz majoritária às velhas e novas oligarquias, contrabalanceando com o viés urbano e popular que tornava mais reformista a presidência da República.

<sup>8</sup> ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 40.

<sup>9</sup> ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 40-41.

## *Reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul*

Após a promulgação da nova Constituição Federal, era responsabilidade dos eleitores de cada estado escolher seus representantes para as Assembleias Constituintes, que seriam encarregadas de elaborar os textos constitucionais de cada unidade federativa. As eleições estaduais foram realizadas em 19 de janeiro de 1947, elegendo não só os deputados estaduais, mas também governadores, representantes para o Senado e deputados federais para os cargos suplementares.

No Rio Grande do Sul, a reorganização partidária em vista das eleições de 1947 ocorreu em conjunto com o processo nacional. Segundo Marcos Jovino Asturian,<sup>10</sup> a formação de coalizões políticas no estado seguiu o mesmo padrão observado em âmbito nacional. De um lado, as forças da oposição antivarguista se uniram em torno da União Democrática Nacional (UDN), enquanto do outro, as correntes do oficialismo se articularam principalmente através do Partido Social Democrático (PSD), que tinha forte ligação com a interventoria estadual. Também como corrente política de oposição a Getúlio Vargas, Raul Pilla articulou a recriação do Partido Libertador (PL), conseguindo número suficiente de assinaturas para firmar o PL como partido nacional. Considerado um partido elitista, liberal e antigetulista, a agremiação transformou a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária.

Nas eleições presidenciais, o PL apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), derrotado por Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD. Nas eleições para o governo do estado, pretendendo oferecer uma alternativa antivarguista, os dois partidos repetiram o acordo, lançando o libertador Décio Martins Costa para governador e o udenista João Carlos Machado para senador. Já o PSD e o PTB competiram entre si na eleição para o governo do Rio Grande do Sul. O PSD indicou o nome de Walter Jobim, enquanto Alberto Pasqualini concorreu pelo partido trabalhista.

O pleito que acirrou a disputa entre PSD e PTB e afastou ainda mais os dois partidos, revelou a vitória de Walter Jobim (PSD/PRP/PCB) com 41,23%

<sup>10</sup> ASTURIAN, Marcos Jovino. *O Rio Grande do Sul dividido: conflitos político-eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954)*. 2019. 278 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019, p. 46.

dos votos, contra 37,54% de Pasqualini (PTB), uma diferença, em números, de menos de 20 mil votos. Na mesma ocasião, foram realizadas as eleições para a Assembleia Legislativa, com os partidos conquistando o seguinte número de cadeiras: PTB, 23; PSD, 16; PL, 5; UND, 4; PRP, 4; e, PCB, 3<sup>11</sup>.

Após o pleito de 1947, a polarização entre o PTB e o PSD se fortaleceu no Rio Grande do Sul, com ambos os partidos dominando o centro das discussões políticas. A forte oposição trabalhista ao governo pessedista de Walter Jobim foi evidente desde o início do novo Legislativo estadual, que inicialmente assumiu funções constituintes. Dessa forma, no campo político do Rio Grande do Sul, foi estabelecida uma concorrência pelo poder, na qual se destacava a presença de um jogo de oposições e distinções e de alianças políticas que buscavam o controle do campo e o direito de representar o povo. Esse jogo político se fez notar nos projetos de Constituição elaborados pela Assembleia Constituinte.

### *Os projetos de Constituição*

Reaberta em 10 de março de 1947, a Assembleia do Rio Grande do Sul teve, em seus primeiros meses de funcionamento, função constituinte para a elaboração de uma nova Carta Magna ao estado. Sobre as Assembleias Constituintes, Matteuci explica que:

A noção de Assembleia constituinte emerge nos fins do século XVIII com a Revolução Americana e Revolução Francesa, embora haja precedentes nos Paramentos, tipo convenção da história inglesa. A Assembleia constituinte é eleita com fins precisos de fazer uma Constituição escrita, que contenha uma série de normas jurídicas, coligadas organicamente entre si, para regular o funcionamento dos principais órgãos de Estado e consagrar os direitos dos cidadãos. Portanto, o poder constituinte é um poder superior ao poder legislativo, sendo precisamente a Constituição o ato que, instaurando o governo, o regula e o limita. Mas é um poder excepcional, que se dá somente no momento da fundação do Estado, ao

<sup>11</sup> CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul, 1945-1965*. UFRGS Editora, 2005, p. 117-118.

qual são subtraídas todas as funções mais especificamente políticas, como a atividade legislativa e o controle do executivo.<sup>12</sup>

A primeira ação da nova Assembleia foi a formação da mesa diretora. Momento de agitação, marcado por votos anulados, renúncias e a decisão do PTB de não compor a mesa. Após as votações, ficou assim formada: Edgar Luiz Schneider (presidente), Joaquim Duval (1º vice-presidente), Victor Graeff (2º vice-presidente), Hermes Pereira de Souza (1º secretário), Helmuth Closs (2º secretário), Dionélio Machado (3º secretário) e Nestor Jost (4º secretário).

Na sessão de 14 de março, instalou-se a Comissão Constitucional da Assembleia do Rio Grande do Sul. Formada por onze membros do plenário, a organização da comissão ocorreu de forma rápida, sendo constituída em menos de uma semana.

Na ata da sessão, registram-se os ofícios das distintas bancadas partidárias indicando seus membros para a Comissão Constitucional. Esta, constituída com base na proporcionalidade, realizou sua instalação simbólica às 17 horas do mesmo dia, tendo onze membros nomeados. Os representantes designados pelo PTB foram os deputados Egydio Michaelsen, João Nunes de Campos, Paulo da Silva Couto e Fernando Ferrari; pelo PSD, os deputados Albano Wolkmer, Francisco Brochado da Rocha e Tarso Dutra; pelo PL, o deputado Henrique Fonseca de Araújo; pela UDN, o deputado Osvaldo Bastos; pelo PRP, o deputado Luiz Compagnoni; e, pelo PCB, o deputado Pinheiro Machado Neto. Assim, estava formado o grupo responsável pelos trabalhos da Constituição, ficando conhecido como a “Comissão dos Onze”.

A Comissão Constitucional recebeu sugestões de conteúdo até 3 de abril, inclusive de entidades e particulares, para que assim elaborasse as normas jurídicas de estrutura e funcionamento do Estado, dos capítulos que tratavam dos Poderes Executivo e Legislativo, dos capítulos da educação, da saúde, da segurança, da economia e dos mais diversos artigos da Constituição. No dia 14 do mesmo mês, a primeira versão do projeto constitucional foi entregue aos membros da

<sup>12</sup> MATTEUCI, Nicola. Assembleia. 1998, p. 60. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de política/Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.). Obra em 2v.

Assembleia para análise do conteúdo. A entrega foi feita dentro do prazo estipulado, sem utilização da prorrogação a que tinham direito.

O presidente da Comissão, deputado Egidio Michaelsen (PTB), concedeu entrevista ao *Correio do Povo*, logo após a entrega do projeto constitucional. O deputado destacou que o capítulo da ordem econômica e social do projeto apresentava ideias mais arejadas que visavam a realidade da justiça social e seriam o melhor meio de combater a pregação extremista e assegurar a organização cristã, tão perigosamente solapada.

Michaelsen também abordou a questão do parlamentarismo como sistema político da nova Constituição, visto que no campo da Assembleia crescia o movimento em defesa da adoção do sistema parlamentarista, principalmente por líderes ligados ao Partido Libertador, como no caso do deputado Mem de Sá, que proferia longos discursos na Assembleia em defesa deste modelo.<sup>13</sup> Sobre o assunto, afirmou Michaelsen ao jornal:

Não fomos ao parlamentarismo; não poderíamos fazê-lo, mesmo que alguém o queira. Procuramos instituir um regime de recíproca responsabilidade dentro da independência e da harmonia dos poderes. O anteprojeto prevê um aparelhamento governamental eficiente e despersonalizado.<sup>14</sup>

Afirmando que o anteprojeto prevê um aparelhamento governamental eficiente e despersonalizado, com objetivo de adotar um regime de recíproca responsabilidade dentro da independência e da harmonia dos poderes, Michaelsen enfatizou que o projeto de Constituição foi elaborado com a “sadia preocupação

<sup>13</sup> Mem de Sá, nascido em Porto Alegre em 1905, graduou-se em ciências jurídicas e sociais no ano de 1928. Nesse mesmo ano, participou do Congresso de Bagé, no qual foi fundado o Partido Libertador, alinhando-se à facção liderada por Raul Pilla, que propugnava o federalismo e a defesa intransigente do sistema parlamentarista. No ano seguinte, Mem de Sá tornou-se secretário do diretório central do PL. Em outubro de 1945, com a reorganização dos partidos políticos, voltou à política mais uma vez como membro do PL, elegendo-se em janeiro de 1947 deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul. Em sua atuação como constituinte fez ampla defesa do parlamentarismo, valendo-se de argumentos históricos e de sólida linguagem jurídica. Em seus discursos procurava expor os benefícios do parlamentarismo e apontar as mazelas do presidencialismo. Na dissertação *O parlamentarismo na Constituinte do Rio Grande do Sul de 1947*, de minha autoria, os discursos de Mem de Sá são amplamente explorados.

<sup>14</sup> Egidio Michaelsen. *Correio do Povo*, Rio Grande do Sul, 15 de abril de 1947, p. 14.



de consolidar a tranquilidade social”<sup>15</sup> no estado, outorgando direitos e ao mesmo tempo impondo deveres a quem os pleita ou recebe. O projeto de Constituição, segundo o deputado, foi elaborado sem a mínima influência governamental, sendo a primeira vez na história do estado que isso aconteceu.

Após a entrega do projeto os deputados constituintes discutiram e votaram em bloco os artigos da proposta apresentada pela “Comissão dos Onze”. O presidente da Comissão, Egidio Michaelsen (PTB), ocupou o plenário da Assembleia na sessão de 22 de abril para falar em nome da Comissão Constitucional acerca do trabalho realizado pelo grupo. Em seu discurso, enfatizou que desde a reunião inicial a Comissão organizou os trabalhos, no sentido de assegurar a harmoniosa unificação do projeto, colocando-se acima das preocupações partidárias do momento, deixando para o posterior exame das respectivas bancadas a orientação pessoal de cada um dos onze integrantes da Comissão. Demonstrou, ainda, a preocupação da Comissão em oferecer uma Constituição que seja a mais praticável e mais adequada ao estado.

Sobre o projeto de Constituição, o presidente garantiu que este reafirma o espírito da federação, sem atingir os limites da autonomia do estado. Ao tratar sobre a organização e estruturação do Poder Executivo, disse que o grupo estudou e debateu, com redobrado interesse, as ideias fundamentais da organização do poder, principalmente as teses presidencialistas, nas suas diferentes nuances, e o parlamentarismo. Prevaleceu, ao final, na Comissão, por “absoluta maioria, a orientação preliminar de que vedado é ao Estado afastar-se das linhas mestras do presidencialismo e desaconselhável ainda — se constitucionalmente possível dar ao Rio Grande organização parlamentar”.<sup>16</sup>

Dessa forma, o presidente da Comissão Egidio Michaelsen enfatizou que um estado-membro da federação não pode afastar-se do âmbito da Constituição Federal. Sendo assim, apresentou a proposta do *presidencialismo racionalizado*, isto é, um sistema que avançou em direção ao parlamentarismo, sem transpor as fronteiras do presidencialismo. Para a Comissão, o parlamentarismo no estado seria evidentemente inconstitucional, pois:

<sup>15</sup> Egidio Michaelsen. *Correio do Povo*, Rio Grande do Sul, 15 de abril de 1947, p. 14.

<sup>16</sup> Egidio Michaelsen. *Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul*, 27ª sessão, 22 de abril de 1947, p. 482.

1º — cada Estado deve ter um GOVERNADOR, eleito pelo sufrágio universal e DIRETO, (arts. 7, n. V II letra d) e 134 da carta magna federal) isto é, UM homem escolhido pelo povo para governar, a quem cabe ser responsável pelo governo e não um presidente politicamente irresponsável, a quanto ficaria reduzido o titular do poder executivo, caso as suas atribuições passassem a ser exercidas pelo gabinete. 2º — Não será, jamais, legalmente possível ao governador dissolver a câmara legislativa, pois que seus integrantes, eleitos, como ele, pelo sufrágio universal e direto, têm um mandato certo, fixável pela constituição estadual, respeitado o limite máximo federal, isto é, a “temporiedade das funções eletivas, limitada a duração destas à das funções federais correspondentes” é um princípio constitucional, estatuído pela letra c) do número VII do já afamado artigo 7 da Constituição da República. Acresce que isso mais claro, ainda, se torna, quando lemos o § 3º do artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina, inapelavelmente, que “os mandatos dos governadores e dos deputados às Assembleias Legislativas... terminarão na data em que findar o do Presidente da República”; 3º — é, ainda, finalmente, indispensável que os Estados respeitem o princípio constitucional da “independência e harmonia dos poderes”, princípio consignado expressamente na letra b) do número VII do artigo 7º da carta magna federal.<sup>17</sup>

Corroborando com o que foi exposto por Egydio Michaelsen, a teoria política dos sistemas de governo reflete sobre as características fundamentais para o funcionamento do parlamentarismo. Segundo Alan Daniel Freire de Lacerda,<sup>18</sup> países em que os governos dependem da confiança da maioria parlamentar para se manterem e não possuem chefes de Estado eleitos diretamente pelo povo são considerados parlamentaristas. Para o autor, o princípio da confiança parlamentar é fundamental para entender a lógica dos sistemas de gabinete. Em termos negativos, no parlamentarismo, o governo não pode se manter sem a confiança do Parlamento, sendo que a maioria parlamentar é a chave para determinar quem é o agente dessa confiança. Quando o governo perde a confiança da maioria parlamentar, ele é derrubado. Em alguns sistemas parlamentaristas, é possível que o

<sup>17</sup> Egydio Michaelsen. *Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul*, 29ª sessão, 24 de abril de 1947, p. 555.

<sup>18</sup> LACERDA, Alan Daniel Freire de. *Sistemas de governo: organizando a relação entre executivo e legislativo*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

governo solicite ao chefe de Estado a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições antecipadas na esperança de conseguir a confiança do eleitorado e se manter no poder.

A Comissão, além de interpretar os princípios anteriores, chegou à conclusão de que os constituintes não deveriam assumir a responsabilidade histórica de repetir a situação perigosa e embaraçosa do estado, como foi o caso da Carta de 14 de julho de 1891, carregada de inconstitucionalidade. Não obstante, a Comissão também considerou essencial para o bom funcionamento do parlamentarismo a existência de organizações partidárias sólidas e definitivas, para que o gabinete possa governar apoiado em uma maioria disciplinada na Assembleia. Sem isso, haveria uma instabilidade governamental incontornável devido a efêmeras coligações parlamentares que poderiam enfraquecer o Executivo.

Posto isto, a Comissão dos Onze considerou que não estava elaborando um projeto de Constituição voltado para um partido político específico, mas para muitos governos e partidos. A expectativa era que a Constituição fosse duradoura e não adaptável apenas às circunstâncias momentâneas. Em outras palavras, a Comissão buscava criar uma Constituição imutável na medida do possível.

O projeto apresentado pela Comissão, na avaliação do presidente, tinha duas finalidades ao racionalizar o Poder Executivo: fortalecer sua autoridade e, em conjunto com ele, estabelecer a necessária harmonia entre os poderes, considerada fundamental para inspirar confiança e tranquilidade ao povo.

Conforme o projeto, a nomeação do secretariado deveria estar condicionada à homologação pela Assembleia Legislativa, sem retirar do governador as funções do Poder Executivo, nem a faculdade de livre escolha e livre demissibilidade de seus auxiliares mais diretos. No entanto, a Comissão não incluiu, de propósito, a ampliação do sistema de racionalização, no sentido da exigência constitucional da continuidade dessa confiança do secretariado por parte do Poder Legislativo. Acreditavam que esse tema envolvia matéria de estudo constitucional mais profundo e que deveria ser remetido à autoridade do plenário.<sup>19</sup>

Os integrantes da Comissão dos Onze entendiam que adotar o presidencialismo racionalizado era uma possibilidade institucional útil e proveitosa para o

<sup>19</sup> Egydio Michaelsen. *Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul*, 29ª sessão, 24 de abril de 1947, p. 558.

processo de racionalização. A organização coletiva do secretariado e a elaboração de um plano anual de governo visavam dar ao governador mais possibilidades de iniciativas sem que ele perdesse as qualidades de chefe do Poder Executivo, como ocorre no sistema parlamentar. Dessa maneira, a Comissão compreendia que estavam se aproximando racionalmente do parlamentarismo, sem desrespeitar os princípios do presidencialismo.

O relator-geral da Comissão, deputado Francisco Brochado da Rocha (PSD), na sessão do dia 23 de abril, também se expressou em relação ao presidencialismo racionalizado. Conforme o relator-geral, em respeito aos princípios federativos da República brasileira, a Comissão Constitucional resolveu afastar-se do parlamentarismo, que uns julgavam compatível com o dogma da independência e harmonia dos poderes, enquanto outros entendiam ferir, não só esse princípio, como também o artigo 134 da Constituição e o parágrafo 3º do artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.<sup>20</sup>

Ao presidente da Comissão, deputado Egidio Michaelsen, coube a responsabilidade de encontrar um ponto comum entre as divergências de pensamento, eliminando qualquer proposta que não pudesse ser considerada indiscutivelmente legal. Nesse sentido, Francisco Brochado da Rocha explicou a ideia central do projeto em relação ao Poder Executivo:

Mantivemos, assim, o presidencialismo, mas racionalizamo-lo, avançando tanto em direção ao parlamentarismo quanto necessário para encontrar as suas fronteiras sem transpô-las.

E não transpusemos efetivamente as fronteiras do parlamentarismo porque esse somente existe quando o poder executivo é responsável perante o poder legislativo, podendo o voto de desconfiança da Câmara, tanto determinar a sua dissolução, como a queda do gabinete. No projeto, fizemos os secretários de Estado assistentes do Governador e somente perante este politicamente responsáveis.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946). Art. 134 - O sufrágio é universal e, direto; o voto é secreto; e fica assegurada a representação proporcional dos Partidos Políticos nacionais, na forma que a lei estabelecer.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. Art. 2º, § 3º - Os mandatos dos Governadores e dos Deputados às Assembleias Legislativas e dos Vereadores do Distrito Federal, eleitos na forma do art. 11 deste Ato, terminarão na data em que findar o do Presidente da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm/)>. Acesso em 10 mai. 2023.

<sup>21</sup> Francisco Brochado da Rocha. *Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul*, 28ª sessão, 23 de abril de

Com isso, o relator-geral definiu a organização dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário como independentes e harmônicos entre si. Ao Poder Legislativo, além da tarefa fiscalizadora da administração, ficou assegurada a competência para estabelecer regras gerais e edificar a legislação do estado. Ao Poder Executivo prescreveu-se a incumbência de velar pela observância da lei, ainda que a isso se não restrinja sua atividade, que deve ser empreender tudo que seja útil ao bem comum e não encontre obstáculos na lei, agindo sempre com o elevado objetivo de prover a felicidade do maior número. Por fim, o Poder Judiciário continuou a impender a aplicação da lei nas questões a ele expressamente sujeitas.

Francisco Brochado da Rocha também considerou que a Comissão Constitucional enriqueceu o direito público ao modelar o Poder Executivo, adotando princípios correntes na doutrina constitucional norte-americana e argentina, como, por exemplo, a aprovação da nomeação dos secretários de estado e outros altos funcionários pelo Poder Legislativo, comum na prática dos Estados Unidos.

Contudo, o projeto apresentado pela Comissão Constitucional foi alvo de críticas na imprensa da época. É o caso do artigo de opinião assinado por Renato Costa e publicado no *Correio do Povo* em 22 de abril. Intitulado *Um arremedo de “parlamentarismo” no Projeto de Constituição do Estado?*,<sup>22</sup> o artigo desaprova o projeto constitucional ao afirmar que as prerrogativas concedidas à Assembleia são erros fundamentais, pois vão contra os princípios da Constituição Federal e representavam a supremacia do Poder Legislativo, exemplo disso é a deliberação para a nomeação dos secretários de estado.

A preocupação do autor do texto está naquilo que julga ser a incapacidade do Poder Legislativo em momentos de crise. Com base nos referenciais do jurista russo Boris Mirkin-Guetzevitch, o autor utiliza como exemplo as Constituições europeias do período pós-Grande Guerra (1914-1918), elaboradas em período de desconfiança para com o Executivo e que não deram a necessária competência a esse poder. Nesse sentido, argumenta que as crises econômicas e financeiras exigem soluções rápidas, mas se o Executivo é fraco e por mais poderoso que seja o Legislativo nos textos legais, este marcado pela luta dos partidos,

1947, p. 510-511.

<sup>22</sup> Renato Costa. Um arremedo de “parlamentarismo” no Projeto de Constituição do Estado?. *Correio do Povo*, 22 de abril de 1947, p. 4

muitas vezes sem experiência e sem prática parlamentar, torna-se um poder fraco e incapaz. Dessa forma, nem o Executivo, nem o Legislativo, estariam em condições de satisfazer às necessidades do estado e garantir o funcionamento normal dos serviços públicos.

Os dias seguintes à apresentação do projeto de Constituição pela Comissão, foram marcados pela discussão da proposta e pela ampliação do debate em relação aos sistemas de governo presidencialista e parlamentarista. Entre os diversos discursos abordando uma variedade de temas relevantes para o estado, alguns se destacaram ao analisar a configuração dos poderes Executivo e Legislativo no projeto constitucional em discussão.

No sexto dia de debate, o deputado Affonso de Assumpção Vianna (PTB) iniciou seu discurso enfatizando a necessidade de estabelecer no Rio Grande do Sul um sistema de concessões parlamentaristas, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal de 1946. Ele se referiu a esse modelo como um “parlamentarismo atualizado à realidade brasileira”.<sup>23</sup>

Considerando o projeto apresentado pela Constituição, Vianna afirmou considerar a forma racionalizada do presidencialismo como insustentável. Sobre isso preferiu as seguintes palavras:

A racionalização consignada no anteprojeto, ao meu modo de ver é insustentável. A Assembleia opinando na nomeação dos Secretários de Estado, responsabiliza-se solidariamente com o Executivo. Caso qualquer secretário de Estado, por infelicidade tenha sido mal escolhido, não estando exercendo uma atividade à altura de suas funções e prejudicando, conseqüentemente os interesses coletivos, a Assembleia não terá forças para solicitar e impor a sua destituição e se ocorrer a circunstância, o que é bem plausível, de se encontrar em conflitos tão comuns no regime presidencial, o Executivo e o Legislativo, o governador poderá perante a opinião pública tentar a desmoralização do Legislativo, alegando que o secretário em choque foi nomeado com a responsabilidade da Assembleia e que não fez uma escolha melhor, porque em última análise, a nomeação dependia da Assembleia e não dele governador.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Assumpção Vianna. *Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul*, 33ª sessão, 30 de abril de 1947, p. 682.

<sup>24</sup> Assumpção Vianna. *Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul*, 33ª sessão, 30 de abril de 1947, p. 690.

Preocupado com possíveis conflitos entre o Poder Executivo e o Legislativo em casos de instabilidade no secretariado, o deputado defendia a adoção de um sistema que não se aplicasse apenas ao Rio Grande do Sul, mas a todos os estados brasileiros. Segundo ele, esse sistema ideal consistiria em: 1) estabelecer a responsabilidade administrativa e política do chefe de governo perante a Assembleia; 2) eleger o Secretariado pela Assembleia e atribuir a cada Secretário responsabilidade política e administrativa individual perante o Legislativo; 3) garantir a participação proporcional dos partidos políticos no Secretariado. Dessa forma, acreditava que seria possível evitar confrontos e promover uma maior harmonia entre os poderes, fortalecendo a governabilidade e a transparência no exercício do poder.

Outros dois deputados constituintes ocuparam a tribuna da Assembleia, cujos discursos mereceram atenção e que para além disso denotam o tom acirrado da disputa entre o presidencialismo e o parlamentarismo, que ocorria não somente na Assembleia, mas também no campo político fora dela. O deputado João Nunes de Campos (PTB) classificou-se como “mais presidencialista do que nunca”<sup>25</sup> e afirmou não acreditar no sucesso do modelo parlamentarista no Rio Grande do Sul, pois não existia no estado partidos políticos fortes e capazes de dar ao sistema a estabilidade necessária para seu funcionamento.

Outra manifestação de relevância após a apresentação do projeto, foi a do deputado daUDN, Oswaldo Bastos. Responsável por elaborar o capítulo do Poder Executivo, Bastos utilizou seu tempo na Assembleia para reiterar sua convicção de que a inclusão do parlamentarismo na Constituição estadual seria inconstitucional. Sua argumentação se baseou na crença de que o parlamentarismo é incompatível com o princípio da separação dos poderes. Com base nesse argumento, ele afirmou que a alegada inconstitucionalidade estava comprovada, uma vez que a Constituição Federal de 1946, em seu artigo 7º, inciso 7º, alínea b, proíbe os estados de adotarem qualquer sistema de governo que não garanta a independência dos poderes.<sup>26</sup>

Enquanto o projeto apresentado pela Comissão dos Onzes era debatido, nos bastidores da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, uma aliança

<sup>25</sup> Nunes de Campos. *Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul*, 31ª sessão, 28 de abril de 1947, p.600.

<sup>26</sup> Oswaldo Bastos. *Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul*, 36ª sessão, 14 de maio de 1947, p. 128-130.

surpreendente se formou, alterando o rumo do processo constitucional do estado. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com raízes na política de Getúlio Vargas, uniu-se ao Partido Libertador (PL), que tinha uma postura completamente oposta a essa política. Juntos, apresentaram uma proposta de emenda para a adoção do sistema parlamentarista no governo do estado.

A bancada do PTB, que ocupava a maioria das cadeiras na Assembleia Constituinte, 23 ao todo, desempenhava um papel crucial na escolha entre os sistemas parlamentarista e presidencialista. Os representantes do PTB realizaram reuniões internas para decidir uma diretriz única sobre o sistema de governo a ser adotado. Essas reuniões ocorreram em locais como a Biblioteca da Assembleia, o apartamento de Alberto Pasqualini e a residência de Loureiro da Silva. Em 28 de abril, uma reunião na casa de Loureiro da Silva discutiu a questão complexa do sistema de governo a ser adotado na Constituição estadual. Embora não tenha havido uma definição na reunião, foi formada uma Comissão para decidir a posição partidária. Essa Comissão, composta por Alberto Pasqualini, Loureiro da Silva, José Diogo Brochado da Rocha, Egydio Michaelsen, João Nunes de Campos e José Vecchio, decidiu em 2 de maio pela posição única do partido a favor do sistema parlamentar.

A reunião realizada na sede partidária e que decidiu pela tese parlamentarista, se estendeu até altas horas da madrugada, conforme relatado pela reportagem do jornal *Correio do Povo*. Somente depois de uma longa discussão, os participantes começaram a sair do prédio. Em nota oficial divulgada aos jornalistas, foi informado que:

O Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro reunido em sessão extraordinária conjuntamente com a bancada do partido resolveu autorizá-la a votar pela instituição de um regime do tipo parlamentar no Estado, dentre as bases que foram apresentadas ao mesmo diretório. A bancada do partido decidirá, por maioria de votos, sobre a instituição do referido regime, devendo a totalidade dos seus membros acompanhar a deliberação da maioria na votação em plenário.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Nota oficial dos integrantes do PTB na Assembleia transcrita pelo *Correio do Povo* na edição de 3 de maio de 1947.



A definição do Diretório do PTB à adesão da totalidade de seus integrantes da Assembleia ao projeto parlamentarista, representa na teoria de Pierre Bourdieu<sup>28</sup> um ato de “violência simbólica”, pois apesar de ideias divergentes entre seus membros fechou uma posição única a favor do parlamentarismo. A posição única de um grupo sobre um mesmo projeto, no entendimento de Bourdieu, só pode ser imposta por “profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo ideias e grupos, de produzir ideias capazes de produzir grupos manipulando estas ideias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo”.<sup>29</sup>

Nesse sentido, para José Bacchieri Duarte, a posição uníssona do PTB demonstra a importância das lideranças partidárias no comportamento das bancadas.

Esse fato vem comprovar a importância, a força das chefias partidárias no comportamento de suas bancadas. Foi exatamente o que aconteceu no seio da bancada do PTB, onde figuras dos destaque de José Diogo Brochado da Rocha, líder, de Egydio Michaelen, de João Nunes de Campos e de tantos outros, que se haviam pronunciado contra o Parlamentarismo, acabaram aceitando o “fechamento da questão” determinada pela direção estadual e votando, disciplinadamente, a favor da Emenda PTB/PL.<sup>30</sup>

Dentre os atores políticos de relevância do PTB e que foi determinante para a decisão da bancada em votar a favor do parlamentarismo está Alberto Pasqualini,<sup>31</sup> candidato derrotado na eleição para governador do estado. Segun-

<sup>28</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

<sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 175.

<sup>30</sup> DUARTE, José Bacchieri (Org.). *Os 10 dias que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Gráf. Ética Impressora, 2003, p. 73.

<sup>31</sup> Alberto Pasqualini é considerado um dos grandes pensadores petebistas. Oriundo do antigo Partido Libertador, Pasqualini foi eleito vereador em Porto Alegre no ano de 1935, ocupando mais tarde a Secretaria do Interior e Justiça na Interventoria de Ernesto Dornelles. (ASTURIAN, 2019). Além disso, posicionava-se em favor da legislação trabalhista e das ações de cunho social implementadas nos governos de Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul foi figura importante na organização da União Social Brasileira (USB), a partir da qual passou a ter franca projeção nacional. No entanto, em 1946, decidiu afiliar-se no PTB, convencido de que esse partido apresentava perspectivas reais de estruturação nacional, ingressando neste enquanto uma liderança política de renome. Ver mais: ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

do Kenny Braga,<sup>32</sup> Alberto Pasqualini sugeriu à bancada do PTB que fizesse um acordo com o PL, mesmo sabendo que o parlamentarismo poderia ser contestado pelo Supremo Tribunal Federal. Como contrapartida ao apoio ao parlamentarismo, o PL concordaria em votar junto com o PTB na aprovação de um capítulo dedicado à “Ordem Econômica e Social”, com o objetivo de proporcionar ao Poder Executivo as condições necessárias para implementar reformas sociais e promover o bem-estar dos trabalhadores, que eram preocupações do programa *solidarista* de Pasqualini.

A atuação de Pasqualini foi fundamental para viabilizar o acordo entre os partidos no Rio Grande do Sul. Embora a bancada trabalhista fosse majoritária, com 23 votos, ela não possuía maioria absoluta no plenário, o que impedia que decidisse a questão por conta própria. Portanto, para avançar com os planos parlamentaristas, era necessário conquistar aliados adicionais, encontrando-os no Partido Libertador (PL) e possivelmente no Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PL já tinha uma orientação clara a favor do parlamentarismo, incluindo-o em seu programa, e seu líder na Assembleia, deputado Mem de Sá, era um dos mais fervorosos opositores do presidencialismo. Além disso, o jornal *Correio do Povo* também considerava os comunistas favoráveis ao parlamentarismo, pois manifestava-se em favor de um “Governo de Assembleia”, embora a posição oficial só tenha sido conhecida na votação da emenda.

O jornal *Correio do Povo* acompanhou os bastidores da formação da aliança. Na edição de 10 de maio, consta que na noite anterior, os deputados trabalhistas Nunes de Campos, Odílio Araújo e Unírio Machado se reuniram na sede do PTB dando início à tarefa de entendimento com o Partido Libertador acerca do projeto de Constituição. Os deputados foram designados como Comissão a fim de encontrar a fórmula que atendesse a todos os aspectos – político, doutrinário e partidário – comuns às duas bancadas, estabelecendo-se um laço que assegurasse o êxito da aliança.

Na mesma edição, o periódico noticiou a definição do Partido Libertador em favor de um governo coletivo e responsável perante o Legislativo. Em reunião no dia anterior, a bancada libertadora foi autorizada a proceder entendimentos

<sup>32</sup> BRAGA, Kenny, et al. (coords). *Perfis parlamentares: Leonel Brizola – perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004, p. 32.

no sentido de obter a consagração de princípios parlamentaristas na Constituição. Na noite do dia 9, sob a presidência do deputado federal Raul Pilla, chefe do Diretório do PL, estiveram presentes no encontro os seguintes membros: Décio Martins Costa, Anacleto Firpo, Orlando da Cunha Carlos, Ivo Barbedo, Lucidio Ramos, Bernardo Simões Fernandes, Mem de Sá, Renato Guimarães, deputados Henrique Fonseca de Araújo, Edgar Schneider, Antônio Maria da Silva e Carlos de Brito Velho. Ao término da reunião, foi divulgada uma nota oficial pela bancada libertadora, deixando clara a posição do partido em relação à questão da forma de governo a ser adotada no Rio Grande do Sul. O conteúdo da nota, entregue aos jornalistas pelo deputado Mem de Sá, secretário-geral do Partido Libertador, e publicada pelo *Correio do Povo*, foi o seguinte:

O Diretório Central do Partido Libertador, após ouvir a Assembleia Legislativa do Estado, acerca do desenvolvimento dos trabalhos da Constituição e da possibilidade de serem por ela consagrados os princípios políticos do programa partidário, na parte relativa à instituição de um governo coletivo e responsável perante o legislativo – (Item II da parte política do programa de 1928) – decidiu aprovar a atuação da bancada, credenciando-a a proceder entendimentos no sentido de obter a consagração daqueles princípios, bem como autorizá-la nessa hipótese a adotar a atuação parlamentar conveniente e necessária ao bom funcionamento do sistema e à estabilidade do gabinete que, com seu apoio, se vier a constituir. Reconheceu, também o Diretório Central, o direito de seus deputados, que esposam o sistema parlamentar integral, de pleitearem, consoante lhes faculta a ressalva aprovada pelo Congresso de 1928, a consagração do princípio da dissolução do Poder Legislativo.<sup>33</sup>

Após dias de encontros entre as lideranças políticas, a aliança para implantação do parlamentarismo no Rio Grande do Sul foi firmada em 14 de maio na Biblioteca da Assembleia, em reunião que iniciou às 17h30min e que contou com a presença de deputados das bancadas trabalhista e libertadora, além de outros próceres de ambos os partidos, entre eles Décio Martins Costa, Alberto Pasqualini e Loureiro da Silva.

<sup>33</sup> *Correio do Povo*. DEFINE-SE O PARTIDO LIBERTADOR: GOVERNO COLETIVO E RESPONSÁVEL PERANTE O LEGISLATIVO. 10 de maio de 1947, p. 10.

Conforme destacado na página política da edição de 15 de maio do *Correio do Povo*, os documentos assinados pelos representantes do PTB e do PL repousavam sobre a mesa da Biblioteca. Esses documentos consistiam na emenda substitutiva ao capítulo “Do Poder Executivo”, que poderia resultar na instituição histórica do sistema parlamentarista de governo no Brasil.

Os primeiros a assinarem o documento foram os líderes das duas bancadas, Mem de Sá pelo PL, e José Diogo Brochado da Rocha, do PTB. Seguiram-se os demais deputados do PTB: Aquiles Mincaroni, Ataliba Paz, Celeste Gobatto, Egydio Michaelsen, Fernando Ferrari, Floriano Neves da Fontoura, Guilherme Mariante, Humberto Gobbi, João Nunes de Campos, João Lino Braum, Jorge Germano Sperb, Leonel do Moura Brizola, Odílio Martins de Araujo, Paulo Couto, Raimundo Zanin, Unírio Machado, Rodrigo Magalhães, Adão Vianna e Guido Giacomazzi. Deixaram de assinar por não estarem presentes em Porto Alegre: Assumpção Vianna, Álvaro Ribeiro e César Santos. Pelo PL, assinaram Antônio Maria da Silva Filho, Henrique Fonseca de Araújo e Carlos de Brito Velho. O deputado Edgar Schneider, deputado libertador, não assinou o convênio por encontrar-se em posição apolítica, em razão de ocupar a presidência da Assembleia.<sup>34</sup>

A imprensa da época divulgou o texto do acordo entre trabalhistas e libertadores, que devidamente autorizadas pelos respectivos diretórios partidários convencionaram o seguinte:

1. As duas bancadas oferecerão e apoiarão as emendas anexas ao projeto de Constituição visando a instituição no Estado, de um sistema de governo de caráter parlamentarista. O Diretório Central do Partido Libertador autorizou sua bancada a aceitar as emendas referidas com a ressalva da que concerne à dissolução da Assembleia Legislativa, por ser este ponto questão aberta no seu programa. Fica, pois, consignado que, a este respeito a bancada procede sob sua própria responsabilidade e no uso de seus direitos partidários.
2. Promulgada a Constituição do Estado a bancada do Partido Libertador e a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro se com-

<sup>34</sup> *Correio do Povo*. Firmado ontem, pelas bancadas do PTL e do PL, o convênio para implantação do governo parlamentar no Rio Grande do Sul. 15 de maio de 1947, p. 14.

prometem a dar o seu integral apoio e a sua confiança ao Secretariado organizado com a corresponsabilidade delas, tendo em vista a execução do programa a seguir delineado, devendo, para esse efeito, agir harmônica e coordenadamente em relação ao governo do Estado: [...].

3. Na organização do Secretariado não ficará excluída a participação de outros partidos, observando-se sempre, na sua composição, o quanto possível, a força eleitoral de cada um deles, expressa pelo seu número de representantes na Assembleia Legislativa, atendendo-se ainda ao que for da conveniência administrativa do Estado.

4. A participação de outros partidos no governo ficará sempre condicionada ao assentimento das bancadas do Partido Trabalhista e do Partido Libertador e à adesão desses outros partidos ao programa constante do item nº 2.100.

5. As hipóteses não previstas e as dúvidas que surgirem na execução do presente acordo serão resolvidas por uma comissão constituída pelos líderes das bancada e mais dois representantes de cada Partido.<sup>35</sup>

Dessa forma, a emenda 557 (substitutivo parlamentarista) entregue à Assembleia Constituinte em 19 de maio, consagrou o sistema parlamentar, estabelecendo a formação de um Secretariado responsável perante a Assembleia Legislativa e sujeito a uma moção de desconfiança, princípios básicos dos sistemas parlamentaristas. Por outro lado, conferiu ao governo do Estado o poder de dissolver a Assembleia caso está rejeitasse a moção de desconfiança. No entanto, em emendas ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição, o substitutivo PTB-PL incluiu outros dois artigos: um estabelecendo que a dissolução da Assembleia, de acordo com o art. II, parágrafo 3º, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, não ocorreria durante a legislatura em curso (1947-1951); e outro permitindo que, durante essa mesma legislatura, as funções de Chefe de Secretariado, uma espécie de primeiro-ministro, pudessem ser exercidas por nomes não pertencentes à Assembleia Legislativa.

Além disso, as bancadas comprometiam-se em apoiar o Secretariado, tendo em vista a execução de um programa que priorizasse o desenvolvimento econômico, a assistência social e educação, garantisse as liberdades democráticas e

<sup>35</sup> *Correio do Povo*. A redação do convênio PTB-PL. 14 de maio de 1947, p. 10.

atendesse as principais demandas da população. Para esse fim e respeitando o programa do Secretariado, outros partidos políticos poderiam fazer parte do governo desde que fosse assentida pelas bancadas do PTB e PL.

A aliança entre as bancadas trabalhista e libertadora deixou claro o objetivo dos partidos de obter posições de poder em relação a outras agremiações. A instituição do parlamentarismo no Rio Grande do Sul asseguraria ao bloco PTB-PL o controle do governo estadual por meio da formação do Secretariado, que estaria subordinado a esses partidos. Sob a perspectiva da teoria bourdieusiana, essa medida visava garantir a participação política dos partidos na administração estadual, mesmo que, em certos momentos, fosse necessário abrir mão de alguns princípios fundamentais, como o ideário antivarguista do PL ou a preferência de alguns membros do PTB pelo presidencialismo. Tal estratégia, na perspectiva de Bourdieu,<sup>36</sup> explicita a luta entre os partidos pelo poder sobre a administração do Estado, bem como a necessidade de se obter o maior número possível de adeptos ao projeto.

As demais bancadas da Assembleia reagiram mal diante da possibilidade de um monopólio do bloco PTB-PL sobre o Secretariado e o governo estadual. A bancada do PSD, partido do governador Walter Jobim, foi a que reagiu com mais veemência. Ao líder da bancada do partido, deputado Oscar Fontoura, coube fazer as primeiras declarações sobre o acordo entre os petebistas e os libertadores. O deputado expressou sua preocupação com a gravidade da situação que surgiria caso o substitutivo PTB-PL fosse aprovado. Em seguida, fez um forte apelo aos seus colegas deputados para que evitassem a adoção de uma Constituição contrária aos preceitos constitucionais da União, que poderia levar à agitação dos meios sociais e políticos e à intervenção federal no Rio Grande do Sul, deixando clara a posição do PSD em relação ao assunto, para o qual a fórmula aprovada deveria representar as aspirações de todo o estado, e não apenas de grupos específicos.

Durante quase um mês, entre a entrega do substitutivo parlamentarista e a votação em plenário, intensos debates ocorreram entre parlamentaristas e presidencialistas no espaço da Assembleia Constituinte. Além disso, a polêmica se

<sup>36</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

estendeu para fora da Assembleia, sendo amplamente explorado pela imprensa, por lideranças políticas de expressão nacional e inclusive pelo presidente da República General Eurico Gaspar Dutra (PSD), que no Rio Grande do Sul discursou contra a proposta parlamentarista do bloco PTB-PL. As críticas, no entanto, não impediram a vitória da emenda parlamentarista, que por 30 votos a 24 consagrou-se como projeto vencedor, ao menos momentaneamente, já que a questão foi levada ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, por sua vez, julgou inconstitucional a adoção do parlamentarismo pelo Rio Grande do Sul.

### *Considerações finais*

O ano de 1947 foi marcante para a política e o retorno da democracia no Rio Grande do Sul. As eleições para o governo e a formação da Assembleia Legislativa resultaram em um cenário de disputa pelo poder entre diferentes partidos políticos. Em relação ao governo estadual, Walter Jobim, que concorreu pelo PSD, consagrou-se vencedor ao receber mais de 229 mil votos, enquanto que na Assembleia a maioria das cadeiras foram ocupadas por políticos do PTB, 23 no total, seguido pelo PSD com 16. Dessa forma, durante os trabalhos constitucionais, a Assembleia presenciou uma intensa disputa política entre o PTB e o PSD, que teve claros reflexos nos projetos elaborados na Constituinte.

Neste capítulo, destacamos dois projetos, sendo um deles o vitorioso, mesmo que por um curto período, já que o STF julgou inconstitucional a Constituição parlamentarista por desrespeitar preceitos da Constituição Federal de 1946. O primeiro projeto foi elaborado pela “Comissão dos Onze”, grupo formado por onze constituintes que ouvindo as demandas políticas e sociais optaram por apresentar um modelo de governo que se aproximasse do parlamentarismo, sem afastar-se dos princípios mais importantes do sistema presidencial. A esse modelo deram o nome de “presidencialismo racionalizado”, pois estipulava a organização coletiva do secretariado e a obrigatoriedade da elaboração de um plano anual de governo, visando dar amplas possibilidades às iniciativas do governador, sem que este ficasse despojado das qualidades próprias de chefe do Executivo, como ocorre no sistema parlamentar. Sendo assim, aproximava-se de forma racional do

parlamentarismo, sem que os princípios do presidencialismo fossem desrespeitados. Contudo, a proposta não ganhou a adesão da totalidade dos constituintes, já que muitos defendiam formas puras de governo, sem hibridismos.

Em contraponto, a aliança entre dois partidos antagônicos, PTB e PL, resultou na proposta de adoção do parlamentarismo, através da emenda 557. A proposta dos partidos, previa a criação do cargo de Chefe do Secretariado, uma espécie de primeiro-ministro dos sistemas parlamentaristas e responsável perante a Assembleia Legislativa, que por sua vez poderia ser dissolvida através de uma moção de censura.

A aliança política entre os partidos, visava a conquista de posições de poder no campo político estadual, mesmo que para isso velhas diferenças ideológicas fossem postas de lado. O PL, por exemplo, precisou esquecer ou simplesmente ignorar sua clara posição antivarguista em troca do apoio dos trabalhistas ao parlamentarismo, ideia central do programa dos libertadores. O PTB, por sua vez, optou por uma posição única em defesa do parlamentarismo, sem que isso representasse a vontade de todos os membros do partido, alguns declarados presidencialistas. O que se viu, portanto, foi uma clara disputa política, pautada em um jogo de oposições e distinções, que resultou em dois diferentes projetos de Constituição em um momento crucial para a democratização do Rio Grande do Sul.



# VII

## O PARTIDO LIBERTADOR (PL) E OS PLEITOS SUL-RIO-GRANDENSES DE 1947 E 1950

ANDERSON VARGAS TORRES

O Partido Libertador (PL) que ressurgia em agosto de 1945 não era o mesmo que havia sido extinto, juntamente com todos os outros partidos políticos existentes no Brasil – em novembro de 1937: a liderança que capitaneava essa retomada, Raul Pilla, era a que havia se retirado do diretório central partidário, naquele momento, em discordância ao apoio majoritário dos libertadores ao golpe do Estado Novo, perpetrado por Getúlio Vargas. Portanto, o PL de Pilla era uma agremiação que ia buscar se caracterizar como antigetulista, unindo-se às forças contrárias ao regime estadonovista e dando suporte, no Rio Grande do Sul, a campanha presidencial do udenista Brigadeiro Eduardo Gomes no pleito marcado para dezembro daquele ano.

Apesar de sua origem no estado do Rio Grande do Sul, esse partido tampouco poderia ser um partido regional, vigente apenas naquele território, uma vez que a lei eleitoral 7586/1945 – também conhecida como Lei Agamenon<sup>1</sup> - estabelecia que os novos agrupamentos partidários deveriam ter diretórios em um número mínimo de unidades federativas. Em outras palavras: deveriam ser

<sup>1</sup> Esse decreto-lei ficou conhecido como Lei Agamenon, em referência ao ministro da Justiça naquele momento, Agamenon Magalhães. Ele foi o principal articulador desse código eleitoral. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930- 1964*. São Paulo/SP: Alfa-Omega, 1976, p.113.

nacionais, fugindo ao padrão clássico até então, de partidos regionalizados. A lei eleitoral, por óbvio, não atinge apenas aos libertadores, mas as forças políticas como um todo, uma vez que era preciso reconstruir um sistema partidário democrático, juntando velhos e novos atores políticos naquele novo contexto pós-Estado Novo de retomada de eleições e de participação mais ativa de grupos sociais até então excluídos da dinâmica política, como os trabalhadores urbanos.

Era nesse mar que os libertadores iriam precisar navegar. E como o fizeram? O objetivo desse artigo é analisar a participação do PL nas eleições sul-rio-grandenses de 1947 e 1950, especialmente na construção das alianças eleitorais para esses pleitos. Tende-se a perceber o sistema partidário sul-rio-grandense ainda em produção nesses primeiros anos da República de 1945, com as organizações partidárias ainda Tateando nos bastidores os seus espaços. Dessa forma, busca-se aqui perceber como o PL articulou suas alianças nesses primeiros anos, em que tinha rivalidades políticas com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – devido ao antigetulismo, ainda que isso não significasse descarte de qualquer tipo de aliança – e com o Partido Social Democrático (PSD) – visto como ainda próximo ao getulismo e com a presença de líderes rompidos com o grupo de Pilla. No caso do último, começou a ter alguma aproximação no início dos anos 1950 devido ao processo de “desgetulização”<sup>2</sup> experimentado por esses, o que fez os libertadores se movimentarem de forma diferente no pleito seguinte, de 1950. Também procura-se notar que as alianças não ocorriam apenas por razões ideológicas, mas também pragmáticas, o que é demonstrado pelas idas e vindas das negociações e pelo fato de os libertadores não se negarem a conversar com forças que eram vistas, na sua base militante, como adversárias do ponto de vista das ideias.

### *Entre a autonomia partidária e o antigetulismo: o PL no pleito de 1947*

A eleição de 1947, para muitos autores, marcou o ponto decisivo para a reorganização partidária do Rio Grande do Sul. Cánepa<sup>3</sup> registra que foi nesse pleito

<sup>2</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

<sup>3</sup> CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e*

que a relação entre Getúlio Vargas e o PSD gaúcho entrou em um ponto de não-retorno. Tal fato se deveu ao compromisso antes assumido por Vargas em apoiar o candidato pessedista, Walter Jobim. No entanto, o PTB, fortalecido pelo próprio Vargas - que entregou a reestruturação daquela agremiação, fundada no estado em 1945 por lideranças sindicalistas, nas mãos de políticos profissionais como José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha - reivindicou o direito à candidatura de Alberto Pasqualini. A intenção de Vargas era uma candidatura unificada entre PSD e PTB, o que acabou se tornando improvável com a exigência petebista. Vargas acabou cedendo e declarando seu apoio a Pasqualini, o que levou ao rompimento dos pessedistas com o seu então líder. Angeli relembra que o lançamento de Pasqualini não estava nos cálculos de Vargas, mas que isso não significou que não tivesse havido tentativas de formalizar o acordo, inclusive com a participação de Pasqualini.<sup>4</sup> De qualquer forma, as negociações fracassaram, cada partido lançou uma candidatura e Vargas acabou rompendo com setores do PSD do Rio Grande do Sul.

No entanto, não foram apenas as candidaturas de Jobim e de Pasqualini que concorreram no pleito daquele ano. O Partido Libertador (PL) e a União Democrática Nacional (UDN) lançaram conjuntamente o libertador Décio Martins Costa como postulante ao governo estadual. A leitura historiográfica sobre essa candidatura menciona uma tentativa de libertadores e udenistas, aliados desde 1945 - quando deram suporte à candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes - de aproveitar essa divisão entre as forças getulistas, ampliando o discurso anti-estadonovista. Nessa direção vão autores como Bodea (1992), Cánepa (2005), Cortés (2007) e Cruz (2010), sendo que os dois últimos lembram que o antigetulismo foi explorado por Martins Costa ao longo de sua campanha eleitoral - ainda que não tenha sido o único tema de campanha do candidato da aliança PL-UDN<sup>5</sup>.

nacional no Rio Grande do Sul (1945 - 1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 113.117.

<sup>4</sup> ANGELI, Douglas. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)*. Tese (Doutorado em História): Porto Alegre: UFRGS, 2020, p. 75.

<sup>5</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992; CÁNEPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 - 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005;

De qualquer forma, não parece tão claro que a intenção de PL e UDN ao unirem-se e apresentarem-se como as forças antigetulistas era de se aproveitar da divisão entre pessedistas e petebistas. Como se deu a formação dessa aliança? Era Martins Costa o candidato pensado inicialmente para esse enfrentamento? Gláucio Soares defende que as alianças eleitorais do período 1945-1964 se formavam a partir de uma racionalidade: eleger o máximo de representantes com o mínimo de esforço<sup>6</sup>. No entanto, essa racionalidade dependia de uma série de fatores: um deles era a informação quanto à conjuntura. No caso do PL e da UDN, a união das suas forças provavelmente foi baseada em informações daquele contexto, mas não necessariamente devido a divisão entre os partidos getulistas, uma vez que libertadores e udenistas já vinham analisando nomes antes mesmo da confirmação do fracasso da tentativa de aliança PTB-PSD e das candidaturas de Pasqualini e Jobim.

As primeiras buscas foram anteriores à divisão entre PTB e PSD<sup>7</sup>: a candidatura desejável precisava ter um potencial de votos, que conseguisse atrair o eleitorado e aí é possível que outra informação tenha tido peso na busca por um postulante. As cúpulas libertadora e udenista tinham conhecimento da votação de Eurico Gaspar Dutra no Rio Grande do Sul nas eleições presidenciais de 1945. Havia sido uma vitória avassaladora: o pessedista, possivelmente beneficiado pelo chamado de Vargas para que seus apoiadores votassem nele, teve 73,54% dos votos no estado sulista, contra apenas 18,15% de Eduardo Gomes<sup>8</sup>, candidato apoiado por UDN e PL. A capilaridade dos partidos ditos getulistas

---

CORTÉS, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007; CRUZ, João. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2010. Discorda-se aqui parcialmente de Cruz (2010, p.118) quando afirma que o tema da primazia política era o principal de Martins Costa, uma vez que em seu discurso-plataforma, enfatiza diversas vezes o tema da justiça social, apontando a necessidade de resolver questões dos "necessitados", ainda que dentro de uma perspectiva cristã, buscando afastar o tema do comunismo. Quanto ao antigetulismo e ao anticomunismo, além do discurso de aproximação com o laicato católico, concorda-se aqui, pois está presente também na campanha da aliança PL-UDN. O discurso-plataforma encontra-se em: PARTIDO LIBERTADOR. Discurso-plataforma de Décio Martins Costa. Porto Alegre: Editora Globo, 1946.

<sup>6</sup> SOARES, Gláucio A. D. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001, p. 169.

<sup>7</sup> A candidatura de Pasqualini foi oficializada em 11 de novembro de 1946. Já as informações sobre as negociações do PL têm seus primeiros indícios em 18 de outubro do mesmo ano, sendo anteriores, portanto, à confirmação do insucesso das negociações entre PTB e PSD.

<sup>8</sup> Dados obtidos através de TSE, Repositório de Dados Eleitorais.

era muito alta no Rio Grande do Sul. Não bastava lançar qualquer concorrente. Era preciso um candidato capaz de virar votos.

Possivelmente, dentro desse entendimento que as duas forças partidárias procuraram o professor universitário e então presidente da Liga Eleitoral Católica (LEC), Armando Câmara, como noticiou o *Correio do Povo* (CP):

Prosseguem as forças de oposição (...) em torno da escolha de um nome extra-partidário que concorra à presidência do Estado nas próximas eleições de 19 de janeiro. O nome em cogitação é o do sr. Armando Câmara, reitor da Universidade e líder católico do Estado que há muito preside os destinos da Liga Eleitoral Católica, entidade que visa orientar os fiéis da igreja no que se refere à escolha de candidatos e que tem por lema “pairar acima dos partidos”. Nos últimos dias, o sr. Raul Pilla, como emissário das oposições, tem se encontrado com o sr. Armando Câmara, nada transpirando sobre a sua decisão em aceitar ou não tal investidura. Ainda ontem, à noite, nada havia de positivo em torno desse assunto, pois até então o sr. Armando Câmara, apesar de não ter aceito, não desiludiu as correntes que insistem na apresentação de seu nome. Sabe-se por fontes extra-oficiais que o presidente da LEC tem se mantido em permanente contacto com proeminentes vultos da Igreja Católica entre nós, possivelmente pensando a resolução que deveria tomar em face do convite expresso pelas oposições.<sup>9</sup>

O excerto da notícia não explicita diretamente, mas nota-se que o interesse era em uma candidatura que tivesse apelo junto ao eleitorado católico. Ainda conseguiria votos anticomunistas, devido à atuação de Câmara na presidência da LEC. Quando da instalação daquela entidade no Rio Grande do Sul, em agosto de 1945, 50 mil pessoas teriam participado do ato, sob sua liderança, em Porto Alegre. O evento, segundo Rodeghero, fazia parte da campanha da LEC contra o comunismo e contra o PCB.<sup>10</sup>

As lideranças tanto libertadoras quanto udenistas – mesmo aquelas que não tinham uma ligação tão profunda com a igreja, como era o caso de Pilla -

<sup>9</sup> Tentam as oposições a indicação do sr. Armando Câmara. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 18/10/1946.

<sup>10</sup> RODEGHERO, Carla. *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra & Voz, 2017, p. 185-188.

perceberam que seria uma jogada que poderia render frutos eleitorais. Já pelo lado de Câmara e dos laicos católicos, podia significar o alcance daquilo que idealizavam: conquista do poder através do jogo político. Era uma candidatura que “pairava os partidos” e que representava os interesses católicos. Não por acaso a matéria relatava que Câmara foi buscar contato com “vultos da Igreja” sobre a possibilidade de aceitar ou não a candidatura.

Todavia, uma semana depois, PL e UDN lançavam uma carta conjunta em que anunciavam a recusa de Câmara – portanto, ainda em meio às negociações entre PTB e PSD, só concluídas em meados de novembro, antes da Convenção do PTB, em 11 de novembro de 1946.<sup>11</sup> Nela, os partidos diziam agir com “desambição política” ao tentarem um nome fora dos seus quadros partidários e que visavam “contribuir, dentro de suas possibilidades, para a instituição de um clima de serenidade, confiança e cooperação entre os homens de boa vontade, que colocam acima dos apetites (...) os interesses mais altos do Estado.”<sup>12</sup> Após elogiar a figura do líder católico, disseram lamentar a decisão, mas a compreendiam. Não há indícios das alegações de Câmara para a recusa, mas é possível que o próprio Câmara<sup>13</sup> tenha percebido as dificuldades da campanha, mesmo que tivesse de enfrentar as forças getulistas divididas.

Nos dias 5, 7 e 8 de novembro<sup>14</sup>, o CP publicou que a decisão da aliança PL-UDN tendia para a indicação de Décio Martins Costa. O PL havia corroborado outros dois nomes: Edgar Luís Schneider e Orlando da Cunha Carlos, mas ambos recusaram. Nota-se, novamente, que a candidatura foi escolhida antes da definição quanto ao PTB e ao PSD.

<sup>11</sup> ANGELI, Douglas. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)*. Tese (Doutorado em História): Porto Alegre: UFRGS, 2020, p. 79-81.

<sup>12</sup> Declinou do convite o sr. Armando Câmara. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 25/10/1946.

<sup>13</sup> Apesar da recusa, Câmara declararia apoio a Décio Martins Costa, como já foi relatado no subcapítulo 3.3. Todavia, já não era mais presidente da LEC naquele instante e sua influência se mostrou insuficiente tanto junto à própria Liga, que recomendou os três candidatos, quanto na capacidade de conquistar votos. Não há indícios, por exemplo, de que seu apoio se fez presente durante a campanha, possivelmente tendo se restringido naquela declaração de voto.

<sup>14</sup> Provável a candidatura de Décio Martins Costa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 05/11/1946; Será escolhido hoje o candidato das oposições ao governo do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 07/11/1946; Décio Martins Costa e João Carlos Machado candidatos das oposições. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.10, 08/11/1946.

Em 10 de novembro foi lançado um manifesto assinado pelos libertadores e pelos udenistas<sup>15</sup>. Nesse manifesto se confirmava que o antigetulismo seria uma das bandeiras da candidatura de Martins Costa: o documento afirmava que as “correntes tradicionais do pensamento político” do Rio Grande do Sul voltavam a se unir para as lutas eleitorais. Solidárias na campanha para “extirpar” a ditadura e restaurar a democracia, os dois partidos sentiam a necessidade de manterem a ação conjunta até a eliminação definitiva do “fenômeno mórbido”.

Se em 29 de outubro caiu a ditadura, abalada pelo “ímpeto das massas populares sublevadas ao apelo de Eduardo Gomes” e desmantelada pelas Forças Armadas, latentes ainda se mantinham as forças que construíram e mantiveram o Estado Novo. E os que opõem a aliança são os mesmos que “desertaram de seus partidos” e “renegaram compromissos democráticos” para serem antítese desses princípios – uma clara provocação aos ex-libertadores do PSD e ao próprio Pasqualini<sup>16</sup>. O documento seguia dizendo que PL e UDN estavam “revestidos de autoridade” para as eleições. O campo estava demarcado: de um lado sob a bandeira da moralidade pública e responsabilidade administrativa, respeito à justiça e aos direitos dos cidadãos estão as “correntes democráticas”. Do lado do “continuismo estadonovista” – petebistas e pessedistas - estavam os vencidos de 29 de outubro<sup>17</sup>.

No entanto, isso não significava que havia muitas esperanças de que um discurso antigetulista conseguiria confrontar PTB e PSD, naquele instante definitivamente separados e com candidaturas independentes: a campanha de PL e UDN buscou também falar sobre temas sociais e econômicos<sup>18</sup>, talvez numa

<sup>15</sup> Manifesto das Oposições ao Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.24, 10/11/1946.

<sup>16</sup> A referência do manifesto é ao que Maria Amélia Costa (1983, p.41-47) como grupo *Advertência* do PSD. Tratava-se dos ex-libertadores que optaram, em 1937, por apoiar o golpe do Estado Novo e aliam-se à Vargas. Em 1945, esse grupo – com exceção de Alberto Pasqualini, que fundou o seu grupo político, a União Social Brasileira (USB) – adentrou, em 1945, no PSD. O termo *Advertência* vem do documento que publicaram em março de 1945 como resposta ao manifesto assinado por Pilla, intitulado *Advertência aos Libertadores*, em que desautorizavam o uso do nome dos libertadores e a movimentação feita por essa liderança política. Sobre o tema, ver COSTA, Maria Amélia Dias da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 à 1950*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 1983 e TORRES, Anderson V. *O Partido Libertador e a República Democrática (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2023. No Prelo.

<sup>17</sup> Referência ao 29 de outubro de 1945, quando Vargas fora derrubado pelos militares.

<sup>18</sup> Há vários indícios nos materiais de campanha de Martins Costa. Em uma publicação a pedido na imprensa, o material relembra a atuação de Martins Costa em defesa da assistência social quando fora deputado

tentativa de angariar votações para além do seu eleitorado tradicional. Mas o fato é que a eleição se polarizou entre Jobim – que recebeu ainda o apoio do PRP e do PCB<sup>19</sup> - e Pasqualini: duas candidaturas ainda marcadas pela presença e pelo prestígio de Getúlio Vargas – ainda que o então ex-ditador tenha dado seu apoio apenas ao segundo. No retrato biográfico de Martins Costa feito por Mem de Sá, que se elegera deputado estadual naquele pleito, o autor citava outro motivo para a candidatura de Martins Costa: evitar que muitos votos libertadores fossem para os ex-integrantes do partido vinculados aos então opositores e garantir a coesão do PL:

(...) em 1946, (Décio Martins Costa) aceitou ser candidato do Partido na primeira eleição que se feria para o governo do Estado. Era difícil a situação dos libertadores; difícil para não dizer desesperadora. O Partido Social Democrático (PSD) havia lançado seu candidato, o Doutor Valter Jobim; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentara o dele, Alberto Pasqualini. Por ironia do destino, os dois procediam do Partido Libertador, havendo tomado outros rumos após a queda da Ditadura. Os libertadores, por isso mesmo, não podiam votar nem num, nem em outro (...). Necessitava-se de um candidato capaz de galvanizar as velhas hostes, ainda meio dispersas pelos 8 anos de Estado Novo, evitando que muito voto fosse favorecer o adversário (...). Décio aceitou o sacrifício como se tratasse de uma brincadeira. Estado Maior não faltava a legenda colorada, faltava-lhe tropa que perfaz os batalhões e regimentos. Nada disso importava. Lá se foi Décio, cercado por um grupo de encanizados lidadores, correr o Estado, município a município, comício sobre comício, com a garra e a gana de um candidato certo da vitória. Resultado do pleito? Isso não importava. O que importava era a luta e a sobrevivência do Partido.<sup>20</sup>

Apesar da narrativa um tanto romaneada de Sá e, até certo ponto, procurando construir a imagem do PL como um partido pequeno e lutador, o fato é

---

estadual, em 1935. Também há um texto de Mário de Lima Beck em que defende a participação dos trabalhadores no lucro das empresas e critica a ideia do salário mínimo. A pedido: Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, s/p, 22/11/1946.

<sup>19</sup> Sobre a aliança entre PSD e PCB em 1947, ver Bodea (1992), Cánepa (2005), Cortés (2007) e Asturian (2019).

<sup>20</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.



de que reconhecia que as chances eleitorais de Martins Costa eram poucas. Mais do que tentar, através da retórica antigetulista, conquistar sufrágios, o que interessava era a manutenção partidária e provavelmente colher frutos nos pleitos proporcionais – o PL conseguiu eleger 5 representantes<sup>21</sup> ante os 23 do PTB, 16 do PSD, 4 da UDN, 4 do PRP e 3 do PCB.

Com relação ao resultado do pleito, é interessante notar um importante indício: o resultado eleitoral de 1947 comparado com o da eleição presidencial de 1945. Ambos têm números parecidos entre as candidaturas getulistas e antigetulistas<sup>22</sup>:

Candidatos	Partidos	Votos	Votos (%)
<b>Eurico Gaspar Dutra</b>	PSD	447.462	73,54
<b>Eduardo Gomes</b>	UDN + PL	110.444	18,15
<b>Yedo Fiúza</b>	PCB	50.199	8,25
<b>Mário Rolim Telles</b>	PAN	341	0,06
<b>Total</b>		608.446	100

Tabela 1. Eleições para a Presidência da República no Rio Grande do Sul - 1945. Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*.

Candidatos	Partidos	Votos	Votos (%)
<b>Walter Jobim</b>	PSD/PRP + PCB	229.129	42,17
<b>Alberto Pasqualini</b>	PTB	209.164	38,49
<b>Décio Martins Costa</b>	PL/UDN	105.062	19,34
<b>Total</b>		543.355	100

Tabela 2. Eleições para governador do Rio Grande do Sul – 1947. Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*.

<sup>21</sup> Os deputados eleitos pelo PL em 1947: Edgar Luís Schneider, Carlos de Brito Velho, Mem de Sá, Henrique Fonseca de Araújo e Antônio Maria da Silva Filho. TSE. *Estatísticas Eleitorais*.

<sup>22</sup> Em ambas as tabelas não constam os dados dos votos brancos e nulos, pois na fonte utilizada não consta a informação. Dessa forma optou-se por considerar apenas os sufrágios dados aos candidatos dos pleitos. Tal padrão se repetirá nas outras tabelas eleitorais aqui apresentadas.

Ainda que seja apenas um indício e desconsidere outros fatores, tais como as diferenças qualitativas entre uma eleição presidencial e uma governamental estadual, a distribuição geográfica dos votos etc., é interessante notar a similaridade entre as votações relativas. Dutra obteve, no Rio Grande do Sul, 73,54% dos votos, enquanto Jobim e Pasqualini, juntos, somaram 80,66%. Se considerarmos, hipoteticamente, que o apoio do PCB levou votos para Jobim, pode-se somar a votação de Dutra à obtida por Yedo Fiúza, candidato comunista presidencial. Nesse caso, tem-se 81,79% ante os 80,66%. Ou seja, desse número, é possível que em torno de 7% ou 8% sejam votos comunistas, enquanto o restante eram votos de getulistas<sup>23</sup>. Já os números das candidaturas antigetulistas – Gomes em 1945 e Martins Costa em 1947 – são também bastante aproximados: o primeiro obteve, no estado gaúcho, 18,15%, enquanto o segundo, 19,34%. Em resumo, seria bastante complicado para os antigetulistas sul-rio-grandenses reverter um quadro que era muito favorável às forças oriundas do getulismo.

Em suma, o PL no pleito de 1947, com o suporte da UDN, estava mais interessado em fortalecer a agremiação, pensando nas eleições seguintes e tentar eleger uma bancada na assembleia estadual, usando a visibilidade da campanha estadual. Sá não diz explicitamente isso, mas parece que havia uma racionalidade eleitoral no sentido de dar uma vitrine ao partido através da campanha eleitoral.

É difícil supor que tivessem alguma pretensão de superar as forças políticas getulistas, mesmo com a divisão delas. Se houve essa pretensão, se deu ainda antes da confirmação do rompimento de PTB e PSD, quando tentou-se atrair o líder católico Armando Câmara para ser o postulante antigetulista. Tampouco há indícios de aproximação dessas forças junto ao PSD nesse momento, justamente porque o PSD estava ainda muito atrelado a Vargas e os ressentimentos da cúpula libertadora ainda eram latentes desde o episódio da *Advertência*, em 1945. Mesmo o rompimento de 1947 entre PTB e PSD não significou aproximação automática entre libertadores e pessedistas. Ao contrário, após o pleito, com a vitória de Jobim, o PL vai aliar-se ao PTB no parlamento estadual, pois ambos tinham um adversário em comum naquele momento: o PSD.

<sup>23</sup> Cortés (2007, p.196) lembra que de forma alguma Jobim podia ser considerado antigetulista. Ao contrário, Jobim procurou evitar qualquer crítica ao prócer trabalhista durante a campanha, mesmo que tivesse perdido o seu apoio explícito. CORTÉS, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 196.

## *Visibilidade eleitoral e identidade partidária: o PL no pleito de 1950*

A eleição estadual sul-rio-grandense de 1950 foi a primeira e única a ocorrer concomitantemente com o pleito nacional e, por óbvio, as articulações e alianças eleitorais se entrecruzariam, o que daria um caráter *sui generis* para aquela disputa eleitoral. Cortés observou que esse pleito foi um divisor de águas para o sistema partidário sul-rio-grandense, uma vez que a partir dali se encerraria a experiência multipartidária<sup>24</sup> e se abriria uma polarização entre PTB e os partidos que se uniram contra os petebistas. E foi relevante para tal resultado as articulações nacionais visando o pleito para a Presidência da República. Todavia, como se chegou a esses termos? O que levou o sistema partidário sul-rio-grandense a definir esse desenho a partir de 1950?

Alguns fatos foram decisivos: o constante afastamento entre o PSD e a figura de Getúlio Vargas consolidou-se naquele ano. Segundo Bodea, em 1948, Vargas afastou-se definitivamente do PSD nacional, completando o que já havia feito em relação ao diretório do Rio Grande do Sul pessedista.<sup>25</sup> Ainda, se tornou presidente nacional do PTB, dando um passo importante visando seu retorno político em 1950. Havia ainda a aliança entre PSD, UDN e Partido Republicano (PR) no parlamento federal para dar sustentação política ao governo do General Eurico Gaspar Dutra. Tal acordo conhecido como “interpartidário” facilitou a aproximação entre pessedistas e udenistas no Rio Grande do Sul, uma vez que os primeiros já haviam rompido com Vargas. Se pensarmos no episódio da Constituinte de 1947 e do parlamentarismo, já houve ali afinidade entre os dois partidos, uma vez que a UDN se posicionou contrariamente à emenda substitutiva, apoiando o PSD e o governo de Jobim.

<sup>24</sup> CORTÉS, Carlos. *Política Gaúcha: 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 212. Embora a tese de Cortés se confirme do ponto de vista de que as disputas partidárias majoritárias se concentrarão entre o PTB e a Frente anti-PTB, organizada na Frente Democrática a partir de 1951, discorda-se da ideia de que a experiência multipartidária tenha se encerrado. De fato, desenhou-se uma bipolaridade entre duas forças relevantes, especialmente no campo majoritário de disputa, mas, concordando com Peres e Ribas, permaneceu uma disputa multipartidária no campo proporcional, o que dava relevância para os partidos menores, inclusive nas alianças eleitorais. PERES, Paulo; RIBAS, Vinicius de Lima. Multipartidarismo e bipolaridade: uma reconsideração da tese do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In: GROHMANN, Luís G. M. (org.). *Comportamento e Instituições Políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ CEGOV, 2018.

<sup>25</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 61.

Em suma, ocorria o que Bodea chamou de “desgetulização” do PSD. No entanto, esse processo não havia se completado, o que levou Vargas a estimular os getulistas do PSD sul-rio-grandense a formarem uma ala autonomista, o PSD Autonomista (PSDA)<sup>26</sup>, que lhe daria apoio no Estado. Walter Jobim, destaca Maria Amélia Costa, tentou aproximar-se do PTB durante o seu governo no estado, sem obter sucesso, especialmente porque o próprio PSD não estava interessado em fortalecer os petebistas e tampouco em ceder espaços na administração aos trabalhistas, naquela altura já vistos muito mais como adversários do que como aliados.<sup>27</sup>

Em 1949, Jobim, em mais uma tentativa de manter relações com Vargas e com o PTB, sugeriu que o processo de escolha do candidato pessedista à Presidência da República passasse pelas forças partidárias, incluindo o PTB. Segundo Costa, a chamada “fórmula Jobim” transparecia a insatisfação de setores do PSD com o governo Dutra e com sua aliança com a UDN e com o PR. A resposta do grupo dutrista foi a “fórmula mineira”, em que a escolha recairia obrigatoriamente em um nome do PSD, com o aval do presidente Dutra, e sem a presença do PTB – e por consequência, de Getúlio Vargas. A escolha recaiu no deputado federal mineiro Cristiano Machado.

Jobim saiu derrotado, com a afirmação da fórmula mineira. Por outro lado, a escolha restrita aos pessedistas também afastou a UDN de uma possível aliança com o PSD. Com a derrota de Jobim, fortalecia-se, dentro do PSD do Rio Grande do Sul, o grupo antigetulista, ainda mais que Machado foi uma indicação de Cylon Rosa, aprovada por Dutra. O grupo de Jobim tinha predileção por Nereu Ramos, visto pelo grupo próximo ao governo federal como muito ligado a Vargas. Vejamos o que diz Asturian (2019):

<sup>26</sup> Aqui, cabe uma menção ao trabalho de Marcos Asturian (2019, p.177-179) que aponta que o PSDA, diferentemente do que a produção acadêmica mais clássica havia definido, não era um partido político, mas sim, uma ala minoritária dentro do PSD que era alinhada ao Diretório Nacional do partido, mais alinhado ao getulismo. Nesse sentido, o autor trata o PSD como uma “dissidência da dissidência”, uma vez que progredia o afastamento entre a elite partidária pessedista sul-rio-grandense e os dirigentes nacionais da agremiação. Mais tarde, parte do grupo autonomista foi incorporado ao PTB.

<sup>27</sup> COSTA, Maria Amélia Dias da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 à 1950*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRGS, 1983, p. 110.

A questão da sucessão presidencial se intensificou em 1950, isto é, o ano eleitoral. No plano nacional, o PSD ainda procurou entendimentos com a UDN e o PTB. Contudo, a UDN lança, nacionalmente, pela segunda vez, a candidatura Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e o PTB, por sua vez, indica o nome de Getúlio Vargas. Destarte, o PSD lançou a candidatura Cristiano Machado – sendo indicada por Cylon Rosa e previamente aprovada pelo presidente Dutra – em detrimento do interesse de muitos pessedistas – entre eles o governador Walter Jobim – que apoiava à candidatura Nereu Ramos.<sup>28</sup>

Juntava-se ainda a esses fatos a confirmação da candidatura de Getúlio Vargas, pelo PTB e com o apoio do Partido Social Progressista (PSP), do líder político paulista Adhemar de Barros. Com isso, em meados do mês de maio de 1950, estava configurada a disputa eleitoral nacional: o PSD escolheu o deputado federal mineiro Cristiano Machado, já a UDN lançava novamente o Brigadeiro Eduardo Gomes. A agremiação udenista ganharia ainda o apoio do PL e do PRP.

Nessa situação, qual foi a posição tomada pelos libertadores? No campo nacional, não houve muitas dúvidas: o PL declarou sua adesão ao Brigadeiro Eduardo Gomes, repetindo o que havia feito em 1945<sup>29</sup>. E nas eleições estaduais? Sabe-se que, ao fim, o PL indicou candidatos próprios para o governo estadual e para o Senado Federal. No entanto, diferentemente de 1947, não contou com o apoio da UDN, tendo lançado uma chapa pura: Edgar Luís Schneider para governador, Décio Martins Costa para o Senado e Carlos de Brito Velho para suplente de Senador. Além de Schneider, foram candidatos ao governo estadual Cylon Rosa, interventor estadual durante os anos de 1945 e 1947 e um dos responsáveis pela organização do PSD no Rio Grande do Sul, apoiado pelo Partido da Representação Popular (PRP) e por setores da UDN<sup>30</sup> e Ernesto Dornelles,

<sup>28</sup> ASTURIAN, Marcos Jovino. *O Rio Grande dividido: conflitos políticos-eleitorais entre pessedistas e pe-tebistas para o governo estadual (1946-1954)*. Tese (Doutorado em História), São Leopoldo/RS: Unisinos, 2019, p. 112-113.

<sup>29</sup> O Brigadeiro Eduardo Gomes é o candidato do Partido Libertador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 06/06/1950.

<sup>30</sup> A UDN do Rio Grande do Sul apoiou a candidatura ao Senado de Plínio Salgado, do PRP, como parte do acordo entre os dois partidos no pleito nacional, em que os perrepeistas dariam, em troca, suporte ao Brigadeiro Eduardo Gomes. No entanto, oficialmente, os udenistas gaúchos decidiram por questão aberta quanto ao

membro do PSDA, incorporado ao PTB. Na eleição senatorial, disputaram a cadeira com Martins Costa o presidente nacional do PRP, Plínio Salgado e o petebista Alberto Pasqualini.

Muitas vezes ao observar apenas a decisão final, tira-se conclusões equivocadas ao não se observar as articulações e negociações que levaram àquela deliberação. As alianças eleitorais, nos ensina Gláucio Soares, são baseadas em princípios racionais que possam levar a resultados interessantes para os partidos envolvidos.<sup>31</sup> Tais escolhas racionais dependem dos movimentos da conjuntura. Portanto, para chegar à decisão das candidaturas próprias, os libertadores envolveram-se em diferentes negociações, buscando aquilo que poderia lhe dar melhores resultados, seja do ponto de vista eleitoral, seja da conquista de mais recursos políticos e de poder. Provavelmente já tinham a leitura de que na eleição majoritária, teriam poucas chances contra as máquinas de PSD e PTB, mas ganhariam visibilidade com uma candidatura posta e poderiam repetir um bom desempenho nos pleitos proporcionais, além de terem mais capital político para futuras negociações.

Uma candidatura própria naquele contexto, de consolidação das forças partidárias no Rio Grande do Sul, também tinha valor simbólico, uma vez que mantinha a base eleitoral coesa em torno da identidade partidária e da ideologia. A candidatura própria reforçava e vendia a imagem de um partido de princípios e ideológico, uma agremiação que não se aliava por interesses pragmáticos.

Logo, tal resolução – da candidatura própria – não estava dada desde o início das negociações para o pleito. Já em fins de março de 1950, quando ainda se discutia as fórmulas pessedistas para o pleito nacional, cogitou-se a possibilidade de Jobim ser candidato a Presidente<sup>32</sup>. Caso se confirmasse, Jobim teria de renunciar ao governo estadual e a Assembleia Legislativa eleger um sucessor, pois

---

governo estadual, liberando os diretórios municipais a declararem apoios aos candidatos que lhe conviessem. A maioria deles optou pelo postulante pessedista Cylon Rosa. Mas houve ao menos três diretórios udenistas – dos municípios de Alegrete, Tupanciretã e Viamão que decidiram apoiar o libertador Edgar Schneider. Essas informações constam em: Três diretórios municipais da UDN apoiarão o sr. Edgar Schneider. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.32, 27/08/1950.

<sup>31</sup> SOARES, Gláucio A. D. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001, p. 137-145.

<sup>32</sup> Persiste a possibilidade do governador Jobim deixar o governo antes de 3 de abril. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 28/03/1950.

não havia o cargo de vice-governador. O PSD buscou então as lideranças de PRP, UDN e PL para que formasse uma aliança no parlamento para a escolha, assim impedindo a participação do PTB. Porém, a proposta teria fracassado, pois teria sido classificada como inaceitável pelos pequenos partidos.

De acordo com o noticiado no CP, um líder libertador questionou a negociação pois o PSD não oferecia nada em troca do apoio<sup>33</sup>. O motivo para recusa, portanto, não era ideológico, mas sim, prático: sem ganhos políticos para o PL, não fazia sentido aliar-se ao PSD. Nenhuma indicação de que o problema fosse o conflito entre o grupo *Advertência* e a agremiação de Raul Pilla: a conjuntura já havia mudado, o PSD estava em processo de desgetulização e uma aproximação já não era tão malvista.

Jobim, ao fim, não seria o presidenciável pessedista e as negociações se encerraram. Apenas em junho a sucessão estadual marcada para outubro de 1950 começava a ser assunto recorrente na imprensa. No PSD, Cylon Rosa era o nome mais cotado e iniciou um cerco a outras siglas<sup>34</sup>. A intenção era uma candidatura única, liderada pelo PSD. A estratégia possivelmente era lançar a ideia e ver quais agremiações se disporiam a negociar mais adiante, uma vez que algumas delas, especialmente o PTB, não teria interesse nesse tipo de acordo. Nesse ponto, concorda-se com Bodea: o PSD possivelmente estava já pensando em uma coligação que pudesse fazer frente ao PTB e ao PSDA. Essa frente precisava contar não apenas com o PRP, aliado no pleito de 1947, mas também com a UDN e o PL. Mais, o autor lembra que o processo de afastamento entre o PSD sul-rio-grandense e Getúlio Vargas era um facilitador para essa negociação.

Porém, Bodea aponta “cicatrices do passado” como dificultador do plano pessedista, especialmente com relação ao PL, numa possível referência às disputas tanto partidárias quanto parlamentares entre pessedistas e libertadores, que ocorriam desde 1945, passando pelo episódio da Constituição parlamentarista de 1947. Esses conflitos podiam ser um elemento, mas não era o único. Antes das definições, houve várias articulações que envolveram PL e PSD. Tais conversas

<sup>33</sup> Negaram os pequenos partidos o seu apoio ao PSD para a eleição de um governador substituto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.12, 29/03/1950.

<sup>34</sup> Praticamente afastada a possibilidade de aplicação do esquema Jobim no estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 20/06/1950.

tornaram-se recorrentes no mês de junho. O PSD praticamente havia definido Cylon Rosa como candidato e buscava aliados, já o PL iniciava tabulações com as outras forças da Assembleia Legislativa: PRP e UDN. Era a “Pequena Entente”<sup>35</sup>, anunciada na imprensa e que cogitava lançar uma candidatura para concorrer com Cylon e com o candidato do PTB, que seria definido oficialmente no fim daquele mês.

A ideia do grupo de pequenos partidos era apelar ao veterano Oswaldo Aranha para que assumisse a candidatura, mas também é possível cogitar que se tratava tão somente de uma forma de barganhar com o PSD<sup>36</sup>. Prova disso era que, em paralelo a essas cogitações, Walter Jobim, representando o PSD, reuniu-se com Flores da Cunha, pelo lado udenista e Décio Martins Costa, representante do PL<sup>37</sup>. A ideia era a formação de uma aliança em torno de Rosa e a formação de uma frente antigetulista<sup>38</sup>. Todavia, o que saiu da reunião era que os partidos em questão não viam com bons olhos a candidatura de Cylon, preferindo outros nomes, o que bloqueava o avanço das negociações, já que setores majoritários pessedistas não cogitavam a retirada de Cylon Rosa. Seja como for, ainda que pudesse ser um argumento retórico, o fato é que na declaração dada após aquela reunião, Martins Costa não descartou a possibilidade de alianças: o PL, segundo ele, estava disposto a estudar o assunto<sup>39</sup>.

Embora não estivesse presente naquela reunião de 22 de junho, o PRP era cortejado pelos pessedistas também. E entre idas e vindas, no início de julho de 1950, com o quadro eleitoral em processo de definição – o PTB já havia homologado a candidatura de Salgado Filho ao governo estadual e Alberto Pasqualini ao Senado Federal - os partidos da pequena entente teriam acertado os ponteiros com os pessedistas: Cylon renunciaria a candidatura para que o Engenheiro José

<sup>35</sup> A Pequena Entente no R. G. do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 21/06/1950. A nota original era uma reprodução do que fora publicado no vespertino carioca *O Mundo*. De qualquer forma, o *Correio do Povo* adotou o termo “Pequena Entente” para se referir ao grupo dos partidos em questão: PL, UDN e PRP.

<sup>36</sup> Em cogitação o nome do sr. Oswaldo Aranha para o governo do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 22/06/1950.

<sup>37</sup> Esforça-se o sr. Valter Jobim para aglutinar as forças de PSD, UDN e PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 23/06/1950.

<sup>38</sup> Esforça-se o sr. Valter Jobim para aglutinar as forças de PSD, UDN e PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 23/06/1950.

<sup>39</sup> Esforça-se o sr. Valter Jobim para aglutinar as forças de PSD, UDN e PL. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.16, 23/06/1950.



Batista Pereira, secretário de Obras Públicas do governo Jobim e membro do PL, fosse o candidato da aliança<sup>40</sup>. No entanto, as informações que vinham do PSD davam conta de que a retirada de Cylon seria impossível. Qualquer acordo do partido com PL, UDN e PRP seria com Cylon Rosa. Batista Pereira, que renunciou ao cargo de secretário para se candidatar, surgia como um possível nome da própria entente<sup>41</sup>.

O recuo do PSD pegou de surpresa o grupo dos pequenos partidos, especialmente os libertadores. Dias antes, logo após a reunião do Diretório Regional do PL, em que se discutiu a sucessão estadual, Martins Costa havia se encontrado com Cylon Rosa<sup>42</sup>. Ainda iria encontrar Oscar Machado, presidente regional do PRP e Alcides Flores Soares Jr., presidente regional da UDN. Era um indicativo de que as conversas haviam sido retomadas e possivelmente tenha havido ali algum compromisso, pois a informação que os partidos da entente tinham era de que Cylon concordava em recuar de sua candidatura.

Parece, ao menos no que a imprensa repercutia, que não havia interesse em uma candidatura dos partidos da entente. O PRP era a agremiação que explicitava isso de forma mais vocal. Oscar Machado declarou, inclusive, que o PRP não descartava alianças: podia apoiar o PTB, o PSD ou seguir na entente. Também não negava que havia conversado com petebistas. Informava ainda que o rumo do partido dependia da decisão do presidente nacional da legenda, Plínio Salgado<sup>43</sup>. Portanto, ainda se fazia uma leitura da conjuntura política e os perrepidistas aguardavam o melhor momento para tomar uma decisão, levando em conta o cenário nacional. Claudira Cardoso lembra que já em abril daquele ano a banca perrepista na Assembleia Legislativa havia fechado um acordo com os petebistas para eleição da mesa diretora, o que causou desconforto junto ao diretório perrepista, que já conversava com os partidos da entente.<sup>44</sup>

<sup>40</sup> Tentam os pequenos partidos articular a candidatura do engenheiro Batista Pereira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 04/07/1950.

<sup>41</sup> A renúncia de Batista Pereira indicava que não se tratava de um simples boato: as negociações existiram. Tentam os pequenos partidos articular a candidatura do engenheiro Batista Pereira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 04/07/1950.

<sup>42</sup> Deliberará hoje o P.L. sobre o problema da sucessão do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.28, 02/07/1950.

<sup>43</sup> Posição do P.R.P em face dos acontecimentos políticos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 09/07/1950.

<sup>44</sup> CARDOSO, Claudira. *Processos Eleitorais no Rio Grande do Sul*: participação do PRP na construção

Em meados de julho a possibilidade da entente havia se encerrado, devido aos movimentos do PRP. O partido definiu seu apoio a Cylon Rosa, tendo em troca a garantia da candidatura ao Senado<sup>45</sup>. Naquele momento, Plínio Salgado não era o nome oficializado, pois a legenda ainda negociava a questão nacional, definida alguns dias depois, com a oficialização do apoio perrepesta ao Brigadeiro Eduardo Gomes, novamente tendo como moeda de troca o apoio da UDN gaúcha ao Senado, já com a definição da candidatura de Salgado<sup>46</sup>. A entente estava praticamente encerrada. Cabia então saber qual caminho PL e UDN seguiriam. Os libertadores cogitavam uma candidatura própria, após nova tentativa fracassada de Martins Costa convencer Osvaldo Aranha a se candidatar<sup>47</sup> e, segundo alguns boatos, dirigentes do PL não consideravam apoiar o candidato à Câmara Alta do PRP, independente de quem fosse<sup>48</sup>.

Quando tudo parecia delineado para o pleito de outubro, uma tragédia mexeu com o tabuleiro. No dia 30 de julho, um acidente de avião ceifava a vida do candidato trabalhista Salgado Filho. O PTB, autorizado por Vargas e através do seu presidente estadual, o deputado estadual João Goulart, negociou um acordo com os partidos da entente, visando um nome em comum<sup>49</sup>. Faltava apenas a aquiescência dos pessedistas, pois caso se confirmasse, Cylon Rosa teria de retirar seu nome. Martins Costa não só não recusou negociar com Goulart como reforçou que o motivo da mudança de postura se deveu ao episódio trágico.

Contudo, o PSD pareceu compreender a ação do PTB como uma estratégia que favoreceria Vargas nas eleições presidenciais, uma vez que construiria uma imagem de um “apaziguador do Rio Grande” e afetaria o apoio do PSD estadual à candidatura de Cristiano Machado. Vargas, com isso, neutralizaria os

das alianças políticas nas eleições estaduais de 1958 e 1962. Porto Alegre: Editora Animal, 2014, p. 21-22.

<sup>45</sup> Praticamente assentado um acordo entre P.S.D. e P.R.P. neste Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.20, 18/07/1950.

<sup>46</sup> Resolveu o PRP apoiar a candidatura do Brigadeiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 22/07/1950.

<sup>47</sup> Fora de cogitações o nome do Sr. Osvaldo Aranha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 12/07/1950.

<sup>48</sup> Definitivamente afastada a possibilidade de acordo entre os pequenos partidos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 26/07/1950.

<sup>49</sup> Concertado um acordo entre PTB, PRP, UDN e PL para a escolha do candidato único ao governo do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.32, 06/08/1950.

pessedistas gaúchos na eleição nacional. Os pessedistas publicaram uma nota rejeitando a aliança sem a presença de Cylon Rosa<sup>50</sup>.

Mais do que uma estratégia que neutralizaria os adversários, é possível pensar que o intuito de Vargas e do PTB era gerar discórdia entre os partidos adversários e tentar colocá-los em conflito com o PSD. Já havia o PSDA, alinhavado com Vargas. Na UDN, a tentativa getulista rendeu conflitos internos, pois Flores da Cunha, à época deputado federal, ponderou a possibilidade de respaldar Vargas, o que o levou a romper com Alcides Flores Soares Jr., deputado estadual e dirigente máximo do partido no Rio Grande do Sul. É o próprio Flores Soares que relatou, em entrevista, essa discussão, que, segundo ele, foi testemunhada por Décio Martins Costa:

Quando morreu o Sr. Salgado Filho, repentinamente o Gal. Flores da Cunha (...) mandou pedir para o presidente do Partido Libertador e para mim, então presidente da UDN em exercício, para irmos no apartamento dele no Grande Hotel. (...). Aí o Gal. Flores da Cunha nos fez uma exposição, e, em conclusão, a idéia dele era entrar em entendimentos com o Getúlio (...) para propiciar uma candidatura única no Rio Grande do Sul. E o candidato dele era o Dr. Osvaldo Aranha. E que então nós podíamos jogar perante o PSD e os outros partidos, PTB, com as candidaturas ao Senado da República. (...).

Mas aí eu me recordei que o Brigadeiro tinha feito um apelo a nós, para que nós apoiássemos como candidato a senador, o candidato do PRP. Porque o PRP ia apoiá-lo como candidato a Presidente da República.

Aí eu disse ao general e tive uma briga com o Gal. Por causa disso. Digo: “Mas o senhor pode dispor da candidatura. Eu estou ouvindo toda a sua exposição e aliás, não estou de acordo (...). Mas, preliminarmente, o senhor não pode dispor da candidatura, porque o senhor mesmo me ligou do Rio de Janeiro, dizendo que o Brigadeiro estava com o senhor e que o Brigadeiro estava lhe consultando, porque o PRP queria um candidato no Rio Grande do Sul e outro em Minas Gerais (...). Que a UDN apoiasse esses dois candidatos. Em troca disso o PRP apoiaria a candidatura do Brigadeiro. E o Brigadeiro assinou um protocolo nesse sentido.

<sup>50</sup> Rejeita o PSD qualquer acordo que implique na retirada da candidatura Cilon Rosa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.20, 08/08/1950.

E eu sou um homem que não falho com a minha palavra.” Ele deu um pulo da cama: “O senhor não é dono do partido. Quer se adonar do partido!”. “Quero lhe dizer mais! Quero lhe dizer que não estou de acordo em entrar em entendimento nenhum com o Sr. Getúlio Vargas e que me admiro que o senhor, depois de tudo que sofreu, queira se aproximar do Sr. Getúlio Vargas e isso tudo é uma indignidade que não estou de acordo!”. (...). O Décio saiu atrás de mim, apavorado: “Alcides, o que é isso?” (...).<sup>51</sup>

Houve, dessa forma, um rompimento dentro dos quadros udenistas sul-rio-grandenses, o que ajuda a explicar também o posicionamento do partido no pleito: apoio maciço ao Cylon Rosa e ao Plínio Salgado, ainda que não de forma unânime e nem oficial: a UDN optou por questão aberta quanto ao governo estadual<sup>52</sup>.

No dia 10 de agosto, o PTB lançava um novo nome: o Senador Ernesto Dornelles, vinculado ao PSDA e que fora confirmado em 24 de agosto. Já o PSD e o PRP confirmavam sua aliança e o PL aguardava os movimentos políticos. Martins Costa chegou a ter o seu consultório médico, no centro de Porto Alegre, como sala de reunião entre lideranças do PSD, UDN, PTB e PRP, mas que não avançaram, especialmente porque os pessedistas não renunciavam à candidatura de Cylon Rosa<sup>53</sup>.

Com isso, o PL, sem mais opções de acordos, apelou ao plano B: a candidatura do deputado estadual Edgar Luís Schneider, definida em 22 de agosto<sup>54</sup>. Na matéria do *Jornal do Dia*, ficava evidente que o motivo para aquela decisão era o fracasso das démarches com as outras forças partidárias. Mem de Sá (1981, p.118-121), em suas memórias, vai além e culpabiliza o PSD pelo fracasso das negociações, por tentar impor o candidato em comum – em referência a Cylon Rosa – e dá a entender que ao lançar Schneider, desferiu um golpe que causou a derrota de Rosa e a consequente vitória de Dornelles, pois os votos de Schneider poderiam ter mudado o rumo da eleição. Sá ainda chamou de “missão suicida” a

<sup>51</sup> FLORES, Alcides Flores. Depoimento (1978). Entrevistador: Héliqio Trindade. Porto Alegre, 1978.

<sup>52</sup> A UDN não tem candidato. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 24/08/1950.

<sup>53</sup> “Contraí com meu partido um compromisso de que só ele poderia me libertar” - afirma o sr. Cilon Rosa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.14, 18/08/1950.

<sup>54</sup> Edgar L. Schneider: candidato do P.L. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p.8, 22/08/1950.

de Schneider, pois sabiam que a derrota era certa, mas como em 1947, a candidatura serviu para manter a coesão da base libertadora.

Para Sá, as duas eleições – 1947 e 1950 - demonstravam o “idealismo democrático” do PL: preferiu ser derrotado a perder sua identidade. De fato, era uma candidatura que dialogava mais com a mobilização dos libertadores fiéis e com a base dos “crentes” – expressão utilizada por Panebianco para se referir àqueles que são militantes por razões mais ideológicas e programáticas e que dependem desse tipo de incentivo partidário.<sup>55</sup> No entanto, o que vimos é que a elite partidária libertadora esteve envolvida até o último momento em busca de negociações e acordos que os beneficiassem politicamente, aliando-se, muitas vezes, a grupos que não tinham tanta simpatia da militância.

Nesse ponto, é importante mostrar que não se encontrou indícios de que a decisão de candidatura própria se deveu a questões ideológicas, o que difere do que alguns autores defenderam. Bodea, por exemplo, afirmava que a presença de Cylon Rosa, um ex-interventor ligado ao Estado Novo, e de Plínio Salgado, ex-integralista, teria sido o motivo para a decisão libertadora da candidatura única.<sup>56</sup>

Nas fontes consultadas, não há nenhum testemunho de que a motivação tenha sido a presença desses nomes. E mais do que isso, não se observou o PL negando-se a conversar com PSD ou PRP. Tampouco houve indícios ou insinuações quanto ao passado de Plínio Salgado<sup>57</sup>. Na verdade, como bem aponta Angeli, as críticas à sua candidatura foram mais evidentes já durante a campanha

<sup>55</sup> PANEBIANCO, Ângelo. *Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 50-51.

<sup>56</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 64.

<sup>57</sup> Plínio Salgado foi fundador e um dos líderes a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização formada em 1932 e inspirada no fascismo italiano. A AIB experimentou grande expansão durante os anos 1930, período de grande polarização política não apenas no Brasil, mas no mundo, devido ao crescimento do nazismo no mundo todo, e a reação de grupos liberais, comunistas, anarquistas, entre outros, contra esses movimentos de extrema-direita. Com o golpe do Estado Novo – apoiado pela AIB – e a extinção dos partidos no país, Plínio Salgado exilou-se em Portugal, retornando apenas em 1946, Salgado ajudou na formação do Partido da Representação Popular (PRP), que viria a ser o receptáculo dos antigos integralistas. No entanto, o partido adotou um discurso mais conveniente com a conjuntura de retorno da democracia, sem a defesa explícita de princípios autoritários e aberto as alianças políticas com antigos adversários políticos. Sobre o Plínio Salgado, AIB e PRP, ver TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1979; CALDEIRA NETO, Odilon; GONÇALVES, Leandro. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020; CALIL, Gilberto. *O Integralismo no Pós-Guerra: A Formação do PRP*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

eleitoral, tanto pela sua relação com ideologias de extrema-direita quanto pelo fato de não ser sul-rio-grandense.<sup>58</sup> No entanto, eram situações vinculadas a uma disputa eleitoral, em que os adversários – Alberto Pasqualini e Décio Martins Costa – buscavam diferenciar-se do adversário dentro de uma lógica de distinção e oposição: o petebista e o libertador como democratas e concededores do estado, enquanto o opositor era defensor de ideologias autoritárias e não tinha intimidade com o Rio Grande do Sul.

Com relação a Cylon Rosa, havia restrições dos libertadores, mas elas estavam mais vinculadas às tentativas dos partidos – e não só o PL – em terem alguma participação na escolha do candidato, o que era recusado pelo PSD: a elite partidária pessedista não cogitava renunciar ao lançamento do ex-interventor. Por fim, não há, ao menos nas fontes consultadas, nenhum indicativo de que Pilla restringia o apoio libertador àqueles candidatos.

Cánepa seguiu o mesmo caminho de Bodea<sup>59</sup>: aponta que a dificuldade do PSD em obter o apoio do PL passava por Plínio Salgado e sua agremiação presentes na coligação. Nesse caso, a “longa tradição liberal” libertadora impedia de estar numa aliança com o PRP, mesmo que esse estivesse ao lado de Eduardo Gomes, candidato apoiado também pelo PL em nível nacional. No entanto, a tradição liberal não havia impedido o PL de conversar com o PRP e formarem a pequena entente, que por pouco tempo, cogitou inclusive ter postulante ao governo, aliada aos udenistas. Nas negociações, PL e PRP se sentaram juntos e consideraram, por algum tempo, um acordo, como foi visto anteriormente. E como a própria autora cita, na eleição nacional PL e PRP estavam unidos em torno de Eduardo Gomes.

Longe de indicar possível “coerência” do PL, como cita Taufer, a decisão pela candidatura própria libertadora não se deveu a crença de que uma aliança com PSD e PRP fosse contra a “tradição liberal, antivarguista e antifascista” do PL.<sup>60</sup> Pode ser que essa retórica fosse incentivada pela elite partidária junto às

<sup>58</sup> ANGELI, Douglas. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)*. Tese (Doutorado em História): Porto Alegre: UFRGS, 2020, p. 261-278.

<sup>59</sup> CÁNÉPA, Maria Mercedes Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 131.

<sup>60</sup> TAUFER, Paulo R. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado em Histó-

bases do partido: vender a ideia de que o partido manteve sua identidade liberal e democrática. Na prática, o PL esteve envolvido nas articulações em busca de candidatos em alianças com esses partidos, visando ganhos políticos e de poder. Ao não os obter, procurou uma chapa que reforçasse a identidade partidária junto às bases e lhe desse musculatura política para negociações futuras.

Ao fim e ao cabo, a campanha terminou com um saldo razoável para os libertadores: sabia-se que nas eleições majoritárias, o resultado não seria bom. Na realidade, o desempenho de Schneider foi pior do que o de Martins Costa em 1947: enquanto o segundo obteve 105.062 sufrágios, o primeiro obteve 80.798, ou seja, uma redução de 24.264 votos, considerando ainda que o universo de eleitores havia aumentado de 543.355 para 695.482 – excluindo brancos e nulos em ambos os pleitos.

Candidatos	Partidos	Votos	Votos (%)
<b>Ernesto Dornelles</b>	PTB/PSP	329.884	47,43
<b>Cylon Rosa</b>	PSD/PRP	283.942	40,83
<b>Edgar L. Schneider</b>	PL	80.798	11,62
<b>Mendonça Lima</b>	PSB	858	0,12
<b>Total</b>		695.482	100

Tabela 3. Eleições para governador do Rio Grande do Sul – 1950. Fonte: TSE, *Repositório de Dados Eleitorais*; Cánepa, op. cit., p.152.

Mem de Sá, como referido antes, tinha razão ao dizer que os votos libertadores fizeram falta a Cylon Rosa: caso eles se direcionassem para a candidatura pessedista, poderia ter vencido o PTB<sup>61</sup>. Talvez o resultado do pleito tenha acelerado a aproximação entre os dois partidos a partir de 1951

A campanha de 1950 foi a última do PL com candidatura própria ou encabeçando uma chapa eleitoral. A partir de 1951, a aproximação com o PSD se tornará mais evidente, ao ponto de experimentarem pela primeira vez uma

ria). São Leopoldo/RS: Unisinos, 2008, p. 79.

<sup>61</sup> Douglas Angeli (2020, p.220) já havia alertado para o papel de divisão dos votos anti-PTB que a candidatura libertadora de Schneider ocasionou.

união, ainda que num pleito municipal. O crescimento do PTB, refletido na vitória de Dornelles e Pasqualini e o progressivo afastamento do PSD do Rio Grande do Sul em relação ao presidente eleito em 1950, Getúlio Vargas, eram os principais motivos para essas forças partidárias voltarem a tentar negociar e, dessa vez, chegarem a um acordo com a formação e consolidação da Frente Democrática a partir de 1951.

### *Considerações Finais*

O pleito de 1950 demarca um reposicionamento das forças políticas no Rio Grande do Sul. A partir do pleito municipal de 1951, PSD, UDN e PL unem forças para tentar barrar o avanço do PTB no estado. Tal aproximação, em se tratando de PL e PSD, foi possível devido ao afastamento definitivo dos pessedistas sul-rio-grandenses em relação à Vargas.

Nesse momento, é possível perceber a divisão entre dois blocos no estado: um bloco liderado pelo PTB e outro em torno das forças anti-PTB, conhecido como Frente Democrática. Longe de significar um “bipartidarismo de fato”, nos termos de Xausa e Ferraz (1981) - em que a disputa política tanto legislativa quanto executiva teria se resumido apenas a esses grupos e que despreza o papel das forças políticas menores, na qual se enquadra não apenas o PL, mas também agremiações tais como UDN, PRP, PSP, entre outras, que tinham função decisiva naquele sistema para desequilibrar a disputa para um ou outro lado, através de acordos, articulações e formação de alianças tanto eleitorais quanto parlamentares e governamentais - o que surgiu no sistema partidário sul-rio-grandense foi a coexistência entre o pluripartidarismo moderado nas eleições parlamentares e uma lógica bipolar nas eleições majoritárias.<sup>62</sup>

Tal lógica centralizou as forças antipetebistas em torno da estrela maior, o PSD. E nesse reposicionamento coube aos libertadores aproximarem-se desse grupo político, ainda que tivessem algumas restrições aos mesmos. Tais restri-

<sup>62</sup> PERES, Paulo; RIBAS, Vinicius de Lima. Multipartidarismo e bipolaridade: uma reconsideração da tese do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In: GROHMANN, Luís G. M. (org.). *Comportamento e Instituições Políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ CEGOV, 2018.



ções, como demonstra Anderson Torres, reapareceriam sempre que a aliança precisava ser renovada – ou seja, nos pleitos subsequentes.<sup>63</sup>

Ao fim, o que se pode perceber já nos pleitos aqui estudados, e que será ainda mais evidente nos seguintes, é que o PL tentou construir o seu posicionamento nesse novo sistema de forma ativa. Longe de ser um participante passivo do sistema partidário bipolar entre trabalhistas e antitrabalhistas, o PL Sul-riograndense articulou, negociou, barganhou dentro desse sistema, mostrando que era ativo nos processos eleitorais ao longo da República Democrática.

<sup>63</sup> TORRES, Anderson V. *O Partido Libertador e a República Democrática (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2023. No Prelo.



# VIII

## OS CAMINHOS DA OPOSIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: *a constituição do MDB e a candidatura de Cirne Lima em 1966*

GUSTAVO HENRIQUE KUNSLER GUIMARÃES

Após o golpe civil-militar, uma série de instrumentos foram utilizados para garantir a manutenção do governo que se instaurou, sendo que parcela significativa dessas medidas foram aglutinadas nos Atos Institucionais (AI). De maneira mais específica, o Ato Institucional n° 2 de 27 de outubro de 1965, em seu artigo 18, extinguiu e cancelou os registros dos partidos políticos vigentes no período. O ato complementar número 4, de 20 de novembro de 1965, orientou a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que teriam atribuições de partidos políticos e que posteriormente foram confirmadas como agremiações. Foi dentro desse contexto que surgiram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em nível nacional, como destaca Rodrigo Patto Sá Motta (1999), o MDB enfrentou dificuldades para se estruturar e se conectar com a opinião pública. O autor coloca alguns pontos para estas dificuldades, dentre elas a falta de identificação do eleitorado com os novos partidos formados “com a marca do autoritarismo e artificialismo” (1999, p. 117)<sup>1</sup>. Além disso, o Motta também cita a interferência do estado para obtenção do número mínimo de parlamentares

<sup>1</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora UFMG, 1999.

estipulado com base no Ato Complementar nº4 e ainda a presença de políticos conservadores na fileira da organização. Ao pensar o bipartidarismo no período ditatorial, Alessandro Batistella também levanta o artificialismo das agremiações criadas:

Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Portanto, o bipartidarismo foi um sistema artificial resultante do autoritarismo da ditadura militar, no qual a ARENA, com servilismo, referendava as decisões dos generais-presidentes, enquanto o MDB deveria desempenhar uma inócua oposição.<sup>2</sup>

No caso do Rio Grande do Sul, como bem destacado por Mercedes Cánepa<sup>3</sup> (2005), a migração dos quadros ocorreu a partir de um padrão instaurado ainda no período democrático. Salvo algumas exceções, enquanto as agremiações nucleadas em torno do Partido Social Democrático (PSD) migraram para os quadros da ARENA, o Partido Trabalhista Brasileiro e agremiações com orientação trabalhista constituíram o MDB. Assim, a eleição de 1966 para governador do estado do Rio Grande do Sul foi o primeiro pleito de nível estadual dentro dessa nova configuração. Esse episódio da história política do estado pretende ser analisado com mais profundidade neste texto.

Partindo de notícias publicadas nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, se pretende analisar a formação do Movimento Democrático Brasileiro no Rio Grande do Sul e a construção da candidatura emedebista para o governo do

<sup>2</sup> BATISTELLA, A. A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e simulacro de democracia. In: Charles Sidarta Machado Domingos; Alessandro Batistella; Douglas Souza Angeli; Luiz Alberto Grijó; Jonas Moreira Vargas. (Org.). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. 1ed. Passo Fundo: Acervus, 2020, v. 1, p. 367.

<sup>3</sup> CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul, 1945-1965*. UFRGS Editora, 2005.

estado, que teve Ruy Cirne Lima como candidato. A partir disso se busca compreender o processo de organização partidário do MDB, as razões para o famoso jurista ter sido a escolha emedebista, bem como o processo de desenvolvimento da candidatura e os mecanismos utilizados pelo governo para inviabilizar a mesma. Para isso será utilizada uma abordagem qualitativa, analisando as notícias publicadas pelos periódicos mencionados e que dialogam com a proposta do trabalho.

Este pleito, ainda que indireto, teve relevância significativa para a ditadura civil-militar. A candidatura de Cirne Lima possibilitaria a vitória da oposição e, simbolicamente, uma mensagem de que a dita “Revolução” não tinha legitimidade. A vitória da ARENA neste pleito teve ação decisiva do governo federal, como veremos no texto a seguir.

### *A reorganização partidária: Estruturação do MDB*

O Movimento Democrático Brasileiro, chamado por certo período de MODEBRAS e conhecido popularmente pela sigla MDB, atuou como partido de oposição à ditadura. Como analisado pelo historiador Alessandro Batistella, o regime implantado no Brasil em 1964 “procurou legitimar-se por meio de um contraditório arcabouço jurídico-institucional que, apesar da aparência de legalidade, impôs um sistema de censura, vigilância e repressão baseado no Terrorismo de Estado”<sup>4</sup>. Um dos pontos de sustentação para o funcionamento deste sistema foi o bipartidarismo.

Em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2, por meio do artigo 18, extinguiu e cancelou os registros dos partidos políticos no Brasil. Isso significava, na prática, o fim do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN) e tantas outras agremiações que compunham o sistema pluripartidário brasileiro. Como era de se esperar, os debates sobre o tema se intensificaram na esfera política. Devido ao recorte proposto neste texto, será analisado com maior ênfase o caso do PTB, visto que o partido compôs a maior parte da bancada emedebista durante

<sup>4</sup> BATISTELLA, op. cit., p. 406.

o bipartidarismo. Antes da extinção do partido, o presidente e líder da bancada petebista, Siegfried Heuser, discursou sobre o AI-2 na Assembleia Legislativa. Como informado pelo *Correio do povo*, o líder trabalhista:

Esteve na tribuna para revelar a posição de sua bancada, dizendo que se tratava de um “epílogo de cerca de 18 meses, cheio de contradições e pleno de frustrações populares”. Criticou os agentes da Revolução no país, dizendo que não conseguiram traduzir em atos administrativos as promessas e compromissos assumidos com o povo.<sup>5</sup>

O PTB enfrentava nesse período um processo de reorganização partidária intenso. Em 1965, Heuser já havia sido eleito presidente da executiva do Rio Grande do Sul, contudo, na executiva anterior de 1962, o político era o terceiro vice-presidente. Com João Goulart na presidência, João Caruso Scuderi atuando em Brasília, e o falecimento de Rui Vitorino Ramos, o político foi alçado, dada a conjuntura, à liderança do partido. Após o golpe civil-militar de 1964, o Ato Institucional n° 1 cassou as principais lideranças petebistas do Rio Grande do Sul, a exemplo de João Goulart e Leonel Brizola. Se seguiu então um processo de reorganização partidária, que havia gerado uma nova executiva petebista com Siegfried Heuser como presidente, Airton D’Ávila Barnasque como 1° vice-presidente, Norival Paranaguá de Andrade como 2° vice-presidente, Henrique Henkin como terceiro, José Mariano de Freitas Beck como quarto, Unírio Carrera Machado quinto e Álvaro Petracco da Cunha como sexto vice-presidente. O número de políticos na vice-presidência pode ser considerado um indicativo de que o partido procurava se organizar para manter sua estrutura ainda que ocorressem (e de fato ocorreram), outras cassações. Ponto interessante que se pode notar nessa configuração de executiva, é que os políticos mencionados, embora fossem nomes conhecidos, não costumam ser os primeiros lembrados quando se pensa no Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul, fato que pode ser verificado na historiografia sobre o tema. Aliás, a própria configuração da executiva foi motivo de debates acalorados. Conforme pontuado na coluna Notas Políticas, do *Diário de Notícias* “O deputado Zaire Nunes disse em uma roda que

<sup>5</sup> CORREIO DO POVO. *Debates em torno do novo Ato baixado pelo governo federal*. 28 out. 1965, p. 7.

“escolhemos o sr. Siegfried Heuser porque é um elemento fácil de mudar quando quisermos”<sup>6</sup>. Apesar da fala do deputado, Heuser seguiu na liderança do PTB até sua extinção e foi o primeiro presidente do Movimento Democrático Brasileiro, chefiando a agremiação até ser cassado em 1969.

Após certa indefinição acerca do futuro das agremiações partidárias no Brasil, a publicação do Ato Complementar nº4, de 20 de novembro de 1965<sup>7</sup>, discorreu sobre a criação de organizações que teriam atribuições de partidos políticos. Em seu primeiro artigo o AC-4 já informava que tal organização não poderia ter número inferior a 120 deputados e 20 senadores, tendo o prazo de 45 dias para sua criação. Analisando os artigos que compõem o Ato Complementar, se percebe que suas disposições inviabilizavam a manutenção do sistema pluripartidário, sendo essa uma característica anterior ao golpe.

No início do ano de 1966, ocorreram alguns movimentos por parte dos emedebistas para organização partidária. No mês de fevereiro, o MDB se posicionava na luta pela eleição direta, como pode ser observado em nota publicada na edição da coluna Panorama Político do *Correio do Povo*, de 05 de fevereiro de 1966:

[...] Não existe alternativa. Na prática do regime democrático, que a todos corresponde e incumbe o dever de preservar e fortalecer, só o voto direto e livre pode legitimar o Poder em termos de estabilidade política e social.

As forças oposicionistas do Rio Grande do Sul, portanto, fiéis ao espírito democrático que sempre inspirou o povo que representam, também não podem no momento deixar de clamar por eleições diretas em todos os níveis da República, reconhecendo e proclamando nelas o único caminho certo, na verdadeira democracia. Ao longo dele, e no respeito à vontade das urnas livres, é que os brasileiros podem se reencontrar na busca comum das liberdades públicas e no retorno a um estado de direito que assegurem o progresso da Pátria.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *PTB: Expurgado o deputado federal Croacy de Oliveira*. 25 mai. 1965, p. 5.

<sup>7</sup> BRASIL. Ato complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2023.

<sup>8</sup> CORREIO DO POVO. *Integrantes do partido oposicionista manifestam-se pelas eleições diretas*. 05 fev.

Apesar da insatisfação e busca pelo pleito direto, a situação não foi revertida, e, com a superação do momento, o partido voltou-se para dentro e discutiu a proporcionalidade na representação do futuro diretório emedebista, tendo sido esse um tema pertinente no mês de fevereiro de 1966, conforme demonstram os periódicos analisados. Na edição do dia 16, dentro da coluna Panorama Político do *Correio do povo*, foi informado que Jairo Brum, anteriormente vinculado ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR) havia encontrado Siegfried Heuser para negociar o ingresso dos ferraristas no MDB. Nesse diálogo, Brum teria solicitado 20 vagas no diretório, para um deputado federal, deputados estaduais e dirigentes do antigo MTR<sup>9</sup>.

A questão movimentou a semana política do futuro partido de oposição. Na edição de 18 de fevereiro, Heuser informou que o PTB não renunciaria às suas vagas para ampliação das vagas do MTR, no futuro diretório do MDB.

Falando à imprensa o deputado Siegfried Heuser disse que não há possibilidade de atender as reivindicações dos dirigentes do extinto MTR, no sentido de aumentar as vagas dos ferraristas no Diretório Regional, de 13 para 20. Afirmou que os integrantes do ex-MTR terão que permanecer com o número de 13 vagas, pois os líderes do extinto PTB não podem abrir mão de suas 70 vagas. Informou, ainda, que ao PDC caberão 5 vagas e ao PSD outras 13 vagas, atingindo um total de 101 cargos no Diretórios.<sup>10</sup>

Conforme notícia publicada no *Correio do Povo*, ocorreram avanços nos entendimentos sobre a composição do diretório ao longo do mês. Na edição do *Correio do Povo* de 15 de março, se afirmou que o extinto MTR seria representado por 20 vagas no diretório, o ex-PTB com 70 vagas, o ex-PSD com 10 vagas e o ex-PDC com três vagas.<sup>11</sup> Durante esse processo, o Tribunal Superior Eleitoral reconheceu ARENA e MDB como organizações partidárias, mas “seus nomes não continham o termo partido provavelmente devido à determinação do AC-4

1966, p. 7.

<sup>9</sup> CORREIO DO POVO. *Heuser, Jairo e Von Muhlen debatem vagas do diretório*. 16 fev. 1966, p. 7.

<sup>10</sup> CORREIO DO POVO. *PTB não abrirá mão de suas vagas para ampliar participação do MTR*. 18 fev. 1966, p. 7.

<sup>11</sup> CORREIO DO POVO. *Integrantes do PDC no diretório do MDB*. 15 mar. 1966, p. 7.



que aludia à formação de “organizações provisórias” para concorrer às eleições legislativas de 1966.<sup>12</sup> (KINZO, 1988, p. 30).

Além da questão de representatividade na nova agremiação, havia também a constituição da executiva sul-rio-grandense. Após votação ocorrida no início do mês de maio, a executiva do MDB no Rio Grande do Sul teve sua composição efetiva empossada, mantendo Siegfried Heuser – último presidente do PTB –, na liderança do agora partido de oposição. Ainda faziam parte da executiva: Marcírio Goulart Loureiro, Hermes Pereira de Souza e Walter Von Muhlen, como vice-presidentes, na respectiva ordem. Aldo Fagundes estava como secretário geral, Valdir Lopes como tesoureiro, João Brusa Netto, Leônidas Xausa, José Mariano Beck, Otávio Caruso da Rocha e Osmar Lautenschleiger como vogais<sup>13</sup>. A fim de compreender a representação partidária dentro da executiva emedebista, se destaca que a presidência e a primeira vice-presidência ficaram nas mãos de ex-petebistas. A segunda vice-presidência com um ex-PSD, que fazia parte do grupo que apoiava Juscelino Kubitschek e o terceiro vice-presidente descendente do MTR. O secretário geral, o tesoureiro e dois vogais eram ex-petebistas. Sobre os vogais que completavam essa executiva: Leônidas Xausa era ex-PDC; Osmar Lautenschleiger ex-MTR; e Otávio Caruso da Rocha se inseriu na política partidária já no período do MDB.

A partir da constituição da executiva emedebista, foi iniciado o processo de formação dos diretórios municipais, cujo objetivo era estruturar o partido no estado e cumprir os requisitos estipulados na legislação. Tal questão aparenta ter logrado êxito, visto o número relevante de municípios representados na convenção de homologou a candidatura de Cirne Lima para o governo do estado do Rio Grande do Sul, como pode ser observado em publicação *do Diário de Notícias*: “A Convenção do MDB foi presidida pelo deputado Marcírio Loureiro, contando com a presença de convencionais de mais de 170 municípios

<sup>12</sup> KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. Edições Vertice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Márcio Soares. *Assimetrias na travessia: a cisão do emedebismo gaúcho*. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8335>. Acesso em: 28 abr. 2023.

rio-grandenses, onde foram organizados os Diretórios Partidários”<sup>14</sup>.As ações emedebistas durante a tentativa efêmera de lançar Cirne Lima como o candidato que poderia alcançara vitória, ainda que com tantos entraves juridicamente criados pelo governo ditatorial, merece maior aprofundamento.

### *A candidatura de Cirne Lima nas eleições de 1966*

O pleito de 1966 para sucessão estadual, decidido de maneira indireta, se configurou como a primeira eleição onde ARENA e MDB estiveram envolvidos. Do lado da Aliança Nacional Renovadora, dois candidatos surgiram e tiveram uma intensa disputa intrapartidária: Walter Peracchi Barcelos e Tarso Dutra. Esse trabalho não tem por objetivo analisar o processo de escolha da candidatura arenista, muito embora a tenha abordado em alguns momentos apenas para contextualizar o pleito já que possui características muito específicas dada a construção dos candidatos, conforme apontou Carlos Cortés:

Duas facções se formaram, uma em apoio ao ministro do Trabalho, Walter Peracchi Barcellos, e outra ao deputado federal Tarso Dutra, ambos pessedistas, veteranos que haviam perdido em tentativas anteriores para eleger-se governador.

Para o presidente Castelo Branco, Peracchi, que baseava sua força na ala minoritária do PSD e na maioria dos antigos udenistas, libertadores e democratas-cristãos era o “homem no Rio Grande do Sul”. A força de Dutra residia na sua maioria dentro do PSD e no ainda coeso Partido de Representação Popular. Ele também tinha estreitas ligações políticas com o ministro da Guerra, marechal Arthur da Costa e Silva, gaúcho favorito à sucessão de Castelo Branco na presidência.<sup>15</sup>

Do lado emedebista diversos nomes foram aventados, mas se chegou a um consenso em torno de Ruy Cirne Lima. Mas, afinal, quem era Ruy Cirne Lima? Porto-alegrense, se formou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do

<sup>14</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *MDB homologou a candidatura de Cirne Lima*. 13 jul. 1966, p. 5.

<sup>15</sup> CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. EDIPUCRS, 2007, p. 308-309.

Rio Grande do Sul no ano de 1928, onde posteriormente atuou como professor. Conforme registrado na obra de Elmar Bones:

Aos 58 anos, casado, seis filhos, Cirne Lima vivia para suas aulas de Direito Administrativo, suas pesquisas, seus textos eruditos. Era uma unanimidade como mestre do Direito e da Filosofia. Mantinha um escritório de advocacia, de escassa atividade, atuando mais como consultor, dando pareceres. Fora do campo do Direito, só as suas obrigações de católico fervoroso, que ia à missa diariamente, ocupavam seu tempo.

Na juventude havia se dedicado à literatura. Aos 20 anos, era o mais moço de um grupo de intelectuais que se reuniam na Livraria do Globo ou na Confeitaria Colombo, no centro de Porto Alegre. Ali também aparecia Getúlio Vargas, que começava a tornar-se um fenômeno político e ainda mantinha o hábito de frequentar esporadicamente as rodas de intelectuais na Rua da Praia, mas Ruy Cirne Lima dele não se aproximou. A política, como ele mesmo dizia, o interessava “escassamente”.<sup>16</sup>

Ainda que o interesse pela política fosse escasso, como informa o autor da principal obra dedicada ao tema, Cirne Lima já havia atuado em cargos políticos antes mesmo da indicação de seu nome para concorrer pelo Movimento Democrático Brasileiro ao governo do estado. Em notícia publicada na capa da edição de 7 de junho de 1964 do *Diário de Notícias*, sob o título “Ruy Cirne Lima aceita Fazenda”, o periódico informava que o jurista ingressava no governo estadual:

Aceitando o convite que lhe fez o governador Ildo Meneghetti, o professor Ruy Cirne Lima será o novo secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. Catedrático da Faculdade de Direito da URGs, o professor Cirne Lima tem o seu nome incorporado aos dos mais destacados juristas brasileiros. É autor de “Princípios de Direito Administrativo”, de outras obras jurídicas citadas também, por tratadistas estrangeiros. O novo secretário da Fazenda, ainda recentemente, após a revolução democrática, presidiu a comissão de juristas gaúchos designada pelo governador para manifestar-se sobre as implicações do Ato Institucional do RGS.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> BONES, Elmar. 1966, *a conciliação impossível: a candidatura Ruy Cirne Lima ao governo do Rio Grande do Sul*. Carmen Langaro Produção Cultural, 2014, p. 15.

<sup>17</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Ruy Cirne Lima aceita Fazenda*. 07, jun. 1965, p. 1.

Apesar desse período no governo Meneghetti, Cirne Lima não chegou ao final da gestão, saindo da pasta antes. Sem vinculação partidária, e afastado da vida pública desde quando fora secretário, seu nome voltou a ser mencionado para candidato ao governo do estado do Rio Grande do Sul pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro.

No primeiro mês de 1966, o Ato complementar nº 7, de 31 de janeiro<sup>18</sup>, alterou os atos complementares 4 e 5 do ano anterior e fixou as diretrizes para as eleições diretas e indiretas de 1966. Nesse momento, possíveis candidaturas foram levantadas na esfera política, no caso emedebista mencionadas desde o início de 1966. Em 6 de janeiro de 1966 – antes da fundação formal do MDB como partido político –, encontrava-se em destaque a notícia “Xausa propõe prof. Rubem Maciel como candidato do MDB à sucessão estadual”<sup>19</sup>, inserida no espaço “Panorama Político” do jornal *Correio do Povo*. Em 23 de março de 1966, a mesma seção do periódico pontuava que Cirne Lima era bem recebido pelas agremiações:

O nome do professor Ruy Cirne Lima aparece como candidato de ponderáveis áreas da opinião pública, com repercussão tanto na ARENA como na oposição, que defendem a tese de que o Estado necessita de um elemento de elevado gabarito cultural e autoridade moral para os próximos quatro anos, que deverão ser de recuperação econômico-financeira. A atuação do professor Cirne Lima na Secretaria da Fazenda granjeou-lhe grande simpatia popular, principalmente entre o funcionalismo e o magistério. (CORREIO DO POVO, 23/03/1966, p. 7)<sup>20</sup>.

Ainda que o nome tenha circulado entre os meios políticos do período desde o primeiro trimestre de 1966, a possível candidatura do jurista começou a ganhar forma apenas no mês de junho. Em 26 de junho, a notícia “MDB e quatro da ARENA convidam Cirne Lima para ser seu candidato”, publicada na coluna

<sup>18</sup> BRASIL. *Ato complementar nº 7, de 31 de janeiro de 1966*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/acp/acp-007-65.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-007-65.htm). Acesso em: 27 abr. 2023.

<sup>19</sup> CORREIO DO POVO. *Xausa propõe prof. Rubem Maciel como candidato do MDB à sucessão estadual*. 06 jan. 1966, p. 7.

<sup>20</sup> CORREIO DO POVO. *Círculos políticos passam a examinar o problema sucessório do Rio Grande*. 23 mar. 1966, p. 7.

Notas Políticas do jornal *Diário de Notícias*, pontuava que deputados do MDB e quatro deputados da ARENA haviam convidado Cirne Lima para candidato ao governo do estado, fazendo a entrega do seguinte documento:

“Exmo. sr. professor Ruy Cirne Lima. Os deputados que este subcrevem, meditando acerca da responsabilidade que lhes é atribuída de escolher o futuro governador do Rio Grande do Sul, convictos de que interpretam os sentimentos e aspirações da população rio-grandense, resolvem consultar ao eminente patrício se aceita ser indicado para governar o nosso Estado, sem outros compromissos que não os de porfiar por mantê-lo num ambiente de paz, de concórdia, de justiça, de respeito à lei e desse modo assegurar, através do trabalho, o progresso e o bem-estar de todos, e contribuir, com a afirmação da autonomia provincial, para o regular desenvolvimento do Brasil”<sup>21</sup>

O documento apresentado foi assinado pelos parlamentares: Pedro Simon, Honório Severo, Suely Oliveira, José Sanseverino, Airton Barnasque, Marcílio Loureiro, Álvaro Petracco da Cunha, Noly Joner, Wilmar Tabora, Flávio Ramos, Walter Bertolucci, Darcilo Giacomazzi, Siegfried Heuser, João Brusa Netto, José Fidélis Coelho, Hélio Fontoura, Henrique Henkin, Ivo Sprandel, Lidovino Fanton, Osmar Lautenschleiger, Alcides Costa, Enilton Grill, Cândido Norberto, Aldo Fagundes, Darcy Von Hoonholtz, Seno Ludwig, Carlos Santos, Moab Caldas, Harry Sauer, Waldir Lopes e Dario Beltrão. Na edição de 29 de junho do *Correio do Povo*, na coluna Panorama Político, Siegfried Heuser pontua que “admitia a candidatura de Cirne Lima nos termos em que foi lançada”<sup>22</sup>

No clássico capítulo *O Surgimento do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas Eleições de 1966*, Leônidas Xausa e Francisco Ferraz apontam uma interpretação para a opção do Movimento Democrático Brasileiro por Cirne Lima:

Consciente de que o poder lhe era remoto e proibido, evoluiu para a consideração de uma candidatura cuja respeitabilidade e

<sup>21</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *MDB e quatro da ARENA convidam Cirne Lima para ser seu candidato*. 26 jun. 1966, p. 5.

<sup>22</sup> CORREIO DO POVO. *Ganha corpo e interesse incomuns o problema sucessório rio-grandense*. 29 jun. 1966, p. 8.

prestígio a credenciava como uma solução elevada e suprapartidária. Assim, impossibilitado de atingir diretamente pela normatividade o poder, prefere no Governo do Estado um árbitro a um adversário.<sup>23</sup>

É válida a interpretação dos autores ao fazer a análise da conjuntura posta para as eleições de 1966. O que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964, atingiu diretamente o estado democrático. Para garantir e consolidar o regime no poder, foram criados diversos dispositivos jurídicos que não davam mobilidade à oposição, que teve, inclusive, sua própria criação vinculada a tais dispositivos, neste caso os já citados AI-2 e AC-4. Assim, a candidatura de Ruy Cirne Lima pode ser entendida como uma estratégia de retomar o poder em nível estadual e, ainda que isso não gerasse o retorno da democracia no país, ao menos poderia frear o autoritarismo e oferecer alguma possibilidade de atuação da oposição no poder decisório.

Como era de se esperar, a candidatura do jurista balançou as bases governistas no estado e Brasil. Como foi possível verificar, diversas notícias – sobretudo no jornal *Diário de Notícias* –, procuraram desqualificar a candidatura emedebista, colocando o movimento como uma tentativa subversiva do partido de voltar ao governo, e em alguns casos mencionando, inclusive, que tal iniciativa teria partido de Montevidéu (onde Leonel Brizola estava exilado) ou de Moscou (se referindo a ligação com o Partido Comunista). Acerca dessas menções, se destaca o texto publicado na capa da edição de 28 de junho do *Diário de Notícias*, sob o título “A outra fase da subversão”. O texto colocou que “esperava-se que a oposição, que alimenta um surdo revanchismo, desferisse um golpe dessa natureza, onde não falta a perspicácia de políticos treinados em Moscou e Havana”<sup>24</sup>. A publicação vai além procurando associar a candidatura ao comunismo:

Inútil, ainda argumentar com a necessidade de uma frente única para salvar o Rio Grande. De quem se comporá essa frente única? Do sr. Darcy Von Hoonholtz, comunista confesso, membro

<sup>23</sup> XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. *O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966*. Os Partidos Políticos no Brasil, v. 2, 1981, p. 162.

<sup>24</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *A outra face da subversão*. 28 de jun. 1966, p.1.

do Comitê Regional do PCB. Dos implicados no movimento guerrilheiro do Coronel Jeferson, desbaratado pelas Forças Armadas? Constituir-se à tal frente única dos pombos-correios que semanalmente atravessam a fronteira para buscar a orientação do sr. Leonel Brizola e de outros políticos hoje aberta e francamente mancomunados com Havana?<sup>25</sup>

Na publicação fica perceptível a ânsia em taxar a candidatura de Cirne Lima como comunista e afirmar que tais ações estavam sendo maquinadas por Brizola e políticos ligados a Cuba. Essas publicações não podem ser consideradas como um item novo na agenda do período, isso porque:

O terror anticomunista foi artificialmente insuflado, visando a obtenção de ganhos políticos, eleitorais e até pecuniários. Porém, isso não altera o fato de que muitos grupos e indivíduos anticomunistas agiam movidos por convicções ideológicas, e não de forma oportunista.<sup>26</sup>

No mesmo texto foi informado que o MDB havia procurado alguns militares para oferecer a candidatura. Apesar de se reconhecer a possibilidade, as demais fontes analisadas não ofereceram nenhum registro deste tipo de aproximação, apenas a compreensão de que ocorreu um movimento para o lançamento da candidatura de Cirne Lima pela sigla da ARENA. Como informado na coluna Notas Políticas, do *Diário de Notícias*, na edição de 03 de julho de 1966, o político Brito Velho, anteriormente ligado do Partido Libertador (PL), argumentou pela candidatura de Cirne Lima pela ARENA, durante a convenção que definiu o candidato da agremiação ao governo estado. Contudo, durante sua fala recebeu constantes vaias dos partidários, e sua proposição não obteve avanço. Na sequência, os presentes na convenção participaram de votação que consagrou Peracchi Barcellos como candidato com 252 votos, contra os 236 de Tarso Dutra<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020, p. 306.

<sup>27</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Brito Velho quis lançar Cirne Lima e foi vaiado na Convenção da ARENA*. 03 jul. 1966, p. 5.

Do ponto de vista político, a candidatura de Cirne Lima foi apresentada como um elemento de unificação, de coesão na política sul-rio-grandense. Contudo, essa visão não foi replicada pela ARENA, que se manteve firme na candidatura de Peracchi Barcellos. No MDB a candidatura representava, em certa medida, uma concessão que possibilitaria alcançar um denominador comum até o caminho para o retorno da democracia. A obra de Elmar Bones, sobre o episódio destaca que:

O fato, até então tratado em sigilo, ganhou manchetes em todos os jornais. Imediatamente, propagou-se uma onda de apoios sem precedentes – da imprensa ao arcebispo, das federações de empresários aos grêmios estudantis, da Associação dos Pais de Família do RS (18 mil sócios) ao Círculo Militar de Porto Alegre e aos “formandos da PUC”.<sup>28</sup>

Já considerado como o candidato emedebista, na edição de 06 de julho de 1966, a publicação “Cirne se rebela contra Castelo e a Revolução” veiculada no *Diário de Notícias*, denotou o descontentamento do jurista com as cassações e suspensão de direitos políticos que atingiram parlamentares como Darcy Von Hoonholtz, Hélio Fontoura, Álvaro Petracco da Cunha e Carlos Moraes Rodrigues.

O periódico publicou o texto, reproduzido a seguir:

Não compreendo como possa haver por alheia à contingência eleitoral a cassação de mandatos legislativos que, seja qual for sua motivação ou finalidade, afetará inevitavelmente a composição dos corpos legislativos, enquanto colégios eleitorais. A Emenda Constitucional nº 15, precisamente de 5 de julho do ano passado, renunciou sumariamente a nulidade de pleno direito de todos os atos de administração pública, concernentes ao ingresso de pessoal e à aquisição de material, susceptíveis de serem suspeitados de favorecimento, porque praticados no período abrangido entre os 90 dias anteriores às eleições e o termo dos mandatos executivos a serem assim renovados. Como compreender, pois, se tenha por

<sup>28</sup> BONES, Elmar. 1966, *a conciliação impossível: a candidatura Ruy Cirne Lima ao governo do Rio Grande do Sul*. Carmen Langaro Produção Cultural, 2014, p. 71.



estranho ao processo eleitoral vigente ato de natureza extraordinária, como cassação de mandatos legislativos, que, não indiretamente, como aqueles outros, mas diretamente, influiu sobre o desenvolvimento mesmo das eleições, ferindo os próprios exercentes da função eleitoral, os próprios eleitores? No plano eleitoral, a providência é insusceptível de justificação e este, certamente, há de ser o sentir de todos os brasileiros”.<sup>29</sup>

Sobre a dissidência arenista que apoiaria a candidatura da Cirne Lima, a ARENA pensava em uma ação. Na edição de 8 de julho do *Diário de Notícias*, dentro da coluna Notas Políticas, se publicava a possibilidade de expulsão de Paulo Brossard, Honório Severo, Dario Beltrão e José Sanseverino do quadro partidário da ARENA<sup>30</sup>. É importante destacar que ainda no mês de julho, os deputados Honório Severo e Paulo Brossard encaminharam comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), informando que não pertenciam mais à ARENA, conforme consta na edição de 15 de julho do *Diário de Notícias*<sup>31</sup>. Contudo, a questão mais latente da primeira quinzena de julho era a aguardada convenção do MDB para definição do candidato à sucessão estadual. A convenção emedebista foi dirigida por Marcílio Loureiro, presidente em exercício da executiva e, conforme publicação no *Diário de Notícias*:

Inicialmente foi aprovado o regimento interno o conclave e logo após falou o presidente em exercício do MDB deputado Marcílio Loureiro, o qual em longo discurso situou a posição do seu Partido face a candidatura do sr. Cirne Lima. Nesse pronunciamento o orador salientou a importância da decisão de sua bancada ao indicar aquela candidatura, sem qualquer compromisso se não aquele de servir ao nosso Estado. Terminado o discurso do presidente, iniciou-se o processo de votação por parte dos 210 convencionais em condições de darem seu voto na Convenção partidária.<sup>32</sup>

Até este momento, o candidato emedebista possuía vantagem e seria elei-

<sup>29</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Cirne se rebela contra Castelo e a Revolução*. 06 jul. 1966, p. 5.

<sup>30</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *ARENA cogita da expulsão dos quatro*. 08 jul. 1966, p. 5.

<sup>31</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Ponto Morto*. 15 jul. 1966, p. 5.

<sup>32</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *MDB homologou a candidatura de Cirne Lima*. 13 jul. 1966, p. 5.

to governador do Rio Grande do Sul. Dos 52 deputados em exercício na Assembleia Legislativa, 28 deles garantiriam a vitória de Cirne Lima, sendo 24 do MDB e outros 4 da ARENA. Para que tal fato não ocorresse, seria necessária uma intervenção em nível federal, que de fato ocorreu. Conforme consta na coluna Panorama Político, da edição de 20 de julho do *Correio do Povo*, a política sul-rio-grandense ficou impactada com a cassação dos direitos políticos dos deputados Cândido Norberto, Osmar Lautenschleiger, Wilmar Taborda e Seno Ludwig, todos dos MDB. Como o Ato complementar n° 14<sup>33</sup>, que vedava a efetivação dos suplentes no lugar dos cassados já estava em vigor, a bancada emedebista estava desfalcada. Esta medida foi acompanhada de outra ação, o Ato Complementar n° 16<sup>34</sup> que estabelecia normas para as eleições e foi organizado em apenas dois artigos, tornava nulo o voto do deputado que votasse em candidato de outra organização partidária. No caso gaúcho, impossibilitava que os políticos arenistas que apoiaram a candidatura de Cirne Lima confirmassem a mesma na eleição. Após ações tão impactantes, o MDB do Rio Grande do Sul entrou em contato com Siegfried Heuser, presidente da executiva que se encontrava na Europa, e procurou organizar uma reunião para analisar quais seriam os próximos passos.

A bancada do MDB na Assembleia Legislativa, frente aos acontecimentos, publicou uma forte nota à imprensa:

A Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com assento na Assembleia Legislativa, tendo presente a nova situação política criada em decorrência dos atos baixados, no dia de ontem, pelo Senhor Presidente da República, resolve, pela unanimidade dos seus integrantes adotar, para juízo da opinião pública do Estado e do país as seguintes decisões:

1- Repudiar e condenar, de forma a mais veemente, as medidas de triste e ignominiosa inspiração que, sobre terem importado na sumária e odiosa cassação do mandato de mais quatro parlamentares, resultaram em profunda alteração do quadro sucessório, agora

<sup>33</sup> BRASIL. *Ato complementar n° 14 de 30 de junho de 1966*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/acp/acp-14-66.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-14-66.htm). Acesso em: 26 abr. 2023.

<sup>34</sup> BRASIL. *Ato Complementar n° 16, de 15 de julho de 1966*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/acp/acp-16-66.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-16-66.htm). Acesso em: 26 abr. 2023.

definido em termos de clamorosa afronta ao princípio federativo e às mais caras tradições de independência, de liberdade e de alterneria do bravo povo gaúcho:

2- Manter uma permanente e invariável linha de crítica candente e combate sistemático a tudo quando diga atos emanados do Senhor Presidente da República, o grande responsável pelo clima de ódio e injustiças que se implantou no país e, particularmente, no Rio Grande do Sul, hoje postergado e humilhado no seio da comunidade nacional;

3- Propor ao Gabinete Executivo a reunião imediata da Comissão Diretora Regional para deliberar sobre a simultânea renúncia, de parte dos respectivos titulares, aos mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, e a dissolução da agremiação e a não participação de candidatos nas eleições de novembro próximo a fim de que se possa, com tais medidas, desmascarar, de uma vez por todas, a verdadeira farsa democrática que marca e assinala o regime dominante em nossa Pátria;

4- Encaminhar o teor das decisões tomadas à Direção nacional do MDB, para que as mesmas sejam, igual e imediatamente, adotadas no plano federal.<sup>35</sup>

O ponto de maior expressão da nota publicada pelos deputados emedebistas se referia à dissolução da agremiação e renúncia dos políticos. Sobre esse último ponto, o presidente da executiva sul-rio-grandense afirmou ao *Correio do povo* que “haverá renúncia coletiva se isto puder valer para apressar a volta do País ao regime democrático. O MDB gaúcho sempre lutou de acordo com os dispositivos da lei que limitou a vida dos partidos e, até agora, tem conseguido superar todas as dificuldades que lhe tem sido criadas”<sup>36</sup>.

Na primeira semana de agosto, Siegfried Heuser, falando em nome do MDB, teceu explicações sobre a escolha de Cirne Lima como candidato da agremiação para o governo do estado do Rio Grande do Sul:

Em momento difícil para a paz política, o MDB gaúcho superou todas as dificuldades partidárias e ofereceu a um eminente

<sup>35</sup> CORREIO DO POVO. *Repercutiram ontem no legislativo os atos que alteraram colégio eleitoral*. 21 jul. 1966, p. 8.

<sup>36</sup> CORREIO DO POVO. *MDB gaúcho vinculará futura posição ao que for decidido no plano nacional*. 27 jul. 1966, p. 7.

professor de direito os votos da sua representação na Assembleia Legislativa. Fizemos isto como um dever político, conscientemente exercido, pensando na terra, pensando no povo, pensando na conjuntura sócio administrativa que nosso Estado está entregue. A candidatura Ruy Cirne Lima não é nossa, partidariamente falando. [...] Esse conagraçamento decorria e decorre da necessidade sentida pela Oposição de somar esforços pela recuperação do nosso Estado, acima dos propósitos políticos imediatos, por mais desejáveis que fossem.<sup>37</sup>

Elemento importante, e não tanto mencionado na historiografia, se observa quando o MDB tentou impugnar a candidatura de Peracchi Barcellos por inelegibilidade. A informação consta na capa da edição de 18 de agosto do *Correio do Povo*. Segundo noticiado, a base para o pedido de impugnação seria o fato do candidato arenista ser diretor de uma empresa, “que gozava de favores fiscais, isenção tributária até 1973 e não se haver afastado dela até três meses antes do pleito eleitoral.” (CORREIO DO POVO, 18/08/1966, p. 1)<sup>38</sup>. Como se sabe, Peracchi Barcellos não teve sua candidatura impugnada. Face todo o contexto que marcou o processo eleitoral, o MDB decidiu retirar a candidatura de Cirne Lima para o governo estadual, publicando uma nota oficial divulgada na imprensa. A nota, organizada em sete pontos, demarcou de maneira firme o descontentamento do partido de oposição:

1° - Recebeu, em data de ontem, carta do prof. Ruy Cirne Lima, homem público e apoiado para o Governo do Estado, pela maioria absoluta da Assembleia Legislativa e indicado unanimemente por Convenção do MDB, manifestando desistência do registro de sua candidatura, por considerar intolerável o convívio eleitoral indireto nos termos de violência e arbítrio em que foi desfigurado.  
2° - Este Gabinete e a Bancada Estadual acolheram, e com ela comemuram a justa repulsa do eminente rio-grandense à farsa prepotente a que foi submetida a sucessão estadual declarando-o assim publicamente desobrigado de compromissos eleitorais com este Movimento.

<sup>37</sup> CORREIO DO POVO. *Presidente do MDB gaúcho define orientação traçada pela oposição*. 05 ago. 1966, p. 7.

<sup>38</sup> CORREIO DO POVO. *MDB gaúcho impugna candidatura de Peracchi por inelegibilidade*. 18 ago. 1966, p. 1.

3º - Todo episódio da sucessão gaúcha constitui o definitivo desmascaramento dos propósitos do Poder Central, que espezinha a autonomia do Estado.

4º - O candidato do Governo não só é minoritário na Assembleia Legislativa, como também é inelegível.

5º - Por isso, o MDB, nesta data, está arguindo perante a Egrégia Justiça Eleitoral, a imprescritível inelegibilidade do candidato oficial, incurso que está nos próprios dispositivos legais armados pelo atual regime.

6º - Este Gabinete reitera a sua solidariedade aos deputados Estaduais que foram sacrificados em seus mandatos populares para que o quórum do Poder Legislativo fosse ajustado aos interesses do candidato imposto.

7º - Este Gabinete, não obstante sua inconformidade com o processo eleitoral instituído no País, continua empenhado na missão histórica de luta pela redemocratização das instituições nucleando as forças que desejam o Brasil fiel à formação de sua gente, que espira viver sob a égide de um regime de respeito à justiça e à liberdade democrática.<sup>39</sup>

A nota estabeleceu um tom de crítica ácido em relação à eleição, pois não apenas pontuava a retirada da candidatura de Cirne Lima, tendo ido além, discorrendo sobre a corrosão do processo eleitoral face aos Atos complementares e às cassações de deputados emedebistas. O texto ainda elucidava que sem estas ações o candidato Cirne Lima seria eleito, pois Peracchi era minoria entre os deputados da Assembleia, além de destacar a tentativa de impugnação da candidatura de Peracchi e reafirmava a luta do partido pelo retorno da democracia no país.

O MDB também procurou organizar uma sublegenda para os candidatos que votariam em Cirne Lima, visando as eleições para deputado estadual, federal e senado. É dentro deste contexto que Paulo Brossard<sup>40</sup> ingressou no partido. Sobre a eleição de Peracchi Barcellos, a posição do MDB foi a de não comparecer na eleição indireta. Assim estiveram ausentes: Aldo Fagundes, Airton Barnasque, Brusa Netto, Carlos Santos, Darcilo Giacomazzi, Enilton Grill,

<sup>39</sup> CORREIO DO POVO. *Nota oficial do MDB*. 18 ago. 1966, p. 7.

<sup>40</sup> Se emprega o termo ingresso visto que o político não chegou formalmente a estar filiado a ARENA.

Flávio Ramos, Fidélis Coelho, Harry Sauer, Henrique Henkin, Ivo Sprandel, Lidovino Fanton, Moab Caldas, Marcírio Loureiro, Nolly Joner, Pedro Simon, Siegfried Heuser, Suely de Oliveira, Valdir Lopes e Walter Bertolucci. Se somaram ainda aos deputados emedebistas ausentes Paulo Brossard e Honório Severo.<sup>41</sup>

Ainda que a ausência dos deputados firmasse um ponto importante na inconformidade sobre o processo de sucessão estadual, ela não alterou a eleição de Walter Peracchi Barcellos para o governo do estado do Rio Grande do Sul. A oposição agora se voltava para outro processo: as eleições de novembro para deputados estaduais e federais e para o Senado.

### *Considerações Finais*

O golpe que implantou a ditadura civil-militar no Brasil em 1964, procurou solidificar o sistema instaurado a partir de dispositivos jurídicos. Além das imediatas cassações que afetaram com significativa força o Partido Trabalhista Brasileiro, a extinção dos partidos políticos no Brasil e os atos complementares que seguiram após o AI-2 tiveram repercussões negativas no espaço político-partidário do período. As forças políticas foram reorganizadas a partir do sistema bipartidário, onde a Aliança Renovadora Nacional foi a organização partidária de apoio ao regime e o Movimento Democrático Brasileiro de oposição. No estado do Rio Grande do Sul, a organização do bipartidarismo seguiu, em linhas gerais, clivagens já existentes no estado. Enquanto os partidos nucleados na Ação Democrática Popular (ADP) formaram a ARENA, os partidos nucleados em torno do PTB, organizaram o MDB.

Nesse processo, a primeira eleição dentro da lógica bipartidária ocorreu em 1966, para eleger de maneira indireta governadores de diversos estados do Brasil. No Rio Grande do Sul, enquanto Tarso Dutra e Walter Peracchi Barcellos disputavam a preferência dos arenistas, sendo esse último escolhido como candidato, no Movimento Democrático Brasileiro ocorreu a escolha de forma unânime do

<sup>41</sup> CORREIO DO POVO. *23 votos garantiram eleição de Peracchi*. 04 set. 1966, p. 1.

jurista e professor Ruy Cirne Lima. A candidatura de Cirne Lima pelos emedebistas agitou a cenário político nacional, sobretudo sul-rio-grandense. Analisando diversas publicações nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, se percebe que o MDB fez um movimento astuto, no sentido de possibilitar a eleição do candidato. Cirne Lima além de contar com os votos da bancada emedebista teria ainda o apoio dos deputados Paulo Brossard, Honório Severo, Dario Beltrão e José Sanseverino, o que garantiria sua eleição, ainda que de maneira indireta.

O regime, procurando garantir a vitória de seu candidato, criou caminhos jurídicos que inviabilizariam a eleição do Ruy Cirne Lima. Para isso, os principais dispositivos jurídicos que impossibilitaram a eleição do candidato do MDB foram as cassações de diversos deputados estaduais, o Ato complementar nº 14 que vedava a efetivação dos suplentes e o Ato Complementar nº 16, conhecido como “Ato de Fidelidade partidária”, que tornava nulo o voto do deputado que optasse por candidato de outra organização partidária. Após tantas restrições, Cirne Lima solicitou ao MDB que sua candidatura fosse retirada, sendo Walter Peracchi Barcellos eleito como candidato único. Os deputados do Movimento Democrático Brasileiro não compareceram à Assembleia e, alguns dias depois, o partido organizou uma sublegenda para abrigar os políticos que apoiaram a candidatura emedebista.

Analisando a estratégia adotada pelo partido de oposição, se considera a leitura feita por Leônidas Xausa e Francisco Ferraz pertinente, pois o MDB “impossibilitado de atingir diretamente pela normatividade o poder, prefere no Governo do Estado um árbitro a um adversário” (XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 162). Não efetivada a eleição do jurista, a bancada do MDB na Assembleia propôs a renúncia dos políticos com mandatos legislativos vigentes e a dissolução da agremiação. Como se sabe, tal ação não se efetivou e a organização partidária se fez presente nas eleições para deputado estadual, federal e senador ainda em 1966 e nas seguintes, sendo dissolvida apenas no ano de 1979, já no processo de reorganização pluripartidária no país.





# IX

## A GÊNESE E OS ANOS INICIAIS DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) NO RIO GRANDE DO SUL (1965-1970)

ALESSANDRO BATISTELLA

Após o golpe civil-militar de 1964, implantou-se no Brasil uma ditadura militar que buscou legitimar-se por meio de uma fachada jurídica, a partir de uma série de Atos Institucionais e de Atos Complementares<sup>1</sup>, além de praticamente outorgar a Constituição de 1967, criando um sistema político híbrido: não foram extintos os poderes Legislativo<sup>2</sup> e Judiciário, embora seus poderes e autonomia tenham sido restringidos consideravelmente; mantiveram-se abertos, embora periféricamente, alguns canais de participação política aos civis, ao mesmo tempo em que se edificou um sistema político extremamente fechado no tocante às decisões essenciais – que ficaram restritas aos militares; não foram eliminadas as eleições parlamentares, mas instituíram-se as eleições indiretas para presidente da República e governadores estaduais.<sup>3</sup>

Esse tortuoso e contraditório arcabouço jurídico visava a camuflar a im-

<sup>1</sup> A ditadura decretou 17 Atos Institucionais, 104 Atos Complementares, 11 decretos-secretos e mais de dois mil decretos-leis, que constituíram a tessitura principal do emaranhado de leis que marcaram a consolidação dos princípios autoritários brasileiros. In: NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 80.

<sup>2</sup> Convém lembrar que, durante a ditadura, o Congresso foi fechado temporariamente em três ocasiões: em 1966, em 1968-1969 e em 1977.

<sup>3</sup> KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 15-17.

plantação da ditadura de Segurança Nacional. Afinal, o golpe de 1964 procurou legitimar-se com o discurso de que se tratava de uma “revolução preventiva e redentora”, que salvou o Brasil de um suposto golpe comunista em marcha, garantindo, assim, a manutenção das liberdades democráticas. Desse modo, assumir declaradamente a quebra da ordem constitucional e a implantação de uma ditadura no país catalisaria reações e não seria facilmente aceita pela opinião pública nacional e internacional. Ademais, deve-se ressaltar a própria natureza do golpe de 1964, cujos conspiradores e apoiadores civis e militares possuíam diferentes aspirações pessoais e projetos políticos, mas uniram-se para derrubar João Goulart, concordando com a necessidade de um governo militar temporário (isto é, até 31 de janeiro de 1966, para completar o mandato de Jango) para “sanear a democracia” e combater a “subversão e a corrupção”.<sup>4</sup>

No que tange ao sistema político-partidário no Brasil, a ditadura militar inicialmente não fechou os partidos políticos em vigência no país desde 1945, embora tenha expurgado seus elementos considerados “subversivos e corruptos” (por meio do AI-1 e a “Operação Limpeza”). Porém, em outubro de 1965, com o AI-2, a ditadura extinguiu os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário. Embora o general-presidente Castelo Branco contasse com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), de partidos menores, de considerável parte do Partido Social Democrático (PSD) e de uma fração do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>5</sup>, o regime acreditava que não contava com uma base sólida e estável no Congresso.

A tentativa do regime de trabalhar com os partidos políticos do antigo regime não conseguira assegurar uma base sólida e estável para o governo no Congresso, pois a principal força política de apoio à “revolução” – a UDN – não era suficientemente numerosa para prover sozinha aquela base. Ademais, os problemas que ha-

<sup>4</sup> Idem, p. 17.

<sup>5</sup> Em nível nacional, o PTB após o golpe precisou definir que tipo de relação teria com o governo de Castelo Branco. Nesse sentido, havia dois grupos em embate: os “ortodoxos” (reformistas) – liderados por Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara –, grupo ligado a Jango e que postulava a oposição do partido ao governo militar, denunciando o caráter ditatorial do regime; e os “bigorrilhos” (adesistas, também denominados “dissidência”), que defendiam o apoio a Castelo Branco. Inicialmente, a decisão foi fazer oposição ao governo militar, mas sem o respaldo unânime dos petebistas. In: D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 165-166.

viam surgido com a candidatura presidencial de Carlos Lacerda, que passou a se opor abertamente a Castelo Branco, tornara indispensável a extinção mesmo daquele partido que havia fornecido o maior respaldo civil ao movimento de 1964.<sup>6</sup>

Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia, não cairia bem proibir a existência de partidos políticos e nem adotar o modelo de partido único (associado às ditaduras monopartidárias). Desse modo, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, que durou até o final de 1979.

Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No presente trabalho pretendemos analisar a gênese e os anos iniciais do MDB no Rio Grande do Sul entre os anos de 1965 a 1970. Para tais propósitos, primeiramente pretende-se analisar o processo de implantação do bipartidarismo e a gênese do MDB sul-rio-grandense. Em um segundo momento, o foco de análise será o MDB e as eleições parlamentares de 1966. Posteriormente, será verificada a relação do MDB do Rio Grande do Sul com a Frente Ampla (1966-1967) e o processo de cassações de parlamentares do MDB sul-rio-grandense pelo AI-5. Por fim, pretende-se abordar a reorganização do MDB do Rio Grande do Sul após o AI-5 e as eleições parlamentares de 1970.

### *O processo de implantação do bipartidarismo*

Após a extinção do sistema pluripartidário pelo AI-2, em 20 de novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar 4 (AC-4), que estabeleceu as normas

<sup>6</sup> KINZO, op. cit., p. 27.

para a criação dos novos grupos políticos. De acordo com o AC-4, os novos partidos deveriam contar com o apoio de, no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores, o que teoricamente possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, a quem interessava criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando, assim, um verniz de democracia ao regime.

Em 20 de novembro de 1965, quando o AC-4 foi decretado, o nome do partido que aglutinaria todos os parlamentares alinhados com o governo já estava praticamente definido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Contudo, organizar o grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar.

Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas – por meio do AC-4 –, que constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 –, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior<sup>7</sup> e para o Senado.<sup>8</sup> No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de

<sup>7</sup> Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores.

<sup>8</sup> GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 64.

políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a “Revolução de 1964”<sup>9</sup>. Em particular, o governo empenhou-se em atrair para a ARENA a maioria dos membros do antigo PSD, partido cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo.<sup>10</sup>

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não seria uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, os oposicionistas formavam um pequeno e heterogêneo grupo, que reunia desde liberais até comunistas<sup>11</sup>, incluindo também descontentes com o governo. Além das divergências político-ideológicas, outro fator que dificultava a criação de um partido oposicionista era o fato que este “não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente<sup>12</sup>”.

Inicialmente denominado de Ação Democrática Brasileira, Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 96) ressalta que foi somente a contragosto que os grupos oposicionistas e descontentes se conformaram com a necessidade de conviverem em uma mesma organização, denominada de Movimento Democrático Brasileiro<sup>13</sup> (MDB, cuja sigla inicialmente era MODEBRA).

Um dos expoentes do golpe de 1964, o governador Carlos Lacerda optou em não ingressar na ARENA e tentou articular a criação de um terceiro partido, denominado Partido da Renovação Democrática (PAREDE). Porém, por não atender às exigências do AC-4, o partido teve o seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral em maio de 1966.

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do AC-4. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão

<sup>9</sup> Convém ressaltar que, na época, os golpistas civis e militares chamaram o golpe de 1964 de “Revolução” e o governo ditatorial instituído a partir 1964 de “revolucionário”.

<sup>10</sup> GRINBERG, op. cit. p. 64.

<sup>11</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 96.

<sup>12</sup> KINZO, op. cit., p. 29.

<sup>13</sup> O nome Ação Democrática Brasileira era defendida pelo deputado federal Ulysses Guimarães (do extinto PSD paulista), enquanto o deputado federal Tancredo Neves (do extinto PSD mineiro) defendia o nome Movimento Democrático Brasileiro, que acabou sendo escolhido. In: KINZO, op. cit., p. 233.

de 257 deputados federais e 44 senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 deputados federais e 21 senadores<sup>14</sup>.

<b>Partidos Extintos</b>	<b>ARENA</b>	<b>MDB</b>	<b>Não Filiados</b>	<b>Total</b>
Partido Social Democrático (PSD)	78	43	-	121
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	38	78	-	116
União Democrática Nacional (UDN)	86	9	1 (MG)	96
Partido Social Progressista (PSP)	18	2	1 (SP)	21
Partido Democrata Cristão (PDC)	13	6	-	19
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	8	4	-	12
Partido de Representação Popular (PRP)	5	-	-	5
Partido Republicano (PR)	4	-	-	4
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	2	2	-	4
Partido Libertador (PL)	3	-	1 (RS)	4
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	-	3	-	3
Partido Social Trabalhista (PST)	2	-	-	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	-	2	-	2
<b>Total</b>	<b>257</b> (62,8%)	<b>149</b> (36,5%)	<b>3 (0,7%)</b>	<b>409</b> (100%)

Quadro 1. Filiação à ARENA e ao MDB na Câmara dos Deputados (1965-1966). Fonte: KINZO, op. cit., p. 32-35.

Em suma, a ARENA deteve 62,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 67,7% dos senadores, ao passo que o MDB contava com 36,5% dos deputados federais e 32,3% dos senadores. Desse modo, a ARENA controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos do governo.

Na Câmara dos Deputados observa-se que os 89,6% dos deputados udenistas e 64,5% dos pessedistas ingressaram na ARENA, totalizando 164 deputados. Portanto, 63,8% da bancada arenistas era oriunda da UDN (33,5%) e do PSD (30,3%). Também convém lembrar que 14,8% da bancada arenista era consti-

<sup>14</sup> Entretanto, o reduzido número de senadores opositorista gerou uma situação constrangedora, pois o governo precisou auxiliar na formação do MDB, convencendo um senador a assinar a ficha de inscrição no MDB, possibilitando, assim, o seu registro. In: MOTTA, op. cit., 2008, p. 96. De acordo com a pesquisa de Maria Kinzo, trata-se do senador paraibano Rui Carneiro, do extinto PSD, que era amigo íntimo do marechal Castelo Branco e aderiu ao MDB após uma solicitação feita pessoalmente pelo presidente. In: KINZO, op. cit., p. 233.

tuída por ex-petebistas, uma vez que 32,7% (quase um terço) dos deputados do PTB (os “bigorrilhos” ou adesistas) optaram em filiar-se ao partido do governo. Tal situação também foi semelhante no Senado, uma vez que 70,5% da bancada arenista era constituída por udenistas (31,8%) e pessedistas (38,7%). E mais, também se observa que cinco senadores petebistas (o que corresponde a 33,3%, ou 1/3) alinharam-se à ARENA.

<b>Partidos Extintos</b>	<b>ARENA</b>	<b>MDB</b>	<b>Total</b>
Partido Social Democrático (PSD)	17	5	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5	10	15
União Democrática Nacional (UDN)	14	1	15
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3	2	5
Partido Social Trabalhista (PST)	1	2	3
Partido Libertador (PL)	2	–	2
Partido Democrata Cristão (PDC)	1	–	1
Partido de Representação Popular (PRP)	1	–	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	–	1	1
Total	44 (67,7%)	21 (32,3%)	65 <sup>15</sup> (100%)

Quadro 2: Filiação à ARENA e ao MDB no Senado (1965-1966). Fonte: KINZO, op. cit., p. 32-35.

Por sua vez, o MDB na Câmara dos Deputados contou com o ingresso de 67,3% dos deputados petebistas e 35,5% dos deputados pessedistas, além de 9,4% da bancada udenista e 31,6% da bancada pedecista. Assim, 52,4% da bancada do MDB era oriunda do PTB, 28,8% do PSD, 6% da UDN, 4% do PDC e 8,8% dos outros partidos. Já no Senado, 47,6% dos senadores medebistas eram oriundos do PTB e 23,8% do PSD.

<sup>15</sup> Na época eram 66 cadeiras no Senado, três para cada uma das 22 unidades da Federação. Porém, havia uma vaga em aberto na senatoria do Ceará em virtude do falecimento, em outubro de 1965, do senador petebista Antônio Jorge de Queiroz Jucá, suplente efetivado com o falecimento, em maio de 1963, do senador Carlos Jereissati (PTB).

Como pode se perceber pelos dados os partidos tiveram núcleos formadores bastante diferentes. A base principal da ARENA foi constituída por elementos provenientes da UDN, partido de onde saíram os maiores líderes da luta contra os governos reformistas do período anterior. Os udenistas tiveram participação destacada na preparação do movimento de 1964 e, portanto, é natural que fossem os principais articuladores do partido fiel aos governos militares. Os outros parlamentares da ARENA tinham origem diversa: muitos vieram do PSD e havia até egressos do PTB, mas eram os ex-udenistas os mais numerosos e os mais influentes. Quanto ao MDB, seu núcleo foi formado por deputados vindos do PTB, principal organização do bloco reformista nos anos 1950 e 1960. Evidentemente, os políticos radicais do PTB, em sua maioria, haviam sido cassados após 1964 e não estavam mais no Congresso para insuflar o ânimo da bancada oposicionista. Mesmo assim, sobram uns poucos petebistas ideológicos que, aliados a figuras do antigo PSD fiéis aos ideais democráticos, constituíram a base da liderança do MDB.<sup>16</sup>

Portanto, embora a UDN tenha constituído o maior bloco dentro da ARENA e o PTB o maior bloco dentro do MDB, deve-se ressaltar a importância que os ex-pessedistas tiveram dentro dos dois partidos. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência política, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido.<sup>17</sup>

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus Diretórios Nacionais e Estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. Em 24 de março de 1966, ARENA e MDB foram legalmente reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da “Revolução de 1964”. Entretanto,

<sup>16</sup> MOTTA, op. cit., 2008, p. 99.

<sup>17</sup> KINZO, op. cit., p. 31.



[...] Seus nomes não continham o termo partido provavelmente devido à determinação do AC-4 que aludia à formação de “organizações provisórias” para concorrer às eleições legislativas de 1966. Este arranjo permitiria ao governo testar a viabilidade da nova estrutura e, acima de tudo, testar a capacidade da ARENA de proporcionar o respaldo eleitoral e parlamentar necessário. Se o resultado das eleições de 1966 favorecesse o governo – como de fato ocorreu – o sistema bipartidário obteria credenciais plenas pelo tempo que conviesse ao regime mantê-lo.<sup>18</sup>

O MDB procurou organizar o seu Diretório Nacional provisório integrando todos os parlamentares que assinaram o manifesto de fundação do partido. A partir do Diretório Nacional formou-se a primeira Comissão Executiva Nacional, cujos membros assumiram as funções de organização e decisão das atividades do partido.<sup>19</sup>

Sobre a primeira Executiva Nacional do MDB<sup>20</sup>, Maria Kinzo faz duas importantes observações. Primeiro, o fato do primeiro presidente, o senador Oscar Passos (ex-PTB/AC), ser um militar, um general da reserva, influenciou na sua escolha<sup>21</sup>. Segundo, o fato da Executiva do partido não possuir nenhum parlamentar ex-petebista do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e da Guanabara, apesar de quase a metade dos ex-petebistas filiados ao MDB fossem oriundos destes estados, o que foi na época interpretado como uma estratégia para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares trabalhistas identificados com João Goulart e Leonel Brizola.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> Idem, p. 30.

<sup>19</sup> Idem, p. 37.

<sup>20</sup> A primeira Comissão Executiva nacional do MDB ficou assim constituída: presidente: Oscar Passos (senador, ex-PTB/AC); primeiro vice-presidente: Oswaldo C. da Costa Lima Filho (deputado federal, ex-PTB/PE); segundo vice-presidente: Ulysses Silveira Guimarães (deputado federal, ex-PSD/SP); terceiro vice-presidente: André Franco Montoro (deputado federal, ex-PDC/SP); secretário geral: José Martins Rodrigues (deputado federal, ex-PSD/CE); tesoureiro: José Ermírio de Moraes (senador, ex-PTB/PE); vogais: Pedro Ludovico Teixeira (senador, ex-PSD/GO), Argemiro de Figueiredo (senador, ex-PTB/PB), Antônio de Barros Carvalho (senador, ex-PTB/PE), Antônio Ferreira de Oliveira Brito (deputado federal, ex-PSD/BA) e Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins (deputada federal, ex-PTB/SP). In: KINZO, op. cit., p. 38.

<sup>21</sup> De acordo com o depoimento de Ulysses Guimarães à Maria Kinzo, a escolha de Oscar Passos foi “para não parecer que nós tínhamos qualquer prevenção ou discriminação contra os militares”. In: KINZO, op. cit., p. 234.

<sup>22</sup> KINZO, op. cit., p. 37-38.

Acerca do programa do MDB, Rodrigo Patto Sá Motta faz a seguinte observação:

O programa do partido das oposições revelava também discrepâncias com as posturas governistas, ao mesmo tempo que trazia a marca das propostas reformistas. O eixo da pregação emedebista girava em torno de três questões. Em primeiro lugar vinha o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB: a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia.<sup>23</sup>

Os pontos restantes do programa não eram partilhados por todos, diziam mais respeito à ala esquerda. De um lado o compromisso nacionalista, ligado à pregação em favor de proteção para a economia nacional contra a entrada de investimentos estrangeiros. E é bom lembrar que os governos pós-1964 acirraram os ânimos nacionalistas, pois acentuaram e patrocinaram a entrada de capitais estrangeiros. De outro havia a defesa por parte do MDB de medidas de proteção social, embora de maneira vaga e imprecisa. Na verdade, sua sensibilidade para a questão social se exercia com mais frequência na denúncia da perda de direitos sociais, provocada pelas ações governamentais (o fim da estabilidade no emprego, por exemplo).

Portanto, a defesa do retorno da democracia foi o único ponto consensual entre os oposicionistas que ingressaram no MDB, tornando-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência, desde a sua gênese, como fica evidenciado no *Manifesto da Oposição*, aprovado na primeira reunião do Diretório Nacional e do Comitê Executivo do MDB e lido pelo deputado Vieira de Melo, primeiro líder do MDB na Câmara dos Deputados, no dia 10 de fevereiro de 1966, conforme observou Maria Kinzo. Segundo a pesquisadora,

[...] Dirigido ao povo brasileiro, o texto definia como meta do partido a luta pelo restabelecimento do sistema democrático-representativo com eleições diretas em todos os níveis e autonomia legislativa e judiciária, e criticava as práticas antidemocráticas do governo, sua política econômico-financeira, além de convocar to-

<sup>23</sup> MOTTA, op. cit., 2008, p. 99-100.

dos os setores da sociedade brasileira para que “identificados conosco nos mesmos sentimentos, proclamem sua inconformidade com a violência, o arbítrio e a subversão da ordem democrática, certos todos de que, sem esta, jamais teremos paz, desenvolvimento e progresso”.<sup>24</sup>

Convém lembrar que *O Manifesto da Oposição* foi produzido logo após a decretação do AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que estabeleceu eleições indiretas para governadores e a nomeação para as prefeituras das capitais, complementando, assim, a obra iniciada com o AI-2.

### *A gênese do MDB no Rio Grande do Sul*

No Rio Grande do Sul, a polarização PTB/anti-PTB – que marcou o período pluripartidário de 1945 a 1965 no estado – permitiu que as novas siglas se acomodassem com menos artificialismo que nos outros estados.<sup>25</sup> Desse modo, os grupos anti-trabalhistas – que haviam formado a Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) nas eleições de 1962 – ingressaram na ARENA, enquanto o MDB foi organizado pelos trabalhistas (PTB e MTR) e pelos integrantes da Aliança Republicana Socialista (ARS)<sup>26</sup>. Entretanto, as únicas exceções foram o deputado federal Raul Pilla (ex-PL), que não se vinculou a nenhum partido e se retirou da política ao final do seu mandato, e o deputado estadual Heitor Silveira Campos (ex-MTR), cuja adesão à ARENA garantiu ao partido governista a maioria dos deputados na Assembleia Legislativa.

<sup>24</sup> KINZO, op. cit, p. 30.

<sup>25</sup> NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héliqio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 95-96.

<sup>26</sup> A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

	Senado	Câmara Federal	Assembleia Legislativa
ARENA	3	13	28
MDB	–	15	27
Não Filiados	–	1	–
Total	3	29	55

Quadro 3. Alinhamento dos parlamentares sul-rio-grandenses à ARENA e ao MDB (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
PTB	–	14	–	14
PSD	7	–	–	7
PL	2	–	1	3
PDC	2	–	–	2
UDN	1	–	–	1
PRP	1	–	–	1
MTR	–	1	–	1
Total	13	15	1	29

Quadro 4. Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados federais sul-rio-grandenses (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	–	23	23
PSD	11	–	11
PL	6 <sup>27</sup>	–	6
PDC	4	–	4
UDN	3	–	3
PRP	3	–	3
MTR	1	3	4

<sup>27</sup> No segundo semestre de 1966, dois deputados estaduais do antigo PL deixaram a ARENA e ingressaram no MDB: Paulo Brossard de Souza Pinto e Honório Pereira Severo. Nas eleições parlamentares de novembro de 1966, Paulo Brossard foi eleito deputado federal pelo MDB, enquanto Honório Severo não conseguiu a reeleição à Assembleia Legislativa.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
ARS	-----	1	1
Total	28	27	55

Quadro 5. Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados estaduais sul-rio-grandenses (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Em suma, conforme Leônidas Xausa e Francisco Ferraz, no Rio Grande do Sul a ARENA e o MDB foram desagudouros naturais de grupos anteriormente consolidados, conforme demonstra a constituição dos primeiros diretórios estaduais dos dois partidos.<sup>28</sup>

MDB		ARENA	
Partido de origem	Número de membros	Partido de origem	Número de membros
PTB	70 membros	PSD	24 membros
MTR	18 membros	PL	14 membros
PSD	10 membros	UDN	10 membros
PDC	3 membros	PDC	10 membros
		PRP	9 membros
		PSP	5 membros
		MTR	1 membro
Total	101 membros	Total	73 membros

Quadro 6. Origem partidária dos membros dos primeiros diretórios do MDB e da ARENA do Rio Grande do Sul (1966). Fonte: XAUSA; FERRAZ, op. cit, p. 186.

Constituído por trabalhistas (PTB e MTR), o primeiro diretório do MDB também contou com a adesão de dissidentes do PSD e do PDC. De acordo com Leônidas Xausa e Francisco Ferraz, os dissidentes do PSD correspondem ao minoritário grupo juscelinista divergente da orientação oficial do PSD do Rio

<sup>28</sup> XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 145-189, v. II, p. 186.

Grande do Sul, enquanto os dissidentes do PDC correspondem ao grupo minoritário alinhado com a orientação, em nível nacional, do deputado federal André Franco Montoro (PDC/SP).<sup>29</sup>

Portanto, tendo em vista a predominância dos trabalhistas, o MDB do Rio Grande do Sul pode ser interpretado como a continuação do antigo PTB, sobretudo se observarmos que a sua primeira Comissão Executiva estadual foi composta principalmente por ex-petebistas, como o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser, último presidente do PTB do Rio Grande do Sul e primeiro presidente do MDB sul-rio-grandense.<sup>30</sup>

### *As eleições indiretas de 1966*

A partir do final de 1965, o tema da sucessão presidencial acentuou-se. O general Arthur da Costa e Silva, que ambicionava a presidência desde o golpe que derrubou João Goulart e articulava a sua candidatura por meio do Ministério da Guerra, fortaleceu-se politicamente após a sua atuação na crise político-militar de outubro de 1965, uma vez que obteve êxito em se apresentar como candidato da unidade militar.

Apoiado por uma frente heterogênea de militares insatisfeitos com o governo Castelo Branco – que incluía a “linha dura”, oficiais costistas<sup>31</sup> e vários setores militares contrariados –, no início de 1966, a candidatura de Costa e Silva despontava como irreversível e estava praticamente solidificada na área mi-

<sup>29</sup> Idem, p. 186.

<sup>30</sup> Márcio Soares Rodrigues observa que na primeira Comissão Executiva do MDB do Rio Grande do Sul, além de elegerem Siegfried Emanuel Heuser presidente, os ex-petebistas também ocupam os principais cargos, como a primeira vice-presidência (com Marcirio Goulart Ribeiro), a secretária geral (com o deputado estadual Aldo Fagundes) e a tesouraria (com Valdir Antônio Lopes), enquanto alguns cargos de menor relevância foram ocupados por líderes oriundos de outros partidos, como o caso da segunda e terceira vice-presidência, que foram ocupadas, respectivamente, por Hermes Pereira de Souza (ex-PSD) e Walter Von Muhlen (ex-MTR). In: RODRIGUES, Márcio Soares. *Assimetrias na travessia: a cisão do emedebismo gaúcho*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 119.

<sup>31</sup> Conforme salienta João Roberto Martins Filho, é preciso considerar a existência de um grupo “costista”, que se distingue dos “duros” e mantém certas divergências com estes. Assim, o grupo de Costa e Silva deveria ser chamado de “nacionalistas autoritários” e não “linha dura”. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995, p. 74.

litar, uma vez que o ministro da Guerra era visto como a única solução capaz de manter a unidade das Forças Armadas.<sup>32</sup> Obrigado a aceitar a candidatura de Costa e Silva, o marechal-presidente Castelo Branco, no início de maio, indicou Pedro Aleixo (deputado federal, ex-UDN/MG e ministro da Educação) para a vice-presidência. Costa e Silva a aceitou sem maiores ponderações.<sup>33</sup> Posteriormente, a convenção nacional da ARENA, realizada no dia 26 de maio de 1966 em Brasília, homologou as candidaturas de Costa e Silva e Pedro Aleixo.

Além da eleição indireta à presidência da República (prevista para outubro), em 1966 também ocorreriam eleições indiretas para governadores de 12 estados, onde a vitória dos candidatos governistas era certa, exceto no Rio Grande do Sul, onde o MDB e um grupo de deputados dissidentes arenistas lançaram a candidatura do jurista e professor Rui Cirne Lima ao governo estadual.

Embora não fosse vinculado a nenhum partido político, Rui Cirne Lima havia sido secretário da Fazenda por seis meses, em 1964, do governo Meneghetti, e o seu nome foi lançado pelos dissidentes arenistas – o deputado federal Carlos de Brito Velho (ex-PL) e os deputados estaduais Paulo Brossard de Souza Pinto (ex-PL), Honório Pereira Severo (ex-PL), Dario Beltrão (ex-PL) e José Sperb Senseverino (ex-PDC) – como oposição ao domínio pessedista na ARENA sul-rio-grandense, que se inclinava a escolher entre os deputados federais Walter Peracchi Barcelos (então ministro do Trabalho do governo Castelo Branco) e Paulo de Tarso de Moraes Dutra, ambos ex-PSD. No entanto, os deputados estaduais dissidentes arenistas recusavam-se a apoiar qualquer um dos dois ex-pessedistas.<sup>34</sup>

Na convenção da ARENA do Rio Grande do Sul, realizada no início de julho de 1966, por influência do marechal-presidente Castelo Branco, Peracchi Barcelos derrotou Tarso Dutra, obtendo 252 votos contra 236, enquanto Cirne Lima recebeu 15 votos. Dessa forma, o coronel Walter Peracchi Barcelos foi oficializado como candidato da ARENA ao governo estadual.<sup>35</sup>

<sup>32</sup> MARTINS FILHO, op. cit., p. 74-75.

<sup>33</sup> CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964-1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 102.

<sup>34</sup> CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 309.

<sup>35</sup> Idem, p. 310.

Por sua vez, o MDB do Rio Grande do Sul – ciente de que a ditadura não permitiria que um emedebista assumisse o governo estadual – procurou tirar vantagem da divisão da ARENA, concedendo o seu apoio oficial a Rui Cirne Lima. Dessa forma, os 27 deputados estaduais emedebistas e os quatro deputados dissidentes da ARENA convidaram Cirne Lima a ser seu candidato em nome da maioria da Assembleia. Após o aceite de Cirne Lima, o MDB oficializou a sua candidatura.<sup>36</sup>

No entanto, para evitar a vitória de Cirne Lima, que contava com o apoio de 32 deputados estaduais (27 do MDB e cinco da ARENA<sup>37</sup>), o marechal-presidente Castelo Branco, para impedir a vitória da oposição, utilizou o AI-2 e cassou os mandatos de sete deputados estaduais do MDB do Rio Grande do Sul<sup>38</sup>, que teve a sua bancada na Assembleia reduzida para 20 deputados<sup>39</sup>. Ademais, Castelo Branco também decretou o Ato Complementar 16 (AC-16, de 19 de julho de 1966), implantando a fidelidade partidária – que considerava nulo o voto de todo parlamentar que, nas eleições indiretas, votasse em um candidato de outro partido. Dessa maneira, os cinco votos arenistas ao candidato emedebista Cirne Lima seriam considerados nulos.

Em consequência à medida casuística da ditadura, Cirne Lima, renunciou à sua candidatura e o diretório nacional do MDB, em protesto, decidiu que não participaria das eleições indiretas à presidência da República, recomendando aos diretórios estaduais que também se abstivessem de participar das eleições indiretas aos governos estaduais.

Assim, no dia 3 de setembro de 1966, Walter Peracchi Barcelos foi eleito indiretamente governador do Rio Grande do Sul, recebendo 23 votos. Em protesto, a bancada do MDB e os deputados dissidentes arenistas Paulo Brossard e Honó-

<sup>36</sup> Idem, p. 310.

<sup>37</sup> Além dos quatro deputados arenistas dissidentes (Paulo Brossard, Honório Severo, Dario Beltrão e José Senseverino), posteriormente o deputado estadual Nelson Marchezan (ex-PDC) também garantiu o seu apoio à candidatura Cirne Lima.

<sup>38</sup> Foram cassados os deputados emedebistas Álvaro Petracco da Cunha (ex-PTB), Darcy Von Hoonholtz (ex-ARS), Hélio Ricardo Carneio da Fontoura (ex-PTB), Cândido Norberto dos Santos (ex-MTR), Osmar Lautenschleiger (ex-MTR), Seno Frederico Ludwig (ex-PTB), Wilmar Corrêa Taborda (ex-PTB) e o deputado suplente Clóvis Moraes Rodrigues (ex-ARS).

<sup>39</sup> Convém lembrar que, a partir do AI-2, os parlamentares cassados não poderiam mais ser substituídos pelos suplentes.



rio Pereira Severo não compareceram à sessão – inclusive, os dois desligaram-se da ARENA e ingressaram no MDB. Os outros três deputados dissidentes arenistas (Dario Beltrão, José Senseverino e Nelson Marchezan) votaram em branco.<sup>40</sup> Portanto, nas eleições indiretas de setembro de 1966, a ARENA elegeu os governadores dos 12 estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Piauí, Amazonas e Acre.

No que tange à eleição presidencial indireta, realizada em 3 de outubro de 1966, no Congresso Nacional, Costa e Silva foi eleito com 295 votos. O MDB, que não havia apresentado candidato, não compareceu em sinal de protesto. No entanto, o deputado federal Anísio Rocha (MDB/GO), desobedecendo à orientação partidária, compareceu à sessão e votou em Costa e Silva, o que resultou na sua expulsão do MDB. Contudo, contrariando o AC-16, o voto de Anísio Rocha não foi anulado, sendo contabilizado a Costa e Silva.

Após a eleição presidencial indireta de outubro, o governo Castelo Branco enfrentou uma crise política com o Congresso, após as cassações de seis deputados federais opositores (entre eles Douzel de Andrade) no dia 12 de outubro. No entanto, Adauto Lúcio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados e a quem caberia colocar em prática a decisão do governo, num gesto de rebeldia, determinou que os seis deputados cassados permanecessem no Congresso, inclusive permitindo que quatro deles discursassem e criticassem duramente Castelo Branco na sessão do dia 17 de outubro. Embora fosse próximo do marechal-presidente, Adauto Cardoso não concordou com a atitude de Castelo Branco, que havia lhe assegurado que não ocorreriam mais cassações, defendendo que as cassações deveriam ser votadas em plenário, mediante votação secreta. Tal posição foi apoiada por Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. “Esse foi o primeiro episódio no qual se levantaram argumentos sobre a inviolabilidade de mandatos parlamentares, a independência e a autonomia do Legislativo<sup>41</sup>”.

Em resposta, no dia 20 de outubro, Castelo Branco decretou, por meio do AC-23, o recesso do Congresso até o dia 22 de novembro. Dessa forma, o Congresso permaneceu fechado e ocupado por militares por 32 dias. Posterior-

<sup>40</sup> XAUSA; FERRAZ, op. cit., p. 161.

<sup>41</sup> GRINBERG, op. cit., p. 101.

mente, no dia 10 de novembro, Castelo Branco cassou os direitos políticos de 18 candidatos a cargos eletivos, entre eles dois deputados federais, que tiveram seus mandatos cassados automaticamente. E foi nesse clima de crise política (e com o Congresso fechado) que ocorreram as eleições parlamentares, em 15 de novembro.

### *As eleições parlamentares de 1966 no Rio Grande do Sul*

Em 1966, a ARENA do Rio Grande do Sul homologou as candidaturas do senador Guido Mondin (ex-PRP, que concorria à reeleição) e dos deputados estaduais Sinval Guazzelli (ex-UDN) e Mário Mondino (ex-PDC) ao Senado. Por sua vez, o MDB concorreu com o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser (presidente do diretório estadual).

Nas eleições parlamentares de 1966 no Rio Grande do Sul, a ARENA, por meio da sublegenda, reelegeu Guido Mondin à senatoria, pois os três candidatos arenistas totalizaram 42,6% dos votos, contra 40,4% de Siegfried Heuser<sup>42, 43</sup>. Por outro lado, o MDB elegeu mais deputados, tanto em nível federal quanto em nível estadual. Portanto, o Rio Grande do Sul foi um dos poucos estados onde o MDB elegeu mais deputados (federais e estaduais), garantindo, assim, a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa.

	1966 (Pós-AI-2)	Eleições de 1966
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)
Não Filiados	1 (3,5%)	-----
Total	29 (100%)	29 (100%)

Quadro 7. Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

<sup>42</sup> Guido Mondin obteve 322.901 votos, Sinval Guazzelli obteve 206.917 e Mário Mondino obteve 142.662. Dessa forma, a ARENA totalizou 672.480 votos, enquanto o emedebista Siegfried Heuser obteve 638.140 votos. Cf. Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

<sup>43</sup> CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 386.

	1966 (Pós-AI-2)	Eleições de 1966
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)
Total	55 (100%)	55 (100%)

Quadro 8. Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

No pleito de 1966, o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul foi o emedebista Floriceno Paixão, seguido do arenista Paulo de Tarso de Moraes Dutra. Por sua vez, a emedebista Terezinha Gisela Irigaray Chaise foi a deputada estadual mais votada no estado, enquanto o emedebista Pedro Jorge Simon foi o segundo mais votado<sup>44</sup>.

Contudo, em nível nacional, a ARENA ampliou ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 277 deputados contra 132 do MDB<sup>45</sup>. Portanto, a ARENA detinha 67,7% das cadeiras contra 32,2% do MDB.<sup>46</sup>

### *A relação do MDB do Rio Grande do Sul com a Frente Ampla (1966-1968)*

Carlos Lacerda, um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964 e que ambicionava chegar à presidência da República, rompeu com o marechal-presidente Castelo Branco a partir do momento que viu as suas pretensões serem ceifadas, sobretudo a partir do AI-2 e com o estabelecimento das eleições indiretas à presidência da República.

No entanto, as desavenças entre Lacerda e Castelo Branco tiveram início em julho de 1964, com o adiamento das eleições presidenciais de outubro de 1965 para outubro de 1966 e a consequente prorrogação do mandato presiden-

<sup>44</sup> Cf. Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

<sup>45</sup> Após o realinhamento partidário, a ARENA contava com 257 (62,8%) deputados contra 149 (36,5%) do MDB. Havia ainda três não alinhados (0,7%), totalizando, assim, 409 deputados na Câmara Federal. Após a eleição de 1966, a ARENA ampliou a sua vantagem em 20 cadeiras, enquanto o MDB perdeu 17.

<sup>46</sup> KINZO, op. cit., p. 74.

cial de Castelo Branco. Conforme Márcio de Paiva Delgado, a reação de Lacerda, que estava em viagem no exterior, foi violenta. Em declarações, discursos, entrevistas e correspondências, Lacerda afirmava que havia sido traído e posto à margem da UDN, denunciando aquilo que ele entendia ser um “golpe contra a democracia, contra as eleições e contra o povo”. Ironicamente, Lacerda expressava o medo de que a “revolução” se transformasse em uma ditadura.<sup>47</sup>

Em 1965, Carlos Lacerda entrou em conflito com o governo Castelo Branco ao criticar sistematicamente a política econômica liberal do governo – sobretudo o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) – coordenada pelos ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões<sup>48</sup>.

A partir do segundo semestre de 1966, Lacerda ingressou definitivamente ao lado das forças oposicionistas e passou a ser um dos principais articuladores de um movimento de oposição à ditadura denominado Frente Ampla. No entanto,

A ideia da constituição de um movimento político pacífico contra a ditadura militar não tem uma única paternidade. Essa “união dos contrários” não será formada em um único ato e sequer no mesmo ano. Ficou consolidado na memória política nacional que a Frente Ampla foi um movimento formado em meados de 1966 com Lacerda, Jango e JK. Erro cronológico e factual que esconde o longo e difícil processo de negociações marcado por avanços e recuos.

A Frente Ampla nasceria de duas “frentes” de conversações de grupos de oposição. Uma delas, envolvendo trabalhistas e comunistas, iniciada antes mesmo das eleições estaduais de 1965. A segunda, envolvendo juscelinistas e lacerdistas, começaria em meados de 1966, com Lacerda já em franca oposição ao governo federal. O processo de união destas duas “frentes” será apenas consolidado em fins de 1967, com a entrada oficial de João Goulart na Frente Ampla.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 102-103,

<sup>48</sup> De forma contraditória, Lacerda, alinhado ao pensamento liberal, passou a defender o nacionalismo econômico. Mais detalhes, ver DELGADO, op. cit., p. 104-109.

<sup>49</sup> DELGADO, op. cit., p. 138.

Assim, no segundo semestre de 1966, enquanto os contatos entre Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek (em autoexílio em Lisboa), intermediados pelo deputado federal Renato Archer (MDB/MA), avançaram, os entendimentos entre Lacerda e Jango (exilado no Uruguai), conduzidos pelo deputado federal Doutel de Andrade (MDB/SC, cassado em outubro de 1966), mostravam-se mais difíceis.

A Frente Ampla nasceu oficialmente no dia 28 de outubro de 1966 por meio de um Manifesto assinado por Carlos Lacerda. Conforme Marcos Napolitano:

O longo Manifesto da Frente Ampla fazia uma bela ginástica retórica para explicar como Carlos Lacerda e Juscelino (com vistas também a Jango), antes mortais inimigos, eram aliados contra o regime. Conforme o documento, os três estavam juntos em nome de uma luta maior que ameaçava o país, a ditadura, chamada assim mesmo com todas as letras. O Manifesto era uma dura crítica à ditadura e à defesa do processo democrático interrompido em 1964. Criticava duramente a política recessiva de Castelo e apelava aos trabalhadores, estudantes, mulheres, empresários delineando um campo de mobilização que mais tarde seria chamado de “sociedade civil”, termo que ainda não aparece no documento. Apelava até aos sentimentos patrióticos dos militares, que, segundo o documento, estavam sendo traídos pelo caráter antinacional e antidemocrático do regime. Apesar das críticas, o tom era de apelo ao diálogo, na esperança de uma saída negociada para o impasse e isolamento político no qual o regime parecia mergulhar.<sup>50</sup>

O Manifesto foi publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Hélio Fernandes, maior propagandista da Frente Ampla no setor. Posteriormente, Hélio Fernandes, que disputava uma vaga à Câmara Federal pelo MDB da Guanabara, teve os seus direitos políticos cassados no dia 10 de novembro de 1966, cinco dias antes das eleições parlamentares e um dia antes da viagem de Lacerda a Lisboa para o encontro com JK.<sup>51</sup>

Após o encontro, realizado no dia 19 de novembro de 1966, Lacerda e Juscelino divulgam uma nota conjunta conhecida como “Declaração de Lisboa”.

<sup>50</sup> NAPOLITANO, op. cit., p. 84-85.

<sup>51</sup> DELGADO, op. cit., p. 151.

Conforme Márcio de Paiva Delgado, “a declaração, em linhas gerais, reafirmava o tom de união e superação das diferenças do passado, a necessidade do desenvolvimento econômico e a volta da democracia, já explicitado no manifesto assinado por Lacerda<sup>52</sup>”. Outra novidade foi a proposta de formação de um “grande partido popular de reforma democrática”, uma vez que o AI-2 possibilitava a criação de um terceiro partido, embora as chances fossem muito remotas.<sup>53</sup>

De fato, as articulações para a criação de um terceiro partido não avançaram muito. Primeiro, pela experiência de Lacerda com o PAREDE; segundo, essa questão dificultava a aliança entre emedebistas e frentistas. Assim, se a Frente Ampla se apresentasse como um movimento teria maiores chances de conseguir a adesão de elementos do MDB do que se apresentasse como um projeto de terceiro partido – pois o MDB temia que a Frente Ampla fomentasse o esvaziamento do partido e a pulverização da oposição.<sup>54</sup>

No início do governo Costa e Silva, a Frente Ampla inicialmente adotou uma trégua, que terminou em julho de 1967, após a prisão do jornalista Hélio Fernandes<sup>55</sup>. A partir de então, a Frente Ampla passou a criticar fortemente o governo Costa e Silva. Contudo, a Frente Ampla não conseguia encorpar-se, sobretudo porque a maioria dos emedebistas desconfiava que Lacerda estivesse usando o movimento para fortalecer a sua candidatura à presidência da República.

No dia 4 de setembro de 1967, houve uma grande reunião da Frente Ampla na residência de Renato Archer, que contou com a presença de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek (que voltou do autoexílio em abril de 1967), Mário Covas (líder do MDB na Câmara dos Deputados), entre outros. Dentre as resoluções

<sup>52</sup> Idem, p. 152.

<sup>53</sup> Idem, p. 153.

<sup>54</sup> Idem, p. 165-166.

<sup>55</sup> Após o falecimento de Castelo Branco, vitimado por um acidente aéreo no dia 18 de julho de 1967, Hélio Fernandes – que havia sido cassado em novembro de 1966 – publicou um rancoroso necrológico ao ex-presidente no seu jornal *Tribuna da Imprensa*, dizendo que “Com a morte de Castelo Branco, a humanidade perdeu pouca coisa, ou melhor, não perdeu coisa alguma. Com o ex-presidente, desapareceu um homem frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, frustrado, sem grandeza, sem nobreza, seco por dentro e por fora, com um coração que era um verdadeiro deserto do Saara”. Os militares consideraram o artigo de Hélio Fernandes uma ofensa à memória de Castelo Branco e o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, o condenou à prisão e ao desterro na ilha de Fernando de Noronha, onde ficou confinado por cerca de dois meses. In: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 149.

desta reunião destacam-se: a) abandono da ideia inicial, lançada em Lisboa, sobre a formação de um terceiro partido; b) a não cogitação em se lançar, pelo menos naquele momento, qualquer candidatura à presidência da República; c) a oficialização de Renato Archer como Secretário Geral da Frente Ampla; d) os juristas Barbosa Lima Sobrinho e Nestor Duarte Guimarães foram indicados para formar uma comissão para a elaboração de um programa para o movimento; e) buscar arregimentar lideranças políticas e intelectuais nos estados; f) consolidação das entradas de João Goulart e Jânio Quadros no movimento.<sup>56</sup>

Juscelino se encontrou com Jânio Quadros no dia 6 de setembro em São Paulo, porém Jânio reafirmou a sua posição de não participar de uma composição com Lacerda. Por sua vez, Jango ingressou oficialmente na Frente Ampla após reunir-se com Lacerda em Montevideú<sup>57</sup>. Esse encontro resultou na divulgação, em 25 de setembro de 1967, do Pacto de Montevideú.

O Pacto de Montevideú foi duramente criticado por Leonel Brizola, Jânio Quadros, pela família Vargas e teve forte repercussão negativa entre os parlamentares arenistas<sup>58</sup> e entre os setores militares. Por outro lado, é inegável que a entrada efetiva de João Goulart na Frente Ampla revigorou o movimento, impulsionando a adesão dos trabalhadores. Embora o senador Oscar Passos (presidente nacional do MDB e maior crítico da Frente Ampla fora da ARENA) oferecesse resistência, a Executiva nacional do MDB, embora não declarasse apoio oficial à Frente Ampla, liberou o ingresso dos membros do partido ao movimento.

No Rio Grande do Sul, a Frente Ampla foi liderada pelo deputado federal José Mariano de Freitas Beck (MDB), o deputado estadual Rubens Machado Lang (MDB) e o sindicalista José Vecchio. Porém, o diretório estadual do MDB

<sup>56</sup> DELGADO, op. cit., p. 170-171.

<sup>57</sup> Entre janeiro e setembro de 1967, João Goulart recebeu vários emissários (dentre eles, Doutel de Andrade e Renato Archer). Porém aconselhado por Darcy Ribeiro e pressionado por Leonel Brizola, Jango tendeu a não receber Lacerda. A situação modificou-se a partir da intermediação realizada pelo ex-petebista José Gomes Talarico, que convenceu Jango a receber Lacerda. Dessa forma, em setembro, participaram das conversações em Montevideú Jango, Lacerda, Renato Archer, José Gomes Talarico, Amaury de Oliveira e Silva, entre outros. Não participaram do encontro Darcy Ribeiro (que foi convidado, mas se recusou a participar) e Brizola, que não foi convidado para a reunião. Posteriormente, Brizola criticaria Lacerda, Jango e a Frente Ampla. In: DELGADO, op. cit., p. 175-178.

<sup>58</sup> Por exemplo, o senador Daniel Krieger, presidente nacional da ARENA, em discurso no Senado, referiu-se à Frente Ampla como um movimento tipicamente subversivo e negativista. In: DELGADO, op. cit., p. 189.

estava dividido quanto ao apoio ou não ao movimento, que contou com a adesão oficial dos deputados federais Henrique Henkin e Matheus José Schmidt Filho e do deputado estadual Mozart Bianchi Rocha. Por sua vez, na ARENA sul-rio-grandense, que foi uma forte opositora do movimento, apenas o deputado federal Alcides Flores Soares Júnior, vinculado a Carlos Lacerda, aderiu à Frente Ampla.<sup>59</sup>

Entre os meses de novembro de 1967 e fevereiro de 1968, Lacerda foi constantemente convidado por instituições de ensino, associações profissionais e Câmaras Municipais de diversos estados para realizar conferências divulgando a Frente Ampla, no qual geralmente criticava o governo.<sup>60</sup> Em março de 1968, a Frente Ampla realizou os primeiros comícios, nas cidades de São Caetano do Sul/SP (no dia 23) e em Maringá/PR (no dia 30).

Contudo, o final do mês de março de 1968 também seria marcado com a eclosão de uma série de protestos estudantis em todo o país, catalisados pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, baleado pela polícia, durante uma manifestação no Rio de Janeiro, no dia 28. Dois dias depois, o governo Costa e Silva proibiu as manifestações estudantis, inclusive autorizando a repressão. Porém, os estudantes foram às ruas em todo o país protestar, sendo reprimidos violentamente. No dia 2 de abril, Lacerda divulgou um manifesto, apoiando o movimento estudantil e criticando a violência policial.

No dia 4 de abril, o público que compareceu à missa de sétimo dia de Edson Luís, na Igreja da Candelária, foi violentamente espancado pela polícia nas ruas do Rio de Janeiro. Temendo que as manifestações estudantis pudesse se somar à Frente Ampla, as pressões dos ministros militares, receosos de um possível crescimento do movimento, levaram a ditadura a tomar uma atitude. Assim, no dia 5 de abril de 1968, o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, publicou a portaria nº 177, proibindo qualquer manifestação da Frente Ampla. Desse modo, qualquer manifestação pública, declarações, entrevistas ou publicações em nome da Frente Ampla seriam consideradas ilegais e os responsáveis seriam presos e responderiam a inquéritos baseados na Lei de Segurança Nacional.

<sup>59</sup> Cf. DELGADO, *op. cit.*

<sup>60</sup> DELGADO, *op. cit.*, p. 197.



Márcio de Paiva Delgado observa que, nas semanas seguintes, políticos frentistas – como Renato Archer, Oswaldo Lima Filho (deputado federal pelo MDB/PE), Hermano Alves (deputado federal pelo MDB/GB), Mário Covas e Josaphat Marinho (senador pelo MDB/BA) – defenderam a Frente Ampla por meio da imprensa e de discursos parlamentares, enquanto juristas e jornalistas criticaram a ilegalidade da portaria. Por sua vez, Carlos Lacerda, no dia 20 de abril, partiu para uma viagem a Europa que duraria mais de dois meses.<sup>61</sup>

Conforme veremos a seguir, muitos integrantes da Frente Ampla foram cassados pelo AI-5, como Carlos Lacerda, Renato Archer, Mário Covas e os sul-rio-grandenses José Mariano de Freitas Beck, Rubens Machado Lang, Henrique Henkin, Matheus José Schmidt Filho, Mozart Bianchi Rocha, Alcides Flores Soares Júnior, entre outros.

### *O AI-5 e as cassações de parlamentares do MDB sul-rio-grandenses*

A partir do final de 1967, capitaneado pela Frente Ampla, a oposição ao governo Costa e Silva começou a ganhar volume. Porém, a proibição da Frente Ampla, em abril de 1968, não estancou o crescente movimento oposicionista ao regime durante o ano de 1968, caracterizado pela intensificação do movimento estudantil, pela eclosão de movimentos grevistas e pelas críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas. A crise política foi ainda agravada com a crise interna da ARENA nacional e com a insatisfação dos militares da “linha dura”, cujas expectativas se viram frustradas diante da postura adotada até então pelo general-presidente Costa e Silva, considerada por eles como moderada frente ao crescimento do movimento oposicionista.

Dessa forma, desde o final de março de 1968, o país passou a viver sob a ameaça da decretação do Estado de sítio e de fechamento do regime. No final do ano, a ameaça se concretizou com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro. O principal argumento para a promulgação do AI-5 foi a “subversão social e política” (isto é, o crescente movimento de oposição ao

<sup>61</sup> Idem, p. 202-203.

regime durante praticamente todo o ano de 1968, com a intensificação do movimento estudantil, os movimentos grevistas, as críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas) que ameaçava a “Revolução”.

O AI-5 acentuou ainda mais o caráter ditatorial do regime que havia iniciado em 1964, dando amplos poderes discricionários ao presidente da República por tempo ilimitado<sup>62</sup>. Em outras palavras, a partir do AI-5 o presidente da República passou a gozar de amplos poderes para legislar por decreto, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, entre outras medidas autoritárias, como, por exemplo, a suspensão do *habeas corpus* em crimes políticos<sup>63</sup> e o julgamento de crimes políticos em tribunais militares sem direito a recurso. Composto por 12 artigos, o AI-5 representou a amplificação do recurso à repressão (que já vinha sendo praticada e estruturada desde 1964) a qualquer movimento de oposição à ditadura, uma vez que se tornou um instrumento punitivo a ser utilizado a qualquer momento e contra quem quer que fosse considerado inimigo do regime.

No final da noite do dia 13 de dezembro, o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva anunciou, em cadeia de rádio e televisão, a decretação do AI-5 e do Ato Complementar 38 (AC-38), que decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado<sup>64</sup>. No mesmo dia teve início à série de prisões de líderes políticos (como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek), jornalistas, intelectuais, artistas, etc<sup>65</sup>.

No dia 20 de dezembro de 1968, o governo decretou o AC-39, que regulamentava as cassações de mandatos, aposentadorias, demissões e suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Assim, no dia 30 de dezembro, teve início a série

<sup>62</sup> O AI-5 vigorou até o final de 1978.

<sup>63</sup> Três meses depois da edição do AI-5 estabeleceu-se que os encarregados de inquéritos políticos podiam prender qualquer cidadão por 60 dias, dez dos quais em regime de incomunicabilidade. Em termos práticos, esses prazos destinavam-se a favorecer o trabalho dos torturadores. In: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 341.

<sup>64</sup> O Congresso ficou em recesso de dezembro de 1968 a outubro de 1969.

<sup>65</sup> Mais detalhes, ver: VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

de cassações de mandatos e suspensão dos direitos políticos por dez anos, com a publicação das cassações de Carlos Lacerda, do desembargador Joaquim de Souza Neto (que foi aposentado) e de 11 deputados federais, sendo dois do Rio Grande do Sul: Márcio Moreira Alves (MDB/GB), Hermano Alves (MDB/GB), Renato Archer (MDB/MA), Maurílio Ferreira Lima (MDB/PE), Celso Passos (MDB/MG), David José Lerer (MDB/SP), Gastone Righ (MDB/SP), Hélio Henrique Navarro (MDB/SP), José Lurtz Sabiá (MDB/SP) e os sul-rio-grandenses Henrique Henkin (MDB/RS) e Matheus José Schmidt Filho (MDB/RS). Convém lembrar que os 11 deputados cassados tiveram alguma ligação com a Frente Ampla.

Em 1969, teve reinício a série de cassações de parlamentares. Até o final de 1969 foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB<sup>66</sup>. Portanto, o principal alvo foi o MDB, cujas cassações reduziram em cerca de 50% a sua bancada na Câmara dos Deputados. Além de senadores e deputados federais, o AI-5 também cassou inúmeros deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Convém lembrar que os políticos cassados pelo AI-5 geralmente não tinham conhecimento sobre os motivos das punições, uma vez que os processos eram sigilosos.

No dia 16 de janeiro de 1969, foram cassados os senadores Aarão Steinbruch (MDB/RJ) e João Abrahão Sobrinho (MDB/GO), três ministros do Supremo Tribunal Federal, um ministro do Supremo Tribunal Militar e 33 deputados federais, entre eles Mário Covas (MDB/SP, líder da bancada emedebista na Câmara) e os sul-rio-grandenses José Mariano de Freitas Beck (MDB), Unírio Carrera Machado (MDB), Zaire Nunes Pereira (MDB) e Alcides Flores Soares Júnior (ARENA).

No dia 7 de fevereiro de 1969, foram cassados mais dois senadores<sup>67</sup>, 30 deputados federais e, por meio do AC-47, o governo decretou o recesso das Assembleias Legislativas de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Guanabara, de Pernambuco e de Sergipe. Posteriormente, no dia 27 de fevereiro de 1969, por meio

<sup>66</sup> Mais detalhes, ver: AZEVEDO, Débora B. de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado*: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

<sup>67</sup> Trata-se dos senadores Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho (MDB/AM) e Mário de Souza Martins (MDB/GB). Também foi cassado o suplente de senador Marcelo Nunes de Alencar (MDB/GB). Os três tiveram vínculos com a Frente Ampla.

do AC-49, foi decretado o recesso das Assembleias de Goiás e do Pará. As sete referidas Assembleias Legislativas ficaram em recesso por mais de um ano.

No dia 13 de março de 1969, ocorreram novas cassações, atingindo três deputados federais e 92 deputados estaduais. Entre os cassados estavam sete deputados estaduais do MDB do Rio Grande do Sul: Mozart Bianchi Rocha, Rubem Machado Lang, Terezinha Gisela Chaise, Darcilio Ivo Giacomazzi, João Brusa Netto, Pedro Gomes Nunes e Lauro Hagemann.

No dia 29 de abril de 1969, uma nova série de cassações atingiram 15 deputados federais (incluindo Floriceno Paixão, do MDB/RS) e 59 deputados estaduais, entre eles três do MDB do Rio Grande do Sul: Flávio Antônio Lopes Ramos, Renato Souza e o suplente Moab Caldas. No mesmo dia, 29 de abril de 1969, também foram cassados nove prefeitos em todo o país, entre eles Walter Bertolucci (MDB), prefeito de Gramado.

Posteriormente, em maio de 1969 foi cassado o deputado estadual Ary da Silva Delgado (ARENA) e em julho o deputado estadual suplente Rubens Clair Viana (MDB) e os prefeitos de Cachoeirinha (Rui da Silva Teixeira, do MDB), Canguçu (Emir Squeff, do MDB), Barracão (Estevam Malinoski, do MDB), Feliz (Kurt Walter Graebin, do MDB), além dos vice-prefeitos de Alegrete (Adão Conceição Dornelles Faraco, do MDB) e Estância Velha (Victor Kurt Schuck, do MDB)<sup>68</sup>. Em outubro de 1969, o ex-deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser, presidente do MDB do Rio Grande do Sul, também foi cassado pelo AI-5.

Portanto, em 1969 foram cassados pelo AI-5 sete deputados federais do Rio Grande do Sul (seis deputados do MDB e um da ARENA) e dez deputados estaduais (nove deputados do MDB e um da ARENA), além de dois suplentes do MDB. Como os parlamentares cassados não poderiam ser substituídos pelos suplentes, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul passou a ter 45 deputados: 26 da ARENA e 19 do MDB. Dessa forma, o MDB sul-rio-grandense (assim como ocorreu com o partido em nível nacional) foi duramente atingido

<sup>68</sup> Entre os vereadores de municípios sul-rio-grandenses cassados pelo AI-5 em 1969 estão: Índio Brum Vargas e Dilamar Valls Machado, de Porto Alegre; Carlos Fonseca Brum, Manoel Goulart, Waldir Rangrab Taborda e o suplente Paulo Rocha, de Uruguaiana; Elehu Rosa de Menezes e Honório Cardoso Paines, de Alegrete; Euclides Gonçalves, Francisco Paulo dos Santos Lemes e Otávio Tomazzi Filho, de Santa Maria; Ruy Favali Bastide e Nelson de Aquino Silveira Machado, de Dom Pedrito; Antonio Apoitia Neto, de Santana do Livramento; e Artigas Castilhos Puignau, de Rosário do Sul.

pelas cassações impostas pelo AI-5, pois as cassações dos deputados oposicionistas permitiu à ARENA deter a maioria das cadeiras na Assembleia.

Além das cassações de políticos em nível nacional, estadual e municipal, com o AI-5 ocorreu uma série de aposentadorias compulsórias ou demissões de cerca de 500 profissionais, como juízes, embaixadores, militares, professores universitários, jornalistas, funcionários públicos, entre outros, que perderam os seus empregos e os seus direitos políticos. Ademais, a perseguição política a todos os que eram considerados inimigos da “revolução” se exacerbou, com a amplificação do Terrorismo de Estado, que fez uso sistemático da tortura e do assassinato. Soma-se a isso a censura a todos os meios de comunicação, aos artistas, intelectuais e a todos os cidadãos. Desse modo, o Brasil vivenciou um dos períodos mais sombrios da sua história.

### *A reorganização do MDB no Rio Grande do Sul após o AI-5*

Apesar da decretação do AI-5, do recesso do Congresso Nacional e de sete Assembleias estaduais e da série de cassações de parlamentares durante o ano de 1969, os dois partidos políticos não foram extintos, o que indicava que, mesmo com o fechamento do sistema político, a ditadura não pretendia privar totalmente os civis de desempenhar algum papel no quadro político e não dispensaria os mecanismos formais da política parlamentar. Assim, havia a esperança de que, em algum momento, o Congresso seria reaberto.<sup>69</sup>

Por outro lado, no primeiro semestre de 1969, com o Congresso fechado e a ditadura empreendendo o seu “processo de saneamento”, o MDB e a ARENA vivenciaram um período difícil. Em nível nacional, o MDB foi duramente atingido com as cassações de 50% dos seus deputados federais e de importantes lideranças. Desse modo, ambos os partidos procuraram sobreviver e se reorganizar diante daquele contexto político, sobretudo a partir da decretação do AC-54, em 20 de maio de 1969, que estabeleceu as novas datas para as eleições dos diretórios municipais, estaduais e nacionais dos partidos. Em outras palavras, a ditadura havia determinado um prazo para que os partidos se reorganizassem.

<sup>69</sup> KINZO, op. cit., p. 120.

De acordo com o AC-54, as convenções estaduais deveriam ser realizadas no dia 14 de setembro de 1969. Nesta data, na convenção estadual do MDB do Rio Grande do Sul, Siegfried Emanuel Heuser foi reeleito presidente do partido, cujo predomínio dos ex-petebistas ampliou-se no diretório estadual, composto principalmente por deputados federais e estaduais eleitos em 1966<sup>70</sup>.

No entanto, um mês após a convenção emedebista, Siegfried Emanuel Heuser foi cassado pelo AI-5, em 17 de outubro de 1969. Em protesto, os membros da Comissão Executiva do MDB do Rio Grande do Sul renunciaram aos seus cargos. Desse modo, no dia 15 de novembro, o MDB sul-rio-grandense realizou uma convenção extraordinária, na qual o então deputado estadual Pedro Jorge Simon<sup>71</sup> foi eleito presidente estadual do MDB. Assim, Pedro Simon se consolidaria como uma das principais lideranças emedebistas no estado, inclusive exercendo o cargo de presidente do diretório estadual do MDB do Rio Grande do Sul até o fim do bipartidarismo e a extinção do partido, em 1979<sup>72</sup>.

Após a reorganização do diretório estadual, o AC-54 estabelecia que as convenções nacionais partidárias deveriam ocorrer no dia 20 de novembro de 1969 em Brasília. Na Convenção Nacional do MDB, o senador Oscar Passos foi reeleito presidente nacional do partido.

### *O MDB na reabertura do Congresso Nacional (1969-1970): submissão à ditadura*

No final de agosto de 1969, o estado de saúde do general-presidente Costa e Silva se agravou em decorrência de uma trombose, que resultou em um derrame<sup>73</sup>. Impossibilitado de governar, no dia 31 de agosto, Costa e Silva foi substituído temporariamente por uma junta militar formada pelos três ministros militares – o general Aurélio Lyra Tavares (ministro do Exército), o almirante Augusto

<sup>70</sup> Conforme observado por Márcio Soares Rodrigues, 26 dos 30 membros do diretório do MDB do Rio Grande do Sul são deputados federais e estaduais. In: RODRIGUES, op. cit., p. 119.

<sup>71</sup> Pedro Simon era cunhado de Siegfried Heuser.

<sup>72</sup> Pedro Simon foi reeleito presidente do diretório do MDB do Rio Grande do Sul nas convenções estaduais realizadas em 1972, 1975 e 1979.

<sup>73</sup> Com o estado de saúde debilitado, Arthur da Costa e Silva faleceu em 17 de dezembro de 1969.

Rademaker (ministro da Marinha) e o brigadeiro Márcio de Souza e Mello (ministro da Aeronáutica) –, que por meio de um Ato Institucional (o AI-12, de 1º de setembro de 1969), “legitimaram” a sua ação. Dessa forma, o vice-presidente Pedro Aleixo<sup>74</sup> – considerado suspeito por ter sido o único membro do Conselho de Segurança Nacional a votar contra a decretação do AI-5 – foi impedido pelos militares de assumir a presidência, conforme previsto pelo dispositivo constitucional, sendo definitivamente alijado do processo sucessório.<sup>75</sup>

No final de setembro, o nome do general Emílio Garrastazu Médici foi escolhido de uma lista tríplice – que também continha os nomes dos generais Orlando Geisel e Antônio Carlos Muricy – para a sucessão de Costa e Silva. Conforme Thomas Skidmore, Médici foi o escolhido não porque os militares achassem que ele tinha a visão ou os conhecimentos de que um presidente precisava, mas porque era o único general de quatro estrelas que podia impedir o aprofundamento da divisão no Exército.<sup>76</sup> Desse modo, no início de outubro, Emílio Médici é oficialmente anunciado como o futuro general-presidente e o almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha e membro da junta militar) como futuro vice-presidente. Posteriormente, é decretado o AI-16 (de 14 de outubro de 1969), que declarava a vacância da presidência (em virtude do estado de saúde de Costa e Silva) e vice-presidência da República, marcando para o dia 25 de outubro as eleições indiretas no Congresso Nacional.

Portanto, após mais de dez meses em recesso, o Congresso Nacional voltou a funcionar em 22 de outubro de 1969 para, no dia 25 de outubro, eleger indiretamente o general Emílio Médici e o almirante Augusto Rademaker, respectivamente, presidente e vice-presidente da República por 293 votos favoráveis contra 76 abstenções (do MDB). Contudo, convém salientar que o Congresso Nacional retornou às suas atividades significativamente mutilado pelo AI-5,

<sup>74</sup> Após ser impedido de assumir a presidência pelos militares, Pedro Aleixo desligou-se da ARENA, mas não aceitou o convite de ingressar no MDB, passando a dedicar-se ao projeto de organização de um terceiro partido: o Partido Democrático Republicano (PDR), cujo manifesto e programas foram lançados em 31 de março de 1971. No entanto, Pedro Aleixo não obteve êxito na tentativa de registrar o terceiro partido, pois o governo não permitiu a sua legalização e o seu pedido de registro foi indeferido pela Justiça Eleitoral. Pedro Aleixo faleceu em março de 1975.

<sup>75</sup> Cf. SKIDMORE, *op. cit.*

<sup>76</sup> SKIDMORE, *op. cit.*, p. 211.

uma vez que foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB.

Em suma, o MDB foi o principal alvo das cassações impostas pelo AI-5, tendo a sua bancada na Câmara dos Deputados reduzida em cerca de 50%. Assim, o MDB, no período entre 1969 e 1970, apenas “vegetou”.<sup>77</sup> De fato, após a reabertura do Congresso, o MDB adotou uma postura política demasiadamente moderada e “bem comportada”. Com as principais lideranças oposicionistas e críticas à ditadura cassadas pelo AI-5, a maioria dos emedebistas que retornaram às atividades parlamentares, temendo a cassação, aceitaram passivamente as condições restritivas e o papel que lhes foi originalmente destinado a desempenhar quando da criação do bipartidarismo.<sup>78</sup>

Embora nas primeiras sessões no Senado e na Câmara dos Deputados os líderes do MDB tenham lançado críticas sobre o AI-5, o partido optou pela prudência e pela moderação. Membros da cúpula partidária passaram a defender que “o MDB não deveria opor-se à ‘revolução’, e sim aceitar as regras do jogo a fim de se tornar um partido confiável, capaz de concorrer ao poder”, isto é, adotar uma postura de bom comportamento e de colaboração com a ditadura.<sup>79</sup>

Dessa forma, a postura submissa adotada pelo MDB em 1969-1970 praticamente não o diferenciava da ARENA, pois ambos eram obedientes e dóceis à ditadura. Em virtude disso, nessa época passou a circular uma anedota irônica, na qual o MDB seria o partido do “sim”, enquanto a ARENA seria o partido do “sim senhor”, isto é, os dois partidos se dobravam à vontade do poder, mas a ARENA o fazia com mais servilismo e menos pudor.<sup>80</sup>

<sup>77</sup> MOTTA, Rodrigo Parto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 288. (Coleção As Esquerdas no Brasil).

<sup>78</sup> KINZO, op. cit., p. 129-130.

<sup>79</sup> Idem, p. 132.

<sup>80</sup> MOTTA, op. cit., 2008, p. 97.



## *A sucessão estadual no Rio Grande do Sul e as eleições parlamentares de 1970*

Desde 1969, o deputado federal Tarso Dutra (ministro da Educação e Cultura no governo Costa e Silva) articulava a sua candidatura para eleição indireta ao governo do Rio Grande do Sul. No entanto, como os governos estaduais eram importantes posições estratégicas no sistema político, o general-presidente Emílio Médici decidiu intervir nas sucessões estaduais de 1970, restringindo as candidaturas aos governos estaduais a parlamentares ou a novatos na política partidária – certamente donos de escasso capital político e com pouco potencial de autonomia – e escolhendo os futuros governadores.<sup>81</sup>

Desse modo, Médici solicitou que o deputado Rondon Pacheco, presidente nacional da ARENA, a partir de novembro de 1969, percorresse todos os estados para obter informações acerca dos contextos políticos regionais. A partir das informações de Rondon Pacheco e do Serviço Nacional de Informações (SNI), Médici definiria os nomes dos futuros governadores.

Em março de 1970, o general-presidente Emílio Médici indicou o deputado federal Euclides Triches (ex-PDC) como futuro governador do Rio Grande do Sul, cuja candidatura foi homologada pela ARENA em julho. Posteriormente, no dia 3 de outubro de 1970, Euclides Triches e Edmar Fetter foram eleitos indiretamente governador e vice-governador, respectivamente, do Rio Grande do Sul pela Assembleia Legislativa, recebendo 25 votos da ARENA, enquanto os deputados do MDB não compareceram à sessão, exceto Pedro Simon, que esteve presente para ler uma nota de protesto do partido<sup>82</sup>.

Preterido pelo general-presidente Emílio Médici ao governo do Rio Grande do Sul, Tarso Dutra lançou-se candidato ao Senado em 1970, juntamente com o senador Daniel Krieger, que concorreria à reeleição. Por sua vez, o MDB sul-rio-grandense homologou as candidaturas de Paulo Brossard de Souza Pinto e Geraldo Brochado da Rocha.

No pleito realizado no dia 15 de novembro de 1970, a ARENA sul-rio-grandense obteve grande êxito, elegendo os dois senadores (Tarso Dutra e Da-

<sup>81</sup> GRINBERG, op. cit., p. 148.

<sup>82</sup> Cf. Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Seção Plenária Especial, 3 de outubro de 1970.

niel Krieger<sup>83</sup>) e a maioria dos parlamentares (14 deputados federais e 27 deputados estaduais).

	1966 (Pós-AI-2)	Eleição de 1966	Eleição de 1970
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)	14 (53,8%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)	12 (46,2%)
Não Filiados	1 (3,5%)	-----	-----
Total	29 (100%)	29 (100%)	26 (100%)

Quadro 9. Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966-1970).  
Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

	1966 (Pos-AI-2)	Eleição de 1966	Eleição de 1970
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)	27 (54%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)	23 (46%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	50 (100%)

Quadro 10. Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966-1970). Fonte:  
Quadro elaborado pelo autor.

No pleito de 1970, o deputado federal mais votado no Rio Grande do Sul foi o arenista Sinval Guazzelli, seguido do emedebista Alceu Collares. Para a Assembleia Legislativa, o emedebista Pedro Simon (presidente do MDB sul-rio-grandense) foi o deputado estadual mais votado, seguido do arenista Otávio Germano (presidente da ARENA sul-rio-grandense)<sup>84</sup>.

Em nível nacional, o MDB teve uma dura derrota nas eleições de 1970, conseguindo eleger apenas cinco das 46 vagas senatoriais disputadas e 28% das cadeiras na Câmara dos Deputados<sup>85</sup>. Aliás, inúmeros líderes emedebistas que concorreram à reeleição não obtiveram êxito, incluindo o presidente nacional do partido, Oscar Passos, que não se reelegeu ao Senado.<sup>86</sup>

<sup>83</sup> Tarso Dutra obteve 929.461 votos e Daniel Krieger obteve 864.505, enquanto Paulo Brossard obteve 833.630 e Geraldo Brochado da Rocha obteve 809.296. Cf. Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

<sup>84</sup> Cf. Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).

<sup>85</sup> Para o Senado, a ARENA elegeu 41 senadores contra apenas cinco do MDB. Assim, a bancada emedebista no Senado caiu de 19 para sete senadores. Por sua vez, na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 223 (71,9%) deputados federais contra 87 do MDB (28,1%). In: KINZO, op. cit., p. 74.

<sup>86</sup> KINZO, op. cit, p. 133-134.

De acordo com a observação de Maria Kinzo, um dos fatores que contribuíram para a derrota do MDB em 1970 foi o seu comportamento moderado, que provavelmente contribuiu para o aumento do número de votos brancos e nulos (que chegaram a 30% na eleição para a Câmara dos Deputados, superando os 21% das eleições de 1966).<sup>87</sup> Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, a conduta conformista e submissa adotada pelo MDB contribuiu para que setores da sociedade, simpáticos às posturas oposicionistas, preferissem anular os seus votos a dá-lo aos MDB, pois, naquele contexto, muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares.<sup>88</sup> Portanto, os votos brancos e nulos eram, ao mesmo tempo, um protesto contra a ilegitimidade do sistema e uma demonstração de falta de confiança no MDB, considerada tanto quanto a ARENA um produto do autoritarismo.<sup>89</sup>

Ademais, Maria Kinzo também aponta outros fatores que ajudam a compreender o sucesso da ARENA e o fracasso do MDB nas eleições parlamentares de 1970:

[...] O controle exercido pelo governo sobre o processo eleitoral talvez tenha sido o mais estrito jamais ocorrido no Brasil. A máquina governamental, desde o nível local até o federal, foi extensivamente utilizada para atrair votos para a ARENA. Isto fez com que o MDB chegasse a protestar contra a interferência dos governadores estaduais na campanha eleitoral, vista pela oposição como meio de pressão e instrumento de corrupção e violência contra o eleitorado. [...].

O controle do governo sobre o pleito foi exercido também através da censura à imprensa, rádio e televisão durante a campanha eleitoral, e através da repressão policial. O governo intimidava a oposição não apenas através de ameaças de “fechamento total”, caso a campanha fosse utilizada como meio de agitação política contra o regime, como também recorria à repressão física. Em 4 de novembro – dez dias antes das eleições – a polícia política deflagrou uma onda de prisões em larga escala no país, sob pretexto de caça a terroristas. A ampla operação prendia indiscriminadamente todos

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> MOTTA, op. cit., 2007, p. 286.

<sup>89</sup> MOTTA, op. cit., 2008, p. 97.

os que fossem considerados “suspeitos”, desde escritores, artistas e advogados até candidatos do MDB.

Para contrabalançar as medidas repressivas contra a oposição, o regime mostrava ao eleitorado as altas taxas de crescimento econômico geradas pelo assim chamado “milagre brasileiro”. A propaganda do governo, maciçamente intensificada durante a campanha eleitoral através do rádio e da televisão, mostrava os feitos da “Revolução” e apresentava uma imagem do presidente Médici como grande empreendedor, que faria do Brasil uma futura Grande Potência. [...]. Toda essa propaganda acrescentaria otimismo à atmosfera de euforia geral produzida pela vitória do Brasil na Copa do Mundo. [...].<sup>90</sup>

Para o MDB, a derrota eleitoral de 1970 foi maior do que a derrota de 1966, gerando um período de incertezas e de crise interna dentro do partido. Após as eleições, Oscar Passos, que não se reelegera para o Senado, mostrou-se disposto a renunciar à presidência nacional do MDB e convocou, para o início de fevereiro de 1971, uma convenção nacional para eleger a nova Executiva nacional. No referido encontro, o deputado federal Ulysses Guimarães (MDB/SP) foi eleito o novo presidente nacional emedebista.

### *Considerações Finais*

Em fevereiro de 1971, além da ascensão do deputado Ulysses Guimarães à presidência do MDB, o deputado Oscar Pedroso Horta (MDB/SP) foi indicado como líder da oposição na Câmara dos Deputados. Reeleito com um significativo número de votos, Pedroso Horta era um dos poucos emedebistas – entre os que não foram cassados – que criticava fortemente a ditadura. Foi em torno da sua liderança que se articulou no MDB um grupo de parlamentares que adotaram uma postura oposicionista mais combativa, sendo conhecidos como “grupo autêntico”, composto basicamente por deputados de primeiro mandato, representando aproximadamente 25% dos parlamentares emedebistas na Câmara Federal.<sup>91</sup>

<sup>90</sup> KINZO, op. cit., p. 134-135.

<sup>91</sup> Idem, p. 138-141.

Os “autênticos” caracterizavam-se por ser um pequeno grupo dentro do MDB que pretendia fazer uma oposição real, “autêntica”, à ditadura militar e não apenas uma oposição consentida. Os “autênticos” discordavam da orientação moderada imposta pela direção do partido, chegando, inclusive, a denunciar a existência de uma ala adesista ao governo Médici.<sup>92</sup>

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, “parte dos autênticos não tinha perfil de esquerda, eram liberais ou democratas que assumiram atitude de oposição radical ao autoritarismo. A marca principal do grupo não era a afinidade ideológica, mas a atitude aguerrida e corajosa num contexto de extrema repressão<sup>93</sup>”.

Na Câmara dos Deputados, os “autênticos” adotaram uma atuação combativa e os seus discursos ganharam destaque nas tribunas, caracterizados pelo tripé democracia, nacionalismo e reivindicações sociais.<sup>94</sup> Os “autênticos” também se notabilizaram pela defesa dos direitos humanos, denunciando casos de prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e mortes de opositores da ditadura.<sup>95</sup> Entre os principais deputados que integraram o “grupo autêntico” estavam Oscar Pedroso Horta, Fernando Lyra (Pernambuco), Marcos Freire (Pernambuco) Francisco Pinto (Bahia), Lysâneas Maciel (Guanabara), José Freitas Nobre (São Paulo), Nadyr Rossetti (Rio Grande do Sul), Amaury Muller (Rio Grande do Sul), Alceu Collares (Rio Grande do Sul), José Alencar Furtado (Paraná), entre outros.

Portanto, o “grupo autêntico” surgiu em um momento crucial para o MDB, quando o partido, combatido, definhava. Sua atuação contribuiu significativamente para revitalizar o MDB, dando novamente ao partido, paulatinamente, a coragem de fazer oposição.<sup>96</sup>

Nas eleições parlamentares de 1974, o esgotamento do “milagre econômico”, o agravamento da situação socioeconômica nacional e o aumento vertiginoso da inflação contribuíram decisivamente para o excelente desempenho eleitoral

<sup>92</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997, p. 140.

<sup>93</sup> MOTTA, op. cit., 2007, p. 290.

<sup>94</sup> MOTTA, op. cit., 1997, p. 141.

<sup>95</sup> PALMEIRA, André Franklin. *O Partido do Brasil: uma história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980-2016)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 55.

<sup>96</sup> MOTTA, op. cit., 1997, p. 140-141.

do MDB<sup>97</sup>. Portanto, a vitória eleitoral do MDB em 1974 representou um duro golpe para a ditadura e um aviso da insatisfação social com a inflação e a carestia. Assim, a ditadura militar entraria em crise, desgastada pelo agravamento da crise econômica e pelas manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia.

<sup>97</sup> Em 1974, o MDB elegeu 16 senadores contra apenas seis da ARENA – no Rio Grande do Sul, o MDB elegeu Paulo Brossard de Souza Pinto para o Senado. Na Câmara dos Deputados, o MDB quase duplicou a sua bancada, elegendando 160 deputados federais, enquanto a ARENA elegeu 204 deputados. In: KINZO, op. cit., p. 74. Ademais, o MDB elegeu a maioria dos deputados estaduais em seis Assembleias (incluindo o Rio Grande do Sul).

# X

## HISTÓRIA E ESTÓRIAS DO IMPÉRIO DO FAZ-DE-CONTA E DO PRÍNCIPE DO CORAÇÃO QUE VAI-E-VOLTA

CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI

Antes de tudo faço uma declaração de princípios: sou republicano e jacobino! Ou seja, não gosto de rainhas, reis e cortes, menos ainda de nobrezas adadoras ou de cortesãos ainda piores. Portanto, títulos como “dom”, “príncipe”, “família imperial” e tantos outros, escrevi em minúsculas e entre aspas, mesmo que tenham sido resgatados graças ao malfadado governo de Collor de Mello. Poderia aqui traçar paralelos entre nossa independência e compará-la às repúblicas platinas, como tenho feito. No entanto, aconteceu, por conta do bicentenário daquela efeméride, vinda do coração, encharcado em formol desde 1834 em cumprimento ao desejo de um regente de Portugal, que já havia sido rei do mesmo país, abdicado deste cargo em prol da filha, pois imperava num país, do qual também fora regente, e também abdicara deste trono, nesta vez quase literalmente mandado embora! Mesmo que o alarido do aniversário dos 200 anos nem de longe se comparou aos dos 150, foi suficiente para propagandear uma – quem sabe? – nobreza do mandatário supremo da nação, extensivo decerto à sua plêiade de “lambe-esporas”! Assim, resolvi escrever sobre reis e seus corolários!

Faço alguns comentários sobre o título que dei, buscando toda a ironia que me provocam esses infaustos festejos, sem perder a visão crítica de historiador.

A comemoração – e a consequente reflexão sobre ela na conjuntura de um país a um processo galopante de fascistização – de um aniversário numa data “redonda” motiva algumas considerações.<sup>1</sup> Quando me refiro a História e Estórias<sup>2</sup>, faço uma distinção fundamental porque muito do que escrevi não leva o aval científico da primeira, mas seriam “lendas urbanas”, senão anedotas contadas tantas vezes que adquiriram foros de verdade. Império do Faz-de-Conta trata obviamente do ridículo de recuperar uma tradição monárquica que sequer era brasileira, mas uma continuação do reino português. Além do mais, acontecia um quase “beija-mão” dos se-dizentes herdeiros do Imperador que fora destronado e enxotado do país. Por fim, o Príncipe do Coração que Vai-E-Volta! Aqui é uma referência ao grande livro de Ariano Suassuna, *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*<sup>3</sup>. Claro, ao invés do sangue, penso no príncipe que se tornou imperador e do qual, 150 anos após a Independência, trouxeram seu cadáver decomposto, deixando seu coração formolizado no relicário adrede preparado em Porto. A vinda do coração, recebido com honras de chefe de Estado, como foram seus restos mortais cinquenta ano antes; ao contrário destes, no entanto, aquele voltaria ao seu sacrário em Portugal. Como seu portador, mesmo tendo vivido apenas 36 anos, ia e voltava nos amores, na política e nos lugares, pareceu oportuno o título.

Já o tema diz respeito ao Bicentenário da Independência. Não pretendo discutir o caráter desta incensada independência, feita nas tramas de uma família régia, evitando todas formas de radicalismo e os maus exemplos republicanos – por vezes “jacobinos” – dos turbulentos vizinhos de falares castelhanos, controlando as classes “perigosas” e, principalmente, garantir a manutenção do escravismo, fundamento para a produção exportadora dos grandes latifúndios.

<sup>1</sup> O biólogo evolucionista Stephen Jay Gould escreveu sobre o segundo milênio do calendário cristão que se aproximava. Como paleontólogo acostumado a lidar com números na casa das centenas de milhões de anos, não via qualquer sentido em tais festejos. GOULD, Stephen J. O milênio e a cronometria. In: \_\_\_\_\_. *O milênio em questão: um guia racionalista para uma contagem precisamente arbitrária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 62-96.

<sup>2</sup> Não se trata aqui de adulação do Inglês que distingue *History* – ciência - de *Story* – ficção, mas da apropriação de uma palavra consagrada por Guimarães Rosa. Me parece uma opção mais igualitária do que de “história” em maiúscula – ciência – com minúscula – ficção – criando uma hierarquia desnecessária. Esta observação importa porque lidarei com os dois sentidos!

<sup>3</sup> SUASSUNA, Ariano (1971). *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.



Em suma, a preservação de características do Antigo Regime. Tratarei de cortes e cortesãos, cuja importância simbólica aparece nestas efemérides. Por outro lado, o número de duas centenas “redondas” remete a outro primor da literatura, e me refiro aqui ao *Homem Bicentenário*, de Isaac Asimov<sup>4</sup>, destacado por suas obras sobre robôs. O homem de duzentos anos se tratava, na verdade, de um robô chamado Andrew Martin que, ao longo de sua “vida” foi aperfeiçoado até tornar-se idêntico a um homem. Faltava-lhe, no entanto, a última condição para afirmar sua humanidade: a morte, e este foi o pleito final de Andrew. Esta situação parece uma metáfora macabra da condição dos escravos ao tempo deste ora incensado Império do Brasil: todas as faltas cometidas pelos cativos eram de responsabilidade de seus senhores, exceto homicídios, penalizados com a pena capital. Ou seja, só a morte “humanizava” os escravizados. (Caberia pensar nessa analogia entre os duzentos anos de um Império que não existe mais! – festejado como se resumisse o Brasil em todas suas dimensões – com um robô – que nunca existiu! – da mesma idade.)

O texto tem cinco partes. Primeiramente trato da simbologia que foi criada sobre a Independência ainda no seu nascedouro, assim como suas imbricações com a casa real portuguesa. Em sequência, lido com os descendentes da “casa imperial” durante a República, do exílio no retorno ao país. Em terceiro, exponho os festejos do sesquicentenário<sup>5</sup> da Independência, quando a Ditadura Civil-Militar fez uma grande comemoração, buscando para si uma equivalência com aquela, numa clara autolegitimação. Em quarto, volto a considerações sobre a “casa imperial” desde o sesquicentenário até os duzentos anos. Por último faço considerações sobre os principais episódios que envolveram o bicentenário e o coração do vai-e-volta. Conto muitas Estórias e um pouco de História!

<sup>4</sup> ASIMOV, Isaac (1976). O homem bicentenário. In: \_\_\_\_\_. *Visões de Robô*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986, p. 222-260. Em 1999 foi lançada a película homônima, dirigida por Chris Columbus, Estados Unidos da América, produtora 1492Pictures, 1999.

<sup>5</sup> Sesquicentenário. “Centésimo quinquagésimo aniversário de um evento ou instituição”. In: INSTITUTO HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio: Edit. Objetiva, 2001, p. 2500.

## *Enfim, o verde-amarelo de nossa bandeira!*

Gosto de bandeiras! Mais ainda, do que querem dizer as bandeiras, pese as dificuldades que o pesquisador enfrenta para interpretar desenhos e cores, cujas impressões são históricas e podem mudar de lugares e significados.<sup>6</sup> A bandeira do Império do Brasil tinha um desenho complexo, com uma simbologia muito rica. Foi criada por Jean-Baptiste Debret em 1820, numa encomenda do Dom João VI, rei de Portugal, dois anos antes da Independência! Mais uma questão, portanto: já era plano da casa real portuguesa uma separação do Reino Unido do Brasil? De toda sorte, este pendão que antecedeu o Império, foi assim descrita:

Neste projeto de Debret já era dotado o campo verde e losango amarelo, e, sobre este, uma esfera armilar de ouro sobreposta à Cruz de Cristo, com A Coroa Real por timbre. Como paquife<sup>7</sup>, um molho de cana e um ramo de fumo, representando as riquezas nacionais. O arranjo era circundado por 18 estrelas azuis que representava, as 18 Províncias, e uma outra, maior, representativa da Corte.

Arrematando o paquife, ali se via uma versão do velho Dragão Lusitano, memória das antigas bandeiras quadradas brancas que serviam de campo para o dragão verde dos primitivos habitantes da Lusitânia.<sup>8</sup>

As cores verde e amarela são respectivamente aquelas dos Bragança, a casa real portuguesa, e dos Habsburgo, casa real da Áustria. Não apenas o futuro imperador estava contemplado, como sua consorte Leopoldina.<sup>9</sup> As duas realezas contêm o círculo das estrelas, representações das províncias, e a maior delas

<sup>6</sup> Esses estudos são objeto de duas ciência distintas: *Vexilologia*. “Estudo das bandeiras, das suas simbologias, usos, convenções etc.” In: INSTITUTO HOUAISS op. cit. p. 2854. *Heráldica*. Ciência cujo objeto é o estudo e significado de emblemas blasônicos, assim como a descrição e a criação de brasões. Id. p. 1518.

<sup>7</sup> *Paquife*. “Ornato em forma de folhagem que se estende pelo escudo.” Id. p.2125.

<sup>8</sup> LUZ, Milton. *História dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino*. Brasília: Senado Federal, 2011, p. 61. Há outro livro de vexilologia brasileira: ALVES, Derly H. *Bandeiras nacional, históricas e estaduais*. Brasília: Senado Federal, 2005. Há uma versão anterior numa revista de circulação em bancas: BARROSO, Gustavo. A bandeira do Brasil, sua origem, seus símbolos e seu autor, as estrelas das províncias e dos estados. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro: Diários Associados, 27 de novembro de 1948.

<sup>9</sup> Outro símbolo que refere à futura imperatriz Leopoldina é o losango que, desde tempos imemoriais, é uma representação da vulva, portanto de feminilidade.

simbolizando a corte. Já a esfera armilar – um instrumento náutico de grande importância na época das grandes navegações – formada por dez semicírculos, ou armilas, que representam paralelos e meridianos, com a devida inclinação do eixo da Terra, e foi usado em vários estandartes e pavilhões de Portugal, como um símbolo da dominação dos mares pela expansão comercial daquele país em todos os continentes. A Cruz da Ordem de Cristo, criada em 1389, é também conhecida como Cruz de Portugal, era exposta nas velas dos navios portugueses desde as primeiras grandes navegações. Os únicos símbolos da terra são os ramos de cana e fumo, os mais importantes produtos agrícolas do Brasil. Estão, no entanto, sustentados por um dragão verde, outro símbolo dos Bragança.

Poucos dias após a proclamação da Independência, o ainda regente do Reino do Brasil, Pedro I também tratou da bandeira do Brasil, resultado de um novo projeto de Debret, publicando neste sentido um decreto em 18 de setembro de 1822:

Havendo o Reino do Brasil, do qual sou Regente e Defensor Perpétuo [...] e desejando que se conservem as armas que a este reino foram dadas pelo Senhor Rei D. João VI, meu Augusto Pai, na carta de lei de 13 de maio e 1816 [...] – Será d’ora em diante, o escudo d’armas desde Reino do Brasil em campo verde uma esfera armilar de ouro atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma esfera de 19 estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos de plantas de café e tabaco como emblema de sua riqueza comercial, representados na própria cor, e ligados na parte inferior pelo laço da nação.

A bandeira nacional será composta de um paralelogramo verde e nele inscrito um quadrilátero romboidal de cor ouro, ficando no centro o escudo de armas do Brasil.”<sup>10</sup>

A primeira bandeira oficial do país não faz referências àquela projetada para D. João VI, mesmo que lhe seja quase uma cópia. Como diferenças importantes há o laço em lugar do dragão verde – sai um símbolo português em troca de um

<sup>10</sup> LUZ op. cit. p. 63-64. Os projetos da bandeira imperial estão têm destaque entre as muitas obras de arte de Jean-Baptiste Debret: LAGO, Pedro Corrêa do (Coord. Editorial). *Debret e o Brasil: obra completa (1816-1821)*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2017.

brasileiro, por modesto que seja – e um troca do ramo de cana pelo de café, claramente uma menção à nova grande produção do Brasil. Depois, quando coroado e consagrado imperador, no mesmo dia 1.º de dezembro decretou que “[...] hei de ordenar que a Coroa Real [...] seja substituída pela Coroa Imperial.”<sup>11</sup> Ou seja, o Império do Brasil cuja inauguração de deu há duzentos anos, tem no seu símbolo maior de nação independente um pavilhão repleto de símbolos portugueses, como se o novo país estivesse ainda muito preso à sua antiga metrópole: a dinastia e seus adereços não representavam uma independência!<sup>12</sup>

Outro símbolo da Pátria é o Hino Nacional, que tem normativas e formas oficiais solenes no seu cumprimento.<sup>13</sup> A primeira versão de um hino para o Brasil teria sido apresentado no mesmo 7 de setembro da Independência na Ópera de São Paulo, e teve sua autoria atribuída ao próprio Pedro I.<sup>14</sup> No entanto, há quem discuta a autoria da música, que seria do maestro lusitano Marcos Portugal. Já a letra foi escrita pelo jornalista e poeta Evaristo da Veiga em agosto de 1822, que a intitulou *Hino Constitucional Brasiliense*, mais tarde *Hino da Independência*, como é conhecido no presente. Os versos são vibrantes em prol

<sup>11</sup> LAGO, Pedro Corrêa do (Coord. Editorial). *Debret e o Brasil: obra completa (1816-1821)*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2017, p. 64-65.

<sup>12</sup> Faço algumas comparações com bandeiras nacionais que derivaram de movimentos libertários radicais. 1) Revolução Americana. Em 1765 surgiu um movimento contra a dominação britânica nas 13 colônias da América do Norte. Cada uma delas enviou um representante, chamados *Sons of Liberty*, e, ao final do encontro, foi desenhada uma bandeira formada por 7 listras horizontais vermelhas, alternadas por 6 brancas, chamada *Rebellious Stripes*. No início da Revolução Americana, em 1776, Washington usou esta bandeira como fundo e sobrepôs no quadrante superior esquerdo uma reprodução da britânica, apontando para a origem de seu povo, criando a *Grand Union Flag*. Em 1777 esta foi trocada por um retângulo azul com 13 estrelas brancas, a atual bandeira dos Estados Unidos da América, *Old Glory* ou simplesmente *Stard and Stripes*. Partindo de uma ideia libertária, as listras horizontais das colônias se converterem em estados, luzes num firmamento azul. 2) Revolução Francesa. A grande revolução antimonárquica e anticlerical, estampou seu radicalismo nos Direitos do Homem e do Cidadão. A partir do mastro as faixas azul, branca e vermelha simbolizam Liberdade, Igualdade e Fraternidade, lemas caros ao radicalismo revolucionário. 3) Revolução Russa. A primeira revolução socialista talvez seja a mais representativa de sua natureza. Sobre o fundo vermelho, a cor revolucionária por excelência, aparecem em dourado a foice e o martelo cruzados indicando a aliança das classes sociais oprimidas, camponeses e proletários, antes da revolução. Acima está a estrela dourada representando o Partido Comunista que dirigia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

<sup>13</sup> O Hino Nacional tem uma dupla autoria. Sua primeira versão tem foi de Francisco Manoel da Silva, datando de 7 de abril de 1831, dia da abdicação de Pedro I. O então *Hino de Sete de Abril* tinha versos xenofóbicos e racistas. Já a música permaneceu até os dias atuais. A letra de Joaquim Osório Duque-Estrada foi aprovada num concurso realizado em 1909 e oficializada em 1922, ano do centenário da Independência. LUZ op. cit. p. 167-170.

<sup>14</sup> Em 1922 Augusto Bracel pintou *Primeiros Sons do Hino da Independência* ou, mais simplesmente, *Hino da Independência*, mostrando Pedro I tocando o hino que teria composto.

da ruptura com Portugal, e alguns os comparam àqueles da própria Marselhesa. (Em 1834, já como rei Pedro IV de Portugal, compôs o *Hino da Carta* – uma homenagem à Carta Constitucional que ele mesmo outorgou ao país – que foi adotado como hino nacional português até 1910. Tomou gosto por hinos!)<sup>15</sup>

Talvez por ser a demonstração mais cabal de uma separação do Brasil de sua antiga metrópole, o hino não tenha sido muito apreciado pela corte, em grande parte formada por nobres, militares e funcionários portugueses. Tampouco sua composição atribuída ao próprio imperador não o fazia apreciado pelos seus opositores. Permaneceu, portanto, o *Hino da Independência* até nossos dias com um papel secundário no hinário brasileiro.

Além de toda essa simbologia nacional – deixando de fora o Brasão e o Selo – as figuras reais também faziam parte de uma representação quase teatral, a corte! Como eram fisicamente os reis? Como se portavam socialmente? E as roupas deles? Que significado tinham no “teatro” e fora dele? Pedro I, o herói da Independência, é quase sempre retratado usando vestes militarizadas, quase uniformes: botas de montar, culotes brancos, túnicas azuis. Sua imagem mais conhecida, o quadro *Independência ou Morte*, ou *Grito do Ipiranga*, que Pedro Américo pintou em 1888: o então regente está ao fundo, montado a cavalo, com a espada desembainhada apontando para os céus, cercado por um semicírculo de cavaleiros todos eles vibrando e jogando chapéus para o alto. À direita da pintura mal se vê um miserável rancho, enquanto à esquerda um carreteiro assiste com assombro a cena, por certo incompreensível. A cena é marcial, como o usual na representação de batalhas, guerras e outras manobras castrenses. Mais que um rei, ali está um comandante assumindo a liderança de um movimento que não teria retorno possível.<sup>16</sup>

Mas Pedro I também era retratado como um homem bonito. Mais além da virilidade que era destacada pela postura, fosse montado ou não, os retratos procuravam atenuar seus traços. Também aqui as dragonas militares eram

<sup>15</sup> O jovem príncipe reconhecia sua pouca dedicação aos estudos. Gabava-se, porém, de suas habilidades como músico, capaz de tocar diversos instrumentos. SETÚBAL, Paulo (1927). *As Maluquices do Imperador (1808-1834)*. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

<sup>16</sup> Muito a propósito de cenas militares, o quadro de Pedro Américo é quase uma cópia da pintura “1807, Friedland”, do francês Jean-Louis Meissonier, realizada de 1861 a 1876, homenageando uma das tantas vitórias de Napoleão Bonaparte.

adornadas por uma quantidade enorme de insígnias, comendas, condecorações, medalhas de toda ordem, destacando a importância dinástica, política e o poder da personagem.<sup>17</sup>

A vida amorosa de Pedro, desde sua juventude, foi tratada por diversos dos seus biógrafos e também de ficcionistas. Teve muitos envolvimento tórridos o suficiente para que o rei João VI usasse seus poderes, incluindo o tesouro do reino, para evitar escândalos. Pedro, no entanto, também tinha pessoas de sua confiança na Corte, funcionários de baixo escalão na intrincada burocracia do Reino. Mesmo depois de casado com Leopoldina, Pedro nunca abandonou as tavernas e as relações fora do casamento, premiando seus cúmplices com altos cargos quando se tornou imperador.<sup>18</sup> O grande romance de Pedro foi com Domitila de Castro, de uma família nobre de São Paulo. Ela obtivera separação de um casamento infeliz, e tornou-se amante de Pedro poucos dias antes da Independência. Domitila foi residir no Rio de Janeiro, e em 1826 o imperador fê-la Marquesa de Santos, como é mais conhecida.<sup>19</sup>

Mas e o segundo Pedro? Deste há fotografias, e ele ter-se-ia tornado um homem discreto no vestir, com trajes tipicamente burgueses. Com fardamento militar esteve no Rio Grande do Sul quando da ocupação de Uruguaiana pelo exército paraguaio no início da Guerra da Tríplice Aliança. Nas suas viagens internacionais não se distinguia dos chefes de Estado de países republicanos. Gostava de novidades: o Brasil foi o segundo país a adotar selos postais, o próprio imperador adquiriu um telefone em 1877, entre outras coisas. Todavia, nas cerimônias palacianas se apresentava com trajes espantosos! Talvez o mais assombroso deles tenha sido retratado por Pedro Américo no quadro de 1872 intitulado *Fala do Trono* ou *Pedro II na Abertura da Assembleia Geral*, no caso

<sup>17</sup> Dentre tantas aponto o quadro *Pedro I*, de Simpício de Sá, um discípulo de Debret, pintado em 1831, justamente no ano da abdicação.

<sup>18</sup> SETÚBAL op. cit. Há ainda o humorístico romance sobre Chalaça, um dos mais citados auxiliares de Pedro nas suas andanças: TORERO, José Roberto (1995). *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, o Chalaça*. São Paulo: Alfaguara, 2014.

<sup>19</sup> As relações de Pedro e Domitila permaneceram até 1829, quando Pedro casou-se pela segunda vez. Tiveram uma única filha, Isabel Maria, que recebeu o título de duquesa de Goiás, o mais alto grau da nobreza. Das muitas obras sobre o imperador e a marquesa, ver: ALCÂNTARA, Pedro. *Cartas do Imperador D. Pedro I a Domitila de Castro (Marquesa de Santos)*. Rio de Janeiro: Typ. Moraes, 1896 (on-line). RANGEL, Alberto (1927). *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

do mesmo ano em que foi pintado. Sobre ele a escritora e historiadora da arte Lu Dias Carvalho sintetiza:

O imperador, com seus suntuosos trajes, é a figura central da tela. De pé diante do trono, sobre um tapete vermelho, traz na mão esquerda a espada e na direita o cetro, que tem na parte superior a serpe imperial, um ornato em forma de serpente, símbolo da Casa de Bragança. Uma magnífica coroa de ouro, cravejada de pedras preciosas, cinge-lhe a cabeça. Seu manto azul-escuro na parte externa, e vermelho na interna, está ricamente bordado. No peito, ele traz uma murça alaranjada, confeccionada com penas do papo de tucano.<sup>20</sup>

Sobre o espantoso traje, a historiadora Clara Rocha Freesz, que estudou profundamente as roupas do imperador, escreveu que elas seriam próprias dos séculos XVII e XVIII, muito assemelhadas àquelas usadas pelo rei da Inglaterra Carlos II (1660-1685), ou mesmo a Francisco I da Áustria (1792-1835), avô materno de imperador Pedro II.<sup>21</sup> Ou seja, o “imperador-filósofo”, que se correspondia com o romancista Víctor Hugo, mantinha costumes do Antigo Regime. Para não falar sobre a garantia de um poder central que mantivesse a escravidão!

### *Aventuras da Casa Imperial inexistente!*

Começo com a trajetória do nosso atual “*divino pendão da esperança*”, a bandeira republicana que é o símbolo máximo da nação brasileira, com padrões muito

<sup>20</sup> CARVALHO, Lu Dias. *Vírus da Arte & Cia*. Site brasileiro especializado em arte e cultura, 2012. <https://virusdaarte.net/pedro-americo-fala-do-trono/>.

<sup>21</sup> FREESZ, Clara Rocha. A Odisseia das Roupas de D. Pedro II: dos Guarda-Roupas Reais às Arcas do Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora (RJ): Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015, p. 259-260. Outra oportunidade escrevi o texto “O Rei está nu... Morra o Rei”, sobre a película Casanova e a Revolução, de Erttore Scola. Nele chamo atenção para o papel que representava o traje real de Louis XVI e salientei: “A adoração da roupa mostrada no filme é a principal cena: ela resume o Antigo Regime [...]” In: GUAZZELLI, Cesar A. B.; DOMINGOS, Charles S. M.; BECK, José O.; QUINSANI, Rafael H. (Org.). *A Prova dos 9: a História Contemporânea no Cinema*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2009, p. 28.

parecidos àqueles do pavilhão do império que acabava de ser derrubado.<sup>22</sup> Mantidos o retângulo verde e o losango amarelo nele inscrito, seguiam estas cores como representantes do Brasil. Retirava-se o escudo imperial em seu lugar entrava o atual círculo azul, como se fosse o firmamento visto no hemisfério sul da Terra, atravessado pela faixa branca semicircular como o Equador. Na faixa, as palavras “*ORDEME PROGRESSO*” em letras verdes.<sup>23</sup> Distribuídas no círculo, as estrelas brancas das províncias se distribuem conforme suas posições aparentes na constelações vistas do Sul; a única exceção é a estrela do Pará, na época o único estado acima do meridiano imaginário. Se a bandeira nacional mostrava uma ruptura evidente com aquela do Império, ainda apontava para sua origem a partir dela.

Por outro lado, já no seu segundo decreto, os republicanos trataram da família imperial destronada, e lhe concedia uma ajuda de custo de 5.000:000\$:

DECRETO Nº 2, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1889

Provê á decência da posição da família do ex-imperador e ás necessidades do seu estabelecimento no estrangeiro.

O Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, querendo prover á decência da posição da família que acaba de ocupar o trono do país, e ás necessidades do seu estabelecimento no estrangeiro, resolve:

Art. 1º E' concedida á família imperial, de uma vez, a quantia de cinco mil contos de réis.

Art. 2º Esta concessão não prejudica as vantagens asseguradas ao chefe da dinastia deposta e sua família na mensagem do Governo Provisório, datada de hoje.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisório, 16 de novembro de 1889, 1º da Republica.

<sup>22</sup> Entre 15 e 19 de novembro de 1989 foi usada uma versão inspirada na bandeira dos Estados Unidos da América: sobre o fundo listrado formado por sete listras horizontais verdes e outras 6 amarelas, no canto superior esquerdo havia um quadrado azul, no qual estavam vinte e uma estrelas, representando as províncias, depois estados brasileiros. Afinal, o nome oficial do país até 1969 era Estados Unidos do Brasil. Uma das raras vezes em que foi hasteada esta bandeira, foi no vapor Alagoas que levava a família imperial para o exílio, uma forma de repúdio à mesma.

<sup>23</sup> A expressão foi retirada da frase “*O amor por princípio, ordem por meio e o progresso por fim*”. COMTE, Auguste. Catecismo Positivista. In: \_\_\_\_\_. *Comte. Coleção Pensadores* (Sel. Textos: José Arthur Gianotti). São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 117-132.



Lobo.” Pelo Presidente da Republica, o ministro do interior, Aristides da Silveira Lobo. - Ruy Barbosa. - Q. Bocayuva. - Benjamim Constant. - Eduardo Wandenkolk. - Aristides da Silveira.<sup>24</sup>

Uma reação injuriosa por parte do imperador deposto recusando a ajuda monetária oferecida e alegando direitos ora revogados, provocou ao governo provisório de Deodoro da Fonseca uma resposta enérgica vinda no decreto 78-A de 21 de dezembro:

DECRETO Nº 78-A, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1889  
**Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório**, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, considerando:  
que o Sr. D. Pedro de Alcântara, depois de aceitar e agradecer aqui o subsidio de 5.000:000\$ para ajuda de custo do seu estabelecimento na Europa, ao receber das mãos do general, que lh'o apresentou, o decreto onde se consigna essa medida, muda agora de deliberação, declarando recusar semelhante liberalidade;  
que, repelindo esse ato do Governo Republicano, o Sr. D. Pedro de Alcântara pretende, ao mesmo tempo, continuar a perceber a dotação anual sua e de sua família em virtude do direito que presume subsistir-lhe por força da lei;  
que essa distinção envolve a negação evidente da legitimidade do movimento nacional, e encerra reivindicações incompatíveis hoje com a vontade do país, expressa em todas as suas antigas províncias, hoje Estados, e com os interesses do povo brasileiro, agora indissolavelmente ligados á estabilidade do regime republicano;  
que a cessação do direito da antiga família imperial à lista civil é consequência imediata da revolução nacional, que a depois, abolindo a monarquia;  
que o procedimento do Governo Provisório, mantendo, a despeito disso, essas vantagens ao príncipe decaído, era simplesmente uma providencia de benignidade republicana, destinada a atestar os intuitos pacíficos e conciliadores do novo regime, ao mesmo tempo que uma homenagem retrospectiva á dignidade que o ex-imperador ocupara como Chefe do Estado;

<sup>24</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Coleção de Leis do Brasil – 1889 (Vol. 1)*. Brasília: Palácio do Congresso Nacional, s/d, p.2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2-16-novembro-1889-541921-publicacaooriginal-48643-pe.html>

que a atitude presentemente assumida pelo Sr. D. Pedro de Alcântara neste assunto, pressupondo a sobrevivência de direitos extintos pela revolução, contém o pensamento de desauteral-a, e anima veleidades inconciliáveis com a situação republicana; que, conseqüentemente, cessaram as razões de ordem política, em que se inspirara o Governo Provisório, proporcionando ao Sr. D. Pedro de Alcântara o subsidio de 5.000:000\$, e respeitando temporariamente a sua dotação;

Decreta:

Art. 1º É banido do território brasileiro o sr. D. Pedro de Alcântara, e com ele sua família.

Art. 2º Fica-lhe vedado possuir imóveis no Brasil, devendo liquidar no prazo de dois anos os bens dessa espécie, que aqui possuem.

Art. 3º É revogado o decreto n. 2 de 16 de novembro de 1889, que concedeu ao Sr. D. Pedro de Alcântara 5.000:000\$ de ajuda de custo para o seu estabelecimento no estrangeiro.

Art. 4º Consideram-se extintas, a contar de 15 desse mês, as dotações do Sr. D. Pedro de Alcântara e sua família.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório<sup>25</sup>.

O texto é claro! No despertar da República, a família imperial foi posta a correr, impedida de ter propriedades no Brasil e sem receber quaisquer estipêndios do governo. O gesto aparentemente altivo de Pedro II em recusar os cinco mil contos, escondia um lado reivindicador de quem ainda estivesse no trono.

Viria mais um decreto importante no ano seguinte, agora sobre os títulos de nobreza da extinta corte da única monarquia americana:

DECRETO Nº 277-F, DE 22 DE MARÇO DE 1890

Declara abolidos todos os títulos, foros de nobreza e ordens honoríficas estabelecidos pelo antigo regime, com exceção das ordens de Aviz e do Cruzeiro.

Art. 1º Ficam abolidos todos os títulos, foros de nobreza e ordens honoríficas estabelecidos pelo antigo regime, com exceção das ordens de Aviz e do Cruzeiro, as quais permanecem com todas as

<sup>25</sup> Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (Atualizei a grafia original.) [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1889/D0078-A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1889/D0078-A.htm)

honras, direitos e isenções indicados na legislação que as criou.  
Manoel Deodoro da Fonseca.<sup>26</sup>

Outro texto sem rodeios, quase jacobino. À antiga nobreza palaciana que rodeava o soberano, se somaram, já quando a crise da monarquia se avizinhava, títulos menores atribuindo baronatos a militares e proprietários de terras, especialmente em províncias afastadas da corte. Quanto às ordens da Aviz e do Cruzeiro, eram comendas militares, portanto não afetaram as restrições à nobreza do Império.

A família Orleans e Bragança no exílio mantinha-se em contato e intrigas de corte com outras monarquias europeias, inclusive algumas de reinos já extintos. Eram últimos espasmos do Antigo Regime, mas mantinham-se pompas e fanfarras! Mas também andava às voltas com questões dinásticas. O primogênito de Isabel, Pedro de Alcântara, o herdeiro do império inexistente, casou-se com uma nobre do reino da Boêmia, mas que não pertencia a uma família real. Devido à intransigência da mãe, em 1909 Pedro renunciou seu “direito” ao trono imaginário, de acordo com a constituição imperial, que também não mais valia. Assim, passou o sacro poder de “imperador” que não era para o irmão Luís Felipe, este sim casado com uma “autêntica” princesa do reino das Duas Sicílias, desaparecido como tal desde 1860. Este é apenas um dos lados da confusão dinástica, já que o Conde d’Eu, consorte da princesa Isabel – que havia abdicado de direitos dinásticos a um trono francês que também teimava em existir, por conta de uma mais concreta chance na monarquia brasileira, à qual cedeu o sobrenome de Orleans – resolveu novamente voltar às origens nobiliárquicas gaulesas. Impérios e reinos de faz-de-conta!

Voltaria a família se-dizente imperial ao Brasil? Aproximava-se o centenário da Independência e em 1921 falecera a princesa Isabel. Como seria a volta dos descendentes dos imperadores? Como a dar vaza a tais sonhos megalômanos, em 3 de setembro de 1920, por conta da proximidade dos cem anos da nação, houve uma “reconquista” dos Bragança, pois o presidente Epitácio Pessoa, num decreto também muito direto, anulou aquele de Deodoro da Fonseca:

<sup>26</sup> Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (Atualizei a grafia original). [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1889/D277-A=F.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1889/D277-A=F.htm).

DECRETO Nº 4.120, DE 3 DE SETEMBRO DE 1920  
5Art. 1º Ficam revogados os arts. 1º e 2º do decreto n. 78 A, de 21 de dezembro de 1889.

Art. 2º fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévio assentimento da família do ex-Imperador D. Pedro II e do Governo de Portugal, trasladar para o Brasil os despojos mortais do mesmo e os de sua esposa, D. Thereza Christina, fazendo-os recolher em mausoléu condigno e para tal fim especialmente construído.

Art. 3º Fica o Governo autorizado a abrir, para tal fim, os necessários créditos.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1920, 99º da Independência e 32º da Republica.  
Epitácio Pessôa.<sup>27</sup>

Os Bragança mortos podiam voltar para casa! Os restos mortais do soberano banido e sua esposa foram os primeiros membros da família imperial trazidos solenemente para o Brasil. Mas os Orleans e Bragança vivos voltaram divididos: não bastasse uma família imperial, a partir de então o Brasil passaria a ter duas, e o cisma dinástico acompanhou o regresso ao Brasil. A ideia de restaurar a monarquia que não existia necessitava de um herdeiro legítimo, mas a renúncia do primogênito, que trocara o trono por um amor terreno, teve uma reversão 28 anos depois de ter sido reconhecida.<sup>28</sup> Pedro de Alcântara em 1937 denunciou que sua renúncia à primogenitura não atendia a regulamentos legais e dinásticos. Falecido em 1940, coube ao filho Pedro Gastão disputar a “casa imperial” inexistente, dando origem ao ramo de Petrópolis. Já os sucessores do filho abençoado pela matriarca Isabel, formaram o ramo de Vassouras, considerados legítimos herdeiros do trono inexistente.

Já seus parentes de Petrópolis ficaram com um prêmio bem mais interessante que um prato de lentilhas, ou seja, os ganhos materiais dos imperadores de fato! Pedro I adquirira em seu tempo a Fazenda do Córrego Seco, onde hoje se

<sup>27</sup> Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (Atualizei a grafia original.). [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dpV/DPL4120 - 1920.htm#](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpV/DPL4120 - 1920.htm#)

<sup>28</sup> Talvez a questão sucessória, apesar de sua beatitude, tenha se inspirado naquela história bíblica pouco edificante dos filhos gêmeos de Isaac e Rebeca: Esaú nascera antes de Jacó, logo era o primogênito. Enganado pelo irmão, trocou com ele a primogenitura por um mísero prato de lentilhas. BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Gênesis. II História dos Patriarcas*: 25-29 a 25-33. São Paulo: Paulus, 2006, p. 66-67.

localizam as áreas mais centrais de Petrópolis, pretendendo edificar uma morada de veraneio. Em 1847, seu sucessor, Pedro II, incentivou o povoamento do lugar, onde também construiu o Palácio Imperial de Petrópolis, mais tarde transformado em Museu Imperial, onde passava os verões. A fazenda foi loteada entre os moradores atraídos para o lugar, e o imperador recebia a assim chamado *laudêmio*<sup>29</sup> – uma espécie de aforamento ou enfiteuse – pela ocupação de uma terra que lhe pertencia particularmente. Seus descendentes ali instalados criaram a Companhia Imobiliária de Petrópolis, e cobram o memo *laudêmio* de Pedro II, jocosamente apelidado de “taxa do príncipe”, no valor de 2,5% de todas transações imobiliárias realizadas na área correspondente á referida fazenda, o centro e adjacências da cidade. Além disto, dispõem do Palácio do Grão-Pará, o único bem devolvido em 1925 à família, onde moram alguns deles.<sup>30</sup>

### *Médici vai virar Pedro I, Pedro I vai virar Médici*

Desde o golpe militar de 1964 o Brasil vivia sob o tação numa Ditadura Civil-Militar de Terror de Estado, seguindo os ditames da Ideologia de Segurança Nacional criada nos Estados Unidos durante a Guerra Fria. A situação se acentuara em muito a partir do Ato Institucional n.º 5. Quase todos os países do subcontinente viviam sob o poder de governos militares, títeres dos Estados Unidos.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> *Laudêmio*. “Compensação devida ao senhorio direto, por não usar o direito de preferência quando o enfiteuta aliena onerosamente o imóvel foreiro.” INSTITUTO HOUAISS op. cit. p. 1730.

<sup>30</sup> Os muitos palácios da Casa Imperial no século XIX foram desapropriados e hoje sediam diversas instituições públicas: o já citado Palácio Imperial de Petrópolis, é o Museu Imperial; o Palácio de São Cristóvão, residência oficial dos imperadores, é o Museu Nacional; o Paço Isabel, moradia da princesa, é o Palácio Guanabara, sede do governo estadual do Rio de Janeiro; o Paço Leopoldina, onde vivia a primeira imperatriz, foi demolido em 1930, depois de ter abrigado a Fundação Osório e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; o Paço Imperial, sede do governo imperial, é um Centro Cultural importante que leva o mesmo nome; a o palácio da Fazenda Imperial de Santa Cruz, antiga residência de verão da família imperial, sofreu muitas reformas que o descaracterizaram, é hoje ocupado pelo Batalhão Escola de Engenharia; a Casa da Princesa Isabel, residência dela e dos seus em Petrópolis, atual sede da Companhia Imobiliária de Petrópolis e do Antiquário de Princesa.

<sup>31</sup> Não é objetivo do texto discorrer sobre as Ditaduras Civil-Militares na América Latina, tampouco o caso específico do Brasil. Para tanto, remetemos a alguns autores e obras: COMBLIN, José. *A Ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. CUEVA, Agustín. *Teoría Social y Procesos Políticos en América Latina*. México: Edicol, 1979. O'DONNELL, Guillermo. *El Estados Burocrático y Autoritario*. Buenos Aires: Belgrano, 1981. SADER, Eder. *Um Rumor de Botas. Ensaios sobre a Militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982. COLLIER, David (Org.) *O Novo Autoritarismo na*

No entanto, havia uma diferença significativa em relação à participação do Estado na economia nacional: no caso brasileiro, os governos militares investiram em áreas julgadas estratégicas para a própria Segurança Nacional, com destaque para a integração do país, produção de energia e desenvolvimento tecnológico.<sup>32</sup>

Durante o governo do ditador Médici (1969-1974) o crescimento econômico do país ensejou o assim chamado “Milagre Brasileiro”, que tinha à testa o Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto. O Estado promoveu a atividade industrial, aumentando créditos para os empresários, facilitado a entrada de capitais estrangeiros, além de arcar com as “obras faraônicas”. O crescimento do PIB nesse período foi de 11%: além do empresariado, também os grupos médios urbanos foram muito favorecidos, estimulando a produção de bens de consumo duráveis, automóveis, além da construção civil. Estas benesses não estiveram ao alcance dos trabalhadores, submetidos a baixos salários e precarização dos serviços básicos.<sup>33</sup>

Maior visibilidade alcançaram os projetos de integração nacional, que envolviam obras públicas de grande vulto, propagandeadas pomposamente de “faraônicas”, ou de “ciclópicas”. Somando-se à rodovia Belém-Brasília, que cortava o Brasil de Norte a Sul, foi a rodovia Transamazônica, de leste a oeste, unindo as regiões Nordeste e Norte do país, iniciada em 1972. O projeto previa uma extensão de 4.977 quilômetros, do litoral da Paraíba à fronteira com o Peru, dos quais estão construídos 4.260 quilômetros. Além desta integração da Amazônia, seria uma via importante de acesso aos portos do oceano Pacífico através do Peru.<sup>34</sup>

---

*América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A, B. (Org.) *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. FERNÁNDEZ, Jorge C. (Org.) *1964: Cinquenta Anos*. Campo Grande: UFMS, 2014.

<sup>32</sup> As ideias fundadoras deste plano desenvolvimentista eram dadas por uma dupla perspectiva: 1) uma “Guerra Total” entre as grandes potências, com destruição mútua dos EUA e da URSS; 2) o alinhamento do Brasil com o “Ocidente”, ampliando a liderança que já tinha na América Latina, e projetando-se como o país do futuro pós-apocalíptico. ASSUNÇÃO, Vânia N. F. de Assunção *O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva* São Paulo: PUCSP (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo 1999, p. 127-166. Para um exame acurado do pensamento de Golbery ver: COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

<sup>33</sup> Delfim Netto, quando indagado sobre este desequilíbrio, numa cínica metáfora, dizia que precisava “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”. Como leituras para não-economistas, sugiro: RANGEL, Ignacio. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*; Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 41-51. CANO, Wilson. *Milagre Brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas*. *Marxismo* 21.2014, p. 3-5. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/03/W-Cano-O-milagre-economico.pdf>

<sup>34</sup> Sobre as questões sociais provocadas pela Transamazônica ao longo de sua implementação, ver: BRAGA, Magno Michell M.; SOUZA, César Martins de. *Transamazônica: terra, trabalho e sonhos*. *Revista*

Outra ação estratégica era a transformação econômica da Amazônia, mudando o modelo extrativista de seringueiras e madeiras de lei para priorizar a criação de gado bovino, visando expansão agropecuária da região. Isto abriria a possibilidade de ocupação de áreas “vazias” com trabalhadores sem-terra do Sul e partes do Centro-Oeste, diminuindo as tensões sociais no campo. Além disto, o Projeto Rondon, implantado em 1967, proporcionou a ida periódica de universitários de todo país para o atendimento de populações ribeirinhas de baixa renda. Ao que parece, esta iniciativa social, além de buscar – e conseguir – alguma simpatia entre os estudantes, tinha como ideia apresentar um mercado de trabalho aberto para profissionais de nível universitário. Ainda, como uma atração extra para a Amazônia foi a criação da Zona Franca de Manaus, sonho de consumo de muitos dos brasileiros com alto poder aquisitivo.<sup>35</sup>

Outros projetos importantes da Ditadura Civil-Militar foram iniciados depois do governo Médici, portanto fora do marco do Sesquicentenário e da volta do príncipe que simbolizava o aniversário. Para citar, a Hidroelétrica Binacional de Itaipu, uma gigantesca barragem do Rio Paraná entre o Brasil e o Paraguai. Parte de uma estratégia para oferta de energia, trouxe sérios problemas ambientais e questões diplomáticas com a Argentina, cuja Ditadura de Terror de Estado, apesar de alinhada com a brasileira, temia o poder crescente do Brasil no âmbito do Cone Sul.<sup>36</sup> Já a ponte Rio-Niterói foi mais uma obra de engenharia de alto investimento, também importante na integração Sul-Norte do país, e que exigiu o desenvolvimento de relevantes técnicas, equipamentos e materiais nacionais.<sup>37</sup> A construção de usinas termonucleares em Angra dos Reis (RJ) e o desenvol-

---

Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 12, n. 1, jan.-jul., 2019. RUFFINI, Martha; SOUZA, César Martins de. Desenvolvimento e Impactos Socioambientais na Construção de Grandes Obras na Amazônia e na Patagônia (1964-1974) Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.189-225, 2020, p. 192-203.

<sup>35</sup> Sobre os graves efeitos sociais desses planos econômicos, ver: MAIA, José Sávio da C. A. *Florestania, o Desenvolvimento (In)Sustentável e as Novas Fronteiras da Sócio-Diversidade no Vale do Rio Acre na Virada do Século XX: o Caso dos Trabalhadores Extrativistas*. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2009, p. 46-89

<sup>36</sup> Com o alagamento da barragem, desapareceu uma das mais célebres belezas naturais da região, as Salto de Sete Quedas ou Saltos del Guairá, as maiores cataratas do mundo em volume d'água, duas vezes o de Niágara. Quanto às muitas questões sociais geradas pela Hidroelétrica de Itaipu, ver: BLANC, Jacob, *Antes do Dilúvio*. Itaipu e a história da ditadura no campo. São Paulo: Garamond, 2021.

<sup>37</sup> Sobre a repercussão das grandes obras da Ditadura Civil-Militar ver: BEAL, Sophia. *Brasil em Construção. As obras públicas na literatura do século XX*. Porto Alegre: Zouk, 2017, p. 119-142.

vimento de uma indústria bélica, mesmo com a oposição dos Estados Unidos, trouxe à ditadura brasileira um “nacionalismo” visto com simpatia por muitos.<sup>38</sup>

Associar o “milagre” com a celebração do Sesquicentenário da Independência exigiu da ditadura a atenção para uma propaganda eficiente que mostrasse interna e externamente a correção de rumos dada pelo governo, responsável por um país que fazia o melhor para os brasileiros. O Brasil precisava ser visto como bonito e vistoso, interna e externamente. Em especial, o país precisava de cores que representassem a pujança do governo Médici para os festejos de 150 anos! E elas vieram pela TV, pelo Cinema, pelos Selos Postais e obviamente, pela Seleção Brasileira! O Verde-Amarelo ganhou as ruas!

A história da Televisão a cores no país estava ainda nos seus começos, e antecede em 11 meses o Golpe Militar. Em 1.º de maio de 1963 a TV Tupi de São Paulo fez a primeira transmissão a cores no país, mas até o final do ano havia apenas 300 televisões coloridas. Já a Copa do Mundo de 1970, que foi transmitida a cores via satélite, tinha recepção apenas em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. A primeira transmissão nacional foi pela TV Globo, justamente em 1972, dia 18 de fevereiro: foi na Festa da Uva, em Caxias do Sul (RS), lançada pelo próprio Médici<sup>39</sup>.

Já o Cinema nacional estava distante dos altos momentos do Cinema Novo, consagrado no país e fora dele, imbrincado com as questões sociais mais profundas do Brasil. A ditadura tinha outros planos, criou uma estatal para o cinema: Empresa Brasileira de Filmes S. A. (Embrafilme), cuja função era a produção e distribuição de filmes brasileiros. Vale dizer que a censura era muito presente, e a Embrafilme exercia alguma mediação em atritos deste tipo. É ainda importante que o filmes atraíam grande público, e o país tinha na década de 1970 mais de três mil cinemas.<sup>40</sup>

<sup>38</sup> O Brasil tornou-se um dos principais fornecedores de armas para países magrebins e do Oriente Médio. Ver: DAGNINO, Renato Peixoto. *A Indústria Bélica Brasileira: uma Tentativa de Avaliação*. UNICAMP (Tese de Doutorado em Economia), 1989. PONCE, André Luiz G.. *Da Serra ao Vale: história da indústria bélica e estratégica no projeto “Brasil Potência” (1964-1993)*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado em História Econômica), 2022.

<sup>39</sup> Para uma história mais aprofundada de TV no Brasil, ver: CANALI, Geraldo Valente. *Estudo para identificação de fases da Televisão no Brasil (1950-2000)*. Porto Alegre: PUCRS (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). 2002.

<sup>40</sup> No início da década de 1970, Porto Alegre tinha ao redor de 50 cinemas, treze deles no Centro. Alguns



Portanto, exibir um filme nacional sobre a Independência e seu maior protagonista era uma ótima janela para propagandear a comemoração dos 150 anos: *“Independência ou Morte”*, dirigido por Carlos Coimbra e encenado por um grande elenco. Atuou como Pedro I, o maior galã brasileiro da Telenovela e do Cinema, Tarcísio Meira; quando jovem, o papel coube ao filho, também ele Tarcísio. Glória Menezes, esposa de um Tarcísio e mãe de outro, fez a Marquesa de Santos. Segundo a Embrafilme, quase três milhões de espectadores assistiram a película, contando apenas o ano de 1972.

Os selos postais também são representantes de um país e o Brasil tem tradição neste assunto. Foi uma invenção inglesa em 1840, para obrigar ao remetente os serviços postais aos destinatários, que muitas vezes recusavam o recebimento correspondências para não pagar pelo serviço de entrega. O Império brasileiro adotou o sistema em 1842, e em 1843 já o colocou em andamento. Eram selos impressos na Casa da Moeda, o valor a ser pago, em preto-e-branco. Os três primeiros receberam o apelido de “Olho de Boi”: eram impressos em preto-e-branco, destacando apenas o valor postal. E os selos brasileiros seguiram pouco vistosos em relação a outros países. O governo militar usou também as possibilidades propagandistas dos selos, cujas imagens alcançavam todos os rincões do Brasil, outros países, além dos filatelistas. Muito coloridos, mostrando imagens atrativas do país, desde belezas naturais, tipos característicos de cada região, trabalhadores de todo tipo, festas etc. No Sesquicentenário não faltaram os “grandes” brasileiros, com ênfase nos militares e nos “heróis” da Independência, com muitas séries especiais.<sup>41</sup> Aos 150 anos o Brasil tinha outra “independência”! Claro, não podiam faltar aqueles comemorando o Campeonato Mundial de 1970!

A maior conquista do futebol brasileiro tinha sido até então o Tricampeonato na Copa do Mundo de 1970, realizada no México. Foi – é questão de opinião, mas a minha está certa! – a melhor de todos os tempos! Quem afiança é o maior historiador contemporâneo – também é questão de opinião, mas con-

---

tinham plateias muito grandes (a maior era do Cine Castello, no bairro da Azenha, com 1.350 lugares).

<sup>41</sup> SOUZA, Helder Cyrelli. *Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura militar brasileira*. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 55-94. Um selo particularmente interessante mostra Médiçi engalanado como presidente ao lado do escudo imperial na metade superior do selo, e na outra Pedro I ladeado pelo escudo republicano.

tinuo certo, com perdão pela tautologia –, o britânico Eric Hobsbawm!<sup>42</sup> Numa campanha inédita de seis vitórias, foi a primeira seleção a conquistar por três vezes o Mundial, com direito a trazer definitivamente a Taça Jules Rimet. Em 1971 disputou com a Argentina a Copa Roca: com dois empates, o título foi dividido. O uso do futebol como legitimador de um regime não era novidade, e a Seleção tinha sido uma prioridade para a ditadura: depois do fiasco da Copa de 1966, a vitória era vital para prestígio do governo militar, que interferiu na organização do escrete e no seu preparo.<sup>43</sup>

Em 1972 trazer de volta o sucesso de 1970 seria consagrador para a ditadura militar: foi planejada a Taça Independência, ou Minicopa, um grande competição internacional com 18 representações nacionais, mais duas continentais.<sup>44</sup> A Seleção jogaria desfalcada de seu principal jogador de todos os tempos: Pelé, depois de quatro Mundiais, fizera sua última partida em 18/7/1971, ainda no auge. Mas os jogadores de 1970, com poucas mudanças, permaneciam os mesmos.<sup>45</sup> A Taça foi jogada de 11 de junho a 9 de julho, com a partida final entre Brasil e Portugal: vitória brasileira por 1 a 0, num jogo disputadíssimo. Nada

<sup>42</sup> “Quem, tendo visto a Seleção Brasileira jogar em seus dias de glória, negará sua pretensão à condição de arte?” HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1814-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 187. Ver também: GALEANO, Eduardo. *Futebol ao Sol e à Sombra*. Porto Alegre: L&PM, 1994, p. 133-138; VOGEL, Arno. O Momento Feliz. In: DaMATTa, Roberto et. al. *O Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira*. Rio: Pinakotheke, 1982, p. 76-115.

<sup>43</sup> Sobre a Copa de 1970 com ver STÉDILE, Miguel Enrique de A. *“Aqui sangraram pelos nossos pés”: Futebol, política e identidade nacional na Ditadura militar (1974-1985)*. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2021, p. 45-66 Mais genericamente sobre o uso do futebol na política, ver: AGOSTINO, Gilberto. *Viver ou Morrer: Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 156-166.

<sup>44</sup> Da CONMEBOL vieram todos os associados; além do Brasil, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai, Uruguai, Venezuela; da UEFA, sete seleções: Escócia, França, Irlanda, Iugoslávia, Portugal, URSS, Tchecoslováquia; da AFC apenas o Irã Se apresentaram ainda uma seleção continental representando a África, e outra a CONCACAF. As seleções europeias mais importantes não compareceram, e a própria seleção da CONCACAF não tinha jogadores das suas melhores representantes, mas foi um torneio bastante empolgante! Menos no Rio Grande do Sul!

<sup>45</sup> A exceção foi o Everaldo Marques da Silva, lateral-esquerdo do Grêmio, único jogador rio-grandense da Seleção tricampeã. Depois foi titular em todos os jogos amistosos e da Copa Roca. Na convocação para a Minicopa ele foi cortado, sem que houvesse motivos plausíveis. Torcedores de todo estado sentiram-se rejeitados pela Confederação Brasileira de Futebol, assim como profissionais e a imprensa. O resultado foi um jogo amistoso entre a Seleção Brasileira e a Seleção Gaúcha, que terminou com o placar de 3 a 3, com o maio público da toda história do estádio Beira-Rio, mais de 110 mil espectadores. No Rio Grande do Sul, por falta de habilidade, a comemoração dos 150 anos não passou pela vibração nacional com a vitória na Taça Independência. GUZZELLI, Cesar A. B. 500 Anos de Brasil, 100 Anos de Futebol Gaúcho: a Construção da Província de Chuteiras. *Anos 90* (UFRGS), Porto Alegre, v. 13, p. 21-50, 2000. Everaldo jogaria até 1974, e faleceu num trágico acidente automobilístico no dia 27/10/1974.

melhor como representação do Sesquicentenário de Independência do Brasil que se comemorava!

Nada? O principal foi a volta do príncipe, numa périplo que iniciou ainda em 1971.<sup>46</sup> Foi uma negociação difícil com o governo português, uma longeva ditadura fascista que era muito ciosa dos símbolos nacionais, e de seu rei Pedro IV que, na Guerra Civil de 1832-1834, derrotara os absolutistas de seu irmão Miguel. Já os representantes do Brasil, argumentavam que era o único país americano que não tinha o “libertador” em sua terra. Apenas em agosto de 1971, o presidente português Américo Thomaz concordou em ceder os ossos de Pedro para o Brasil, disposto a acompanhar a viagem de volta do príncipe português que fez a independência de uma antiga colônia americana e dela foi imperador, para depois tornar-se rei da antiga metrópole, abdicar do reino primeiro e do império depois, retomar o reino perdido para ser regente da filha, morrer tuberculoso e tornar-se um heróis disputado pelos dois países! Ele foi, e agora voltava para uma série de atos cerimoniais que viriam no ano seguinte.<sup>47</sup>

Em janeiro de 1972 fora criada a Comissão Executiva Central encarregada dos festejos dos 150 anos e sua programação foi cumprida à risca. Os restos mortais do Rei Pedro IV de Portugal partiram em 10 de abril de 1972 num transatlântico português guardado por três contratorpedeiros do Brasil, chegando em 22 do mesmo, agora como Imperador Pedro I do Brasil. A agenda nacional

<sup>46</sup> Essa vinda dos restos de Pedro I já eram cogitadas antes. Em 7 de setembro de 1922, nos festejos do Centenário, foi inaugurado em São Paulo o Monumento à Independência, ou do Ipiranga. Em 1951, no interior dele, foi construído o Cenotáfio do Ipiranga à espera de Dom Pedro I! Inaugurado em 7 de setembro de 1952, em 10 de outubro de 1954 recebeu imperatriz Leopoldina, trazida da Antiga Sé do Rio de Janeiro. Apenas em 19 de outubro de 1959, um decreto municipal mudou o nome oficial para Capela Imperial. NASCIMENTO, Eduardo de J. M. Capela Imperial de 1951. In: *Separata da Revista do Arquivo Municipal n.º CLXXV*. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, s/d, p;15-17.

<sup>47</sup> O jornal O Estado de São Paulo de 13 de agosto de 1971 transcreve a concordância de Portugal numa diplomática frase formal e adequada aos propósitos: *“Assim repartidos entre Portugal e o Brasil os despojos de D. Pedro serão bem o símbolo de uma raça que, dividida entre duas Pátrias, permanece, todavia, fiel à alma que lhe dá caráter no mundo e inspira pelos tempos afora os destinos lustadas.”* Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,dom-pedro-i-no-brasil-ditadura-trouxe-restos-mortais-mas-erro-de-calculo-impediu-sepultamento,70004135475,0.htm>; Médici responderia a declaração de Thomaz no mesmo tom amistoso, conforme publicou O Globo de 24 de abril de 1972: *“o gesto fraterno, raro e generoso de Portugal, ao doar ao Brasil os restos mortais de D. Pedro I, exprime a certeza de que são permanentes e inquebrantáveis os vínculos raciais, a comunhão de sentimentos, a afinidade de espírito e a vocação cultural que unem nossos povos.”* Disponível em: <https://acetvo.oglobo.globo.com/em-destaque/no-sesquicentenario-sa-independencia-ditaduras-restos-mortais-de-dom-pedro-i-21223598>

era intensa para realizar a maior das comemorações da ditadura militar no país.<sup>48</sup> Não por acaso, a data da chegada é a do Descobrimento do Brasil, associando outra efeméride à Ditadura Civil-Militar. Na véspera houvera outra cerimônia, também na data dedicada ao Tiradentes. “Precursor da Independência”, quando para todo país foi transmitido por cadeia nacional de rádio e pela televisão, o Encontro Cívico Nacional, no qual Médici discursou para todo país às 18:30. A fala foi ouvida também no Maracanã por um público de 50 mil pessoas, quase todas colegiais.<sup>49</sup>

O jornal carioca *Correio da Manhã* fez uma detalhada cobertura do dia 22 de abril, numa cronologia rigorosa dos eventos deste dia. Depois do desembarque da urna contendo os restos de Pedro I, ela foi levada ao Monumento aos Mortos da II Guerra, trazendo mais uma representação das glórias militares brasileiras ao conjunto daquelas já referidas. Valorizava os detalhes marciais: “À frente, oito Dragões da Independência, traziam, em almofadas, a coroa, o sabre, o cetro, e as condecorações de D. Pedro, além de colares com as Ordens de D. Pedro I, do Cruzeiro, da Rosa, e a Constituição do Império”. Depois, discursos dos dois presidentes, hinos nacionais de Brasil e Portugal, disparos de canhões... E a troca de atas oficiais dando conta da entrega e do recebimento dos restos mortais do imperador, despedidas da se-dizente “família imperial”, colegiais cantando o *Hino da Independência*, e depois a Banda da AMAN tocou o *Hino de Sesquicentenário*.

O encerramento da cerimônia dar-se-ia no Museu Nacional, que tinha sido o Paço de São Cristóvão, residência de Pedro II. Lá não compareceram os presidentes, mas autoridades oficiais, além de diversos membros da “família real”

<sup>48</sup> O enterramento de Pedro I. como escrevi antes, não foi o primeiro da família imperial. Os corpos de Pedro II e sua esposa Tereza Cristina já estavam repatriado desde 1921, por decreto de Epiácio Pessoa por conta do centenário da Independência. Depois da Catedral da Antiga Sé, no Rio de Janeiro, receberam seus sepultamentos definitivos em 1939, no Mausoléu Imperial de Petrópolis. Os restos da princesa Isabel e seu marido foram trazidos em 1953, passaram pela Antiga Se, e apenas em 1971 foram trasladados para o Museu Imperial, onde ladeiam aqueles de Pedro e Tereza Cristina.

<sup>49</sup> CORDEIRO, Janaína M. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, julho 2011 Ver também: MORAIS, Fabrício de Souza. A nação construída no dia a dia das notícias: o início das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. *XVII Encontro Estadual de História*. João Pessoa: ANPUH-PB. Ele observa que em 1972 a transmissão a cores não chegava ao seu estado e que o preço de um aparelho de TV a cores custava aproximadamente 20 salários mínimos nacionais.

sempre com as honras militares: “O carro tanque – EB 10.412- chegou escoltado por jipes e batedores do Exército e a urna coberta om um manto roxo e a Bandeira Imperial) foi descida por oito soldados: quatro fuzileiros navais e quatro marinheiros imperiais. Houve revoada de pombos e queima e fogos, depois dos hinos.”<sup>50</sup> Finalmente a urna foi levada para o Sala dos Embaixadores, onde ficou exposta.

A primeira capital estadual visitada foi Porto Alegre, onde o féretro chegou dia 25 de abril. O cerimonial, mais simples, repetiu alguns passos daqueles do Rio de Janeiro. A urna funerária transportada em carro de combate até às proximidades da Santa Casa de Misericórdia, de onde seguiu em carruagem até Praça da Matriz, repetindo trajeto feito por Pedro I quando esteve em Porto Alegre em 1825. A urna ficou depois exposta no Palácio Piratini por três dias, seguindo depois seu fadário.<sup>51</sup>

A marcha de Pedro I por terras brasileiras foi do Rio de Janeiro a São Paulo, para a tumba que lhe estava destinada na Capela Imperial. A viagem foi em 2 de setembro, por trem, passando em lugares por onde circulara antes de proclamar a Independência. Na edição desse dia, O Estado de São Paulo publicou a manchete “*O tempo volta, é D. Pedro que chega*”, quase uma ironia com o “primeiro-mundismo” do governo militar grudado nos ossos do imperador. Na mesma página, outra coluna se intitulava “*No Porto, missa pelo coração*”, marcando aquela divisão do cadáver que os presidentes das duas ditaduras apresentavam como símbolo da união dos dois países.

<sup>50</sup> Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 22 de abril de 1972, p. 2. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/restos-mortais-de-d-pedro-i-foram-recebidos-com-honras-em-1972>.

<sup>51</sup> Na passagem do féretro de Pedro I por Porto Alegre houve algo insólito. Meses ante fora aberto o primeiro motel “de alta rotação” na cidade nas imediações do Estádio Beira-Rio: chamava-se Motel da Marli, nome da proprietária, que tinha sido profissional do sexo. Em 24 de abril, véspera da chegada da urna, foi inaugurado um viaduto, por óbvio com o nome de “Dom Pedro I”, para dar fluidez ao tráfego para o sul de Porto Alegre, justo na avenida onde ficava o estádio, e quase na sua frente o motel. Em pouco tempo, já distantes os restos do imperador, o viaduto passou a ser chamado “Viaduto da Dona Marli”! A solução para a piada foi outra: na impossibilidade de proibirem a heresia contra o civismo, uma força policial – da Delegacia de Costumes ou do próprio DOPS, não se sabe – fechou o motel e levou presos os frequentadores, funcionários e a dona. Ver: AGUIAR, Flávio. *Viaduto Dom Pedro I, ou da Dona Marli*. Rede Brasil Atual, 24/08/2022 <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/de-coracoes-e-outras-reliquias-exposicao-dom-pedro/> BOEIRA, Marino. *Sexo em Porto Alegre*. Coletiva net, 18/05/2018. <https://coletiva.net/coluna/sexo-em-porto-alegre,274231.jhtml>

O príncipe estava de volta? Ainda não! Um “erro técnico” – português ou brasileiro? – poderia ter desfeito tantas cerimônias, justamente no dia do Sesquicentenário: o caixão vindo de Portugal não coube na tumba preparada na Capela, por uma diferença nada desprezível de oito centímetros. Os portugueses se recusaram a desmontar o precioso esquife e, para não ofendê-los, a solução foi aumentar túmulo, o que levaria mais quatro anos!<sup>52</sup> (Os restos da segunda imperatriz, Amélia de Leuchtenberg, foram trasladados para a cripta apenas em 1982.)

Mas ainda não terminara a vinda do príncipe que tinha ido, e o final foi um tanto macabro! De fevereiro a setembro de 2012, a Cripta Imperial foi palco da pesquisa de Valdirene do Carmo Ambiel, para sua dissertação de Mestrado em Arqueologia (USP). Era um trabalho inédito de Arqueologia Forense, que reúne métodos e técnicas de outras ciências, sobre os cadáveres exumados de Pedro I e das imperatrizes Leopoldina e Amélia. Os trabalhos foram feitos na própria cripta, exceto as tomografias realizadas na Faculdade de Medicina da USP. A partir das fotos do crânio de Pedro I, feitas por Maurício de Paiva nessa matéria, o 3D designer Cícero Moraes reconstituiu a face do imperador: ela mostra traços bem mais grosseiros que os retratos feitos na sua época.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> Não houve divulgação desse quase desastre. Apenas em 5 de setembro de 1976, O Estadão publicou a matéria “*Depositados no Ipiranga restos mortais de D. Pedro*”. Entre tantas descrições de outras tantas cerimônias, conta que “O conjunto formado por um caixão de chumbo com as armas de Portugal colocado dentro de outro caixão esse de madeira, era oito centímetros maior do que o sarcófago que deveria contê-lo, e como as autoridades portuguesas não autorizaram sua redução foi preciso desmontar o sarcófago da cripta e aumentá-lo”. O Estado de São Paulo. São Paulo: 5 de setembro de 1976, p. 27. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760905-31122-nac-0027-999-27-not>

<sup>53</sup> RIBEIRO5, Ronaldo; PAIVA, Maurício. Cidade Oculta. In: *National Geographic Brasil*. São Paulo: Abril de 2013, vol. 13, nº 157, p. 34-59. VILELA, Miguel; A face do primeiro imperador do Brasil foi reconstruída em 3D por cientistas e designers a partir de uma fotografia feita para a revista *National Geographic*. In: *National Geographic Brasil*. São Paulo: 30 de abril de 2019. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2018/04/veja-como-um-artista-reconstituiu-digitalmente-o-rosto-de-dom-pedro-i>. Ver ainda: AMBIEL, Valdirene. O Novo Grito do Ipiranga. São Paulo: Linotipo Digital, 2017. \_\_\_\_\_. Estudos de Arqueologia Forense Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil Depositados no Monumento à Independência. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), 2013. \_\_\_\_\_. Estudos Antropométricos e Médicos Dos Primeiros Imperadores do Brasil, São Paulo: USP (Tese de Doutorado em Medicina), 2017.

## *De volta ao Antigo Regime? Ainda a “família imperial”*

Entre o Sesquicentenário e o Bicentenário da Independência houve muitas e significativas mudanças no Brasil, mas vou me ater aqui àquelas que dizem respeito dos eventos que cercaram a visita do coração de Pedro I.<sup>54</sup> Cumpria o último ano de seu mandato Jair Messias Bolsonaro, um criptofascista de passado militar controverso e que ascendera numa carreira política pouco relevante no Congresso Nacional, até encarnar as pautas de extrema direita, que envolviam ataques às instituições democráticas à intolerância contra minorias, politização das Forças Armadas, sem esconder uma nostalgia da Ditadura de Terror de Estado.

E, assim como ocorrera em tempos de Médiçi, coube a ele as honras de festejar o Bicentenário da Independência e de lidar com o coração de Pedro I, imperador do Brasil, mas que também era Pedro IV, rei de Portugal. Isto numa condição peculiar: se no XIX tivera a alma dividida entre os dois países, agora tinha o corpo dividido entre os dois: se os despojos sepultados em Lisboa tinham sido “repatriados” e repousavam em São Paulo, o coração ficara conservado em formol na Igreja Nossa Senhora da Lapa, na cidade do Porto! Entre a vinda definitiva dos restos mortais aos 150 anos de Brasil e passeio do coração aos 200 ocorreram eventos um tanto inusitados!

Mas quase trinta anos antes, parte das “injustiças” sofridas pela(s) família(s) do império faz-de-conta foram aliviadas pelo primeiro presidente eleito diretamente, o direitista Fernando Collor de Mello. Em 10 de maio de 1991, recém eleito, num decreto em que anulou diversos muitos de governos anteriores

<sup>54</sup> Sucedendo Médiçi, a ditadura teve ainda os presidentes Ernesto Geisel (1974-1979), que anunciou o processo de Distensão, e João Batista Figueiredo (1979-1985), o último presidente militar, que sancionou a Lei da Anistia e extinguiu o bipartidarismo. Ainda pelo sistema de eleição indireta, em janeiro de 1985 venceu o opositor Tancredo Neves, que não assumiu por uma moléstia grave, da qual faleceria em 21 de abril do mesmo ano; em seu lugar, foi empossado o vice José Sarney, que governaria até 1990. Em 1988, uma Assembleia Constituinte promulgaria a chamada “Constituição Cidadã”, que consagrou princípios democráticos avançados e varreu com o “entulho autoritário” da Ditadura de Terror de Estado. Em 1990, na primeira eleição presidencial direta, foi vencedor Fernando Collor de Mello, que governaria até o final de 1992, quando teve seu mandato cassado por impeachment do Congresso; o restante do seu mandato foi cumprido pelo vice Itamar Franco até janeiro de 1995. Elegeu-se então Fernando Henrique Cardoso, em cujo governo o Congresso instituiu a reeleição, permitindo que, vencendo o pleito seguinte, cumprisse dois mandatos. Em 2003, Luiz Inácio da Silva, o Lula, elegeu-se e também cumpriu dois mandatos. Em 2011 passou o governo para Dilma Rousseff, que viria a reeleger-se e assumir o segundo mandato em 2015. Vítima de intrigas políticas no Congresso e traída pelo seu vice, Michel Temer, sofreu impeachment pela articulação do “Golpe de 2016”. O final do mandato foi cumprido por Temer, que entregaria o posto para Jair Bolsonaro em 2019.

ao seu, limava também o Decreto N.º 277 de Deodoro da Fonseca de 1890 que havia cassado os títulos nobiliárquicos do Império: “O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, DECRETA: Art. 1º Declaram-se revogados os decretos relacionados no anexo.”<sup>55</sup> Claro está que aquelas da nobreza não eram hereditários, mas os da família imperial voltaram e, desde então, têm sido usados sem modéstia: “Dom”, “Príncipe”, “Sua Alteza Imperial Real (SAIR)”, “Príncipe Imperial do Brasil”, e outras tantas sandices mui caras ao império inexistente.

Tais atenções devem ter entusiasmado a monarquia do faz-de-conta quando fez parte do “Plebiscito de 1993”, realizado na esteira da Constituição de 1988 para uma consulta popular sobre Regime de Governo e Sistema de Governo. O resultado registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apesar de previsível, trouxe alguns dados interessantes (aponto apenas os números gerais da contagem de votos).<sup>56</sup>

<b>Monarquia</b>	6.790.751	10,25%
<b>República</b>	43.881.747	66,26%
<b>Branco</b>	6.813.179	10,29%
<b>Nulos</b>	8.741.289	13,20%
<b>Comparecimento</b>	67.010.409	74,24%
<b>Não Comparecimento</b>	23.265.770	25,78%

Forma de Governo: Resultado Final.

<sup>55</sup> Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/anterior%20a%202000/1991/dnn125.htm#:~:text=Consolida%20decretos%20de%20outorga%20de,o%20que%20disp%C3%B5e%20o%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1991/dnn125.htm#:~:text=Consolida%20decretos%20de%20outorga%20de,o%20que%20disp%C3%B5e%20o%20art.)

<sup>56</sup> A página do TSE tem um preâmbulo à abertura dos dados tabulados: “Em 21 de abril de 1993, foi realizado plebiscito que demandava escolher monarquia ou república e parlamentarismo ou presidencialismo. Essa consulta consolidou a forma e o sistema de governo atuais. A tabela com o resultado geral do plebiscito de 1993 (formato PDF) foi construída com base nos registros disponíveis nas fontes documentais da Seção de Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral.” TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Plebiscito de 1993*. Brasília: 1993. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-1993/plebiscito-de-1993>.



<b>Parlamentarismo</b>	16.415.585	24,91%
<b>Presidencialismo</b>	36.685.630	55,67%
<b>Branco</b>	3.193.763	4,85%
<b>Nulos</b>	9.606.163	14,58%
<b>Comparecimento</b>	67.010.409	74,24%
<b>Não Comparecimento</b>	23.265.770	25,78%

Sistema de Governo: Resultado Final.

Dentre tantos números, chamam a atenção os grandes números de Abstenções e de sufrágios Nulos. No entanto, o resultado mais curioso foi um elevado número de votos a favor da Monarquia: quase sete milhões de eleitores, pouco mais da décima parte do total. Em quase 104 anos de história republicana, este eleitorado desejava a volta do Império! Nostalgia do que nunca viveu? Desilusão com a política? Referências a reis, imperadores, príncipes etc. impregnadas nas estórias infantis e contos de fada? Não tenho resposta para tais indagações, mas voltava a monarquia à política, e os “herdeiros” do império inexistente ressurgiram, oriundos de “famílias imperiais”, a de Vassouras e a de Petrópolis!

Apesar de ter havido no início da década de 1940 uma intromissão da “dinastia” de Petrópolis, ela não perdurou, e o ramo de Vassouras tinha garantido a “legitimidade” em relação ao império inexistente. O sucessor dos finados soberanos e descendentes mais imediatos era Luiz de Orleans e Bragança, nascido em 1938, na França; não tendo filhos, seu herdeiro direto era o irmão Bertrand de Orleans e Bragança, de 1941, também francês.<sup>57</sup> Bertrand também não teve filhos, logo a herança do império que não existe passaria para outro irmão, Antônio de Orleans e Bragança, que nasceu no Rio de Janeiro em 1950; dele, a “casa imperial” passaria às mãos do filho Rafael Antônio, nascido em 1986, e dele, caso não tivesse filhos, para a irmã Maria Gabriela, de 1989, seguindo-se uma ordem de eventuais postulantes à “coroa”.

Havia uma questão importante neste ordenamento todo. Os irmãos Luiz e

<sup>57</sup> Dentre tantos aspectos anedóticos, os virtuais imperadores falavam português com acentuado sotaque francês, o que lhes dava – quem sabe? – um ar mais nobiliárquico! No mundo faz-de-conta, dizer o quê?

Bertrand haviam optado pelo celibato e pela castidade em função de um rígido Catolicismo que guiava suas vidas: o sexo só era legítimo quando sacramentado pela Igreja, e o casamento só teria valor se realizado com princesas legitimadas pelo pertencimento a famílias reais, obviamente católicas e com condutas igualmente “puras”. Esta postura dos herdeiros do trono ausente estava pautada por Plínio Corrêa de Oliveira, ele próprio um defensor dos princípios católicos mais pios.

Foi professor catedrático em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, jornalista, escritor e político, atividades que lhe permitiram difundir ideias de extrema direita; dentre tantas, era monarquista convicto, e em 1960 fundou a famigerada Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que se irradiaria para outros países americanos.<sup>58</sup> Como ultraconservador que era, escreveu em seus Arquivos: “Eu não defendia apenas a Religião, mas também a moralidade. Naturalmente, entrava na discussão o assunto da castidade e do celibato, promovidos pela Igreja Católica, o que me tornava ainda mais antipático junto aos partidários do outro lado”.<sup>59</sup>

Os dois “príncipes” foram discípulos diletos de Plínio cumprindo desígnios de Pedro Henrique, o chefe da “casa imperial” inexistente de 1921-1981, e teriam cumprido à risca os princípios referentes a uma moralidade cristã e à castidade (obviamente não há como comprovar a realização de tais compromissos, mas eles foram assumidos pela família de Vassouras). Luiz e Bertrand foram militantes da TFP, e o último chegou à presidência da entidade; em 1995 criaram e dirigiram o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, que segue e difunde os pensamentos do mestre.<sup>60</sup>

Já entre os parentes de Petrópolis, beneficiados pela “taxa do príncipe” que lhes garantia uma ótima renda, administrada pela Companhia Imobiliária de Pe-

<sup>58</sup> Plínio Corrêa de Oliveira atribuía os males que assolavam a humanidade a três grandes movimentos políticos do passado: a Reforma Protestante, a Revolução Francesa e a Revolução Russa, todos contrários à Igreja Católica e à “família cristã”. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. São Paulo: Artpress, 1998.

<sup>59</sup> OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A arte da discussão. In: *Arquivos III*. Nota do autor: não obtive a data e local da impressão destes textos. <https://www.pliniocorreadeoliveira.com.br/arte-da-discussao-2/>.

<sup>60</sup> Recentemente a página *Monarquia* da família Orleans e Bragança de Vassouras noticiou “Conferência Nacional de 2022 da Sociedade Americana de Defesa da Tradição, Família e Propriedade”, tendo o atual chefe da “casa imperial” Bertrand como convidado de honra num “banquete medieval”, seja lá isto o que for! <https://monarquia.org.br/agenda/agenda-dos-principes-conferencia-nacional-de-2022-da-tfp-americana/>.

trópolis, houve aqueles que – republicanamente, siga-se! – optaram pelos mais plebeus ganhos empresariais. O periódico espanhol “Público” entrevistou Francisco de Orléans e Bragança, dono da cervejaria Cidade Imperial desde 1998, que afirmou fabricar por mês 60 mil litros de cerveja; Além da fábrica, era ainda proprietário do jornal “A Tribuna”, na mesma cidade serrana. Por ocasião da entrevista, declarou: “Sou republicano. A monarquia não funcionaria no Brasil.” O mesmo jornalista também conversou com João Henrique de Orléans e Bragança – o “Dom Joãozinho” – que informou ter uma destilaria de cachaça. É um fotógrafo reconhecido, além de ser ecologista e praticar esportes; é ainda dono da “Pousada do Príncipe, na cidade litorânea de Paraty, no estado do Rio de Janeiro.”<sup>61</sup> Mesmo os membros republicanos da família de Petrópolis, no entanto, ainda usariam os títulos de “príncipes”, liberados que foram por Collor.<sup>62</sup>

Além dessa “dissidência, nem todos os movimentos monarquistas brasileiros concordavam com a virgindade dos irmãos Bragança, vendo nesta conduta de extrema pudicícia uma fraqueza para a luta política. Uma certa “Rede Imperial Pela Volta da Monarquia”, na sua página virtual de 26/7/2013, quando os “príncipes” Luiz e Bertrand já tinham 75 e 72 anos: respectivamente, e seguiam solteiros e sem filhos, publicou: “Dom Luiz e Dom Bertrand não se casaram por um voto de castidade informal (sem validade nenhuma para a Igreja Católica Romana) que fizeram na TFP. Isso significa que, uma vez mortos, não haverá descendentes deles para assumirem a chefia da Casa Imperial.” Ou seja, não havia reconhecimento pleno dos herdeiros indiretos.<sup>63</sup>

O clã de Vassouras apareceria com destaque em fevereiro de 2022, por conta da grande enchente que atingiu Petrópolis, sede da família dissidente, contemplada com o imposto imobiliário de que goza desde os tempos de Pedro II. Esta foi a ocasião para que Bertrand, em nome do irmão e virtual herdeiro da cadeira “imperial”, dirigiu uma carta oficial – com o timbre do império inexis-

<sup>61</sup> GUTIÉRREZ, Bernardo. La familia real brasileña defiende los nuevos ideales. Público. 9/1/2018. <https://www.publico.es/internacional/familia-real-brasilena-defiende-nuevos.html>.

<sup>62</sup> MOTTA, Aydano A. Plebeus privilegiados no reino do laudêmio. #Colabora. 4/3/2022. <https://projeto-colabora.com.br/ods11/plebeus-privilegiados-no-reino-do-laudemio/>.

<sup>63</sup> REDE IMPERIAL PELA VOLTA DA MONARQUIA. A Realidade do Movimento Monarquista Brasileiro. (Não consta a identidade do autor.) <http://rede-imperial.blogspot.com/2013/07/a-realidade-do-movimento-monarquista.html>

tente – intrometendo-se no que seria uma atribuição dos parentes serranos bem aquinhoados; no último parágrafo, o beato “príncipe” escreveu: “A família imperial, tão estreitamente ligada a Petrópolis, encontra-se sempre disposta a servir ao seu povo, oferecendo ainda nossas orações e solidariedade a todos os que vêm sofrer. Rogo a Deus Nosso Senhor, por intercessão do Padroeiro São Pedro de Alcântara, que proteja e dê alento à boa gente petropolitana nesta hora de aflição e necessidade.”<sup>64</sup> Além das orações, não veio nenhuma outra ajuda aos flagelados pela enchente!

A enchente talvez tenha acelerado a aprovação pela Câmara dos Deputados de um Proposta de Emenda à Constituição (PEC 039-11) que, entre tantas taxas pagas em enfiteuses, incluía o laudêmio recebido pela família “imperial” de Petrópolis. Esta PEC estava em tramitação desde junho de 2011, cuja ementa era: “Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.”. Só em 22/2/2022 – justamente uma semana após as chuvas de Petrópolis – o texto foi aprovado no Plenário da Câmara e enviado ao Senado.<sup>65</sup>

Quase ao final do mesmo ano, os “herdeiros” de Vassouras reforçaram os valores do pai intelectual deles, em especial da sua principal criação, a TFP, nostálgica do Antigo Regime! Pouco mais de quatro meses da morte do morgado Luiz de Orléans e Bragança, seu mano e sucessor Bertrand foi o grande homenageado na “Conferência Nacional de 2022 da TFP Americana”. Com o título “Agenda dos Príncipes”, salienta que os irmãos “forma discípulos de Dr. Plínio e membros da TFP desde o início”, e que em 1995 “tornaram-se Fundadores e Diretores do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, que desde 2006 continua sua obra no Brasil.”. O coração de Pedro I já havia voltado a Porto, e seus descendentes seguiam na defesa da castidade e da “moral cristã” 200 anos depois da mui sabida vida mundana e nada santa do ancestral andante.<sup>66</sup>

<sup>64</sup> MENSAGEM DO PRÍNCIPE IMPERIAL DO BRASIL A RESPEITO DAS CHUVAS DE PETRÓPOLIS. *Monarquia*. São Paulo: 16/2/2022. <https://monarquia.org.br/comunicados/mensagem-do-principe-imperial-do-brasil-a-respeito-das-chuvas-em-petropolis/>.

<sup>65</sup> CÂMARA DOS DEPUTADO. *PEC 039-11*. 22/2/2022. <https://www.camara.leg.br/internet/ordemodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=54018>.

<sup>66</sup> AGENDA DOS PRÍNCIPES: CONFERÊNCIA NACIONAL DE 2022 DA TFP AMERICANA.

A monarquia luso-brasileira e seus representantes não foram tão somente temas da política e das crônicas sociais, mas também tiveram suas interpretações pelo mundo das artes cênicas. A primeira delas foi o filme *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, da cineasta Carla Camurati, lançada em 1995. Trata-se de uma sátira da família real lusitana no Brasil, com as turbulências entre o príncipe regente João de Bragança – mais tarde João VI, rei de Portugal – e sua irrequieta esposa Carlota Joaquina de Bourbon, filha do rei de Espanha Carlos IV, deposto do seu trono pelos franceses de Napoleão. As personagens centrais do filme forma representadas magistralmente por Marieta Severo e Marco Nanini, que trouxeram a público todas os comportamentos caricatos que são habitualmente atribuídos ao casal real. Marcos Palmeira faz o papel do príncipe Pedro, também destacando seus desmandos, incompatíveis com os modos da Corte;<sup>67</sup>

Em 2002 a TV Globo lançou a série *O Quinto dos Infernos*, também de caráter satírico, tendo como personagem central o príncipe Pedro, mais trade proclamador da independência e imperador do Brasil. Além dos familiares mais próximos – a avó Maria, a “Louca”, os pais João e Carlota, o irmão Miguel – entram em cena muitas das mulheres com as quais Pedro manteve relações, além das duas imperatrizes e sua famosa amante, a marquesa de Santos. Cássio Gabus Mendes interpretou o regente João. Betty Lago foi Carlota Joaquina, Marcos Pasquim fez Pedro I, Luana Piovani foi a Marquesa de Santos e Cláudia Abreu esteve como a imperatriz Amélia de Leuchtenberg.<sup>68</sup>

Já na chegada dos 200 anos, uma vez mais a TV Globo exibiu telenovela *Nos Tempos do Imperador*, uma típica “novela de época” – como se chamavam as produções voltadas para o passado – apropriada para o horário das 18:00. Foi levada de 9/8/2021 a 4/2/2022. A trama gira em torno de Pedro II, o comportado “rei-filósofo” do decantado Segundo Reinado, Trata-se de uma versão que fogem pouco ao convencional, exceto por uma relação extraconjugal deste Pedro mais discreto que seu priápico pai. Para não cair apenas numa tediosa estória/

---

In: Monarquia. São Paulo: 22/11/2022. <https://monarquia.org.br/agenda/agenda-dos-principes-conferencia-nacional-da-ftp-americana>

<sup>67</sup> CARLOTA JOAQUINA, PRINCESA DO BRASIL. Direção: Carla Camurati. Produção: Carla Camurati, / Bianca De Felippes. Rio de Janeiro, Brasil. Warner Bros Pictures, 1995, 100 minutos (1 DVD).

<sup>68</sup> O QUINTO DOS INFERNOS. Direção: Carlos Lombardi. Produção: Rede Globo. Rui de Janeiro, Brasil. 8/1-29/3/2002 (47 episódios de 45 minutos), 4 DVD;

história, a narrativa privilegia a relação extraconjugal com Luísa, a condessa de Barral, educadora das próprias filhas do imperador. Nela Selton Melo representa Pedro II, Letícia Sabatella faz a imperatriz Teresa Cristina, e Mariana Ximenes representa a condessa de Barral.<sup>69</sup>

No dia 1.º de setembro de 2022, às vésperas dos 200 anos, foi lançado o filme *A Viagem de Pedro* que, ao contrário das referências anteriores, procura mostra-lo em seu retorno a Portugal como um homem reflexivo que rememora os desencantos que provocou assim como os que sofreu. Já no próprio 7 de setembro, série *Independências*, da TV Cultura de São Paulo buscou uma visão crítica da Independência do Brasil, num recorte temporal de 1808, a vinda da corte portuguesa, até 1834, morte de Pedro I em Portugal. Não tratarei deles aqui porque foram lançados justo na comemoração dos 200 anos, fugindo aos marcos que tratei para este texto.<sup>70</sup>

### *Deixa em paz meu coração!*

Seja autoproclamada ou criticada, a monarquia viveria outro áureo destaque na vinda por empréstimo do lastimado coração do rei português Pedro IV, entre os brasileiros o imperador Pedro I. E, tanto em Portugal quanto no Brasil, recebeu honras de chefe de Estado, ao mesmo tempo em que era tratado como relíquia, uma atribuição que é própria aos mártires, beato(a)s e santo(a)s reconhecidos pela Igreja Católica.<sup>71</sup> Aparentemente, ao menos de acordo com ela, o coração do homenageado – cujas velhacarias e aventuras criaram farto anedotário – não mereceria por parte das mais altas hierarquias eclesiásticas tão subida honraria. Para tanto, a cúria romana tem um departamento específico para tratar da vera-

<sup>69</sup> NOS TEMPOS DO IMPERADOR. Direção: João Paulo Jabir / Vinicius Coimbra. Produção: TV Globo; Rio de Janeiro, Brasil. 9/8/2021-4/2/2022 (154 episódios de 55 minutos.)

<sup>70</sup> A VIAGEM DE PEDRO. Direção: Laís Bodanzky. Produção: Laís Bodanzky / Globo Filmes. Rio de Janeiro, Brasil. Vitrine Filmes, 2022, 97 minutos (1 DVD). INDEPENDÊNCIAS. Direção: Luís Fernando Carvalho. Produção: Enéas Carlos Pereira. TV Cultura. São Paulo, Brasil. 7/7-21/12/2022 (16 episódios de 45 minutos), YouTube TV Cultura.

<sup>71</sup> Relíquia. 1. o que resta de corpos dos santos. 2. nome dado aos objetos que pertenceram a um santo ou que tiveram contato com seu corpo. INSTITUTO HOUAISS op. cit. p. 2422. Santo. 2. essencialmente puro, soberanamente perfeito. Id. p. 2513.

cidade dos feitos milagrosos das pessoas às quais se atribuíram feitos milagrosos, o que é realizado com os cuidados de um verdadeiro tribunal, o Dicastério para a Causa dos Santos<sup>72</sup>. Entre seus documentos consta o título *Relíquias na Igreja: Autenticidade e Conservação*, onde se define:

As relíquias na Igreja sempre receberam particular veneração e atenção porque o corpo dos Beatos e dos Santos, destinado à ressurreição, foi sobre a terra o templo vivo do Espírito Santo e o instrumento da sua santidade, reconhecida pela Sé Apostólica através da beatificação e da canonização.<sup>73</sup>

A preservação natural das partes moles de corpos humanos é bastante conhecida, e a mumificação certamente é a mais impressionante. Os estudos de Tanatologia explicam o processo: “A mumificação ocorre em climas quentes e secos (desertos). A putrefação é retardada, as partes moles do cadáver são dessecadas, ficando com a consistência de couro.”<sup>74</sup>

O corpo de imperatriz Amélia estava neste estado quando foi necropsiado em 2012, o que não lhe atribuiu qualquer caráter de relíquia. No caso de Pedro I, seu corpo, quando foi entregue ao governo brasileiro no sesquicentenário, já estava totalmente esqueletizado, coberto por alguns restos de suas vestimentas. Faltavam parte das costelas, retiradas após seu falecimento, possivelmente para confirmar sua morte por tuberculose pulmonar, ocasião propícia para a retirada do coração.<sup>75</sup> Não eram, portanto, relíquias em seu sentido estrito! E o famoso coração viajante? Está ainda em um relicário impressionante pelas tantas camadas que protegem a urna de vidro que o leva embebido em formol, o nome vulgarizado do formaldeído; quando injetado no sistema circulatório de cadáveres, ele

<sup>72</sup> Dicastério. 2. subdivisão da cúria romana, tribunal eclesiástico. Id. p. 1034.

<sup>73</sup> Dicastério para as Causas dos Santos / Documentos (Dicastero delle Cause dei Santi / DocumentI). <https://www.causesanti.va/it/dicastero-delle-cause-dei-santi.htm>. Grande parte das relíquias são fraudes evidentes. Há, por exemplo, 18 ‘autênticos’ prepúcios atribuídos a Cristo, que teria sido circuncidado no Templo de Jerusalém! Na Igreja de *Santa Maria Maggiore* de Roma, um imponente relicário continha uma lasca da manjedoura onde nasceu Jesus! O famoso Sudário de Turim, quando cedido para testes de Carbono 14, mostrou sua origem entre os séculos XIII e XIV da nossa era. Eça de Queiroz escreveu um dos seus mais apreciados romances sobre condutas farsescas explorando a credulidade de religiosos e beatas: QUEIROZ, Eça de. *A Relíquia*. (Sobre a nudez forte da verdade - o manto diáfano da fantasia). Porto: Lello & Irmão, s/d.

<sup>74</sup> XAVIER FILHO. Ernesto de F. Rotina Médico-Legal. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1992, p. 119.

<sup>75</sup> AMBIEL op. cit.

preserva as células de sua decomposição. Aparentemente isto não foi realizado com o coração do rei morto, que jaz simplesmente num frasco repleto do formol diluído. As informações mais gerais são de que o líquido é renovado periodicamente para manter elevado seu grau conservante. As fotografias divulgadas pela imprensa quando da sua vinda para o Brasil mostram uma peça precariamente conservada e bastante deformada; (Talvez a única qualidade compartilhada com as relíquias sagradas seja a repugnância!)

Além das condições do coração que vai-e-volta de Pedro I, também há questões relativas à sua morada definitiva. Teria sido a pedido do soberano que, antes do sepultamento, o coração fosse separado do corpo e enviado para a cidade do Porto, onde ele iniciara sua guerra contra o irmão Miguel que se aboletara no trono português, traindo acordo anterior de desposar a sobrinha Maria da Glória, filha de Pedro. Grato ao apoio inicial ao seu projeto constitucional, presenteava a cidade com seu despojo. O que não circulou sobre o traslado é de que não houve uma prescrição clara de onde deveria ser depositado o coração: a discussão sobre a escolha da Igreja de Nossa Senhora da Lapa retardou o traslado do coração ao Porto até 1836. E lá ele jaz, no frasco de vidro, no interior de uma urna de prata, por sua vez dentro de outra de madeira de lei, protegida com muitas trancas e chaves!

Circulou muito a informação de que o coração fosse enviado ao Porto fosse uma disposição testamentária de Pedro. Os próprios se dizentes herdeiros do monarca, na “Agenda dos Príncipes: Dom Luiz Philippe acompanha chegada ai Brasil do coração de Dom Pedro I” noticiaram: “Em seu testamento, Dom Pedro I (Rei Dom Pedro IV, de Portugal) deixou o coração à Igreja Nossa Senhora da Lapa, no Porto, em Portugal”.<sup>76</sup> No entanto, seu testamento é um texto enxuto, de apenas duas páginas, dividido em seis artigos, nos quais determina a partilha dos seus bens, assim como as guardas dos filhos. Foi realizado em 21 de janeiro de 1832, em Paris. Em 17 de setembro de 1834, uma semana antes de falecer, o regente de Portugal acrescentou um anexo ao testamento original que não modifica substancialmente o texto daquele, apenas detalha mais alguns benefícios específicos. Nele aborda com clareza seu próprio sepultamento: “Não

<sup>76</sup> AGENDA DOS PRÍNCIPES In: *Monarquia*. São Paulo: 12/9/2022. [monarquia.org.br](http://monarquia.org.br).



quero que meu enterro seja feito com outra pompa além das honras que se costumão praticar no enterros dos Generaes.”<sup>77</sup>

Não há qualquer menção ao destino do coração! Porém, no ano seguinte foi publicada no Rio de Janeiro a Carta Póstuma de Pedro Duque de Bragança aos brasileiros. A impressora do documento ressalta que este havia sido entregue por um certo doutor T, que poderia se referir ao médico Tavares, que acompanhou os últimos momentos de Pedro. Destacando no capa da publicação a frase “E no lance da morte inda conserva / A lembrança da Patria que amou tanto.” Na primeira página há um “Aviso do Editor” onde não se compromete com a natureza do documento: “A Authenticidade da Carta que publicamos, não pôde ser affiançada actualmente senão por considerações moraes oriundas do mesmo contheudo. E tempo vira em que a cortina; que forçosamente deve permanecer sobre o mysterio, se descortirá aos olhos da Nação Brasileira.”<sup>78</sup>

De toda sorte, parece ser este o documento existente sobre o destino do coração “real”. São apenas 14 páginas onde faz considerações sobre sua atuação como soberano, sobre as potencialidades do país, seus compromissos e amor pelo país. É interessante uma “confissão” daquelas tropelias do passado, que se teriam dado por impulsos pessoais: “As preocupações do nascimento, a falta de educação e de experiência, as alucinações da juventude sequiosa de delicias, e prazeres”. Não deixou, no entanto, de atribuir culpa aos que o rodeavam: a falaciosa ligoagein dos Cortezãos e da Diplomacia, a falta de moral e pouca esfera dos meus primeiros Conselheiros, tudo me desviou da estrada da gloria, e do liberalismo em que de entrada me lançara com entusiasmo e candura.”<sup>79</sup>

Depois de considerações genéricas sobre a política brasileira quando era imperador, salientando sempre ser “brasileiro”, apensas nas últimas linhas da carta se referiu ao destino do seu coração, numa espécie de desculpas aos brasileiros, aos quais recomendava seu maior legado: “Brasileiros! Eu deixo meu coração à he-

<sup>77</sup> PEDRO PRIMEIRO. *Testamento de Sua Magestade Imperial D. Pedro, Duque de Bragança*. Rio de Janeiro: Typographia Aestral, 1835 (Brasília: Supremo Tribunal Federal). Nota: manteve a grafia do original. <https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/446>.

<sup>78</sup> PEDRO PRIMEIRO. *Carta posthuma de D. Pedro Duque de Bragança aos brasileiros, Remetida pelo doctor T\*\*\*\*\** (1835). Rio: Typographia Fluminense, 1835, p. 5. (São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin). Nota: manteve a grafia do original. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7324>.

<sup>79</sup> Id. *ibid.* p. 5.

róica Cidade Porto, teatro da minha verdadeira gloria, e o festo do meu despojo ‘mortal à Cidade de Lisboa, lugar da minha nascença; porem vós possuís a relíquia mais preciosa, a emanação vivente do meu ser, meu filho! meu filho único!’<sup>80</sup>

Porém existem informações controversas – às quais não tive acesso – que talvez se refiram a outro testamento ou carta que Pedro tenha deixado à esposa como pedido final, mesmo que contrariasse as instruções dadas sobre seu enterro no documento anterior. Rui Carvalho de Araújo Moreira, Presidente da Câmara de Vereadores do Porto, informa que Pedro I pedira à Amélia que seu coração fosse preservado e que fosse enviado para o Porto, cidade que resistiu a seu mando as investidas do irmão Miguel, não cumprira o compromisso de casar com a sobrinha Maria da Glória, legítima sucessora do pai, agora Pedro IV de Portugal, que abdicara quando passara a imperador do Brasil! Muitos herdeiros e herdeiras reclamando legitimidade, afinal ser rei é mais uma opinião de que uma fato! Tal testamento estaria junto coração na sala adrede preparada pelo Itamaraty.<sup>81</sup> Outra matéria publicada na “Folha de São Paulo” também afiança “Embora o corpo do primeiro imperador brasileiro esteja no parque da Independência, no complexo do Museu do Ipiranga, em São Paulo, o coração permaneceu no Porto a pedido do próprio, que expressou o desejo em seu testamento.”<sup>82</sup>

Quem teria idealizado a vinda do coração de Pedro I para as comemorações dos 200 anos da Independência? Numa entrevista prestada ao jornal “O Globo”, médica Nise Yamaguchi – a mesma que indicara o uso de cloroquina contra a pandemia de Covid-29 – afirmou ser de sua autoria a recomendação: “Então, falei com o Presidente Bolsonaro, Dom Bertrand de Orleans e Bragança e o Príncipe Dom Luiz Philippe de Orleans e Bragança.” Devido à esta iniciativa, o “príncipe” do império inexistente teria falado com a Igreja da Lapa e com a Câ-

<sup>80</sup> PEDRO PRIMEIRO. *Carta posthuma de D. Pedro Duque de Bragança aos brasileiros, Remetida pelo doctor T\*\*\*\*\** (1835). Rio: Typographia Fluminense, 1835, p. 14. (São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin). Nota: mantive a grafia do origina. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7324>

<sup>81</sup> LOPES, Léo e AMARALDA, Luciana. Lopes. Coração de Dom Pedro I chega ao Brasil para centenário a Independência. In *CNN Brasil*. São Pulo e Brasília, 22/08/2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/coracao-de-dom-pedro-i-chega-ao-brasil-para-bicentenario-da-independencia/>

<sup>82</sup> MIRANDA, Giuliana. Brasil quer pegar emprestado coração de dom Pedro 1º para 200 anos da Independência. *Folha de São Paulo*. Lisboa: 6.mai. 2022.

mara Municipal do Porto, abrindo espaço para a atuação do Itamaraty. A monarquia inexistente atuando como se fosse a república inoperante! Mais encômios aos Bragança que reinaram no passado não faltaram: “A gratidão que temos pela Família Real no Brasil, por ter nos concedido a liberdade e também, antes disto, a liberdade dos escravos. Isso faz com que a gente tenha vontade de homenagear os grandes seres que participam da nossa história. Em especial a Dom Pedro I.”<sup>83</sup>

Tantas asneiras ditas com aparente um entusiasmo que mal esconde a bajulação, fizeram com que o jornalista e literato Flávio Aguiar escrevesse sobre relíquias em geral, encerrando a crônica ferinamente sobre a inspiração de Nise: Yamaguchi “Ao ler no jornal O Globo a entrevista da médica lembrando que ela fora escalada para defender, na CPI da Pandemia, o kit do tratamento precoce, veio-me à mente a seguinte pergunta: não seria melhor trocar o formol pela cloroquina, para assim melhor proteger o coração pátrio?”<sup>84</sup>

O protagonismo reivindicado por Nise não se confirma. Segundo Giuliana Miranda – um dos coordenadores das comemorações dos 200 anos – noticiou no jornal “Folha de São Paulo” em maio de 2022, havia comentários de que o Brasil pediria às autoridades portuguesas o empréstimo do coração de Pedro I para as comemorações do bicentenário da Independência. Rei num país, imperador noutra e “herói” nos dois, a vinda do coração exigiria negociações delicadas, por certo muito além das lorotas da “doutora cloroquina”. Neste sentido, o embaixador George Prata revelou que houvera “conversações preliminares para explorar a possibilidade da transladação temporária do coração de dom Pedro para o Brasil” com a Câmara Municipal do Porto e a Igreja da Lapa: “Isso ainda está num estado inicial e há considerações a serem tomadas. Talvez a mais importante delas seja o estado de conservação do coração e saber se ele poderia ser transladado temporariamente para o Brasil”.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> LEAL, Arthur. Ideia de trazer coração de Dom Pedro I ao Brasil partiu de médica que comparou pandemia ao holocausto. In: O Globo. Rio de Janeiro: 19/8/2022. <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/08/ideia-de-trazer-coracao-de-dom-pedro-i-ao-brasil-partiu-de-medica-que-comparou-pandemia-ao-holocausto.ghtml> Esta antecipação à abolição no país que foi o último da América a fazê-lo, e ao imperador que abdicou e partiu para o exílio, talvez seja mais por adulação que por ignorância, mas resulta no mesmo, dada a repercussão midiática de ‘O Globo’!

<sup>84</sup> AGUIAR op. cit. <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/de-coracoes-e-outras-reliquis-exposicao-dom-pedro/>.

<sup>85</sup> MIRANDA op. cit. <https://folha.com/cgwepv36>.

As medidas tomadas pelas autoridades portuguesas foram bem detalhadas na reunião da Câmara Municipal do Porto. Rui Carvalho de Araújo Moreira, Presidente da Câmara, informou aos vereadores que ela fora procurada “pela Embaixada e pelo Consulado do Brasil no sentido de saber da disponibilidade que a Cidade teria de emprestar o coração de D. Pedro IV ao Brasil por ocasião das celebrações dos 200 anos da Independência do Brasil”. Explicou a seguir que da Câmara saiu uma consulta à Ordem Terceira da Lapa, “fiel depositária do coração de Dom Pedro IV, que não manifestou nenhuma oposição desde que estivesse assegurada a salvaguarda da relíquia.” Além dos bons padres, também o Estado Português através do Presidente da República empenhou-se favoravelmente ao pedido brasileiro.

Cumprindo o compromisso com a Ordem Terceira, o coração foi remetido ao Instituto Médico Legal, de onde receberam informe de que “coração de D. Pedro IV está em condições de viajar de avião desde que não seja em zona despressurizada, ou seja, tem que ser na cabina do avião.” Acrescentou Rui Moreira que o Brasil mandaria uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) para buscar o relicário e que, portanto, “estão criadas as condições para a cedência temporária do coração de D. Pedro IV.”<sup>86</sup> Dois meses depois, o Presidente da Câmara parecia menos satisfeito, procurando consolo em frases pomposas, mas pouco convincentes: “O coração do nosso DOM Pedro será recebido com honras de chefe de Estado, com salvas de canhão e escoltado pelos Dragões da Independência, mas vai regressar com mais reconhecimento e admiração por parte do povo brasileiro.”<sup>87</sup> Reconhecimento e admiração de dois países republicanos pela carniça do monarca de do reino e do império que já desapareceram?

Depois vieram a viagem, a recepção e cerimônias! E sempre as adulações! O relicário contendo a o coração do rei morto jamais saíra da Igreja da Lapa e foi buscado por um avião da FAB. Os custos de toda a operação couberam ao Brasil, mas o ministro-chefe do cerimonial do Itamaraty Alan de Séllos disse que os gastos eram pequenos dada a relevância de data, além de não exigir despesas para

<sup>86</sup> ATA DA 17ª REUNIÃO PRIVADA. In: *Boletim Municipal Eletrônico*, Porto: Câmara municipal do Porto, 17 de junho de 2022. <https://bme.cm.porto.pt/apex/l>.

<sup>87</sup> BUSCHSCHLÜTER, Vanessa. Dom Pedro 1º: os planos do governo brasileiro para o coração embalado do imperador. In: *BBC News*, 22 agosto 2022. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62636823>.

realizar o traslado: “Trata-se de um valor intangível. A importância eu diria que é transcendental. Não é todo dia que se tem a ocasião de comemorar 200 anos de história de um Estado independente.”<sup>88</sup> Outra resposta sobre os custos quanto ao uso de um avião da Força Aérea pelo embaixador George Prata, foi no mínimo curiosa, ao explicar que “um avião da FAB é como um carro e tem que ser usado.” A asneira sobre a irrelevância da despesa segue num tom ainda mais caricato “Se ele não tivesse sendo usado para ir ao porto, seria, usado para ir a outro lugar. Os pilotos precisam de treinamento. Custos extras são muito pequenos.” Aeronautas sendo treinados em transporte de “reliquias”?

No dia 21 de agosto, em entrevista coletiva à imprensa, o diplomata Alan Séllos fez uma declaração quase igual àquela do Presidente da Câmara do Porto quando o coração de Pedro I deixou o Porto: “O coração será recebido como um chefe de Estado, será tratado como se Dom Pedro 1º ainda vivesse entre nós. Ele terá todos os tratamentos de um soberano estrangeiro. No caso dele, um brasileiro: terá segurança da Polícia Federal e será objeto de zelo das Forças Armadas”.<sup>89</sup> Mais frases de efeito sem sentido: Pedro I era brasileiro? Caso não o fosse, teria sido negada a segurança toda, aliás prometidas à Câmara do Porto? Esta consideração parece impertinente, mas trata-se de uma declaração do ministro-chefe do cerimonial da chancelaria brasileira. Parece ironia, mas tantas promessas foram vigiadas por autoridades portuguesas!

O coração de Pedro chegou em 22 de agosto, e no dia seguinte cumpriu-se a agenda planejada. Assim com o sarcófago cinquenta anos antes, o coração teve as honras prometidas: foi escoltado pelo regimento dos Dragões da Independência e passou em revista a tropa antes de ingressar no Palácio do Planalto. Por óbvio tratava-se de um relicário, com seus quase dez quilos de metais e madeiras preciosos contendo o vaso vidro que guarda em formol o músculo cardíaco já um tanto danificado doado para adoração como se santidade tivesse. À execução do Hino Nacional, seguiu-se o da Independência, cuja música é atribuída a

<sup>88</sup> O diplomata em questão é abertamente monarquista, mesmo sendo o Brasil uma república. Antes dele, o então chanceler Ernesto Araújo apareceu em canal de TV tendo ao fundo a bandeira do Império. Na opeira ONU Araújo tinha em sua mesa a bandeira da Ordem dos Cavaleiros Cristãos, sendo o Brasil um país constitucionalmente laico. ITAMARATY MONARQUISTA? NÃO, MAS VÁRIOS DIPLOMATAS O SÃO. In: *O Globo*, 16/7/2022. <https://diplomattizando.blogspot.com>.

<sup>89</sup> FELICE, Rafael. *Correio Brasiliense*. Brasília: 23/8/2022. <https://www.correio.brazieliense.com.br>.

Pedro I. Tratado realmente como Chefe de Estado, foi recebido pelo presidente Bolsonaro que, num breve discurso, saudou: “Dois países, unidos pela história, ligados pelo coração. 200 anos de Independência. Pela frente, uma eternidade em liberdade. Deus, pátria, família! Viva Portugal, viva o Brasil!”<sup>90</sup> (Talvez em vida Pedro, o folgazão que era, não suportasse tal homenagem!)

De volta ao Palácio do Itamaraty, mais cerimônias para autoridades e parlamentares apreciem a urna de vidro com o coração antes da exposição. Claro, não faltaram os membros da “família imperial” que não impera! Em sala devidamente climatizada e iluminada por especialistas portugueses adrede preparados, o coração permanecerá aberto à visita pública até dia 6 de setembro.

Mas faltava ainda mais um toque de ridículo, agora do “príncipe” Luiz Philippe, da quinta geração de descendentes de Pedro I e deputado federal pelo Partido Liberal (PL), do presidente Bolsonaro. Sua ideia bizarra era juntar o coração que chegava por empréstimo aos restos mortais de Pedro I para na Cripta Imperial, o que traria à tal visita “forte simbologia religiosa”. Dessa vez nem o Itamaraty apoiou o macabro projeto. O proponente declarou que não houve uma explicação pela diplomacia. Mais conciliador, pensou nas questões de segurança: Creio que foi algo relacionado ao traslado do coração, que já teria sido transportado do Porto, em Portugal, para Brasília. Demandaria mais uma viagem a São Paulo e seria arriscado.” Depois mostrou conformismo, atribuindo um certo descaso pelo acirramento político que antecedeu às eleições: “Estou satisfeito. Só a presença do coração no Brasil já cumpre). Mas não estou vendo muita propaganda do bicentenário. A infelicidade é que está ocorrendo em meio a um período eleitoral. O momento acaba tingido de partidarismo.” De toda sorte, para ele os despojos de Pedro I seriam sagrados: “O coração, a indumentária e a ossada nas fazem parte da cristandade. Isso foi completamente destruído no Brasil.”<sup>91</sup> Não houvera o reconhecimento e a admiração esperados!

Além do presidente de Portugal, Marcelo Rabelo de Souza, um fiador de-

<sup>90</sup> SOARES, Ingrid. Bolsonaro recebe coração de Dom Pedro I: “Unidos pela história”. *Correio Brasileiro*. Brasília: 23/8/2022. <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2022/08/5031500-bolsonaro-recepciona-coracao-de-dom-pedro-i-unidos-pela-historia.html>.

<sup>91</sup> ELLER, Johnna. Deputado príncipe tentou ‘unir’ o coração de D. Pedro I com o corpo, mas Itamaraty vetou. *O Globo*. Brasília: 24/8/2022. <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2022/08/deputado-principe-tentou-unir-o-coracao-de-d-pedro-i-com-o-corpo-mas-itamaraty-vetou.ghtml>

cisivo para a vinda do coração bragantino, foram convidados chefes de Estado dos países de língua portuguesa. Compareceram os presidentes de Cabo Verde e Guiné-Bissau, representantes dos governos de Angola e Moçambique, e o secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em nota à imprensa, o Itamaraty, ao mesmo tempo em que informava a agenda dos visitantes, declarou: “O convite e a presença de Chefes de Estado e representantes de países de língua portuguesa simbolizam os laços históricos que os unem ao Brasil.”<sup>92</sup>

Dia 8 de setembro o coração foi levado de volta ao Porto. Fim das estórias!

### *Sobre tragédias e farsas!*

Karl Marx, em dezembro de 1851, escreveu seu famoso *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, que iniciava assim: “Hegel dice en alguna parte que todos los grandes hechos y personajes de la historia universal se producen, como si dijéramos, dos veces. Pero ser olvidado de agregar: una vez como tragedia y otra vez como farsa.”<sup>93</sup> Na história e nas estórias que contei, há tragédias e farsas, delas posso escolher algumas.

O Império do Brasil teve como tragédia uma dinastia portuguesa que dava continuidade à sua marca lusitana e que atravessou o século XIX garantindo um Estado centralizado que garantiu a escravidão. Sua farsa é uma se dizente “família imperial” que ostenta títulos e ganha mesadas num país republicano.

Teve como tragédia uma ditadura de Terror de Estado que aboliu os direitos humanos, que torturou e assassinou os que resistiram ou que a contrariavam, que se ocultou num “milagre econômico” artificial, e que buscou transformar o sanguinário general Emílio Garrastazu Médici no “presidente amigo da gente”,

<sup>92</sup> NOTA À IMPRENSA Nº 145. Visita ao Brasil dos Chefes de Estado de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Portugal, de Enviados Especiais dos Chefes de Estado de Angola e Moçambique e do Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Ministério de Relações Exteriores*. Brasília: 5/9/2022. [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-dos-chefes-de-estado-de-cabo-verde-guine-bissau-e-portugal-de-enviados-especiais-dos-chefes-de-estado-de-angola-e-mocambique-e-do-secretario-executivo-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-dos-chefes-de-estado-de-cabo-verde-guine-bissau-e-portugal-de-enviados-especiais-dos-chefes-de-estado-de-angola-e-mocambique-e-do-secretario-executivo-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa).

<sup>93</sup> MARX, Carlos. *El dieciocho Brumário de Luis Bonaparte* (1851). In: \_\_\_\_\_ y ENGELS, Frederico. *Obras Escojidas* (Tomo 1). Moscu: Progreso, 1966, p. 233.

aquele que se fez grudar na figura de Pedro I, reproduzindo uma nova “independência”. Sua farsa foi o não menos facinoroso Jair Messias Bolsonaro, com um programa de extrema direita, cercado por um ministério também farsesco em relação àquele do governo Médici, que se fez chamar de “mito”, favoreceu a disseminação da pandemia de Covid-19 com 700 mil mortos, e comandou um golpe de Estado no início do mandato de seu sucessor.

Teve como tragédia uma comemoração do sesquicentenário da Independência que demandou muitos esforços e que repercutiu em várias dimensões da vida nacional, numa propaganda que teve seu auge na vinda dos restos mortais de Pedro I doados por Portugal e doados como Brasil para ser inumado com suas duas imperatrizes na Cripta Imperial do Monumento do Ipiranga. Sua farsa foram os festejos dos duzentos anos, muito desenxabidos, cujo ponto alto foi o empréstimo do coração daquele Pedro, com as honras de chefe de Estado e com salamaleques de uma relíquia que nunca foi.

Me bastaram esses, mas decerto há muitos outros exemplos. Num resumo, a tragédia foi um país afundado na miséria de um povo, sequioso de um mínimo de bem-estar, assistir diuturnamente a uma elite insensível exhibir seus preconceitos enrolados em panos verde-amarelos que um dia simbolizaram a nação.



# XI

## FEDERALISMO E REVOLUÇÃO NA PROPOSTA DE GASPAR SILVEIRA MARTINS PARA O BRASIL

MONICA ROSSATO

Ao longo da formação dos Estados Nacionais na América, o federalismo esteve presente nas reivindicações dos grupos que buscavam manter as autonomias locais diante dos processos de institucionalização de um poder nacional. O federalismo, enquanto uma ideia, projeto ou visão de sociedade atendia às demandas das elites locais em almejar o controle dos seus espaços regionais (sociais, políticos, econômicos, familiares), muitas vezes anteriores aos Estados Nacionais em constituição, enquanto região histórica e conformada por dinâmicas próprias e específicas.

Esse foi o caso da região fronteira platina, espaço de poder de elites e famílias historicamente enraizadas que construíram dinâmicas sociais, integradas a outros espaços de poder na perspectiva da existência histórica de uma região fronteira platina. Entende-se aqui que regiões não são unidades culturais e territoriais monolíticas, o que exige uma análise dos níveis de construção de hegemonia por parte de uma elite. Da mesma maneira, a perspectiva da história regional é frutífera no quesito de rever as explicações históricas resultantes do centralismo que foi vencedor nos Estados Nacionais e seus processos de homogeneização nacional. O sul do Brasil foi um baluarte de resistência aos poderes centralizadores e em períodos de redefinições dos poderes centrais.

Dessa maneira, compreender o federalismo de Gaspar Silveira Martins na Revolução Federalista implica ir além do limite do Estado Nacional Brasileiro, pela região fronteira platina<sup>1</sup> ser um espaço transnacional. Através da trajetória de Silveira Martins percebe-se a internacionalização se levarmos em consideração as relações que nela estiveram desenvolvidas para além do Estado Nacional Brasileiro, e sob o viés regional, para além da região fronteira platina. Nesse sentido, o elemento revolucionário e federalista caracterizou a cultura política<sup>2</sup> da região.

O termo federalismo tem provocado diferentes significados e visões que pode estar vinculado ao constitucionalismo do Estado Federal ou ao entendimento de ser uma visão geral da sociedade que nega a existência dos Estados Nacionais.<sup>3</sup> O federalismo como uma forma de governo dinâmica possui uma forte capacidade de transformação, adequando-se a diferentes especificidades regionais, como princípio que organiza uma cultura política e os direitos e deveres dos diferentes atores, no que diz respeito a sua cidadania, participação política e presença social dos seus membros.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> O termo é compreendido aqui como um espaço em que Silveira Martins e outros líderes federalistas construíram suas redes de poder com base nas propriedades, heranças familiares, relações sociais e políticas, que foram mobilizadas antes, durante e depois da Revolução Federalista. O termo busca ser pensado, com base na movimentação destes líderes, como um território que inclui Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, lugares onde as migrações, adesões, deserções estiveram presentes e alteraram a dinâmica e a organização social desse espaço.

<sup>2</sup> Por cultura política entendem-se as heranças (tradições, pensamentos, hábitos, comportamentos) que perduram ao longo do tempo e que permitem construir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos nas suas percepções, lógicas cognitivas, vivências e sensibilidades. REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996; GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F.; GOUVEA, M. F. S. (Org). *Culturas políticas: ensaios de historia cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. A atuação das elites locais/provinciais/regionais como os federalistas e Gaspar Silveira Martins permite dar visibilidade às respostas oferecidas por eles em relação às crises institucionais e para os rumos organizacionais a serem implantados, no interior de discussões em torno de Monarquia ou República, de unidade ou confederação, de centralização ou descentralização, de parlamentarismo ou presidencialismo. Isso vai ao encontro de discussões acerca de como a cultura política nasce, estando ela ligada às respostas que a sociedade deu para os problemas e as crises da sua história, sob o viés de serem “respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações”. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 355.

<sup>3</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 1 e 2. 1358 p.

<sup>4</sup> CARMAGNANI, Marcello. Introdução. *Federalismos latino-americanos: México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

A partir disso, o federalismo foi reivindicado por Silveira Martins desde sua atuação política em cargos no Império, chegando à República com tons de desconfiança por parte de Deodoro da Fonseca que o enviou ao desterro na Europa. Lá, pode criar e aprimorar seus vínculos, seu republicanismo e federalismo que melhor concretizava as liberdades, garantias, direitos dos poderes locais/regionais.

### *Gaspar Silveira Martins: um farroupilha e federalista no Império*

Ao pensarmos em uma perspectiva de região fronteira platina, a emergência do federalismo é manifestada através da crise colonial e dos processos de independência e edificação dos Estados Nacionais. Nesses processos, o federalismo manifestou-se de diferentes formas pelos corpos políticos emergentes das independências, aliado a noções de confederação e unidade, de acordo com as interpretações acerca de uma soberania unitária ou da soberania de *los pueblos*.

A Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824 rechaçou a ideia de federação por estar vinculada às tradições localistas de origem colonial. Os projetos de uma monarquia constitucional descentralizada ou federalista não se concretizam, fazendo com que se acirrasse uma crise política com fortes reações em diversas províncias do Império, como por exemplo, a Confederação do Equador.<sup>5</sup>

Uma reforma na Constituição em 1834 buscou criar a monarquia federal, pela criação de assembleias provinciais e executivos municipais, divisão de competências entre centro e províncias. Essa reforma chegou a ser vista como uma breve experiência republicana no Império, momento em que províncias declararam sua independência: Pará, Bahia e Rio Grande do Sul, iniciando-se como movimentos locais de disputas provinciais, questão que suscitou temor dos conservadores que construíram outra reforma de cunho conservador e centralista.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> PADOIN, Maria Medianeira; FERTIG, André. Panorama Geral - Das Cortes de Lisboa à Carta Constitucional Brasileira de 1824. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Org.). *O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013, p. 16-19.

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento.

Mesmo sendo resistências sufocadas pelo poder central, tais movimentos alimentaram uma memória histórica que foi cultivada e que foi base de construção de uma identidade regional,<sup>7</sup> estando presente e reivindicada, posteriormente, por outros movimentos, no caso concreto do Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista (1893-1895) em relação à Farroupilha. A partir da subida de D. Pedro II ao poder (1840) a opção centralista foi utilizada para a manutenção da unidade do país. Essas conformações políticas são interessantes para a questão do federalismo, uma vez que o caso brasileiro, com seu mito de grandeza nacional herdado dos portugueses e sustentada pela monarquia, foi um fator de construção da unidade e nacionalidade, situação diferente da dos demais países vizinhos.

Nesse processo de centralização promovida com o Segundo Reinado, Miriam Dolhnikoff demonstrou a complexidade das relações entre o centro e as províncias e a formação de uma elite política nas províncias, comprometida com projetos políticos que englobava reivindicações provinciais para serem levadas e defendidas nacionalmente, na representação provincial na Câmara dos Deputados.<sup>8</sup> Isso só foi possível através de um pacto federalista concretizado com as reformas liberais da década de 1830, especialmente com o Ato Adicional de 1834, responsável por instituir as competências entre governo central e províncias, permitindo às elites administrarem suas províncias e participarem do governo central na Câmara dos Deputados, aliando unidade do Império e autonomia das províncias<sup>9</sup>.

Províncias como Pernambuco e Rio Grande do Sul foram redutos de resistência centralista e de reivindicações regionalistas. O Rio Grande do Sul, por sua situação de fronteira e integrada anteriormente a formação dos limites a uma região histórica, a região fronteira platina, expressou sua resistência através da

---

In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). *Federalismos latino-americanos*: México, Brasil, Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.51-80.

<sup>7</sup> PICCOLO, Helga I. L. . A crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. *História Unisinos*, Vol. 14, nº1, p. 23-28, jan/abr. 2010.

<sup>8</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003; DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>9</sup> As Províncias passaram a contar com uma autonomia sobre tributação, empregos, obras públicas e força policial.

Revolução Farrroupilha (1835-1845) e da Revolução Federalista (1891-1896)<sup>10</sup>, guerras em que o federalismo (enquanto reivindicação de maior autonomia provincial, reformas constitucionais e até de separatismo) esteve presente pautando as reivindicações das elites locais.

Com vistas à manutenção da unidade do Brasil, o Governo Imperial dedicou-se à centralização política. Essa, foi questionada pela ala “radical” do Partido Liberal, geração que não havia vivenciado o perigo da fragmentação política do Império, em várias repúblicas. Entretanto, entre esses jovens estava o farrroupilha Gaspar Silveira Martins<sup>11</sup> que, somado a outros políticos, defenderam a descentralização local, ensino e religião livre, comércio livre, extinção do Poder Moderador, Senado sem vitaliciedade, sufrágio direto, separação da justiça e polícia, eleição do presidente da província, responsabilidade dos ministros, entre outros.

A herança farrroupilha de Silveira Martins<sup>12</sup> e sua família mostram que seu federalismo pautou-se nas autonomias locais, liberdades públicas, comerciais e tarifárias para a sua província, marcada pela presença do contrabando e da fronteira, antigas pautas farrroupilhas. Além disso, sustentou o direito de revolução

<sup>10</sup> Conforme trabalho de Andrade que propõe essa nova cronologia da Revolução Federalista. ANDRADE, Gustavo Figueira. *Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896)* a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina. 2021. 585f. Tese (Doutorado em História) – UFSM, Santa Maria, RS, 2021.

<sup>11</sup> Gaspar Silveira Martins foi batizado em 1835, em Melo, Departamento de “Serro Largo”, Uruguai. Seus pais, Maria Joaquina das Dores Martins e Carlos Silveira, eram naturais da Província do Rio Grande do Sul e possuíam propriedades tanto em território brasileiro como uruguaio. Isso colabora para seu vínculo “binacional” fronteiriço, ou seja, uruguaio e brasileiro, conforme a Carta Constitucional de 1824 e a Constituição da República Oriental do Uruguai de 1830. A região onde nasceu e se formou Gaspar Silveira Martins localizava-se nas terras fronteiriças do Brasil (cidade de Bagé) e Uruguai (vila de Melo). Iniciou seus estudos em Pelotas (Rio Grande do Sul/Brasil), mudou-se ao Rio de Janeiro para realizar os estudos preparatórios para ingressar nas Academias do Império, iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito de Olinda e dois anos depois o transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou no ano de 1856. Exerceu a advocacia no escritório de seu sogro no Rio de Janeiro, onde atuou como Juiz Municipal e no Partido Liberal Radical. Na Província do Rio Grande do Sul, participou da criação do Partido Liberal Histórico e foi eleito, em 1862, Deputado Provincial para a Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. De 1872 a 1879, assumiu o cargo de Deputado Geral. Foi Ministro da Fazenda do Império em 1878, e entre 1880 a 1888 atuou como Senador. Em 1889 foi empossado na Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Em 1889, foi desterrado para a Europa, por um decreto do governo republicano, retornando ao Brasil. Em princípio de 1892, atuou na criação do Partido Federalista e na Revolução Federalista (1893-1895). Viveu seus últimos anos no Uruguai, onde faleceu em julho de 1901.

<sup>12</sup> Consideramos Gaspar Silveira Martins como farrroupilha, pois sua família participou da Revolução Farrroupilha, por seu avô materno e pai serem estancieiros no Uruguai, envolveram-se diretamente no auxílio ao grupo de Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida, que almejavam tornar o Rio Grande do Sul um estado republicano, soberano e independente, confederado ao Brasil (PADOIN, 1999).

(a soberania popular enquanto direito natural, chegando até mesmo sustentar a ideia de sufrágio universal enquanto consequência dessa soberania do povo), reforma da legislação fiscal/financeira do Império para atender a situação dos comerciantes fronteiriços, eleição direta e o fim do Senado vitalício.

A usurpação e concentração de poderes é contrária à soberania popular, para isso, Silveira Martins utilizou o exemplo de Rosas, na Argentina: “Rosas nomeado presidente da República Argentina faz-se ditador; concentra em si todos os poderes legislativo, executivo, judiciário; destrói a constituição da República; torna-se verdadeiro tyranno. Os cidadãos não tem o direito de repelli-lo, derribal-o e até matal-o?”<sup>13</sup>. Ou seja, diante da incapacidade e das ilegalidades arbitrárias de um governo, o povo (nação) tem a legitimidade de derrubá-lo a fim de manter a soberania.

As bases do liberalismo de Silveira Martins repousam em referências políticas anteriores à sua geração, como Teophilo Ottoni, Francisco Otaviano de Almeida Rosa e Martinho de Campos, grandes nomes do Partido Liberal<sup>14</sup>. Em 1868, quando a Liga Progressista saiu do poder com o retorno dos conservadores, Silveira Martins juntou-se a grandes nomes políticos liberais, atuando no periódico *Opinião Liberal* (fundado em 21 de abril de 1866) e na criação do Clube Radical, no Rio de Janeiro. Muitos signatários do Clube Radical, assinaram o manifesto de criação do Partido Republicano em 1870, mas entre eles não estava Silveira Martins.

Os participantes do Clube Radical eram jovens profissionais liberais que não tinham vivido o perigo da desintegração do Império, nas Regências. Por esse perfil, fizeram severas críticas ao sistema político do Império e defesa do federalismo pelas prerrogativas do Ato Adicional e eleição dos Presidentes de Províncias, introdução da mão-de-obra livre, fim da vitaliciedade do Senado, extinção do Poder Moderador, liberdade de cultos, entre outros.<sup>15</sup>

Para os radicais, a reforma da Constituição havia sido aprovada em 1832,

<sup>13</sup> Discurso proferido na Sessão em 6 de abril de 1863. Publicado no jornal O Mercantil, dias 26 e 28 de abril de 1863.

<sup>14</sup> Nomes vinculados à formação da Liga Progressista, formada por representantes dos partidos Conservador e Liberal, na década de 1860 na Corte.

<sup>15</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

quando a Câmara votou as bases para uma Monarquia Federativa<sup>16</sup> e buscavam retomar os princípios do Ato Adicional de 1834 (criação das Assembleias Provinciais) e da Lei de 1º de outubro de 1828 (criava os Juizes de Paz). No calor dos debates da década de 1860, Silveira Martins se referia ao Ato Adicional como um marco de liberdade e “independência das províncias do imperio em relação ao centro”<sup>17</sup>, na capacidade própria de legislar e atuar sobre os interesses e assuntos provinciais.

Ao buscar dar sustentação ao poder legislativo provincial, Silveira Martins apresentou um Projeto de Lei nº 138, na Sessão de 8 de maio de 1876<sup>18</sup>, que previa a criação de uma comissão provincial permanente, eleita anualmente entre os membros da assembleia. Entre suas atribuições, estava a de cuidar de negócios de interesse geral e do tribunal de contas provincial e municipais, proposta essa apresentada na sessão de 8 de maio de 1876 e aprovada em 19 de maio do mesmo ano, porém não sancionada pelo então Presidente da Província, Alencar Araripe<sup>19</sup>.

Esse projeto foi também proposto e incorporado às ideias políticas de Afonso Celso, junto a quem Silveira Martins esteve em viagem de exílio para a Europa. Uma unidade, portanto, mantida pelo atendimento da diversidade, especialmente sendo a legislação pensada e proposta por via de interesses provinciais. Isso traz, em si, uma proposta de reorganização dos poderes, significada por meio do elo da unidade das partes, com vistas a agregar uma autonomia local e o fortalecimento do órgão legislativo provincial ao poder central.

A valorização dos poderes locais passava pela defesa do parlamentarismo. O Parlamento representava o supremo fiscal dos negócios públicos, não reco-

<sup>16</sup> Ver trabalho de: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Franca de. Em meio a reforma constitucional: a luta política às vésperas da aprovação da Lei de 12 de outubro de 1832. *Tempos Históricos*, Volume 19, 2º Semestre de 2015, p. 184-213.

<sup>17</sup> MARTINS, Silveira. Discurso proferido na Sessão em 16 de novembro de 1866. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial*. Sessão de 16 nov. 1866.

<sup>18</sup> MARTINS, Silveira. Projecto de Lei nº 138. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial*. Sessão de 08 mai. 1876, p. 151-152.

<sup>19</sup> MARTINS, Silveira. Projecto de Lei nº 138. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial*. Sessão de 08 mai. 1876, p. 151-152. Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil; MARTINS, Silveira. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial*. Sessão de 19 mai. 1876, p. 197. Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

nhecendo nenhum órgão como independente a ele. Essa questão foi suscitada quando da discussão acerca de reclamações que chegavam ao Parlamento, referentes à inconstitucionalidade e a Presidentes de Províncias que não estavam aprovando leis, tirando o direito das Assembleias de suprimirem Comarcas, atribuição que não lhes competia em termos de divisão dos poderes.

Aqui, encontra-se presente um conflito de entendimento acerca das atribuições das partes, entre competências do Parlamento e da Assembleia Provincial, como no caso dos empréstimos estrangeiros que províncias estavam contraindo, o que, segundo Silveira Martins, colocava em risco o Estado Nacional brasileiro a ponto de conformar uma confederação de Estados soberanos e independentes do Brasil, a exemplo da Federação Norte-Americana. Nesse sentido, cremos que ele estivesse preocupado com a Constituição brasileira do período, em posicionamento de legalista e advogado ao interpretar a situação de empréstimos externos das províncias como algo que estava infringindo a lei.

Essas nuances ajudam a entender o posicionamento de Silveira Martins no Império condizente com essas propostas de reformas que não solaparam a Monarquia, e sim questionavam o iberismo das tradições políticas do Brasil, marcadas pelo centralismo e estatismo.<sup>20</sup> Além disso, inserido junto à ordem maçônica, construiu suas bases anticlericais e pautadas nos direitos civis (liberdade religiosa, secularização dos cemitérios, registro civil) como Grão-Mestre do Grande Oriente Brasileiro, irregular, em 1883<sup>21</sup>, ala dissidente do Grande Oriente Unido do Brasil que não aceitava a fusão das obediências do Lavradio e Beneditinos.

Também com base na maçonaria e na experiência farroupilha como espaços de sociabilidades entre as elites da região fronteira platina, as referências de Garibaldi e Mazzini estavam presentes em Gaspar Silveira Martins. Garibaldi tinha influência nas ideias de Giuseppe Mazzini e no seu ideal de unificação da Península Itálica através da República e unidade dos povos<sup>22</sup>. A liberdade e a

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

<sup>21</sup> Certidão de Gaspar Silveira Martins como Grão-Mestre da Ordem. Grande Oriente Brasileiro, 25 de junho de 1883. Fonte: Acervo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGs), Porto Alegre, RS.

<sup>22</sup> Giuseppe Mazzini (1805-1872) formou-se em Direito na Universidade de Gênova e atuou na Carbonária Originária do Franco Condado, loja maçônica surgida na França contrária à maçonaria napoleônica no período do Congresso de Viena. A Carbonária apresentou em seu seio uma heterogeneidade de tendências,



luta contra os poderes despóticos eram admiradas por Silveira Martins. Seu elo de identificação para com Mazzini e Garibaldi demonstrava-se ao defender-se como liberal e ao defender o uso da revolução para a aquisição da liberdade, conforme os ideais de unidade e de fraternidade dos povos.

Da mesma forma, isso apresentava um tom de revolução ao governo que não atende os interesses (direito) e necessidades da nação, expresso aqui através do caso específico do Rio Grande do Sul pela manutenção das propriedades e dos direitos, reivindicada na discussão da tarifa especial ao Rio Grande do Sul, aprovada em 1878, quando foi Ministro da Fazenda. A tarifa especial visava defender um sistema de legislação separada para as especificidades do Rio Grande do Sul, que, contava com a fronteira com outros países, onde já gozava de um sistema militar adequado a essa característica, cabendo às legislações comerciais e tributárias concederem um caráter protecionista por meio da manutenção dos laços de união entre as unidades políticas.

Quando Ministro da Fazenda em 1878, junto ao Gabinete Liberal comandado por Visconde de Sinimbu, Silveira Martins nomeou uma comissão para ir à Europa estudar diferentes ramos de fabricação industrial e administração aduaneira de alguns países, especialmente tarifas e regulamentos das alfândegas inglesa, francesa e belga, identificando, por exemplo, na França, o regime excepcional que incidia sobre os estrangeiros e proprietários de terras situados próximos da fronteira, os quais, por essa condição, podiam exportar livres de direitos, os produtos de suas terras<sup>23</sup>. Essa experiência pública esteve relacionada com suas defesas em torno de uma legislação separada para a Província do Rio Grande

---

entre elas a diferenciação entre moderados (defendiam um regime constitucional) e radicais (defendiam a instauração da República), estes últimos sendo um grupo ao qual Mazzini identificava-se. A Unidade trazida pela República era garantia da associação dos povos livres em uma grande nação, como uma federação republicana de estados unitários. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. La carbonaria y la crisis europea (1848). Portugal y España – Semejanzas. In: BENIMELI, J. A. Ferrer (Coord.). *Masoneria, Revolucion y reaccion*. IV Symposium Internacional de Historia de la Masoneria Española. Alicante, 1990. Silveira Martins demonstrou estar envolto das ideias de Mazzini, considerando que a região foi terreno fértil para Garibaldi e Mazzini. Tais embasamentos estiveram em voga na Europa e na região fronteira platina, somando também o contexto europeu do Iberismo, o qual Silveira Martins pode acompanhar em seu exílio, em que se combinava a Unidade Nacional de cada Estado com a edificação da fraternidade entre eles, para o fortalecimento das jovens nações e para a luta anti-imperialista contra a Inglaterra.

<sup>23</sup> Essa comissão era formada por Carlos Américo de Sampaio Vianna e Alexandre Sattamini. Fonte: MARTINS, Gaspar Silveira. *Anexos ao Relatório da Fazenda*, 1878. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Arquivo Histórico e Biblioteca da Fundação Casa Rui Barbosa, RJ, Brasil.

do Sul, por ser esta uma província de fronteira, a exemplo dos países citados no estudo da Comissão enviada por ele.

Como Deputado Geral e Ministro da Fazenda do Império, em discurso na Câmara dos Deputados no ano de 1879, ele pronunciou-se a respeito da tarifa especial, que fora decretada por ele mesmo, no decreto nº 7.101, de 30 de novembro de 1878:

Foi a tarifa uma medida fiscal para augmentar a renda do thesouro e não favor indébito para desfalcá-lo em proveito de uma província. As fazendas que fazem objecto da tarifa especial mui poucas se importam pelas alfândegas, a totalidade entra de contrabando pelas fronteiras sem pagar direitos; o commercio licito difficulta-se na proporção que o contrabando prospera; as cidades marítimas decahem, enquanto as cidades da fronteira levantam-se pujantes [...]. Foi, portanto, o interesse do thesouro que dictou essa disposição, verdadeira medida fiscal, que o nobre deputado por Pernambuco lançou-me em rosto como um acto de puro provincialismo<sup>24</sup>.

Além da tarifa especial, seu federalismo enquanto organização dos poderes passava pela descentralização administrativa provincial, a fim de atribuir às províncias a organização do exército, a nomeação dos magistrados e os executivos provinciais (conforme o Projeto de reforma constitucional de 1832), entre outros. Segundo essa concepção, descentralizar não seria desconcentrar, como no caso dos chineses, e sim a exemplo da Suíça, cujos interesses gerais estavam sendo administrados pelo governo geral e cujos interesses locais estavam sob a soberania de cada governo local, algo que Silveira Martins pronunciava no Senado Federal, na década de 1880: “governo da província pela província, e do município pelo município”<sup>25</sup>.

Nesse viés, seu federalismo buscou aliar a descentralização à unidade do Estado Nacional - Um Estado descentralizado atribuiria maiores poderes regionais, beneficiando as elites locais e os seus poderes privados, que disporiam do controle de maiores recursos em troca de apoio político em suas localidades. Essa

<sup>24</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Apêndice. Anais da ... Sessão de 10 jan. 1879. p. 413. Acesso em: 5 abr. 2011.

<sup>25</sup> MARTINS, Silveira. *Anais do Senado*. Livro 2. Sessão de 06 mar. 1882, p. 67.

autonomia, que precisava ser construída a nível local (provincial e municipal), passava pela elegibilidade de alguns cargos e pela capacidade de gerenciar suas atividades. Para ele, a república, pela elegibilidade de todos os seus cargos, era responsável pelo fatal monopólio dos partidos<sup>26</sup>. Essas defesas perpassam sua atividade política, chegando à República como uma grande ameaça, levando Deodoro da Fonseca a editar um decreto para o seu desterro do território brasileiro em direção à Europa.

*O federalismo de Gaspar Silveira Martins na República:  
o caso da Revolução Federalista*

Com o fim da Monarquia em 1889, D. Pedro II e sua família, Silveira Martins, Carlos Afonso de Assis Figueiredo e Visconde de Ouro Preto foram banidos e desterrados do território brasileiro pelo Governo Provisório de Deodoro da Fonseca. Apenas para Silveira Martins, a imposição da lei foi a obrigatoriedade de residir em qualquer país da Europa. Por que essa imposição foi feita à ele? Mantê-lo em território fronteiriço apresentava uma ameaça à recém instalada República? Em seu retorno ao Brasil, a Revolução Federalista significou uma resposta dos *gasparistas*<sup>27</sup>, liderados por Gaspar Silveira Martins, ao federalismo implantado com a República.

Desterrado na Europa, Silveira Martins e a sua família estabeleceram-se em Paris, junto à colônia brasileira, ao D. Pedro II e a personalidades políticas do velho mundo. Paris, capital cosmopolita, possibilitou o contato de Silveira Martins com republicanos portugueses, políticos franceses e com uma rede de famílias de elites brasileiras e de jornalistas que circulavam pela Europa. Os contatos dele com a Alemanha, Inglaterra e Itália foram aprimorados em viagens realizadas a esses países durante o exílio, atuando também junto ao grupo que discutia o possível retorno da Monarquia sob o governo de um herdeiro do trono ou sob a regência de um político, estando ele entre os cotados para esse cargo<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> MARTINS, Silveira. *Anais do Senado*, Livro 5, Sessão de 25 set. 1888.

<sup>27</sup> Considera-se a ala *gasparista*, aqueles que estavam alinhados ao líder Gaspar Silveira Martins.

<sup>28</sup> Para saber mais detalhes acerca desse projeto em discussão, ver Capítulo 2 da tese de doutorado: ROS-

Além dessa possibilidade, propagava-se na Europa rumores de desintegração do Brasil, pelo surgimento de movimentos armados nos estados que questionavam a República. Dentro e fora do Brasil, a República foi questionada. Isso foi cogitado por Silveira Martins que, via a República sem sustentação e legitimidade, pois a mesma instalou-se por um golpe de caráter militar e, para isso, bastava o Rio Grande do Sul iniciar esse movimento para que outros estados o seguissem, derrubando assim o Governo Provisório da República.

Embasamento vinculado aos direitos naturais e individuais advindos com a necessidade de limitação do poder despótico e absoluto por meio do equilíbrio dos poderes do contrato entre povo e governo, do respeito pela vontade geral, bem como o povo como titular da soberania indivisível. Preceitos esses que configuram o pensamento de Silveira Martins como *respublicano*, ou seja, primava por um governo que, independente de ser Monarquia ou República, era capaz de manter as virtudes de respeito à coisa pública, à pátria, ao bem comum, a isonomia e os mecanismos de representação dos grupos sociais e poderes locais<sup>29</sup>.

Deodoro da Fonseca saiu do poder em novembro de 1891, assumindo seu vice, Floriano Peixoto. Diante desse fato, Gaspar Silveira Martins e os federalistas consideraram inconstitucional a subida de Floriano Peixoto ao poder, pois novas eleições deveriam ser convocadas. Foi nesse contexto de indeterminação política que Silveira Martins retornou ao Brasil, depois de dois anos de exílio, para reintegrar-se à arena política e aos seus antigos correligionários na região fronteira platina e fundar o Partido Federalista em Bagé (1892).

Soma-se ainda, o aspecto autoritário e centralizador da Constituição do Rio Grande do Sul (1891), expressa pelo fortalecimento do Executivo estadual em detrimento das atribuições concedidas ao Legislativo, em uma orientação política que limitou a participação de outros grupos políticos (liberais, conservadores, republicanos dissidentes, monarquistas, entre outros)<sup>30</sup>, os quais até

SATO, Monica. Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo era esse?. 2020. 376f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

<sup>29</sup> Pautamo-nos nas discussões sobre a *res publica* desenvolvidas em trabalhos de: CATROGA, Fernando. Republicanismos. *Biblos*, Coimbra, nº 2, Vol. VIII, 2010, p. 11-71; CATROGA, Fernando. *Ensaio Respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011. 152 p; CATROGA, Fernando. *A Geografia dos Afetos Pátrios*. Coimbra: Almedina, 2013. 406 p.

<sup>30</sup> Categorias da cultura política que utilizamos aqui, tendo por base as definições partidárias do período.

1889 usufruíram da alternância no poder, garantido pelo sistema dos Gabinetes e sistema representativo do Império na sua rotatividade vinculada a autoridade do Imperador em dissolver o governo em questão.

Diante dessa limitação do Legislativo frente ao Executivo, somada tanto à presença militar na política e em cargos políticos quanto à influência do positivismo sobre o setor, no Rio Grande do Sul um movimento oposicionista, composto de uma parcela, pertencente à elite, excluída da possibilidade de inserção político-partidária, edificou um movimento armado que tomou proporções nacionais e internacionais, com vistas a defender um projeto que questionava o federalismo republicano brasileiro. A Revolução Federalista (1892-1896) articulou em bandos armados, antes da criação do seu Partido Federalista (1892), elementos de origens políticas diferentes (membros do Partido Federalista, dissidentes do PRR, monarquistas, membros do Exército, marinheiros e civis), a quem intitulamos por federalistas<sup>31</sup>.

Os federalistas, especialmente seguidores de Gaspar Silveira Martins, não se queixavam da forma de governo republicana, e sim da maneira como ela foi conduzida pela presença militar, autoritária, positivista e federalista de seus primeiros governos, bem como pelas Constituições Federal e Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, ambas de 1891 que não estavam harmonizadas, pois a última, concentrava grandes poderes no Executivo, sem a fiscalização e controle do Parlamento nacional. Ou seja, o federalismo da Revolução Federalista, sob a ótica de Silveira Martins, previa uma unidade nacional capaz de garantir os direitos, propriedades e os poderes locais, diferentemente do federalismo da República que sobrepunha os poderes (e executivos) estaduais e trazia consigo a ameaça de desintegração da pátria.

O federalismo enquanto garantia dos poderes locais a partir de sua representatividade em âmbito nacional era prejudicado também pelas interferências de Floriano Peixoto, vista por Silveira Martins como um atentado contra a pátria.

<sup>31</sup> De uma forma geral, o termo é utilizado aqui para se referir àqueles que integraram o Partido Federalista (PF) e àqueles que foram se somando e apoiando o partido e o grupo, sem que necessariamente fizessem parte do Partido, mas que por um motivo ou outro estiveram ao lado deles na Revolução Federalista. Aqui, o termo pode incluir: membros do Partido Federalista, liberais, ex-liberais, dissidentes republicanos, monárquicos, ex-conservadores, entre outros, com base nas denominações partidárias da época e de acordo com as informações dos que aderiram e/ou prestaram algum apoio ao Partido Federalista.

Para Silveira Martins, Floriano Peixoto não fazia outra coisa a não ser intervir no Rio Grande do Sul: “Todo allí és obra do presidente de la República”. Ao falar sobre a intervenção de Corrientes (Argentina), afirmava que “és ridículo hablar de intervención quando intervención és toda la obra política del señor Floriano”. Em continuação, nessa mesma reportagem, consta nas palavras de Silveira Martins a possibilidade de os federalistas imporem-se ao Marechal Floriano Peixoto, em 20 de março de 1893:

Si el Sr. Floriano no cede ni los demas estados que forman el conjunto grandioso de nuestra cara patria no nos acompanan á nosotros los federalistas de Rio Grande del Sud si la surte de las armas nos fuera favorable como indeclinablemente desse que suceder porque la justicia y la mayoria de los elementos han de estar de nuestro lado, sacudiremos de los hombros el yugo de la imposición y nos separaremos, viveremos nuestra vida de hombres libertados del dominio traidor<sup>32</sup>.

Ao tom intransigente diante do Governo Federal e das interferências de Floriano Peixoto somava-se a situação da subida de Júlio de Castilhos ao Governo Estadual. Aqui, Silveira Martins deixou visível a possibilidade de separação e de liberdade ao domínio traidor que o Governo Federal representava, primeiro devido à subida ilegal de Floriano Peixoto ao poder, segundo devido à interferência sem medida nos negócios do Estado.

A separação poderia ocorrer se os demais Estados da grande Pátria não os acompanhassem nessa missão de derrubada do governo, o que corrobora para a ideia de que o separatismo foi um projeto considerado. A Constituição Federal de 1891, em seu Artigo 42, estabeleceu que “se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”<sup>33</sup>. Esse caso aplicava-

<sup>32</sup> Essa publicação foi realizada em: UNA CONFERENCIA con Silveira Martins – La separación del Rio Grande. *El Eco Nacionalista*, Melo, Uruguai, 20 mar. 1893, p. 2 e 3. Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevideu, Uruguai; LA REVOLUCIÓN DE RIO GRANDE. *El Día*. Montevideu, 23 mar. 1893, p. 1. Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai, Montevideu, Uruguai, grifos nossos.

<sup>33</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm).> Acesso em: 02 jun. 2020.

-se para a renúncia do Presidente Deodoro da Fonseca, que não havia completado os dois anos de mandato, devendo assim ser convocadas novas eleições.

Silveira Martins, ao falar sobre a ocupação militar federalista em cidades do Rio Grande do Sul, destaca o federalismo como elo contagiante e aglutinador de forças: “Al fin y al cabo, los hombres que allá se encontraban también son como nosotros rio-grandenses. Es el contágio! Es el contágio que ha producido las deserciones em los mismos cuerpos de línea; será el contágio que traerá al grêmio *del federalismo* la mayoría del Estado; será aun el contágio que motivará la atracción para nuestra causa en toda nuestra pátria”<sup>34</sup>. Aqui, o Rio Grande do Sul, por meio dos federalistas, representavam o carro chefe da Revolução para os demais estados a fim de derrubar Floriano Peixoto do poder, sem desconsiderar o separatismo do Rio Grande do Sul.

Na correspondência ao periódico *Amigo del Pueblo*, de Concórdia/Uruguai, Silveira Martins assim expressou seu pensamento em relação à Revolução, em maio de 1893:

Agradeço-lhe extremamente tudo o que tem feito até aqui e que continua a fazer em nosso favor: esteja certo que afinal isso muito o honrará, porque, se as cousas continuarem a seguir como até agora, o que espero que aconteça, o Rio Grande e o Estado Oriental fundir-se-ão dentro em breve em uma única nacionalidade.

Que honra para os cidadãos que concorrerem para tornar a pátria mais extensa! Somente o Sr Julio Herrera não quer comprehender esta grande idea, sonho de Tajés e de todos os que pensão nas vantagens de uma pátria grande.

Se os demais Estados da República Brasileira não nos quiserem acompanhar, mandando, ao contrário, soldados que nos vem dar combate, nosso fito antes da derrota é este: separação, independência, e união como o Estado Oriental.

Auxiliando-nos, portanto, os orientaes trabalham pela liberdade, que é a causa de todo homem digno, e pela grandeza de sua própria pátria... – G. Silveira Martins<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> UNA CONFERENCIA con Silveira Martins – La separación del Rio Grande. *El Eco Nacionalista*, Melo, Uruguai, 20 mar. 1893, p. 2 e 3. Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevidéo, Uruguai; LA REVOLUCIÓN DE RIO GRANDE. *El Día*. Montevidéo, 23 mar. 1893, p. 1. Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai, Montevidéo, Uruguai, grifos nossos.

<sup>35</sup> Correspondência de Silveira Martins ao periódico *Amigo del Pueblo*, de Concórdia/Uruguai, publicada

Na referida fala, projetou-se uma Pátria grande envolvendo Rio Grande do Sul e Uruguai, remetendo ao passado com o projeto de Artigas e de Rivera. Isso demonstra que essa foi uma das saídas buscadas na Revolução, vinculada à ideia de Silveira Martins, mas tida como outra opção, pois se combatia a derrubada do Governo Federal com o levantamento revolucionário em outros Estados da Federação.

Para isso, sua ideia de federalismo passava pelo direito de revolução defendido ainda no Império, em que o Rio Grande do Sul iniciava o movimento revolucionário para os demais estados. Nesse intuito, organizou-se o Governo Provisório de Desterro (RS, SC e PR, com apoio da Revolta da Armada), entre setembro de 1893 a abril de 1894, com a finalidade de lutar contra a tirania de Floriano Peixoto e tornar a região beligerante sob o controle de uma Junta Governativa, com representações dos federalistas, membros da Marinha, dissidentes do PRR e militares catarinenses. Isso demonstra a conexão com outros movimentos e estados da Federação em expandir a revolução e agregar diferentes grupos para a derrubada de Floriano Peixoto da Presidência e assumir o Governo como Provisório para então organizar uma Constituinte que escolheria a forma de governo no Brasil<sup>36</sup>.

Nesse sentido, diante das intransigências entre os próprios federalistas<sup>37</sup>, a ideia de criar uma Junta Representativa não foi concretizada. Desse modo, a Revolução voltou-se para a região fronteira platina, sendo Paraná e Santa Catarina logo retomados pelas forças florianistas. Com a representação da Marinha através de Saldanha da Gama junto a Silveira Martins, somada ao contexto de eleições no Brasil, que levaram ao poder, de maneira constitucional, Prudente de Moraes, os federalistas voltaram-se para o projeto de separação que também estava em voga no período.

Nesse caso, o estado do Rio Grande do Sul voltava-se para si mesmo e para

no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro: RIO GRANDE DO SUL. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 07 mai. 1893, p 2. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>36</sup> Objetivo presente na carta de Pedro Moacyr (dissidente do PRR) ao militar que atuou ao lado de Floriano Peixoto na Revolução Federalista Hipólito Ribeiro. MOACYR, Pedro. Carta enviada a Hipólito Ribeiro. Rio de Janeiro, 5 fev, 1901. Reproduzida em: FURTADO, Miguel Ribeiro. *Revolta da Armada e a Revolução Federalista*. Porto Alegre: Editora Edigal, 2020. Apêndice.

<sup>37</sup> Sobre as divergências internas dos federalistas, ver: ROSSATO, Monica. Op. cit.



a região fronteira platina, com tom de separatismo e possibilidade de união com o Uruguai e também Argentina, algo que em Desterro não tinha evoluído. O endosso à separação estava também na realidade estadual, com o elemento ditatorial e positivista do governo de Júlio de Castilhos, em que concentrava poder no executivo e sobre a organização militar e eleitoral do Estado.

A separação, para Silveira Martins, era “expresión única de lo que queremos respecto al autoritarismo del señor Peixoto” e, acrescenta ainda: “Provisória, señor, fué la separación de la provincia cisplatina, de este mismo país cuyo suelo pisamos hoy, y de provisória que fuera, la separación la hizo poco después, definitiva. Rio Grande puede también apetecer la vida de libertad y casi imposible es prever desde hoy las resoluciones del porvenir”<sup>38</sup>. A referência à província Cisplatina remonta a seu período de anexação ao Império e à sua separação definitiva, quando foi logo depois desmembrada do Brasil, tornando-se a República Oriental do Uruguai em 1828.

Com a perda de territórios que estavam sob comando dos federalistas, Silveira Martins manteve seu posicionamento de reforma constitucional da República, expresso no fim da Revolução com as tratativas e com o Acordo de Paz em 1895, no Congresso do Partido Federalista de 1896 e no Testamento Político de Gaspar Silveira Martins em 1901, como legado deixado por ele aos federalistas que ainda lutaram por essas garantias posteriormente.

A reforma constitucional era algo a ser feito para mudar o cenário de uma República que não apresentava um aparato institucional capaz de manter a unidade nacional através do respeito e manutenção das garantias dos poderes locais, dando margem de ação às “partes” (estados) para lutarem por suas causas, por seus regionalismos. Tal necessidade aludia ao separatismo que havia estado presente na Revolução e permanecido nos discursos do Partido Federalista, diante da carência governamental de se pensar em um projeto político para o Brasil, mantendo os direitos a nível local e as liberdades desses líderes envolvidos na Revolução.

<sup>38</sup> UNA CONFERENCIA con Silveira Martins – La separación del Rio Grande. *El Eco Nacionalista*, Melo, Uruguai, 20 mar. 1893, p. 2 e 3. Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevideú, Uruguai; LA REVO-LUCIÓN DE RIO GRANDE. *El Día*. Montevideú, 23 mar. 1893, p. 1. Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai, Montevideú, Uruguai, grifos nossos.

O federalismo na República apresentou-se com uma divisão dos poderes entre o poder federal e os estados, aplicando a esses últimos, atribuições como as de elaborar Constituições estaduais sem um controle pelo Congresso Nacional, a gestão das rendas estaduais, a organização de polícia, de empréstimos externos e eleições. Soma-se a extinção da representatividade de partidos como o Liberal e Conservador (emergência do Partido Republicano), diminuição das faculdades dos órgãos colegiados e representativos capazes de estabelecer o equilíbrio e alternância de poderes, bem como de exercer um controle maior sobre as ações do Governo e seus Ministros.

A reforma constitucional defendida por Silveira Martins combinava unidade e autonomia local/regional a exemplo da II República Francesa (Constituição de 1875), que estabeleceu uma República Unitária Parlamentar, na qual o Presidente funcionava como um Monarca constitucional republicano.<sup>39</sup> Da mesma maneira, baseou-se em Mazzini e a “Grande Itália”, defensores da unidade republicana, federalista e da união internacional dos povos. E da República do Chile, sua proposta de controle do executivo Federal pelo Congresso Nacional<sup>40</sup>.

Esse federalismo de Silveira Martins, encabeçado na Revolução Federalista, dizia respeito à contrariedade em relação ao militarismo e ao sistema presidencialista da República, de interferência autoritária estadual. Um federalismo que primava pela descentralização e pelas autonomias locais, mas que, frente à realidade constitucional nacional e estadual, combateu os excessos de concentração de poder nas mãos do Executivo. Sua matriz parlamentar, enquanto órgão colegial de um sistema de governo que melhor combinava as virtudes cívicas, baseava-se no princípio de representação e na soberania popular, capaz de oferecer a força necessária para a manutenção da unidade nacional, frente à possibilidade de fragmentação do território da República brasileira.

Essa possibilidade de fragmentação da República brasileira foi levada a cabo por Silveira Martins e pelos federalistas, estando nos seus discursos antes mesmo do início da Revolução (1891), e foi apresentada enquanto possibilidade

<sup>39</sup> CAENEGEM, R. C. van. *Uma introdução histórica ao Direito Constitucional Ocidental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. 412 p

<sup>40</sup> CHILE. Constitución de Chile de 1833. Capítulo VII. Del Presidente de la República. Artigos 59 a 73. Biblioteca del Congreso Nacional del Chile. In: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=137535&idParte=>> Acesso em 06 jun. 2020.

de separatismo do Rio Grande do Sul, em uma tentativa frente às intransigências federal e estadual. O separatismo não foi uma novidade dos federalistas e de Silveira Martins: ele emergiu em diferentes momentos alinhados à instabilidade político-institucional. Júlio de Castilhos, no fim do Império, já havia manifestado seu intuito separatista, caso o federalismo enquanto medidas descentralizantes não fossem tomadas e respeitadas pelo Executivo central.

Esse separatismo de Silveira Martins adquiriu *status* de independência frente ao Estado Nacional brasileiro, que não estava alinhado a uma organização política democrática e parlamentar, mas tendendo a um autoritarismo do Executivo. Assim, abriu-se a possibilidade de alinhar-se ao Uruguai e também à Argentina. A possibilidade tendia também para uma aliança do Rio Grande do Sul, enquanto Estado independente, ao Uruguai de maneira a tornar-se contrapeso à Argentina e ao Brasil. A situação, pelo término da Revolução e pela perda da guerra, voltou-se para a reforma constitucional e para a defesa de um Estado forte, federal e parlamentar, como garantia de manutenção da unidade frente às tentativas de fragmentação do território, que a própria Revolução havia representado.

Diante disso, a proposta de Silveira Martins buscou dar conta dessas nuances contextuais e oferecer uma resposta para a problemática dos rumos a serem tomados pela República brasileira, a qual, segundo ele, estava em má situação. Essa sua resposta federalista, de manutenção das autonomias locais/regionais, com vistas à manutenção de um Estado Federal, com ausência do militarismo e do Presidencialismo, assumiu os posicionamentos políticos e os rumos seguidos dentro da Revolução. Porém, sua liderança e suas decisões foram contestadas entre aqueles que não se identificavam ao *gasparismo*, demonstrando o espaço de atuação de outras lideranças inseridas nos federalistas que tinham objetivos em comum, mas também muitas divergências que necessitam ser exploradas pela historiografia<sup>41</sup>.

<sup>41</sup> Sobre esses outros líderes federalistas, ver trabalhos de: ANDRADE, Gustavo Figueira. *Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina*. 2021. 585f. Tese (Doutorado em História) – UFSM, Santa Maria, RS, 2021; RUBIN, Angelita. Rafael Cabeda: trajetória e atuação fronteiriça a partir da historiografia. *Estudios Históricos* – CDHRPyB - Año XIV – julio, 2022 - N° 27 – ISSN: 1688-5317; DOBKE, Pablo R. *Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil*

---

e Uruguai (1896-1904). 2015. 132f. Dissertação (Mestrado em História) -UFSM, Santa Maria, RS, 2015; PAULA, Débora Clasen de. *Família, guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX*. 212f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019; SACCOL, Tassiana M. P. *De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. 190 p. Tese (Doutorado em História). PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 2018.

# XII

## A BANCADA GAÚCHA:

### *uma análise da composição da bancada do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados durante a Primeira República*

PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO

Durante a Primeira República (1889-1930), as eleições para renovação da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado ocorriam regularmente a cada três anos, geralmente no primeiro semestre do ano. A Constituição de 1891 manteve a mesma organização do Poder Legislativo instituído pelo regime imperial. Conservou o sistema bicameral, no qual o Congresso Federal funcionava através de duas Casas: Câmara dos Deputados e Senado. Entre as alterações realizadas pelo novo regime, se destaca o fim do poder vitalício dos senadores para um mandato de nove anos e o aumento da representação dos estados na Câmara Baixa, de 125 para 212 vagas<sup>1</sup>.

Havia 21 bancadas na Câmara dos Deputados, que representavam os vinte estados e o Distrito Federal. O Rio Grande do Sul possuía 16 deputados, figurando na sexta colocação das bancadas mais numerosas. A importância política dos estados no Legislativo Federal era medida pelo tamanho de sua bancada, pela arrecadação econômica do estado, pela coesão partidária e pela unidade nas

<sup>1</sup> O Decreto n. 153 de 1893 determinou o aumento do número de deputados na Câmara dos Deputados, a partir da eleição de 1894-1896. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos Perderemos: A construção do Federalismo Republicano Brasileiro*. Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 78.

votações na Câmara. Apesar do Rio Grande do Sul não possuir a maior bancada, era uma das mais influentes na política federal<sup>2</sup>.

Os representantes sul-rio-grandenses exerceram funções de prestígio e importância técnica no Legislativo e em diversos governos presidenciais. Fizeram parte das principais coligações formadas nos processos sucessórios; ocuparam pastas ministeriais; estiveram por muitas legislaturas entre os membros do bloco da maioria na Câmara; e ocuparam vagas nas Comissões Permanentes e na Mesa Diretora da Casa. Estes fatores conferiram autoridade e prestígio aos seus deputados e importância política ao estado.

A bancada gaúcha é constantemente mencionada pela historiografia e pela ciência política como uma das mais estáveis da Federação<sup>3</sup>. Tudo indica que esta consideração diz respeito ao controle do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) da maioria das vagas da representação do estado na Câmara. Entretanto, isso não quer dizer que não havia competição. Pelo contrário, a bancada gaúcha deve ser compreendida como um espaço disputado tanto por situacionistas quanto oposicionistas.

O objetivo deste capítulo é analisar mais profundamente a composição da bancada gaúcha da 22<sup>a</sup> até a 35<sup>a</sup> Legislatura da Câmara, a partir da identificação dos eleitos e da análise das taxas de conservação e renovação parlamentar. Por meio deste estudo, pretende-se verificar se os resultados colaboraram para o fato da bancada do Rio Grande do Sul ser uma das mais estáveis da Federação.

Para isso, foi consultado as edições do jornal *A Federação*<sup>4</sup>, os diários e os anais da Câmara dos Deputados e o Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)<sup>5</sup>. Por meio da análise destas fontes e do dicionário bio-

<sup>2</sup> LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 117-119

<sup>3</sup> Idem, 1975. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Artes, 2001. FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Minas Gerais: UFJF, 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do parlamento no regime oligárquico de 1889-1930*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

<sup>4</sup> Órgão de imprensa da situação política do Rio Grande do Sul (PRR). HEMEROTECA Digital Brasileira (HDB). Jornal *A Federação*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>5</sup> DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

gráfico, realizou-se a radiografia da bancada gaúcha com o intuito de identificar quem eram os políticos que exerceram mandato(s), quantas legislaturas permaneceram na Câmara e os fatores que explicam a permanência e a saída desses parlamentares. Desse modo, buscou-se compreender os critérios adotados pelas agremiações partidárias na seleção dos candidatos, identificar o perfil dos deputados federais do Rio Grande do Sul entre os anos de 1891 e 1930 e explicar os fatores da estabilidade política desta bancada.

### *A dinâmica político-eleitoral do Rio Grande do Sul na eleição para a Câmara dos Deputados*

O estado do Rio Grande do Sul experimentou uma intensa rivalidade partidária e uma significativa competição em diferentes momentos. Isso se deu por meio da mobilização das agremiações que fizeram oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), ao domínio político de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros e disputaram as vagas do Legislativo estadual e Federal. Entre as legendas oposicionistas podemos citar: o Partido Federalista (PF), o Partido Republicano Democrático (PRD), a Aliança Libertadora e o Centro Federalista Rafael Cabeda (CFRC).

Nas eleições para a Câmara dos Deputados, os partidos estaduais montavam uma estrutura centralizada e obediente à Comissão Executiva, que orientava as ações dos diretórios municipais na campanha dos candidatos distritais. Essa estrutura institucional partidária funcionava através da ação dos correligionários, que atuavam em duas frentes: na inscrição de novos eleitores para o partido; e na arrecadação de votos para os candidatos distritais através do convencimento dos eleitores.

Apesar de não haver no sistema político da Primeira República a exigência de ser filiado a um partido para disputar as eleições ou de realizar o registro da candidatura, os aspirantes às vagas tinham mais chances de vitória se fossem indicados na chapa de um partido ou se fossem patrocinados pelo chefe partidário ao concorrerem como avulsos. Houve casos em outras bancadas de candidatos que se elegeram de forma independente e sem o patrocínio de uma agremiação.

No entanto, o percentual de vitória dos independentes era baixo. Segundo Vítor Figueiredo (2016, p. 42), em Minas Gerais, apenas 29,6% dos 27 deputados excluídos da chapa do PRM que disputaram as eleições como independentes conseguiram se eleger.

Dessa forma, ser indicado na chapa do partido ou patrocinado pelo chefe partidário fazia toda a diferença no resultado eleitoral, ainda que ocorresse a derrota dos candidatos da chapa. No caso do Rio Grande do Sul, foram poucos políticos que tiveram a oportunidade de serem indicados na lista dos candidatos da situação (PRR) e da oposição (PF)<sup>6</sup>. Os indicados, em sua maioria, tinham trajetórias política e pública consolidadas, fossem nos níveis local, estadual ou federal. Inclusive, a maioria dos deputados eleitos pela legenda PF tinha experiência política anterior, exerceram mandatos legislativos durante o Império, como foi o caso de Francisco Antunes Maciel. Este atuou como deputado provincial pelo Partido Liberal no período de 1873 a 1884, e exerceu mandatos como deputado Geral de 1878 a 1889 pelo mesmo partido. Outro exemplo é o de Venceslau Escobar, que antes de exercer seu primeiro mandato como deputado federal, em 1906, havia sido deputado provincial pelo Partido Liberal de 1881 a 1882<sup>7</sup>.

Na dinâmica político-eleitoral do Rio Grande do Sul não era necessário possuir uma base eleitoral numerosa e fiel para ser eleito. Bastava apenas ter a candidatura lançada pelo partido dominante para contar com a rede de apoio das lideranças locais da circunscrição eleitoral e ser eleito. O acompanhamento da divulgação da lista dos candidatos no jornal *A Federação* revelou que dos treze políticos que mais mandatos acumularam na Câmara dos Deputados 53,8% deles foram eleitos fora do distrito que abrangia seu município de origem; 30,7% foram apresentados pelo distrito eleitoral do seu município de origem; e 15,38% dos eleitos concorreram na maioria das vezes pelo distrito da sua localidade de origem.

<sup>6</sup> Partido de oposição política criado em 1892. Exerceu intensa atividade política por cerca de 30 anos e concorreu em várias eleições, sendo a agremiação oposicionista que mais tempo concorreu para as vagas do Legislativo Federal. FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Dir.). *República: República Velha (1989-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 129-170, v. 3, (Coleção História do Rio Grande do Sul).

<sup>7</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010, p. 83-129.



O sucesso dos candidatos do PRR dependia do emprego da combinação de votos, que objetivava reduzir as incertezas do pleito ao distribuir a votação do eleitorado entre todos indicados na chapa. Esta estratégia funcionava por meio do envio de circulares ao eleitorado, remetidas pela Comissão Central do partido e pelos próprios candidatos, e também por meio da distribuição de cédulas na véspera e no dia das eleições. Portanto, neste contexto em que o alistamento e o voto não eram obrigatórios, uma parcela significativa dos eleitores votou não pela atuação política do candidato, mas sim pela orientação do partido. Seja por temer represálias ou até mesmo em troca de favores pessoais e do atendimento das reivindicações locais.

Os boletins eleitorais – publicados no jornal *A Federação* – revelam a prática da combinação dos votos, demonstram que os candidatos do PRR tiveram a mesma quantidade de votos ou um número muito próximo na maioria dos municípios dos três distritos eleitorais. Esse dado revela a ação dos diretórios locais para disciplinar seus eleitores a ponto de seguirem rigidamente as instruções do partido. Demonstra a abrangência do controle do partido governista nos municípios, tanto na fase preparatória do pleito quanto no dia da votação<sup>8</sup>.

Cabe destacar que a distribuição dos votos não era uma estratégia exclusiva do PRR. Em outros estados também se empregava essa prática. Em Minas Gerais, a distribuição dos votos era chamada de rodízio, sendo operada mediante o acordo prévio dos membros da Comissão Executiva do PRM com os candidatos da chapa, que era acionada pela ação dos diretórios que difundiam as orientações do partido nos municípios e nas localidades mais remotas<sup>9</sup>.

Um indício que reforça que os candidatos, em sua maioria, não possuíam uma base eleitoral fiel, foi o baixo desempenho de Arthur Pinto da Rocha no pleito de 1909. Este era um político experiente, havia exercido pela sigla PRR três mandatos na Câmara dos Deputados (23<sup>a</sup>, 24<sup>a</sup> e 25<sup>a</sup> legislaturas). Na eleição

<sup>8</sup> O recurso da distribuição de votos foi identificado por Carina Martiny, em sua tese sobre a liderança e a governabilidade de Júlio de Castilho nos municípios do Rio Grande do Sul nos primeiros anos da República. MARTINY, Carina. *“O chefe político dos mais avançados republicanos”*: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 252-253.

<sup>9</sup> FIGUEIREDO, 2016, p. 50.

de 1909, estava concorrendo a uma vaga pelo 3º distrito eleitoral pelo Partido Republicano Democrático (PRD). Arthur Pinto da Rocha, teve a votação mais baixa do 3º distrito. Logo, podemos supor que este candidato não contava com uma base fiel de eleitores a ponto de se eleger por uma nova sigla partidária que estreava nas eleições federais. O fato de ter sido proclamado deputado federal nas eleições de 1894, 1897 e 1900 deveu-se, sobretudo, ao amparo político do PRR do que pelo seu prestígio entre o eleitorado.

Além disso, na análise do funcionamento das diversas etapas do processo eleitoral, percebe-se que a alteração da legislação influenciou diretamente na dinâmica dos pleitos. Tanto os correligionários e lideranças das legendas partidárias quanto os próprios aspirantes à deputação, se utilizavam de artifícios diversos para burlar a lei eleitoral de modo a beneficiar-se na disputa e a prejudicar o desempenho dos adversários. Entre essas estratégias podemos citar: a suspensão, sem aviso prévio, do funcionamento do alistamento; rasuras e incoerências no registro das atas das seções eleitorais que ocasionavam a anulação dessas pela Comissão de Inquérito da Câmara; a já mencionada distribuição dos votos dos eleitores aos candidatos distritais da legenda; além de outros artifícios.

Apesar dessas práticas serem operadas tanto pela situação quanto pela oposição, a primeira possuía mais recurso e facilidade para empregá-las, ao passo que o partido situacionista não controlava apenas o governo do estado, como também a máquina administrativa dos municípios, ou seja, a esfera que concentrava a maior parte das etapas do processo eleitoral (alistamento, composição das mesas eleitorais, votação e apuração).

### *O perfil dos representantes sul-rio-grandenses na Câmara dos Deputados (1894-1930)*

Ao investigarmos as eleições que ocorreram entre os anos de 1894 e 1930, a 23ª a 35ª legislatura da Câmara dos Deputados, observou-se o funcionamento da dinâmica política e o impacto produzido pelas reformas dos códigos eleitorais na configuração da competição e do seu resultado. Os processos eleitorais no Rio Grande do Sul para o Legislativo Federal eram competitivos, tanto entre

opponentes partidários quanto na esfera intrapartidária, na disputa pela inclusão na lista de candidatos do partido (em especial a agremiação oposicionista)<sup>10</sup>.

Em treze eleições, 244 candidatos disputaram as vagas para representação do estado na Câmara dos Deputados. Desse número, 180 concorreram na chapa do PRR, 10 como avulsos e 54 pela oposição partidária. O PRR, por ser o partido dominante e por controlar a máquina administrativa e eleitoral do estado, apresentava mais candidatos em comparação com a oposição e, conseqüentemente, obteve mais sucesso, conseguindo eleger 96,7% dos candidatos que apresentou e 90% dos candidatos avulsos que patrocinou. Já a oposição partidária concorreu em nove das treze eleições analisadas e obteve 46,3% de sucesso eleitoral, uma taxa significativa para um estado em que um partido, o PRR, permaneceu no poder por mais de 30 anos.

A ausência da oposição partidária gaúcha nas primeiras eleições do Legislativo Federal, deveu-se à crise produzida com o advento da República, que desmobilizou a atuação dos partidos imperiais – Partido Liberal e Conservador – na arena política do estado. Segundo Carina Martiny (2018, p. 252-253), muitos membros do Partido Conservador, e até mesmo liberais, aderiram às fileiras do Partido Republicano Rio-Grandense, que neste momento eram minoria nos municípios. A partir da eleição de 1906, o cenário político se alterou, a oposição se fortaleceu e passou a concorrer às vagas da Câmara. A participação da oposição nos pleitos e o aumento do número de seus candidatos também contou com o incentivo das novas regras eleitorais – estipuladas pelas Leis n. 1.269, de 1904 e n. 3.208 de 1916 – que favoreceram as condições de ingresso das minorias.

Mas quem eram os candidatos selecionados pelos partidos para concorrer às eleições federais? Quais os requisitos para ingressar na Câmara dos Deputados? A partir da pesquisa realizada no jornal *A Federação*<sup>11</sup>, nos diários e anais da Câmara dos Deputados<sup>12</sup> e da consulta no Dicionário histórico-biográfico da

<sup>10</sup> A disputa pela indicação da candidatura pelo partido oposicionista ocorria porque a agremiação priorizava, na maioria dos pleitos, indicar apenas um candidato por distrito eleitoral, de modo a concentrar os votos dos seus eleitores em um só candidato e aumentar a chance de sucesso na eleição.

<sup>11</sup> HEMEROTECA Digital Brasileira (HDB). Jornal *A Federação*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>12</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Boletins, Diários e Anais*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>.

Primeira República (1889-1930)<sup>13</sup>, identificou-se que os partidos priorizaram a candidatura de membros da elite portadores de diploma em ensino superior – sobretudo de advogados, médicos e engenheiros civis e militares – e personalidades políticas e públicas de sucesso e prestígio em nível regional, estadual ou nacional, que tinham forte vínculo partidário.

O Rio Grande do Sul elegeu um total de 83 representantes para ocuparem as 16 cadeiras da 22ª a 35ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Desse número, 34,9% dos deputados obteve apenas um mandato. Esse percentual é relativamente próximo do nacional, que atingiu 40% do total de 1.035 deputados eleitos à Câmara dos Deputados no mesmo período<sup>14</sup>. Dos deputados eleitos à bancada gaúcha, 59,03% ocuparam cadeiras por no máximo seis anos. De modo a facilitar a visualização da quantidade de mandatos por deputado na bancada, as informações coletadas foram organizadas na tabela 1<sup>15</sup>.

Nº mandatos	1	2	3	4	5	6	7	10
Nº de Deputados	29	20	7	14	6	5	1	1
(%)	34,9	24,1	8,4	16,9	7,2	6,0	1,2	1,2

Tabela 1. Total de Mandatos de Deputados Federais do Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Fonte: Elaboração da própria autora a partir das informações coletadas nos Diários e Anais da Câmara dos Deputados, do período de 1890 a 1930.<sup>16</sup>

A partir dos dados apurados, é possível identificar que apenas 8,4% dos deputados estiveram presentes durante seis, sete e dez legislaturas. No total de quatorze eleições (1891 a 1930), 224 vagas foram geradas para ocupar as 16 cadeiras na bancada gaúcha, mas estas produziram o ingresso de apenas 83 polí-

<sup>13</sup> DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

<sup>14</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. Revista Dados, Rio de Janeiro, jan./mar. 2013, p. 15-16 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582013000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582013000100002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>15</sup> Importante informar que no levantamento desses dados, foram contabilizados apenas os mandatos por ingresso pela eleição oficial, na nova legislatura, que ocorria regularmente a cada três anos.

<sup>16</sup> BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, DF, 1890 a 1930. Localização: [imagem.camara.leg.br](http://imagem.camara.leg.br). BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, DF, 1889 a 1930. Localização: [imagem.camara.leg.br](http://imagem.camara.leg.br).

ticos. Além disso, cabe mencionar que desde a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, não houve alteração no número de cadeiras da bancada do Rio Grande do Sul.

Verificamos que treze políticos exerceram mais de quatro mandatos pelo Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, foram eles: Alexandre Cassiano do Nascimento, Victorino Carneiro Monteiro, Rivadavia da Cunha Correia, Marçal Pereira de Escobar, Manoel de Campos Cartier, Luiz Soares dos Santos, Ildefonso Simões Lopes, Evaristo Teixeira do Amaral Júnior, José Thomas Nabuco Gouvêa, João Simplício Alves de Carvalho, Joaquim Luiz Osório, José Barbosa Gonçalves e Domingos Pinto Figueiredo Mascarenhas Júnior. Todos estes parlamentares eram filiados ao PRR, agremiação dominante no estado do Rio Grande do Sul.

A análise da trajetória destes políticos, revelou que o ingresso e a permanência desses na Câmara dos Deputados deveu-se às seguintes condições: possuíam vínculo partidário estável; eram portadores de diploma de ensino superior; tinham experiência política prévia em cargos eletivos (intendente ou deputado estadual); tinham sido eleitos a cargos de destaque na Câmara dos Deputados, tais como líder da maioria, membros da Mesa diretora e das Comissões Permanentes; e alguns atuaram como ministros no governo federal.

Desses treze políticos, seis eram bacharéis em direito e obtiveram formação na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo; dois deles eram médicos e estudaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; dois eram engenheiros militares que cursaram a Escola Militar da Praia Vermelha; dois eram engenheiros civis e um deles dedicou-se às atividades comerciais e ao jornalismo, inclusive na direção do jornal *A Federação*. Assim sendo, os parlamentares mais experientes do Rio Grande do Sul possuíam as formações mais tradicionais do período, e seguiram o padrão profissional dos políticos de outros estados.

Além disso, 90% desses representantes faziam parte da primeira geração de republicanos e tiveram participação ativa na propaganda republicana, principalmente nos centros onde cursaram ensino superior. Segundo Surama Conde Sá Pinto (2011, p. 43)<sup>17</sup>, a maioria dos políticos que nasceu antes do ano de 1869

<sup>17</sup> PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. MauadX/FAPERJ, 2011.

fez parte da primeira geração de políticos da Primeira República. Estes nasceram durante o Império e atingiram a fase adulta durante o contexto da proclamação de República. Tiveram participação no movimento abolicionista, na propaganda republicana e colaboraram na formação dos partidos republicanos em seus estados. Foi o caso de Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas Júnior, um dos fundadores do Clube Republicano da Escola de Medicina e do Clube Sul-Rio-Grandense no Rio de Janeiro.

Este deputado foi o que acumulou mais mandatos na bancada do Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1891-1930). Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas Júnior<sup>18</sup> se manteve na Câmara dos Deputados ao longo de 10 legislaturas consecutivas, iniciando o mandato na 26ª legislatura (1903-1905) e encerrando-o na 35ª (1930), aos 64 anos de idade. Foram aproximadamente 30 anos de vida parlamentar pela sigla PRR, que foi interrompida pela instalação do governo provisório de Getúlio Vargas, que dissolveu o Congresso Nacional em novembro de 1930.

Em relação à trajetória anterior ao ingresso na Câmara, identificou-se que oito dos treze deputados ocuparam mandato (s) na Assembleia dos Representantes (ou na Assembleia Provincial) e seis exerceram atividades públicas eletivas e administrativas de importância no estado, tais como: intendente, vice-intendente, juiz municipal, secretário da fazenda do estado e secretário de obras públicas. Exceto Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro, que estreou na carreira parlamentar sem antes ter exercido qualquer atividade política ou diretiva no estado. Este parlamentar teve sua primeira atuação política como deputado federal constituinte. O ingresso em tão importante posição se explica pela influência política de sua família e sua participação nas fileiras do PRR durante a propaganda republicana<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas Júnior nasceu em Pelotas em 10 de fevereiro de 1866. Estudou Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, onde foi atuante nos movimentos republicano e abolicionista. Logo depois da Proclamação da República, tornou-se autoridade policial no Distrito Federal. Em 1894, formou-se em Medicina e passou a clínicar no município de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul. Dois anos depois mudou-se para a Europa, onde estudou em hospitais em Paris. Em 1897 retornou ao Brasil e ingressou nas fileiras do PRR. Em 1903, foi eleito à 26ª legislatura da Câmara dos Deputados. DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. *Domingos Mascarenhas Júnior*. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

<sup>19</sup> O pai do deputado e depois senador pelo Rio Grande do Sul Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro, era o

No que se refere aos deputados que mais ocuparam posições de prestígio na Câmara, identificou-se o nome de Alexandre Cassiano do Nascimento, que além de acumular muitos mandatos e atuar como líder da bancada por diversas legislaturas, exerceu a função de líder da maioria por cinco ocasiões, sendo, inclusive, um dos parlamentares nacionais que mais tempo exerceu essa posição política. Além dele, Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro ocupou um importante cargo no Legislativo Federal. Foi 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara no período de maio a junho de 1897, e atuou como líder da bancada entre os anos de 1895 a 1898. Assim como Luiz Soares dos Santos, que também ocupou a função de 1º vice-presidente da Mesa Diretora entre os anos de 1912 e 1915. Esses parlamentares saíram da Câmara para ocupar vagas no Senado, o que demonstra que construíram uma trajetória política de sucesso e ascensão.

Alguns desses políticos se ausentaram por uma ou mais legislaturas para ocuparem pastas ministeriais. É o que ocorreu com Alexandre Cassiano do Nascimento, Rivadávia da Cunha Correia e Ildefonso Simões Lopes. O primeiro, acumulou pastas ministeriais no governo de Floriano Peixoto (1891-1894), dirigiu o Ministério das Relações Exteriores, da Justiça e Negócios Interiores, e da Fazenda. Após essa experiência nos ministérios, retornou à Câmara dos Deputados na 24ª legislatura (1897-1899), na qual permaneceu até o ano 1909, quando abdicou da sua cadeira para disputar uma vaga no Senado<sup>20</sup>. O segundo, Rivadávia da Cunha Correia foi nomeado pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) para assumir o Ministério do Interior e da Justiça e o Ministério da Fazenda em 1913. Em seguida, durante o mandato presidencial de Wenceslau Brás (1914-1918), foi nomeado prefeito do Distrito Federal, onde permaneceu até o ano de 1916, quando se elegeu ao Senado (1916-1920) pelo Rio Grande do Sul na vaga aberta com a morte de Pinheiro Machado<sup>21</sup>. Já Ildefonso Simões

---

tenente-general Vitorino José Carneiro José Monteiro, barão de São Borja, e seu avô era o brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, conhecido militar que lutou na Guerra Cisplatina e na Revolta Farroupilha. Importante mencionar que o deputado Victorino Carneiro Monteiro exerceu a função de governador provisório do estado do Rio Grande do Sul no contexto da Revolução Federalista. DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. *Vitorino Carneiro Monteiro*. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

<sup>20</sup> DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. *Alexandre Cassiano do Nascimento*. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

<sup>21</sup> DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. *Rivadavia da Cunha Correia*. ABREU,

Lopes foi nomeado Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), onde permaneceu até maio de 1922, quando demitiu-se da pasta em razão das divergências políticas em torno da sucessão presidencial federal de 1922<sup>22</sup>.

A conservação desses políticos no Legislativo Federal era importante para o PRR e para o governo do estado do Rio Grande do Sul. Isso se explica pelo fato de estarem inseridos naquele espaço e por conhecerem as regras do jogo político. Por meio deles, o governo do estado tinha mais chances de obter sucesso nas negociações com o Executivo Federal, e a bancada gaúcha de estabelecer alianças com os representantes dos grandes e médios estados nas eleições e votações internas da Câmara. Além disso, possuíam experiência e competência o bastante para defenderem as demandas do estado, sobretudo as matérias que eram caras para o PRR, tais como: a preservação da Constituição do estado, de 14 de julho de 1891, e as regras do sistema eleitoral, que garantiam o controle político no estado e nos municípios. Além, claro, da defesa de matérias voltadas para as obras públicas, a estabilidade econômica e a legislação social.

### *Conservação ou renovação?: uma análise do índice de reeleição e ingresso dos representantes sul-rio-grandenses na Câmara dos Deputados*

Para mensuramos a taxa de conservação e renovação parlamentar da bancada gaúcha, precisamos, antes disso, fazer a radiografia dessa bancada, isto é, identificar quantos deputados que iniciaram na legislatura anterior deixaram de concorrer à reeleição; quantos foram reeleitos e derrotados; e quantos estreates (calouros) e reconduzidos (ausentes em uma ou mais legislaturas) obtiveram sucesso. A tabela 2 foi organizada a partir da comparação da relação dos eleitos entre as 22<sup>a</sup> e 35<sup>a</sup> legislaturas (1891-1930) com a de candidatos apresentados em treze eleições oficiais da Câmara (1894-1930).

Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

<sup>22</sup> DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. *Ildefonso Simões Lopes*. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.



Eleição	Desistentes ou excluídos	Reapresentados derrotados	Reapresentados reeleitos	Estreantes	Reconduzidos
1894	13	---	3	13	---
1897	7	---	9	6	1
1900	5	---	11	4	1
1903	6	---	10	6	0
1906	7	1	8	5	3
1909	5	---	11	3	2
1912	7	1	8	8	0
1915	5	2	9	4	3
1918	3	2	11	4	1
1921	4	---	12	1	3
1924	7	4	5	6	5
1927	4	3	9	2	5
1930	6	---	10	4	2
<b>Total</b>	79	13	116	66	26

Tabela 2. As condições da competição às vagas da bancada gaúcha (1894-1930). Fonte: Elaboração própria a partir do cruzamento dos dados coletados nos diários e anais da Câmara dos Deputados e nos boletins eleitorais publicados no jornal *A Federação*, no período de 1890 a 1930.<sup>23</sup>

Como podemos ver na tabela 2, em treze processos eleitorais<sup>24</sup>, 129 deputados concorreram à reeleição de seus mandatos (eleitos e derrotados); e 79 não se reapresentaram na disputa à nova legislatura. A cada três anos, uma média de 9,9 deputados buscava a reeleição, o equivalente a 61,8% das vagas da banca-

<sup>23</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. *A Federação*. Porto Alegre, 1889 a 1930. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>24</sup> Importante mencionar que nesta tabela não foi mencionado o total de candidatos por eleição, não consta o número de candidatos que buscaram o ingresso (possíveis estreantes ao primeiro mandato) e os que almejavam ser reconduzidos (retornaram após uma ou mais legislaturas afastados) na Câmara dos Deputados que não foram eleitos.

da<sup>25</sup>. Logo, havia o intento de conservação dos políticos na representação federal, tanto por parte da agremiação situacionista quanto da oposicionista. Desses reapresentados, a maioria obteve sucesso: uma média de 8,9 deputados foram conservados na Câmara de uma legislatura para outra.

Em relação aos deputados que não se reapresentaram na disputa, constatou-se uma média de 6,07 por eleição. O afastamento desses parlamentares pode ser explicado por quatro razões: passaram a exercer posições de maior notoriedade política, como, por exemplo, a direção de pastas ministeriais ou foram eleitos ao Senado; foram excluídos da lista de candidatos do partido; passaram a dedicar-se à política estadual ou à carreira profissional; ou por falecimento.

A exclusão dos deputados na chapa do partido ocorria, na maioria das vezes, para oportunizar o ingresso na bancada de estreantes ou para reconduzir políticos que estavam ausentes da Câmara por uma ou mais legislaturas. Mas também por razões de desentendimento interno do partido, e de divergência do deputado com a direção da agremiação que, inclusive, produzia a exclusão da chapa.

Os deputados reconduzidos, que tiveram mais tempo afastados da Câmara dos Deputados foram os que haviam se desvinculado do PRR durante a eleição presidencial do estado, em 1907, para apoiar a candidatura do dissidente Fernando Abbott. Além desses, há também os que pertenciam, desde a instauração da República, às fileiras da oposição partidária. A dificuldade da oposição em eleger candidatos pode ser explicada por três fatores: o controle, pelo partido governista, da máquina administrativa dos municípios onde se operava a maior parte das etapas do processo eleitoral que beneficiava seus candidatos; a falta de unificação das oposições, devido a dificuldade de reunião dos grupos de oposição em um único partido; e também a disputa das facções internas da legenda oposicionista, que resultou no baixo desempenho eleitoral dos seus candidatos<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Cabe lembrar, que a cada três anos ocorria a eleição oficial para o ingresso na Câmara dos Deputados, em que eram eleitos 16 candidatos para compor a bancada do Rio Grande do Sul.

<sup>26</sup> Nas eleições de 1918 e 1921, o Diretório Central do Partido Federalista não conseguiu chegar em um consenso na indicação do candidato do 3º distrito eleitoral e apresentou dois candidatos de facções opostas. Em 1918, foram indicados os candidatos Raphael Cabeda e Pedro Moacyr, e em 1921, Raphael Cabeda e Arthur Pinto da Rocha. Na eleição de 1918, nenhum dos candidatos foi eleito. Já na eleição de 1921, Raphael Cabeda apresentou a contestação do diploma do seu correligionário Arthur Pinto da Rocha à Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados, alegando que este não havia sido eleito, que não tinha obtido os votos que a Junta Apuradora havia contabilizado. No final desse processo, o diploma de Arthur Pinto da Rocha foi

A identificação da sigla partidária dos candidatos e a constatação da recondução de alguns políticos que estiveram afastados da Câmara em algumas legislaturas, nos sugerem dois aspectos sobre a composição da bancada gaúcha nos anos de 1894 a 1930, que são: a existência de uma competição política, embora desigual em número de candidatos e eleitores, produzida pela atuação de dois ou mais grupos de oposição ao governo do estado; e a renovação política estratégica da bancada, que se dava pelo ingresso de estreantes (calouros) na representação nacional, e pela recondução de políticos que estiveram afastados da Câmara por uma ou mais legislaturas, como forma de recompensar a fidelidade e o empenho destes com a sigla partidária e também atender as demandas das lideranças regionais.

Na primeira eleição exposta na tabela, verificamos o maior número de desistentes em treze processos eleitorais. Dos 16 deputados eleitos em 1890 para a Assembleia Nacional Constituinte, 13 optaram por não disputar a reeleição de seus mandatos em 1894. Desse número, 11 desligaram-se do Parlamento e passaram a se dedicar à política local ou estadual (tal como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros), a atuar em suas profissões e a dirigir órgãos administrativos nas esferas estadual ou federal. Apenas três, dos treze constituintes que não concorreram em 1894, retornaram à bancada gaúcha em outra legislatura.

A abertura de vagas na bancada, seja por motivo de desistência ou exclusão da chapa do partido, confirma a suspeita de que o partido governista empregava a estratégia da rotatividade de parlamentares de uma legislatura para outra. Visto que a maior parte das taxas de renovação da bancada resultaram das vagas abertas pelos desistentes, isto é, pela renovação compulsória<sup>27</sup>. Apesar disso, houve casos de ingressos ocasionados pela derrota eleitoral dos que buscavam a reeleição.

A eleição de 1924, apresentou o maior número de reapresentados derrotados em treze eleições e o segundo maior percentual de renovação da bancada:

impugnado e Raphael Cabeda assumiu a vaga deste na Câmara dos Deputados. Para obter mais detalhes sobre essas eleições consulte a minha tese (2019), intitulada “*A terceira estrela da Federação*”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924.

<sup>27</sup> A renovação compulsória, leva em consideração a renovação produzida pelas vagas abertas pelos deputados que não se reapresentaram no processo eleitoral, isto é, que não concorreram à reeleição. FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Marolas ou tsunamis? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003). *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 199-212. jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GLH5FgjZq6jhTTHBDX-jyshH/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2023.

uma taxa de 68,8% referente a seis políticos que estrearam no Legislativo Federal, e cinco políticos que retornaram ao parlamento após muitas legislaturas afastados. Dos seis estreantes na bancada, metade pertencia à situação partidária e a outra à oposição. Já em relação aos reconduzidos, três eram da oposição e dois da situação.

Nessa eleição, o PRR abriu cinco vagas em sua chapa para conduzir estreantes na deputação federal e políticos que estavam ausentes da bancada na última legislatura. Nisso, excluiu da chapa do partido os deputados Octávio da Rocha, Alcides Maya e Carlos Maximiliano, e distribuiu as vagas abertas com o falecimento dos deputados Marçal Pereira Escobar e Evaristo Teixeira do Amaral, durante o funcionamento da 32ª legislatura da Câmara.

O deputado Octávio da Rocha foi afastado do Parlamento por interesse do partido, pelo fato deste ter se comprometido na oposição – como líder da dissidência na Câmara – à candidatura de Arthur Bernardes, eleito Presidente da República para o mandato de 1922 a 1926. Em 1924, Octávio da Rocha foi conduzido à atuação política e administrativa estadual, promoveu a campanha dos candidatos da chapa do PRR no interior do estado, foi nomeado diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e, no mesmo ano, eleito intendente do Município de Porto Alegre. Alcides Maya desistiu da atuação parlamentar e passou a dirigir o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em 1924, e, em seguida, o Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre (FRANCO, 2010, p. 134). Já o deputado Carlos Maximiliano foi excluído da chapa do PRR por não ter apoiado a candidatura de Borges de Medeiros à reeleição do estado em 1922. Este retornou à política somente em 1933, quando foi eleito à Assembleia Nacional Constituinte pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Liberal<sup>28</sup>.

O alto índice de renovação na eleição de 1924 – produzido pela não recondução de alguns políticos e pela derrota de quatro candidatos – está diretamente relacionado ao contexto político nacional do ano de 1922, mais especificamente a participação do PRR na Reação Republicana, coligação política contrária ao bloco formado por Minas Gerais e São Paulo, que elegeu Arthur Bernardes Presidente da República. A oposição do PRR à candidatura do presidente eleito cus-

<sup>28</sup> DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. *Carlos Maximiliano*. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

tou a perda de vagas na Câmara, quando seus candidatos tiveram seus diplomas contestados pela oposição estadual na Comissão de Inquérito.

Depois dos pleitos de 1894 e 1924, os realizados em 1897, 1906, 1912 e 1915 foram os que mais apresentaram a entrada de estreantes e reconduzidos na bancada. Em 1897, seis políticos filiados ao PRR estrearam na deputação federal e um retornou à bancada após uma legislatura afastado. Esse quadro de renovação foi possibilitado pela exclusão de sete deputados da chapa do PRR por motivos diversos: um passou a dedicar-se à política estadual, como deputado da Assembleia dos Representantes pelo PRR (Manuel Crespo Py); três desligaram-se da política (João Pinto da Fonseca Guimarães Filho, Epaminondas Piratinino de Almeida e Joaquim Pereira da Costa); um rompeu com o partido e passou a atuar na dissidência (Pedro Moacyr); outro foi nomeado Embaixador do Brasil na Argentina (Fernando Abbott); e outro ausentou-se da legislatura por interesse do partido, mas, na eleição seguinte, foi reconduzido à deputação federal (Ângelo Gomes Pinheiro Machado)<sup>29</sup>.

Em 1906, foi a primeira vez que a oposição partidária disputou as vagas da bancada gaúcha e elegeu representantes. Nessa eleição, ocorreu a derrota de um candidato da chapa do PRR, do deputado Luiz Soares dos Santos que buscava a reeleição. O processo eleitoral ocorreu em pleno contexto em que o partido governista enfrentava dissidência em suas fileiras, em razão da disputa interna para a presidência do estado em 1907. Nesse pleito, o partido oposicionista, PF, obteve vitória nos três distritos eleitorais, elegendo os candidatos Venceslau Escobar, Francisco Antunes Maciel e Pedro Moacyr. O partido situacionista apresentou treze candidatos em sua chapa oficial em vez de dezesseis. Por isso, não foram reapresentados seis deputados ao pleito para oportunizar o ingresso de três calouros na política federal – sendo dois indicados na chapa oficial e um como avulso –, e o retorno de dois políticos à deputação federal. Cabe salientar que dos sete deputados não reapresentados na eleição de 1906, um faleceu durante o mandato anterior.

<sup>29</sup> DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. *Manuel Crespo Py; João Pinto da Fonseca Guimarães Filho; Epaminondas Piratinino de Almeida; Joaquim Pereira da Costa; Pedro Moacyr; Fernando Abbott; e Ângelo Gomes Pinheiro Machado*. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

A metade dos deputados afastados continuou atuando em cargos políticos: Alexandre Barbosa Lima foi eleito à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal; Juvenal Müller, primeiramente como intendente em Rio Grande e, depois, como vice-presidente do estado no governo de Carlos Barbosa; e Alfredo Varela, que obteve grande ascensão, ingressou no Itamarati e foi nomeado sucessivamente Cônsul do Brasil, primeiramente na Espanha, depois no Japão, Portugal e, por fim, na Itália<sup>30</sup>.

Nas eleições de 1912 e 1915, ocorreu cerca de 50% de renovação da bancada, proveniente da rotatividade de parlamentares e da derrota de candidatos. A eleição de 1912 obteve o segundo maior número de estreantes na deputação federal: ingressaram na bancada oito políticos, todos filiados ao PRR. Nessa eleição, não foram reapresentados na chapa do PRR sete deputados, um deles por motivo de falecimento; dois por terem conquistado cargos políticos de maior prestígio (pastas ministeriais e senatoria); dois passaram a dedicar-se à suas profissões; e dois encerraram a atuação parlamentar. Em 1915, a renovação da bancada foi proveniente da rotatividade de parlamentares do PRR da lista de candidatos e da derrota de dois candidatos da mesma sigla, sendo que um deles buscava a reeleição.

No total de treze eleições, 129 deputados concorreram à reeleição de seus mandatos. Desse número, apenas treze foram derrotados. O baixo percentual de derrota, cerca de 10,07%, demonstra que a competição era desigual no Rio Grande do Sul, e que a oposição esteve longe de superar o partido governista em número de candidatos e votos. Visto que, das nove eleições que a oposição (PF, PRD, AL e CFRC) concorreu, apresentou uma média de seis candidatos, enquanto a situação, no mesmo período, manteve uma média de quatorze candidatos, incluindo os avulsos que patrocinou.

Feita a radiografia da composição da bancada em quatorze legislaturas (22<sup>a</sup> a 35<sup>a</sup>) e em treze eleições (1894-1930), possuímos os dados necessários para mensurarmos as taxas de conservação parlamentar e de renovação do estado do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados. Cabe explicar que a taxa de conservação indica o percentual de deputados que permaneceu de uma legislatura

<sup>30</sup> DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. *Alexandre Barbosa Lima; Juvenal Müller; Alfredo Varela*. ABREU, Alzira Alves de. (Coord). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2015.

para outra. A fórmula utilizada pelos cientistas políticos para identificar a taxa de conservação é a divisão do número de reeleitos pelo total de candidatos que se rerepresentaram (reeleitos e derrotados) multiplicado por 100<sup>31</sup>. Entretanto, para o caso das eleições do Rio Grande do Sul durante a Primeira República esta fórmula mascara os dados, visto que na eleição de 1894 apenas três candidatos tentaram a reeleição e estes obtiveram 100% de sucesso. Devido a esta condição, optou-se por utilizar como fórmula – para avaliar a permanência dos parlamentares de uma legislatura para outra – a divisão do número de reeleitos pelo total de vagas e a multiplicação deste resultado por 100.

Em contrapartida, a taxa de renovação revela o índice de ingresso de novos políticos, sejam eles estreantes na deputação federal ou reconduzidos. Para sabermos qual é esse percentual, somou-se o número de desistentes com o número de derrotados, depois dividiu o resultado desta soma pelo total de vagas da bancada e, em seguida, multiplicou-se por 100, e, assim, identificamos a taxa de renovação. Vejamos as operações na tabela 3, que indicam os seguintes percentuais:

<b>Eleições</b>	<b>Taxa de Conservação (%)</b>	<b>Taxa de Renovação (%)</b>
1894	18,7	81,3
1897	56,2	43,8
1900	68,7	31,3
1903	62,5	37,5
1906	50,0	50,0
1909	68,7	31,3
1912	50,0	50,0
1915	56,2	43,8
1918	68,7	31,3
1921	75,0	25,0
1924	31,2	68,8
1927	56,3	43,8
1930	62,5	37,5
<b>Total</b>	<b>55,8</b>	<b>44,2</b>

Tabela 3. Taxa de permanência e de renovação nas eleições para as vagas da bancada gaúcha (1894-1930). Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados na tabela anterior.

<sup>31</sup> (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2012, p. 202).

Por meio dos resultados apresentados na tabela acima, podemos verificar que houve uma certa estabilidade na conservação dos representantes do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados. Constatamos um percentual de 55,8% de permanência. A maior taxa de conservação ocorreu na eleição de 1921, em que 75% dos deputados da legislatura de 1918 permaneceram na bancada. Depois dessa, as eleições de 1900, 1909 e 1918 marcaram a segunda onda de conservação parlamentar (68,7%), num contexto em que a sigla dominante passou a manter políticos experientes na representação do estado. O intuito era fortalecer e expandir a participação do Rio Grande do Sul na esfera política federal. Ademais, os pleitos de 1909 e 1918 foram marcados por significativa competição partidária, sobretudo o primeiro, em que a conservação de políticos experientes atuou como estratégia do PRR para vencer os adversários e garantir o controle das vagas da bancada.

Por outro lado, os dois menores índices de conservação ocorreram em conjunturas de intensa instabilidade política no Rio Grande do Sul, nos anos de 1894 e 1924. O primeiro, o pleito de 1894, atingiu o índice irrisório de 18,7% de permanência dos deputados de uma legislatura para outra; ocorreu em pleno contexto de guerra civil, o maior conflito armado do estado no período republicano, que durou 3 anos (1893-1895). Além disso, a eleição de 1894 sucedeu a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, e foi realizada sob a vigência do primeiro código eleitoral (Lei n. 35, de 1892), promulgado no regime republicano. Em virtude dessas condições, dos dezesseis deputados constituintes eleitos em 1890 pelo Rio Grande do Sul, 13 não concorreram à reeleição e passaram a se dedicar à política estadual e a outras atividades públicas.

A segunda menor taxa de conservação parlamentar foi identificada no pleito de 1924, em que apenas 31,2% dos deputados, eleitos em 1921, permaneceram na bancada. Desse percentual, sete deputados não se rerepresentaram na disputa eleitoral em 1924 (por falecimento, exclusão da chapa do PRR e para dirigir alguma instituição do estado) e quatro fracassaram na tentativa de se reelegerem. Esse resultado deveu-se ao aumento da competição, estimulada por um contexto de grande instabilidade política provocada também pela eclosão de um conflito armado que assolou o estado durante o ano de 1923. Além do mais, nesse contexto o PRR não contava com apoio do governo federal, nem mesmo



fazia parte do bloco da maioria na Câmara. Em consequência disso, três dos seus candidatos tiveram seus diplomas depurados na fase de Verificação de Poderes da Câmara, e um deles foi derrotado nas urnas.

A diferença desse pleito em relação ao do ano de 1894, é que em 1924 o conflito armado já havia acabado, mas conservou seus efeitos por meio do acordo de paz que afetou a base de sustentação política do PRR no estado, a Constituição estadual de 14 de julho, e impôs a fiscalização federal durante as etapas do processo eleitoral.

Em compensação, os pleitos de 1894 e 1924 destacaram-se pela elevação na taxa de renovação parlamentar, que atingiu 81,3% e 68,8% respectivamente. O último pleito analisado marcou o retorno de cinco políticos e o ingresso de seis estreantes na Câmara Federal. Tanto os estreantes da situação quanto da oposição possuíam uma prática política sólida antes de ingressarem no Legislativo Federal; a maioria havia ocupado diversos mandatos na Assembleia dos Representantes, tinham atuado na política local ou exercido funções de direção na agremiação partidária.

Na terceira coluna da tabela 3, podemos verificar que no total de treze eleições (1894 a 1930), a taxa de renovação bruta da bancada gaúcha atingiu 44,2%, um índice expressivo em comparação ao nacional, que atingiu uma média de 38% em 14 legislaturas (VISCARDI, 2017, p. 186). O ingresso de estreantes na Câmara dos Deputados e o retorno de parlamentares que estiveram ausentes por uma ou mais legislaturas foram possibilitados pelas vagas dispostas pelos mandatários que desistiram de concorrer à reeleição. De acordo com os dados apurados, em treze eleições, uma média 6,07 deputados que iniciaram a legislatura anterior desistiram de se reeleger.

Em síntese, a renovação da bancada gaúcha ocorreu, majoritariamente, por meio das vagas abertas por parlamentares que deixaram de concorrer à reeleição e não em consequência da derrota eleitoral. Para oportunizar o ingresso de novos políticos no Legislativo Federal, o PRR passou a operar a rotatividade dos seus representantes na bancada. Esta funcionou mediante a descontinuidade da atuação parlamentar, e pela substituição de mandatários por calouros e políticos com experiência na deputação federal, que estavam afastados da Câmara. Identificou-se uma média de 10 filiados do PRR que tiveram a atuação parlamentar

interrompida em uma ou mais legislaturas e foram reconduzidos posteriormente. Por outro lado, não somente de rotatividade funcionava a dinâmica eleitoral do Rio Grande do Sul para a composição da sua bancada. Havia o impedimento de alguns deputados de retornarem à Câmara. Dos 79 deputados que deixaram de concorrer à reeleição, 29 encerraram a atuação parlamentar com apenas um mandato. A maioria desses políticos faziam parte das fileiras do PRR. Cabe lembrar que o PRR monopolizou as vagas da bancada durante as eleições de 1890, 1894, 1897, 1903 e 1918.

Dessa forma, a taxa de 55,8% de conservação parlamentar da bancada gaúcha retrata a concentração de mandatos por parte de uma minoria, que consolidou sua atuação parlamentar por meio do desempenho nas atividades legislativas e pelo apoio dos diretórios locais que levou o partido a investir em suas candidaturas a cada novo pleito. Além disso, a manutenção desses parlamentares deveu-se também à sua fidelidade partidária e à disposição em colocar em prática as orientações da direção do partido, tanto na votação de matérias importantes para o estado quanto nos acordos firmados com outras bancadas e o governo federal.

Devido à restrição ao acesso à Câmara dos Deputados e à consolidação da atuação parlamentar por parte de uma minoria, que resultou numa significativa taxa de conservação política, a bancada gaúcha era considerada umas das mais estáveis da Federação. Isso se explica pelo fato de reunir políticos experientes e por ser predominantemente formada por representantes de uma mesma sigla partidária. No entanto, essas condições não afastaram os candidatos oposicionistas da disputa eleitoral e nem mesmo os impediram de se elegerem às vagas da bancada.

O desempenho parlamentar dos representantes do PRR, ao ocuparem cargos legislativos de prestígio e importância política (como vice-presidente da Mesa Diretora ou como líder da maioria e membros das Comissões Permanentes), contribuíram para que a bancada fosse reconhecida como uma das mais influentes na Câmara. Nesse sentido, por meio dos resultados obtidos na mensuração da composição da bancada gaúcha ao longo de quatorze legislaturas (22<sup>a</sup> a 35<sup>a</sup>) e em treze eleições oficiais (1894 a 1930), foi possível verificar a rotatividade dos parlamentares e a restrição do acesso, tanto no que se refere ao ingresso de novos políticos quanto em relação ao encerramento da atuação política.

## *Considerações finais*

Por meio deste estudo, verificamos que os resultados apontados sobre a composição da bancada do Rio Grande do Sul indicam que a maioria dos que atuaram no período de 1894 a 1930 possuía experiência política prévia e estavam vinculados ao partido situacionista do estado, ao PRR. Os fatores experiência e vínculo partidário explicam a afirmativa que a bancada gaúcha era uma das mais estáveis da Federação. A habilidade política e a unidade interna eram condições essenciais para que houvesse consenso nas votações internas, inclusão dos parlamentares na Mesa Diretora da Câmara e nas Comissões Permanentes.

Além disso, outro fator que colaborou para a estabilidade da bancada foi o controle exercido pela direção do PRR sobre a apresentação dos candidatos, que ocuparam a maioria das vagas. A instituição esforçava-se para combater o faccionalismo interno e atender as demandas dos diretórios dos distritos eleitorais. Para evitar a competição na apresentação das candidaturas, o PRR aplicava a estratégia da rotatividade parlamentar, a partir da abertura de vagas para estreantes e a recondução de políticos experientes no Legislativo Federal. Desse modo, buscava recompensar os diretórios locais ao indicar seus representantes. Já os candidatos avulsos, classificados como independentes, eram, em sua maioria, estreantes na eleição federal e concorriam à deputação federal sob o patrocínio do PRR.

A existência de uma rotatividade parlamentar na bancada gaúcha pressupõe renovação política, que foi mensurada em uma média de 44,2% no total de treze eleições (1894 a 1930). Esse resultado correspondeu ao ingresso de estreantes e reconduzidos, tanto da situação política quanto da oposição. Esse dado revela que a renovação ocorreu, majoritariamente, por meio das vagas abertas por parlamentares que deixaram de concorrer à reeleição e não em consequência da derrota eleitoral.

Em relação à taxa de conservação parlamentar, identificou-se um percentual de 55,8%, referente a permanência de uma média de 8,9 deputados de uma legislatura para outra. A conservação de políticos experientes na Câmara era fundamental, pelo fato de conhecerem as regras do jogo político e terem construído alianças com as demais bancadas estaduais. Possuir uma bancada estável e parlamentares com uma rede de relações influentes na política nacional au-

mentava as chances de controle das vagas nas novas legislaturas. Assim como, refletia no controle da política estadual e, conseqüentemente, a não interferência do governo federal.

Nesse sentido, por meio da identificação do perfil dos candidatos eleitos às vagas da bancada entre a 22ª a 35ª Legislatura da Câmara, da análise da quantidade de mandatos e da mensuração das taxas de conservação e renovação parlamentar, este texto teve como objetivo avaliar se a estabilidade e a influência da bancada do Rio Grande do Sul tinha alguma relação com o perfil dos eleitos e com a taxa de conservação parlamentar. Além disso, através desta pesquisa pretendeu-se colaborar com a análise sobre o impacto das taxas de conservação e renovação no funcionamento das bancadas e do Legislativo Federal durante a Primeira República.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> Este texto, com algumas adaptações no recorte temporal, é parte da tese intitulada “*A terceira estrela da Federação*”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. “*A terceira estrela da Federação*”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. 2019. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

# XIII

## UM PASSEIO HISTÓRICO-HISTORIOGRÁFICO SOBRE O TENENTISMO<sup>1</sup>

DIORGE ALCENO KONRAD

Diferentemente da maioria dos países latino-americanos, a República brasileira foi uma conquista mais demorada, ao longo do século XIX. Mantendo a herança escravista da colônia, a independência nos legou uma monarquia parlamentar, marcada por um liberalismo conservador com resquícios até a atualidade.<sup>2</sup>

A própria transição do modo de produção escravista para o capitalismo foi carregada de conservadorismo, com os latifundiários prolongando ao máximo a escravidão, impedindo que a luta de classes dos escravos se tornasse alternativa de poder político e garantindo uma República liberal e conservadora, dominada pelos fazendeiros e outras frações da nova burguesia agrária brasileira, mesmo que, com a abolição da escravidão (1888), a República (1889) e a Constituição republicana (1891), se garantissem as bases do Estado burguês no Brasil.<sup>3</sup>

As transformações que ocorreram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX expressam as contradições em que se inseria a economia brasileira e sua dependência externa no contexto de surgimento do imperialismo, além das

<sup>1</sup> \*Este capítulo é uma versão modificada, recortada e atualizada do artigo do autor “Do tenentismo à AN-L: disputa de projetos para o Brasil”. *Princípios*, v. 41, n. 163, 2022, p. 63-95.

<sup>2</sup> A democracia em construção: eleições no Brasil republicano. *Pasado.Abierto*, Mar del Plata, v. 1, 2015.

<sup>3</sup> SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

condições internas de desestruturação da escravidão, concomitantemente à falta de força de trabalho escravizada e ao desenvolvimento das forças produtivas de caráter capitalista<sup>4</sup>, haja vista que, na formação histórica do Brasil pré-Abolição, no último quartel do século XIX, quando o modo de produção escravista em crise cancelou a perda do poder econômico dos fazendeiros do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, essencialmente escravocratas, começava a desestruturar-se o regime que o sustentava, a monarquia.<sup>5</sup>

Setores médios, no processo de urbanização pelo qual passava o Brasil, vão aderindo à causa abolicionista, somando-se à quase “quatrocentona” luta dos escravizados. Após a Guerra do Paraguai, o Exército sobressaiu como aparato repressivo de Estado de influência nacional e, permeado por ideais positivistas e republicanos, passou a ter protagonismo político, imbuído das consignas “ordem e progresso” e “salvação da nação”.

Dito isso, este capítulo objetiva demonstrar parte da participação militar na história política brasileira republicana, dialogando com a bibliografia sobre o tema, a fim de se entender, passados cem anos, o surgimento do movimento tenentista, seus desdobramentos, assim como seu protagonismo no Movimento de 1930.

### *De Militares pela República a Militares Republicanos: o Tenentismo*

Ainda no Império, “salvar a nação” do atraso escravista e monárquico passou a ser, cada vez mais, uma diretriz dos militares, primeiro os oficiais de baixa patente, por fim os mais graduados. Daí, passando pelas chamadas questões militares e questões religiosas, para o golpe militar de 1989, que proclama a República e explica os governos republicanos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, tivemos um tempo histórico muito curto, redefinindo as forças políticas no controle do poder de Estado. Sim, nossa República começa com um golpe militar, inaugurando a tradição de rupturas políticas golpistas tão comuns na nossa

<sup>4</sup> KONRAD, Diorge Alceno; RAMOS, Glauca Vieira. A história e a “estória” do Brasil. *História Caderno*, Santa Maria, n. 2, p. 15-42, jun. 1988, p. 26 a 28.

<sup>5</sup> KONRAD, *op. cit.*, 2015.

formação republicana. Ou seja, em um primeiro momento foram os militares republicanos que assumiram o governo central, seguindo-se os “políticos civis do bloco liberal conservador.”<sup>6</sup>

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ocorreu a ascensão de partidos republicanos regionalizados, cada qual defendendo os principais interesses de seu estado, uma República caracterizada por Rodrigo Patto Sá Motta como uma forma de reação ao centralismo do Estado imperial.<sup>7</sup> Durante esse período, em nível nacional, ganharam um maior destaque os partidos republicanos de São Paulo e de Minas Gerais, que se alternaram na Presidência do país, consolidando a República dos fazendeiros, especialmente da burguesia cafeeicultora, que alternará políticos paulistas e mineiros na Presidência da República, ocorrendo a reestruturação das forças políticas no controle do poder central. Num primeiro momento, são os militares republicanos que assumem o governo central, com Deodoro da Fonseca, seguido por Floriano Peixoto. Depois, seguem-se os políticos civis do bloco liberal conservador, marcado pela força política do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM).<sup>8</sup>

Com isso, mesmo que os fazendeiros do oeste paulista não chegassem ao governo imediatamente, se apressaram para consolidar seus eixos de poder através da Constituição de 1891, nitidamente uma Carta liberal conservadora. Para os grandes fazendeiros do Sudeste, a chefia do Poder Executivo veio com os governos de Prudente de Morais (1894-1898) e, especialmente, Campos Sales (1898-1902). Aqui, a República, que já nasceu “Velha”, se consolidou, estabelecendo a “política dos governadores” (ou presidentes de Estado) e a “política café com leite”, tradicionalmente nominadas assim pela maior parte da historiografia.<sup>9</sup>

Na transição do Império para a República, a situação econômica do Brasil

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 49.

<sup>8</sup> KONRAD, Diorge Alceno; LIMA, Bruna. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul republicano — parte 1 (1889-1930): a Primeira República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Org.). *O parlamento gaúcho: da província de São Pedro ao século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013, p. 55-56.

<sup>9</sup> KONRAD, op. cit., 2015.

não teve mudanças significativas, mas possibilitou-se o alargamento capitalista da economia nacional, mesmo que esse capitalismo nascente já encontrasse sua grande crise entre 1892 e 1893, afetando o café em uma fase de superprodução. A solução foi dada pelo primeiro governo representante dos grandes fazendeiros, o governo de Campos Sales (1898-1902), o qual estabeleceu a busca de solução política para os revezes do encilhamento, através do acordo do *fundingloan*, bem como a busca por valorizar o café, sobretudo em 1906, com o Convênio de Taubaté, aprofundando a subordinação da economia brasileira ao exterior, especialmente ao capital inglês. A consolidação da República dos grandes proprietários fundiários, braços direitos do imperialismo inglês, não livrou o Brasil da crise de acumulação capitalista de fins do século XIX, início do século XX, ao contrário, inseriu-o nela. A superprodução do café afetou o eixo central da economia brasileira, entre avanços e recuos, de 1892 a 1929.<sup>10</sup>

Um dos fenômenos políticos mais característicos da Primeira República brasileira foi o “coronelismo”, expressão de uma classe proprietária agrária reacionária originalmente constituída de senhores de escravos e agora aburguesada, que estabelecia um sistema eleitoral elitista e uma força política e militar cuja grande marca era o “voto de cabresto”, as constantes fraudes eleitorais e o aprofundamento da “ideologia do favor”. Mesmo assim, o impulso industrial, iniciado ainda no Segundo Império, acelerou-se com novas políticas de aumento do mercado interno, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918,<sup>11</sup> possibilitando que, ainda em 1928, a renda industrial ultrapassasse a renda agrícola.<sup>12</sup>

As contradições políticas da Primeira República fortalecerão a “esquerda militar”<sup>13</sup>, não só substanciando os conflitos entre militares e civis, o que explica em parte a ascensão do governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), mas tendo relação direta com a Reação Republicana, um movimento de oposição das classes dominantes brasileiras na Primeira República capitaneado pelos

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> KONRAD; RAMOS, op. cit., 1988, p. 28-29.

<sup>12</sup> CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. 3 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, s.d., p. 159.

<sup>13</sup> MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. Vol. 1. São Paulo: Siciliano, 1991; \_\_\_\_\_. *A esquerda militar no Brasil: da Coluna à comuna*. Vol. 2. São Paulo: Siciliano, 1994.



líderes dos estados da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, lançando Nilo Peçanha contra Artur Bernardes, o candidato da tradicional aliança à Presidência da República, alicerçado politicamente por São Paulo e Minas Gerais.

Nessa conjuntura, jovens oficiais do Exército e alunos da Escola Militar do Realengo ficaram ao lado da oposição, dando origem ao tenentismo, desdobrado no episódio do Forte de Copacabana, em 1922, na Revolta de São Paulo de 1924 e na consequente Coluna Prestes, que durará até o início de 1927, o que explica boa parte do aumento da crise de governança da tradicional política do Brasil na Primeira República, assim como as origens do movimento tenentista, sobretudo concentradas em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, segundo, “regiões do epicentro de disputa pelo poder” nacional nesta conjuntura, e onde se formou “o núcleo do movimento tenentista e dos manifestos lançados pelos grupos revolucionários”.<sup>14</sup>

Contudo, neste momento inicial, como já apontou Vavy Pacheco Borges, o conceito de “tenentismo” tem um sentido pejorativo, ou seja, “uma forma de militarismo”, como diz a historiadora, ainda visto como “uma interferência militar na política – um campo supostamente exclusivo dos civis”.<sup>15</sup>

De tal forma que, ainda no início de 1931, em um artigo em *O Jornal*, assinado por um tal J. Bernouilli Pequeno, citando José Américo e um trecho de sua carta ao Clube 3 de Outubro (“... cuidando que estão destruindo os políticos, são os revolucionários que se destroem entre si”), defendendo uma constituinte, que tinha contrariedade dos militares tenentistas que ficaram ao lado de Getúlio Vargas no Movimento de 1930, o autor, embasado em teorias de fundo positivista, dava o exemplo do ex-presidente Wenceslau Brás, um “paciente pescador” que, no passado recente, teria concertado “as malhas rotas da rede, atirando-a, de novo e cautelosamente, aos mares revoltados que desfiguravam as nossas costas”, restabelecendo “as antigas condições de equilíbrio, daí resultando a volta do ‘tenentismo’ nascente às suas próprias e dignas posições e a reconquista, pela

<sup>14</sup> VIVIANI, Fabrícia Carla. A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Carlos, UFSCAR, 2009, p. 122. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/970/2507.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2023.

<sup>15</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 221.

política, dos postos, que lhe haviam sido tomados pela força”<sup>16</sup>, quando havia terminado o governo de Floriano Peixoto.

Como indica Borges, este “perigo militarista”, faz com que o termo tivesse adquirido “os tons assustadores de ‘anarquia militar’, verdadeiro fantasma no tão citado ‘caos’ após o fim da Primeira República”, quando assumiu “sobretudo a conotação ‘esquerdista’ de ‘comunismo dos tenentes’, razão de todos os temores”. Entretanto, nas próprias palavras da autora, “a passagem de um primeiro sentido a um segundo evidencia a aceitação e implantação do ‘tenentismo’ até nossos dias como um fato histórico a ser explicado e um tema relevante nas ciências sociais”.<sup>17</sup>

### *1922: Origens do Tenentismo e Ascensão das Lutas Sociais*

Na Primeira República, o desenvolvimento capitalista expulsou um grande contingente populacional do campo, formando uma massa de “subassalariados” ou de trabalhadores precarizados, além de uma significativa reserva de força de trabalho barata, marcada pelo desemprego estrutural, criando um forte processo de migração interna entre as cidades, o que resultou em diversos problemas sociais e precárias condições de alimentação, moradia, saúde, educação etc.

Nesse processo de nossa formação econômico-social, a história da luta social tem se contraposto às teses sobre a “índole pacífica” da sociedade brasileira. Muitos segmentos sociais defenderam-se e resistiram, muitas vezes de armas na mão, contra a exploração de classe e a opressão semicolonial, seja através de guerras camponesas (como em Canudos e no Contestado), seja por meio dos movimentos marcados pelo simbólico ano de 1922, através o Modernismo, do tenentismo e da formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>18</sup>, redinamizando as lutas e greves da classe operária presentes em todo o período e somando-se a

<sup>16</sup> PEQUENO, J. Bernouilli. O “tenentismo” e a política (Ensaio de uma teoria matemática sobre as relações entre estas duas correntes. *O Jornal*, edição 4.051, 17 jan. 1931, Rio de Janeiro, p. 1 (primeira seção), p. 1-2 (segunda seção). Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/110523/per110523\\_1932\\_04051.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/110523/per110523_1932_04051.pdf). Acesso em: 29 jun. 2023. Estas passagens foram modificadas para a ortografia atual.

<sup>17</sup> BORGES, *op. cit.*, 1992, p. 221.

<sup>18</sup> KONRAD, Diorge Alcenio. *Movimentos sociais e políticos no Brasil contemporâneo e a eleição de 2006*. Vermelho, 7 jun. 2006. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/movimentos-sociais-e-politicos-no-brasil-contemporaneo-e-a-eleicao-de-2006>. Acesso em: 3mai. 2023.

um contexto em que as mulheres estavam na linha de frente dos movimentos sufragistas.

Essas condições sociais e políticas geravam contradições entre as frações das classes dominantes que hegemonizaram o poder político em boa parte da Primeira República, bem como causavam dissensos políticos em sua base de apoio, especialmente entre setores da pequena burguesia, particularmente nas camadas médias das forças repressivas do Estado, os militares.

Aqui, se entende melhor o que passou a ser chamado de Reação Republicana, como demonstrou Anita Leocádia Prestes: “uma articulação formada, em 1921, pelas forças vinculadas aos partidos republicanos do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco”, os quais estavam “insatisfeitos com a escolha do mineiro Artur Bernardes para a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa”. Assim, mesmo que derrotada eleitoralmente em 1922, essa frente eleitoral que apoiava o fluminense Nilo Peçanha empolgou “amplos setores das populações urbanas que se mobilizaram contra a política dominante das oligarquias paulista e mineira”<sup>19</sup>, expressando conflitos que seriam fundamentais para o surgimento do movimento tenentista.

Mas a Reação Republicana não expressava apenas um conflito entre frações das classes dominantes que governavam o Brasil, muito menos uma aparente luta entre civis e militares. Anita Prestes já observou que, “numa situação de grave crise econômica, social, política e cultural da República Velha, como a que se delineava no início dos anos 20”, se criavam “as condições para o surgimento de um *clima revolucionário*, propício tanto à eclosão das revoltas militares, substanciadas no movimento tenentista”, como à “intensa atuação política dos grupos oligárquicos dissidentes” e “das camadas médias urbanas de outros setores de oposição”.<sup>20</sup> Concordando com o argumento da historiadora, é impossível entender as revoltas tenentistas de julho de 1922 e julho de 1924, desdobradas na Coluna Prestes e na articulação para a formação da Aliança Liberal, em 1928, prenúncio do Movimento de 1930, se não entendermos o papel da Reação Republicana na própria formação do tenentismo.

<sup>19</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 16-17.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 18-19, grifos originais.

Diferentemente do que argumentou Maria Cecília Spina Forjaz, para quem o tenentismo adquiriu um “certo grau de autonomia política, em relação tanto às classes dominantes quanto às classes subordinadas”, devido à “inserção das categorias sociais de Estado no aparelho estatal”, separando a sociedade política da sociedade civil, em reiterado argumento liberal<sup>21</sup>, bem como da visão do cientista político José Augusto Drummond, que defende a tese de que o tenentismo, “antes de qualquer outra coisa”, foi “uma forma de atuação política do Exército Brasileiro, mais exatamente de um Exército dividido por solicitações e projetos políticos conflitantes”, ou seja, foi “uma manifestação de *militarismo* e, enquanto tal, experiência única na história militar brasileira”, combinando “busca de soluções de força para problemas políticos nacionais”, “ausência da proposta de um governo militar”, “participação exclusiva de uma parte da juventude militar” e “grande isolamento político inicial”<sup>22</sup>, esse movimento expressou parte dos conflitos intraclasses do início da década de 1920 e teve relação direta com essa cisão no seio do poder coronelista, que fundamentou a chamada “política dos governadores”, sobretudo entre os governos de Prudente de Morais, iniciado em 1894, e Washington Luís, encerrado em 24 de outubro de 1930, especialmente durante o final do governo de Epitácio Pessoa, que foi até 15 de novembro de 1922, e o governo de Artur Bernardes, o qual duraria até 15 de novembro de 1926. Foi nesses dois governos que ascendeu e se consolidou o tenentismo, bem como se desenvolveu boa parte da Coluna Prestes.

Mesmo como um fenômeno histórico delimitado por um tempo cronológico curto (1922-1935), como explica Carone, o tenentismo foi parte de um processo mais amplo dos movimentos sociais e políticos revolucionários, não no sentido de uma revolução social, como passou a defender o PCB, também originário de 1922, mas de uma revolução política difusa que empurrava sobretudo a jovem oficialidade radicalizada para uma solução de força, com o objetivo de tomar os quartéis e derrubar os governos que consolidaram a “política café

<sup>21</sup> FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 31.

<sup>22</sup> DRUMMOND, José A. *O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 287.

com leite”.<sup>23</sup> Por sua vez, tampouco, o movimento foi a expressão da hipótese de Virgílio Santa Rosa, expressa ainda em 1933, em seu clássico *O sentido do tenentismo*, no qual “procurou apresentar os jovens tenentes como um corpo social destoante da realidade política da Primeira República”, sendo estes, os “tenentes”, os “legítimos representantes dos anseios e perspectivas da classe média urbana brasileira, que se encontrava completamente à margem do sistema político das oligarquias”.<sup>24</sup>

Com ideologia difusa, mais moralista do que classista, os “tenentes” passaram a se indignar com as constantes fraudes no sistema eleitoral, oriundas do voto de cabresto, que fundamentavam nas localidades o poder central dos coronéis na capital federal. Antecedem o episódio as cartas supostamente escritas por Artur Bernardes atacando os militares, as quais geraram forte reação em setores importantes do Exército, envolvendo Hermes da Fonseca, ex-presidente da República e agora presidente do Clube Militar Hermes da Fonseca, bem como seu filho, igualmente militar, Euclides da Fonseca, tencionando, desde 1921, o processo eleitoral para a Presidência da República, cujo desfecho não terminaria no pleito de 1º de março de 1922.

Vencedor das eleições, Bernardes foi proclamado presidente em 7 de junho, disso logo resultando mais protestos da Reação Republicana, especialmente com rebeliões populares em Pernambuco e com ordens de repressão ao movimento dadas pelo governo central, aumentando o protesto no seio militar e a contrariedade de Hermes da Fonseca, o que resultou em sua prisão e no fechamento do Clube Militar.

Era o que bastava para que jovens oficiais passassem a defender a reação com armas na mão, a fim de derrubar Epitácio Pessoa antes mesmo da posse de Bernardes. Assim, irrompeu o chamado Levante do Forte de Copacabana, ou Revolta dos “18 do Forte”, em 5 de julho de 1922, liderado justamente por Euclides da Fonseca, que era capitão e comandante dessa unidade militar. Com apoio dos tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado, Mário

<sup>23</sup> CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975, p. 10.

<sup>24</sup> Ver sobre isso: FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento tenentista: um debate historiográfico. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 108, mai. 2010, p. 128. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/9223/5604/0>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Carpenter e outros militares, a marcha, que buscava atravessar a avenida Atlântica, teve o apoio de um civil, Otávio Corrêa, mas foi violentamente alvejada por tropas legalistas entre o Forte de Copacabana e o Leme, para onde se dirigiam de armas na mão os revoltosos, restando vivos apenas os dois primeiros (há muitas controvérsias na historiografia sobre o número exato de participantes da marcha, cuja maioria foi morta em combate), além de outros dois soldados. Antes mesmo da marcha, 272 militares que estavam no forte se renderam, outros mais desistiram da marcha, enquanto Euclides da Fonseca foi preso ao tentar negociar com o ministro da Guerra, o civil João Pandiá Calógeras, assim como o forte foi intensamente bombardeado pela Fortaleza de Santa Cruz, na baía de Guanabara.

A revolta heroica do Forte de Copacabana, enfrentando mais de 3 mil militares legalistas e que durou até o dia seguinte, devido à mobilização na Vila Militar e na Escola Militar de Realengo, buscando derrubar a República Velha, resultou em grande repressão aos jovens oficiais, mas não debelou sua mobilização política. Ao contrário. A estratégia do Exército de afastar os “tenentes” do eixo político na capital federal fez com que os jovens rebeldes fossem transferidos para os mais longínquos locais do país, incluindo a Amazônia e o Rio Grande do Sul, de onde sairiam, exatamente dois anos mais tarde e em um novo 5 de julho, a Comuna de Manaus e a Divisão Rio Grande, comandada pelo capitão Luiz Carlos Prestes, a partir de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, marcha que contou com a adesão de muitos “maragatos” derrotados na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, mas que não aceitaram o *Pacto de Pedras Altas*, assinado em 14 de dezembro de 1923, depois de quase um ano de luta armada que envolveu os republicanos que apoiavam o presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, contra os federalistas (maragatos), liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Em 1924, o centro inicial da nova revolta tenentista foi a Revolta Paulista, ocorrida na capital do estado de São Paulo, com a pretensão de derrubar o governo de Artur Bernardes. O movimento defendia pautas liberais democráticas, como o voto secreto, Justiça gratuita e igualdade perante a lei, reforma dos métodos da educação pública, reformas tributária e aduaneira, separação da Igreja e do Estado, com liberdade religiosa, e moralização da política, com proibição da reeleição dos presidentes da República e dos presidentes dos estados, cuja pauta

estava presente nas “condições de paz” de 17 de julho, assinadas por Isidoro Dias Lopes, e no *Manifesto das forças revolucionárias*, de 27 do mesmo mês de 1924, publicado em *O Estado de S. Paulo*<sup>25</sup>, entre outras, objetivando um “governo provisório” e a retomada do poder pelos militares.

Sob a liderança militar de Isidoro Dias Lopes, então comandante da Força Pública de São Paulo, e a liderança política do também militar Miguel Costa, o movimento sofreu intensa repressão, com o bombardeio de São Paulo, sobretudo nos bairros operários, mesmo que os “tenentes” tivessem recusado o apoio do proletariado, resultando em derrota militar que foi acompanhada da decisão da agora Divisão Paulista de marchar em direção ao Paraná, para onde se deslocava a Divisão Rio Grande, autodenominado nome inicial do que seria, mais tarde, chamada de Coluna Prestes-Miguel Costa, ou simplesmente Coluna Prestes. Com esta decisão, como aponta Pedro Ernesto Fagundes, “a primeira grande mobilização militar do movimento Tenentista”, a partir de São Paulo, “o movimento passou a ser um dos focos principais de oposição e crítica do ambiente político da ‘Primeira República’”.<sup>26</sup>

Como já indicou Rodrigo Dal Forno, “apesar de sua relevância na história política brasileira, o conflito e seus desdobramentos no contexto sul rio-grandense foram pouco visitados pela historiografia”, ainda “compondo uma lacuna de informações e demandando novas pesquisas e abordagens”.<sup>27</sup>

No Rio Grande do Sul se formaria a Coluna Prestes, sob a liderança do Cavaleiro da Esperança, desde a saída do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de chegar à capital federal, já vinha se utilizando da tática de guerra de movimento, a mesma praticada ao longo da República pelos maragatos rio-grandenses. É importante lembrar que o Exército Brasileiro, bem como as polícias militares estaduais, ao menos até o fim da Primeira Guerra Mundial (1918), combatia os inimigos com a “guerra de posição”. Assim, a “guerra de movimento” ou tática de

<sup>25</sup> Ver as condições e o manifesto em *idem*, p. 276-279.

<sup>26</sup> FAGUNDES, *op. cit.*, 2010, p. 133.

<sup>27</sup> Cf. DAL FORNO, Rodrigo. A Revolta Tenentista de 1924 e a participação da Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 153, p. 157-174, dezembro de 2017, p. 158. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/75935/45397>. Acesso em: 28 mai. 2023. Ainda não é o objetivo deste capítulo atender parte da reivindicação do autor, mas concorda-se sobre esta demanda.

guerrilha, proposta por Luiz Carlos Prestes, foi fundamental para que as tropas governistas não conseguissem impor derrotas significativas nem impedir a marcha da Coluna.

Na “capital missioneira”, ainda em 29 de outubro de 1924, foi lançado o manifesto *Povo de Santo Ângelo*. Como demonstra Amílcar Guidolim Vítor, “o texto do manifesto de Santo Ângelo iniciava-se com um apelo, exposto na seguinte frase: ‘É chegada a hora solene de contribuírmos com nosso valoroso auxílio para a grande causa nacional’”. No manifesto, os revolucionários exigiam que o voto do povo fosse secreto, que a vontade do povo fosse uma verdade respeitada nas urnas, que fossem “confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil” e que os governos tratassem “mais do auxílio ao povo laborioso”, que vivia “trabalhando honestamente pela grandeza do Brasil”<sup>28</sup>, como se pode ver no panfleto-manifesto.<sup>29</sup>

Em paralelo, a revolução tenentista se espalhou pelo país, ampliando-se para Mato Grosso, Sergipe e Amazonas. Em Manaus, como mostra Anita Leocádia Prestes, “os rebeldes que assumiram o poder em julho de 1924, nele permanecendo por mais de um mês, chegaram a proclamar e pôr em prática algumas medidas de caráter social e nacionalista”, com destaque para a tributação dos ricos para remunerar os pobres e a estatização de duas companhias inglesas, mas que “foram rapidamente neutralizadas com o esmagamento da revolta amazonense pelas tropas governistas”.<sup>30</sup>

A marcha da Coluna Prestes representou o auge armado do movimento tenentista, quando Aníbal Benévolo e Prestes (junto com o tenente Mário Portela) revoltaram-se quando atuavam, respectivamente, na Brigada de Cavalaria de São Borja e no 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, sendo seguidos por militares de São Luiz Gonzaga, Uruguaiana e a mesma São Borja, tendo à frente os militares Pedro Gay, Juarez Távora (aqui, com apoio do maragato Honório Lemes) e Rui Zubarán (auxiliado por Siqueira Campos, desde o seu exílio na

<sup>28</sup> VÍTOR, Amílcar Guidolim. *A Coluna Prestes 60 anos depois: disputas em torno do passado e construção do patrimônio cultural na Região das Missões do Rio Grande do Sul*. 2021. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021, p. 113.

<sup>29</sup> O mesmo pode ser visto em: PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009., p. 84; CARONE, *op. cit.*, 1975, p. 298-300.

<sup>30</sup> PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 96.



Argentina). Logo depois, rebelaram-se batalhões do Alegrete, sob o comando de João Alberto Lins de Barros, e de Cachoeira do Sul e Uruguaiana. Neste processo, como já demonstrou Kieling, em dois manifestos, um deles de Santo Ângelo<sup>31</sup>, já se falava que a revolta contava com a adesão dos chefes revolucionários e libertadores de 1923, Honório Lemes e Zeca Netto, Felipe Portinho e Leonel Rocha<sup>32</sup>, vários deles em desacordo com o Pacto de Pedras Altas, efetivado neste mesmo ano, e que pôs fim à guerra civil no estado.

Fechados estes acordos, entre agosto e outubro de 1924, desde o Rio Grande do Sul, por diversas vezes, foi preciso romper o cerco legalista, mesmo com muitas baixas, como a do tenente Mário Portela Fagundes, em Pinheirinho do Vale, em janeiro de 1925. Depois disso, a Coluna conseguiu sair do Rio Grande do Sul, atravessando Santa Catarina a pé (pois havia perdido quase todos os cavalos na travessia do rio Uruguai) e se estabelecendo, provisoriamente, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Entretanto, como demonstrou Cléber de Barros, nesta região, a queda de Catanduvas, em março de 1925, “foi um duro golpe aos rebeldes que lutavam desde o dia 5 de julho de 1924”, haja vista que “passados sete meses de lutas, não viam um horizonte animador”, não sendo “mais possível resistir à pressão das tropas governistas”.<sup>33</sup> Ali, com a chegada da Divisão Paulista, em 12 de abril, Prestes, Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa formaram a 1ª Divisão Revolucionária da Coluna Costa-Prestes, articulada por quatro destacamentos comandados por Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Cordeiro de Farias e Djalma Dutra.

Dali em diante, se consolidaria uma das mais gloriosas marchas da humanidade, chamada pela filha de Luiz Carlos Prestes com a revolucionária Olga Benário, a historiadora Anita Leocádia Prestes, de “uma epopeia brasileira”.<sup>34</sup> Sem-

<sup>31</sup> Ver este Manifesto em PRESTES, *idem*, p. 125.

<sup>32</sup> KIELING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, p. 63-64, *apud* DAL FORNO, *op. cit.*, 2017, 166.

<sup>33</sup> BARROS, Cléber de. *A ideologia do movimento tenentista* – Monografia (Curso de História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005, p. 20. Disponível em: [https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/60059/cleber\\_barros.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/60059/cleber_barros.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 28 mai. 2023.

<sup>34</sup> PRESTES, *op. cit.*, 2009.

pre com o objetivo, não consolidado, de chegar ao Rio de Janeiro e derrubar o governo, a Coluna Prestes durou mais que o mandato de Artur Bernardes, saindo do Paraná, adentrando o Paraguai, voltando ao Brasil por Mato Grosso e rumando a Goiás, Minas Gerais, o atual Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, retornando a Mato Grosso, pelo Pantanal, de forma invicta, até o exílio de seus integrantes, na Bolívia, em 3 de fevereiro de 1927.

Assim, como indica Anita Leocádia Prestes, se o tenentismo “foi o fruto mais evidente da crise política da República Velha, a Coluna Prestes marcou a década de 1920 como o momento culminante das revoltas tenentistas, o episódio mais importante da saga dos ‘tenentes’”. Em seus dois anos e três meses de duração, com cerca de 1,5 mil homens e 50 mulheres, sem ter sido derrotada, transformou-se num “exército com características populares, cuja marcha pelo Brasil foi decisiva para que a chama da revolução tenentista se mantivesse acesa”. Apesar de ser “uma marcha militar”, ela “adquiriu as características de movimento popular”, agregando trabalhadores do campo e lutando “pela liberdade e pela justiça para o povo brasileiro, ainda que esses conceitos fossem vagos e imprecisos na mente de homens humildes e rudes”.<sup>35</sup>

Como já escreveu João Quartim de Moraes, “a rebelião dos ‘tenentes’ constitui um episódio de rara densidade ético-cívica em nossa história política”, bem como “na história do Exército Brasileiro”, haja vista que “assinala o momento em que mais fortes foram em suas fileiras os partidários de uma ruptura revolucionária da ordem social injusta imposta ao país pela oligarquia latifundiária”, especialmente “contra a corrupção eleitoral, atraso cultural, a miséria social e as demais consequências perversas de um sistema político formalmente republicano”.<sup>36</sup> Antes do seu fim, ainda ganhou um novo fôlego, através de levantes militares em Bagé e São Gabriel, logo debelados, mas suficientes para estourar a Coluna Relâmpago, quando, em Santa Maria, primeiro no 5º Regimento de Artilharia Montada, depois, na madrugada de 16 de novembro de 1926, a cidade “foi acordada com toques estridentes de clarim” e “os primeiros tiros de canhão

<sup>35</sup> *Idem*, p. 129-130.

<sup>36</sup> MOARAES, *op. cit.*, 1991, p. 135.

foram disparados na frente do 7º Regimento de Infantaria”, no fim da atual rua Dr. Bozzano, cujos “alvos eram posições legalistas no centro da cidade”;<sup>37</sup> os irmãos Alcides e Nelson Etchegoyen lideraram a sublevação militar, tentando impedir a posse de Washington Luís. Era um novo momento tenentista, “contido após ásperos combates em que também se envolveram novas colunas formadas por rebeldes exilados, que cruzaram a fronteira para apoiar o levante”, gerando uma situação em que a sorte das armas permaneceu algum tempo indecisa, o que levou o general Isidoro, o qual, nesse momento, estava com suas tropas estacionadas no Paraguai, a solicitar à Coluna Prestes que prosseguisse sua luta mais dois meses, numa última tentativa de reacender a rebelião em escala nacional.<sup>38</sup> A Coluna Prestes deixou sementes, no sentido dado por Nelson Werneck Sodré ao afirmar que, para se entender o papel desta como “episódio culminante do tenentismo”, qualquer um que “ignorasse [...] que cada etapa histórica contém o germe da seguinte estaria incidindo em profunda incompreensão do processo”.<sup>39</sup>

Assim, o fim da Coluna Prestes não ocorreu com a crise política da Primeira República, muito menos com as articulações tenentistas para derrotar a República das Oligarquias, como defendia o movimento. Como se sabe, não seria diferente com o PCB. Submetido a rigorosa ilegalidade e clandestinidade desde o governo de Artur Bernardes, com repressão continuada após Washington Luís assumir, em 1927, os comunistas brasileiros organizaram o Bloco Operário e Camponês (BOC), articulado para a ação legal e eleitoral, chegando a ter candidato à Presidência da República em 1930, o primeiro candidato presidencial operário e negro da formação social do Brasil, Minervino de Oliveira. Marmorista, Minervino já havia sido eleito, pelo BOC, intendente da cidade do Rio de Janeiro, em 1928, bem como secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), criada em abril de 1929. Aliás, essas articulações igualmente demonstram que o tenentismo era um movimento político e social que, como indicou Anita Leocádia Prestes, “não foi militarista, nem esteve iso-

<sup>37</sup> RITZEL, Ricardo. A Batalha de Santa Maria. *Claudemir Pereira*, 13 jun. 2020. Disponível em: <<https://claudemirpereira.com.br/2020/06/artigo-ricardo-ritzel-superagitados-anos-20-conturbacao-nacional-e-a-batalha-de-santa-maria>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

<sup>38</sup> MORAES, *op. cit.*, 1994, p. 33.

<sup>39</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d., p. 59-60.

lado da sociedade brasileira da época”, pois manteve, “em maior ou menor grau, contato com os diferentes setores sociais e políticos em oposição aos grupos dominantes da burguesia cafeeira — as frações oligárquicas dissidentes, as camadas médias urbanas e elementos do operariado”.<sup>40</sup>

No exílio na Bolívia, Astrogildo Pereira, em nome do PCB, vai ao encontro de Luiz Carlos Prestes, levando algumas obras marxistas para o Cavaleiro da Esperança. O grande líder brasileiro iniciava ali a aproximação com o comunismo, ao qual se manteria até o fim da vida, pois, como indicou Carone, essa segunda fase do tenentismo, a do exílio, aparentemente ambígua, concretizava “as opções e os *caminhos da revolução*”, explicitando que não existe tenentismo, mas “*tenentismos*”.<sup>41</sup> Nela, o tenentismo se dividirá em duas alas: uma, que apoiará a “revolução política” com as frações burguesas, na qual estarão Juarez Távora, João Alberto, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e outros, e que desembocará na articulação à esquerda em 1930; outra, a da “revolução social”, que levará parte do tenentismo ao comunismo, tendo Prestes à frente, expressa por seu *Manifesto de maio de 1930*.

### *Tenentismo e Movimento de 1930*

No Rio Grande do Sul, em 1928, sucedendo Borges de Medeiros na Presidência do estado, entrou em cena Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda do governo Washington Luís (1926-1930), eleito pela unidade da Frente Única Gaúcha (FUG), coligando governo e oposição liberal conservadora. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em aliança com o Partido Libertador (PL), formava a base política da Aliança Liberal (AL) que lançaria o próprio Vargas candidato à Presidência nas eleições nacionais de 1930.<sup>42</sup>

Com a vitória eleitoral de Júlio Prestes, Getúlio Vargas, mesmo que com vacilações iniciais, foi convencido a não aceitar a derrota, junto com a dissidência mineira e paraibana, sob a alegação de fraude eleitoral, com apoio da maioria

<sup>40</sup> PRESTES, *op. cit.*, 1997, p. 98.

<sup>41</sup> CARONE, *op. cit.*, 1975, p. 11-12, grifos originais.

<sup>42</sup> KONRAD; LIMA, *op. cit.*, 2013, p. 61.

tenentista, movimentou-se para a derrubada do governo de Washington Luís, iniciando o Governo Provisório e dissolvendo o Congresso Nacional e as assembleias estaduais já em 11 de novembro de 1930. Segundo Neill Macaulay, “era natural que os membros da Revolução de 1930, que proclamavam ideias liberais, tentassem recrutar os heróis da Coluna Prestes. Do alto-comando da coluna, apenas Luiz Carlos Prestes, que se dedicava ao estudo do marxismo-leninismo na Argentina, rejeitou o apelo às armas em 1930.”<sup>43</sup>

Assim, se a Primeira República havia começado com um golpe, terminaria com outra ruptura, mesmo que a ruptura por golpe de Estado tivesse avançado, no primeiro caso, para uma República, e, no segundo caso, para uma república social, garantindo direitos sociais e trabalhistas e implantando reivindicações históricas das classes trabalhadoras.<sup>44</sup> Soma-se a isso que a maioria tenentista que vai apoiar o Movimento de 1930, além do liberalismo radical, também defendia um projeto industrializante para o Brasil, de forma mais radical que a própria Aliança Liberal.

Para dar sustentação política a esse período do Governo Provisório, a maioria dos “tenentes” vai estar na linha de frente, seja organizando as Legiões Revolucionárias junto com Osvaldo Aranha, Plínio Salgado e outros, seja criando o Clube 3 de Outubro, sustentáculo paralelo do governo Vargas, ao menos até o fim da Constitucionalista de 1932, seja participando das interventorias nos estados<sup>45</sup>, até a derrota final do movimento, quando Getúlio promove uma conciliação durante o processo constituinte (1933-1934), visando à sua manutenção no governo.

Com o Movimento de 1930 e a chegada da ao governo da oposição oligárquica<sup>46</sup>, ocorrida em 24 de outubro, começou o processo mais acentuado de um modelo econômico de desenvolvimento nacional e autônomo.<sup>47</sup> A crise

<sup>43</sup> MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes: revolução no Brasil*. São Paulo: Difel, 1977, p. 229.

<sup>44</sup> KONRAD, *op. cit.*, 2015.

<sup>45</sup> Ver: SILVA, Hélio. *1931: os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

<sup>46</sup> KONRAD, Diorge Alceno. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul republicano — parte 2 (1930-1945): a Segunda República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Org.). *O parlamento gaúcho: da província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013, p. 93-105.

<sup>47</sup> KONRAD, Diorge Alceno. Brasil: desenvolvimento e Nova República. *História Caderno*, Santa Maria, n. 1, p. 37-50, jun. 1987, p. 38.

econômica de 1929 afetara a economia do país como nunca, fazendo com que os preços baixassem de forma brutal, especialmente em razão do aumento dos estoques, o do café - nosso principal produto de exportação, ao mesmo tempo que ocorreu uma retração do mercado, gerando contínuos impasses para a agricultura, a pecuária e o comércio e aumentando as dívidas.<sup>48</sup>

Em termos políticos, 1930 tinha dívidas profundas com as reivindicações de moralização das eleições, uma das principais reivindicações do movimento tenentista, o qual marcara a década de 1920, somando-se aos pleitos de reforma da Constituição de 1891 e da legislação eleitoral vigente e herdada da Primeira República. Uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Getúlio Vargas e outros líderes do novo governo, como Lindolfo Collor, em constantes discursos e manifestações públicas, reiteravam a máxima de que no Brasil “a questão social havia deixado de ser caso de polícia”. Cumpria-se, assim, parte importante da plataforma eleitoral da Aliança Liberal, que, dentre seus pilares, apresentara a diretriz da harmonia social para a solução governamental dos conflitos entre capital e trabalho, tão comuns na época da Primeira República.<sup>49</sup>

O Movimento de 1930, na verdade, havia representado uma solução incompleta e ambígua dos problemas da Primeira República.<sup>50</sup> As soluções das questões políticas, sociais e econômicas do pós-1930 foram sempre parciais e dirigidas pelos grupos dominantes. Mesmo os “tenentes”, com perspectivas industrializantes, através de um nacionalismo exaltado, combinado com um vago anti-imperialismo, numa atuação de caráter moralista, apresentavam “propostas políticas autoritárias e desprezo pelas formas da democracia liberal”.<sup>51</sup>

O Movimento de 1930 trouxe a “modernidade” burguesa para o Brasil. A consolidação do trabalho livre, urbano e mecanizado, como uma das bases

<sup>48</sup> KONRAD; RAMOS, *op. cit.*, 1988, p. 31.

<sup>49</sup> KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004, p. 32.

<sup>50</sup> KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994, p. 69.

<sup>51</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992, p. 24.

de sustentação econômica, pôde aproximar as conclusões sobre o período pós-1930. Porém, a “modernização”, que implicava também os pilares políticos clássicos da modernidade burguesa, baseados na igualdade de direitos e na democracia participativa, ainda encontrou dificuldades para criar raízes nesse período.<sup>52</sup>

Momentaneamente, parecia que novos ventos de liberdade, para os que estiveram na oposição naqueles últimos anos, soprariam sobre o Brasil. Em 8 de novembro, com o decreto nº 19.395, o governo concedeu a anistia a todos os implicados em movimentos revolucionários do país, fossem políticos ou militares, competência cabível apenas ao Poder Legislativo durante a vigência da Constituição de 1891. Particularmente, eram atingidos pelo decreto os “tenentes” de 1922, de 1924 e da Coluna Prestes.

Por outro lado, anunciava-se a punição dos líderes do regime anterior. As prisões dos ex-integrantes do governo continuaram sendo que, inicialmente, muitos foram declarados incomunicáveis, com o *status* de presos políticos. Em 10 de novembro, apareceram os primeiros deportados, quando, através do decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, o governo passava a exercer os poderes Executivo e Legislativo conjuntamente, sendo que o artigo 5º estabelecia a suspensão das garantias constitucionais (o parágrafo único estabelecia que não teriam direito ao *habeas corpus* os réus funcionais e os sujeitos a tribunais especiais); o artigo 16 criava o Tribunal Especial para os processos e julgamentos dos crimes políticos, funcionais e outros. No dia seguinte, cumprindo promessa, Getúlio Vargas decretou a dissolução do Congresso Nacional, das câmaras estaduais e dos conselhos municipais de todo o país.

As medidas autoritárias se ampliaram com a ideia da criação de Tribunais Revolucionários Especiais. E logo geraram polêmicas, porque visavam atingir os integrantes dos escalões superiores do governo, portanto integrantes das classes dominantes. Quanto aos comunistas do PCB, que haviam se oposto ao Movimento de 1930<sup>53</sup>, continuavam inimigos da ordem pública.<sup>54</sup> A permanência de práticas repressivas, por sua vez, rapidamente gerou dissensos em frações das

<sup>52</sup> KONRAD, *op. cit.*, 2004, p. 200-201.

<sup>53</sup> Ver sobre isso: CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1943)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 83-119; CARONE, Edgar. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989, 302-309.

<sup>54</sup> KONRAD, 2004, *op. cit.*, p. 156-159.

classes dominantes que apoiaram o Movimento de 1930, assim como veremos na divisão da base tenentista que apoiara Getúlio.

Logo no início de 1932, o Partido Democrático (PD) de São Paulo rompeu com o Governo Provisório, passando a utilizar a tática central da reivindicação da reconstitucionalização do país. Como desdobramento, no dia 25 de janeiro, na praça da Sé, centro da capital paulista, um comício pró-Constituinte reuniu aproximadamente 100 mil pessoas. Logo depois, em 16 de fevereiro, as classes dominantes paulistas se reorganizam politicamente, reunindo o PD e o PRP e formando a Frente Única Paulista (FUP), em oposição ao governo federal.<sup>55</sup>

Boa parte da classe dominante paulista nunca aceitara o Movimento de 1930, muito menos a interventoria sob liderança tenentista, que descontentava o PD.<sup>56</sup> Muitos paulistas consideravam o outubro de 1930 como “um atentado moral e inominável crime contra a nação brasileira, crime” com “consequências na ordem política e na ordem social”, como expressa um autor da época, Renato Jardim.<sup>57</sup> Pressionado pela oposição liberal-conservadora, em 1932, Getúlio assinou o Código Eleitoral e criou a Justiça Eleitoral, regulando as eleições federais, estaduais e municipais, a contragosto de sua base de apoio tenentista, a qual defendia que Getúlio avançasse para uma ditadura. Como conquistas, o código introduziu o voto secreto, o voto feminino e o sistema de representação proporcional. A legislação eleitoral, pela primeira vez, fez referência aos partidos políticos, ainda aceitando a candidatura avulsa.

Em 25 de fevereiro, um dia depois de Vargas ter assinado o Código Eleitoral, foi empastelada uma publicação do jornal *Diário Carioca*, na sede da empresa, na praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, sendo feridos vários linotipistas e jornalistas. A invasão do periódico havia sido praticada por uma tropa de 50 militares do 1º Grupo de Cavalaria Divisionária, ligados ao Clube 3 de Outubro, uma das principais bases tenentistas de sustentação do governo Vargas, fundado no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1931, e abertamente contrário à reconstitucionalização do país, bandeira que o jornal passara a defender. Maurício Car-

<sup>55</sup> KONRAD, *op. cit.*, 2004, p. 208.

<sup>56</sup> *Idem*, p. 184.

<sup>57</sup> JARDIM, Renato. *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1932, p. 11 a 13.



doso, o ministro da Justiça, prometeu punir com rigor os culpados, enquanto Vargas anunciou publicamente que tomara providências nesse mesmo sentido.<sup>58</sup>

Com esse episódio, os libertadores gaúchos iriam romper com o Governo Provisório, em apoio aos paulistas. Com o ataque ao jornal, Batista Luzardo, chefe de polícia, Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e Maurício Cardoso, ministro da Justiça, encontraram a justificativa para deixar o Ministério de Vargas. Com eles, saíram João Neves da Fontoura, que era consultor jurídico do Banco do Brasil, e mais alguns aliados. No lugar de Luzardo, assumiu Salgado Filho, que comandava a polícia política desde 1930.

A partir desse momento, aliados ao PD de São Paulo, esses líderes políticos rio-grandenses, com o apoio de Borges de Medeiros, aumentaram a mobilização, rumo à oposição liberal conservadora em relação ao governo Vargas. Nesse momento, construía-se a Revolta Paulista de 1932. A oposição bandeirante a Getúlio se organizava. Em São Paulo, em 22 de maio, após um comício pró-Constituinte, na praça do Patriarca, no centro da cidade, os integrantes dirigiram-se para a praça Tiradentes, em frente ao quartel do 1º Batalhão de Polícia, e, depois, para o Quartel-General da Força Pública do Estado, fazendo pequenas manifestações. Na frente do quartel-general, no momento em que um orador, da rua, expunha as aspirações gerais do movimento, iniciou-se um tiroteio violento, com a chegada da cavalaria da polícia, que dispersou a multidão a golpes de espada e a tiros. No dia 23, aconteceu outro grande conflito na praça da República, próximo ao Clube 3 de Outubro, resultando em vários mortos, entre eles os estudantes Martins, Miraguaia, Dráusio e Camargo. Em homenagem a esses jovens mortos, foi criada uma guarda paulista, com o nome de MMDC, marca do movimento paulista de 1932, cuja sede de recrutamento foi a Faculdade de Direito.<sup>59</sup>

Em 9 de julho iniciou-se o movimento de São Paulo. Como explica Manoel Correia de Andrade, com “o evoluir da crise econômica [...] a repercussão dos movimentos de reivindicações operárias e a agressividade dos tenentes reunidos no Clube 3 de Outubro”, criou-se uma condição que amedrontou “a

<sup>58</sup> CARNEIRO, Glauco. *Luzardo: o último caudilho*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 134 a 143.

<sup>59</sup> SANTOS, Viviane Teresinha dos. Os subversivos das arcadas. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Inventário Deops: módulo II*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 1999, p. 21.

burguesia rural dos estados mais ricos: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”, criando as condições políticas para a conspiração.<sup>60</sup>O rompimento do PL e do PRR com Vargas, assim como o do PD paulista meses antes, tinha, entre outras razões, a maior aproximação do presidente com os “tenentes” do Clube 3 de Outubro, considerados por eles como de esquerda, por serem contrários à reconstitucionalização do país. João Neves da Fontoura chamava-os de “juventude militar extremista”, quando não de comunistas. Iniciada em 9 de julho, a chamada Constitucionalista de 1932 foi derrotada três meses depois, mas sua reivindicação, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), foi aceita por Vargas e decretada sob o nº 22.621, em 1933. O contraste entre a vitória política e militar de Vargas, construída com o apoio de forças militares estaduais e do Exército, com apoio tenentista, e a convocação da Constituinte rapidamente resultou em oposição de vários “tenentes”, os quais passaram a chamar o Movimento de 1930 de “revolução traída”. Alguns deles, ainda em outubro, rumaram à direita, para a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada no mesmo mês e liderada por Plínio Salgado.

Convocada a ANC, foi estabelecido que, além dos deputados eleitos na forma prescrita pelo Código Eleitoral, outros quarenta seriam eleitos pelos sindicatos legalmente reconhecidos e pelas associações de profissionais liberais e de funcionários públicos. Consolidava-se a representação classista, aos moldes do corporativismo, juntamente com o voto das mulheres, pela primeira vez na história brasileira. Como resultado das eleições para a ANC, a surpresa foi as eleições de Carlota de Queiroz (primeira deputada mulher), bem como com a de Álvaro Ventura, militante do PCB.

Ainda em 1934, o Brasil viveu momentos de agitação política, em parte devido aos trabalhos da ANC e à ameaça de golpe por militares contrários à reconstitucionalização, além da pressão integralista e a consequente dinamização dos movimentos que se opunham a ela. O número de greves aumentou e o governo acenou, no horizonte, com o intuito de controlar a situação e a oposição, com a possibilidade de promulgar uma lei de segurança que barrasse as pretensões da organização popular.

<sup>60</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *A Revolução de 30: da República Velha ao Estado Novo*. Série Revisão, n. 34. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 65-66.

Em 28 de maio de 1934, a ANC votou pela anistia e pela restituição dos direitos políticos dos implicados no movimento de 1932. No mesmo dia, a ANC possibilitou a eleição constitucional de Getúlio Vargas. Dois dias depois, a medida era estendida aos interventores,<sup>61</sup> estabelecendo eleições estaduais. Getúlio Vargas foi empossado em 20 de julho de 1934. Na passagem de 1934 para 1935, enquanto o movimento sociopolítico procurava construir greves econômicas e/ou políticas, o governo de Vargas, especialmente com a procura da aprovação de uma lei de segurança, encaminhava medidas para conter qualquer avanço popular.

Era uma conjuntura em que, igualmente, setores militares de oposição de esquerda e tenentista ao varguismo radicalizavam-se a favor da ANL, sobretudo aqueles contrários a uma nova lei de segurança, já chamada por eles de “lei monstro”. Em contraposição, tudo que não interessava a Getúlio era pôr em perigo a retomada da hierarquia militar pela cúpula das Forças Armadas, razão da crise final do tenentismo. Mas este é um tema, dentro do processo histórico do Tenentismo que exigiria outro capítulo.

<sup>61</sup> KONRAD, *op. cit.*, 2004, p. 288-289.



# XIV

## A TEMPESTADE SE APROXIMA:

*Brasil, Cuba e Estados Unidos às vésperas da Crise dos Mísseis*

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

Lamentamos que Cuba tenha trazido para o continente problemas da Guerra Fria, porém entendemos que nenhuma operação cirúrgica poderia resolver esse assunto.

*Hermes Lima, primeiro-ministro do Brasil e ministro das Relações Exteriores.*

O ano de 1962 foi o momento de maior tensão da Guerra Fria quando pensamos nela em seu aspecto mais global. A razão disso é a Crise dos Mísseis localizada em Cuba na segunda quinzena do mês de outubro. Personagens mais lembrados desse episódio são o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), John Fitzgerald Kennedy e o primeiro-ministro da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Nikita Krushev, seguidos do primeiro-ministro cubano, Fidel Castro. Um olhar mais aprofundado, no entanto, traz novos personagens para aquele cenário em que a tempestade se aproxima e alguns deles estão localizados no Brasil.

Quando João Goulart toma posse como presidente do Brasil, em 7 de setembro de 1961, ele se depara com uma nova situação política: o sistema parlamentarista de governo, aprovado, casuisticamente, como uma forma de tutelar

suas ações. Ele deve dividir o exercício do poder com o primeiro-ministro Tancredo Neves e com seu gabinete formado por membros dos principais partidos políticos no país: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN).

Nessa composição de forças, o ministério das Relações Exteriores vai ser comandado por Francisco San Tiago Dantas, do PTB. Pouco mais de dois meses após sua posse, o Brasil vai restabelecer relações diplomáticas com a URSS em novembro, dando continuidade à Política Externa Independente (PEI) implementada por Afonso Arinos de Melo Franco, da UDN, quando ministro das Relações Exteriores do governo de Jânio Quadros. E logo em seguida, já no primeiro mês do ano de 1962, a PEI vai se tornar o centro dos debates políticos do país, ao liderar o bloco de países que se opõem à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) durante a realização da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores que aconteceu em Punta Del Este no Uruguai de 22 a 31 de janeiro.

O governo cubano acaba sendo alijado da OEA nessa reunião. Contudo, a Política Externa Independente ganha ainda mais prestígio, tanto no exterior quanto no Brasil. San Tiago Dantas vai ganhando cada vez mais influência frente aos debates políticos no país, chegando a ser indicado para primeiro-ministro em junho, quando da dissolução do gabinete Tancredo Neves. O Congresso Nacional, no entanto, não lhe dá os votos necessários e o novo gabinete é comandado por Brochado da Rocha por um curto período, de 10 de julho a 14 de setembro.

Com a renúncia de Brochado da Rocha, um novo gabinete toma posse em 18 de setembro de 1962, tendo como primeiro-ministro Hermes Lima. A principal preocupação de João Goulart naquele momento era com o plebiscito que decidiria o sistema de governo do país; contudo, uma preocupação também importante era a eleição que ocorreria em poucos dias para o Congresso Nacional e para alguns governos de estado, que seria realizada em 7 de outubro. Era importante para o governo ter bons resultados nesse período para se fortalecer politicamente.

Apenas dois dias depois da posse do novo gabinete, teria início a XVII Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e o discurso de abertura, tradicionalmente, era realizado pelo representante do Brasil. E nes-

sa conjuntura, o governo dos Estados Unidos chamava os países do âmbito da OEA para uma reunião informal. O foco dessa reunião era a situação de Cuba. A Política Externa Independente estaria, mais uma vez, no centro das atenções.

### *A Política Externa Independente em destaque*

No Brasil, a política interna passava por transformações. Após o governo Goulart obter, através da emenda Valadares,<sup>1</sup> a antecipação do plebiscito a respeito do regime de governo, o gabinete Brochado da Rocha renunciou, ainda em um clima de “nova e grave crise político-militar”, dessa vez desencadeada pelo Exército, que tentara pressionar o Congresso a antecipar o plebiscito.<sup>2</sup>

Hermes Lima, que seria nomeado como primeiro-ministro no dia 18 de setembro, convidou o agora novamente ex-ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco para chefiar a missão diplomática brasileira na XVII Assembleia Geral da ONU.<sup>3</sup> No dia 16 de setembro, Arinos foi para Nova York, pois a Sessão de Abertura da Assembleia Geral seria realizada no dia 20 e, conforme o ritual da Organização das Nações Unidas, o primeiro país a se manifestar na Assembléia Geral seria o Brasil.

Desde a IV Assembleia Geral, o Brasil tem sido o primeiro país a ocupar a tribuna do Debate Geral. A partir de então, a cada ano, antes de abrir as inscrições para o Debate Geral, o Secretário-Geral da ONU dirige nota à Missão do Brasil em Nova York em que indaga se, de acordo com a praxe, o Chefe da delegação brasileira desejará ser o primeiro orador. A resposta invariavelmente afir-

<sup>1</sup> Argelina Figueiredo analisa de forma detalhada esse movimento ocorrido na Câmara dos Deputados. A autora, embora não discuta em profundidade as causas da renúncia de Brochado da Rocha, demonstra com clareza os embates parlamentares entre os que entendiam que o plebiscito só pudesse ser aprovado pela nova legislatura e que por isso pressionavam pela aprovação da emenda Oliveira Brito e o grupo governista que pretendia tomar uma decisão rápida sobre o assunto, que conseguiu rejeitar a emenda Oliveira Brito em 13 de setembro e no dia seguinte provar a emenda Valadares, marcando a data do plebiscito para 06 de janeiro próximo. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 80-84.

<sup>2</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 115-118.

<sup>3</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968, p. 244.

mativa à consulta do Secretário-Geral assegura a vigência de uma tradição que honra e distingue o Brasil.<sup>4</sup>

Desse modo, o discurso de abertura da XVII Assembleia Geral da ONU foi realizado, tal qual no ano anterior, por Afonso Arinos de Melo Franco em 20 de setembro.<sup>5</sup> Em telegrama destinado ao novo primeiro-ministro, que ainda não tinha assumido a pasta das Relações Exteriores com a qual acumularia função, o senador Afonso Arinos deu conhecimento das repercussões naquele ambiente por ocasião de seu discurso. Fez constar que recebeu muitos apoios das delegações latino-americanas e também das delegações da África e da Ásia. Também foi cumprimentando pelos representantes dos Estados Unidos, Adlai Stevenson, e da União Soviética, Andrei Gromiko, em especial pelos trechos de seu discurso no qual se reportava ao desarmamento e aos ensaios nucleares.<sup>6</sup>

O discurso também produziu repercussões na imprensa internacional, tanto nos Estados Unidos, com matéria no *New York Times*, quanto na União Soviética, no jornal *Pravda*. Segundo a avaliação de Afonso Arinos, o Brasil vivia um bom momento perante a diplomacia mundial, em razão de ter conseguido “transmitir ao plenário a seriedade, autenticidade, espírito realista e construtivo da nossa atual política externa, o que vem colocar o Brasil em privilegiada situação diplomática na presente sessão da Assembleia Geral”.<sup>7</sup>

A repercussão do discurso também foi positiva no Brasil, conforme comunicou a Afonso Arinos o diplomata Carlos Alfredo Bernardes, que estava ocupando interinamente o ministério das Relações Exteriores. Fez questão de mencionar a Afonso Arinos que o discurso foi destaque nas manchetes dos principais jornais do país. E que San Tiago Dantas também ficou muito satisfeito com o destaque proporcionado pelo senador às teses da política externa brasileira.<sup>8</sup>

<sup>4</sup> CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011)*. 3ª ed. ver. e ampl. Brasília: FUNAG, 2002, p. 34-35.

<sup>5</sup> A íntegra do pronunciamento de Afonso Arinos está contida em CORREA, op. cit, p. 211-219.

<sup>6</sup> Telegrama da Delegação do Brasil à XVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, doravante ONU. Num 13. CONFIDENCIAL. Assunto: *Discurso do Senador Afonso Arinos*. Data: 21 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Sem Num. Sem assunto. Data: 21 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Essa alusão a San Tiago Dantas, destacando sua sa-



A boa acolhida ao discurso de Afonso Arinos, tanto no âmbito governamental quanto na opinião pública, demonstrava o vigor que a Política Externa Independente ainda mantinha no país. O desempenho do papel de protagonista nos fóruns internacionais, como estratégia de política externa, rendia bons frutos ao governo brasileiro, ainda mais em se tratando de um período pré-eleitoral: em menos de um mês haveria eleições parlamentares - no dia 7 de outubro de 1962 – para a renovação total da Câmara dos Deputados (409 deputados), dois terços do Senado (45 senadores) e para alguns governos de Estado.

O papel desempenhado pela Política Externa Independente na ONU acabava se constituindo em um trunfo para o presidente Goulart que, além do interesse eleitoral mais imediato, começava a projetar os meios para alçar a vitória no plebiscito de janeiro de 1963, o que, para ele, significava seu maior objetivo: o retorno ao presidencialismo. É consenso na bibliografia que a grande tarefa de Hermes Lima, quando de sua indicação pelo presidente, seria “preparar a transição para o retorno ao presidencialismo”.<sup>9</sup> Porém, não podemos perder de vista que era urgente para o governo constituir um novo ministério, pela importância das eleições de outubro.

Somado a isso, ia se aproximando a data da Reunião Informal de Chanceleres, que aconteceria por iniciativa dos Estados Unidos logo após a abertura da XVII Assembleia Geral da ONU. O governo Goulart – em que pese sua preocupação com as eleições de 7 de outubro – procurava dar a devida atenção àquele evento. Assim, recebia com regularidade informações de seu representante na OEA, o diplomata Ilmar Penna Marinho, que manifestava que “a Reunião Informal de Chanceleres continua a ser central em todas as conversações e o problema cubano é a fonte de todas as preocupações”.<sup>10</sup>

tificação pelo pronunciamento de Afonso Arinos, é um importante vestígio da influência que Dantas ainda exercia sobre a política exterior junto ao governo Goulart conforme pode ser visto em DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Presidente e o Professor: a defesa da paz, da não-intervenção e da autodeterminação dos povos em meio ao momento mais quente da Guerra Fria. In: *Cadernos do Tempo Presente*. São Cristóvão (SE): UFS, Vol. 9, Nº 2, jul-dez de 2018, p. 44-62.

<sup>9</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 81; FERREIRA; GOMES, op. cit, p. 121.

<sup>10</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

O governo revolucionário cubano se constituía numa intensa preocupação para os seus vizinhos americanos. E que se fazia aumentar, consideravelmente, em razão da nova característica da sua relação com a União Soviética: o envio de técnicos, fossem civis ou militares, somado ao auxílio em armamentos providenciado pelo país de Krushev gerava temores e inseguranças, distintos, porém, cotidianos a todos os governos americanos.

Prova disso pode ser depreendida da informação privilegiada que o representante brasileiro na OEA enviou ao governo brasileiro. Através de inúmeros contatos nas legações diplomáticas de Washington, Penna Marinho realizou análise bastante eficiente sobre a questão de Cuba. Para ele, se apresentavam três tendências entre os países latino-americanos:

uma de extrema direita, reacionária, agressiva, que defende a necessidade de uma intervenção mesmo militar em Cuba, com o fito de liquidar Castro e impedir a infiltração comunista no Hemisfério. É o ponto de vista da Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Panamá, República Dominicana, Peru e Colômbia.<sup>11</sup>

Note-se que sua avaliação a respeito desses países era bem severa. *Extrema direita, reacionária, agressiva* eram os adjetivos empregados pelo representante brasileiro para caracterizar a posição daqueles governos. E perceba-se que todos eles fazem parte da América Central, à exceção de Peru e Colômbia, países esses que foram os responsáveis pela convocação da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, insuflados pelos Estados Unidos, em fins de 1961.

A segunda tendência, possivelmente teria a seguinte composição:

outra mais moderada, no sentido de que urge tomar providências, mas talvez não seja conveniente o uso da força, em virtude da delicada conjuntura mundial, é a orientação do Chile, Bolívia, Equador, Venezuela, Haiti.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>12</sup> Idem.

Esses países, à exceção da Venezuela e do Haiti – mas esse é um caso muito especial – se abstiveram de votar a expulsão do governo cubano da Organização dos Estados Americanos na reunião de janeiro de 1962. Mantinham, então, na visão do diplomata brasileiro, a posição, os argumentos, e os votos proferidos em Punta del Este. A Venezuela, embora se sentisse ameaçada por Cuba e tivesse votado pela expulsão do governo cubano da OEA, não tinha um histórico, sob a administração de Rômulo Bettancourt, de submissão absoluta aos EUA, o que lhe conferia uma independência em suas posições. Já o Haiti fazia parte do grupo liderado pelo Brasil em Punta del Este. No entanto, no último momento, alterou sua posição em função de uma elevada proposta financeira realizada pelos Estados Unidos.<sup>13</sup> Não era, portanto, um país radicalmente contrário ao governo cubano, como seus vizinhos centro-americanos.

Para Penna Marinho, a terceira tendência, que não podia sequer ser chamada de grupo, dado que representada por um único país, estava alicerçada essencialmente na radicalização do princípio da autodeterminação:

Finalmente, uma terceira tendência, de que só ao povo cubano compete decidir do seu destino e que Castro só deve ser derrubado por uma ação dos contra-revolucionários cubanos é a posição do México.<sup>14</sup>

Da avaliação realizada pelo representante brasileiro na OEA, escaparam Argentina, Paraguai e Uruguai. A posição da Argentina já era de amplo conhecimento do governo brasileiro e podia ser, facilmente, incorporada à primeira tendência. Para saber com maior segurança as posições de Paraguai e Uruguai ainda se necessitavam de maiores contatos por parte do embaixador do Brasil.

<sup>13</sup> QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p.72; FRANCHINETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005, p. 142; BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Quando a independência faz a união: Brasil, Argentina e a questão cubana (1959-1964)*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013, p. 96.

<sup>14</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Restava, ainda, saber a posição dos Estados Unidos, que, diferentemente de situações anteriores, dessa vez convocava a reunião, mesmo que informal, diretamente, sem utilizar-se da proteção de terceiros países. O documento enviado ao governo brasileiro previa duas posições “perfeitamente caracterizadas” que poderiam ser defendidas pelo anfitrião:

uma, representada pelo Congresso, pela imprensa e grande parte da opinião pública, no sentido de que se faz nisto uma intervenção militar em Cuba, com o objetivo de erradicar o comunismo do continente e, ao mesmo tempo, manter a segurança dos Estados Unidos.<sup>15</sup>

Essa posição aparecia com frequência na política interna dos Estados Unidos. E, assim, como no Brasil onde se realizariam importantes eleições em outubro, nos EUA também se respirava as eleições de novembro para o Congresso. E não deixavam de ser uma reedição das eleições de 1960, quando Cuba fez parte central entre os debates de Kennedy e Nixon.<sup>16</sup>

A outra posição, de acordo com o telegrama, procurava não enfatizar demasiadamente a questão de Cuba:

outra, adotada pelo presidente Kennedy e, conseqüentemente, pelo governo norte-americano, tendente a minimizar a importância do auxílio soviético à Cuba, atribuindo caráter defensivo aos desembarques de armamentos e técnicos e a somente admitir a possibilidade de uma invasão da ilha no caso em que Fidel Castro venha a constituir uma ameaça concreta para a segurança dos Estados Unidos e para a manutenção da democracia representativa nos países latino-americanos.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>16</sup> A tal ponto que Richard Nixon teria se convencido “de que foram as manipulações de Kennedy sobre a questão de Cuba que o tinham derrotado, e não o impacto da aparência mais refinada de Kennedy durante os debates na televisão”. HERSH, Seymour. *O lado negro de Camelot*. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 193.

<sup>17</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Era essa posição que se conhecia publicamente até então através de um pronunciamento do presidente Kennedy realizado no dia 04 de setembro. Tudo levava a crer, portanto, ao representante brasileiro, que essa seria a postura de Dean Rusk durante a Reunião Informal dos Chanceleres.

Após essa avaliação, Ilmar Penna Marinho resolveu emitir sua opinião acerca da postura que o país deveria defender na reunião. Considerando que Rusk seguisse a linha até então mantida pelo governo dos EUA – de minimizar e procurar tranquilizar os demais governos do continente – o embaixador brasileiro na OEA entendia que o governo brasileiro deveria “agir com a maior cautela”, pois, e aqui é um ponto importante do documento em questão, “se nos opuséssemos a ela, pensando ir contra os Estados Unidos, poderíamos, de um lado, combater uma posição que é em substância a nossa e, de outro, enfraquecer a posição do presidente Kennedy em sua luta contra a pressão que vem sofrendo por parte dos governos reacionários do continente”.<sup>18</sup>

O que levaria, segundo Penna Marinho, o governo de João Goulart a decidir a posição do país na Reunião Informal de Chanceleres a partir da ideia de *ir contra os Estados Unidos*? Será que o embaixador do Brasil na OEA compreendia que a Política Externa Independente era anti-estadunidense, ou mesmo, neutralista?

E fazia parte da “substância” da Política Externa Independente *admitir a possibilidade de uma invasão da ilha no caso em que Fidel Castro venha a constituir uma ameaça concreta para a segurança dos Estados Unidos e para a manutenção da democracia representativa nos países latino-americanos*? Se Cuba fosse uma ameaça concreta, Penna Marinho imaginava que o Brasil deveria *admitir a possibilidade de invasão*? Isso não constituiria ir contra os princípios basilares da PEI, quer seja, a autodeterminação dos povos e a não-intervenção, se desfazendo de toda a argumentação que San Tiago Dantas defendeu em Punta del Este?

Por fim, será que realmente o embaixador brasileiro na OEA entendia que Kennedy estava lutando “contra a pressão que vem sofrendo por parte dos governos reacionários do continente”? Qual a pressão que os EUA, uma das duas únicas superpotências mundiais, poderia estar sofrendo da Guatemala ou mesmo da Colômbia e do Panamá? Esse ponto da argumentação de Penna Marinho

<sup>18</sup> Idem.

dificilmente encontraria eco no Itamaraty. Nem mesmo João Goulart – em que pese pudesse se comover com as duas argumentações anteriores, ou mesmo mantivesse interesse em dar sustentação ao presidente Kennedy que recentemente tinha conhecido e por quem ansiava uma visita ao Brasil – se sensibilizaria com tal conjectura.

Não bastasse as opiniões acima descritas, no sentido de convencer o governo brasileiro a ser mais flexível em relação às propostas estadunidenses, o embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos também pedia maior atenção em relação ao México. Nesse mesmo documento, no qual, anteriormente, tinha considerado o governo de Adolfo López Mateos como um radical na defesa da autodeterminação dos povos, adverte ao governo brasileiro “que o México, após a visita do presidente Kennedy e obtenção de vários benefícios, inclusive a solução do problema do rio Colorado, vem adotando atitude bastante moderada”.<sup>19</sup>

Parece evidente que o diplomata brasileiro procurava exercer pressão quer seja sobre Hermes Lima, quer seja sobre João Goulart, no sentido de que o Brasil não fosse o único país a impor resistências ao projeto estadunidense. Para tanto, não deixou de mencionar que o governo mexicano em “suas intervenções nos debates” vinha perdendo a “aspereza dos primórdios, buscando sempre fórmulas conciliantes com os pontos-de-vista do governo norte-americano”. Encerrava seu alerta afirmando temer, “que o Brasil vá encontrar na reunião de Washington um México bastante diverso daquele que compareceu a Punta del Este”.<sup>20</sup> Desse modo, é difícil não entender que Penna Marinho advogava uma posição menos ousada para o Brasil, para não dizer, acomodada.

### *Uma OTAN no Caribe?*

No Itamaraty, a repercussão ao telegrama de Penna Marinho foi rápida. O diplomata Carlos Alfredo Bernardes procurou João Goulart e Hermes Lima para

<sup>19</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>20</sup> Idem.

decidirem que atitudes tomar em relação à Reunião Informal de Chanceleres.<sup>21</sup> Após uma longa conversa, resolveram entrar em contato com Afonso Arinos, que estava nos Estados Unidos chefiando a delegação brasileira na XVII Assembleia Geral da ONU.

Enviaram um telegrama secreto para Arinos em Nova York. Quem assinava o telegrama era o ministro interino das Relações Exteriores, Carlos Alfredo Bernardes. Ele dava conhecimento a Afonso Arinos que tinha conversado “longamente com o Presidente e Hermes Lima sobre a reunião do dia 2”.<sup>22</sup> Sem fazer nenhum tipo de referência ao telegrama recebido de Penna Marinho, ele apresentava o resultado das conversações empreendidas entre os três a partir do teor do documento emitido pelo embaixador brasileiro na OEA: “ambos [Goulart e Lima] estão muito preocupados com a possibilidade de sermos novamente forçados a uma atitude de discordância da maioria dos países latino-americanos, causando uma situação difícil para as relações com os Estados Unidos”. Apesar dessa preocupação, e não temos porque imaginar que não fosse genuína, Bernardes deixa muito claro a Afonso Arinos que “por outro lado, estão decididos a não alterar a linha política que vínhamos seguindo ultimamente”.<sup>23</sup>

Essa era uma forma, também, de prestigiar Afonso Arinos de Melo Franco, o criador da Política Externa Independente no governo Jânio Quadros. Ao mesmo tempo, com a queda do gabinete Brochado da Rocha e assunção do novo gabinete coordenado por Hermes Lima que tomara posse a menos de uma semana, Arinos foi desalojado do ministério. Possivelmente, em função de que a grande preocupação de Goulart era restabelecer o presidencialismo e, portanto, esse seria um gabinete de transição e comprometido com a vitória no plebiscito, não deixando, assim, espaço para Melo Franco – que ademais era senador pela UDN – no novo governo.

Evidenciando para Afonso Arinos que o novo gabinete não pretendia alterar a política externa da qual ele, pela segunda vez, esteve à frente, Bernardes fez

<sup>21</sup> Bernardes exercia interinamente o cargo de ministro das Relações Exteriores e recentemente fora subsecretário-geral do Itamaraty na gestão de Afonso Arinos.

<sup>22</sup> Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Sem Num. SECRETO. Assunto: *Para conhecimento exclusivo do Ministro Afonso Arinos*. Data: 24 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>23</sup> Idem.

saber que o governo brasileiro estava fazendo gestões junto ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, para que não houvesse um comunicado final da Reunião Informal de Chanceleres, nem qualquer outro tipo de documento, que obrigasse ao Brasil a fazer pública sua posição. E indiretamente, convida o senador para representar o país na reunião, pois “nossa representação nessa reunião está ainda dependendo de uma ideia mais clara do que ali se vai passar”<sup>24</sup>

Logo após o envio da mensagem para o senador Afonso Arinos, o primeiro-ministro Hermes Lima tomou posse como ministro das Relações Exteriores, às 11h30min, no Palácio do Itamaraty, acumulando o cargo com o de primeiro-ministro. Prestigiado pelos ministros da Justiça João Mangabeira – companheiro de vida partidária de muitos anos<sup>25</sup> – da Agricultura Renato Costa Lima, do Trabalho João Pinheiro Neto e da Aeronáutica Reinaldo de Carvalho, o cargo foi transmitido pelo embaixador Carlos Alfredo Bernardes.

Em seu discurso de posse, Hermes Lima fez variados elogios a Bernardes a quem “conheço a muito tempo e tenho acompanhado a sua carreira, das mais brilhantes”. Falando sobre as relações internacionais, salientou que “o mundo atual é um mundo intranquilo, cheio de problemas, tanto na ordem interna dos países como na ordem internacional”. Em função disso, “prometeu continuar no Itamaraty a política externa sempre voltada para o bom entendimento entre os povos”<sup>26</sup>.

Coube a Carlos Alfredo Bernardes, saindo da interinidade do ministério para voltar a ocupar a posição que exercia no ministério chefiado por Afonso Arinos – a de subsecretário-geral do Itamaraty – externar os objetivos da PEI, privilegiando o fato de que “a dinamização de nossa política externa visa a colocar o Brasil no lugar que lhe cabe por direito no concerto das nações”. E além

<sup>24</sup> Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Sem Num. SECRETO. Assunto: *Para conhecimento exclusivo do Ministro Afonso Arinos*. Data: 24 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>25</sup> HECKER Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 35.

<sup>26</sup> *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1962, p. 4. Biblioteca do Senado Federal, doravante BSF. Brasília/DF.



disso o diplomata, com muito sentido de oportunidade, mencionou que a política externa brasileira era grande devedora dos bons ofícios de San Tiago Dantas e Afonso Arinos, pois foram eles quem “renovaram as linhas mestras da nossa política exterior”.<sup>27</sup> Bernardes, com essa declaração, procurava ao mesmo tempo em que afagava Afonso Arinos, deixar em evidência o reconhecimento que o governo brasileiro tinha acerca de seu trabalho desempenhado no Itamaraty. Procurava, assim, pavimentar o nome de Arinos para que esse fosse o representante brasileiro na Reunião Informal de Chanceleres.<sup>28</sup>

Possivelmente sem tomar conhecimento dos discursos realizados na transmissão de cargo do dia 24, por estar em Nova York e as notícias só terem sido publicadas no dia 25, nesse mesmo dia veio a resposta de Afonso Arinos de Melo Franco ao telegrama enviado por Bernardes pouco antes da posse de Hermes Lima. O senador Melo Franco ponderava que, caso sejam tomadas decisões na Reunião Informal, a responsabilidade do Brasil será resultado da importância das decisões e não de quem seja o representante do país, ou seja, “se a Conferência for importante, nossa responsabilidade será sempre grande, qualquer que seja a hierarquia de nosso representante”.<sup>29</sup> E propõe, como sendo a melhor solução para o problema, que o próprio Bernardes seja o representante brasileiro, pois assim, poderia fazer valer os objetivos brasileiros e, entrando em clara contradição com o que tinha escrito na mesma mensagem sobre hierarquia, Arinos apontava que “representação em nível inferior às dos demais países impedirá que possamos influir na direção de nossos propósitos”.<sup>30</sup> Era a abertura necessária para que o convite fosse providenciado ao senador.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> O nome de San Tiago Dantas gozava, certamente, ainda de prestígio muito maior junto a Goulart e Hermes Lima. No entanto, Dantas tinha renunciado ao mandato de deputado federal em agosto de 1961 para ser o representante do Brasil na XVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – fato que acabou não se concretizando em virtude da renúncia de Janio Quadros e da Campanha da Legalidade, sendo substituído por Afonso Arinos de quem, aliás, era muito próximo. BUENO, Clodoaldo. Da Agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 328. Como a reunião seria realizada na mesma semana das eleições no Brasil, e Dantas era candidato a deputado federal pelo PTB de Minas Gerais, não era conveniente sua participação na reunião informal.

<sup>29</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Sem num. SECRETO. Assunto: *Particular para o Senhor Subsecretário de Estado*. Data: 25 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>30</sup> Idem.

No mesmo dia em que Hermes Lima acumulava a pasta das Relações Exteriores, nos Estados Unidos era aprovado no Congresso um projeto enviado pelo governo Kennedy que “autoriza o presidente a mobilizar 150 mil reservistas, quando o considerar necessário”. Aumentava, assim, o potencial militar dos EUA sem deixar dúvidas quanto ao seu objetivo, que era “a melhor resposta dos Estados Unidos ao reforçamento do poderio militar de Cuba”.<sup>31</sup>

Essa medida era, principalmente, uma resposta do presidente John Kennedy aos setores mais conservadores da sociedade estadunidense que criticavam sua forma de lidar com a situação em Cuba. O presidente da Comissão das Forças Armadas no Congresso, Carl Vinson, após a vitória da proposta por 342 contra 13 votos, manifestou que “Cuba constituía apenas um dos focos de tensão, mas que sua proximidade do território norte-americano a convertia em grave problema”, porém, seguindo a argumentação adotada pelo presidente dos Estados Unidos, divulgava que “os preparativos militares em Cuba continuam a ser defensivos”.<sup>32</sup>

E a Reunião Informal de Chanceleres passava à esfera da opinião pública. O jornal *O Estado de São Paulo* informava que a “conferência oficiosa de chanceleres americanos sobre a questão de Cuba será realizada no Departamento de Estado”<sup>33</sup> e não mais em Nova York, como se imaginava até então. Perceba-se que o jornal em questão destacava que a reunião seria a respeito de Cuba, criando, com isso, um importante ponto para debate na sociedade.

Nessa mesma edição, o jornal trazia à tona a proposta feita pelo ministro da Fazenda do Panamá, Gilberto Arias, no sentido de que fosse criada uma organização militar nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para a região do Caribe, com o objetivo de defender a América Central de Cuba. Comentando a proposta, o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Lincoln White, afirmava que o seu país simpatiza com as nações que queriam se defender de maneira adequada, porém, mesmo que o seu governo “compreenda perfeitamente os problemas particulares com que se defrontam os países das Antilhas e da América Central, os quais, em virtude de sua pro-

<sup>31</sup> *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1962, p. 13. BSF. Brasília/DF

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*.

ximidade geográfica com Cuba sentem-se especialmente vulneráveis”,<sup>34</sup> não se sentia apto a emitir declarações sobre a proposta de Arias, por não ter recebido instruções a esse respeito.

Enquanto isso, a Embaixada do Brasil em Havana tratava de comunicar ao Itamaraty, já sob a gestão de Hermes Lima, que foram assinados dois convênios entre Cuba e URSS. O primeiro acerca da assistência soviética para o desenvolvimento da indústria da pesca em Cuba e o segundo relacionado à construção de uma base pesqueira na Baía de Havana. Para Ruiz de Gamboa, que emitia o telegrama, o mais importante era que a construção

na Baía de Havana, torna absolutamente inaceitável as suposições circuladas pela imprensa continental de que a base se destinaria realmente a submarinos e navios de guerra. Digo inaceitável porque a Baía de Havana seria o pior lugar para uma base naval em Cuba, já que está rodeada de estradas, ou seja, **exposta à vista de qualquer pessoa** e, principalmente, porque seu canal de entrada tem apenas 183 metros de largura e cerca de 15 metros de profundidade: a aviação inimiga teria pouco trabalho para obstruir uma entrada tão reduzida.<sup>35</sup>

Para o brasileiro, essa seria a prova cabal de que não eram procedentes os boatos acerca do apoio militar soviético ofensivo à Cuba. Os cubanos, na sua concepção, ainda mais com o apoio soviético, jamais poderiam ser tão descuidados.<sup>36</sup>

Para o diplomata brasileiro, os convênios representavam uma excelente oportunidade para a URSS, mas também uma importante ajuda para Cuba, pois

<sup>34</sup> *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1962, p. 13. BSF. Brasília/DF.

<sup>35</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 317. Assunto: *Questão de Cuba. Assinatura de convênios entre Cuba e URSS*. Data: 27 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos meus.

<sup>36</sup> Michael Dobbs, entretanto, traz uma informação muito singular a esse respeito: cita o caso de um depósito de ogivas nucleares em Bejucal (Oeste de Cuba) que os Estados Unidos descartaram como local suspeito em razão de haver pouco aparato de segurança – apenas uma cerca de arame farpado: “Os experts não paravam de falar que as ogivas nucleares estariam sob o rígido controle da KGB. Mandaram-nos procurar múltiplas cercas de segurança, bloqueios de estradas, níveis de proteção a mais. Não vimos nada disso. Os analistas notaram uma cerca caindo aos pedaços em torno da base de Bejucal, não protegida sequer por um portão fechado, e concluíram que não havia ogivas lá dentro”. Nessa base, havia 36 ogivas de um megaton. DOBBS, Michael. *Um minuto para a meia-noite*. Kennedy, Krushev e Castro à beira da guerra nuclear. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 202.

juntamente com a assistência soviética aos planos de irrigação do governo cubano, “constituem mesmo os dois projetos principais de ajuda econômica à Cuba, ambos visam a um aumento a curto prazo da capacidade cubana de produção alimentícia, norma básica da ajuda econômica soviética a este país, ainda recentemente objeto das conversações de Raul Castro em Moscou”.<sup>37</sup>

No dia seguinte, José Maria Ruiz de Gamboa comunicou ao governo brasileiro que já não restava dúvidas de que os Estados Unidos estavam exercendo, em caráter sistemático, estreita vigilância naval e aérea sobre Cuba. Ele destacava que a marinha dos EUA estava a poucas milhas controlando as entradas de várias partes de Cuba. E que nos últimos dias era corrente a imprensa cubana publicar fotografias de aviões da América Latina que sobrevoam navios nas imediações de Cuba. E que estavam sendo realizadas incursões aéreas regulares controlando a movimentação dos navios de cabotagem cubanos.<sup>38</sup> Além disso, na véspera, alegava que “declarou-me confidencialmente, o capitão de caçadores de navio francês, que acaba de chegar a Havana procedente da Rússia, que aviões americanos, mais de uma vez, pediram que seu barco se identificasse quando este se encontrava próximo a águas cubanas”.<sup>39</sup>

O cerco dos EUA era uma realidade. E o governo brasileiro, a partir de agora, tinha plena ciência disso.

### *Os EUA de Kennedy só têm olhos para ela*

Ainda no dia 28 de setembro, o embaixador Penna Marinho informava ao ministério das Relações Exteriores o que tinha acontecido durante o encontro no qual ele e o embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos, participa-

<sup>37</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 317. Assunto: *Questão de Cuba. Assinatura de convênios entre Cuba e URSS*. Data: 27 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos nossos. Ruiz de Gamboa enviou cópia desse telegrama para Bastian Pinto, que estava em Nova York e que deveria vir ao Brasil. O objeto das conversas e negociações de Raul Castro em Moscou não era exatamente esse.

<sup>38</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 319. SECRETO. Assunto: *Questão de Cuba. Vigilância naval e aérea dos Estados Unidos da América em torno de Cuba*. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>39</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 317. Assunto: *Questão de Cuba. Assinatura de convênios entre Cuba e URSS*. Data: 27 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos nossos.

ram juntamente com os demais embaixadores latino-americanos e o subsecretário para Assuntos Interamericanos do departamento de Estado, Edwin Martin. De acordo com ele, o principal ponto da reunião foi o desenvolvimento do problema cubano.<sup>40</sup>

O representante brasileiro na OEA alertava ao Itamaraty que Martin havia declarado “um aumento na mobilização militar estrangeira naquele país, a qual já envolve 4200 homens bem como novos tipos de armas, como foguetes contra unidades navais”. Em face dessa escalada militar soviética, o secretário de Estado pretendia trabalhar sobre duas linhas: a primeira, tornar o sustento a Cuba o mais oneroso possível para a URSS; a segunda, fazer a URSS entender que não obterá êxito no domínio de Cuba.<sup>41</sup> Dessas duas linhas apresentadas até então, não havia nada que significasse utilização de força contra o governo cubano. Assim, a mensagem de Penna Marinho poderia ser encarada como um alívio para o governo do Brasil.

Nesse mesmo documento, o embaixador na OEA informava sobre a perspectiva do departamento de Estado em relação à política americana para enfrentar o problema. Para o governo dos EUA, a decisão em Punta del Este, embora adotada sem unanimidade, passou a constituir a política oficial da Organização dos Estados Americanos. Na interpretação de Penna Marinho, essa “afirmativa soa como uma insinuação de que todos os países membros devem subordinar-se a essa ‘política oficial da OEA’”,<sup>42</sup> ou seja, uma forma clara de pressão para que não houvesse espaço para divergências durante o encontro, tudo o que mais temia o governo brasileiro.

Edwin Martin tinha reafirmado que os EUA não tinham “intenções agressivas contra Cuba”; porém, em uma mudança de discurso, havia notificado aos

<sup>40</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 468. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>41</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 468. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. As estimativas do governo dos Estados Unidos eram totalmente equivocadas. Não temos uma referência adequada para essa data, porém, sabemos que apenas vinte e dois dias, em 20 de outubro, já se encontravam em Cuba mais de 40 mil soviéticos, enquanto o governo dos EUA acreditava serem em torno de 7 mil. DOBBS, op. cit., p. 44.

<sup>42</sup> Idem.

embaixadores presentes que, se viesse a ser necessário para prevenir agressão “contra quem quer que seja”, os Estados Unidos recorrerão ao uso da força.<sup>43</sup> Essa nova afirmação destoava da política até então preconizada por Kennedy, de tentar tranquilizar os demais países.

Ainda trazia a intenção estadunidense de – seguindo o disposto na declaração da VIII Reunião de Consulta – ampliar o embargo do comércio a Cuba. Essa era uma medida bastante forte. E que estava acompanhada da já citada intenção de controlar as fronteiras, para impedir “treinamento em técnica de subversão de jovens latino-americanos em Cuba”, além de frear a propaganda comunista cubana na América Latina. Em relação à influência de Cuba no Caribe, afirmou ser “ainda cedo para estabelecer medidas necessárias à defesa daquela região”, contudo, prometeu que seria dada a maior atenção a esse problema. De acordo com a interpretação de Penna Marinho, o subsecretário Martin estava se referindo ao projeto de transformar o Caribe em uma espécie de OTAN.<sup>44</sup>

Perguntado por diversos embaixadores, Martin deu as seguintes respostas:

- 1) Não se cogita, no momento, uma reunião formal de consulta;
- 2) Seria difícil impedir a consideração de qualquer assunto durante reunião informal, por não haver uma agenda;
- 3) Principal assunto da reunião é Cuba, podendo, no entanto, ser discutido qualquer problema de interesse comum.<sup>45</sup>

Como ficou claro, a Reunião Informal de Chanceleres tem no problema cubano seu grande objetivo. Para o governo brasileiro, a preocupação se dava, sobretudo, por ser realizada a reunião às vésperas de uma eleição que modificaria a composição do Congresso Nacional e alguns governos de Estado. Para melhor ou para pior!

Nessa conjuntura, o Brasil recebia a visita do influente jornalista do *New York Times*, Herbert Matthews. No palácio do Planalto, em Brasília, o jornalista foi recebido pelo primeiro-ministro Hermes Lima e, posteriormente, pelo presi-

<sup>43</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 468. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem, ibidem.

dente João Goulart. Tratava-se de uma grande deferência ao jornalista veterano da Guerra Civil Espanhola e que, em fevereiro de 1957, esteve na Sierra Maestra, entrevistando Fidel Castro e projetando uma visão positiva do movimento revolucionário para o mundo.<sup>46</sup>

O jornalista havia lançado, recentemente, um livro de grande repercussão mundial, intitulado *A verdadeira História de Cuba*, no qual valorizava de forma muito positiva o movimento guerrilheiro cubano, dentro de uma perspectiva de libertação nacional. Retratava, também, de forma muito dura as condições do país sob a ditadura de Batista, destacando as desigualdades nos mais distintos níveis dentro da sociedade.

Durante o encontro com o primeiro-ministro, o “único tema da conversação” foi a posição brasileira em relação a Cuba. Hermes Lima teria explicado, então, ao jornalista que não considerava aquele país como uma ameaça comunista, nem para o Brasil nem para a América do Sul, “limitando sua capacidade de influência à área das Caraíbas”. Não deixava, assim, de reconhecer, portanto, como legítima a preocupação dos países centro-americanos em relação à Cuba. Contudo, fez questão de destacar para Herbert Matthews que “de qualquer modo”, ou seja, mesmo que Cuba pudesse representar algum tipo de perigo àqueles países, no seu entendimento “o problema não encontrará solução no uso da força”.<sup>47</sup> Permitindo, assim, interpretar a sua desaprovação a proposta de constituição de um bloco militar no Caribe.

Mas essa declaração podia ter um alcance ainda mais longo. Podia estar endereçada, também, para fora da área da América Central, tanto ao norte quanto ao sul. A partir do seu posicionamento contrário a uma “posição de força”, Hermes Lima ressaltou que “a política traçada pelo Brasil para a questão cubana permanece inalterável”.<sup>48</sup> Não deixava de ser um aviso pela imprensa, às vésperas da Reunião Informal de Chanceleres, objetivando dissipar dúvidas quanto à posição brasileira, tanto para o governo dos Estados Unidos, quanto para os governos latino-americanos.

<sup>46</sup> DePALMA, Anthony. *O homem que inventou Fidel: Cuba, Fidel e Herbert L. Matthews do New York Times*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>47</sup> *O Estado de São Paulo*, 29 de setembro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

<sup>48</sup> Idem.

Publicamente, o primeiro-ministro e também Chanceler Hermes Lima declarou que “Cuba não figura entre as preocupações imediatas do governo brasileiro, que no momento está voltado para os problemas internos”.<sup>49</sup> Em parte estava sendo sincero: muito da preocupação do governo brasileiro, naquele momento, estava relacionado com as eleições de outubro e o plebiscito de janeiro.

Mas outro tanto dessas “preocupações imediatas” não saía da sua cabeça.

### *Considerações finais*

Faltando quatro dias para a Reunião Informal de Chanceleres, era de conhecimento público que o governo brasileiro tinha indicado o senador Arinos e o embaixador Ilmar Penna Marinho para representá-lo em Washington.<sup>50</sup> Para o governo de João Goulart, essa era a melhor situação possível. Se fosse necessário acompanhar os EUA nas restrições a Cuba, poderia responsabilizar o senador da UDN e o inexpressivo diplomata. Desse modo, o prejuízo eleitoral seria baixo (além de retirar a certa admiração que Arinos recebia dos setores progressistas em função da PEI). Ao passo que, se fosse realizada oposição aos propósitos dos EUA, a base de apoio nacionalista ficaria satisfeita e sempre poderia se falar que foi uma decisão do presidente Goulart.

Nesse mesmo dia, o Itamaraty recebia, de Washington, nova comunicação acerca da reunião.<sup>51</sup> Bastante seguro, o embaixador Ilmar Penna Marinho alertava ao ministro Hermes Lima que o departamento de Estado estava muito preocupado com a atitude que o Brasil poderia adotar na reunião informal. Igualmente, dizia saber a respeito de que “inúmeras personalidades brasileiras vem demonstrando uma certa apreensão com referência a posição que os EUA possam assumir correlativamente a Cuba”.<sup>52</sup> Quem seriam essas personalidades preocupadas com a posição dos EUA em relação a Cuba? Estaria o embaixador

<sup>49</sup> *O Estado de São Paulo*, 29 de setembro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

<sup>50</sup> *Idem*.

<sup>51</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 469. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>52</sup> *Idem*.



se referindo aos comunistas brasileiros? Ou estariam apreensivos frente ao destino de Cuba Leonel Brizola, Almino Affonso e os outros líderes da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)? Ou a preocupação seria de San Tiago Dantas e, por que não, Afonso Arinos, já que ambos criaram a Política Externa Independente? Seria uma referência a Hermes Lima e João Goulart, que estava com os olhos virados para Cuba e o coração para as eleições de 07 de outubro?

Para acalmar essas “personalidades brasileiras”, o embaixador brasileiro na OEA realizou algumas projeções sobre a postura que os Estados Unidos tomariam na reunião informal, a partir de suas observações. De imediato, Penna Marinho se refere a que os Estados Unidos não pretendem solicitar ou recomendar qualquer medida agressiva ou de caráter militar contra o governo revolucionário de Cuba. Também imagina que o objetivo da convocação da reunião seja uma resposta, tanto ao nível psicológico quanto propagandístico, por parte do governo estadunidense ao “Congresso, aos reacionários de extrema-direita e uma parte da opinião pública norte-americana que não querem compreender ou fingem não entender o sentido exato da inércia estratégica do presidente Kennedy”. Justamente por razão desse caráter propagandístico, Penna Marinho acredita que os Estados Unidos dificilmente aceitariam que a reunião não produza um “comunicado oficial’ que é, a meu ver, o escopo magno da reunião”.<sup>53</sup>Penna Marinho parece muito entusiasmado com o presidente Kennedy. O que não é demérito, pois em 1962 pouco se sabia sobre a postura de Kennedy em relação ao problema cubano.

O representante do Brasil na OEA insistia a Hermes Lima que, possivelmente, as medidas que os Estados Unidos vão propor contra a experiência cubana serão “de caráter comercial, econômico, e preventivo, do ponto de vista da segurança de cada Estado”, de solicitar aos demais países do continente que façam valer as resoluções restritivas de Punta del Este, em especial “no que concerne ao comércio de material estratégico e intercâmbio de técnicos, professores e estudantes”, além de “tornar Cuba um ônus cada vez maior para a URSS”.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>54</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 469. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Por fim, em uma perspectiva bastante otimista, o embaixador brasileiro praticamente garantia que o governo Kennedy não estava interessado em nenhum tipo de pacto militar no Caribe, “embora não desencoragem publicamente” as pretensões de alguns daqueles países, “mantendo a ameaça no ar” para frear o governo de Cuba. Na sua forma de encarar a situação, o que os Estados Unidos desejam, especialmente na reunião informal, era

recolher elementos positivos para formulação de uma política neorealista em relação a Cuba, suscetível de granjear pelo seu equilíbrio e sensibilidade o apoio unísono de todos os países latino-americanos, inclusive o Brasil e o México. Vejo, pois, a próxima reunião informal com o maior otimismo e acho que se lhe não deve atribuir maior importância do que realmente vai ela ter.<sup>55</sup>

Pelo fechamento da mensagem dirigida a Hermes Lima por parte do embaixador Penna Marinho, talvez não seja nenhuma temeridade concluir que era ao próprio primeiro-ministro, e também ao presidente João Goulart, que o diplomata procurava se referir ao utilizar o termo “personalidades”. E a última frase, em especial, traz elementos, tais quais *atribuir a maior importância* que remetem ao teor da troca de correspondência particular entre Bernardes e Afonso Arinos, como visto anteriormente. Não é impossível que, de alguma forma, Penna Marinho tenha tido acesso ao teor daquelas mensagens – desde uma interceptação “por acaso”, passando por uma leitura deliberada e, por que não, a mais singela de todas: Afonso Arinos ter dado conhecimento a ele sobre a troca e o conteúdo de mensagens com o Itamaraty.

Após o recebimento dos últimos telegramas enviados por Penna Marinho, o ministro Hermes Lima, talvez desconfiado ou mesmo descontente com o teor do documento do diplomata brasileiro, expediu um documento destinado ao senador Afonso Arinos na embaixada brasileira na ONU e uma cópia idêntica para a embaixada brasileira na OEA. Muito chama a atenção que esse documento não foi enviado do ministério das Relações Exteriores. Destoando de toda a

<sup>55</sup> Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 469. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

documentação que tivemos acesso, esse telegrama foi enviado de Brasília e não do Rio de Janeiro, de onde as comunicações com o exterior eram realizadas em melhores condições. E em Brasília, esse documento foi emitido do Gabinete do primeiro-ministro.

Para Hermes Lima e João Goulart, era importante que o governo brasileiro desse à reunião um tratamento consoante a sua convocação. Dentro desses termos, comunicou-se ao senador Afonso Arinos que a participação do Brasil, em função do “caráter informal e curta duração terá de limitar-se a exposição de ponto de vista e troca de informações”. E justamente em função da informalidade da reunião, advertiam que “qualquer comunicado ou declaração torna-se impossível em face da natureza da reunião”.<sup>56</sup> Contrariamente ao desejo dos Estados Unidos, não convinha aos interesses brasileiros, naquele momento, dar grande visibilidade a reunião, quanto mais publicizar qualquer tipo de posicionamento.

O documento faz um alerta sobre a possibilidade de que se fosse realizado qualquer comunicado ou declaração, e que se esse comunicado ou se essa declaração não obtivesse unanimidade, o resultado “enfraqueceria a solidariedade pan-americana”.<sup>57</sup> O governo brasileiro, dentro dos seus limites de pressão e na defesa de seus interesses, procurava orientar sua posição no sentido de demover o objetivo central dos Estados Unidos, procurando criar dúvidas naquele país a respeito da eficácia de se emitir qualquer tipo de documento sem o apoio do Brasil.

E enfatizava que na visão da diplomacia brasileira “não se pode deixar de reconhecer a Cuba o direito de armar-se defensivamente”; o que, afinal, segundo todas as declarações até então conhecidas, inclusive a proferida por John Kennedy, era o que vinha acontecendo até o momento. Nesse sentido, e ainda nos moldes da declaração ocorrida quando do encontro de Hermes Lima com o jornalista Herbert Matthews, o governo brasileiro solicitava que Afonso Arinos fizesse entender aos participantes da reunião que “se os países do Caribe se sentem ameaçados, também eles tem o direito de fortalecer sua defesa” assim como o governo cubano, e que a sua situação “não pode ser generalizada para toda a América”.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> Do Gabinete do Primeiro Ministro para a ONU. Num. 314. Sem assunto. 29 de setembro de 1962. Com cópia para a OEA. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*.

Desse modo, o representante brasileiro na reunião deveria defender que o “problema da infiltração comunista no Hemisfério recai sobre a responsabilidade de cada país”, com isso fazendo saber que, na concepção do governo do Brasil, a solidariedade entre os países americanos só poderia ser invocada “em face de ataque ou ameaça militar contra a segurança de qualquer nação americana”.<sup>59</sup> Portanto, o senador Arinos deveria defender que o Brasil não deixaria de manter seus compromissos assumidos em relação à solidariedade do continente, mas quando a situação exigisse, o que não era o nem o caso, pois não havia acusação nesse sentido, nem o fórum adequado para esse tipo de decisão.

Em seu comunicado ao senador Afonso Arinos, Hermes Lima solicita que ele expresse durante a reunião que “lamentamos que Cuba tenha trazido para o continente problemas da Guerra Fria, porém entendemos que nenhuma operação cirúrgica poderia resolver esse assunto”.<sup>60</sup> Deixando muito evidente que o Brasil não percebia a situação como suficiente para sequer pensar em procurar uma solução fora da diplomacia.

No objetivo de insuflar o representante brasileiro, haja visto seu papel de proeminência na orientação da política externa desenvolvida pelo país – como tinha lembrado recentemente o diplomata Carlos Bernardes – a justificativa da orientação do ministro das Relações Exteriores não poderia ser mais oportuna:

não é por causa de Cuba que defendemos o princípio de autodeterminação dos povos, mas porque tal princípio encerra uma verdade moral e política compatível com a independência dos povos e coexistência entre eles.<sup>61</sup>

Em relação a outros pontos que poderiam ser abordados durante a reunião, a instrução do primeiro-ministro ao representante do Brasil previa que não deveria haver nenhum tipo de participação, nem mesmo informalmente, em assuntos que pudessem vir a tratar “sobre fronteiras ou tratados”, tampouco emitiria opinião a qualquer questão “relativa a governos não oriundos de eleições”, pois a

<sup>59</sup> Do Gabinete do Primeiro Ministro para a ONU. Num. 314. Sem assunto. 29 de setembro de 1962. Com cópia para a OEA. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*.

política externa brasileira “considera este assunto como da soberania interna de cada país”. A postura do Brasil na reunião deverá ser, sobretudo, “mais de ouvir” do que de falar.<sup>62</sup>

Com o inequívoco desejo de se fazer entender com clareza e, ao que parece – dada a recente condição de seu interlocutor ter ocupado o Itamaraty – retirar a margem de autonomia do seu representante, o primeiro-ministro assim se expressava ao final da orientação da posição do governo brasileiro ao senador Afonso Arinos:

Insisto em que não podemos assinar comunicado ou declaração pois tal coisa não estaria de acordo com o caráter informal da reunião: estaríamos atribuindo a reunião natureza formal sem nenhuma preparação prévia e sem capacidade para tomar decisões políticas de repercussão continental.<sup>63</sup>

O documento não fazia questionamentos nem pedia opiniões. Não era, absolutamente, um telegrama de consulta. As frases eram curtas e certeiras. Não deixavam espaço para dúvidas, nem para manobras. Era uma instrução direta do primeiro-ministro, “depois de consultado o senhor presidente da República”,<sup>64</sup> o que representava mais do que a realização de um cálculo político eleitoral, significava exercer a soberania nacional na relação com os Estados Unidos. Era uma determinação para ser seguida sem hesitações.

Mal sabia ele que em menos de um mês suas palavras seriam açambarcadas pela realidade.

<sup>62</sup> Do Gabinete do Primeiro Ministro para a ONU. Num. 314. Sem assunto. 29 de setembro de 1962. Com cópia para a OEA. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*.



## SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

### ALESSANDRO BATISTELLA

Doutor (2014) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado (2004) e Mestre (2007) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é Professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Membro do Grupo de Trabalhos (GT) de História Política da ANPUH-RS e investigador associado à Rede de Pesquisa Direitas, História e Memória (<https://www.direitashistoria.com>).

### ANDERSON VARGAS TORRES

Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Atuou como bolsista de Iniciação Científica da UFRGS entre 2011 e 2012. Atua na área de História Política do Rio Grande do Sul e do Brasil, com ênfase no período republicano. Atualmente pesquisa a atuação do Partido Libertador durante o período democrático de 1945 a 1964. Também tem interesse na análise dos partidos políticos do mesmo período.

## CARLA BRANDALISE

Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1986); graduação em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987); mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992); doutorado em História Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris – Cycle Supérieur d'Histoire du 20ème Siècle. Fondation nationale des sciences politiques (FNSP) - (2003). Atualmente é professora titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História-UFRGS. Tem experiência na área de História Política, com ênfase em política contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Nações e Nacionalismos; Regimes, sistemas e partidos políticos; Regimes autoritários: ditaduras e fascismos; História do Tempo Presente. Membro da Rede Internacional de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições à Democracia (REFAT); Membro do Grupo de Trabalho História Política da Anpuh-regional e nacional.

## CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI

Licenciado e mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado na Universidade Nacional de General Sarmiento, na Universidade de Lisboa e na Universidade Federal de São Paulo. Atua como professor titular do Departamento de História e professor permanente do Programa de Pós-graduação em História e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Áreas de atuação: teoria e metodologia da história, história da América e história do Rio Grande do Sul, com ênfase nas fronteiras durante o século dezenove. criador da área de história social do futebol e do g.t. “fronteiras americanas” da ANPUH-RS (atual g.t. “fronteiras e territorialidades” da ANPUH nacional.



## CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela UFRGS. Autor de *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na Imprensa Gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2010 e organizador de *Jovens Olhares Sobre a Guerra Fria*. Porto Alegre: Editora Coragem, 2022. Atualmente é Professor de História no Câmpus Charqueadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL). Tem experiência na área de História Contemporânea, com ênfase em História do Brasil Republicano.

## DIEGO DOS SANTOS

Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Graduado em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2016). Pós-graduado em Política e Sociedade pela Faculdade de Educação São Luís (2019). Possui experiência profissional em docência nos componentes curriculares História, Geografia, Filosofia e Sociologia em turmas de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio nas redes pública e privada. Tem experiência em História Política do Brasil e do Rio Grande do Sul no período da experiência democrática (1945-1964), com ênfase em questões relacionadas às Instituições, Sistemas de Governo, Relações de poder político-partidárias e Imprensa.

## DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) integrando a Linha de Pesquisa Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas. É editor-chefe da Revista Pedagógica (Qualis A4). Na Unochapecó integra, também, como representante docente, o Conselho Titular da Editora Argos e o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). É atualmente líder do Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas (PPGE/Unochapecó) e integra como pesquisador o Grupo de Pesquisa Currículo, Memórias e Narrativas em

Educação (PPGE/UNISC). É membro-pesquisador do GT de História Política da Associação Nacional de História da Seção Regional do Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), atuando como secretário na gestão 2022-2024. Integra o Eixo História da Educação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Tem Pós-doutorado em Educação (2019-2022) pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutorado em História (2015) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Graduação e Mestrado em História (2007) pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Dedicar-se, na área de História, a temáticas relacionados à Era Vargas; História Política do Brasil e do Rio Grande do Sul; Estado Novo (1937-1945); Questões ligadas às lideranças político-partidárias do período 1945-1964, utilizando-se das interlocuções com o conceito teórico de trajetória. No campo da História da Educação busca compreender as diferentes dimensões da Clandestinidade na Educação tendo por base o conceito de Cultura Política e de Educação Clandestina analisando, também, suas formas, funções e mecanismos em práticas educativas (escolares e não escolares) e suas implicações na formação de professores, no currículo e nas práticas pedagógicas. Tem interesse por investigações que levem em consideração acervos e arquivos escolares, cultura escolar, histórias e memórias da Educação no Brasil, História Regional da Educação, além de temas ligados ao Ensino de História.

#### DIORGE ALCENO KONRAD

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1988), mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994) e doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2004). Atualmente é Membro da Comissão e do Conselho Editorial de “História & Luta de Classes” e do Conselho Editorial da “Crítica Marxista”, Membro dos GTs Mundos do Trabalho e História e Marxismo da ANPUH-RS, Membro Integrante da RedIberoamericana de Resistencia y Memoria (RIARM) e da Rede de Estudo dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e transições para democracia (REFAT);

Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria, no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: História Social do Trabalho, Movimentos Sociais e Políticos, Partidos e Organizações de Esquerda, Rio Grande do Sul e Brasil.

#### DOUGLAS SOUZA ANGELI

Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), possui mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisa temas da História Política e da História do Brasil República, com foco em eleições, partidos políticos, campanhas eleitorais e trajetórias políticas, especialmente a construção do eleitor na experiência democrática e o trabalhismo (1945-1964). Coordena o grupo Diálogos de Pesquisa em História Política (UEMG/CNPq) e participa do Grupo de Trabalho de História Política da Associação Nacional de História (ANPUH). Lecionou História para o Ensino Fundamental, Médio, Normal e Técnico Integrado. No curso de História da UEMG - Unidade Divinópolis atua nas disciplinas de História do Brasil e Ensino de História, atualmente chefe do Departamento de Humanidades. Pesquisador Produtividade da UEMG – PQ/UEMG.

#### FÁBIO CHANG DE ALMEIDA

Professor Assistente II na Universidade La Salle (Unilasalle). Pós-doutorando em História (UFJF). Doutor em História (UFRGS). Junior Visiting Fellow no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Mestre em História (UFRGS). Especialista em História da Alimentação e Patrimônio Cultural (UNISC). Especialista em Psicopedagogia e Tecnologias da Informação e Comunicação (UFRGS). Bacharel em Nutrição (UFRGS). Licenciado em Geografia (UFRGS) e História (ULBRA). É membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de Nutrição e História e dos colegiados dos cursos de

História, Nutrição e Serviço Social da Unilasalle. É pesquisador do Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF); e do Grupo de Pesquisa 'História das Direitas' (UFF/CNPq). É vice-coordenador do Grupo de Pesquisa 'Memória, Cultura e Identidade' (Unilasalle/CNPq). É investigador associado da Rede Internacional de Investigação 'Direitas, História e Memória'; membro do Diretório de Investigadores 'L@sDerecha-log@s' (Universidad Nacional de General Sarmiento) e professor de História na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (SMED-POA). Foi professor orientador no Curso de Especialização em Educação para a Diversidade (FACED/UFRGS); membro do Grupo de Pesquisa 'Direitas, História e Memória' (UEM/CNPq) e secretário do GT de História Política da ANPUH-RS. Interesses de pesquisa: História da Alimentação; História da Saúde; História Contemporânea; Nacionalismos; Direita Radical; Teoria e Metodologia da História; Memória; Patrimônio; Educação; Metodologia do Ensino.

#### GUSTAVO HENRIQUE KUNSLER GUIMARÃES

Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Licenciado em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Na graduação foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Também foi bolsista CIEE no município de Santa Cruz do Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Imprensa, Trajetória Política, Partidos Políticos e História Política. Também é membro do GT História Política da Associação Nacional de História da seção regional do Rio Grande do Sul (ANPUH-RS).

#### LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW

Doutora em História (2022) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada (2015) e Mestre (2018) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi professora do Curso de Gra-

duação em História na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Erechim/RS. É secretária do GT História Política da ANPUH-RS. Integra o GT História Política da ANPUH-Nacional. É organizadora do Grupo de Estudos História e Mídias vinculado à PUC-RS. Integra o Grupo de Estudos Jogos e Ensino (JOGAE) da PUC-RS. Foi integrante da equipe editorial e secretária da Revista Estudos Ibero-Americanos do PPGH-PUCRS de 2016 à 2022. É parecerista Ad Hoc de revistas acadêmicas. No doutorado, dedicou-se ao estudo do pensamento político da “grande imprensa” carioca entre os anos de 1955 e 1960, especialmente, as representações sobre a democracia então vigente e aos discursos autorreferências, focando nas estratégias utilizadas para legitimação das falas dos jornais como a construção de distintas funções públicas. Durante o mestrado, analisou as representações sobre as favelas na imprensa carioca no período do Segundo Governo Vargas (1951-1954), trabalhando especialmente com o conceito de Campo de Produção Ideológica. No mestrado e doutorado trabalhou com um quarteto: Imprensa; Análise de Conteúdo como metodologia; conceito de representação (Chartier, Jovchelovitch); e Pierre Bourdieu como referencial teórico. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Republicano, atuando principalmente nos seguintes temas: Imprensa, História do Pensamento Político (especificamente nos jornais cariocas), representação sobre as favelas, industrialização e urbanização.

#### LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010) e pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, coordenador do curso de História da mesma instituição e professor do PPG-História PCRS. Atuando principalmente nos temas: História da Imprensa no Brasil, História da urbanização e industrialização no período 1945-1968 pelo olhar da grande im-

prensa brasileira e Debates em torno do desenvolvimento e desenvolvimentismo do Brasil no Segundo Governo Vargas (1951-1954). É titular da disciplina de História da Antiguidade Clássica (PUCRS), desenvolvendo pesquisa na área de História Política da República Romana, na qual aborda as percepções do discurso ciceroniano acerca da Crise do Século I a.C.

### LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Professor Titular do Departamento de História (DH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 1993, onde ministra disciplinas de História do Brasil e de História e Mídia. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFRGS vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais desde 2005. É docente convidado do Doutorado em História da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Cuyo (UNCuyo), Mendoza, Argentina. Foi chefe do DH/UFRGS entre 2007 e 2009; coordenador do PPGH/UFRGS entre 2013 e 2015; coordenador acadêmico do Doutorado Interinstitucional PPGH/UFRGS - Instituto Federal do Piauí (IFPI) entre 2016 e 2019; e coordenador do curso de História da UFRGS entre 2021 e 2022. É Licenciado e Bacharel em História pela UFRGS, 1988, mestre em Ciência Política pela UFRGS, 1998, e doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005. Tem experiência docente e de pesquisa em História do Brasil na República, com ênfase em história social da política e história e mídia. Publicou, entre outros, *A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido* (2020).

### MONICA ROSSATO

Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (2020), com período de Doutorado Sanduiche CAPES (Edital CAPES PDSE 019/2016) na Universidade de Coimbra (Portugal). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (2014). Graduada em História - Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

(2012). Professora de História da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa. Cândida Zasso, do Município de Nova Palma e Diretora do Museu Histórico Municipal de Nova Palma. É integrante do grupo de pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições e pesquisadora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

#### PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS); Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM); Licenciada em História pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP-Campus Alegrete). Realiza pesquisas no âmbito da História Política, História Intelectual, História do Brasil Republicano e História das Mulheres, com artigos e outras publicações nas seguintes temáticas: processos eleitorais, partidos políticos e sobre o funcionamento da política nacional durante a República brasileira. Tem experiência no ensino de História na educação básica e no ensino superior. Atua como Professora dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na Prefeitura Municipal de Alegrete e como Professora Formadora (Bolsista Capes) do Curso de Licenciatura em História em EaD da UNIPAMPA/UAB.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM GARAMOND PREMIER PRO  
PELA ACERVUS EDITORA



**ACERVUS EDITORA**

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

[acervuseditora@gmail.com](mailto:acervuseditora@gmail.com)

[acervuseditora.com.br](http://acervuseditora.com.br)





A quarta edição do *Seminário do GT História Política* aconteceu entre 28 e 30 de setembro de 2022, nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E, como produto das discussões centradas naquela ocasião, é que agora temos disponível esse novo trabalho: *Capítulos de História Política: Dimensões Conceituais e Temáticas*. Esse, que é o terceiro volume da série *Capítulos de História Política*, tem três eixos principais: Conceitos e Metodologias em História Política, Eleições e Partidos: Rio Grande do Sul em Foco e Política nacional: campo de debates.

